Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas
Departamento de História

Os Povos Indígenas e os Sertões das Minas do Ouro no Século XVIII

Núbia Braga Ribeiro

Orientador: Professor Dr. Fernando A. Novais

São Paulo

2008

NÚBIA BRAGA RIBEIRO

Os Povos Indígenas e os Sertões das Minas do Ouro no Século XVIII

Tese apresentada à Pós-Graduação do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do Título de Doutora.

Área de Concentração: História Social

Orientador: Professor Dr. Fernando Antonio Novais

Universidade de São Paulo – USP

São Paulo

2008

Folha de Aprovação

Núbia Braga Ribeiro

Os Povos Indígenas e os Sertões das Minas do Ouro no Século XVIII

Tese apresentada à Pós-Graduação do
Departamento de História da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, para obtenção do
Título de Doutora.

Área de Concentração: História Social

Aprovado em: _____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Dedicatória

À minha filha Débora, sempre,

e

ao meu netinho que vai chegar.

Agradecimentos

Algumas linhas merecem ser preenchidas referentes a esta pesquisa. Quando terminei, em junho de 1996, a dissertação de mestrado, *Cotidiano e Liberdade: um estudo sobre os alforriados em Minas no século XVIII*, sob a orientação do Professor Dr. Eduardo D' Oliveira França, não pensava naquele momento encaminhar o doutorado, pois a sobrevivência e a necessidade de trabalhar num ritmo intenso falaram mais alto. Somente em 2002 tive condições de levar adiante o projeto, o qual foi entregue ao Professor França, mas logo após algum tempo, com o agravamento do estado de saúde do Professor, ele marcou um horário e me atendeu em sua casa. Nesse encontro me aconselhou a procurar, no nome dele, o Professor Fernando Novais para a continuidade da orientação e enfatizou que com ele contaria com a leitura criteriosa e a crítica atenta ao desafio do tema proposto. As palavras do Professor França evidenciavam a admiração, a confiança pessoal e profissional no Professor Novais. Ao se despedir de mim, o Professor França, disse: *O grande inimigo da nossa história é o preconceito. A história do Brasil é racista. Procure o Fernando* (referindo-se, de forma familiar, a ele, como se trata um amigo íntimo). *Ele vai compreender.*

Ouvir o Professor França, para mim, era sempre vasculhar a profundidade das palavras e decifrá-las com seus desdobramentos. O tempo não permitiu que o Professor França acompanhasse este estudo. Entretanto, o tempo é matéria-prima da memória e alimenta a lembrança permanente dele em minha vida. O Professor, naquele dia do nosso encontro, me concedeu o privilégio de conhecer o estimado Professor Fernando Novais. A partir de então, fui adiante e o procurei. Para minha surpresa, após alguns meses, encontrava-se lecionando no curso de Pós-Graduação, da PUC Minas. O Professor Novais prontamente me recebeu e, mais que isso, acolheu o projeto. Depois da minha aprovação na seleção para a pós-graduação iniciamos a convivência aluna-orientanda e professor-orientador. Durante a convivência, percebi nele a sabedoria e a erudição, a integridade nas decisões e nas escolhas, a coerência com os ideais e atitudes, as questões provocadoras ao abordar um assunto que inquietam e brotam de um ensinamento instigante que são atributos de poucos. Ao se conviver com um mestre, descobre-se

que ser mestre não é uma consequência da obtenção de um título, tampouco garantia para se tornar um, por isso os mestres são raros. Devo minha gratidão à generosidade da vida por me proporcionar a oportunidade única de aprendizados que somente os mestres podem oferecer e sou grata duas vezes por ter dois mestres: Professor Fernando Novais e Professor França.

Complexo é o cultivo do conhecimento, principalmente quando se trabalha o dia todo e, ao mesmo tempo, se dedica à elaboração de uma tese com intempéries e problemas impostos pela vida cotidiana. Nesse processo, primeiramente, agradeço com afeição respeitosa ao Professor Doutor Fernando Novais, meu orientador, que além de acompanhar passo a passo este estudo com a leitura criteriosa como havia me dito o Professor França, com compreensão e motivação fundamentais para chegar até a concretização deste estudo, acreditou em mim para a superação dos obstáculos imprevisíveis surgidos no meu percurso. Agradeço ao inesquecível Professor Doutor Eduardo D'Oliveira França (*in memoriam*), pela honra de ser a “sua filha das alterosas” como carinhosamente sempre me chamava. À Professora Doutora Vera Ferlini, mesmo com tantos compromissos cedeu sua atenção com sensibilidade e à Cátedra Jaime Cortesão, por possibilitar o acesso às pesquisas nos acervos portugueses. Ao Professor Doutor Caio Boschi, presença expressiva na minha trajetória desde aluna da graduação. Ao Professor Doutor Pedro Puntoni, pelos valiosos comentários críticos. À Doutora Ângela Domingues, co-orientadora em Lisboa, pela receptividade, pelos preciosos comentários ao estudo e as indicações de materiais imprescindíveis que não conseguiria de outra forma. Aos professores e pesquisadores do CHAM, por disponibilizarem certos recursos necessários a pesquisa. À Joely Pinheiro, amiga adorável com seu dom de compartilhar. À Lina Gorenstein e ao Aurélio Delgado, meu terno reconhecimento pelo apoio aconchegante, pela solidariedade e amizade de muitos aniversários. Ao Thiago Bastos, meu afeto pleno, cujo apoio me trouxe fôlego para que eu não desistisse e fez com que me lembrasse de mim mesma dia a dia, nos tempos difíceis que atravessei. Aos amigos e amigas, pela solidariedade e incentivo com palavras de esperança: Cristina Soares, Claudia Coimbra, Lídice e Valdir, Madu, Tânia e Alencar, Kanan, Tatá, Pablo Flokim, Huarlei. Ao Rafael pai do meu netinho e à ternura dos meus pais, irmã, irmãos e sobrinhos (as).

Resumo

RIBEIRO, Núbia Braga.¹ *Os Povos Indígenas e os Sertões das Minas do Ouro no Século XVIII*. 2008. 405 p. Tese (Doutorado) – Departamento de História. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

Este estudo aborda as políticas de ocupação e exploração das minas dos sertões concomitante as reações indígenas, no século XVIII, principalmente, a partir da década de 1730. Ao analisar as fontes, contempladas nas correspondências entre autoridades, instruções, planos de catequese e civilização, se constatou que a violência, como resultado da prática consuetudinária, prevaleceu sobre as leis de integração social dos gentios. Avaliou-se as investidas dos índios, ao impedirem o êxito dos propósitos do Antigo Sistema Colonial, tornaram objetos da política de Estado incluindo o destino desses povos na pauta de diretrizes, donde derivou a série de planos de catequese. Entretanto, nada mais foram que alternativas dissimuladas de cooptação, articuladas numa seqüência estratégica de anulação das resistências indígenas, como a invenção dos aldeamentos foi um meio de confiná-los em redutos projetados para infligir os hábitos da vida sedentária e a extinção da vida nômade. Pretendia-se adaptá-los ao modelo de civilização européia, promover a convivência com os não índios e viabilizar o acesso às minas. Nesta perspectiva a colonização, inevitavelmente, esteve associada à apropriação das riquezas, condição determinante do sentido à conquista e a razão à catequese. Em contrapartida, originou uma situação permanente de tensões diretamente vinculada à desapropriação das terras indígenas, conjuntamente revelou a maior incidência das disputas nas áreas dos principais focos de lutas indígenas e identificou-se, exatamente, nelas a concentração da política indigenista. Embora aparentemente as estratégias ressoassem o intuito de apaziguar os índios mediante os instrumentos de sujeição, tutela, liberdade restrita, a guerra ofensiva foi um recurso condicionado aos agravos das reações indígenas. Contudo, a guerra, fenômeno histórico-cultural tanto indígena quanto europeu, se efetivou nos combates armados de ambos os lados. Assim, sob o artifício da fé e civilização se enunciou o dever cristão de conduzir o “bárbaro selvagem” à salvação. No entanto, o cumprimento do dever esteve conexo à recompensa de administrar a vida dos índios, por conseguinte, de administrar a opulência do patrimônio abrigado nas sesmarias e datas minerais localizadas nos sertões. Em função disso, foi indispensável à pesquisa apreender a concepção de sertões e reconhecer a significância do nomadismo, comum aos índios, que forneceu a imagem de espaços em movimentos, compreendendo fronteiras imprecisas que se interagiam nas dimensões étnicas, sociais e econômicas. A itinerância dos índios conferiu atributos à identidade dos ambientes naturais, à medida que se deslocavam se constituía a referência de fluidez dos espaços, mas para dominá-los dependia de fixá-los em limites. Portanto, a correlação entre mobilidade dos sertões e inconstância dos gentios configurou uma geopolítica específica do interior da América portuguesa interligado pelos caminhos trilhados das minas do ouro entre Minas-Goiases-Cuiabá, Minas e Espírito-Santo, Minas-Bahia e assim por diante. As Minas Gerais setecentista, respeitadas as peculiaridades do contexto e das diversas etnias dos povos indígenas, guardavam os metais preciosos e delas se partia para outras minas. Os sertões dos índios eram os sertões das Minas do ouro, espalhadas ao longo dos rios, distantes do litoral, se apresentaram nos focos de reações indígenas que se interpunham como desafio para atingi-las.

Palavras-chave: Índios, terra, sertão, catequese, colônia.

¹ E-mail para contato n8bia@yahoo.com.br telefone 031 34627847

Abstract²

RIBEIRO, Núbia Braga. *Indian Peoples And The "Sertões" of The Gold Mines In The 18th Century*. 2008. 405 p. Tese (Doutorado) – Departamento de História. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

This study focuses in the politics of settlement and exploitation of the mines of the hinterlands ("sertões") and the Indians reactions in the 17th Century Brazil, mostly in the 1730's. In analyzing the sources – the correspondence between authorities, instructions, catechism plans, we were able to verify that the violence, as a result of the consuetudinary practice, prevailed over the social integration laws of the gentiles. We evaluated that the Indians attacks - that were successful in stopping the Ancient Colonial System purposes - were subject to State policy, including the fate of these peoples in the State agenda, generating the catechism plans. However, these were dissimulated alternatives of cooptation, articulated in a strategic sequence of annulment of the Indian resistance, such as the creation of the settlements ("aldeamentos"), that was a means to confine them in planned locals that were able to cause the habits of a sedentary life and the end of the nomad life.

The purpose was to adapt the Indians to the European civilization model, to promote the familiarity with others and to enable the access to the mines. In this perspective, the colonization was associated to the appropriation of the riches, that was an important condition to give sense to the conquest and justify the catechism. On the other hand, it originated a scenery with permanent tensions, directly linked to the expropriation of the Indian land, that appeared in the greater incidence of the dispute in the areas where the major Indian struggles developed, that were the same areas where were concentrated the policies regarding the Indians. Although apparently these strategies showed the intention of pacifying the Indians, by subjugation, tutorship and confinement, the war was a resource that was subject to the intensification of the Indians reactions. But the war, a historical and cultural phenomena both Indian and European, was accomplished in the battles. Thus the Christian duty of bringing the "salvage barbarian" to salvation was implanted under the artifice of faith and civilization. Nevertheless, the fulfillment of duty was connected to the rewards of governing the Indians, and of governing the riches of the estate that was located in the "sesmarias" and mines of the hinterland. Thus, it was important to the research the understanding of the concept of "sertão", and to recognize the significance of nomadism, that supplied the image of spaces in movement, with imprecise borders that interacted in the ethnic, social and economic levels. The Indians dislocations gave identity features to the natural environment, and demanded the research to apprehend these dimensions. To be able to dominate them it was necessary to settle them in determined limits. The correlation between the mobility of the "sertões" and the inconstancy of the gentiles, shaped a specific geopolitics in the Portuguese America hinterland, connected by the paths of the gold mines (Minas- Goiases – Cuiabá, Minas and Espírito Santo, Minas-Bahia and so forth). The Minas Gerais of the 18th Century, respected the peculiarities of the context and the various ethnics of the Indians peoples, kept the precious metals and from there they went to other mines. The Indians "sertões" were the "sertões" of the gold mines, scattered by the rivers, faraway from the coast, and they presented themselves in the reactions of the Indians that were an obstacle to attain it.

Key words: Indians, land, hinterland, catechism, colony.

² Tradução para o inglês Lina Gorenstein.

Lista de Abreviaturas

ABN – Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

AMP – Anais do Museu Paulista – São Paulo

RAPM – Revista do Arquivo Público Mineiro – Belo Horizonte

RIHGB – Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – Rio de Janeiro

RIHGMG – Revista do Instituto Histórico Geográfico de Minas – Belo Horizonte

DHRJ – Documentos Históricos do Rio de Janeiro

APM – Arquivo Público Mineiro – Belo Horizonte

ANRJ – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

BNL – Biblioteca Nacional de Lisboa

ATT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Lisboa

BA – Biblioteca do Palácio da Ajuda ou Biblioteca da Ajuda – Lisboa

MF – Microfilme ou F – Filme

SC – Seção Colonial do APM

SG – Secretaria de Governo do APM

Cód. – Códice

PBA – Coleção Pombalina da BNL

FR – Fundos Reservados da BNL

Sumário

I Introdução	12
 Capítulo I Os Ameríndios e a Política de Terras na Capitania das Minas Coloniais	 36
1 As Minas Coloniais	36
2 Os Povos Indígenas dos Sertões	44
a) Etnias	44
b) Costumes	54
3 As Estratégias Políticas dos Governos	70
3.1 A Política de Terras	98
a) Sesmarias e Datas Minerais	98
3.2 Povoamento	118
 Capítulo II Os Sertões do Século XVIII	 133
2 As Imagens dos Sertões	133
2.1 Limites e Fronteiras	148
2.2 As Riquezas da Terra e os Gêneros dos “Certões”	153
2.2.1 Os Recursos Naturais	153
a) A Mineração	153
b) A Exploração do Solo e das Matas	168
c) Os Caminhos e os Rios	184
2.3 Dos Usos dos Indígenas e das Terras dos “Certões”	193
a) Violência e Escravidão dos Índios	193
b) Tutela e Exploração do Trabalho Indígena	216
 Capítulo III Catequese e Civilização	 229
3 Domínio das Terras e dos Povos	229
a) Conflitos Políticos nas Fronteiras e nos Sertões	235
Estado e Igreja, Colonos e Indígenas	235

b) Planos Políticos de Catequese do Gentio (Regimento de Tomé de Souza e Cartas de Manoel da Nóbrega)	245
3.1 Os Planos de Conquista, Catequese e Civilização	263
3.1.1 A Catequese e Administração dos Índios	263
3.1.2 O Pensamento Religioso e os Planos de Catequese e Civilização dos Índios	266
3.1.2.1 O Padre Manoel de Jesus Maria	266
3.1.2.2 O Padre Francisco da Silva Campos	271
3.1.2.3 Os Leigos, a Catequese e a Civilização dos Índios	277
3.1.2.4 O Plano do Capitão Domingos Álvares Branco Muniz Barreto	280
3.1.2.5 O Plano de Civilização dos Índios Bárbaros de José Bonifácio de Andrada e Silva	285
3.1.2.6 Bertolomeu Lopes de Carvalho	288
3.1.2.7 Tenente Jozé da Silva Brandão	293
3.1.2.8 Mestre-de-Campo Mathias Barboza da Silva	295
3.2 A Conquista e Conversão dos Orizes (religiosos, militares e leigos)	296
3.3 Catequese e Civilização nos Sertões das Minas	301
3.4 A Redução da Liberdade e os Aldeamentos	303
3.5 As Reações Indígenas e a Guerra Ofensiva	320
IV Conclusão	370
Os Sertões dos Índios e os Sertões das Minas do Ouro	
Referências	375
Fontes e Bibliografia	375

I Introdução

Neste estudo, analisam-se os conflitos e as reações dos povos indígenas concomitantemente ao processo de desapropriação de suas terras nas áreas de sertões e de fronteiras das Minas com base no projeto político construído pelo Estado português no século XVIII. Uma “política” que não foi planejada *a priori*, e, sim, construída à medida que os contatos eram estabelecidos com os grupos indígenas e com o território. Essa política caracterizou-se com fundamento em diversas leis e ações que compuseram as tomadas de decisão do Estado quanto aos procedimentos direcionados à civilização e colonização, bem como os colonos interpretaram essas leis muitas vezes ao seu sabor, criando formas de ocupação das terras com a finalidade de obter o controle do território e dos índios.

A discussão tem sua ênfase nos sertões e nos índios porque entre ambos há uma correlação que traça um sentido próprio para a compreensão mais ampla do sistema colonial. É a partir do nomadismo, como modo de vida dos grupos indígenas no território, que se escolheu o espaço dos sertões, tratados como grandes núcleos que se movem em função do constante movimento desses povos. Por se distribuírem em diferentes áreas, conclui-se que o mais adequado era seguir os caminhos percorridos por eles, não se prendendo a único lugar. Dito de outra forma, os sertões são percebidos como itinerantes porque os povos indígenas, seus habitantes, o são. E, do outro lado, a figura do colonizador também se tornou itinerante em busca do ouro e da posse de terras. A itinerância de ambos teve motivação e sentido distintos, porém conferiu caráter específico à sociedade colonial.

O nomadismo esteve na base da identificação da idéia do que eram os sertões coloniais – eles se moviam na concepção dos colonizadores que ligavam a imagem dos sertões aos povos que viviam se deslocando. Apenas para expressar a correlação da mobilidade dos sertões com o nomadismo dos índios, citam-se como exemplo os Caiapós, que habitaram o sertão oeste na extensa faixa de terras entre Goiás e Minas; os Puris, que viviam no sertão leste na divisa do Espírito Santo e das Minas; os Cataguases, que estiveram presentes nos sertões do sul e por toda parte do centro das Minas; os Botocudos (termo que engloba vários povos sem considerar distinções e também incorre na generalização), que se situavam nas áreas ao longo

do rio Doce, fronteira Minas-Espírito Santo e nos sertões da Bahia; os grupos Tupis, que migraram do litoral e partiram para o rio São Francisco, entre a Bahia e o norte de Minas; dentre outros povos que foram abordados mais à frente, neste estudo. Levando em conta essas observações, a proposta apresentada é de rever a história de Minas a partir dos indígenas dos sertões ou que rumaram cada vez para os sertões.

Entender as ações do Estado português depende da avaliação da legislação elaborada sobre a questão e, ainda, da identificação dos conflitos deflagrados nas áreas de formação de fronteiras, conforme a definição de sertões no século XVIII. Tal definição, em sua origem, remete ao século XVI e permanece de certa forma até o início do século XIX. O sertão, no entendimento do colonizador, era um local desconhecido, despovoado, além de ser identificado como desafiador para se conquistar. Saint-Hilaire,³ em 1830, afirmou que o sertão não “designa uma divisão política”, mas uma “espécie de divisão vaga”, diante da escassez de população.

Dessa maneira, os sertões, zonas de litígios e não definidos por limites precisos como se fossem um único território ou uma capitania, não eram considerados lugares civilizados, ou seja, eram áreas que se localizavam para além dos limites consagrados como centros urbanos e colonizados. Além de serem lugares genericamente tidos como despovoados, eram regiões de passagens obrigatórias para a formação das fronteiras entre as capitanias, exigindo todo um trabalho de prospecção. Conforme Diogo de Vasconcelos, em *História Antiga e História Média de Minas*,⁴ os sertões eram constituídos pelas áreas do rio São Francisco, matas do sul e do norte de Minas, e pelas regiões da Zona da Mata que faziam divisa com a Bahia, Goiás, Rio de Janeiro, São Paulo, etc.

Os indígenas habitantes das regiões que integraram a constituição das divisas de Minas e o avanço do povoamento e da conquista de terras são assuntos abertos a muitas pesquisas que demandam um diálogo mais pertinente com a colônia e as divisas internas de outras partes. Os sertões transformaram-se num palco de diversos conflitos e de ações adotadas pelos governos e colonos na busca de expandir, garantir o domínio do território, do acesso às riquezas e dos caminhos.

³ Auguste de Saint-Hilaire. 1830. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Trad. Vivaldi Moreira. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1975.

⁴ Diogo de Vasconcelos. *História antiga das Minas Gerais*. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. Do mesmo autor, ver: *História média das Minas Gerais*. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

As desordens nessas áreas devem ser analisadas por várias esferas, e não se pode perder de vista o conjunto das diferentes manifestações culturais dos grupos indígenas, mas pode-se afirmar que a terra faz parte, completa e delineia a visão de mundo desses grupos.

O proposto para ser atingindo exige prudência na análise da formação de uma política relativa aos diversos povos indígenas que habitaram as divisas e os sertões das Minas, uma vez que revela a problemática em torno das terras. A terra, como instrumento de poder, insere-se na história de diferentes sociedades humanas e integra um processo de longa duração, envolvendo atrocidades, na maioria das vezes, legitimadas pelo Estado, implicando a destruição, a desapropriação no domínio e/ou extermínio de grupos e povos numa luta desigual contra o poder instituído. Os conflitos travados são percebidos juntamente com o processo de ocupação, povoamento e colonização das áreas de fronteiras e de sertões das Minas.

A política do Estado de expansionismo e de poder no controle do território relaciona-se intimamente aos interesses econômicos compreendendo as dimensões sociais e culturais que determinaram as visões criadas sobre os povos indígenas. É possível, no diálogo entre a historiografia e documentação primária, identificar como a visão que se criou dos povos indígenas lançou as bases para a elaboração da política e da legislação, alvos desta pesquisa. Com isso, percebe-se a cristalização das imagens com que se moldaram os estereótipos desses povos e que serviram como justificativas para as atitudes tomadas, ações e estratégias por parte do Estado, da Igreja e dos colonos. Outro aspecto deste estudo é quanto a não se perder de vista o conjunto das manifestações culturais dos diferentes grupos indígenas para se entender a composição no campo das disputas ocorridas no período.

Dentre os vários povos que viveram nas Minas, consideradas suas especificidades, mas alguns, como os Cataguases, Caiapós, Maxacalis, Puris, Botocudos (denominação derivada do português), se assemelham na percepção que possuem da terra como integrante de suas cosmovisões que aufere sentido à organização da vida. Portanto, cultura e terra não estão dissociadas do modo de vida indígena para melhor análise da questão. A discussão sobre cultura é necessária para se compreender o objeto de estudo, mas sem deixar para segundo plano as relações de poder nas regiões de fronteiras e de sertões onde os conflitos

são mais concentrados envolvendo diretamente os povos indígenas. A conquista do território, em específico das áreas de sertão, culminou com a luta pela terra, virou uma arena de conflitos estabelecidos com indígenas para a obtenção das riquezas, do lucro e da sobrevivência. São traços que constituem elemento decisivo na história das resistências desses povos e do entendimento das relações complexas na colônia.

A terra e a cultura, como se observa, não são aspectos apartados do modo de vida indígena, isto é, de suas danças, rituais, mitos, sobrevivência e das noções de tempo/espço. Assim como o colonizador vindo da cultura européia pensou as formas de povoar a colônia e se lançou a conquista a partir dos referenciais da sua cultura, inclusive ela forneceu os subsídios definidores da política indigenista.

Enfocar os conflitos nas disputas de terra é entender os traços que marcaram e constituíram também a história fundiária do Brasil, além do alicerce da história indígena. A visão de mundo do colonizador e a que desenharam dos indígenas justificaram até mesmo uma política dual adotada, porém não contraditória, e, sim, ora via troca, buscando aliados; ora via guerra, vendo neles um inimigo ou entrave para colonização e a posse de terras. “O Sistema colonial, efetivamente, constituiu-se no componente básico da colonização da época mercantilista, e elo que permite estabelecer as mediações essenciais entre os diversos níveis da realidade histórica”.⁵

A política e a legislação foram passos determinantes nos rumos dados à história indígena e agrária a partir dos anos de 1730, com alterações e permanências em certos aspectos, todavia desde o início do sistema colonial o índio constitui-se num problema e utilidade. Embora o longo período acene momentos de maior repreensão e/ou flexibilidade do poder nas áreas de fronteiras e sertões, principalmente nas Minas, por causa da mineração, era impossível ocupar a terra sem pensar no gentio. Daí a importância da legislação, tanto a de sesmarias, que norteou a política de ocupação de terras para o cultivo e criação de animais, quanto a das datas minerais para a extração de ouro.

⁵ Fernando Novais. *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 57. O termo “colonização” é utilizado neste estudo conforme aborda Fernando Novais e foi o sistema colonial que nutrido pelo mercantilismo deu o sentido à colonização européia.

Ademais, a reflexão se desdobra na análise quando se parte da visão descrita das manifestações culturais, das atitudes e crenças díspares entre indígenas e colonos que causaram os tantos agravos e tragédias. Por isso, um caminho escolhido aborda as transformações na sociedade no tocante a ocupação do espaço considerando aí a relação Estado-Igreja, autoridades portuguesas, clérigos, sertanistas, colonos e indígenas, repercutindo na disputa do domínio das terras, da invenção dos aldeamentos, da conversão, da guerra e fé como componentes formadores da política de colonização e civilização.

O tema propõe recuperar junto à história de terras a história social dos índios que no passado colonial contestaram a perda das terras onde viviam, além das imposições culturais sofridas. Os registros relatam a guerra empreendida por esses povos e contra eles. A guerra movida pelos índios, além de ser pela terra, o ambiente deles, foi ainda pela manutenção dos seus modos de vida.

Tornou-se possível avaliar os processos de povoamento dos sertões e a indefinição das fronteiras para o período, implicando numa visão de espaços fragmentados e vários que somente era possível via comunicação entre ambos pelos rios e/ou estradas. Com a escolha desses espaços a observação da questão indígena pôde ter um enfoque mais macro da problemática. Apesar de a capitania das Minas guardar peculiaridades em razão da corrida ao ouro, da urbanização, de uma série de fatores no seu contexto histórico, ela está integrada ao Antigo Sistema Colonial.

Partindo dessa proposição, não se deve separar as relações entre os indígenas, colonos e governo de uma perspectiva abrangente intrínseca à lógica do próprio sistema, bem como de seus mecanismos políticos projetados para os sertões da colônia. Consideramos a análise de Fernando Novais – *Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial* – consagrada na historiografia, indiscutivelmente atual, com alguns poucos contestadores que não conseguiram argumentos para uma discussão contundente. Então, tomando como referência os fundamentos da obra desse autor, a colonização é situada como peça-chave para o desenvolvimento da economia européia. A colonização possibilitou a acumulação primitiva de capital imposto pelo exclusivo do comércio.⁶ Concordando com a análise exposta, defendemos, neste estudo, que as Minas no contexto do Brasil colônia incrementaram o capitalismo

⁶ Cf. Fernando A. Novais. *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

mercantil europeu, nos tempos modernos, favorecendo-o com a produção aurífera e pedras preciosas. Significa dizer, com relação à problemática, que as questões indígenas e de terras não podem estar desvinculadas do contexto estrutural nos moldes do Antigo Sistema Colonial, conforme é inerente à sua dinâmica, ao seu funcionamento, à sua política e aos seus interesses.

Dessa forma, a elasticidade que o tema recebe, além de não se restringir somente ao espaço mais conhecido e visível da capitania de Minas, relaciona as informações obtidas das fontes primárias com outras áreas coloniais, ou seja, com os demais sertões de outras capitanias do Brasil, discutindo os conflitos de terras, mais especificamente, nos lugares distantes da colônia. Mesmo porque as áreas a que nos referimos de Minas, no século XVIII, eram zonas fronteiriças com outras capitanias. São essas interseções que são analisadas neste estudo. Entre uma e outra região, os limites não estavam precisos nem absolutos, principalmente no Setecentos, que se abre como um momento propício para a elaboração dos projetos políticos que objetivavam definir os limites territoriais indefinidos.

O período estudado no vasto século XVIII assumiu certas balizas na pesquisa. Um dos marcos é o governo Gomes Freire de Andrada (1735-1763), inclusive os governos interinos desse período, já que foi em sua administração que se concedeu o maior número de sesmarias para o século XVIII em Minas, empreendendo picadas e caminhos, acarretando o deslocamento forçado dos povos indígenas para outras zonas. Mesmo assim, o período de Pombal (1750-1777), embora não seja nosso intuito estudá-lo, tem seu peso para a questão, principalmente com a criação de uma legislação específica. Pombal, como ministro de D. José I, implementou o Diretório dos Índios, que não pode ser negado num estudo como o apresentado. A referida legislação é fundamental para a compreensão das interferências e mudanças ocorridas na vida dos indígenas e da política de terras. Daí a temática instigar a importância de entender as conexões estabelecidas entre política e administração portuguesa sobre a conquista, da defesa do território e da situação dos índios no contexto.

Com base na documentação se desmonta a afirmativa difundida por alguns de que não é possível tratar da história indígena por não ter registros escritos, porém o contato com as fontes existentes permitem outra compreensão

para recompor essa história.⁷ O conjunto documental é vasto, a avaliação que se chegou, na lida dos acervos, foi quanto a redefinir o recorte temporal e, quanto ao tema, ganhar certa elasticidade pela qualidade das informações nas fontes.

A pesquisa documental das fontes impressas é relevante no que tange ao tema. As das revistas do *Instituto Histórico Geográfico de Minas* e as do *Instituto Brasileiro* trazem dados de diferentes naturezas concernentes à diversidade dos povos indígenas, às localidades habitadas, à administração e às leis aplicadas. Retratam os aspectos culturais dos povos indígenas, enriquecendo a compreensão das diferenças entre eles, como hábitos, moradia, costumes, utensílios, das características do território e da urbanização dos núcleos de povoamento. Oferecem descrições dos indígenas nas regiões das Minas, das contendas de limites nas questões políticas e administrativas do governo. As informações das *Revistas do Arquivo Público Mineiro* foram minuciosamente investigadas, pois abrangem fontes dos códices da Seção Colonial, como leis, ordens, cartas de sesmarias, alvarás, correspondências entre as autoridades da capitania, do governo das Minas com o governador do Rio de Janeiro e com o Rei de Portugal e outros. Quanto ao *Código Costa Matoso*, do Doutor Caetano da Costa Matoso (ouvidor-geral das Minas do Ouro Preto 1749), foi visto com muita atenção os 145 documentos. O ano de 1749 é data inicial do material quando o ouvidor assume o cargo em Vila Rica até seu retorno a Portugal, em 1752, quando termina seus escritos por volta de 1754. O Código contém assuntos bem diversificados,⁸ reúne anotações de 1745 a 1748, antes mesmo de o ouvidor vir para o Brasil, tendo continuidade quando passa a

⁷ Para as fontes primárias foram consultados os seguintes arquivos: Arquivo Público Mineiro, Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Arquivo da Torre do Tombo em Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa dentre outros acervos. As fontes impressas: revistas do Instituto Histórico Geográfico de Minas Gerais, do Instituto Histórico Geográfico do Brasil e do Arquivo Público Mineiro; documentos históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; anais do Museu Paulista; Código Costa Matoso; documentos do Arquivo do Conselho Ultramarino de Lisboa. No Arquivo Público Mineiro, foram analisados os documentos dos Fundos da Seção Colonial, da Secretaria de Governo, da Casa dos Contos, da Câmara Municipal de Ouro Preto, relevantes a compreensão da política administrativa e indigenista do Governo.

⁸ Código Costa Matoso. Coleção das notícias dos primeiros descobridores das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das Minas do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, e vários papéis. V. I coord. Geral Luciano Raposo de Almeida Figueiredo Maria Verônica Campos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/FAPEMIG, 1999. (Coleção Mineiriana). Em 1749 Matoso assume, em Vila Rica, como ouvidor. O término do código ocorreu em Portugal, após 1752, data de seu retorno. Trata de assuntos como mineração, contrato de diamantes, criação do bispado de Mariana; informações de outros bispados como o do Maranhão, o do Grão-Pará e o da Bahia; expõe o regimento dos eclesiásticos. Além disso, há comentários sobre o rendimento do ouro, das casas de fundição, dos contratos, do quinto, das tropas, da justiça, das câmaras, a origem e formação das Minas, das bandeiras, as primeiras vilas e os vários graus de conflitos na sociedade colonial.

residir em Minas até a organização do material em Portugal. Um dos documentos de destaque são os resumos dos capítulos da obra de Simão de Vasconcelos (editada em Lisboa em 1658), onde são apresentados dados sobre nações indígenas, rituais e aspectos físicos dos índios em Pernambuco e Campos dos Goitacases. Nos relatos, há comentários da existência de feiticeiros no meio do gentio e entre os piores índios, os Tapuias, postos como os mais traiçoeiros, vagabundos, adoradores do diabo em forma de moscas, ratos, sapos etc. Ouvidor expõe, ainda, as reclamações dos índios com relação aos brancos, que os prendiam em guerra justas, e realça a prática da antropofagia.

Os rios e as serras (marcos naturais) são referências importantes na construção dos limites, como se vê no *Código Matoso*. Nele há uma descrição “cosmográfica” das terras do bispado do Grão-Pará confinantes com o Maranhão, Pernambuco e Rio de Janeiro. Nos planos político e administrativo, o governo de Gomes Freire é mencionado, assim como as expedições de demarcação dos limites do território da América portuguesa. Observa-se, no *Código*, que a valentia, a brutalidade, a ferocidade e a vingança dos índios são exaltadas quando útil aos interesses. A imagem que se passa dos índios “e de que eram ferozes, animalescos e rústicos quando mantinham seus costumes, como furar o nariz ou o “beijo” com penas, quando faziam suas pinturas com as riscas pretas, usando as “saías” de penas, ou andando nus sem os vestidos que os padres lhes davam para usar.

As fontes para história indígena estão estreitamente relacionadas às entradas, aos missionários e às correspondências das autoridades civis. O caráter das fontes para o século XVIII se destaca pelo teor militar, administrativo e fundiário, abrangendo o regimento dos governadores-gerais, cartas régias, alvarás, leis, provisões e pareceres sobre a situação. Na colônia, os decretos, alvarás, editais e bandos completam a legislação conforme as decisões encaminhadas pela coroa. O conjunto documental pesquisado dos *Documentos Históricos*, revistas do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, contempla fontes que permitem uma visão ampla do sistema colonial, por prestar informações que podem ser cruzadas com as demais citadas. Nesse conjunto documental, foram levantadas as informações quanto ao ambiente natural e de suas potencialidades. Dessa maneira, foi possível dialogar com os dados sobre o avanço da colonização, da política de terras na conquista do território, do meio ambiente e as riquezas que Portugal tanto se preocupou em

explorar. E indaga-se, também, sobre as ações e as leis que recaíram sobre os povos indígenas que viviam nessas terras.

O Arquivo Nacional da Torre do Tombo guarda a documentação *Manuscritos do Brasil* com uma parte específica sobre Minas Gerais, que contém procedimentos direcionados sobre a administração da mineração do ouro e diamantes, alvarás, decretos. Além de outras decisões da Secretaria de Governo de Minas Gerais, constam comentários registrados do que se passou nas fronteiras. Outro fundo, nomeado como *Assumptos do Brasil*, congrega leis expedidas sobre os cativeiros ilícitos do gentio, memorial (dos capuchos a respeito dos índios) e pareceres também sobre os índios do Brasil. No conjunto *Papéis do Brasil* se encontram as *Instruções e Normas aos Governos*, notícias sobre a guerra contra o gentio por ordem dos governadores, Informação das Minas de São Paulo e dos sertões desde 1597 até 1772, com relação cronológica dos administradores. Há apontamentos sobre a fauna, animais perigosos e índios, dados das terras devolutas; da conquista dos povos indígenas, da penetração do “Certão,” dos bandeirantes.⁹ A Biblioteca Nacional de Lisboa possui a *Coleção Pombalina* e códices que contêm assuntos de interesse para o tema da pesquisa; as *Cartas do Brasil* abarcam informações do governo Gomes Freire de Andrade, das divisas do Brasil e dos aldeamentos dos índios. A *Coleção Pombalina* e os códices foram investigados, confirmando a preocupação no controle da questão indígena nos aldeamentos, na integração dos índios à civilização, como mão-de-obra útil e as formas de administrá-los.¹⁰

O acervo da Biblioteca D’ Ajuda, em Lisboa, é amplo e não foi possível deter o tempo que gostaríamos, mas o que foi pesquisado no acervo abarca as fontes do século XVIII de caráter administrativo dos aldeamentos indígenas e das trocas de informações entre autoridades sobre a demarcação de fronteiras no

⁹ Os assuntos relacionados ao Brasil e, posteriormente, a Minas foram mapeados com base nos instrumentos de pesquisas da Torre do Tombo (catálogos publicados com breve descrição dos documentos). Os núcleos documentais, em boa parte, encontram-se microfilmados. Foi feita a leitura das Coleções de Manuscritos Brasileiros e seus Códices (que abarcam do século XVI ao XVIII até 1810). No caso do estudo em questão, a atenção se ateve sobre o século XVIII. A documentação traz um conjunto de correspondências e leis sobre os conflitos de terras, sesmarias concedidas e em contendas sobre os rumos da colonização, do povoamento e do gentio.

¹⁰ Foram consultados os catálogos e estudos sobre os acervos portugueses com a finalidade de precisar da melhor maneira os conjuntos documentais (coleções e fundos) e os guias organizados pelo Prof. Dr. Caio Boschi, indispensáveis para se ter noção da coletânea de fontes existentes. Foi realizada, também, pesquisa nos acervos no conjunto de leis sobre povoamento e colonização do sertão.

interior da colônia e com a América espanhola. Foram pesquisados documentos referentes à América do Sul envolvendo os índios nas regiões do Mato Grosso, Minas e Goiás e as leis.

A partir disso, avalia-se que, como a documentação, a historiografia analisada invalida dizer que os indígenas são ausentes, o que deve ser questionado são as abordagens que o assunto recebeu. A pesquisa bibliográfica permite certo diálogo proveitoso com a documentação. As leituras subsidiaram a compreensão do contexto e dos dados fornecidos nas fontes. A opção do espaço e tempo do estudo atravessa a análise a partir do problema central. O elo está em certos aspectos selecionados, como as leis e ações determinadas pela política indigenista, que são pensadas ao se discuti-las junto à política de terras perpassando a colonização. É possível acompanhar, desde algumas idéias dos jesuítas até o Diretório dos Índios do Grão-Pará e o que foi produzido para Minas, a permanência de alguns componentes ao traçar a política indigenista, mesmo após a morte de Manuel da Nóbrega.

O período do governo Gomes Freire (1735-1763) é um marco das estratégias de poder e dos mecanismos do Estado quanto à formulação da legislação de sesmarias e indígena. É fundamental a menção ao período porque nele se distribuiu o maior número de sesmarias aos colonos, demonstrando a preocupação com a conquista e a expulsão dos povos indígenas das terras. Muitos acontecimentos podem ser assinalados nesse governo, até porque se manteve por quase 30 anos e à frente da região centro-sul de extremo peso na colônia.¹¹ Contudo, a visão das autoridades e a dos colonos incidem sobre as questões de ordem cultural, uma vez que revelam as descrições do modo de vida dos indígenas. Ao compor a discussão dos motivos que deram os argumentos que permitiram a apropriação e o domínio da terra, acreditamos que o modo como “entenderam” as manifestações, sejam dos hábitos, sejam dos costumes, sejam das guerras indígenas, forneceu os elementos a política indigenista.

Como ponto de partida para a compreensão da problemática, a relação terra, poder e exploração de riquezas foi fator que influenciou e, mais que isso, determinou pensar a política indigenista dos sertões. Com base nas ordens régias,

¹¹ As correspondências permitem uma análise da dimensão e das expedições do Governo. PBA 632. Coleção Pombalina, Biblioteca Nacional. Lisboa. Há um conjunto de cartas do Conde de Bobadela sobre a administração militar e outro conjunto dirigido ao Marquês de Pombal.

no conjunto das demais leis locais e nas correspondências entre autoridades, pode-se esclarecer como ocorreu a aplicação efetiva da política indigenista e até onde houve ou não modificação na política voltada para os sertões. Muito mais que inventariar leis, interessa analisá-las e verificar como também se realizou uma adaptação, na prática cotidiana, das leis e estratégias para impor a política frente a tantos grupos indígenas existentes.

Os povos indígenas, em sua maioria nômade,¹² viviam numa migração constante como particularidade cultural inerente à vida deles. Com a estrutura dos aldeamentos, houve um impacto, modificando brusca e completamente as noções de espaços territoriais dos contornos concebidos e de tempo que se compunha a partir da concepção de mundo que tinham esses povos. O aldeamento denota as mudanças, interferindo no nomadismo peculiar ao costume dos índios, inclusive afetando o entendimento deles de espacialidade e de cronologia. O uso da mão-de-obra indígena e sua utilidade na colônia são fatores a mais que alteraram a vida dos povos indígenas, provocando os conflitos e as reações desses povos. Afinal, leva-se em conta que é inseparável na formação da vida dos indígenas a conservação do legado dos ensinamentos dos costumes e das noções de espaço-tempo, que por sua vez foram mudando a partir do contato cultural com o colonizador e das noções distintas que eles também carregavam.

Os gentios, nas Minas, e de forma geral no interior da colônia, pertenciam ao tronco Jê, vistos como guerreiros perigosos, que tinham a guerra como uma atividade marcante na vida: “A guerra mobilizava toda a tribo, exigindo a cooperação de cada componente dela na proporção e habilidades e força física”.¹³ Lutavam entre si por disputas de territórios, por alimentos ou motivados por vinganças de antigas arestas e também por causa de seus rituais. Por isso, devem ser retomados criticamente alguns pensamentos que afirmam ter sido a guerra movida pelo gentio como ato de selvageria, enquanto a guerra movida por portugueses e bandeirantes uma ação considerável como “obra civilizatória”.

O Estado na tentativa de civilizar o gentio teve como intermediário os missionários nos contatos, que, segundo Oíliam José,¹⁴ foram acolhidos pelos índios apesar de conservarem suas superstições. Frei Antônio da Piedade saiu dos

¹² Ver Oíliam José. *Indígenas de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Edições Movimentos/Perspectiva, 1965.

¹³ Oíliam José. *Indígenas de Minas Gerais*, p. 68.

¹⁴ Oíliam José. *Indígenas de Minas Gerais*, p. 68.

Campos dos Goitacás, em 1702, para realizar a catequese no sertão mineiro, na tentativa de levar a civilização aos índios. A investida do frei missionário mostra a tentativa da Igreja em se fazer presente e de pensar a catequese no sertão das Minas. No entanto é preciso cautela quando se trata da questão, pois as informações das fontes não detalham com minúcias a ponto de se saber amplamente como a catequese de fato se processou pelos agentes do clero autorizados para esse empreendimento. Sabe-se, com precisão, que a catequese aconteceu e que não se deve afirmar o sucesso dela. Os intensos pedidos dos padres por terras foram justificados, também, nos planos de civilização do gentio, sob o pretexto do “bem do povoamento e sossego da população,” como mais à frente se aborda.

Os conflitos oriundos do encontro colonizador-índio incitados pela ocupação do solo não resultaram somente nas mortes de ambos os lados, mas na extinção física do indígena – o genocídio –, na transformação da identidade até a morte da cultura, da língua de muitos deles – o etnocídio. Para exemplificar, pode ser lembrada uma das ações de Pombal quando decretou a proibição aos indígenas de falar a língua deles, só lhes sendo permitido expressar na única língua obrigatória – o português –, e o decreto foi reafirmado no *Diretório dos Índios*.¹⁵

Nessa abordagem, vê-se o entendimento que esses povos tinham sobre a vida, a morte, com a terra e com a guerra. A história dos indígenas envolve o acervo simbólico de suas culturas construído por meio de significados que também conferiram à liberdade, ao preparo ritualístico, ao cotidiano, que influenciaram na maneira como se relacionaram com os colonizadores e vice-versa. Reconhecemos a necessidade de ampliar as discussões que enfatizam a presença de memórias diversas e a coexistência de culturas distintas na história da colônia. O intercâmbio entre culturas, por troca ou por imposição, índios-europeus provocou um choque de uma amplitude inusitada mesmo para os padrões da época.¹⁶ A desterritorialização, as desapropriações das terras dos índios, juntamente com a coibição das concepções de mundo concernentes aos seus espaços e modos de vida, acenam para mudanças expressivas advindas de confrontos culturais. Os conflitos ainda

¹⁵ Cf.: Rita Heloisa de Almeida. *O diretório dos índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*. Brasília: UnB, 1997.

¹⁶ Esse assunto foi abordado no Projeto *Simbologia e Memória* em 1997 e 1998, elaborado por mim juntamente com o Professor Sandro Vargas, estudioso das noções sobre o tempo/temporalidade e culturas ameríndias.

podem ser percebidos na memória das lutas de terras desencadeadas para demarcação de territórios que, ao serem apropriados pelos colonos, desdobraram-se em perda considerável da identidade dos povos indígenas.

Para o referencial teórico, escolheu-se a História Social e o Marxismo, por oferecerem fundamentação para a análise e o suporte dos debates decorrentes da problemática. No que tange à concepção de História, a discussão toma como base os estudos de Marc Bloch, Lucien Febvre, Fernand Braudel, Edward Thompson e Febvre,¹⁷ que elucidam a crítica ao texto-documento como forma de priorizar uma história sem exclusão e que atenua “os males do esquecimento”. Marc Bloch¹⁸ adverte que da incompreensão do presente nasce a ignorância do passado. Esses historiadores inspiram reflexões críticas à medida que se busca a história social da terra e dos povos indígenas. Sem um pensamento crítico não se pode concebê-las. Assim como não é possível deixar de fora da história social da terra os povos indígenas, também vale o mesmo para a história indígena. Conforme afirma Thompson, “a relação precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais”.¹⁹

Na historiografia brasileira, buscou-se embasamento, especificamente, nos estudos que norteiam a análise Brasil e Portugal, bem como no contexto europeu, enfatizados pelos historiadores Caio Prado Jr., Fernando Novais, Sérgio Buarque de Holanda e Eduardo D’Oliveira França.²⁰ Alguns eixos temáticos guiaram as leituras da pesquisa do período colonial e dizem respeito à definição, aos tipos de aldeamentos, às formas empregadas para subtrair a liberdade dos índios, ao uso da tutela e da mão-de-obra indígena. Os conceitos que compõem um debate instigante receberam atenção, como o de resistência e guerra, de civilização e barbárie. As noções de sertões e de fronteiras também ensejaram comentários às visões

¹⁷ Lucien Febvre. *Combates pela história*. Trad. Leonor Martinho Simões e Gisela Moniz. 3. ed. Lisboa: Presença, 1983. (Prefácio de 1952).

¹⁸ Marc Bloch. *Introdução à história*. Trad. Maria Manuel e Rui Grácio. 5. ed. Lisboa: Publicações Europa-América (escrito em 1942). p. 42.

¹⁹ Edward Thompson. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. 3. ed. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. v. I.

²⁰ Caio Prado Júnior. *História econômica do Brasil*. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987; *Evolução política do Brasil: colônia e império*. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. Eduardo D’Oliveira França. *Portugal na Época da Restauração*. São Paulo: HUCITEC, 1997. Fernando Novais. *A. Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Brasiliense, 1986. Fernando Novais. *Aproximações: Estudos de História e Historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005. Sérgio Buarque de. Holanda. *Metals e pedras preciosas*. In: *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1973. v. 2. p. 259-310. Sérgio Buarque de. Holanda. *Visão do paraíso*. 4 ed. São Paulo: Ed, Nacional (brasiliense), 1985.

espaciais e sociais da época, aspectos relevantes na formulação da problemática em torno da terra na colônia, dos espaços instáveis, de limites movediços que estavam em vias de demarcação. A revisão historiográfica permitiu um paralelo entre história indígena e história de terra do Brasil para compreender como se procederam as políticas adotadas e a legislação em uma e outra região da colônia. As práticas decorrentes do contato colonizador e povos indígenas, semelhantes e/ou não, foram avaliadas abordando-se os casos que envolveram disputas de terras.

As leituras obedeceram a uma orientação no sentido de situar a sociedade do período, o contexto das Minas nas esferas da política administrativa colonial, econômica e religiosa, a questão de terras, os meios usados na desapropriação das terras do gentio e, na sequência, a apropriação delas pelos colonos e o Estado, sendo dispostas como terras devolutas. As leituras concentraram-se na História, porém algumas da área de Antropologia foram fundamentais para o entendimento dos povos indígenas no Brasil, fornecendo dados sobre suas subdivisões e culturas. Observou-se a especificidade de cada uma das áreas do conhecimento, os métodos de pesquisas, as questões levantadas e as fontes. Essencial, também, foram algumas publicações na área do Direito relacionadas à questão fundiária, mas sem se ater a parte mais técnica, relevantes para se ter subsídios na discussão da legislação de terras e da história das sesmarias numa perspectiva jurídica. O aprofundamento é imprescindível quanto ao referencial teórico que exige relacionar as informações das fontes primárias com as secundárias e ao analisar a problemática.

A história social e a publicação dos *Annales* desencadearam a transformação não só da concepção de História, mas ampliou a noção de documento. O documento histórico não é somente a fonte escrita – e esta não é de importância diminuta para o ofício do historiador, tanto que este estudo se realiza com documentos dessa natureza –, mas todos os vestígios deixados pelos homens de suas relações, tudo o que é criado pelas sociedades humanas e de alguma maneira permanece como registro conforme define Lucien Febvre. A História Social permite novas interpretações, a visão crítica e o diálogo com o documento, mesmo sendo o oficial.

A historiografia elucida a constante busca, nestas últimas décadas, de novos objetos de estudo, novas abordagens e novos problemas. Peter Burke, Michel de Certeau, Jacques Le Goff, Pierre Nora, Carlo Ginzburg, dentre outros que estão

voltados para a História em suas múltiplas relações e dimensões sociais, culturais, políticas, econômicas, ressaltam a necessidade de alargar os horizontes e contrapor diferentes fontes num estudo.

Discussões como a História vista de baixo, o cotidiano, as manifestações culturais e sua diversidade, a cultura popular e os silenciados ganham cada vez mais relevância para o historiador. É uma procura pela riqueza da pluralidade das relações sociais desafiando perceber outras trajetórias para além do oficial. Essa ampliação vem ocorrendo na historiografia brasileira a partir de diversos temas e períodos. São muitos os historiadores que hoje compartilham a necessidade de se tratar de documentos não oficiais ou mesmo dos oficiais, dando-lhes um tratamento e leitura críticos. Os temas enfocam o marginalizado, a prostituta, o menor abandonado, o excluído de forma geral, as lutas dos negros, o desclassificado, o herege, a participação das mulheres, as relações de gênero, a sexualidade, a família, os costumes e a moral oficial e cotidiana.²¹

No final da década de 1970 e início da década de 1980, no Brasil, vários trabalhos aprofundaram-se em questões de cunho metodológico e temático sobre a escravidão, influenciados pela História Social e seus desdobramentos. Além dos assuntos acima relacionados, autores dedicaram-se a analisar a passagem do escravo para liberto, os caminhos possíveis para se chegar à libertação, a condição social e econômica das mulheres forras. A partir da década de 1980, houve, também, reflexões sobre a escravidão urbana, o modo de vida dos diversos grupos sociais, étnicos e o cotidiano, bem como as transgressões cometidas na sociedade colonial, a integração ou não do ex-escravo nessa sociedade, os costumes e a vida íntima e privada.

Não é nossa pretensão detalhar todos esses estudos, todavia, é necessário mencioná-los para situar esta pesquisa, que está integrada às possibilidades de interpretação que a História Social promove. No caso da historiografia mineira, os estudiosos clássicos, do século XIX e início do XX, dedicaram-se aos estudos dos aspectos diversos das Minas coloniais, elaborando pesquisas bem abrangentes, às vezes generalizadoras, mas fundamentais, por remontarem à descoberta do ouro de aluvião, à decadência, desde as origens da colonização à constituição da sociedade escravista no século XVIII, bem como à

²¹ Ver: Fernando Novais (Dir.); Laura de Mello e Souza (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. v. 1.

expressividade da cultura barroca.²² Por outro lado, os estudos recentes, por volta da década de 1990 em diante, dedicam-se às questões do período setecentista mineiro, na perspectiva da história social e cultural, com atenção especial para temas, de acordo com o movimento historiográfico brasileiro do período, envolvendo os quilombos, a resistência dos escravos, as revoltas, a religiosidade, o homem livre pobre, o liberto, as famílias mineiras, as mulheres na economia, os crimes e transgressões, as alforrias, o cotidiano da vida nas vilas, dentre outros.

A história indígena se situa nesse campo que se abre na década de 1990 e vem cada vez mais saindo do anonimato, sendo recuperada na historiografia. “A História dos Povos sem História” de Henri Moniot,²³ que compõe os novos problemas, aborda o fato de povos como os índios e os africanos terem sido considerados pelos europeus desprovidos de história. O autor critica tal posição e demonstra as raízes dessa desqualificação com base na noção criada de barbárie *versus* civilização: “A exclusão de tantos povos era decretada de diversas formas. Inicialmente, por uma idéia já adquirida: não fizeram nada de notável, nenhum produto durável, antes da chegada dos Brancos e da civilização – a selvageria como pré-história anônima e bronca, um dos estereótipos justificadores do ‘fardo do homem branco’.”²⁴

Henri Moniot menciona o conjunto documental existente para se tratar da história desses povos, inclusive ressalta o valor da fonte oral como fundamental. Ele se refere, também, aos registros produzidos por exploradores, missionários e administradores. São fontes oficiais, mas que, interpretadas, podem colaborar na recuperação do que se convencionou chamar de “povos sem história”. O pesquisador lida com as fontes narrativas (como relatórios de viagens), e esses materiais recebem “uma segunda vida” desde que feita uma leitura crítica,

²² Alguns clássicos de referência para História de Minas: Afonso Ávila. *Resíduos seiscentistas em Minas*: textos do século do ouro e as projeções do mundo barroco. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1967. 2 v. (Centro de Estudos Mineiros). Waldemar de Almeida Barbosa. *A capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ibérica, 1970. Charles R. Boxer. *A idade de ouro do Brasil*: dores de um crescimento de uma sociedade colonial. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1969. José Ferreira Carrato. *Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais*. São Paulo: Nacional, 1968. Francisco Iglesias. *Três séculos de Minas*. Belo Horizonte: Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, 1985. (Cadernos de Minas). Diogo de Vasconcelos. *História antiga das Minas Gerais*. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. 2 v. Diogo de Vasconcelos. *História média de Minas Gerais*. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

²³ Henri Moniot. A história dos povos sem história. In: Jacques Le Goff; Pierre Nora. *História*: novos problemas. Trad. Theo Santiago. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988 (Ciências Sociais).

²⁴ Moniot Henri. A história dos povos sem história. In: Le Goff, Jacques; Pierre Nora. *História*: novos problemas. p. 99.

adequada, conforme o testemunho analisado. Pode-se “[...] pode reutilizar, retraduzir nessa perspectiva os materiais que as fontes escritas manifestam nas categorias e pontos de vista do Ocidente, enriquecendo dessa forma uma história ‘compreensiva.’”²⁵ Compreender a história desses povos não significa se render ao idealismo demagógico no sentido de se pode fazer a história na visão deles ao pé da letra, pois se deve atentar para os riscos de interpretações forjadas e forçadas. Como Fernando Novais esclarece “A crítica do etnocentrismo é verdadeira e não é nova. Mas isso não deve levar à idéia de que nós temos de reconstituir a história do ponto de vista dos vencidos. Nós não podemos nos transformar em índios. Uma coisa é fazer o estudo da visão dos índios e outra é reconstituir a história a partir do seu ponto de vista. Há estudos recentes de etno-história, como o que Padden fez no México e Wachteel no Peru, em que se estuda como os índios perceberam o descobrimento, a conquista e a colonização. São estudos de mentalidades. A história precisa ultrapassar os pontos de vista do vencido e do vencedor e dizer alguma coisa a mais. Como nação, somos herdeiros dos europeus, dos índios e dos negros, mas todos não participam da mesma maneira na nossa formação. Um foi o vencedor e os dois outros foram os vencidos.”²⁶

Uma análise crítica e atenta das fontes oficiais sobre a questão indígena é possível sem ter de fechar-se ou prender-se ao modelo cultural ocidental impregnado no texto. Com base nele pode-se perceber as situações sócio-históricas de tipo colonial como nas descrições dos índios e os julgamentos emitidos. “Notemos finalmente o privilégio dos casos para os quais se encontram um conjunto de tradições indígenas e um conjunto de fontes escritas européias, como na costa do golfo da Guiné nos séculos XVIII e XIX. As qualidades de cada tipo de fonte fazem mais que se adicionar, pois, separadas, restariam parciais ou precárias: o tipo de autenticidade e os domínios de interesse próprios aos testemunhos locais, a rede precisa de coordenadas espaciais e temporais, os domínios de interesse e o ‘julgamento a distância’ dos testemunhos estrangeiros, as ‘obliquidades’ e aptidões de uns e outros são colocadas a nu na confrontação.”²⁷

²⁵ Moniot Henri. A história dos povos sem história. In: Le Goff, Jacques; Pierre Nora. *História: novos problemas*. p. 106.

²⁶ Fernando A. Novais. Não podemos nos transformar em índios. *Folha online. Folha de São Paulo*. São Paulo, 24 de abril de 2000. (Brasil 500).

²⁷ Moniot Henri. A história dos povos sem história. In: Le Goff, Jacques; Pierre Nora. *História: novos problemas*. p. 107.

A distinção entre barbárie, bestial e humanidade é fruto do pensamento ocidental e cristão. Todos os que se encontravam fora dos limites da cristandade eram tidos como seres vazios de virtude. O vazio vinha da desqualificação do modo de vida dos outros que não fossem cristãos. Assim, os cristãos se autoposicionavam como superiores numa hierarquia inventada ocidental e européia. Com a expansão comercial das grandes navegações, foi inevitável a experiência da “pluralidade cultural” e a diversidade social na formação do novo mundo.²⁸ A discussão em torno do conceito de cultura é relevante para o tema que se desdobra num choque cultural, porém é ampla e não se pretende rever aqui a origem e o desenvolvimento do conceito, mas pontuar a noção adotada. As relações humanas e sociais dinâmicas se modificam de acordo com o contexto da sociedade, levando a cultura a ser também transformada ou mantida. As transformações se operam historicamente, criando uma dinâmica de geração em geração. Elas podem ocorrer internamente à sociedade ou por via externa, pela influência ou imposição de uma cultura sobre a outra. Afinal, sabe-se que há formas violentas e bruscas que provocam mudanças numa cultura advindas das relações de dominação. Roque de Barros Laraia,²⁹ ao discutir os conceitos de cultura, de perspectivas diferentes dos estudiosos, mostra a origem e as divergências que envolvem o entendimento dessa noção. Contudo, é ponto comum entre os estudiosos que o ser humano é o único ser vivo com a habilidade de produzir e transmitir cultura e memória, partindo do princípio de que o ser humano aprende os códigos sociais de convivência da sociedade em que está inserido. Os hábitos, os ritos, os comportamentos e os valores são componentes culturais, bem como os papéis femininos e masculinos numa sociedade, e as relações de gênero são, também, produtos da cultura. A idade e o gênero definem a maneira pela qual o indivíduo irá participar culturalmente da sociedade em que vive, na mesma medida a maneira os padrões culturais determinam como o ser humano age e se comporta socialmente. Já os aspectos biológicos e geográficos influenciam na organização e produção da sobrevivência, porém não são fatores determinantes da cultura, tais aspectos não explicam os motivos da existência de culturas diferentes entre as sociedades humanas.

²⁸ Ver sobre a relação entre etnia e história: Edgard Ferreira Neto. História e etnia. In: Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas. (Org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. 5. ed. RJ: Campus, 1997.

²⁹ Roque de Barros Laraia. *Cultura: um conceito antropológico*. 11. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

Durante muito tempo, o conceito de cultura esteve apartado de civilização, como se cultura fosse o conjunto espiritual e civilização a parte das realizações materiais de uma sociedade. O espiritual seriam as normas, ritos, crenças, costumes, a moral prevalecente. Para os cristãos, os índios eram seres sem cultura e até sem civilização. Essa idéia discrimina e segrega as sociedades humanas. Embora existam diferenças culturais, elas não devem nortear uma escala de estágios que acaba por desprezar o conhecimento de alguns povos em detrimento de outro e por criar o pensamento de que alguns são mais evoluídos que outros. Mesmo sendo o etnocentrismo um fenômeno universal, uma vez que povos diferentes se estranham, na relação cada qual tem sua cultura, como o referencial para olhar e comparar o outro, todavia não se torna, por isso, justificável o domínio de um povo sobre o outro.

A aproximação entre história e antropologia³⁰ permite refletir como as duas ciências têm afinidades para o estudo da questão indígena. Embora entre ambas haja um terreno de controvérsias, isso não impede o debate profícuo. As propostas de Lévi-Strauss sobre a história nos estudos etnológicos aos estudos de Bloch, Febvre e Braudel, que fazem uma história total, incorporam elementos das outras ciências criando uma história nova e “atenta às transformações lentas, de natureza demográfica, econômica, cultural.”³¹ O intercâmbio entre história e antropologia também está presente em estudos de Le Goff que o definiu com a expressão “antropologia histórica”. No entanto, vale notar que uma região que impõe limites e divergências, embora tenha questões instigantes, não é só o lugar de convergências, mas de dissensos e acirrados debates.

Para compreender a política indigenista e como foi articulada aos aspectos sociais e culturais dos grupos indígenas, rotulados de bárbaros, deve ser considerada a concepção do europeu, que enxergou-lhes na organização social e religiosa a relação que tinham com a terra auferindo o seu próprio universo mágico desprovido do Deus católico e de uma coroa real. A colonização acarretou a miscigenação no Brasil. Como fruto da expansão, ela aparece como mérito português, porém, numa perspectiva crítica, o Professor Novais adverte que a

³⁰ Lília K. Moritz Schwarcz; Nilma Lino Gomes (Org.). *Antropologia e história: debate em região de fronteira*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

³¹ Lília K. Moritz Schwarcz; Nilma Lino Gomes (Org.). *Antropologia e história: debate em região de fronteira*. p. 21.

miscigenação também significou uma maneira de expressar a relação de dominação do português na colônia.

Com base nas proposições, o que se quer expressar é que esta pesquisa se insere no campo da história por opção, contudo recorreremos, em certos momentos, aos estudos de antropologia. A distinção entre história e as outras ciências sociais está no fato de a história tratar de todos os níveis da realidade; a história é total. As ciências sociais tratam de um nível e, ao elegerem-no, sacrificam a totalidade. Nas palavras do Professor Fernando, “a história busca reconstituir e para reconstituir tem que explicar”.³² Assim, se confere à abordagem do estudo o caminho da história em suas múltiplas dimensões sem desprezar a cultura, porém sem negar o peso da política-econômica. As contribuições advindas da antropologia no caso da questão indígena completam a abordagem. O social e o cultural são esferas fundamentais que se articulam. Sem elas fica difícil pensar a política indigenista e o conjunto de leis imposto pelo Estado. Leva-se em conta que é preciso refletir sobre as atitudes e as relações surgidas entre colonos e índios que foram se definindo a partir das culturas que eram estranhas uma à outra. A análise da organização social, aliada às outras esferas, decifra as intenções e a linguagem de cada texto: “o historiador não se contenta em traduzir uma linguagem cultural para outra, ou seja, produções sociais em objetos de história”.³³ O ofício do historiador é analisar como uma sociedade se transformou e a pesquisa histórica se articula com base no lugar da produção socioeconômica, política e cultural.

As sociedades indígenas na colônia mantinham em suas culturas comportamentos, maneiras de se organizarem economicamente com base na terra. Afinal eram povos cujos mitos e rituais eram preservados a partir do contato com a terra e a sobrevivência extraída dela. “As culturas não são entidades abstratas, só vivem sustentadas por grupos humanos, adaptados a um meio geográfico, comprometidos numa história”.³⁴ É essencial à compreensão das lutas indígenas não dissociá-las da história da terra e vice-versa, tampouco apartar-se das esferas sociais e culturais da vida desses povos. Nota-se que as influências dos valores e dos julgamentos culturais dos índios por parte dos colonizadores deram a tônica à formulação da política indigenista, desaguando no domínio e no controle das terras

³² Fernando Antonio Novais. Curso: História econômica geral e do Brasil. Pós-Graduação. Período agosto de 2004 a dezembro de 2004, Campinas: Instituto de Economia, Unicamp.

³³ Michel de Certeau. A operação histórica. In: Le Goff; Pierre Nora. *História: novos problemas*. p. 29.

³⁴ Nathan Wachtel. A aculturação. In: Jacques Le Goff; Pierre Nora. *História: novos problemas*. p.114.

que habitavam. Para compreender o elo entre a história da terra, colonização e história indígena é necessário retomar a imagem edificada dos índios na ótica das elites, das autoridades coloniais civis, eclesiásticas, configurando as concepções que influenciaram na elaboração da política indigenista. Propomos identificar como a Igreja atuou nesse processo, no qual o Estado lançou sua política indigenista sem a presença jesuítica, que não foi forte em Minas como em outras regiões do Brasil colônia. Aparece uma lacuna, a ser preenchida, quando se verifica a não-efetiva presença da Companhia de Jesus, no sentido de responder como a Igreja, nesse contexto, agiu. Sabe-se que o projeto de Pombal encabeçou, além de alterações, restrições a determinados assuntos da colônia, antes pertencentes ao domínio da Igreja ou até certo ponto entregues a ela. No caso dos índios, por exemplo, coube à Companhia de Jesus o empreendimento da catequese até a expulsão dela do Brasil.

No discurso das elites é preciso diagnosticar como se registrou o conjunto simbólico cultural dos índios, questionado e rejeitado no mundo do colonizador. Com isso, o uso de argumentos forjados foi recorrente para se apropriarem das terras no exercício da dominação.

A partir dessas proposições, a matriz construída no discurso congelou, na longa duração, a visão que prevalece do índio como avesso ao trabalho, preguiçoso, indolente, inferior, selvagem e violento. Essa linha de pensamento deixou rastros nos estudos dos povos indígenas. “Cultura em conserva” ou “culturas conservadas, como em geladeiras”, são expressões de João Camillo Torres para se referir ao fenômeno que ocorre quando uma população fica isolada em razão da quase-ausência dos meios de comunicação e de contatos com outras comunidades ou com centros “mais desenvolvidos”. O isolamento fez manter ou conservar “formas de vida arcaica,”³⁵ mas o autor, ao mencionar as populações indígenas, nem como culturas arcaicas as caracteriza, reduzindo-as a uma condição inferior ao afirmar que eram “tribos de reduzido nível cultural”.³⁶

A política adotada não foi contraditória como alguns autores defendem. A oscilação nessa matéria da mudança das leis foi oportunista, caminhava ao sabor das circunstâncias e era alterada quando necessário. A domestificação e/ou

³⁵ João Camillo de Oliveira Tôrres. *Estratificação social no Brasil: suas origens históricas e suas relações com a organização política do país*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965 (Coleção Corpo e Alma do Brasil). p. 11-12.

³⁶ João Camillo de Oliveira Tôrres. *Estratificação social no Brasil: suas origens históricas e suas relações com a organização política do país*. p. 17.

extermínio foi autorizado *pari passu* com a desqualificação do gentio. Na política traçada, estão as raízes da dominação e do poder daqueles que se julgaram os descobridores das terras de além-mar e das minas do ouro, e elaboraram estratégias mesmo que oscilantes para os sertões e fronteiras de Minas com outras capitanias com a finalidade de extrair riquezas, mascarada em prol da civilização.

Fernando Novais³⁷ esclarece que a formação do capitalismo e a colonização não são processos estanques, mas complementares; o primeiro é necessário para a compreensão do segundo. Assim, os séculos XIII, XIV, XV preparam os passos de Portugal para a unificação do poder real e a expansão ultramarina. A cobiça pelo Oriente, a presença muçulmana, a consolidação dos reis católicos, a reconquista, a cristandade, as redefinições de fronteiras no novo mapa da Europa que emergia contribuíram para novas terras além-mar. Os descobrimentos impuseram novas referências econômicas, políticas, culturais e geográficas. O pioneirismo português e a mercantilização da produção acarretaram a divisão social do trabalho ou a especialização da produção. A economia natural e economia mercantil ainda coexistiram por um período na Europa, mas o fato é que o capitalismo se desenvolveu impulsionado pelo colonialismo. Os componentes gerais do sistema colonial marcaram as relações entre metrópole e colônia: a dominação política, o exclusivo do comércio (expressão usada pelos pensadores mercantilistas) e a compulsão do trabalho. Além da esfera econômica completa, um dos objetivos da colonização, houve a presença das ordens religiosas, franciscanos, jesuítas e outras no processo de conquista do território, mas o que não se fez sem conflitos.

O século XVIII ocasionou a interiorização da colonização pelos bandeirantes e de outras atividades para além do litoral concretizaram a presença do colonizador no sertão e assinalou uma nova etapa da conquista. O processo de interiorização ocorreu acompanhado por tensões e também por outras formas de estabelecer a conquista, como a tentativa de não ir contra o nativo diretamente, mas com o nativo, o que possibilitou as alianças. As contradições no mundo colonial, na metrópole e na colônia dilataram-se a partir do século XVIII e as guerras de independência na América completaram um quadro de crise. A extensão do capitalismo ocorreu com o sistema colonial, assim as relações metrópole-colônia

³⁷ Cf. Fernando Antonio Novais. História econômica geral e do Brasil. Curso de Pós-Graduação. Período agosto de 2004 a dezembro de 2004, Campinas: Instituto de Economia, Unicamp.

estabelecidas nas esferas econômica, política e religiosa integraram o contexto no qual se situa este objeto de estudo.

Este trabalho está dividido em três capítulos, cada um com as respectivas subdivisões. No Capítulo I, Os Ameríndios e a Política de Terras na Capitania das Minas Coloniais, trata-se da descrição e da localização dos diferentes povos indígenas no território, das etnias e dos costumes dos índios que se chocaram com a visão européia e cristã. Dedicase uma reflexão sobre as leis e as ações dirigidas à posse de terras (as sesmarias para plantio e criação de animais e as datas minerais para extração de ouro e pedras preciosas). São apresentados o contexto histórico das Minas e a formação da capitania para esboçar a construção dos limites e fronteiras juntamente com a legislação de terras e o contato com os índios. Nesse contexto, as estratégias dos governos têm ênfase, por representarem um elo significativo entre a distribuição de sesmarias, o povoamento e as diretrizes da política indigenista para os sertões. Respeitando-se a peculiaridade da capitania de Minas, com relação às outras áreas coloniais, são abordadas as formas de colonização do território para o povoamento, que tiveram como consequência imediata a guerra contra os povos indígenas, uma vez que povoar e obter a posse da terra e de suas riquezas dependia da conquista do gentio. Com isso, relacionam-se o exercício e as estratégias do poder, das políticas coloniais na segurança e defesa do território com a finalidade de assegurar a extração das riquezas. Esses fatores tramitaram entre as preocupações das autoridades do século XVIII, implicando o processo de demarcação das sesmarias, bem como das fronteiras separando a América portuguesa e a América espanhola.

No Capítulo II, Os Sertões do Século XVIII, trata-se do levantamento da concepção de sertões para a época, conforme o avanço da colonização e do convívio entre colonos e indígenas. As imagens do que se compreendia por sertões (do oeste, do leste, do norte e do sul das Minas) constam nas representações dos espaços e nas descrições das expedições de entradas. A distinção entre um sertão e outro dos núcleos urbanos é discutida com base nas influências culturais que marcaram os antagonismos entre civilização e barbárie. As imagens edificadas do meio ambiente registram as referências de localização espacial e dos códigos culturais, assim como nas descrições transparecem os comentários sobre os recursos naturais, a mineração, a exploração do solo, das matas, das madeiras e o uso dos rios, envolvendo a problemática das terras indígenas. O peso dos fatores

econômicos é demonstrado nos relatos à medida que as estratégias de poder se revelam direcionadas à obtenção de lucros. Eram áreas que concentravam produtos indispensáveis ao comércio e à sobrevivência advindas das atividades como agricultura, pecuária, corte de madeiras, os gêneros do “certão,” o cultivo de pimenta, canela, mandioca, dentre outras, mediante a exploração também do trabalho indígena, além dos escravos negros e livres pobres. Para garantir a ocupação do território, por conseguinte a obtenção de lucro, era necessário investir nas fortificações e presídios como obstáculos às invasões – inclusive para conter as ameaças dos povos indígenas –, que simbolizavam edificações do poder nos limites das fronteiras. A violência, a força física, militar e religiosa foram os componentes nas estratégias políticas do poder com vista ao domínio da riqueza e do uso da mão-de-obra indígena. A geopolítica das fronteiras e dos sertões infligiu sobre as áreas de permanentes crises e perigos um tipo de política indigenista, que lançou mão de maneira recorrente da violência e do extermínio. Os caminhos e o uso dos rios, que eram vias de ligação entre os sertões e deles com os núcleos urbanos, facilitaram o povoamento, o comércio, o escoamento dos produtos e a sobrevivência. As vias de acesso, sejam por meio dos rios, sejam por terra, sinalizaram a necessidade de civilizar os espaços, seus habitantes, para o controle da colônia e de suas riquezas. No Capítulo III, Catequese e Civilização, abordam-se os planos arquitetados na tentativa de civilizar e catequizar os índios, principalmente os povos que viviam nas áreas conflitantes, circunscritas aos sertões e fronteiras, em específico as demandas entre Estado, Igreja, colonos e indígenas. As debilidades da colonização aparecem nas disputas entre leigos e religiosos, nas contendas de terras e da administração dos aldeamentos. A civilização dos índios fundamentou-se na catequese e na invenção dos aldeamentos sob a administração eclesiástica ou entregues à tutela civil, voltados para as circunstâncias das localidades em desordens, que se agravaram ainda mais por estarem situadas onde seria a demarcação de fronteiras. Ao serem analisados os conflitos, identificam-se as formas de resistência dos povos indígenas e os pressupostos forjados na elaboração da política indigenista como decorrência da ampliação dos problemas de terras. Nessa matéria, a guerra é contextualizada para esclarecer os argumentos que permitiram a guerra justa, a apropriação de terras e, conseqüentemente, as lutas e focos de reações indígenas em determinadas áreas de intensos e duradouros conflitos entrelaçados a uma política macro do espaço colonial da América portuguesa.

CAPÍTULO I – OS AMERÍNDIOS E A POLÍTICA DE TERRAS NA CAPITANIA DAS MINAS COLONIAIS

1 As Minas Coloniais

A história das Minas Gerais remonta à descoberta do ouro. As últimas décadas do século XVII marcaram os primeiros achados, e coube aos paulistas a responsabilidade pioneira de penetrar o desconhecido sertão, de difícil acesso. Foram eles que confirmaram a existência de ouro, o que até então era uma suposição, um desejo e um sonho. Mas esse sonho não era uma aventura desorientada, pois certas pistas na época acusavam os indícios. Tanto é que várias expedições lançaram-se pelo interior do Brasil e, embora algumas fracassassem dadas as dificuldades de acesso, a escassez de alimentos e a falta de preparo diante da realidade que não conheciam, outras continuaram a procurar, motivadas pelos boatos. “Notícias vagas, mas insistentes, começavam então a girar, de grandes riquezas minerais, jacentes no sertão, a sudoeste da Bahia, 200 léguas a dentro; onde, posto que difícil, seria possível penetrar; e tais boatos tanto mais vinham para se crer, quanto o exemplo das maravilhosas jazidas do Peru os animava”.³⁸

Segundo o Desembargador José João Teixeira Coelho, apesar das dificuldades do terreno acidentado das Minas, as terras eram férteis e produtivas “O Terreno he quasi todo montuozo cheio de mattos, cortado de muitos rios; e fertil em milho, feijão, trigo, centeio, arroz, e hortaliças boas de todas as qualidade.”³⁹ Além do potencial dos recursos minerais que “Tem minas de Ouro, de Diamantes, de Chryzolitas, de Topazios, de Esmeraldas, de Saphiras e de Granadas. Tem pedras de cevar, que não são más. Tem minas de pedra hume, de salitre e de ferro.”⁴⁰

³⁸ Diogo de Vasconcelos. *História antiga de Minas Gerais*. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. p. 48. Sobre as expedições e a crença da existência de metais e pedras preciosas, ver também Augusto de Lima Júnior. *A capitania de Minas Gerais: origens e formação*. 3. ed. Belo Horizonte: Instituto de História, Letras e Arte, 1965.

³⁹ José João Teixeira Coelho. Instrução para o Governo da capitania de Minas Gerais. In: *RAPM*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1903. v. 8. p. 409. Ver análise crítica de Caio Boschi: Instrução para o Governo da capitania de Minas Gerais (1782), de José João Teixeira Coelho. Transcrição e estudo crítico de Caio César Boschi. Belo Horizonte: SEC/Arquivo Público Mineiro/co-edição Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, 2007.

⁴⁰ José João Teixeira Coelho. Instrução para o Governo da capitania de Minas Gerais. In: *RAPM*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, v. 8, 1903. p. 409 e 410.

A partir do momento em que se tornou um fato consumado a existência de ouro, desencadeou-se um fluxo imigratório. Habitantes de todas as regiões do Brasil e de Portugal partiram para a região mineira, vislumbrando o enriquecimento. O numeroso contingente populacional fez despontar um processo urbanizador imediato e sem precedentes na história do Brasil colonial. Arraiais, vilas, povoados, igrejas e diversas atividades floresceram, desenhando um perfil urbanístico diferenciado do restante do País.

É digno de nota, conforme Francisco Iglesias⁴¹ acentua, que Minas se tenha projetado no cenário nacional do século XVIII pelas riquezas minerais, mas também se distinguia das demais regiões brasileiras, voltadas para a agricultura de exportação, onde a vida rural foi predominante, exceto nas sedes administrativas e cidades portuárias.⁴² Para melhor administrar e controlar as Minas, foram tomadas algumas providências. O Regimento de 1702 definia a área aurífera a ser explorada como datas minerais e eram cedidas pela Coroa a particulares. O ouvidor-geral foi nomeado em 3 de fevereiro de 1709, em Vila Rica, antes mesmo de a capitania se constituir para exercer a justiça.

O ouro trouxe a urbanização, concentrou nas vilas uma vida social atrativa, também caracterizada pela existência de um intenso comércio ambulante, em pequenas vendas e pelo comércio dos tropeiros que após longa distância chegava até as vilas. O cotidiano urbano possibilitava diversos serviços e carecia deles, por isso mesmo os ofícios mecânicos, o artesanato e os boticários tiveram lugar. No entanto, a aparente ordem coabitava com seu avesso: a desordem. E nesse ambiente descrito conviviam os párias, as prostitutas e os desocupados com os funcionários civis, militares e do clérigo, evidentemente que segregados, mas num mesmo espaço.

Ao lado da ostentação, a pobreza se manifestava.⁴³ A maioria da população não participou das benesses do ouro, e o sonho tornava-se pesadelo. Nem só de metais e pedras preciosas viviam os habitantes das Minas. Para suprir as necessidades básicas e manter o abastecimento, tornou-se imprescindível a diversificação da economia. Ao lado da mineração, desenvolveu-se a agricultura e a pecuária, bem como viabilizou-se a formação de um mercado interno na capitania e

⁴¹ Cf. Francisco Iglesias. *Três séculos*, p. 12.

⁴² Cf. Francisco Iglesias. *Três séculos*, p. 12.

⁴³ Laura de Mello e Souza. *Desclassificados do ouro*, p. 23.

o seu intercâmbio com as demais regiões da colônia. Comerciantes traziam mercadorias de São Paulo, do Rio de Janeiro e da Bahia. O comércio de secos e molhados era fundamental. Os molhados compreendiam gêneros alimentícios, bebidas, como o vinho e, também, o azeite. Já os secos correspondiam aos artigos como roupas, tecidos e ferramentas, dentre outros. De acordo com a observação de Charles Boxer, “muitas fortunas foram feitas – perdidas – naqueles dias de ouro. Generalizando, as pessoas que se arranjaram melhor não fizeram fortuna apenas por meio da mineração, mas com uma judiciosa combinação de mineração, lavoura e comércio de escravos e mercadorias”.⁴⁴ É interessante notar que as atividades agropastoris se firmaram no auge da produção aurífera e não com a sua decadência.

O considerável número de cartas de sesmarias comprova até certo ponto a ocupação da terra para fins agrícolas. Nelas aparece, nitidamente, a permissão do uso do solo para cultivo, durante todo o século XVIII, em Minas, servindo-se do braço do escravo. “Não só a agricultura se desenvolveu, como ‘disputou’ o escravo com a atividade mineradora. E mais, os preços dos escravos não foram impedimento à sua utilização na agricultura”.⁴⁵

Com base no exposto, pode-se dizer que a extração do ouro e das pedras preciosas foi o principal fator de povoamento das Minas Gerais, mas longe de ser a atividade exclusiva. Apesar de ser alvo dos maiores interesses e atenções, a agricultura foi tão importante quanto o ouro. “Foi a solução para a implantação e crescimento da empresa e da sociedade mineradoras, bem como a solução para a crise que se apresentou com a decadência da mineração”.⁴⁶ A produção de aguardente, mesmo sofrendo restrições legais, o tabaco, a criação de animais e a lavoura integraram-se à economia mineira da época. Embora as terras mineiras fossem ricas e fecundas, a população estava distante de uma vida tranqüila. Conflitos não faltavam; o peso dos numerosos e altos impostos foram motivo de insatisfação.

A política mercantilista do Estado absolutista português pretendia aumentar o cabedal e ampliar os lucros, explorando as potencialidades da colônia.

⁴⁴ Charles R. Boxer. *A idade de ouro*, p. 75.

⁴⁵ Carlos Magno Guimarães e Liana Maria Reis em Minas Gerais (1700-1750). *Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte, n. 2. p. 7-36, jun., 1986. p. 18. Sobre sesmarias ver: Catálogo de Sesmarias. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, ano XXXVII, 1988. v. I e II. (Publicações APM)

⁴⁶ Carlos Magno Guimarães; Liana Maria Reis. *Agricultura e escravidão*, p. 24-25.

Com a descoberta dos recursos minerais, principalmente o ouro, a metrópole não mediu esforços para estender seu poder, fiscalizando, tributando e reprimendo. Na história administrativa das Minas, muitos foram os impostos onde se tem a origem da insatisfação da população, sobre a qual recaía e deveria pagar.⁴⁷ Mas o imposto mais almejado pela Coroa portuguesa restringia-se ao ouro extraído. No entanto, o seu sistema de cobrança variou ao longo do século XVIII. Inicialmente, o fisco sobre o ouro se dava sob a forma de bateias, isto é, cobrava-se uma quantia sobre a mão-de-obra atuante na mineração. Em seguida, essa forma foi abandonada e a capitação instituída, vigorando até 1713. As casas de fundição⁴⁸ foram vigentes no período que se estende de 1725 a 1735, e a partir daí voltou à capitação, que vigorou até 1751, quando passou a funcionar novamente as casas de fundições.

Apesar de todas as tentativas fiscais, os representantes de Portugal em Minas não conseguiram impedir as transgressões e o contrabando das riquezas. A preocupação com os desvios foi exposta por Martinho de Melo e Castro na instrução ao Visconde de Barbacena, em 1788, quando frizava que “o mal mais pernicioso, e o que tem crescido a um excesso como nunca se chegou em Minas Gerais é o extravio e contrabando de ouro; e não é menos constante que, enquanto se não aplicar o remédio conveniente à raiz do mal, ele há de continuar a fazer os mesmo progressos que até agora tem feito.”⁴⁹ Se, de um lado, havia a presença de tensões vindas da população tributada, de outro, as fugas de escravos do cativeiro, a formação de quilombos, agressões aos senhores, suicídios representaram formas de resistência dos negros ao sistema escravista. Carlos Magno Guimarães, em sua pesquisa, estimou 127 redutos de negros fugidos em Minas no século XVIII, aponta: “[...] é necessário que se tenha em conta o quilombo enquanto etapa de um

⁴⁷ Três obras fundamentais que tratam do sistema tributário nas Minas: Antônio Luiz de Bessa. *História financeira de Minas Gerais em 70 anos de república*. Belo Horizonte: Secretaria do Estado da Fazenda/APM, 1981. 2 v. O Capítulo 1, do volume 1, especialmente, é dedicado à tributação. Ver também: J. B. de Oliveira Tarquínio (Org.). *Erário régio de Francisco A. Rebelo: 1768* Análise e organização. Brasília, ESAF, 1976. Essa obra contém fontes importantes para o estudo das finanças e dos impostos arrecadados na Capitania de Minas. Por fim, outras contribuições encontram-se, José João Teixeira Coelho Instrução para o Governo, In: *RAPM*. 1903.

⁴⁸ Nas Casas de Fundição, recolhia-se o ouro extraído, que era fundido em barras, e retirado o quinto; após feito isso, era devolvido o restante ao proprietário. O objetivo dessas casas era recolher 100 arrobas anuais de ouro; caso não se conseguisse, declarava-se a derrama, envolvendo todos os habitantes das minas, para complementar o total desejado.

⁴⁹ Cf. citado por Maria Efigênia Lage de Resende. *Inconfidência Mineira*. 3 ed. São Paulo: Global, 1986. p. 19.

processo de reação ao sistema escravista que tem início com a fuga dos escravos”.⁵⁰

Waldemar de Almeida Barbosa⁵¹ mostra como a organização das Câmaras Municipais, seus membros e funções eram responsáveis na organização do poder local. Somam-se a isso as divisões administrativas internas da Capitania para se tentar assegurar o controle. Em 1714, a divisão, além de administrativa, era jurídica, com a criação das três comarcas: Vila Rica, Rio das Velhas, Rio das Mortes, ano em que a Junta se reuniu para oficializar a situação, mas a origem das comarcas data de antes. Em 1720, criou-se a comarca do Serro Frio, desmembrada da comarca do Rio das Velhas, em 1815 foi erigida a comarca de Paracatu, pouco depois a de São Francisco, desmembrada de Pernambuco e anexada a Minas.

A manifestação do poder não foi somente exercida pelo Estado português em Minas, mas fazia parte também de sua política colonizadora a disseminação da fé cristã na sociedade.⁵² A Igreja se fez presente, embora muitas fossem as proibições e medidas contra a entrada de padres, principalmente regulares na região, inclusive ordenando a expulsão de alguns, não impossibilitou a ação católica no território. Mas a religiosidade teve de se integrar às condições reais em que a sociedade se organizava.

Conforme observa Caio Boschi,⁵³ a insegurança de se viver numa sociedade em formação, transformou as capelas no pólo da vida social e do culto religioso. A Igreja Católica não se firmou como instituição imediatamente, mas adaptou-se ao sabor da circunstância. A religiosidade estava intrinsecamente ligada à constituição das irmandades que agregavam em si as funções sociais de apoio aos seus confrades e materiais. A divulgação da fé cristã e a cultura barroca desenharam a fé que se formou na capitania. Fé que esteve distante de ser

⁵⁰ Carlos Magno Guimarães. Os Quilombos do Século do Ouro (Minas Gerais – século XVIII). *Revista Estudos Econômicos*. São Paulo, n. especial, v.18, 1988. p.8.

⁵¹ Cf. Waldemar de Almeida Barbosa. *História de Minas*. Belo Horizonte: Editora Comunicação, 1979. v 3. No ano de 1848 as Comarcas abrangiam as seguintes localidades: Comarca de Ouro Preto: Cidade de Ouro Preto, Queluz, Bonfim etc. A Comarca do Rio das Velhas: Sabará, Caeté, Pitangui, Curvelo, Santa Luzia. A Comarca do Rio das Mortes: São João Del Rei, São José, Lavras, Oliveira. A Comarca do Rio Verde: Campanha, Baependi, Airuoca, Três Pontas. A do Rio Grande: Tamanduá, Nova da Formiga, Piauí. A de Jaguari: Pouso Alegre, Jaguari, etc. Piracicaba – Mariana, Itabira, Santa Bárbara. Jequitinhonha: Minas Novas, Rio Pardo, Grão Mogol. A Comarca de Paracatu: Paracatu, Patrocínio e a do Rio São Francisco: Vila de S. Romão, Montes Claros, Januária.

⁵² Laura de Mello e Souza. *Os desclassificados*, principalmente, ver o capítulo 3 - Nas redes do poder.

⁵³ Caio César Boschi. *Os leigos e o poder*; irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986. p. 23.

democrática e igualitária. No culto à morte, elemento de uma cultura barroca colonial, Adalgiza Arantes⁵⁴ analisa “a presença do macabro” descrevendo a realização do cerimonial dos ossos, no dia de Todos os Santos. Era a fragilidade do homem setecentista mineiro exposto diante das intempéries da vida. Como a morte era um predicado da passagem pela vida a ordem do Governador Gomes Freire foi para que a Câmara Municipal seguisse os procedimentos devidos à homenagem a D. João V, falecido em 1750. O governo determinava que todos demonstrassem reverência ao Rei e as exéquias seguiriam ritualizadas com luto pelo prazo de seis meses.

A morte e a doença nas Minas barrocas andavam juntas, e foi Gomes Freire o responsável por criar uma espécie de hospital – ou Casa da Misericórdia – em Vila Rica, na década de 1730, e muito depois surgiu o de Sabará, em 1812.⁵⁵ Em Vila Rica, a Casa de Misericórdia foi fundada por Gomes Freire de Andrada por Alvará de 16 de abril de 1738 e confirmada por Provisão da Mesa de Consciência de 2 de outubro de 1740.⁵⁶ Cabe ressaltar que, embora já fundada a Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica, ela floresceu no tempo de Luiz Diogo Lobo da Silva, com as esmolas que ele pedia e os privilégios que em benefício dela concedeu. Os hospícios foram criados, em Vila Rica, em 1726; em São João Del-Rei e Sabará, em 1740; e em Mariana e Diamantina, em 1750 (o hospício era uma espécie de residência temporária dos frades). “O próprio Gomes Freire de Andrada, o estadista que, por mais tempo, governou nossa capitania, traça rasgados elogios aos vigários de Minas, fazendo ressalva apenas quanto ao de Caeté, Pe. Henrique Pereira, que, segundo o Governador, para nada servia, senão para ajuntar dinheiro”.⁵⁷

Embora a sociedade fosse religiosa, o cotidiano impunha uniões afetivas diversas dos moldes oficiais. Os encontros amorosos e a constituição de famílias na capitania mineira estavam, em muitos casos, aquém do modelo cristão.

⁵⁴ Adalgiza Arantes Campos. A presença do macabro na cultura barroca. *Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte: UFMG. n.4, jun. 1987. p.89.

⁵⁵ Nelson de Senna. *A Terra Mineira*. (Chorographia do Estado de Minas Geraes) Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1926. Tomo II.. p. 268.

⁵⁶ Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais (informação – monografia da seção de manuscrito da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro sem autor e data – a letra indica ser do XVIII ou início do XIX. Identificada como sendo o autor o Engenheiro militar José Joaquim da Rocha). p.425-517. *RAPM*. Ano II. fasc.3, julho a set. de 1897. Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais (reedição – 1937). p. 455.

⁵⁷ Waldemar de Almeida Barbosa *História de Minas*. Belo Horizonte: Editora comunicação. v. 2, 1979. p.397.

Dessa maneira, o concubinato, as relações extraconjugais foram permanentes, muitas duradouras e estáveis.⁵⁸

Desde o início do povoamento, os clérigos estavam no meio dos aventureiros, e dos primeiros habitantes. Conforme observa Caio Boschi, diante da incerteza e da insegurança de se viver numa sociedade em formação, as capelas apresentavam-se como o pólo da vida social, local de encontro e das práticas religiosas. Além disso, a Igreja Católica não se firmara como instituição, no século XVIII, em razão de vários impedimentos ocasionados pelo Estado, adaptando-se ao sabor da circunstância. “Assim, não restou à Igreja outro recurso senão o de atrelar-se às associações leigas, mais para a prática de seus ofícios do que para uma política evangelizadora”.⁵⁹

O domínio dos povos das Minas e das riquezas era imprescindível, por isso se administrou a divisão das comarcas, a qual teve início em 1714. Os principais rios da Capitania serviam como divisas entre elas, as vilas, os povoados e as demais capitânicas. O rio Doce nasce na comarca de Vila Rica, na serra do Ouro Preto, passando pela cidade de Mariana com o nome de Ribeirão do Carmo. A partir dos rios e das vastas delimitações é que ocorria a escolha dos sertões de suas divisas e dos povos indígenas que se localizaram nessas áreas, cujas riquezas eram abundantes, a exemplo do rio Doce e de “todos os que nelle desagão, são, Mineraes; por que nelles se acha Oiro sem embargo de ser difficil a sua extracção em muitos delles”.⁶⁰ A Comarca do Serro Frio o rio Jequitinhonha e os rios que nele deságuam como o Araçuaí que possui ouro, o Piauihy que possui pedras preciosas, e os demais rios menores o rio Pardo, rio Verde, rio Jaquitahi, Sassui, Fanado, e os rios Setuval, rio Pardo Grande e Parahuna ricos em diamantes.

A Comarca de Sabará é cortada pelo Rio São Francisco “que tem seu nascimento na Serra da Canastra; e correndo para o Norte, vae reconhecendo outros muitos Rios de hum, e outro lado, quais são, o Bambuhy, Lambary, Pará, Marmelada, Abaeté, Rio das Velhas, Jaquitahy, Paracatú, Rio Pardo, Salgado, Japuri, e Carunhanha”⁶¹ e o importante rio das Velhas e o Paracatu, rico em ouro e diamantes. Na Comarca do Rio das Mortes, o principal é o rio Grande, que tem sua

⁵⁸ Luciano Figueiredo. *Barrocas Famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII* (mestrado, FFLCH – USP) São Paulo, 1989.

⁵⁹ Caio César Boschi. *Os Leigos e o Poder*, p.23.

⁶⁰ Waldemar de Almeida B. *História de Minas*, p. 506-517.

⁶¹ Waldemar de Almeida B. *História de Minas*, p. 514.

origem na serra da Mantiqueira e adentra as capitanias de São Paulo e Goiás recebendo o nome de rio Paraguai.

A presença do gentio nos sertões coloniais e as referências que aparecem nas fontes sobre essas áreas situadas nas divisas mostram o vínculo dos gentios à concepção de sertões na configuração dos espaços; “Divide a Capitania de Minas Geraes, com as de Goyáz, as Serras da Parida, e Cristaes, e Tabatinga, em Sertão bastante despovoado, e, vadeado do grande Gentio Cayapó, que em continuo giro anda accomettendo os viandantes, que por aquelle Sertão trazitão, daquela para as mais capitanias”;⁶² como, também, entre as Capitanias de Minas e Espírito Santo “ao oriente das Minas, em Sertões, pouco penetrados, e povoados de gentios de diversas nações”.⁶³ O sertão da Casa da Casca, conhecido pelas bandeiras, foi assim identificado a partir do “nome que se deo a uma Aldeia do Gentio situada no lugar hoje Denominado Cuyaté, ao Meio Dia do Rio, Doce em distancia de 5 legoas”.⁶⁴ O sertão da Casa da Casca foi desbravado primeiro após a fundação da cidade de São Paulo em 1554. Os paulistas praticaram o cativeiro dos índios desses sertões. Ademais, os rios eram marcos para a identificação das localidades nos sertões. O rio Verde, que deságua no rio São Francisco, servia como divisa das Capitanias da Bahia e de Minas, e o rio Carinhanha, que tem as suas vertentes na serra de Tabatinga, de Pernambuco. Entre as Capitanias do Rio de Janeiro e Minas, o rio Paraibuna faz a divisão natural.

O *boom* da mineração gerou considerável concentração de mão-de-obra escrava na capitania mineira, tornando-se a área que mais deteve cativos no período setecentista, sejam nascidos no Brasil, sejam importados da África. Eles estavam empregados em diferentes serviços além da mineração, como no comércio, no artesanato, na roça, nos engenhos, nos afazeres domésticos, no transporte de cargas.

A população oscilava conforme as mudanças no próprio cotidiano e com os momentos de alta da economia mineradora ou não. À medida que a

⁶² Memória histórica da Capitania de Minas Gerais (informação – monografia da seção de manuscrito da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro sem autor e data – a letra indica ser do XVIII ou início do XIX. Identificada como sendo o autor o Engenheiro militar José Joaquim da Rocha). p.425-517. *RAPM*. Ano II. fasc.3, julho a set. de 1897. Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais (reedição – 1937).

⁶³ Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais, *RAPM*. Ano II. fasc.3 – julho a set. de 1897, p.425.

⁶⁴ Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais, *RAPM*. Ano II. fasc.3 – julho a set. de 1897, p.426-427.

sociedade se estabilizava ao longo do século XVIII, deixava para trás o período do aventureirismo. Quanto mais se sedimentavam os habitantes e menos itinerantes se tornavam, tanto mais ganhava destaque a questão de terras e os indígenas no centro dos conflitos.

A sociedade das Minas coloniais recebeu a feição de um modo de vida tipicamente urbano, escravista e, ao mesmo tempo, empenhada na conquista de terras dos sertões em que se fazia limítrofe com outras. As origens da capitania de Minas estão ligadas a formação e definições de suas fronteiras. A geopolítica das Minas se formou, gradativamente, ao longo do século XVIII e nos séculos seguintes, configurando-se nos limites com a Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e Goiás.

2 Os Povos Indígenas dos Sertões

a) Etnias

Os gentios Cataguás, no qual se baseia a origem do primeiro nome de Minas, foram perseguidos e exterminados em 1675 por Lourenço Castanho Tacques, o pai (o velho). Antes do confronto os Cataguás ou Catauás, temidos por serem belicosos e ferozes, além de dominarem a parte sul das Minas limítrofe com São Paulo, espalharam-se por todo vale do Rio Grande. Com as constantes expedições no território foram forçados a migrarem para o centro e o extremo oeste de Minas. Os sertões dos Cataguases, nome genérico das Minas, não eram os mesmos de uma localidade na zona da mata que também recebeu essa nomenclatura e nada tem a ver com a região habitada pelos índios Cataguá.⁶⁵

Conforme Nelson de Senna,⁶⁶ entre os diversos grupos indígenas nas Minas alguns foram exterminados e outros migraram para Goiás e Mato Grosso. Os que permaneceram no território foram reduzidos nos aldeamentos e catequisados.

⁶⁵ Darcy Ribeiro. *O Povo Brasileiro*. A formação e o sentido do Brasil. 2 ed. Companhia das Letras, 1995. Ver principalmente: Matrizes étnicas.

⁶⁶ Nelson de Senna. *A Terra Mineira*. (Chorographia do Estado de Minas Geraes) Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1926. Tomo II. Ver também: Maria Leônia Chaves Resende. *Gentios Brasileiros* – Índios Coloniais em Minas Setecentista. Campinas: Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Fevereiro de 2003. (Tese de Doutorado).

Fernão Dias conquistou o “Reino dos Mapoxós”, no sertão norte e nordeste de Minas e tinha em sua bandeira a presença do gentio Goiá. Os índios procuravam habitar próximos aos rios como o Tupiniquim, o Tapuia em maior número nas Minas, viviam nas bacias Franciscana e do Jequitinhonha. Os Tupiniquins foram encontrados também no rio Arassuahy; os Tapajós, na região setentrional do Jequitinhonha. Os Caiapós e os Kiriris, vindos do nordeste, foram para os sertões de Januária do São Francisco.

Os Caiapós, especificamente, viveram dispersos em vários pontos dos sertões do São Francisco aos sertões do Rio Grande, desde Januária até Paracatu, Uberaba, Fructal. No período colonial, algumas aldeias desse povo se encontravam em Minas até os fins do século XIX. Os Aymorés habitavam a cordilheira que recebeu o mesmo nome, no vale do Mucuri. No século XVI os Tupis, os Carijós e os Tamoyos foram expulsos do litoral fluminense pelos colonizadores e migraram para as matas da Mantiqueira e para o vale do Parahyba. Já os Goianás passaram do Araguaia pelo território de Goiás para o noroeste mineiro aos sertões do São Francisco pelos rios Urucuia e Paracatu até o rio das Velhas e em seu vale se estabeleceram. Os Puris e os Croatos estabeleceram-se nas margens dos rios Pomba, Muriaé, Chopotó, Casca, Piranga, bemcomo na região Oriental de Minas;⁶⁷ os Ararís, ditos como Ariarys, nas margens do Jequitinhonha em Araçuaí; os Araxás, também denominados Arachás, estavam no extremo oeste de Minas; os Bororós ou Bororos estavam no vale do Rio Grande, entre Uberaba e Fructal, no Triângulo Mineiro, e atualmente localizam-se no Brasil Central; os Boruns, dos Botocudos, estabeleceram-se no vale do rio Doce; os Caetés estabeleceram-se na região do Mato Dentro, entre o Sabará-Bussu e o Piracicaba, e chegaram a viver perto da costa e longe de Minas; os Chopotós, também um grupo dos Botocudos, viveram no rio Chopotó, bacia do Rio Doce; e os Camacans, oriundos da Bahia, vieram para as Minas pelo vale do Rio Pardo.

O interior da colônia foi rotulado como morada dos Tapuias. Segundo Maria Hilda B. Paraíso, as primeiras notícias do grupo Botocudo surgiram logo no início da colonização brasileira, com a denominação de Aimoré ou Tapuia. Os Botocudos estavam dispersos nas áreas da Bahia, do Espírito Santo e Minas, viviam ao longo do curso do rio Doce, Suaçuí, Mucuri, Pardo, Jequitinhonha e São Mateus.

⁶⁷ Nelson de Senna. *A Terra Mineira*. (Chorographia do Estado de Minas Geraes) Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1926. Tomo II. p.48.

Fazia parte deles os Mongoyó, Pataxó, Cumanoxó, Cutaxó, Pãname, Malali, Maxacali, Baenã, Kamakã.⁶⁸

Com a intensificação do comércio, da agricultura e da pecuária, os grandes rios que nasciam em Minas e cortavam o Espírito Santo e a Bahia se tornaram as vias de escoamento dos produtos próximos aos núcleos de povoamento como São João do Paraíso, nas cabeceiras do rio Pardo; vila do Fanado de Minas Novas, no Jequitinhonha; vila Belmonte, na Bahia; Philadelphia, atual Teófilo Otoni, no Mucuri; e Nova Viçosa, Pessanha, no rio Suaçuí, afluente do rio Doce. Os Puris, dentre outros, habitavam o sul da Bahia, o Espírito Santo, o norte do Rio de Janeiro e o leste de Minas.⁶⁹

A influência dos indígenas marcou a ocupação e a identidade da geografia da terra colonizada. Os nomes recebidos dos lugares vêm de origem indígena, de suas línguas ou mesmo da denominação dos próprios povos.⁷⁰ Alguns exemplos como os Abaetés situados ao oeste, no vale do atual Abaeté, Alto São Francisco; os Acroás-Mirins, que significa, no tupi, cabeça pontuda, viviam no noroeste do vale do Urucuia, vindos de Goiás; os Abatinguáras (no Tupi se traduz como comedores de gente branca) eram índios pigmeus que habitavam o Rio Grande. Os Aimbirés, Aimborés ou Aimorés, do nordeste de Minas Gerais, que são os mesmos Aimorés da Serra Geral, no vale do Mucuri, em Tupi significa gente diversa, gente diferente dos costumes Tupi; Os Chacriabás, que saíram de Goiás até o atual município de Araguaia, aquém-Paranaíba, foram aldeados em Santa Anna do Rio das Velhas nos fins do século XVIII;⁷¹ os Coroados, também chamados de Croatos (Coroatás designativo de Coroados ou Croato), viviam nas matas do Rio Pomba e foram catequizados no século XVIII pelo Padre Manoel Maria; os Cotoxés ou Cotoxòs (Cotoxé significa o que desbrava), gentios que viviam numa parte do sertão leste das Minas, nas matas do Rio Casca e Matipoó, até a região de Abre-

⁶⁸ Maria Hilda B. Paraíso. Os botocudos e sua trajetória histórica. In: Manuela Carneiro da Cunha. (org.). *História dos Índios no Brasil*. 2. ed. Companhia das Letras: São Paulo, 1998. p.413-430.

⁶⁹ Os povos indígenas no nordeste brasileiro: um esboço histórico: Beatriz G. Dantas; José Augusto Sampaio; Maria Rosário G. de Carvalho. In: *História dos Índios no Brasil*. Manuela Carneiro da Cunha. (org.). 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 431-456. Ver ainda: Luís Donisete, Benzi Grupioni (Org.). *Índios no Brasil*. São Paulo: Global, 1998.

⁷⁰ Nelson de Senna. *A Terra Mineira*. (Chorographia do Estado de Minas Geraes) Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1926. Tomo II. p.51-72.

⁷¹ Nelson de Senna. *A Terra Mineira*. (Chorographia do Estado de Minas Geraes) Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1926. Tomo II. p.51-72. Darcy Ribeiro. *O Povo Brasileiro*. A formação e o sentido do Brasil. 2 ed. Companhia das Letras, 1995. Ver principalmente: Matrizes étnicas.

Campo; os Crenaks, descendentes dos Botocudos, que ainda vivem em Resplendor e nas matas do rio Doce, foram aldeados perto de Cuieté; os Goianás, oriundos da “nação” do Goiá, viveram no rio das Velhas; os Guanahãs, no vale do rio Guanhães a nordeste e na região de Ayuruoca ao sul; os Guarulhos ou Guarus, da região Campos dos Goitacazes, no Baixo-Parahyba, subiram o Pomba e Muriaé e se estabeleceram na Zona da Mata Mineira; os Guarachués, na região ente Ouro Preto, Mariana, Piranga, nos vales dos rios Carmo e Guarapiranga, também foram encontrados no sul do Brasil, no rio Grande e na bacia do Uruguai; os Goitacás, Guaytacás ou Goitacazes, da região fluminense e do Baixo-Parahyba, rumaram para as matas mineiras do Pomba, Muriaé, Carangola; os Kraós, tapuias vindos da Bahia e Goiás, estabeleceram-se no Urucuia, noroeste de Minas; os Macaxans, Macaxós ou Macaxãs eram considerados tapuias do Baixo-Jequitinhonha foram para Araçuaí os Maxacalis ou Machacaris viveram entre as matas do Jequitinhonha e cordilheira dos Aimorés, na fronteira Bahia-Minas; os Malalis viviam desde o Descoberto do Peçanha até Minas-Novas do Alto dos Bois; os Nac-nanuks ou nenuks, no vale do Rio Doce até primeira metade do século XIX, da barra do Piracicaba ao Cuieté; os Patachós ou Pataxós habitaram o Jequitinhonha e o São Francisco, bem como fizeram incursões nos sertões mineiros e baianos; os Tupinambás, do tronco Tupi, vindos da Bahia, ficaram no vale do Rio Pardo do norte; os Tupinakís ou tupiniquins, também de origem Tupi, ocuparam os sertões do norte de Minas desde o século XVI;⁷² os Tupis, durante os séculos XVI e XVII, espalharam-se pelo território das Minas através da bacia do São Francisco, num movimento forçado dos embates no litoral.

Da mesma maneira que a herança indígena se mesclou na sociedade colonial e deixou suas raízes, bem como também os sobreviventes do processo de colonização tiveram “renegadas as tradições indígenas como sinônimos de barbárie, certos povos, como os americanos, transmutaram-se em simples europeus de outros continentes, queimando etapas, numa corrida vertiginosa para se nivelarem à Europa”.⁷³ A necessidade de civilizar os espaços e os índios teve como forte aliado na idealização dos aldeamentos o lugar que, ao confinar o gentio, exercitava sobre eles a aculturação. Quanto aos aldeamentos, Nelson de Senna menciona que a

⁷² Nelson de Senna. *A Terra Mineira*. (Chorographia do Estado de Minas Geraes) Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1926. Tomo II.

⁷³ Eduardo D' Oliveira França. *Portugal na Época da Restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 29.

partir de 1873 eles foram fundados por missionários franciscanos italianos nos vales do Rio Doce, Mucuri e no Itambacury, anteriormente Poaya, Chonin e Figueira do Rio Doce. Segundo Nelson de Senna, antigo aldeamento de Dom Manoel. Somente com o Decreto Estadual de n. 5.774, de 24 de setembro de 1921, o governo emancipou a colônia indígena de Itambacury, da comarca de Teófilo Otoni.⁷⁴ A catequese leiga fundou o Posto dos Machacalis perto da serra dos Aimorés, entre Minas e Bahia: “O desumano processo das 'caçadas de bugres' já não é tolerado pelos nossos costumes, como outrora se dava, nas matas da antiga Colonia de Philadelphia (Mucury) e do Peçanha (Rio Doce)”.⁷⁵ Senna refere-se à escravidão indígena no período colonial e diz que “os antigos escravos índios, que acompanhavam as 'bandeiras', eram, via de regra, enumerados como tantas ‘peças de carijós’”.⁷⁶ Ressalta, ainda, que, como no passado colonial, o Estado continuou a se aliar até as primeiras décadas do século XX a particulares para o povoamento de terras devolutas nas regiões de Rio Casca, Manhuaçu, Teófilo Otoni, Caratinga, Aimorés, Jequitinhonha.⁷⁷

Assim como Nelson de Senna, Waldemar de Almeida Barbosa⁷⁸ contribuiu para mapear os grupos indígenas ao dedicar uma parte do seu estudo aos índios em Minas e a suas divisas, abordando sua origem, os troncos lingüísticos e os principais grupos que habitaram a região. Ambos esclarecem sobre o termo “Carijó”: para o primeiro, designava genericamente índios escravos, mas também se referia ao antigo “arraial dos Carijós” que hoje é a cidade de Queluz, esses índios formavam um grupo em Minas vindo do Rio de Janeiro; para o segundo, o termo, nos primeiros tempos, era usado para designar quaisquer índios, depois passou também a designar índios resultantes do cruzamento de Goiasés e Caribes do extremo norte do Brasil.

⁷⁴ Nelson de Senna. *A Terra Mineira*. (Chorographia do Estado de Minas Geraes) Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1926. Tomo II. p.72 e 73. OBS: No ano em que o autor escreveu o livro calculou cerca de 2000 índios “bravos” em Minas vivendo em Matas do: Alto-Mucuri, das cabeceiras do São Mateus ou Cricaré e do Urupuca; no Cuieté, município de Itanhomi; Resplendor; nas matas do Baixo Suassuhy-grande, no vale do Mutum; na cordilheira dos Aimorés, entre as bacias do Rio Doce e Jequitinhonha, região oriental e na do nordeste de Minas; e Triângulo Mineiro nas matas do Rio Grande e Paranaíba, em Fructal, divisas com Mato Grosso, na Bacia do Paraná.

⁷⁵ Nelson de Senna. *A Terra Mineira*, 1926. Tomo II. p. 73.

⁷⁶ Nelson de Senna. *A Terra Mineira*, 1926. Tomo II. p. 92.

⁷⁷ Nelson de Senna. *A Terra Mineira*, 1926. Tomo II. p. 137.

⁷⁸ Waldemar de Almeida Barbosa *História de Minas*, v. 2, 1979. p. 271.

Em Minas, havia o Arraial dos Carijós, que se transformou na atual cidade do Conselheiro Lafaiete e teve sua origem com os mineiros aliados aos Carijós.⁷⁹ Dentre a diversidade dos gentios, o autor cita os Abaetés, nos vales dos rios Abaeté, Indaiá e afluentes da margem esquerda do São Francisco; os Abatirás, no Norte de Minas, à beira do São Francisco; os Aiuruans, no vale do Rio Piranga; os Aracis, em Barbacena e na Serra da Ibitipoca; os Aranans ou Arananés, no vale do Urupuca e médio Rio Doce; os Acoroás, vindos de Goiás, que se estabeleceram na região de Paracatu e Urucuia; os Araxás, no vale do Paranaíba; os Aimorés, que viviam na divisa de Minas com Bahia e Espírito Santo. Os Caiapós tenderam a viver na parte oeste, onde os Bororos, índios do Mato Grosso, se estabeleceram, trazidos por Antônio Pires de Campos no Triângulo Mineiro, dando origem à fundação de aldeamentos nos caminhos de Minas a Goiás. O Triângulo Mineiro era povoado pelos temíveis gentios Caiapós, numa extensa faixa entre Goiás e Minas até São Paulo. Conforme Waldemar de Almeida Barbosa cita Daniel de Carvalho que se fundamentou nos estudos de Hildebrando de Araújo Fontes identificou a área dos Caiapós, no início do século XVIII, numa vasta região do Brasil central, onde estavam espalhados desde as nascentes do São Francisco ao médio Mogi-Mirim, em São Paulo, até o rio Verde (afluente do Paraná) e no sul do Mato Grosso.⁸⁰

Os Botocudos agregavam distintos povos: Araris, Aimorés, Caropós, Coroados ou Croatos, Crenaks, Guanhãs, Machacalis, Pataxós, etc. Os Catalés situavam-se no rio Pardo e no rio Verde, divisa com Bahia; os Coroados, Croatos ou Coropós, habitavam o leste de Minas, nas matas dos rio Doce e Pomba; os Cremacs, nas proximidades do rio Doce; os Giporoks ou Jiporoks, denominados Botocudos, situavam-se no nordeste de Minas, no Mucuri; os Goianás localizavam-se no rio das Velhas; os Goitacás, no vale do baixo Paraíba; os Imburus eram também conhecidos como Botocudos do rio Doce e do norte de Minas, mais tarde; os Malalis dominavam as matas de Peçanha e eram tidos como pacíficos e dedicados aos trabalhos da lavoura; os Manaxós, Monoxós ou, ainda, Monhoxós, considerados Tapuias, estavam no baixo Jequitinhonha, divisa com a Bahia; os Mapoxós eram Botocudos da bacia do rio Doce; os Nacnanuques ou Necnanuques viviam nos sertões do Matipó, na Serra dos Arripiados e matas do rio Doce; os Motoxós espalharam-se pela região leste e nordeste de Minas; os Panhames, nas

⁷⁹ Waldemar de Almeida Barbosa *História de Minas*, v. 2, 1979. p. 280.

⁸⁰ Waldemar de Almeida Barbosa. *História de Minas*, v. 2. p. 282.

matas do Suaçuí-Grande e Suaçuí-Pequeno; os Pataxós, também Tapuias, estabeleceram-se na margem direita do rio São Francisco; os Poxixás, Puxixás, Pojixás ou Pujixás estabeleceram-se em Itambacuri, Mucuri e outras partes; os Puris, no leste e sudeste de Minas; e os Termiminós, descendentes dos Tamoios, localizavam-se na região do Espírito Santo e à beira do São Francisco.⁸¹

Alguns dos povos indígenas viveram em áreas limítrofes entre capitanias ou o que se pode chamar dos sertões de fronteiras. A noção de fronteiras para os índios difere do entendimento do desbravador. “Para os colonos europeus, a fronteira era o término da civilização” e de qualquer modo foi a noção dominante que se sobrepôs no espaço. Os índios de fronteiras descritos por John Hemming⁸² localizavam-se nas extensões de terras e matas demarcadas com o expansionismo europeu, como os Caiapós e os Bororos, habitantes das áreas entre Minas, Goiás e Mato Grosso.

Maria Leônia Resende⁸³ dedica-se à análise dos índios nas Minas de origens diversas ou de ascendência fruto da miscigenação, muitas vezes classificados como mestiços, mais especificamente os que foram integrados à sociedade colonial, vivendo nas vilas e povoações. A autora apresenta, ainda, um quadro minucioso das entradas e bandeiras nos territórios indígenas, o contato interétnico e a reelaboração cultural dos povos indígenas no processo de incorporação deles à vida sociocultural da colônia.

Ao contrário da maioria dos autores citados Waldemar de Almeida⁸⁴ pondera quanto à herança indígena: “Hoje, praticamente, nenhum sinal externo existe na influência indígena no povo de Minas Gerais. Essa influência persiste, sem dúvida, em alguns costumes e hábitos, sobretudo no sertão”. O mesmo autor analisa os índios das Minas como essencialmente caçadores e pescadores, porém a herança indígena só permaneceu em alguns traços, como o uso do pilão, das armadilhas, a bravura, o destemor. E na alimentação manteve-se o uso da

⁸¹ Waldemar de Almeida Barbosa. *História de Minas*. v. 2. p. 281, 282, 283.

⁸² John Hemming. Os Índios e a Fronteira no Brasil Colonial. In: Leslie Bethell. (org.). *A América Colonial*. Trad. Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes. São Paulo: EDUSP, 1999. v. II. p. 423-470. p.423.

⁸³ Maria Leônia Chaves de Resende. *Gentios Brasileiros*. Índios coloniais em Minas Gerais setecentista. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: UNICAMP, fevereiro de 2003. Tese de Doutorado. No entanto, cabe ressaltar que os estudos de Manuela Carneiro da Cunha, citados ao longo do nosso trabalho, são imprescindíveis para tratar a questão indígena, etnias e a legislação dos índios do Brasil. A exemplo: Manuela Carneiro da Cunha (Org.). *Legislação Indigenista no Século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1992.

⁸⁴ Waldemar de Almeida Barbosa. *História de Minas*. v. 2, 1979. p. 288.

mandioca, fabrico da farinha, “cuscuzes,” nomes de plantas e frutos a exemplo do aipim, ananás, babaçu, buriti, cipó, jabuticaba, tabaco.⁸⁵ Os índios do interior, apesar de nômades, fizeram plantações como registrado na Crônica de Orville Derby,⁸⁶ *Roteiro de uma das primeiras bandeiras paulistas*, encontradas pela bandeira de André de Leão que partiu de São Paulo em 1601 e penetrou os sertões de Minas Gerais além da abundância víveres.

Capistrano de Abreu,⁸⁷ ao tratar da história colonial do Brasil, também descreve a hidrografia, as serras, os aspectos da geografia, da fauna, flora e os seus primeiros habitantes, voltando a atenção para os povos indígenas. Diferentemente dos autores que apenas comentam a migração dos índios numa única via, Capistrano de Abreu defende que os povos indígenas realizaram três migrações diversas vindos do sertão: os Carijós ou Guaranis (Cananéia e Paranapanema), os Tupiniquins (Tietê, Jequitinhonha, costa e sertão da Bahia), os Tupinambás (Rio de Janeiro, baixo São Francisco até o Rio Grande do Norte, do Maranhão até o Pará), “o centro de irradiação das três migrações deve procurar-se entre o rio Paraná e o Paraguai”.⁸⁸ Os Cariris do Paraguaçu foram até Itapecuru e os Cariris na Bahia e Pernambuco foram empurrados para o interior, “resistiram bravamente à invasão dos colonos europeus, mas os missionários conseguiram aldear muitos e a criação de gado ajudou a conciliar outros”.⁸⁹

A migração era como um estilo de vida dos índios, porém a migração forçada se deu com a conquista do sertão, o que impôs uma mudança nesse estilo, por isso tiveram de conviver com o conquistador. Os Malalis passaram a viver com os colonos, como ocorreu no Alto dos Bois, também com os Macunis e os Machacalis no Jequitinhonha. Desses últimos, nessa área restou um grupo reduzido próximo às cabeceiras do rio das Imburanas, distante 12 léguas de sua confluência com o rio Itanhaen. O aldeamento dos Macunis, no Alto dos Bois, distava oito léguas e meia de Minas Novas. A região do norte e do nordeste de Minas até o rio das Contas na Bahia era habitada por diversos índios que se estabeleceram no

⁸⁵ Waldemar de Almeida Barbosa. *História de Minas*. Belo Horizonte: Editora comunicação. v. 2, 1979. p. 289-291.

⁸⁶ *Apud* Waldemar de Almeida Barbosa *História de Minas*. Belo Horizonte: Editora comunicação. v. 2, 1979. p.293. Ver também: *RIHG* de São Paulo, v. IV.

⁸⁷ Capistrano de Abreu. *Capítulos da História Colonial (1500-1800)*. *Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*. 5 ed. Prefaciada por José Honório Rodrigues. Brasília: UNB, 1963.

⁸⁸ *Idem, ibidem*. p. 40.

⁸⁹ Capistrano de Abreu. *Capítulos da História Colonial (1500-1800)*. *Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*. 5 ed. Prefaciada por José Honório Rodrigues. Brasília: UNB, 1963. p. 40 e 41.

Jequitinhonha. Os Maxacali ou Machacali, especificamente, ou também identificados como Maxacarís ou Maxucali, estão presentes nos documentos dos entrantes, bandeirantes e aventureiros e de outros que se dirigiam à procura de ouro e pedras preciosas. “A primeira denominação textual de maxacari, que nos consta, é aquela a que faz menção José Pereira Freire de Moura, relatando a perseguição que fazia aos índios mongoiós, o Mestre de Campo João de Silva Guimarães, que havia se dirigido de Vitória da Conquista (BA), durante o primeiro quartel do século XVIII, para o Alto e Médio Jequitinhonha, a fim de vingar daquela tribo ‘uma cometida e considerável chacina na população daquela localidade’”.⁹⁰

Dessa maneira, ainda, pode-se não somente assegurar, mas completar que as chacinas e a condição de miséria a que ficaram relegados os indígenas sobreviventes constituiu os *Tristes Trópicos*.⁹¹ Um cenário de abandono e descaso, de perda das terras e entregues às reservas, nas quais nem sempre é possível sobreviver e extrair os artefatos que compõem seus rituais e a continuidade de suas culturas. Além dos povos citados, merece destaque os Paiaguás, pela extensão do território que ocuparam desde o sul da colônia, Minas e toda a região centro-oeste. Os Paiaguás foram resistentes ao colonizador e empreenderam diversas batalhas, encontrando-se abundante documentação sobre esses povos.

É plausível afirmar que a migração dos índios se deu por diversos pontos das Minas antes de irem definitivamente para o Brasil central ou de alguns povos serem exterminados. O estudo arqueológico de José Vicente César,⁹² a partir dos materiais encontrados e coletados nas regiões dos rios Doce, Alto São Francisco e Alto rio Doce, revela ainda que “*Ponte Nova* deve ter sido outrora paradeiro importante de índios, já pelo próprio fato da sua favorável localização às margens do Piranga que, mais abaixo, se denomina Rio Doce. Têm-se realmente encontrado diversos vestígios dos moradores daquela região: cerâmica, material lítico, restos de cemitérios, etc. [...]. Deste agrupamento de municípios mineiros das nascentes do Rio Doce, o que até o momento fornece maior quantidade de cerâmica indígena, é *Santo Antônio do Gramma* nas cabeceiras do Casca, afluente do Rio Doce”.

⁹⁰ Rafael Souza Santos. Herança Machacali: Influência Indígena na formação social do Norte de Minas. *RIHGMG*. n. 8.p. 293- 298. p. 295.

⁹¹ Claude Lévy-Strauss. *Tristes Trópicos*. Lisboa: Edições 70, 1979.

⁹² José Vicente César. Estudos Comparativos da Cerâmica Indígena de Minas Gerais. *RIHGMG*. n. 15. 1971 e 1972. p. 325-341. p.327.

Entre os indígenas dos sertões do São Francisco, Jequitinhonha e do Paranaíba, notou-se que a presença maior da mestiçagem teve efeito de adaptação de alguns povos com a investida colonizadora, e os que não migraram se misturaram com negros e com brancos. Em Itambacury, missionários Capuchinhos aldearam o Aimoré e motivaram o cruzamento de etnias. No recenseamento de 1872, era de 1,58% a proporcionalidade do “sangue caboclo ou indiano,” em Minas, e no censo geral de 1890 foi para 6,15%.⁹³ Informa, ainda, o autor que a população conserva não só no sangue, mas na tradição a herança indígena – mitos, costumes, alimentação, vocábulos e a “mentalidade” do índio sobreviveram no “subconsciente” em parte da população de Minas.⁹⁴ As descrições dos costumes indígenas ajudam a comprovar o conjunto de características nos modos de vida presentes na sociedade brasileira fruto do contato contínuo.

Não há muitos estudos detalhando a forma de vida dos Orizes-Procazes (conhecidos como insolentes), tampouco a conquista deles em 1713. Embora vivessem mais restritos ao sertão da Bahia,⁹⁵ eram índios nômades que vagavam pelo território. Os Orizes-Procazes, conforme a fonte utilizada neste estudo informa,⁹⁶ atacavam os caminhos de Minas a Bahia, motivo que nos levou a incorporar algumas reflexões sobre esse povo. Os Orizes foram vistos como irredutíveis pelas autoridades coloniais que entendiam que só pela guerra e religião seria possível submetê-los, permitindo, então, a conquista do território. O objetivo de debelar a oposição indígena era correlato ao de alargar o império da América portuguesa dominada pelos gentios.

⁹³ Cf. José Vicente César. Estudos Comparativos da Cerâmica Indígena de Minas Gerais. *RIHGMG*. n. 15. 1971 e 1972. p. 50.

⁹⁴ Nelson de Senna. *A Terra Mineira*, 1926. Tomo II.

⁹⁵ Os povos indígenas no nordeste brasileiro: um esboço histórico: Beatriz G. Dantas; José Augusto Sampaio; Maria Rosário G. de Carvalho. p. 431-456. In: *História dos Índios no Brasil*. Manuela Carneiro da Cunha. (org.). 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁹⁶ BNL. OS ORIZES CONQUISTADOS, OU NOTÍCIA DA CONVERSAM DOS indomitos Orizes Procazes, povos barbaros, & guerreyros do Certão do Brasil, novamente reduzidos á Santa Fé Catholica, & a obediencia da Coroa Portuguesa. Dedicado ao Serenissimo Principe do Brasil Noffo Senhor Lisboa Na oficina de Antonio Pedrozo Galram. Ano de MDCCXVI. Joseph Freyre de Monterroyo Mascarenhas.

b) Costumes

A análise dos costumes indígenas registrados para o período colonial enfrenta alguns problemas por estar atrelada à narrativa do colonizador. No entanto, é viável percorrê-la, uma vez que, interpretada com cautela, fornece elementos descritivos que esboçam o modo de vida dos povos indígenas que tanto impacto causou aos conquistadores cristãos. A partir do contato com os povos indígenas o colonizador percebe que para viver na terra só seria possível se apreendesse a cultura que lhe era estranha. Os símbolos e os sinais eram formas de linguagem nas culturas indígenas que, interpretados, permitiam o conhecimento da natureza. O vôo das aves, o andar dos animais, as pegadas deixadas com os rastros e a observação do sol, do vento nas árvores eram os elementos que compunham o sistema de interpretação, seja da proximidade ou passagem do animal, seja daquele que representasse um inimigo.

Da natureza se criavam os instrumentos necessários à sobrevivência, à atividade da caça e/ou da pesca. O uso do pari, das ervas e cipós na pesca dos peixes os intoxicavam, tornando-os mais fáceis de ser apanhados. A pesca fluvial teve forte influência dos índios na vida dos colonizadores e perdura até hoje. Mesmo assim, a carne de boi e a de porco, saboreadas pelos europeus, foram introduzidas, por exemplo, na capitania de São Vicente desde meados do século XVI, porém a caça tornou-se fundamental para os colonos nos sertões.⁹⁷

A linguagem dos sinais⁹⁸ foi absorvida e veio a ser o paradigma epistemológico que surge da observação atenta e minuciosa desenvolvida pelo ser humano para interpretar a vida. Rastros, marcas, pistas que são interpretadas ao se exercitar a observação formando um tipo de conhecimento vindo da experiência e da realidade vivida. Segundo Carlo Ginzburg,⁹⁹ “Por milênios o homem foi caçador. Durante inúmeras perseguições, ele aprendeu a reconstruir as formas e movimentos das presas invisíveis pelas pegadas na lama, ramos quebrados, bolotas de esterco, tufo de pêlos, plumas emaranhadas, odores estagnados”. Todas essas formas de

⁹⁷ Sérgio Buarque de Holanda. *Caminhos e Fronteiras*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. (edição ilustrada, Coleção Documentos Brasileiros). p.79-84.

⁹⁸ Carlo Ginzburg. *Mitos, Emblemas, Sinais*. Morfologia e história. Trad. Federico Carroli. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. Aborda o método de investigação usado por Morelli na arte, Freud na psicanálise e Holmes como personagem policial de Doyle na literatura e ao buscar as origens do método analisa as diversas formas de conhecimentos produzidas pelo homem em sua trajetória.

⁹⁹ Carlo Ginzburg. *Mitos, emblemas, sinais*. p.151.

conhecer algo da vida diária, seja para obter a sobrevivência, seja para prever acontecimentos dos rumos da sociedade em que se está inserido, vieram da observação do ser humano e se transformaram em saberes produzidos na experiência cotidiana. São saberes que pertencem ao “patrimônio cognoscitivo”, repassados de geração em geração ou aprendidos com o contato entre os diferentes grupos humanos.

Os indígenas, ao lidarem com a natureza, desenvolveram, mediante a observação diária, o conhecimento dela, dos perigos e dos gêneros para a sobrevivência que passaram a ser úteis aos conquistadores. Contudo, Sérgio Buarque¹⁰⁰ alerta que atribuir tudo à herança indígena é errôneo, uma vez que se constituiu um tipo próprio de gente no interior do Brasil. Foi da convivência entre índios e sertanistas que surgiu o resultado de “uma raça mais próxima do bugre do que do europeu”, e a partir daí se fundou um modo de vida típico do sertão.

Os hábitos e os ritos dos indígenas se apresentaram bem mais que exóticos ao colonizador se opunham a tudo que dava significação ao universo cultural e cristão. O gentilismo foi uma designação comum dos elementos vistos como profanos das práticas ritualistas dos índios.

O gentilismo citado no *Erário Mineral*, impresso em 1735, da autoria de Luís Gomes Ferreyra, além das enfermidades da época, das formas de curas, também, registra mediante a percepção de médico e europeu, os hábitos e os costumes típicos.¹⁰¹ O recurso à magia e às plantas medicinais são detalhadas no relato.¹⁰² Entre o poder das práticas mágicas e o uso das ervas vivia a sociedade mineira setecentista, com feiticeiros e curandeiros. As práticas do cotidiano da população eram fruto do sincretismo de negros e indígenas.¹⁰³ Integravam ao gentilismo a antropofagia porque “[...] comem uns aos outros quando morrem [...]” e

¹⁰⁰ Sérgio Buarque de Holanda. *Caminhos e Fronteiras*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. (edição ilustrada, Coleção Documentos Brasileiros). p. 145.

¹⁰¹ Luís Gomes Ferreyra *Erário mineral*: dividido em doze tratados. Lisboa: Officina de Miguel Rodrigues, impreffor do Senhor Patriarca; 1735. p. 1 e 2 - Tratado I. era cirurgião e na capitania de Minas exerceu durante 20 anos seu ofício.

¹⁰² Luís Gomes Ferreyra. *Erário mineral*, Tratado X: p. 447-451.

¹⁰³ Ver: Laura de Mello e Souza. *O Diabo e a terra de Santa Cruz*; feitiçarias e religiosidade popular no Brasil colonial. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. Sobre a extensão do poder da Igreja na colônia ver: Charles Boxer. *A Igreja e a Expansão Ibérica. (1440-1770)*. Trad. Maria de Lucena Barros e Sá Contreiras. São Paulo/Lisboa: Martins Fontes/ edições 70, 1978.

o politeísmo, a crença nas divindades da natureza como “algumas nações adoram o sol e a lua, e outras ao diabo”.¹⁰⁴

Na jurisdição do Bispado do Grão-Pará, próxima à fortaleza de Gurupá, numa vila foi encontrada a presença “de gentilidade” não conseguindo aprender a doutrina cristã.¹⁰⁵

A cultura dos povos indígenas era alvo de observação que, ao ser apreendida, se incorporava às estratégias do exercício de poder. No *Códice Costa Matoso* é anotado um resumo dos diversos livros e capítulos da obra *Vida do Padre Almeida*, editada em Lisboa, em 1658, de Simão de Vasconcelos, onde são apresentadas informações das nações indígenas de Pernambuco e dos Campos dos Goitacases.¹⁰⁶ No livro I, capítulo 5, comenta-se: “São geralmente de natureza fera e tragadora de carne humana; andam todos nus, assim varões como fêmeas, sem pejo algum entre si; no entendimento são rudes e mais quanto mais vão crescendo”.¹⁰⁷ A nudez e a antropofagia talvez tenham sido as práticas que mais causaram horror ao europeu, uma vez que rebaixava o índio à condição de animal. Além disso, dizia-se: “Não têm arte nem polícia alguma, nem sabem contar mais que quatro, contando os mais números pelos dedos dos pés e mãos, e os anos pelos frutos das árvores; trazem pela maior parte as orelhas e os beiços furados [...]. É gente pobríssima, cuja mesa é a terra, e as iguarias dependem do seu arco..”.¹⁰⁸ O trecho demonstra nitidamente que a crítica ao modo de vida dos índios toma como base de comparação o modo de vida dos dominantes. A conotação de povos sem arte e sem polícia, sem escrita e sem saber contar os qualificava como sem civilização. Para completar, ainda, não conheciam “deus algum”, assim o padre definia a natureza bárbara e rudimentar dos índios.

Ronaldo Vainfas,¹⁰⁹ aborda a imagem retratada dos índios e o espanto dos jesuítas com a nudez. No início do contato, o papel desempenhado pelos jesuítas na catequese já sugeria, de certa forma, um tipo de política indigenista

¹⁰⁴ *Códice Costa Matoso*. Coleção das notícias dos primeiros descobridores das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, e vários papéis. v. I. coord. Geral Luciano Raposo de Almeida Figueiredo Maria Verônica Campos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/FAPEMIG, 1999. (Coleção Mineiriana). p.938.

¹⁰⁵ *Códice Costa Matoso*. p. 968.

¹⁰⁶ *Códice Costa Matoso*. Doc. 128. p. 842.

¹⁰⁷ *Códice Costa Matoso*. p. 843.

¹⁰⁸ *Códice Costa Matoso*. p.843.

¹⁰⁹ Ronaldo Vainfas. *Trópico dos Pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

incipiente: “Os habitantes nus do Brasil seiscentista causaram profundo desalento aos jesuítas, a começar por Nóbrega, que tudo fez para vesti-los desde que chegou a Bahia: quis dar roupa sobressalente dos padres para os índios batizados; pediu roupas ao padre Simão Rodrigues; considerou a possibilidade de os próprios índios fiarem seus vestidos de algodão; e incluiu essa medida no plano geral de aldeamento de 1558”.¹¹⁰ Comenta, ainda, que os pecados dos índios “pareciam não ter limite nos relatos dos cronistas da época” e quanto a aculturação comenta que foi expressa pela necessidade de casá-los e de cobrir-lhes os corpos nus. Em outro estudo,¹¹¹ analisa os estereótipos dos gentios que os identificavam como “sem lei, sem rei e sem fé”. Num primeiro momento, o indígena foi comparado a uma criança, mas depois foi transformado numa aberração, em idólatra e demoníaco. Acreditava-se, por exemplo, que o caraíba, líder espiritual do tronco Tupi-Guarani, possuía poderes mágicos de comunicar com os ancestrais e de guiar o povo para a “terra sem mal”. A santidade – ritos híbridos com a presença de elementos do mundo católico e indígena – foi uma forma de resistência indígena frente à colonização.

Os feiticeiros, responsáveis pelo pacto com o diabo, de todos os índios eram considerados mais malévolos os Tapuias “mais atraíçoados e vagabundos de todos”.¹¹² Os Tapuias eram como adoradores do diabo em forma de moscas, ratos, sapos etc. “Em costumes, são quase feras e parecem sem ação alguma de humanidade, e mais parecem brutos em pé que homens racionais; aos hóspedes recebem chorando e aos mortos fazem exéquias bárbaras, enterrando a uns em um vaso” com seus instrumentos pessoais e de trabalho. Outros torravam umas partes do corpo e os parentes comiam, sendo o restante guardado para ser comido devagar nas outras festas. Também, comem seus filhos “que lhes morrem depois de nascidos dizendo pedir a boa razão tenham por tumba o mesmo berço do seu nascimento”.¹¹³ A vida ou a morte dos indígenas tanto faz, na visão cristã, como deformação da humanidade.

Cristina Pompa¹¹⁴ analisa o conjunto de crenças dos Tupis e dos Tapuias na configuração de uma religiosidade própria desses índios a qual os

¹¹⁰ Ronaldo Vainfas. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1989. p.32.

¹¹¹ Ronaldo Vainfas. *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

¹¹² Códice Costa Matoso.

¹¹³ Códice Costa Matoso. p.843.

¹¹⁴ Cf. Cristina Pompa. *Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial*. Bauru/São Paulo: EDUSC, 2003. p. 339-378.

missionários desconsideraram como religião e sem um Deus. A concepção ocidental e cristã construiu a relação entre o diabo e o feiticeiro índio remetendo-se à idéia de paganismo, portanto, à falta de religião. A noção católica de fé divergia dos ritos divinatórios e curativos dos índios, cujo feiticeiro agia com poderes, representando um sacerdote para seu povo.

Os relatos da conquista cristã não se restringiram aos rituais, mas se estenderam às feições dos gentios. Assim, a descrição da aparência física foi complementar à espiritual, julgada com aversão e medo. O temperamento, as armas, a alimentação dos gentios se sintetizavam a anomalias. Mas quando se tratava da guerra, a valentia era temida, denotando a brutalidade dos combates. A coragem do índio era traduzida como vingança para o colonizador, e não como atributo do mérito de um guerreiro. Assim, eram transformados em animais por conservarem seus costumes, como furar o nariz ou o "beijo", eram qualificados de "horrendos" ou medonhos por se pintarem com riscas pretas e de rústicos por usarem seus arcos, flechas, lanças e machados.¹¹⁵ As descrições indicam o elo entre a conquista do gentio e a conquista da terra que tanto preencheram as cartas das autoridades. A conquista se daria pela propagação da fé, e a expansão territorial não implicava exclusivamente o domínio material, mas, sim, era conexas ao domínio espiritual.

Contrapondo o juízo de valor do colonizador, observa Sérgio Buarque de Holanda¹¹⁶ que os índios eram "donos de uma capacidade de orientação nas brenhas selvagens, em que tão bem se revelam suas afinidades com o gentio, mestre e colaborador inigualável nas entradas, sabiam os paulistas como transpor pelas passagens". Orientavam-se pelo Sol e à noite marcavam o tempo pela observação das estrelas.

A influência indígena deixou raízes na vida do sertanista e do mameluco, que herdaram dos índios a noção de contar o tempo e de direção, mantendo da origem ibérica o uso de cruces de madeiras para sinalizar ao caminhante que à frente encontraria pouso. Os bandeirantes e os sertanistas aprenderam com os índios a maneira de se guiarem pelas pegadas e vestígios de animais ou de homens. Apesar do "rústico alfabeto", os índios tinham apurado senso

¹¹⁵ Códice Costa Matoso. p. 969-979.

¹¹⁶ Sérgio Buarque de Holanda. *Caminhos e fronteiras*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. (edição ilustrada. Coleção Documentos Brasileiros). p 15.

de espacialidade. Essa herança não é desprezível, “[...] constitui, ao contrário, elemento fecundo e positivo, capaz de estabelecer poderosos vínculos entre o invasor e a nova terra”.¹¹⁷ Os índios aprenderam a viver na natureza por causa da “necessidade de enfrentar desde a infância uma natureza cheia de caprichos, tornara o índio apto a triunfar sobre tôdas as contrariedades de seu meio. Incapaz, muitas vezes, de exercer-se em certas artes, que requerem uma existência sedentária, à maneira dos brancos”.¹¹⁸ Desenvolveram habilidades típicas do *habitat*, uma capacidade de imitar os sons dos animais e de atraí-los ou de saber se estavam se aproximando. Tinham de exercitar os sentidos em razão do estilo de vida que levavam, ao passo que para o colonizador os sons pareciam rugidos de feras.

Os índios desenhavam na terra, como uma espécie de mapa, os rios, os afluentes e as aldeias ribeirinhas. Por meio da linguagem pictográfica identificavam os lugares como uma forma de cartografia representando as localizações. “Assim, os saltos e as cachoeiras, que causam contratempos aos remadores, são indicados por meio de convenções; a extensão de cada afluente é, de certo modo, expressa na relação aproximada que guardam entre si no desenho; a forma de cada montanha aparece igualmente modelada na areia úmida. Até a maior ou menor regularidade no curso de um rio encontra expressão nessa rústica geografia”.¹¹⁹ A capacidade de descreverem o ambiente, de se locomoverem no meio demonstra que adquiriram das circunstâncias impostas um conhecimento habilidoso. “Para tanto é indispensável a existência de uma verdadeira elaboração mental, de um poder de abstração, que não se concilia facilmente com certas generalizações ainda correntes acerca da ‘mentalidade primitiva’”¹²⁰ O conhecimento da natureza é elaborado como uma produção de saber que, por meio da representação de imagens, expressa a indicação, com propriedade, de signos como uma linha quebrada desenhada se referindo a um rio. As imagens dos desenhos, embora efêmeras por desaparecerem rapidamente na terra, não deixam de exigir maestria na lida com símbolos e ao retratarem a natureza permitiam o

¹¹⁷ Sérgio Buarque de Holanda. *Caminhos e Fronteiras*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. (edição ilustrada. Coleção Documentos Brasileiros). p.18.

¹¹⁸ Sérgio Buarque de Holanda. *Caminhos e Fronteiras*. p. 19.

¹¹⁹ Sérgio Buarque de Holanda. *Caminhos e Fronteiras*. p. 21.

¹²⁰ Sérgio Buarque de Holanda. *Caminhos e Fronteiras*. p. 22.

mapeamento do território: “[...] o índio tornava-se, assim, o senhor de um admirável instrumento para triunfar sôbre condições mais penosas e hostis”.¹²¹

Os ameríndios desenvolveram conhecimentos a serviço da coletividade, conforme valores que norteavam a convivência entre eles. O sinal da fumaça das fogueiras, como forma de sinalização e meio de comunicação entre os índios, foi o recurso de que se valeram as bandeiras paulistas para se orientarem no sertão. Alguns povos indígenas, para se desviarem dos bandeirantes, como os Caingangos e os Xerentes, utilizaram sandálias, uma espécie de alpargatas, que cobriam as plantas dos pés com folhas evitando deixarem rastros de suas passagens.¹²²

As entidades mitológicas fazem parte do imaginário popular brasileiro. O curupira, cuja função era proteger as matas e as caças, tinha os pés virados para trás, donde surgiu do andar dos índios nas matas para confundir os exploradores e se desvencilharem das perseguições. Havia como estratégia dos índios a dissimulação do caminho criando uma direção falsa para os conquistadores como se vê nas Atas da Câmara de São Paulo que fazem referências à dificuldade de localizar os índios “andantes e sem pouso certo”.¹²³

Curt-Nimuendaju dedicou-se aos estudos das tradições indígenas desde 1905, ano de sua chegada no Brasil, até 1945 quando faleceu.¹²⁴ A vasta produção de seu legado elucida muito os mitos que permaneceram entre os povos indígenas que ele conviveu e coletou. Para o presente estudo interessa, especificamente, o conjunto de costumes reunidos como o uso do cipó timbó na pesca, a crença e explicação da origem do mundo, o hábito de dormirem no chão entre os índios do Brasil central, o ritual de pintar o corpo para guerrearem, as táticas de cerco ao inimigo e as rivalidades históricas entre certos povos. Em um dos mitos coligidos conta que um feiticeiro fez uma magia, recurso para se obter o bem ou o mal, levando a seca completa e carência de alimentos. A seca foi solucionada com o aparecimento da lua em forma humana, com a face pintada de preto e vermelho, deu substâncias mágicas dentro de uma cabacinha aos Kayapó que ao

¹²¹ Sergio Buarque de Holanda. *Caminhos e Fronteiras*. p. 30.

¹²² Cf. Sergio Buarque de Holanda. *Caminhos e Fronteiras*. p. 30 e 31.

¹²³ Sergio Buarque de Holanda. *Caminhos e Fronteiras*. p. 33.

¹²⁴ Segundo Virgílio Corrêa Filho, Nimuendaju, alemão, recebeu este nome dos Guarani de São Paulo que significa “o ser que cria ou faz o seu próprio lar.” Cf. MAPA Etno-Histórico de Curt-Nimuendaju. Rio de Janeiro: IBGE/Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.p. 9. Ver também: Introdução de Eduardo Batalha Viveiros de Castro. Curt-Nimuendaju: 104 mitos indígenas nunca publicados. In: Mitos Indígenas na obra de Curt-Nimuendaju. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. n. 21. Rio de Janeiro, Imprinta. SPHAN/Fundação Nacional Pró-Memória, 1986. p. 64.

lançarem no vento tocou o chão, libertando o sol e assim vindo a chuva.¹²⁵ Outras crenças no mundo dos espíritos e em poderes mágicos foram registrados por Nimuendaju, como os lendários Tombrék e Poyekrégn, classificados no grupo gê dos Botocudo. Eram antropófagos e habitantes das matas do rio Doce, acreditavam que no céu viviam os espíritos e somente alguns índios escolhidos podiam vê-los. Na tradição oral, de alguns índios, se difundiu que o sol e a lua viveram juntos, na terra, nos tempos remotos. Esta crença diz respeito aos extintos Kamakã, localizados no curso do rio Pardo e rio das Contas nas Minas setecentista, eram povos de língua semelhante aos do tronco gê, mas que constituíam uma família à parte.¹²⁶

Estudos selecionados do conjunto da historiografia, como o de Ângela Domingues,¹²⁷ revelam registros das descrições dos comportamentos culturais dos povos indígenas e expõem comentários críticos acerca dos interesses que moveram viagens de cunho científico à colônia no século XVIII e mesmo após.

A expedição ao Brasil de Maximiliano, naturalista alemão, entre 1815 e 1817, situa-se como parte das viagens científicas do contexto inaugurado no século XVIII. As expedições se expressam como fruto das prioridades das potências - Portugal e Espanha - para demarcarem as possessões da América do Sul e da determinação de exercerem o controle dos recursos existentes nos territórios. O percurso realizado por Maximiliano engloba uma série de dados descritivos das etnias e costumes dos índios como dos Puris, Botocudos, Pataxós, Coroados, Guaicatás, Malalsi, Machacalis, Camacãs e outros. Mas o naturalista registra, também, sua observação quanto ao desaparecimento de alguns costumes e de certas línguas indígenas. Esse comentário nos leva a crer na evidência de como os sinais de interferência européia fincaram alterações na vida indígena. De outro lado, deve ser considerado que não só as narrativas fornecem elementos reveladores das

¹²⁵ O conto deste mito possui outras versões relacionadas por Curt-Nimuendaju. Ver: Eduardo Batalha Viveiros de Castro. Curt-Nimuendaju: 104 mitos indígenas nunca publicados. In: Mitos Indígenas na obra de Curt-Nimuendaju. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. n. 21. Rio de Janeiro, Imprinta. SPHAN/Fundação Nacional Pró-Memória, 1986. p. 79.

¹²⁶ Estes mitos dos Kamakã foram registrados no ano de 1938 por Nimuendaju, de acordo com o relato de Jacinta Grayirá, única índia Kamakã sobrevivente na região. Cf. Eduardo Batalha Viveiros de Castro. Curt-Nimuendaju: 104 mitos indígenas nunca publicados. In: Mitos Indígenas na obra de Curt-Nimuendaju. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. n. 21. Rio de Janeiro, Imprinta. SPHAN/Fundação Nacional Pró-Memória, 1986. p. 98.

¹²⁷ Ângela Domingues. O Brasil de Maximiliano de Wied-Neuwied. In: O Teatro da Natureza. *Oceanos*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, n. 24, out./dez, 1995. p. 39-54.

visões européias do Brasil, mas as imagens e desenhos registrados munem de informações para se aproximar de uma noção da cultura que regia os ameríndios.¹²⁸ O gentio foi um dos temas contemplados nos registros do novo mundo desde o século XV, sendo ressaltados o hábito do canibalismo e o costume da nudez. Porém, o século XVIII marca o ápice desse movimento por registros que além da figura do índio, objetivava catalogar as informações geográficas do ambiente com intuito de reconhecer e dominar o espaço da colônia, em razão das “notícias das descobertas de riquezas do Sertão Mineiro que alastraram mais tarde ao longínquo Mato Grosso.”¹²⁹

Conforme Maria Beatriz Nizza na segunda metade do século XVIII consolidou-se o estatismo da produção dos diversos ramos da ciência, ou seja, o Estado incentivava as grandes expedições científicas. Mas mesmo antes delas os interesses já se voltavam para descobrir o valor e uso das plantas do Brasil, bem como para aprofundar os conhecimentos mineralógicos.¹³⁰

As cartografias e imagens, como testemunhos gráficos, de maneira geral, enfocavam o levantamento da geografia física e potencialidades dos recursos naturais, a vida aborígene, seus artefatos, o arco e flecha, as cenas de caça, subsidiam o conhecimento dos antigos costumes ameríndios. Mas se observa que o contexto setecentista não foi o único favorável às investigações científicas. Os anos de estadia de Maximiliano no Brasil legaram um acervo de descrições dos índios, principalmente, dos Botocudos. Os desenhos compõem um espólio importante ao retratarem as imagens e visões concebidas acerca dos índios. Como exemplo, a cor, no desenho da “luta dos Botocudos“, usada para representar as pinturas nos corpos dos índios, “dos vermelhos das pinturas faciais ao contraste dos castanhos escuros das pinturas corporais com a tonalidade mais suave da pele dos ameríndios botocudos, tudo enquadrado e fechado num plano de fundo dominado por cores e

¹²⁸ Cf. Miguel Faria. Brasil: visões européias da América lusitana. In: O Teatro da Natureza. *Oceanos*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, n. 24, out./dez, 1995. p.71-100.

¹²⁹ Miguel Faria. Brasil: visões européias da América lusitana. In: O Teatro da Natureza. *Oceanos*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, n. 24, out./dez, 1995. p. 90.

¹³⁰ Cf. Maria Beatriz Nizza da Silva. A história natural no Brasil antes das viagens do Príncipe Maximiliano. In: O Teatro da Natureza. *Oceanos*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, n. 24, out./dez, 1995. p. 12-24.

tons neutrais.”¹³¹ Assim sendo, se mostram intencionais as características escolhidas, realçadas e de destaque. Com a reprodução dos desenhos em gravuras diversas, os originais foram alterados a tal ponto de distorcerem a idéia intencionada. Miguel Faria ao analisar as imagens de Maximiliano, alerta para a ocorrência de deturpações as quais seus desenhos foram submetidos por outros, à exemplo cita a “Família de Botocudos em viagem” onde aparecia um botocudo conduzindo um prisioneiro. Manteve-se o botocudo, mas o prisioneiro foi substituído por uma mulher e três filhos. Noutro desenho o “chefe Kerengnatnuck e sua família” eram retratados um chefe com duas mulheres e três filhos, no entanto foi retirada uma das mulheres e um filho evitando a representação da poligamia habitual entre os Botocudos.¹³² O comentário referido conduz a um enunciado claro, o de que é inevitável averiguar o peso das alterações a que foram submetidas à cultura dos ameríndios.

Os grupos indígenas submetidos ao contato europeu tiveram suas culturas radicalmente transformadas, a tal ponto que se verifica a falácia demagoga de defesa da permanência de identidades argumentando que a defesa não tem a ver de forma alguma com purismos. Alguns estudiosos insistem na sobrevivência da manutenção da identidade dos índios, mesmo após terem sido desterritorializados e terem ido conviver nas vilas coloniais. Ainda afirmam a idéia de uma forma de luta, via legal, à medida que conheciam as leis da época e reivindicavam na justiça o reconhecimento identitário de índios. Quanto à observação mencionada não há dúvidas, mas há dúvidas quanto à existência de uma identidade. A proposição defendida é passível de debates, porque talvez seja muito mais produto de uma visão romanceada por alguns. Outra reflexão plausível explica, em parte, a atitude dos índios ao reivindicarem o reconhecimento de sua identidade e buscarem um lugar na sociedade, constatando na atitude um meio de conseguirem a sobrevivência enquanto sintoma da reação humana. Concluir de uma conjectura a vitória da integração dos índios a vida colonial seja no interior seja nas vilas é precipitado e até ingênuo. Por um lado, se entende as afirmativas deste teor no sentido de que pretendem resguardar os povos indígenas dos questionamentos

¹³¹ Miguel Faria. Brasil: visões européias da América lusitana. In: O Teatro da Natureza. *Oceanos*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, n. 24, out./dez, 1995. p. 96.

¹³² Cf. Miguel Faria. Brasil: visões européias da América lusitana. In: O Teatro da Natureza. *Oceanos*, 1995. p. 97.

oportunistas aos seus direitos na realidade atual, no entanto não se deixa de notar que alguns apropriam das defesas que guardam tais idéias porque elas auferem *status* e vendem literatura. Mas historicamente o discurso de resistência pacífica e cotidiana, nem sempre, mas às vezes, como alternativa a luta belicosa acena uma outra faceta, infelizmente, para a frustração de muitos. Embora haja concordância quanto ao fato de alguns povos ameríndios reviverem, reelaborarem e reinventarem suas tradições, na tentativa de preservá-las, como fizeram com o que restou do modo de vida impactado pelas imposições do passado colonial, a análise exige parcimônia. Conforme perspectiva em direção oposta detecta, na resistência cotidiana para o caso de certos povos indígenas, depois de sujeitados as alterações profundas que incidiram junto ao esfacelamento da memória dos hábitos, línguas, ritos e de assimilados traços da cultura européia, perderam de vez o elo com a identidade. Não só desapareceram, mas como sobreviventes da história perderam por completo a fonte de referências e vínculos com as origens e a possibilidade de reelaborações. Com isso, não se desmerece as tentativas nem se negam as diversas formas de resistências, entretanto também não se deve eximir de uma postura crítica, quando se defrontam com os registros e as graves consequências visíveis, na longa duração, refletidas na atualidade.

O Brasil se apresentava aos portugueses como terra a ser descoberta. Longe de se completar o ciclo das possíveis riquezas sonhadas, as novidades apareciam a cada momento do contato. Apesar da curiosidade despertada no contato com a vida dos índios, os colonizadores viam neles os inimigos da conquista. A penetração do território fez com que os povos indígenas fossem sendo comprimidos às áreas cada vez mais distantes. Concorre, ainda, as rivalidades entre os povos nas disputas de territórios. Eram tantos os índios Tapuias que “fez inundar de outras Nações bárbaras; primeiro dos Tupinaes; depois dos Tupinambas: saindo uns, e outros do centro do Certão a despojá-los das terras que dominavam; ocupando os últimos as vizinhanças da Marinha pouco a pouco foram metendo pela terra dentro”.¹³³ Tapuia, termo genérico, povo considerado como os primitivos habitantes das vastas terras do Brasil, tornou-se comum no vocabulário para

¹³³ BNL. OS ORIZES CONQUISTADOS, OU NOTÍCIA DA CONVERSAM DOS indomitos Orizes Procazes, povos barbaros, & guerreyros do Certão do Brasil, novamente reduzidos á Santa Fé Catholica, & a obediencia da Coroa Portuguesa. Dedicado ao Serenissimo Principe do Brasil Noffo Senhor Lisboa Na oficina de Antonio Pedrozo Galram. Ano de MDCCXVI. Joseph Freyre de Monterroyo Mascarenhas p.1.

designar o inimigo gentio do interior da colônia. Tupinaé não é o mesmo que Tapuia; o primeiro era rival do segundo. Ambos entraram na categoria de “selvagens e hordas bárbaras” que impediam a ocupação do território não só pela presença física, mas também por seus costumes opostos à civilidade. Afinal, o colonizador já tinha experimentado o peso da aliança entre os considerados selvagens com a Confederação dos Kariris ou a guerra dos bárbaros iniciada em 1687 e findando no início do século XVIII. Os Orizes-Procaces, eram habitantes do interior da colônia, também incluídos na categoria de inimigos para o colonizador, lembrando que a designação de Procaces se deve à necessidade de discernir de outros povos que também levaram o nome Orizes.¹³⁴

À medida que a conquista espiritual dos índios ocorria, os costumes cujos conquistadores chamavam de barbaridade eram deixados de lado, e assim, na mesma proporção, ocorria a conquista do território. Com a alteração do hábito de vida nômade dos índios, aos poucos eles passaram a sedentários. A fixação deles em aldeias ou povoações acarretava a dissolução da rede ritualística do nomadismo, que mantinha acesa todo um modo de vida. Povos como os Tupinambás, os Potiguares, os Carijós, os Kiriris, os Kariacâzes, os Mongorûs, os Caimbês, os Orizes-Procaces e muitos outros tiveram os costumes destruídos e submetidos à sedentarização. Os Orizes-Procaces, porém, estavam “entre todos mais ferozes, & mais indômitos persistiu há dois séculos no ódio do nosso trato, e na obstinação da sua inimizade, a Nação dos Orizes-Procaces que, fugindo ao nosso comércio no recôndito das montanhas, no intricado das brenhas, não só souberam conservar-se independentes das nossas leis, mas fizeram parar com o seu terror os nossos descobrimentos”.¹³⁵ É revelador o enunciado de Monterroyo Mascarenhas à resistência cultural e física dos índios Procaces que não abriram mão de seus costumes, rejeitaram tenazmente as leis e a fé do conquistador por quase dois séculos. Além do mais, representaram uma barreira à conquista das riquezas.

Os Orizes-Procaces se estabeleceram próximos a Salvador e quando localizados receberam o título de “Povos da Nação Tapuia, primitivos povoadores, e vagabundos habitantes da Província da Bahia, Idolatra nos ritos, bárbaros nos costumes; extraordinariamente forçosos, destrissimos no expedir das setas, e por natureza intrépidos, e guerreiros. A sua estatura agigantada, a sua cor vermelha, as

¹³⁴ Cf. BNL. OS ORIZES CONQUISTADOS, p.4

¹³⁵ BNL.OS ORIZES CONQUISTADOS, p. 2.

caras horríveis, os cabelos negros, e corredios. A sua língua tem idioma particular cheio de vozes guturâes. O seu traje em um, e outro sexo é só o que lhes deu a natureza".¹³⁶ Os atributos depreciativos abarcaram os costumes e a aparência física: idólatras, bárbaros, intrépidos, a cor vermelha, a língua falada, as caras horríveis, a nudez, nada passou despercebido ao julgamento do narrador, e todos os atributos conjugados revelavam a deformação humana no paraíso das riquezas. Apenas o predicado de guerreiro restou como símbolo da coragem.

A descrição do guerreiro e da guerra impetuosa figura os matizes dos costumes dos Orizes-Procazes. Matizes assustadores para o desbravador do sertão que os igualava aos animais mais ferozes da terra: "Na sua habitação não se distinguem das feras; porque nem como os Tártaros trazem sobre carros as suas cabanas. Em rebanhos como animais vagam por entre os matos; ou a caçar outros que neles se criam, ou a colher os frutos que ali produz espontaneamente a natureza. Cultivam somente a mandioca, pão universal das Nações Brasileiras; e quando a inclemência da estação lhes esteriliza este mantimento, com raízes de outras plantas que já conhecem suprem esta falta. Cevam-se na carne humana como na de qualquer rês. A maior paixão do seu animo é o ódio; porque passando com o desejo da vingança além dos limites da morte, despedaçam, e devoram os mesmos inimigos que matam".¹³⁷ Novamente a antropofagia aparece como ato mais que repugnante, despertando no colonizador a similitude com os ritos demoníacos. A maneira como a descrição ganha realce mostra a completa incompreensão do mundo dos índios ou o artifício do jogo do poder. A vitória plena sobre o inimigo depende de desmoralizá-lo.

Os atributos selecionados tinham alvo certo: objetivavam denegrir os índios, aos quais, dominados pelas paixões e desejos, destituídos de razão, alimentados por vingança e ódio, movidos por sentimentos nefastos, não restava nada a não ser a condenação. Os costumes desregrados dos índios serviram de baliza à conquista; afinal como o próprio Monterroyo afirma, os Orizes impediam o acesso aos descobrimentos. A antropofagia era vista como expressão do ódio, e não como rito cultural, mesmo porque para o autor, os índios não têm cultura e tudo que fosse derivado deles era malfazejo.

¹³⁶ BNL. OS ORIZES CONQUISTADOS, p. 2.

¹³⁷ BNL. OS ORIZES CONQUISTADOS, p. 3.

Os ritos indígenas, no conjunto, guardavam mais um componente: o da adoração à coruja. Mas, ao contrário do entendimento do colonizador que acreditava que os Orizes adoravam a coruja como se fosse Deus, eles, além de adorá-la como mensageira de presságios, sabiam que ela afugentava as cobras. Assim, os Orizes lhe atribuíam um significado especial, pois, a adoração a coruja reforçava essa idéia de livrá-los dos perigos das cobras. Após cantarem e dançarem, matavam-nas para comer-lhes a carne. O rito entendido como gentilismo, na visão do europeu, estava condicionado à imagem do demônio encarnado na coruja. Os Orizes, porém, acreditavam nos agouros da coruja para anunciar o futuro.

A barbaridade dos costumes foi expressa, também, na relação que os pais mantinham com as filhas, que, ao entregarem a virgindade delas, estavam “prostituindo todas as que perfizeram doze anos aos seus parentes mais chegados, na falta destes aos irmãos das prostituídas, e na de uns, e outros, são os mesmos pais os Autores deste brutal stupro. (*sic*). Todo dia se passa neste desenfado, comendo diferentes manjares, que a arte não faz delicados, mas tem feito saborosos o costume, e bebendo com destemperança hum licor com os mesmos efeitos do vinho, composto do sumo de varias frutas, e do suco de algumas raízes, que a experiência lhes mostrou próprias para esta fabrica”.¹³⁸ O narrador usa o termo holocausto ao comparar com os ritos dos gentios e denomina de bacanaís as festividades, remetendo-se à Grécia e aos costumes atenienses, antes de Cristo.

Assim se deduz que, na mentalidade da civilização européia cristã, as palavras que qualificaram e descreveram os costumes dos gentios eram mais que força de expressão; eram instrumentos da relação de poder com o outro. Os rituais dos gentios bárbaros foram equiparados às práticas pagãs e imorais.

As áreas cobiçadas eram as de sertões. Nelas estavam o ouro e outras riquezas da terra, porém eram o *habitat* do gentio bravo ou, genericamente, dos Tapuias, motivo suficiente para as expedições se tornarem precavidas. Dos rios extraía-se o ouro de aluvião, o que atraía os desbravadores. O rio Doce e todo seu entorno foram alvo das ambições, porém eram áreas perigosas onde se concentravam os gentios.

O registro da memória dos trabalhos estatísticos e topográficos do alferes Francisco de Paula Mascarenhas é o relato de sua viagem a Cuieté e dos

¹³⁸ BNL. OS ORIZES CONQUISTADOS, p.3.

exames que fez para averiguar a potencialidade da região.¹³⁹ No entanto, a região era morada dos gentios. Apesar de a viagem do alferes ser um relato do início do século XIX, serve aos fins da reflexão proposta dos costumes dos índios. O alferes embarcou no dia 19 de julho de 1832, no Porto do Onça do Rio Piracicaba, abaixo do Porto de Canoas, passou pela Barra de Santo Antônio, após longa jornada, chegou ao rio Doce, no Quartel-Geral da primeira divisão denominado Naknanuk (o nome se deve ao gentio que viveu no local) e observou: “Não há em toda a extensão, por onde passei no Rio Doce, hum só Aldeamento de índios próximo a margem deste Rio, e nem me consta haver outro inteiramente, a excepção de hum que está principiando a fundar hum índio por nome Guido Poerane e os Caciques ou Capitães Nocreni e Mavon – Potinon Botecudos, com as suas famílias para as partes das cabaceiras do Rio Mannacú, distante do Arraial do Cuiethé 2 para 3 dias de viagem [...]”.¹⁴⁰ Impressionado com fato de não haver muitos aldeamentos, mostrava a rispidez do gentio em aceitar o convívio com os colonos, por conseguinte, a se negar os costumes civilizados e cristãos. Apenas, para o alferes, Guido Poerane era “um bom índio,” tão empenhado que convidou o vigário de Cuieté, algumas vezes, para passear na sua aldeia.

O índio Poerane merecedor de elogios, no relato, se deve ao fato de ter se tornado dócil e sedentário, pois “grande parte desta errante Nação, a bem dizer, se acha domesticada, ele freqüenta continuamente os nossos Quartéis do Rio Doce, e mesmo o Arraial de Cuithe, já gosta de vestir-se, e até das nossas comidas...”.¹⁴¹ Em contrapartida, incomodava o alferes a existência “entre a mesma de alguns índios de maior influencia, bem como os capitães Quilóta Potinão, e Paulo que são os causadores de todas as desordens, e intrigas que aparece nestes lugares; são os cabeças de todos os roubos, e até os sedutores d’alguns manços meterem-se outra vez no mato, como aconteceu a pouco na Primeira Divisão: apesar destes índios terem, como disse, maior influencia entre os outros, com tudo não deixa de ser bem reconhecida entre eles a maldade dos mesmos; e seria muito interessante o poder-se afasta-los politicamente destes lugares não só para proveito da mesma Nação,

¹³⁹ RAPM. Ano III, 1898. Memória dos trabalhos estatísticos e topográficos das margens do Rio Doce do alferes Francisco de Paula Mascarenhas, na viagem que fez ao Arraial de Cuiethe, Ouro Preto, 1832.

¹⁴⁰ RAPM. Ano III, 1898. Memória dos trabalhos estatísticos e topográficos das margens do Rio Doce, p. 62.

¹⁴¹ RAPM. Ano III, 1898. Memória dos trabalhos estatísticos e topográficos das margens do Rio Doce, p. 62.

como para maior segurança dos Colonos [...]".¹⁴² A imagem do bom e do mal índio, do manso dócil e do sedutor desordeiro segue o parâmetro dos princípios da colonização, mostrando a permanência da visão cristã do conquistador na América portuguesa. Assim, como observa o professor França, "A história moderna é dominada por um fenômeno enorme: a europeização do mundo".¹⁴³

Os índios, ao recusarem a civilização e seus valores, eram transformados num problema de ordem pública, e não exclusivamente religiosa. Quanto mais índios não estivessem reduzidos aos aldeamentos e aquietados mais se tornavam motivo de precaução. O alferes Francisco de Paula Mascarenhas disse: "Há nas matas do Rio Doce outra Nação de Índios denominados Puris os quais também vivem errantes, e somente da caça; fazem uso de arco, e flexas, que são maiores, que as dos outros; e de redes tecidas de embira para dormir; nunca vem às margens deste Rio, talvez para não se exporem a algum ataque com o Botocudo, de quem são inteiramente inimigos, havendo menor número destes Índios Domesticados, principalmente da Tribo que existe para as partes das cabeceiras do Rio Cuiethe, no seu braço direito de Santo Estevão".¹⁴⁴ Os Puris e os Botocudos já eram bem conhecidos das bandeiras do século XVIII.

No relato, constata-se que a catequese e o aldeamento não erradicaram a continuidade do modo de vida nômade imediatamente. No estudo proposto o nomadismo é considerado como parte dos costumes dos gentios. Errante *versus* sedentário traz um significado particular uma vez que o aldeamento projetou confinar o índio à vida sedentária e apaziguá-lo.

Os povos indígenas entendiam o nomadismo numa dimensão de significados que se opunha à visão dos povos sedentários abraçando um estilo de vida que congrega o espaço a todos os bens como posse e poder individual, enquanto o espaço para os índios é toda a terra na qual transitavam, sendo um legado natural. De acordo com a cosmovisão indígena, a propriedade era concebida dos bens pessoais e não da terra. A terra era um bem coletivo, o espaço de onde os índios retiravam a sobrevivência e que dava sentido à continuidade de seus rituais.

¹⁴² RAPM. Ano III, 1898. Memória dos trabalhos estatísticos e topográficos das margens do Rio Doce, p. 63.

¹⁴³ Eduardo D' Oliveira França. *Portugal na Época da Restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997. p 29.

¹⁴⁴ RAPM. Ano III, 1898. Memória dos trabalhos estatísticos e topográficos das margens do Rio Doce p. 63 - 64.

As disputas de terras entre índios e não-índios terminaram na esfera de conflitos de jurisdição do espaço, travando-se uma guerra de poder pelo território. O direito à terra dos índios vinha depois do poder do conquistador, mas a luta possuía significação distinta para um e para o outro. O território significava para os índios o conjunto da vida e de diálogo com antepassados, por isso em muitos dos relatos coloniais a noite aparece como um momento dedicado aos rituais, aos espíritos ou aos mortos. A terra era o *habitat*, e não um meio de acúmulo e produção de riquezas. A inexistência de fronteira na concepção indígena é marcadamente perceptível no costume do nomadismo. Talvez isso explique por que as autoridades coloniais civis e religiosas tanto o repeliram com as tentativas incessantes de aldeá-los.

3 As Estratégias Políticas dos Governos

As políticas coloniais do centro-sul do Brasil direcionaram atenções às minas, incluindo nas estratégias dos governos os sertões do ouro. O sucesso da exploração das minas dependia do efetivo funcionamento do aparelho organizacional da administração na colônia. O poder régio, na tentativa de manter as rédeas da liderança na expansão ultramarina, viu-se às voltas com um Estado burocratizado e fiscalista. A monarquia portuguesa manteve-se submersa no “exclusivismo estatal comprometido com a nobreza”¹⁴⁵ e barrou a iniciativa de uma burguesia ibérica independente. Mas o século XVII inaugurou-se com Portugal como potência e o século XVIII, na sua esteira, consagrou o sonho europeu com o ouro e outros gêneros da colônia. Mas com isso veio também toda a problemática produzida no centro do poder. Fernando Novais¹⁴⁶ expõe as contradições da política colonial e a crise sucedida no século XVIII. Momento, também, de demarcação das fronteiras entre a América portuguesa e as Índias de Castela. Embora desde o início do processo de colonização se intentasse limitar os espaços de poder de cada uma com o Tratado de Tordesilhas e de resguardar os interesses do *Antigo Sistema*

¹⁴⁵ Eduardo D’ Oliveira França. *Portugal na Época da Restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997. p 29.

¹⁴⁶ Cf. Fernando A Novais. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

Colonial, o acordo não foi obedecido e se rompeu na prática. A quebra do Tratado ocorreu com as expedições pelo sertão da colônia, com as missões jesuíticas e a criação de gado levando os homens a adentrarem, aos poucos, o interior.

As fronteiras tornaram-se “zonas de tensões”. Como zonas de articulação de interesses da colonização a vigilância era fundamental. O sistema se organizava com base na doutrina política econômica do mercantilismo e “a legislação colonial, na realidade, o que procura é disciplinar as relações concretas, políticas e sobretudo econômicas”.¹⁴⁷ O interesse metalista e comercial não podem ser negados ou relegados ao segundo plano quando se trata da questão de terras no Brasil porque nelas estavam o patrimônio das riquezas da coroa, mas também os indígenas e os estrangeiros.

A procura das riquezas vinha do esforço constante de romper o interior. São Paulo e Minas Gerais estiveram subordinados ao governo do Rio de Janeiro e o título de governador, em fins do século XVII, muitas vezes era alcançado por aqueles que organizaram as expedições para os sertões, e não tinha a conotação que hoje tem.¹⁴⁸ De acordo com Ângela Domingues¹⁴⁹, num estudo que chama atenção para o século XVIII, é um período que marca a vinda de cientistas, astrônomos, cartógrafos para a colônia, principalmente a partir da segunda metade desse século. Como estratégia política, entre as necessidades do Estado estava o reconhecimento dos limites e da potencialidade das terras administradas. As fontes registram as descrições do meio ambiente e podem ser encontradas nos relatos de Alexandre Rodrigues Ferreira, naturalista, que viajou, entre 1783 e 1792, pela Bacia hidrográfica amazônica, Mato Grosso e ilhas de Cabo Verde, bem como nas memórias de João da Silva Feijó. Além deles, os governadores na colônia, também, elaboravam relatórios ao Rei. As expedições colhiam amostras descrevendo a fauna e a flora: “[...] remessas enviadas pelo vice-rei do Brasil, D. Luís de Vasconcelos e Sousa, e pelos governadores e capitães-generais de Minas Gerais, Cuiabá, Piauí, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Goiás, Pará, Rio Negro ou, ainda, por Francisco da

¹⁴⁷ Fernando A Novais. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1995. p. 58.

¹⁴⁸ Waldemar de Almeida Barbosa. *História de Minas*. Belo Horizonte: Editora Comunicação, 1979. v. 3. p. 560-597.

¹⁴⁹ Ângela Domingues. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do setecentos. *História, Ciência, Saúde*. Manguinhos, v. VIII (suplemento). p. 823-838, 2001.

Cunha Meneses, governador da Índia e D. Francisco Inocência de Sousa Coutinho, durante o período em que administrou Angola [...].”¹⁵⁰

As expedições para mapear a potencialidade do território eram parte de um “jogo de expansão” como a própria Ângela Domingues define. Ciência e domínio serviram ao propósito de controlar a exploração dos recursos naturais e os povos “bárbaros”, fossem eles ameríndios e/ou africanos visando legitimar a soberania de Portugal sobre a terra.

As correspondências entre autoridades desvendam as estratégias e modos de governar, revelando as decisões na condução do poder. Os governantes, quando se dirigiam ao Rei e eram atendidos em suas demandas, conseguiam aumentar a credibilidade na administração que estavam à frente. Muitos foram estrategistas meticolosos, atentos às reclamações da população e aos tumultos, manobravam conforme as circunstâncias os desentendimentos, eram, de fato, “o agro com o doce”, governando com tempero as atitudes. No entanto, não encontraram somente o sucesso; as complicações eram de toda ordem na administração da colônia, e as contradições e a crise do sistema colonial emergiram inevitavelmente.

A década de 1730 demarca duas fases de importância: uma com a crise do ouro de aluvião que se anunciava e a outra, com as demandas entre jurisdições no cerne do governo desestabilizando o controle do vasto território colonial. O poder se evadia na imprecisão de seus limites, o governador do Rio de Janeiro ao ter que decidir assuntos concernentes às capitanias de Goiás e Cuiabá, Minas, Rio e São Paulo, acabava perdendo todo o controle.¹⁵¹

Centralizar tanto o poder significa perder-se nele. A vastidão do território não cabia a um agregar sozinho toda administração. As regiões de fronteira traziam preocupação constante dos governos e do rei, o que pode ser visto nas muitas correspondências expedidas que abordam a urgência de se garantir a posse do território. Inclusive, em 1747, era expedida a ordem para se criar o presídio do Rio Grande. A estratégia dos governos incluía a expansão e a manutenção do poder. Daí as circunstâncias internas na colônia exigirem a construção de presídios

¹⁵⁰ Ângela Domingues. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do setecentos. *História, Ciência, Saúde*. Manguinhos, v. VIII (suplemento). p. 823-838, 2001.

¹⁵¹ *Documentos Históricos*. Arquivo Nacional: Rio de Janeiro, 1928, v. II. p. 117-118 Carta de cobrança de Gomes Freire ao Provedor da Fazenda Real de Santos Jozeph de Godoy Moreira. 27-06-1751.

nos limites da colônia de cadeias, principalmente nas sedes de poder. A arrematação e a construção da cadeia de Vila Rica foram definidas por Auto do arrematante Manoel Francisco Lisboa e valeu a quantia de sessenta mil cruzados, em 13 de julho de 1735.¹⁵² Como se percebe, eram os mais diversos assuntos no tocante à destreza do poder na colônia exigindo concentrar forças de todos os lados.

Os representantes do rei exprimiam a ideologia do poder e antes mesmo da segunda metade do século XVIII, desde a década de 1730, eles possuíam uma visão ampla do império lusitano. Um dos governantes, para exemplificar a relação de poder e de forças na colônia, foi Gomes Freire de Andrade, que compreendeu as dimensões políticas na esfera da administração. Ele acompanhou de perto a demarcação dos limites, levantando e explorando o potencial da terra, nas suas cartas direcionadas aos governadores das demais capitanias e, principalmente, a metrópole revelando a problemática percebida no interior da colônia. É nesse cenário que Gomes Freire de Andrade atuou, preparado para assumir o cargo de ingerência. Ao longo de anos, com carreira militar e administrativa, auxiliou o rei em vários momentos de decisões em Portugal e na América Portuguesa. Como governador do centro-sul, recebia informações dos conflitos sociais e dos específicos ocorridos nas áreas de fronteiras no sul, no norte e no centro-oeste do Brasil. Mantinha-se ciente quanto às descobertas de riquezas e da situação político-administrativa das outras localidades para além de sua jurisdição. Essas correspondências entre autoridades permitem uma análise do grau de trocas de informações das expedições empreendidas e da atuação que tiveram.¹⁵³

A concepção de poder não se desvincula da totalidade da política inerente ao Estado, das suas instituições e do grupo que o detém. Mas como analisou professor França, a metrópole mais que se disciplinar numa ordem institucional, lançou mão da ordem administrativa. Tantos conselhos, secretarias, um funcionalismo numeroso que submergiu numa “burocracia sufocante”, “era o exagero com a disciplina governamental” que se explica pelo intervencionismo do Estado e a quantidade “dos tratados sobre a arte de governar”.¹⁵⁴

¹⁵² RIHGMG. v. VI, 1959. Documentos Interessantes. Extraídos do Arquivo Público Mineiro. p.433 e 434. (Código 746. D.F.fl.s. 158 v.).

¹⁵³ PBA 632. Coleção Pombalina, Biblioteca Nacional. Lisboa. Há um conjunto de cartas do Conde de Bobadella sobre a administração militar e outro conjunto dirigido ao Marquês de Pombal.

¹⁵⁴ Cf. Eduardo D’ Oliveira França. *Op. cit.* p. 35-37.

Manter com rigor a administração colonial não era tão simples; a máquina estatal estava inchada com funcionários que nem sempre correspondiam com zelo ao cargo ocupado. O governo chegou a solicitar a D. João V permissão para mandar castigar pessoas que agiam contra o bem público.¹⁵⁵ Na carta enviada, diz: “Quanto mais cargos se criassem mais se extorquia seus vassalos”.¹⁵⁶ Tal afirmação ilustra a urgência de intervenção junto ao rei para se obter “carta branca” e se empreender as mudanças indispensáveis. A meta era desafogar o aparato burocrático do Estado e retirar aqueles que usurpavam o exercício do cargo para interesses próprios, gerando danos à Coroa e prejuízos de toda ordem. Percebe-se nitidamente que, mesmo que se montassem estratégias para governar e exercer o mando, a realidade invertia a lógica da legislação e do jogo do poder. Algumas autoridades civis eram surdas quanto às leis, sentiam-se livres para nomear sem observar o período de ocupação do cargo.

Além das esferas burocráticas das autoridades coloniais, numa outra perspectiva, também se tinha de pensar nos problemas surgidos com as populações indígenas. Para assegurar o controle das terras, era imprescindível a organização da força militar. O Conde de Valadares, quando tomou posse a 16 de julho de 1768, na defesa dos interesses régios, criou o Regimento de Cavalaria em cada comarca de Minas, no Serro Frio criou dois, além de regulamentar os Regimentos dos Auxiliares. O governo de D. Antonio de Noronha iniciou-se em 29 de maio de 1775 e na conquista do Cuyeté buscou abrir um novo caminho “para Mattos Geraes, infestados do bravo Gentio Botocudo, em distancia de mais de 30 léguas, passando por elle aquelle Prezídio, a fazer os necessários exames, e vêr o Lugar mais cômodo para Estabelecer huma nova Povoação, para o que mandou botar Bandos, e afixar Editaes nos Lugares Públicos para que fossem todos scientes, do quanto era util aquella Conquista, pela grandeza que promettião as terras, que elle pretendia repartir, a cada um que quizesse entrar com sua Fábrica, e escravatura, porem nada pôde conseguir, em razão da pouca fé, que os Povos tinham naquelle descobrimento”.¹⁵⁷ A maior motivação da abertura do caminho era a riqueza e o

¹⁵⁵ RIHGB 1957 Volume Especial v.IV p. 400-401. Carta de Gomes Freire a D. João Rio de Janeiro, 10 de março de 1749.

¹⁵⁶ RIHGB 1957 Volume Especial v. IV. p. 407- 408. Carta de Gomes Freire a D. João V Rio de Janeiro, 15 de Março de 1749.

¹⁵⁷ RAPM. Ano II. fasc.3, jul./set. de 1897. Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais. (reedição – 1937). “Memória histórica da capitania de Minas Gerais.” p. 494 e 495.

domínio dos gentios para que não causassem danos aos desbravadores e aos reais quintos.

A imposição dos limites estava associada ao modo de governar e à expressão do poder no processo de povoamento e fixação do colonizador à terra, em contrapartida teve como resposta a revanche por parte dos índios. “Era tão sério este problema das agressões do gentio, que as próprias determinações régias exigiam dos colonos um preparo bélico permanente. [...] Compreende-se que esta insegurança perpétua, agravada pela turbulência dos colonos, aventureiros sertanistas à frente de bandos armados, não fosse propícia ao desenvolvimento da pequena propriedade, exposta mais que qualquer outra a todos os contratempos dela oriundos”.¹⁵⁸ A problemática em torno da instituição e soberania do poder na colônia se realizava de maneira caótica no âmbito do governo. Se, de um lado, a indefinição das fronteiras preocupava, de outro, dentro delas o alvo voltava-se para a sociedade conflitante que se esboçava.

As indefinidas e movediças fronteiras coloniais desaguavam na questão de terras, espelhando os intensos agravos que se sucediam. A “Memória” redigida pelo desembargador Manoel Ignácio de Mello e Souza informava os desarranjos dos juízes de sesmarias criados pela provisão de 7 de maio de 1763, “apesar das leis posteriores que regularam a sua jurisdição e forma das medições e demarcações tem continuado a praticar inveterados abusos”.¹⁵⁹ Como se lê, a questão fundiária no Brasil sempre foi pauta de controvérsias, ponto polêmico na administração que nunca conseguiu ter o controle da distribuição de terras; quanto mais terras se tinha mais se queria, e as autoridades se curvavam diante do contexto, afinal aqueles que ocupavam os órgãos de regulamentação e decisão do poder estavam entre os que possuíam terras. Avançando no tempo, a Carta Régia de 2 de dezembro de 1808 mostra quão se arrastou a situação conflituosa durante todo o período colonial e, depois, mantiveram-se as disputas entre índios e colonos, pois foi facultado “aos comandantes militares das divisões do Rio Doce concederem as terras desenfestadas dos índios segundo as possibilidades e número d’escravos dos novos colonos passando-lhes guias e demarcando-lhes, terreno proporcionado

¹⁵⁸ Caio Prado Júnior. *Evolução Política do Brasil Colônia e Império*. 16 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.20.

¹⁵⁹ RAPM. Ano III, 1898. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1898. “Memória do Desembargador Manoel Ignácio de Mello e Souza – Barão de Pontal – apresentada em 1827”. p.12.

as suas forças". Além do mais, os colonos passaram à posse das terras "arbitrariamente sem exame".¹⁶⁰

A relação de poder perpassava por ações das políticas coloniais, afinal para ocupar a terra e produzir dependia-se, ainda, de um requisito: o de se fixar nas sesmarias. Todavia, a guerra constante com o gentio impedia tal objetivo, daí a intensa legislação recaindo sobre as terras envolvendo a questão indígena. Ademais, os problemas de terras também advinham dos abusos nas demarcações de sesmarias, não obstante a morosidade da burocracia em delimitar e fiscalizar as terras que já tinham sido doadas. Para o agravamento da situação, os erros das medições de sesmarias se tornaram mais um fator de confusão até mesmo entre vizinhos.¹⁶¹

Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*,¹⁶² analisa o poder construído dos proprietários de terras na colônia: "Nos domínios rurais a autoridade do proprietário de terras não sofria réplica. Tudo se fazia consoante sua vontade, muitas vezes caprichosa e despótica". Em várias passagens da sua obra o autor menciona a invasão do âmbito público pelo privado, rígido por paternalismos, o governo se constituiu com características mistas dos elementos patriarcais e paternais. Os interesses particulares e pessoais incharam a máquina do Estado, burocrático e patrimonial, dando origem ao homem cordial, mas que "na civilidade há qualquer coisa de coercitivo – ela pode exprimir-se em mandamentos e em sentenças".¹⁶³

Eduardo D'Oliveira França¹⁶⁴ enfatiza que "a invasão européia, não apenas política, mas principalmente étnica, é historiada como uma bênção divina, porque trouxera a civilização. A civilização pura e simples. E não, o que é a verdade, a civilização européia. Outra civilização superposta. Não se trata de discutir se foi um bem ou um mal. Mesmo porque, para nossa mentalidade europeizada por quase meio milênio há de parecer, sempre um bem". A partir desse pensamento se buscou as premissas para se refletir, neste estudo, sobre os desdobramentos da europeização do mundo com o advento da colonização.

¹⁶⁰ RAPM. Ano III, 1898. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1898. "Memória do Desembargador Manoel Ignácio de Mello e Souza – Barão de Pontal – apresentada em 1827". p.13.

¹⁶¹ ATT. Cód. 4 fls. 292-295.

¹⁶² Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olimpio, 1988. p. 48.

¹⁶³ Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. p.107.

¹⁶⁴ Eduardo D' Oliveira França. *Portugal na Época da Restauração*, p. 30.

A superposição de civilizações não se fez sem um enredo de relações de dominação e autoritárias. Como o século XV foi o período do “entornamento europeu,” o XVII “foi o século da colonização por excelência e da expansão econômica da Europa. Quando os oceanos se transformaram em estradas. Estradas européias. Os navios do século XVII carregavam civilização européia. Um verdadeiro bombardeio das demais civilizações que foram tombando ao impacto do imperialismo europeu. Imperialismo total e não apenas religioso, político ou econômico”.¹⁶⁵ O século XVII lançou as bases que se fundaram o XVIII, período da consolidação, apogeu e crise do sistema colonial. Nas palavras do professor França, “o século XVII investe avassalador, para no seguinte colher os frutos e consolidar as posições”.¹⁶⁶ A partir dessa afirmativa, pode-se concluir que o século XVIII colhia os frutos da europeização e das riquezas da colônia.

A colônia alimentou o desenvolvimento da economia européia, mas, como sustentava as potências, a desclassificação social aumentava nas Minas. A desclassificação exprime uma idéia bastante definida e remete à classificação, processo motivado por dados estruturais. A pobreza torna-se o primeiro passo, mas não o único entre os agentes desclassificatórios, segundo Laura de Mello e Souza a sociedade colonial das Minas se definia em termos estamentais de *status* e honra. “O desclassificado social é um homem livre pobre – freqüentemente miserável – o homem pobre expropriado, biscateiro, elemento irregular, instável arrastado para a criminalidade”.¹⁶⁷ A estrutura econômica da colônia levava às condições favoráveis de proliferação dos desclassificados. Assim, a colônia escravista, em sua base e de exploração, atendia à acumulação primitiva de capital da Europa capitalista. O desclassificado era um indivíduo que vivia de atividades esporádicas. “Elemento vomitado por um sistema que simultaneamente o criava e o deixava sem razão de ser”.¹⁶⁸ Podia ser o pequeno proprietário que não conseguia se manter, o artesão que não encontrava como exercer seu ofício, o criminoso, o ladrão, o desocupado. Compunham uma camada oscilante, e a máquina administrativa não conseguia contê-los emergindo as contradições do Estado no sistema colonial. Nessa massa desumanizada se incluíram os índios, que não estavam nos aldeamentos, porque uma das características comuns entre os desclassificados “era a cor da pele –

¹⁶⁵ Eduardo D’ Oliveira França. *Portugal na Época da Restauração*, p.30.

¹⁶⁶ Eduardo D’ Oliveira França. *Portugal na Época da Restauração*. p.30.

¹⁶⁷ Laura de Mello e Souza. *Desclassificados do Ouro*, p. 61.

¹⁶⁸ Laura de Mello e Souza. *Desclassificados do Ouro*, p. 66.

negra, parda, vermelha, acobreada, branca”, além da itinerância e das infrações que cometiam.¹⁶⁹

Uma das medidas do governo Gomes Freire foi quanto aos desclassificados e quanto às ordens direcionadas a “desinfestar” a picada de Goiás, bem como a destruição do Quilombo do Ambrósio, situado nos sertões oeste da Capitania, rumo a Goiás. O quilombo sofreu a primeira represália em 1741 e foi completamente arrasado em 1746. Com a conquista da região, foram enviadas duas cartas tipográficas à Secretaria do Estado dos Negócios do Reino. Afinal, o sertão era um espaço propício à proliferação dos quilombos.¹⁷⁰ Havia índios carijós, além de negros forros e mulatos entre os capitães-do-mato que capturavam quilombolas.

O quilombo do Ambrósio apresentava-se como algo alarmante; podia se tornar como Palmares. Na carta de Gomes Freire era salientado o perigo do Ambrósio, que foi destruído por Bartolomeu Bueno Prado. Um dos motivos, na carta, que chama atenção é quanto à aliança dos índios e negros porque, conforme o governo, os dois grupos sempre se deram bem no sertão oeste. Por fim, a aliança ameaçadora dependia de atacar os Caiapós, o que derivou numa guerra “horrível que foi movida contra estes índios”.¹⁷¹ Para a concretização do ataque, foram manipulados os Bororos, gentios estabelecidos em aldeamentos no Triângulo, inicialmente por Antônio Pires Campos, como base das operações contra os índios Caiapós. Por ordem de Gomes Freire, toda a região do Campo Grande deveria ser submetida ao controle, e para tal se investiu em povoá-lo. O Campo Grande situava-se no sertão da Farinha Podre, hoje próximos aos municípios de Ibiá e São Gotardo, entre Minas e Goiás. O povoamento tinha como meta limpar o sertão dos nefastos índios e dos fora-da-lei. Na repressão aos negros fugidos Gomes Freire mandou as providências ao Ouvidor da Comarca de São João del-Rei, para formar milícia e companhia de cabos com a liderança de comandante “[...] a q.e todos obedeção, mas com este corpo, que se formará de 300 homens, vão com as orde.s e determinação, não só de dar nos quilombos, mas de seguir os negros delles, e

¹⁶⁹ Laura de Mello e Souza. *Desclassificados do Ouro*, p. 66.

¹⁷⁰ RIHGMG. V. VI, 1959. Documentos Interessantes. Extraídos do Arquivo Público Mineiro. p.434-447. Ordens Régias e do Governador nos anos de 1739, 1741, 1742, 1743, 1745, 1752, 1753, 1754, 1755, 1757, 1758, e década de 1760. (Códice 69. S.G. fls. 22; 33 v, 34 v, 37, 43, 45, 46 v, 98, 99, 100, 101 v, 107, 108, 109); (Códice 67, SG. fls. 55 v; 33 v; 34 v; 45). (Códice 86. S.G. maço 25), (Códice 107, SG, fls. 88, 178), (Códice 86 S.G. maço 27) e outros.

¹⁷¹ APM. Avulsos. Doc. Carta Gomes Freire, 14 de junho de 1746. Cód. 50, S.G. fl. 43.

resistindo-lhes atacalos thé os extinguir".¹⁷² Fica evidenciado, na ordem, que, se fosse necessário, poder-se-ia lançar mão do poder de exterminar os negros que ao longo dos anos causavam os danos.

Para a segurança das divisas e para se combater a presença indesejável de desclassificados e gentios, foi tomada a decisão de dividir as capitanias de Minas e Goiás. O ouvidor da comarca do Rio das Mortes, Doutor Thomaz Rubim de Barros do Rego, com ordem do governo Gomes Freire e de Dom Luis Mascarenhas, do governo de Goiás, efetivou uma divisão das duas capitanias. Mas, mesmo assim, permaneceu a presença de criminosos e fugitivos nos rios Dourados e das Velhas, dando brechas a contendas de limites e de jurisdição. Amenizaram-se os conflitos de fronteiras com as demarcações no governo de Luís Diogo Lobo da Silva a partir de 1766.¹⁷³

O Governador Lobo da Silva "cuidou muito nas Conquistas do Gentio, fazendo todo o esforço para os reduzir ao Gremio da Igreja, não só aquelles que habitavam nos Sertoens do Cuiaté, mas também os do Rio da Pomba, onde mandou levantar Igrejas, e nellas pôz Vigários, para os Baptizar, e sustentar do Posto Espiritual. Mandou fazer um pretexto de prevenção, para a defêza da Capitania, que constava de Peças de Bronze, Morteiros de differentes qualidades, Barracas, e tudo o mais que pode ser preciso para a subsistência de hum Exército em Campanha".¹⁷⁴ Luiz Diogo Logo da Silva tomou posse em 23 de dezembro de 1763, após o falecimento de Gomes Freire, em 1763. O governo de Lobo da Silva está entre as administrações mais contundentes quanto aos assuntos referentes ao povoamento dos sertões, catequese e combate aos gentios.

Em 21 de setembro de 1751, foi enviada uma Instrução, ordenada em diversos parágrafos, a Gomes Freire, tratando do zelo com a fronteira no sul e para se investir no povoamento. A Instrução enviava a seguinte medida: "O meio mais eficaz em semelhantes casos é o de que se serviram os romanos com os sabinos e com as mais nações que, depois, foram incluindo no seu império: o que, à sua imitação, estabeleceu o grande Afonso de Albuquerque na primitiva Índia oriental; e o que os ingleses estão atualmente praticando na América Setentrional, com o

¹⁷² RAPM, nº II, 1903, Ano VIII, fasc. I – II. p. 619 – 621. Vila Rica, 16 de Junho de 1746.

¹⁷³ Carta da Câmara de Tamanduá á Rainha Maria I acerca de limites de Minas Gerais com Goyaz. RAPM. Ano II. fasc. 2, abr- jun. de 1897, Ouro Preto, Imprensa Oficial. p. 377.

¹⁷⁴ Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais. RAPM, Ano II, fasc.3, julho a set. de 1897. Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais. (reedição – 1937). p. 493.

sucesso de haverem ganhado vinte e um graus da costa sobre os espanhóis. Isto se reduz em substância a dois pontos, os quais são: primeiro, abolir V.Exa. toda a diferença entre portugueses e tapes, privilegiando e distinguindo os primeiros, quando casarem com filhas dos segundos, declarando que os filhos de semelhantes matrimônios serão reputados por naturais do Reino, e nele hábeis para ofícios e honra, conforme a graduação em que os puser procedimento; e estendido por isso o dito privilégio a estes filhos de portugueses e índias, que tornarem a casar com outras índias estremes; de sorte que o mesmo privilégio vá sempre comunicando-se a todas as gerações".¹⁷⁵

As orientações fornecidas obedeciam ao sentido da lógica do poder: valer-se da seqüência dos mesmos procedimentos tomados para o Maranhão, comprovando, assim, a ligação dos informes entre as autoridades, nos quais se fundamentaram as estratégias dos governos de norte a sul da colônia. Em 1755, o Alvará régio determinava aos vassalos que se casassem com as índias, para que não vivessem na infâmia. Nas terras que fossem encontradas, teriam preferência para residir nelas os vassalos unidos por matrimônio com as índias. Além disso, o Alvará proibia o tratamento de caboclos ou termo semelhante à prole da união.

A catequese atendia ao intuito de preparar "os bárbaros" para o convívio com os colonos "civilizados". Apesar da ausência nas Minas de uma política jesuítica, o empreendimento com a civilização do gentio foi contemplado. "Os frades franciscanos foram os grandes apóstolos que introduziram em Minas a devoção do Rosário. Sem dúvida nenhuma, o papel que os jesuítas desempenharam nas outras capitanias, com força espiritual na moralização dos costumes, foi exercido nas Minas pelos franciscanos".¹⁷⁶

A extensão do poder régio se deslocava conforme se conduzia a administração colonial. O Estado português se expressava por meio dos seus governantes, porém suscetíveis à contestação, na prática, da obediência às reais ordens, nem sempre conseguiam executá-las. No entanto, uma das balizas notórias de administração eficaz na colônia se nota a partir da década de 1730, com a atuação político do governo Gomes Freire.

¹⁷⁵ Waldemar de Almeida Barbosa. *História de Minas*. Belo Horizonte: Editora comunicação. v. 2, 1979. p. 287. Cód. 50. SG, fl 71. APM. Esta Instrução tem a ver com o Diretório dos Índios e com o Maranhão.

¹⁷⁶ Waldemar de Almeida Barbosa. *História de Minas*. v. 2, 1979. p. 386.

O exercício do poder dos governantes era perpassado por uma série de conjunturas conflituosas. Junia Furtado¹⁷⁷ em *O Livro da Capa Verde* aborda as tensas relações políticas e de poder nas Minas. O jogo de forças oscilava em “momentos de cooperação, afastamento negligentes e de enormes conflitos” entre os poderes locais, desencadeados por disputas entre intendentess e governadores.

Uma das administrações que se destaca nesse jogo de poder é o governo de Gomes Freire de Andrade (1735-1763), que representou a metrópole na colônia,¹⁷⁸ porém não se pretende com a afirmativa criar uma imagem de principal autoridade do período colonial, mas uma entre as significativas autoridades que expressaram as ordens e interesses régios. Mesmo que em certas situações Gomes Freire tivesse emitido pareceres críticos ou discordantes da metrópole, os rumos de sua política gestados ampliaram as explicações de muitas das medidas que recaíram sobre os diversos assuntos da sociedade colonial. Evidente que nas mãos desse governo não se concentrou, exclusivamente, todos os poderes, por isso suas estratégias depararam com rivalidades, alianças e diálogos mantidos com outras autoridades como bispos, demais governadores e oficiais. Àqueles que não lhe inspiravam zelo, ele lidava de forma política e diplomática sem grandes envolvimento, porém quando se fazia necessário uma tomada de posição mais drástica era severo, caso comprovado algum intento contra os objetivos reais.

A troca de correspondências com seus pares ou com aqueles que ele tinha interesse era intensa. O conjunto de cartas escrito por Gomes Freire é exemplo da maneira pela qual obtinha as informações dos rincões da colônia e do direcionamento das questões de governo.

Gomes Freire¹⁷⁹ foi nomeado governador e capitão-general do Rio de Janeiro em 1733, assumiu o governo de Minas por carta régia de 4 de janeiro de 1735, no de São Paulo esteve à frente de 1737 a 1739 e depois reassumiu de 1748 a 1763. Entregou o governo de Minas, interinamente, a Martinho de Mendonça de

¹⁷⁷ Junia Furtado. *O Livro da Capa*. p. 159 e 160.

¹⁷⁸ Gov. Gomes Freire de Andrade - assuntos administrativos e políticos encontram-se: ATT, no fundo Papéis do Brasil, Cód.13 MF 199. Também há mapas acompanhados de instrução do Conde de Bobadella de 1752, fls.190 f. 191 f. 192 f. e de 182 até 189 f e v. Ver, ainda, os Cadernos da Promotoria no período Gomes Freire de 1735-1763. Livros 292, 294, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 818, 315, 316 até 324.

¹⁷⁹ Gomes Freire de Andrada (1685 ou 1688-1763) foi membro dos conselhos de Dom João V e Dom José I. Ver: vida e Governo de Gomes Freire em Capistrano de Abreu. *Capítulos da história colonial (1500-1800) e Caminhos Antigos*. O Povoamento do Brasil. 5 ed. Prefaciada por José Honório Rodrigues. Brasília: UnB, 1963.

Pina e de Proença em 15 de maio de 1736 até 1737. Em 1737, retomou o governo de Minas e, após certo tempo, o entregou ao irmão José Antônio Freire de Andrada entre 1752 e 1758, retomando neste último ano até sua morte. O outro irmão, Henrique Luís Freire de Andrada, governou Pernambuco de 1737-1746 e, seguindo o exemplo de Gomes Freire, investiu em muitos melhoramentos urbanos. No governo de Gomes Freire foi implementado o imposto de capitação, em 1735, e estabelecido o sistema de contratos na exploração de diamantes no Tijuco, sempre auxiliado pelos governos referidos. Nas minas do Paracatu, buscou manter o controle da exploração do ouro. A partir de 1748, seu governo compreendia um amplo espaço envolvendo Goiás, Mato Grosso, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e a colônia do Sacramento, motivos que justificam uma referência ao governo de Gomes Freire por abraçar uma temporalidade significativa e vasta área contemplando a proposta deste estudo.

Em 1752, Gomes Freire comandou a campanha contra os indígenas dos Sete Povos das Missões – conhecida como guerra guaranítica, que durou até 1757. Chefiou a comissão de demarcação do Tratado de Madri de 1750, seguindo a proposta formulada por Alexandre de Gusmão. Mesmo assim, os conflitos sobre os limites se deflagram. O Tratado firmado entre Portugal e Espanha teve a finalidade de demarcar as fronteiras do oeste, norte e sul do Brasil. Portugal garantiu a posse do Rio Grande do Sul, do Mato Grosso, da Amazônia e dos Sete Povos das Missões. A Espanha garantiu a colônia do Sacramento e outras áreas. Mais tarde, em 1761, esse Tratado foi superado pelo Tratado do Pardo, envolto de embates, depois pelo de Santo Idelfonso, em 1777. Desempenhou importantes funções “[...] chegara em 1733 e iria administrar metade de Brasil durante trinta anos. Seu nome ficaria solidamente vinculado à estruturação do sul”.¹⁸⁰

Muitos acontecimentos marcaram o período Gomes Freire.¹⁸¹ Traçar um quadro das políticas adotadas é investigar uma gama vasta de assuntos que podem ser identificados, pois se trata de quase trinta anos à frente da região centro-sul da colônia. Após assumir a liderança do Rio de Janeiro em 1733, estendeu sua

¹⁸⁰ Pedro Octávio Carneiro da Cunha. Política e Administração de 1640-1763. In: Sérgio Buarque de Holanda. (Dir). *História geral da civilização brasileira – A época colonial administração, economia, sociedade*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1977. Tomo I. v. 2. Livro I. p. 38.

¹⁸¹ Cf. projeto de pesquisa *O Governo Gomes Freire nas Minas Setecentistas: problematização e levantamento documental (1735-1763)* desenvolvido de 2003 a 2005, com participação de alunos bolsistas: Maria das Graças A. Cardoso, Marlene Ramos, Renata Corrêa N. Araújo, dos graduados e voluntários Primo Leandro Torres de Abreu, João Paulo C. Álvares, Raphael Lana e Paula Fernanda Medeiros. Teve, também, a participação do Prof. Marco Antonio Silveira.

autoridade até outras capitanias. Dentre alguns assuntos de relevo na sua administração¹⁸² estão: o processo de urbanização das vilas, o aumento do policiamento, a investida no povoamento do sertão, o estímulo à abertura, controle dos caminhos e das picadas, participação na definição de limites nas regiões em que atuou, intervenção nas contendas da fronteira no sul, das fronteiras externas com a América espanhola e das internas entre capitanias. Empenhou-se na observância das leis e do exercício dos cargos dos funcionários das Câmaras Municipais, principalmente na vigilância da produção aurífera e dos diamantes, fiscalizou a cobrança dos tributos com o intuito de extinguir os descaminhos do quinto, apesar de eles continuarem constantes ao longo do Setecentos.

As estratégias e modos de governar podem ser visualizados com a autoridade de Gomes Freire, que esteve à frente na política de terras e de limites. Afinal, a terra, além do interesse primário da sobrevivência, foi a base do poder e do domínio perseguidos tanto pela Coroa quanto pelos colonos. A sociedade do século XVIII engloba costumes europeus, especificamente ingleses, conforme analisa Thompson: terra, *status* e riqueza fundiária caracterizavam a *gentry*. Mesmo aqueles com funções urbanas perseguiram o *status* dos homens que dominavam a terra: “[...] honra, dignidade, integridade, consideração, cortesia e cavalheirismo eram virtudes essenciais ao caráter de um fidalgo”.¹⁸³

A existência de certo paternalismo adotado pelos senhores – com as devidas ressalvas do autor para o uso do termo, preferindo entendê-lo em seu teor ideológico – mesclou-se ora severo ora suavizado. As observações de Thompson permitem uma compreensão mais ampla das estratégias dos governantes. Mesmo que seu estudo trate de uma realidade distinta da colônia, é possível trazer algumas reflexões sobre as relações sociais e culturais em que a “troca entre o oral e o escrito, o dominante e o subordinado” constituía-se numa “arena de elementos conflitivos”.¹⁸⁴ O caráter da política direcionou-se na espera de uma conduta exemplar do governante, na concepção do século XVIII, visivelmente destacada na correspondência que Gomes Freire escreveu ao seu irmão, intitulada *Instrução e*

¹⁸² Revistas do Instituto Histórico Geográfico Mineiro e Brasileiro; Revistas do Arquivo Público Mineiro, Revistas do Arquivo Nacional – Documentos Históricos, Códice Costa Matoso, dentre outras fontes.

¹⁸³ Edward Palmer Thompson. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Trad. Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 26.

¹⁸⁴ Edward Palmer Thompson. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Trad. Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 26.

Norma.¹⁸⁵ O documento é uma minuciosa orientação de procedimentos para um governo hábil nas Minas; é um manual exemplar dos modos de governar. Descreve passo a passo o cotidiano de um governante, as obrigações, a maneira de lidar e tratar com as autoridades, sejam civis, sejam eclesiásticas, e a cautela precisa. Informa os nomes das autoridades, na sociedade mineira, a José Antônio Freire, seu irmão, nos quais poderia se confiar e os que não eram dignos de confiança. Indica, também, uma livraria existente em Vila Rica aconselhando para se adquirir o livro *Christianno – Política de Imperadores Catholicos*, dentre outras leituras. Na mesma Instrução se refere aos princípios cristãos e à sujeição a Deus “o caracter dos seus habitantes, e os escolhos de que deve fugir um bom governador, lembrando-vos que o optimo governo consiste em cumprir o que Deus e el-rei determinam em suas leis e decretos”.¹⁸⁶ Cabe lembra que a primeira Oficina Tipográfica fundada no Brasil foi no Rio de Janeiro, no segundo quartel do século XVIII, por Gomes Freire de Andrada. “Mediante autorização de Bobadella, protector esclarecido das letras florescentes no Brazil durante seu governo, Antonio Izidoro da Fonseca – nome que merece honroso registro histórico – creou aquella officina, da qual sahirão a lume varios livros e outros impressos, até 1747”.¹⁸⁷ Nesse mesmo ano, porém, foi suprimida a imprensa por ordem régia.

Os comportamentos e condutas necessárias Gomes Freire fez questão de lembrar ao seu irmão: “A primeira base é amar a justiça; isto é, dar a cada um o que é seu sem outro interesse que a utilidade, que se tira na glória e na boa fama...”¹⁸⁸ Advertia, ainda, para atender e ouvir os pobres, pois a observação atenta deve ser uma aliada, mantendo a justiça, a prudência, a piedade, a inteireza, a imparcialidade para se obter o respeito e a estima dos povos, pois nas Minas há “cavilosos”, “embotados” e muitos dos requerimentos são para prejudicar terceiros ou a Real Fazenda “[...] tratai a todos com carinho; mas não tão familiar que estrague o respeito e nem tão austero que intimide aos vossos súditos”.¹⁸⁹ Gomes Freire sempre se remete à máxima católica e às prescrições do bom cristão ao

¹⁸⁵ RIHGB. Instrução e norma. Gomes Freire, Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 1752. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. Tomo XVI. p. 366-376, 1894. Este doc. se encontra no acervo da Torre do Tombo em Portugal, Papéis do Brasil. “Instrução e Norma que deu o Ilmo. Exmo. Snro. Conde de Bobadella a irmão José Antonio Freire de Andrade para o Governo de Minas em que veio a succeder quando (o irmão) passou ao sul. RJ. 7-11-1752”. p. 345X215 mm. Livro 531.

¹⁸⁶ RIHGB. 1894. Tomo XVI

¹⁸⁷ RAPM. 1898, Ano III. p. 170.

¹⁸⁸ RIHGB. 1894. Tomo XVI.

¹⁸⁹ RIHGB, 1894. Tomo XVI. p. 367.

irmão: “rezar, rogar a Deus, ir a missa”. Instrui que os despachos são feitos no local adequado que é a Secretaria “[...] por termos breves, enquanto não tiverdes bastante conhecimento do caracter de quem vos escreve [...] ouvi muito, escrevei e fallai o que baste para não fazer insipida ou seca a conversação, ou embaraçar a expedição dos negócios”.¹⁹⁰ José Antonio Freire recebeu orientação de que as questões que diziam respeito à política de terras deveriam ser informadas, primeiro, ao capitão do distrito, declarando quem estava de posse da terra requerida ou disputada, evitando violência, caso houvesse desobediência mandasse prender ou entregasse à justiça.

A problemática em torno das terras é analisada nos estudos de Caio Prado Júnior,¹⁹¹ afinal nas sesmarias “o caráter mais profundo da colonização reside na forma pela qual se distribui a terra”. A particularidade da economia colonial esteve alicerçada na condição agrária, embora se deva lembrar que Minas se diferenciava pelo urbanismo e pelas diferentes relações com a terra desde a agricultura até a mineração. No entanto, a estrutura política apoiou-se na administração das câmaras municipais dominadas por homens bons que, por sua vez, eram proprietários de terras e o Estado português dependia desses homens.¹⁹²

O governante, representando o Estado, tinha a finalidade de mediar e/ou de extinguir as tensões entre as autoridades, impedir o livre exercício do poder e os abusos de alguns dos homens bons que agiam conforme suas próprias regras, compadrios e cumplicidades.

A preocupação se voltava para os tributos, as dívidas deviam ser sanadas e o ideal era não usar de violência imediatamente, pois nas Minas “há muitos trapaceiros e petulantes”, sendo necessário pensar antes de agir, não deixar de cobrar, mas sem formas agressivas, condensando sua idéia na frase “se faz preciso misturar o agro com o doce”. Os eclesiásticos mereciam ser escutados com paciência. Se fosse preciso, que se usasse fortaleza, e fortaleza não é violência; um governo precisa ser firme. O Bispo, principal dignidade, “é cheio de bondade”, “virtude”. São vários os elogios na *Instrução* aos eclesiásticos de Vila Rica, embora também mencione aqueles que faltam com os princípios.

¹⁹⁰ Cf. Instrução, RIHGB. 1894. Tomo XVI.

¹⁹¹ Caio Prado Junior. *Evolução política do Brasil*. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 14.

¹⁹² Caio Prado Junior. *Evolução política do Brasil*. p. 30-32.

Autoridades de igual importância eram o ouvidor-geral de Vila Rica e os funcionários das Câmaras de Minas, sendo necessário toda cautela, livrando-se de duelos: “Cada um que nas Minas tem dinheiro, si o quer prodigalisar, acha na côrte (d’onde vindes) mil protectores, e, por porem em mais obrigação e dependencia aos seus protegidos, não duvidam manchar com imposturas a honra do governador”.¹⁹³ Ao se refletir sobre os conflitos no âmbito do poder, a inimizade dos ouvidores era voraz, e os desembargadores eram parentes ou amigos, fazendo valer os interesses uns dos outros, e com opositores inventavam intrigas em relação aos governadores. Daí, caberia particular vigilância com relação aos ouvidores.

Na *Instrução* se afirma o maior objetivo da administração, que era a cobrança das cem arrobas e “nossa maior felicidade”, pois um bom governo exerce o cargo observando as leis e os regimentos. Tudo indica que a trama e os conluios entre autoridades fizeram parte de todo o período colonial, como o Intendente de Vila Rica, que “[...] conta tudo o que se passa ao Ouvidor”, que vivia em contendas com o juiz de fora de Mariana. Os comentários se estendem às autoridades das outras vilas: Caeté, Sabará, Pitangui, Vila do Príncipe, Tejuco, São João del-Rei, São José, Mariana, mostrando o grau de profundidade e de detalhes nas trocas de informações do governo. Ao final da *Instrução*, declarava o amor com que criou o irmão, os exemplos que lhe deu de fidelidade ao soberano, que comunicasse sempre as dúvidas e recomendava “[...] grande vigilância com a vossa família, pois os tentadores são muitos, e todos a dar por lucrar, e não vos persuadais que si não tiverdes cuidado nos criados, elles sejam tão resistentes que vos não dêem dissabores”.¹⁹⁴ A *Instrução* é um longo documento, mas parece necessário porque esclarece o pensamento do governo, evidencia vínculo de proximidade com os pares.

Os serviços prestados ao rei, à vida pública, em 1758, renderam a Gomes Freire o título de Conde de Bobadella,¹⁹⁵ além dos elogios recebidos como “homem honrado, inteligente, cheio de iniciativas, soube preparar condignamente a cidade de Mariana para receber o seu primeiro Bispo”. Foi no seu governo, também, que se concedeu o maior número de sesmarias.¹⁹⁶

¹⁹³ RIHGB, 1894. Tomo XVI. p. 370.

¹⁹⁴ RIHGB. 1894. Tomo XVI. p. 376.

¹⁹⁵ Códice Costa Matoso. p.24-25.

¹⁹⁶ Waldemar de Almeida Barbosa. *História de Minas*. Belo Horizonte: Comunicação, 1979. v. 3 p.445; 603.

Pedro Calmon dedicou um capítulo no seu livro com o título “No tempo de Gomes Freire” e assim o descreveu: “Poucas figuras do Brasil colonial têm a importância histórica – e a massa de serviços – de Gomes Freire de Andrada [...]”.¹⁹⁷ Em várias passagens da obra faz referências ao Conde de Bobadela e ressalta que o próprio Conde liderava as tropas: “A indicação de Gomes Freire – para delimitar o território e permutar a Colônia pelos sete povos – era uma garantia de que as ordens de Lisboa se cumpririam”.¹⁹⁸ Nas grandes obras de urbanização e de construção de templos teve como seu braço direito o engenheiro Brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim. Calmon menciona como acontecimento marcante o Tribunal da Relação instituído em 1751, no Rio de Janeiro, para atender às solicitações dos moradores de Minas que se queixavam da distância e demora do Tribunal da Bahia. O Tribunal do Rio passou a ter jurisdição sobre Minas, São Paulo, Mato Grosso e sul da colônia.

O governo de Gomes Freire às vezes é criticado, outras vezes admirado, tendo até mesmo uma homenagem em forma de soneto.¹⁹⁹ No *Uraguaia*, de Basílio da Gama, há uma passagem que menciona “o invicto Andrade; e generoso”, revelando-o como um governante preparado para a guerra. Para agir em caso de conflitos e desobediências, usou a parcimônia e a punição, tinha aguçado senso de avaliação e habilidades de manobras, controlava as informações na colônia orientando os procedimentos. Em contrapartida, a título de exemplo de crítica a Gomes Freire, Eschwege, em *Pluto Brasiliensis*, é bem diferente dos elogios. Acusa que as ações e “o zelo desse governador deu causa à futura decadência e foi nocivo aos interesses do Rei”.²⁰⁰ Segundo o mesmo autor, todos foram reduzidos à pobreza em razão do sistema de cobrança da capitação, que entrou em vigor em 1/7/1735, proibindo a circulação de moedas, mas deixando livre o trânsito do ouro em pó. O Bando de 18/8/1749 derivou do especial interesse em relação às descobertas de diamantes na capitania de Goiás, quando então o governo Gomes Freire proibiu a lavagem do ouro no Rio Claro e Pilões e mandou

¹⁹⁷ Pedro Calmon. *História do Brasil*. A organização (1700-1800). S P: Cia Editora Nacional, Biblioteca Pedagógica Brasileira, 1943. (Brasília). 3v.

¹⁹⁸ Pedro Calmon. *História do Brasil*. A organização (1700-1800). p. 206.

¹⁹⁹ ANAIS da Biblioteca Nacional, v. 83, ano 1963. Número 125.

²⁰⁰ Wilhelm Ludwig Von Eschwege. *Pluto Brasilienses*. Trad. Domício de Figueiredo Murta. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo, 1979. v. I. p.40.

estabelecer nas redondezas seis destacamentos militares para deter as infrações e até ter melhor definição da dimensão dos descobertos.²⁰¹

Eschwege, ao criticar a administração de Gomes Freire, avalia que a capitação foi a melhor forma de cobrança de todas, mas acredita que ela levou todos à ruína. Pondera, ainda, dizendo que o governo, por meio de Bando, buscou conter os descomedimentos na administração fixando valores para guardas-mores de 6 oitavas e para escrivão de 3 oitavas, pois abusavam nas cobranças diárias.²⁰² Por outro lado, foi Gomes Freire que controlou as zonas auríferas, conteve as hostes aventureiras na Vila de Paracatu e “se viu obrigado a dividir o distrito em 1744. A imigração provocou a expulsão de todas as tribos da zona”.²⁰³

O ápice da administração colonial nas investidas dos sertões se deu com a criação das picadas de Goiás, com a política de ocupação e povoamento das terras. No decorrer do século XVIII, muitas sesmarias foram concedidas com prioridades para as picadas de Goiás ou também conhecida como Caminho Novo dos Goias. Entre os governos de 1710 a 1832, o governador Gomes Freire foi o que mais concedeu sesmarias. Somente entre 1735 e 1763 perfaz-se um total de 2.350 sesmarias.

Para a picada de Goiás, Waldemar de Almeida Barbosa faz uma crítica a Diogo de Vasconcelos sobre os enganos dos pontos e locais na picada. Adverte que Vasconcelos confundiu a serra da Saudade como se fosse a mesma que a Serra da Marcela. Na verdade, segundo Waldemar de Almeida, foram duas picadas abertas para Goiás: uma passava por Bambuí, serra da Marcela e outra partia de Pitangui, depois Piraquara e serra da Saudade.²⁰⁴ Diogo de Vasconcelos defendia que a abertura das picadas havia ocorrido por causa da comodidade e para evitar o contrabando, além de ter confundido a picada (seus pontos e passagens) acreditando que seria uma.²⁰⁵ Em 27 de outubro de 1733, proibiu-se a abertura de caminhos, mas em 1º de julho de 1735 estabeleceu-se o quinto em Minas e, depois, em Goiás. No entanto, a picada de Goiás não foi construída exclusivamente para que os viandantes tivessem, numa única via, comodidade e segurança. A picada de

²⁰¹ Wilhelm Ludwig Von Eschwege. *Pluto Brasilienses*, v. I. p. 112.

²⁰² Wilhelm Ludwig Von Eschwege. *Pluto Brasilienses*, v. I. p. 109.

²⁰³ Wilhelm Ludwig Von Eschwege. *Pluto Brasilienses*, v. I. p. 32.

²⁰⁴ Waldemar de Almeida Barbosa. *História de Minas*. Belo Horizonte: Editora Comunicação, 1979. v.I. p. 177.

²⁰⁵ Waldemar de Almeida Barbosa. *História de Minas*, v. I. p. 180.

1736 tem a ver com a preocupação de impedir o descaminho do ouro, mas, sobretudo, de introduzir o sistema de capitação.

A abertura de picadas para Goiás, embora fosse interesse do governo, não foi de iniciativa dele; deve-se muito mais à solicitação dos sesmeiros que iam ocupando o caminho. Ao requererem licença para a abertura da picada, os suplicantes pediam à preferência para a obtenção das sesmarias no caminho novo em 1736.²⁰⁶ Deste modo, emitiu-se o despacho, de 8 de maio de 1736, deferindo o pedido a Caetano Rodrigues Álvares de Horta, Matias Barbosa da Silva e outros em sociedade para abrirem o caminho que “saia de São João, atravessava o rio São Francisco, perto da barra do Bambuí, e seguia pela serra de Marcela, proximidades de Araxá, Patrocínio, Coromandel, Paracatu e, em seguida, chegava a Goiás”.²⁰⁷ No mesmo ano, Domingos de Brito organizou-se e sociedade e solicitou a abertura do caminho de Pitangui a Paracatu, passando por Piraquara e pela serra da Saudade, o que foi concedido.

Uma terceira sociedade foi constituída por um grupo de homens do rio das Mortes, em 1736, com Manuel da Costa Gouveia, Coronel Antônio Magalhães de Godói, Félix da Costa Gouveia e outros que propunham um atalho no caminho velho de São Paulo até o caminho novo de Goiás, e obtiveram despacho favorável em dezembro de 1736. A habil política do governo buscava conciliação dos interesses régios e dos colonos.²⁰⁸ A picada de Goiás de São João Del’ Rei a Paracatu era diferente da outra aberta em Pitangui.

Além das preocupações com a administração e a arrecadação dos impostos, Gomes Freire reconheceu a importância de um local para o governo nas Minas e deu andamento à idéia; expediu as ordens para construir o Palácio dos Governadores, em Vila Rica, por volta de 1740; e incentivou a construção do pelourinho, que foi aprovado pelo juiz e pelos vereadores da Câmara Municipal, em 12 de agosto de 1747, também em Vila Rica, sede do poder. O tesoureiro Brás

²⁰⁶ Sobre os sertões de Minas e os caminhos para Goiás, ver: João Antônio de Paula. *O Prometeu do sertão: economia e sociedade da capitania das Minas dos Matos Gerais*. Departamento de História. História Econômica FFLCH. USP-SP, 1988. (Tese de doutorado).

²⁰⁷ Waldemar de Almeida Barbosa. *História de Minas*, v. I. p.181-183.

²⁰⁸ Waldemar de Almeida Barbosa. *História de Minas*, v. I. p. 180-182. O autor cita o mapa da capitania de Minas Gerais com a divisão das comarcas de autoria de José Joaquim da Rocha de 1778 e constando os vários caminhos para Goiás. p.188.

Gomes recebeu o mandado para efetuar o pagamento a Domingos Rodrigues Torres, rematante da obra do pelourinho.²⁰⁹

As estratégias dos governos na administração da colônia tinham como finalidade maior arrecadar os lucrativos impostos das riquezas. Tão importante quanto a *Instrução* de Gomes Freire foram *As Instruções Régias*²¹⁰ para Francisco Xavier de Mendonça, nos governos do Pará e do Maranhão, que respondiam a sua representação “da grande necessidade que havia de dividir esse Estado em dous governos, por ser precisa a assistencia do Governador, e Capitão General na Cidade do Pará onde a occorrença dos negocios, e trafico do commercio o occupavão a maior parte do anno na refferida residencia vos ordeno que a façais na dita Cidade do Pará e para a Cidade de Sam Luiz do Maranhão; fui servido nomear a Luiz de Vasconcellos Lobo, por Governador com a Patente de Tenente Coronel, o qual será Vosso subalterno, a quem ordeno execute as vossas ordens.²¹¹ O zelo e a prudência, atributos reconhecidos na carta, refletiam a confiança no governo “que requerem os negocios do mesmo Estado” e as Instruções se resumiam à execução das reais Resoluções “para a extenção e augmento do Christianismo, como tambem as povoaçoens desse Estado”.²¹²

A *Instrução* ao governador Martinho de Mendonça de Pina e Proença²¹³ também se incorpora ao conjunto documental dos modos de governar. Nela aconselhava o governo a dosar sempre com moderação o uso do poder e da violência, que só deveria ser usada em última instância. Ainda mais nas Minas por ser uma região de constantes tumultos, de vadios, facinorosos, o Estado devia se fazer presente, mas de maneira que se adaptasse às peculiaridades da conjuntura. Os problemas da implantação do poder na colônia e, principalmente, nas Minas foram de várias ordens.

A política mercantilista empreendida pelo Estado absolutista português pretendia aumentar seu cabedal, e com a descoberta dos recursos minerais, principalmente o ouro, a Metrópole não mediu esforços para estender seu poder, fiscalizando, tributando e repreendendo. Os movimentos contestatórios contra a

²⁰⁹ APM. Caixa 20, doc. 30.

²¹⁰ BNL. Códice 112595 F. 4829. fl 1-19. “Instruções Régias. (Instrução particular, que V. Magestade he servido mandar dar a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, nomeado Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Pará)”.

²¹¹ BNL. Códice 112595 F. 4829. fl 1-19.

²¹² BNL. Códice 112595 F. 4829. fl 1-19.

²¹³ Cf. Matoso no Códice Costa Matoso.

excessiva tributação delinearão os protestos dos súditos tributários. O peso da cobrança dos impostos gerava insatisfação. O sistema de cobrança, como já dito, desde a capitação forçou a realização de acordos das autoridades com a população para amenizar as revoltas ora em valores de arrobas anuais, ora em cobrança nas casas de fundição. A cobrança dos impostos cercou de discordâncias a administração do governo.

No *Código Costa Matoso* aparece um relato com o título “Papel acerca dos danos da capitação e de proposta de arrecadação do real quinto do ouro por contrato”, de autoria do desembargador Frei Sebastião Pereira de Castro (Lisboa, 12/12/1747). No documento são mencionados Martinho de Mendonça e Gomes Freire como cruéis e tiranos, levando os moradores das Minas à “tormenta,” a prisões e à ruína. A mudança na cobrança do imposto “além da iniquidade, do medo e dolo com que foi celebrado, contém em si injustiça grave”.²¹⁴ Denuncia que não houve respeito ao patrimônio pessoal, pervertendo o estado de república com desigualdade, “porque os tributos não se cobram segundo o capricho ou arbítrio dos ministros e governadores, mas segundo leis e regimentos confirmados pelo príncipe”,²¹⁵ e todos ficaram obrigados a pagar o imposto, extraíndo ou não ouro, sendo uma forma desigual e injusta. Tomé Gomes Moreira, em 1749, debateu sobre a capitação afirmando que foi estabelecida com violência, “ofendendo-lhes as leis divinas, quebrando-se as humanas, faltando-lhes à equidade e retidão da justiça.”²¹⁶

As representações registradas no *Código Costa Matoso* trazem pareceres das câmaras e das principais vilas de Minas. Algumas, especificamente, contra as casas de fundição, outras discutindo a forma de funcionamento delas, mas a leitura do material contribui para montar o quadro de estratégias das ações dos governantes. As informações são importantes para a compreensão das decisões tomadas no âmbito do poder revelando os embates e os mecanismos de manutenção da ordem econômica e administrativa na colônia. A polêmica da cobrança dos quintos atravessou o século XVIII, principalmente, na virada da década de 1730 para a de 1740, quando o ouro de aluvião se mostrava escasso.

²¹⁴ *Código Costa Matoso*. p. 448 e p. 450.

²¹⁵ *Idem, ibidem* p. 452.

²¹⁶ *Idem ibidem* p. 432 e ver p. 461 e 464-504. Ver, ainda, no *Código Costa Matoso* Doc. 31 p. 354: Coleção Abreviada da Legislação e das autoridades de Minas Gerais. Minas Gerais, Data: 1749-1752.

A política indigenista em Minas também recebe anotações no *Código Costa Matoso*, elucida os conflitos culturais que justificaram a necessidade de domar o gentio para se domar a terra.²¹⁷ Matoso escreve com base em suas observações e no que lhe é relatado. Sua visão permite captar parcialmente a visão dos demais colonizadores. Como ouvidor, autoridade e também colonizador, de certa forma seu pensamento corresponde às diretrizes que guiaram a elaboração da política indigenista presente no *Código* de sua autoria. Uma das anotações traz o hábito comum de oferecer índios como forma de pagamento e de trocas interesses. O coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça e o capitão Manuel Garcia Velho, sertanistas com outros descobridores, tinham consigo “[...] gentios que traziam conquistados de outras partes do mesmo sertão do Cuité e rio Doce [...]”.²¹⁸ O coronel, no caminho da viagem para Taubaté, encontrou-se com aventureiros e com eles trocou uma arma por doze oitavas de ouro. O capitão propôs-lhe outra troca pelo ouro, oferecendo-lhe duas índias “das mais formosas”. O coronel escolheu “uma mocetona de vinte e quatro anos, pouco mais ou menos, com uma filha de onze para doze, que, catequizadas, se batizaram, a mãe com o nome de Aurora e a filha com o de Célia, que há poucos anos morreu na vila do Pitangui, em casa de uma filha do dito coronel, a quem transferiu a sua administração”.²¹⁹

Quanto mais se adentrava o sertão, mais se desenhava a imagem de terra inculta, entregue às leis da natureza e à selvageria. A mão-de-obra indígena foi cobiçada, mas sua índole era motivo de repúdio. Assim como a índole dos desclassificados era depreciada, a dos índios do sertão, ainda mais, pois “não se duvida que entre tantos bons havia alguns maus, principalmente mulatos, bastardos e carijós, que alguns insultos faziam, como os maus fazem ainda nas cortes entre a Majestade e as Justiças, quando mais em um sertão onde, sem controvérsia, campeava a liberdade sem sujeição a nenhuma lei nem justiça senão a natural, observada dos bons”.²²⁰ Para adequar a mão-de-obra indígena aos interesses, os paulistas capturavam índios “de menos idade por melhor se lhes domar e pôr doméstico”.²²¹

²¹⁷ Cf. *Código Costa Matoso*.

²¹⁸ *Código Costa Matoso*. p.171.

²¹⁹ *Código Costa Matoso*. p. 171.

²²⁰ *Código Costa Matoso*. p. 193.

²²¹ *Código Costa Matoso*. p. 196.

Nas bandeiras apanhavam “gentios para se utilizarem deles, e repartirem entre todos o número deles. Com o dito gentio fabricavam redes de algodão e panos do mesmo, de que vestiam. Pelo tempo adiante vendiam os ditos panos e redes, trigo e marmelos em uma que está mais perto de São Paulo, Santos, porque iam e vinham à dita vila fazendas de Lisboa. Desta paragem chamada Paranaguá, que hoje é vila, se seguiam os lugares seguintes, que são: Ubatuba, Parati, ilha Grande, que todas são vilas hoje, sendo naquele tempo aldeias de gentio”.²²² As expedições encontraram uma aldeia no distrito do rio das Mortes que a chamaram de Cataguases “onde prendendo muito gentio do beijo e orelhas furadas e estes falaram perguntando por que os perseguiram; se era pelo que traziam no beijo e nas orelhas, que os largassem, que lhes iriam mostrar. Não levados os paulistas desta oferta, nunca deixaram de os prender, e logo para o Rio das Mortes foi uma bandeira com seu capitão chamado Jaguará, que na língua dos carijós é *cachorro*. A este mostrou um dos capitães do gentio o ouro no capim, em folhetas, e outro, como grãos de munição”.²²³ A preação dos índios não foi o único negócio que movimentou as expedições, o índio podia levar até os descobertos de ouro, saberia guiar rumo às riquezas dos sertões, o que explica a necessidade de contatá-los.

A fortaleza era símbolo da defesa e dos limites nas fronteiras. A fortaleza do Macapá tinha uma aldeia pequena com duzentos índios para serviço. Os padres capuchos de São Boaventura que conviviam com os índios Jurunas informaram que os índios com os quais conviviam eram tapuias devotos, porém feios e fracos. Também, diziam que em Ipitipoca uma aldeia populosa, havia “gentio muito feroz e pouco fiel”, tinham o costume de dançar à noite, lutar, de se desafiarem, além de praticarem a antropofagia.²²⁴ Já a Aldeia do Sapé era formada por índios pacíficos e amigos dos brancos e a Aldeia do Tefé o principal era agigantando, valente, guerreiro e rigoroso.²²⁵

Os limites entre Goiás e Minas²²⁶ obedeceram a uma descrição cosmográfica por espaços geométricos do continente mediterrâneo, das terras novas do bispado do Grão-Pará, confinantes pela parte austral com o do Maranhão, pela meridional com Pernambuco e pela setentrional com o Rio de Janeiro. A

²²² Códice Costa Matoso. p. 217.

²²³ Códice Costa Matoso. p. 218.

²²⁴ Códice Costa Matoso. p. 971-972.

²²⁵ Códice Costa Matoso. p. 973-974.

²²⁶ Códice Costa Matoso. p. 943.

descrição serviu como parâmetro espacial para o governador na expedição de demarcação das divisas da capitania de Goiás, criada em 1748. Revela-se, com isso, quanto as informações estiveram interligando as administrações do Estado.

Com base no conjunto de estratégias da política colonial dos governantes, vê-se claramente, nas correspondências entre autoridades e na legislação, o objetivo de servir os propósitos da colonização. Da colônia deveriam ser enviados os impostos e o mais cobiçado, sem dúvida, o tributo sobre o ouro. A dinâmica interna na colônia contou com um planejamento que só foi viável, até certo ponto, a partir do contato com a realidade, que era adversa e diferenciada da metrópole, mostrando ser impossível transpor exatamente as estruturas ibéricas. Na capitania das Minas, em especial, teve sua dinâmica interna aquecida com base na diversidade econômica. Todavia essa diversidade não anula a análise das diretrizes externas impelidas pelo Antigo Sistema Colonial, ao contrário, como esclarece Fernando Novais, tal sistema foi norteador das relações entre metrópole e colônia. Partindo desse princípio, a compreensão mais ampla da dinâmica, das contradições, do funcionamento e da crise do sistema colonial permite vislumbrar a tessitura do poder e sua problemática. O exercício do poder se dava perante a ocupação do território e o povoamento, vindo acompanhado dos anseios de exploração do solo, do regime de trabalho compulsório, exercício que somente se sustentou no processo de conquista e da organização da produção voltada para nutrir a metrópole.

O governante Gomes Freire faleceu quando a crise do Antigo Sistema Colonial era fato consumado, revelando relações de poder frágeis da política administrativa. O tumultuado século XVIII evidencia-se com as contendas de todo tipo e indicando os problemas insuperáveis que impossibilitaram manter o sistema de forma intocável. Em 1763, um longo período de governo chegava ao fim: “No primeiro de Janeiro deste anno pelas dez horas da manhã falleceu nesta cidade o Illmo. e Exmo. Conde de Bobadella, General destas Capitancias com quinze dias de doença. No segundo depois de se dar á sepultura o seu corpo na Igreja do Convento das Therezasno sitio chamado do Desterro, se abriu na tarde do mesmo dia a via de sucessão [...]”.²²⁷ A Coroa, por meio de Alvará, indicava os governos que deveriam assumir o posto vago. Uma Junta, composta pelo Bispo do Rio de Janeiro, D. Frei

²²⁷ *Documentos históricos* Rio de Janeiro, 1928. v. II. p. 306. “Notificação do Falecimento de G. Freire. Remetente: Fr. Bispo do Rio de Janeiro João Alberto de Castello, José Fernandes Pinto Alpoym”. Destinatário: Provedor da Fazenda Real de Santos, José de Godoy Moreira Data: 7/1/1763. Localidade: Rio de Janeiro.

Antônio do Desterro, o Brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim e o Chanceler da Relação João Alberto Castello Branco, foi nomeada para assumir o cargo até 16 de outubro do mesmo ano. Em 28 de dezembro de 1763, assumiu o governo de Minas Luiz Diogo Lobo da Silva.

A morte de Gomes Freire seguiu as normas de ritualização de um capitão-general, governador do Estado e bom cristão. Antes de sua morte, na fase em que estava adoentado, adiantava-se a Coroa para que se pensasse a sucessão do governo. O rei notificou a sucessão e a transmitiu por Alvará ao vice-rei, aos governadores, capitães-generais, capitães-mores das capitanias e fortalezas, ministros de Justiça, da Fazenda, oficiais da administração, Comandantes das frotas, capitães das naus de guerra e navios, fidalgos e gente de Armas. A notificação dava poderes à Junta nomeada e alertava “que no caso de fallecer Gomes Freire de Andrada, Mestre de Campo General de meus Exércitos, Governador e Capitão General das Capitanias do Rio de Janeiro e Minas Geraes; succedam, e entrem na Governança das referidas Capitanias as Pessoas acima nomeadas para me servirem, com aquelle mesmo poder, jurisdição, e alçada, que havia dado ao dito Gomes Freire de Andrada”.²²⁸

As estratégias dos governos têm como eixo da reflexão os meios que orientaram a lógica do Antigo Sistema Colonial. Partiu-se dos governos setecentistas que mais sobressaíram, como o de Gomes Freire, nos serviços ao rei e seus sucessores que usufruíram, também, o mesmo poder que lhe foi concedido. O Alvará determinava às autoridades: “[...] poderão usar nelle do mesmo poder, jurisdição, e Alçada, que eu havia dado a Gomes Freire de Andrada.”²²⁹

Refletindo sobre a esfera governamental, observa-se que ela se apóia na noção de poder referida por Le Goff quando se lembra de Marc Bloch ao comentar que muito há que se discutir e dizer sobre a palavra político.²³⁰ Todavia, assinala-se que a história política é a historia das estratégias de poder arquitetadas e das relações de dominação, porém não lhe é exclusiva. Complementar à visão da história política abordada, convém ressaltar que não é no sentido factual, o qual foi combatido pelos *Annales*, por restringir-se o estudo às peripécias da classe dominante ou de um personagem, mas, sim, o estudo do poder que se propõe

²²⁸ *Documentos históricos*, v II. p. 307-309, grifo nosso.

²²⁹ *Documentos históricos*, v II. p. 307-309.

²³⁰ Jacques Le Goff. *O maravilhoso e o quotidiano no ocidente medieval*. Trad. José Antônio P. Ribeiro. Lisboa: edições 70, 1983. p. 221-253.

dialogar com as dimensões que a política assume na vida cotidiana e do alcance que tem nas relações sociais; assim como se pensa na simbologia que o poder dispõe com as insígnias, ritos e representações que se construíram nos ordenamentos urbanos coloniais, com as fortalezas, pelourinhos, câmaras e cadeias. Analisando-se as relações mais profundas internas e externas coloniais, atinge-se a concepção do poder e os significados que receberam na administração dos governos. O diálogo constante com as fontes revela o que o poder oficial oculta e prioriza, ou seja, o que se passa despercebido para a história factual se pode converter em rica interpretação.

A tessitura do poder analisada possibilita captar as contradições da sociedade. A história social, longe de negar a reflexão política, a entende numa dinâmica com a vida social e econômica. Nessa perspectiva, é que se entende a ingerência dos governos nas questões da vida colonial. A partir de algumas estratégias se decifram as intrincadas relações do período e da sociedade, apreendem-se as medidas adotadas e, em contrapeso, as reações dos grupos em conflito envolvidos como na política de terras dos sertões e das fronteiras. O alto número de sesmarias e o estímulo à ocupação das terras dos sertões e fronteiras explicam de certa forma a problematização de que a política de terras esteve relacionada à política indigenista e inerente ao projeto de colonização. A política colonial incidia, direta ou indiretamente, na expulsão e desterritorialização dos povos indígenas.

Antes e após Gomes Freire, as estratégias de poder quanto à problemática discutida se mantiveram. As instruções secretas, os despachos do governo e do bispo, a série de relatórios envolveram sempre as questões de terras de norte ao sul da colônia.²³¹ Como governante, o pensamento de Gomes Freire não é exposto só na *Instrução ao irmão*, mas nas volumosas correspondências e medidas expedidas, além de seu pensamento ter sido objeto de registro pelo capitão Jacinto Rodrigues da Cunha, testemunha presencial da ação do governo no sul, narrado no *Diário da Expedição de Gomes Freire de Andrada As Missões do Uruguay*.²³² Embora se refira ao sul da colônia, o *Diário* é revelador das táticas políticas e militares, oferecendo uma série de dados que, cruzados a outras fontes,

²³¹ Cf. Dauril Alden. O período final do Brasil Colônia, 1750-1808. In: Leslie Bethell (Org.). *A América colonial*. Trad. Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes. São Paulo: EDUSP, 1999. v. II. p. 527-592.

²³² Os Diários de Gomes Freire. *RIHGB*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894. t. VI. p.139-264.

compõem a visão global dos planos traçados de civilização dos índios e de ocupação do território.

O *Diário* é um relato épico, longo e descritivo, porém imprescindível, por tangenciar as questões sobre os indígenas. O assunto principal se detém nas contendas em torno da demarcação das fronteiras do sul e das batalhas como parte do empreendimento colonizador. A contínua reação indígena no sul era preocupante, ainda mais se aliada aos espanhóis, rivais e senhores dos territórios vizinhos ou aos jesuítas, que cada vez mais se tornavam independentes da Coroa portuguesa. Para impedir o avanço das hostes inimigas, uma das soluções foi a edificação das fortalezas e a fixação dos limites de jurisdição nos espaços como obra maior.

O *Diário* começa em 27 de novembro de 1731, quando chegou ao Rio de Janeiro a nau de guerra Nossa Senhora da Lampadosa, vinda de Lisboa e enviada pelo rei para Gomes Freire junto com a patente de mestre-de-campo, general. Ele foi eleito o principal comissário das demarcações da América Meridional entre as duas Coroas.²³³ Gomes Freire partiu com sete embarcações para o Rio Grande em janeiro de 1752. No *Diário*, descreve-se especificamente cada mês e dia. As anotações abordam a condição das tropas, os oficiais e os soldados que acompanharam a expedição com seus respectivos cargos e nomes, a quantidade de munições, as armas que foram levadas, os destacamentos e as companhias como a de granadeiros, de fuzileiros, demonstrando que a situação era entendida como de guerra, sob constante sinal de tensão e de alarme. A guerra sempre esteve na pauta das estratégias de poder dos governos coloniais.

Em junho de 1752, o coronel Alpoim, uma das lideranças nas contendas do sul, marchou com três companhias de granadeiros e fuzileiros. Os conflitos das missões do Uruguai, registradas pelo capitão Jacinto Rodrigues da Cunha, findam-se depois de acirradas batalhas entre os generais castelhanos e portugueses. No mês de julho de 1756, findou-se a guerra e os padres deixaram as Missões em direção a outra parte do rio Uruguai com os índios. Como enunciado por Le Goff, o poder é exercido, também, de forma ritualizada. O final do conflito foi marcado por um ritual, no dia de Santo Ignácio, quando foram realizados festejos

²³³ Os Diários de Gomes Freire. *RIHGB*, t. XVI. p. 139.

com música, danças, saraus, contando com a presença de padres, índios e índias da nação dos Tapes.²³⁴

Os governadores-gerais e vice-reis orquestraram o poder na colônia. Gomes Freire, apesar da proeminência nas manobras do poder, foi um dentre muitos que manejaram a administração do governo. Na capitania das Minas, o cargo de liderança teve autoridades que, com maestria, agiram no comando dos conflitos da população e dos negócios régios. Como referência podem ser lembrados alguns dos governantes: Dom Brás Baltasar da Silveira (1713-1717); Conde Assumar (1717-1720); Conde das Golveas (1732-1735); Luís Diogo Lobo da Silva (1763-1768); José Luís de Meneses Castelo Branco e Abranches – o Conde de Valadares (1768-1773); António de Noronha (1775-1780); Visconde de Barbacena (1788-1797); Bernardo José de Lorena – Conde de Sarzedas (1797-183).²³⁵ As manobras do poder integraram os modos de governar a colônia como responsáveis por garantir a expansão e mesmo com debilidades mantiveram a unidade do território. Na política do Estado estavam os imperativos de combate ao inimigo externo, os estrangeiros, os corsários de olho nas riquezas, bem como de debelar o inimigo interno, os indígenas, decretando guerra ou assentando-os nos aldeamentos e tentando transformá-los em úteis vassalos aos serviços reais.

3.1 A Política de Terras

a) Sesmarias e Datas minerais

A política de terras é questão polêmica, como citado, e sempre esteve integrada ao processo de ocupação do território. Quando se pensa em terra, no estudo em questão, torna-se patente que se remete tanto às terras agrícolas e pastoris quanto às terras minerais, porque se converge para as minas do ouro. Os sertões inserem-se no âmago da análise por serem os espaços territoriais, na maioria das vezes, abundantes em ouro, pedras preciosas, terras produtivas ou próprias para criação de animais.

²³⁴ Os Diários de Gomes Freire. *RIHGB*, t. XVI. p. 327- 358.

²³⁵ Optou-se por citar alguns governos expressivos e que estiveram mais tempo no poder. Para informação de todos os governantes, ver a lista completa: *RAPM*, Ano I, fasc.1, Ouro Preto, Imprensa Oficial de Minas Gerais, jan. a março de 1896. “O Governo de Minas Geraes”. p. 3-21.

As terras encontram-se no conjunto do patrimônio das riquezas pertencentes ao rei de Portugal e submetidas aos impostos. A atividade da mineração exigiu uma legislação específica com o Regimento Mineral de 19 de abril de 1702, seguido de uma série de ordens régias, provisões e avisos durante todo o século XVIII.²³⁶

O Regimento Mineral de 1702, conhecido de todos os que estudam as Minas coloniais, merece menção neste momento, embora mais adiante, no capítulo II, na parte dedicada às riquezas, ele seja retomado na discussão. Trata-se de um instrumento legal com o objetivo de regulamentar a distribuição das datas minerais, como foi o primeiro regulamento sobre a questão. Com ele se definiu juridicamente a forma de exploração das áreas minerais e nele os sertões do Brasil estão relacionados às terras do ouro. O superintendente das Minas devia assumir a função de administrar, fiscalizar as datas e os descobertos, regularizar a medição das porções concedidas aos particulares tendo como auxiliar o guarda-mor.

A concessão de sesmarias, apesar de algumas mudanças, determinava o acesso à posse de terras como benesse aos colonos até 1850, quando foi instituída a Lei de Terras. Até o período de 1850, a terra era do rei e só ele podia conceder ou, então, delegar o direito de concessão por meio do seu representante na colônia. O requerente a uma porção de terra deveria preencher alguns requisitos mínimos, como ter condições de fazer a terra produzir, possuir mão-de-obra com escravos e instrumentos de trabalho, dentre outras exigências.

Conforme os comentários tecidos por Caio Boschi, a pecuária bovina ao longo do rio São Francisco acelerou o processo de posse de sesmarias. Chegaram a ser concedidas 6.642 sesmarias, mas o número das demandas judiciais por terras se aproxima de 8 mil, relativas a "direito de terceiros". Nos períodos colonial e provincial, houve 7.985 sesmarias.²³⁷ Apenas a título de ilustração, sem prolongamentos, o Alvará de 5/10/1795 serviu de Regimento e, na tentativa de pôr em ordem a difusa legislação, ele foi suspenso, sendo substituído pelo Alvará de 1º/12/1796, porém a Resolução de 17/7/1822 mandava suspender a concessão de sesmarias até a convocação da Assembléia Geral Constituinte. A Ordem n. 31, de

²³⁶ RAPM. Ano I, fasc. 4, Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, out./dez. 1896. "Terras Mineraes. Relação das ordens sobre terras mineraes, que, por cópia, foi enviada ao Conselho Geral da Província de Minas Geraes." (Manuscriptos do Archivo). p. 673-734.

²³⁷ Catálogo de Sesmarias. RAPM. Ano XXXVII. v. I e II. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1988. (Série Instrumentos de Pesquisa). Prefácio de Caio C. Boschi.

28 de janeiro de 1824, definiu um regulamento interno para os aldeamentos e para a civilização dos índios do Rio Doce, onde autorizou a concessão de sesmarias a indivíduos “civilizados” que as requeressem. A Ordem n. 102, de 5 de maio de 1824, afirmava que as sesmarias só deveriam ser doadas nas margens do rio Doce.

A legislação de terras no Brasil foi um tanto quanto complexa e controversa.²³⁸ Na capitania das Minas, especificamente, percebe-se que a legislação fundiária recebeu adaptações sem modificar a essência, mas ajustaram-se as leis observando-se as do Reino, por se tratar da existência de ouro e pedras preciosas na região. Em 1711 e 1713, as cartas régias definiam as normas de doação de sesmarias. O tamanho da terra doada foi mudando conforme a situação e a cada Carta régia: em 1725, o tamanho era meia légua, em 1731, meia légua nos caminhos e 3 léguas no sertão.

Na Carta régia de 13 de abril de 1738, determinou-se que os moradores que tivessem de posse das terras sem títulos deveriam pedi-las por sesmarias. Mas ao longo do século XVIII o processo de distribuição de terras sofreu várias implicações e deturpações, pois uma mesma pessoa concentrava três ou quatro sesmarias, por exemplo. Nem sempre o juiz, responsável por essa parte, ia ao local das terras solicitadas; baseava-se em informações dos suplicantes da localização e dos limites da terra. Às vezes ocorria de um sesmeiro informar as confrontações dos limites da terra de sua posse de maneira que prejudicava outro suplicante ou um vizinho que estava com sesmaria há mais tempo no mesmo local.²³⁹ Além de efetivar a produção na terra, o sesmeiro deveria pagar o imposto do dízimo.²⁴⁰

²³⁸ A Carta régia de 27/12/1695 tentou impedir os abusos de concentrar para uma só pessoa sesmarias que medissem mais de 4 léguas de comprimento por uma de largura. Numa outra Carta régia, de 7/12/1697, reduzia-se a área para 3 léguas de comprimento por uma de largura. Posteriormente a isso, em 1698, mais uma Carta régia rezava sobre a questão e definia que os sesmeiros só poderiam entrar na posse de suas terras depois da confirmação real, mas também a ordem não foi cumprida. Diante dessa situação, cada vez mais agravante e das contendas, foi expedida outra Carta régia, datada de 1699, em que determinava que os latifundiários dos sertões que tomassem terras dos mais pobres deveriam devolvê-las. Cf. Waldemar de Almeida Barbosa. *História de Minas*, 1979. v. I. p. 232.

²³⁹ Como explica Waldemar de A. Barbosa (*História de Minas*, 1979, v. 2. p. 404), a légua de sesmaria antiga é um pouco maior que a usada atualmente. A légua media 200 cordas, cada corda representava 15 braças (1 braça é 2,2 metros). Ainda, a légua podia equivaler a 6.6 km ou 6.600 metros. Uma sesmaria de 3 léguas de comprimento por uma de largura media 130,68 km² ou 130.680.000m², ou 2.700 alqueires, isso em 1974 seria 68 municípios de Minas com área inferior.

²⁴⁰ Nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, de 1707, há menção ao imposto sobre a terra. O artigo 414 determinava quanto ao pagamento dos dízimos, a décima parte de todos os bens móveis, que deveriam ser pagos à Coroa, e ela reverteria ao custeio do ofício dos eclesiásticos. Os dízimos eram de três espécies: os reais ou prediais, que equivaliam a 10% dos frutos das

As Ordenações do Reino e os forais excluíam as minas de ouro das contribuições dos dízimos e determinavam o pagamento do quinto sobre a produção aurífera. Antes da descoberta do ouro em Minas Gerais, as concessões foram feitas de 3 ou mais léguas quadradas de sesmarias; porém, mais tarde, o ouro modificou o cenário, e a lei reduziu à meia légua quadrada a área das sesmarias aos moradores do centro da capitania onde existissem “minas,” e uma légua de testada por três de fundo aos habitantes do sertão. O que se sabe pelas próprias petições de cartas de sesmarias é que nem sempre a norma foi seguida na prática. Além do mais, adotava-se o sistema de arrematação de lotes, o que tornava a distribuição de sesmarias mais complexa e sujeita a problemas refletindo-se os antagonismos da sociedade colonial.

Assim que se tornou obsoleta a legislação de sesmarias, passou a vigorar o registro de terras no Brasil estabelecido pela Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850, regulamentada pelo Decreto n. 1.318, de 30 de janeiro de 1854, havendo a distinção entre terra devoluta e de domínio particular. No artigo 3º da lei, dizia-se que toda pessoa que possuísse documento que comprovasse a aquisição de terras, fosse esta simplesmente ocupada por posseiro, fosse obtida por sesmaria não medida, não confirmada nem cultivada, teria garantida a posse. Num dos pontos do Decreto n. 1318 declarava: “Estão sujeitos à legitimação as posses que se acharem em poder do primeiro ocupante, não tendo título e do segundo ocupante sem título legítimo”, além de tornar legítima a compra, a venda e a doação. Ordenava-se, ainda, aos que estavam de posse da terra, “sujeitar a revalidação,” isto é, deveriam os sesmeiros, primeiros ocupantes que estivessem em suas terras cultivadas e com moradias, mas que não foram medidas e demarcadas, revalidá-las. A partir de 1854 poucas sesmarias estavam na posse do seu primitivo possuidor e a maioria das terras já se encontrava transferida por venda ou herança, portanto não precisava de revalidação.²⁴¹

A menção a alguns aspectos da Lei de 1850 é válida porque ilustra como os donos de terras se serviram desse instrumento ao legalizarem muitas das situações já existentes desde o período colonial. O registro de terras ficou a cargo do vigário da paróquia. Os possuidores, herdeiros ou compradores, deveriam

propriedades rurais; os pessoais correspondiam a 10% dos frutos industriais e os mistos a 10% parte das indústrias dos homens e parte dos prédios entendidos sobre os animais, a caça, as aves que se criavam.

²⁴¹ Waldemar de Almeida Barbosa. *História de Minas*, 1979. v.I. p.250.

apontar em duas vias o nome do dono, os limites, a localização. O vigário ficava com uma das vias e assinava a outra que era entregue ao suplicante.

Apesar de a legislação de terras ter sido uma tentativa de regulamentar a questão da posse e do povoamento do Brasil, para Minas o que se observa é que as leis foram adequadas à diversidade econômica existente, refletindo, assim, a apreensão do poder com as áreas de concentração de riquezas. Quanto mais se adianta o século XVIII, verifica-se que mais intensa foi a distribuição de terras. Entre 1764 e 1768, o governador Luís Diogo Lobo da Silva outorgou 362 sesmarias. O governo de José Luís de Meneses, entre 1768 e 1773, confirmou 443. A solução do declínio das Minas foi encontrada na ocupação das terras os índios.²⁴²

O surgimento da pecuária, atividade que contribuiu para promover a ocupação das regiões interioranas, antes mesmo da mineração, serviu para o sustento da população e levou à formação de latifúndios, à concentração de terras nas mãos de uns poucos. O exemplo disso se tem com as famílias Garcia d'Avila, Peixoto Viegas e a de Guedes de Brito. Por volta de 1663, já se tinha concedido o direito de posse à região baiana do Rio São Francisco, chamado de "Rio dos Currais". O extenso sertão baiano se achava quase que na sua totalidade nas mãos de apenas duas famílias: a da Casa da Torre, fundada por Garcia d'Avila, ainda no século XVI, e a Guedes de Brito da Casa da Ponte. A primeira possuía 340 léguas às margens do São Francisco e a segunda 160, entre o morro do Chapéu, na Bahia, até as nascentes do Rio das Velhas em Minas Gerais.

A expansão do latifúndio, coincidentemente ou não, processou-se nas áreas onde a legislação indígena foi intensa, como na Bahia e Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Ceará, Piauí, Maranhão e Minas, que no caso foi com o avanço do século XVIII.

A apropriação das terras foi conseqüência da conquista dos sertões e das fronteiras, ampliando os interesses econômicos dos colonos, uma amostra da relação entre a política de terras e a questão indígena. No sul do Brasil, o gado irradiou-se de São Vicente e Santos, chegando a Minas Gerais antes do alvoreço do ouro, como também em Goiás e Mato Grosso. Somente na segunda metade do século XVIII a região do extremo sul, com suas imensas pastagens, incorporou a atividade pastoril. O tabaco, outro fator de exploração e povoamento, foi mais uma

²⁴² Cf. Maria Leônia Resende. *Índios Brasileiros*.

lavoura lucrativa no século XVIII, tendo seu declínio nos primeiros anos do século seguinte.

Nas zonas de mineração, Minas Gerais em especial, a agricultura foi atividade intensa se afirmou com base na grande propriedade voltada quase exclusivamente para a produção de gêneros de consumo necessários, como milho, mandioca e outros. Os senhores de sesmarias, ao esquadriharem as terras apropriadas e entregá-las a outros para a produção, distorceram o sentido da legislação de sesmarias, que impunha a obrigação de trabalhar a terra com seus próprios recursos. A demarcação de terras doadas foi um problema que se arrastou ao longo do tempo; as cartas de sesmarias, muitas vezes, traziam informações imprecisas. A Lei de Terras de 1850 não resolveu os problemas jurídicos entre vizinhos e interessados na mesma área. Ela proibiu a ocupação de terras devolutas e, admitindo apenas a aquisição por compra de sesmarias, visava consolidar as posses. Entretanto, compete lembrar que a compra de terras foi expressiva e posterior ao período colonial.

Na colônia os critérios que contavam para a aquisição de sesmarias eram a influência do requerente e os serviços prestados ao rei. Obtinha-se terra ou por tais critérios, ou pelo fato de o requerente preencher os requisitos mínimos com parâmetros baseados no poder aquisitivo e na quantidade de escravos para realizar o beneficiamento da terra. Era o poder do requerente que definia o tamanho da terra a ser concedida, acarretando a formação de latifúndios improdutivos, mesmo que a lei de sesmarias definesse que a terra deveria ter produção em torno de três a quatro anos, caso contrário seria retomada pelo Estado, talvez algo raríssimo. Na maioria das vezes, os povoadores estabeleciam-se na terra e depois solicitavam a posse – a sesmaria. Com certeza, uma série de agitações nasceu diante da forma estabelecida de ocupação da terra. Brigas, rivalidades, mortes e insultos entre vizinhos, entre antigos e com os novos ocupantes e/ou invasores.

O século XVIII é indicativo do alto número de sesmarias concedido. As concessões de sesmarias geralmente estiveram envoltas de contendas. Na petição de Dona Maria Álvares da Cunha, que solicitava mais terras, ela dizia que os demais sesmeiros causavam problemas: “[...] que ella no rio da Piranga tinha tomado humas posses em uns mattos maninhos confrontados a huas q`eu fora servido conceder por carta de Sesmaria a seu genro o Cap.m Dom.os da Silva Correa, e no mesmo tempo intrometera o Sarg.to Mor Fran.co da Silva Leite tomando lhe hum pedaço de

terra, junto as ditas posses não se satisfazendo como ter demarcado mais de huma légoa e sendo que o d.o, não tinha por sesmaria ou licença minha para botar posses em mattos maninhos, queria ella Sup.e haver por sesmaria meya legoa de terra em quadra, correndo rumo direito de norte a sul e de leste a Oeste, pegando a demarcação na cachoeira chamada Jesus Christo, correndo rio abaixo ao correjo chamado dos lagos paragens confrontadas em outro idioma no escrito de venda porque houve as ditas terras o d.o Cap.m Dom.os da Silva Correa seu genro; e porque para possuir as ditas terras com justo título, e evitar dúvidas e contendas, as queria por carta de sesmaria me pedia lha mandasse passar ao que attendendo eu, e a utilidade que se segue a real fazenda de que se povoem as terras desta Capitania. [...] e esta merce que faço a Sup.e he salvo o direito regio, e prejuizo de Terceiro, que por algum titulo lhe pertença reservando o citio dos vizinhos e moradores com quem partirem suas vertentes que lhe forem competentes, sem que os refferidos vizinhos com o pretexto de vertentes que se queirão apropriar de demaziadas terras".²⁴³

A questão de terras fazia parte do projeto de colonização e a finalidade era de povoar para assegurar os domínios da Coroa, motivo que se tornou costumeiro nas relações coloniais, pois se premiava ou com títulos de nobreza ou com datas de terras.

Os favorecidos com prêmios alegavam a prestação de serviços na domesticação do gentio ou o fato de terem participado da guerra contra ele, como mostra o caso da patente recebida de capitão-de-mar-e-guerra por Matheus Ignácio da Silveira, mestre da Sumaca. O desempenho exemplar do mestre no combate aos índios lhe aferiu uma promoção na carreira quando, "vindo de Viamão com cincoenta e três índios Tapes prizionados no segundo assalto que fizerão a Fortaleza do Rio Pardo por estes se levantarem na ditta embarcação depois de haverem morto três sentinelas, e pretendendo fazer o mesmo aos mais que nella vinhão, vendo o não conceguião se deliberarão a lançar fogo por hua parte à dita Sumaca, abrindo-lhe também hum grande rombo por outra, com o que infalivelmente perecerião todos se o ditto Mestre desprezando a vida não procurára attalhar hum, e reparar outro, no que fes mui particular serviço a S. Mag., e porque he justo honrar aos que se

²⁴³ RAPM. Ano: 1902, Ano VII, fasc. I e II. p.: 463-464. Gomes Freire de Andrada a D. Maria Alvares da Cunha. Data: Va Rica, 31 de Janeiro de 1741.

destingem nelle, tanto pelo seu merecimento, como porque sirva de estímulo aos mais que se empregão no Real serviço”.²⁴⁴

Para garantir o acesso às terras nas zonas de conflitos com indígenas, o governador da capitania do Rio de Janeiro e das Minas passou uma Provisão ao Frei João Baptista, religioso de São Francisco, que foi nomeado capelão da Nova aldeia de índios Tapes, próxima à Vila do Rio Grande de São Pedro, com o dever de “instruir nos mistérios da fé, e administrarlhes os sacramentos enquanto não chegam dois Religiosos da Companhia de Jezus, que pedi ao seu Provincial para a educação, e cura das almas da ditta Aldea”.²⁴⁵

A distribuição de sesmarias foi um instrumento eficaz, assentando os colonos com a finalidade de ocupar áreas de perigo, onde estavam localizados os índios. Ignacio Soares de Almeida recebeu sesmarias para povoar os campos com gado vacum e cavalar “no Rincão dos Comboros” porque se tratavam de terras “devolutas”.²⁴⁶ Manoel Jorge, que já povoava havia seis a sete anos, recebeu carta de sesmarias nos “Campos na Costa chamada os indios mortos com cazas, currães, plantas e animaes assim vacuns como cavallares”.²⁴⁷

Os conflitos em torno da terra envolviam limites e demarcações entre as roças de diferentes sesmeiros. A intervenção do governo no problema se fazia constante e também quanto ao objetivo de povoar a capitania. A petição do capitão José Tavares, morador da freguesia da Roça Grande, comarca do Rio das Velhas, informava que ele possuía “mais de secoenta escravos com os quaes minerava em suas lavras pagando dizimos e capptação a S. Mag.e e porque para sustento delles e de sua grande familia comprara huma rossa nas matas virgens do Sumidouro a hum Manoel Nunes na qual tinha casas de vivendas e senzalas, arvores de espinho, criação de toda a casta, e tinha plantado e colhido tres plantas..”.²⁴⁸ Mas corria litígio com Matias de Castro Porto que não tinha o justo título. Então, o suplicante e

²⁴⁴ RAPM. Belo Horizonte: Imprensa Oficial Ano XXIV-1933. v. I p. 78-79. Vila do Rio Grande de São Pedro. 11 de junho de 1754. Registro de hua carta Patente de Capitão de Mar e Guerra *ad honorem* passada a Matheus Ignácio da Silva.

²⁴⁵ RAPM. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, Ano XXIV-1933. v. I. p. 54. 2 de março de 1753. Registro de hua provisão passada a Frei João Baptista de Capellãm da Nova Aldêa dos Tapes.

²⁴⁶ RAPM. Belo Horizonte: Imprensa Oficial Ano: XXIV- 1933. v. I. Gomes Freire de Andrada. Vila do Rio Grande de São Pedro. 17 de março de 1755. p. 178-180. Registro de hua carta de sesmaria passada a Ignacio Soares de Almeida.

²⁴⁷ RAPM Belo Horizonte: Imprensa Oficial Ano XXIV- Ano 1933. v. I. p. 213-214. Gomes Freire de Andrada. Vila do Rio Grande de São Pedro. 14 de outubro de 1755. Registro de hua sesmaria passada a Manoel Jorge.

²⁴⁸ RAPM. Ano: 1902. Ano VII, fasc. I e II p. 464-466 Doc.: Carta de sesmaria. Gomes Freire de Andrada ao Cap.m José Tavares Data: Va Rica 10 de Fevereiro de 1741.

mais moradores solicitavam que lhes fossem asseguradas as posses por sesmarias e alegavam estarem servindo a utilidade da Fazenda Real povoando as “terras desta Cappitania”.

As sesmarias são indicativas da política de povoamento do território e os motivos declarados pelos suplicantes se diziam em consonância com os interesses de Estado como é demonstrado na petição de José Marinho de Andrada, morador em Vila Rica, possuidor de uma roça na “Peroupeba”, distrito da comarca do Rio das Mortes onde ele se dizia um empreendedor no povoamento da região. Mas a região era de permanentes contendas. Uma delas nasceu da ocupação ilegal de povoadores sem documentos de posse da terra, Bernardo Francisco e João Alves Lima, que queriam uma parte e a outra era desejada por Manoel Francisco. As terras situavam-se no caminho da roça do suplicante e “[...] na gróta chamada os ranchos, sem que a nenhum dos suplicados pertenção as ditas terras por delas não terem titulo algum [...] para evitar duvidas e contendas na forma das orden's de S. Mag.e ao que atendendo eu, a utilidade que se segue a fazenda real de que se povoem as terras da Capitania”.²⁴⁹ Conflitos de terras não faltaram para ser administrados.

A disputa pelo domínio de territórios muitas vezes invertia a situação do índio colocando-o como invasor. O capitão Damião dizia que “[...] elle possuia hu'a fazenda no Ribeirão de São Domingos Comarca da V^a Real de Sabará, freguezia do destricto de São Romão, a qual fazenda descobrira”.²⁵⁰ Argumenta a seu favor que lutou contra o gentio, evidenciando os esforços e serviços prestados à conquista. À sua custa “povoara com grande despeza de seus bem's livrandoa da invazão do gentio que continuam.te a estava acometendo”.²⁵¹ Declarava que com o título de sesmaria ele iria cultivar com mais fervor a terra, ponto principal dos interesses régios que culminava com o pagamento do dízimo.

Na *Memória* redigida pelo desembargador Manoel Ignácio de Mello e Souza, posteriormente Barão de Pontal, apresentada em 1827, ele avaliava a administração da justiça, inserida nas políticas coloniais. O desembargador foi encarregado de dar um parecer sobre o estado da justiça, por meio da portaria de 14

²⁴⁹ RAPM. Ano 1902. Ano VII, fasc. I e II, p. 510-511 Doc.: Carta de Sesmaria: Gomes Freire de Andrade a Jose Marinho de Andrada Data: Rio de Janeiro 03 de Outubro de 1471.

²⁵⁰ RAPM. Ano 1902. Ano VII, fasc. I e II, p. 530-531 Doc.: Carta de Sesmaria: Gomes Freire de Andrada ao Capitão Damião Pereira Coelho Data: Villa Rica 1º de Julho de 1742.

²⁵¹ RAPM. Ano 1902. Ano VII, fasc. I e II, p. 530-531 Doc.: Carta de Sesmaria: Gomes Freire de Andrada ao Capitão Damião Pereira Coelho Data: Villa Rica 1º de Julho de 1742.

setembro de 1824. No parecer, são relatados os abusos que deveriam ser evitados. Primeiro, aponta a multiplicidade de leis, alvarás, provisões e ordens diversas alteradas e acrescentadas e como se tem abusado delas por dolo, ignorância ou malícia.²⁵² Além disso, os juízes de sesmarias, criados pela Provisão de 7 de maio de 1763, praticaram continuadas distorções, apesar das leis que regulavam suas jurisdições e as demarcações de terras.

A raiz do problema estava na nomeação de pessoas que não eram dignas e nem hábeis para o exercício da função. Os juízes só se fundavam nas informações do sesmeiro ou do seu procurador, resultando em prejuízos a outra sesmaria.

A Carta régia de 2 dezembro de 1808 facultou aos comandantes militares das Divisões do Rio Doce conceder terras “desenfestadas” pelos índios segundo o número de escravos dos colonos, o que levou a confusão nas medições e uma série de abusos.

O Regimento, também conhecido como Instrução, de 30 de setembro de 1733, para Martinho de Mendonça de Pina e Proença, mostra a intenção da política colonial nas relações de poder e hierárquicas. O rei aponta como primeira diligência nas Minas que seja informado o número de escravos e os serviços que realizam os roceiros, mineiros e outros. Durante toda a Instrução, destaca-se o interesse com o cuidado na cobrança do quinto do ouro, com as casas da moeda e de falsificação, mas o que chama atenção é o fato de o governador assistir as devidas demarcações das terras onde se encontravam os diamantes e manter as informações dos lugares onde havia cristais, ágatas e demais pedras. Ordenava, ainda, que se encaminhassem as notícias sobre os rios navegáveis que saem de Minas, a profundidade, as cachoeiras, as declividades e se nas vizinhanças há matos para tirar madeiras para as embarcações e incentivar os moradores para a navegação por esses rios.²⁵³ Para finalizar, na Instrução constava a correta orientação a ser tomada para melhor se governar: “Confio de vós que uzareis sempre daquela moderação, e suavidade que hé conveniente, e que nos cazos em

²⁵² RAPM, Ano III, fasc. I. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1898. A Administração da Justiça Em Minas Geraes. “Memoria do Desembargador Manoel Ignácio de Mello e Souza, Posteriormente Barão de Pontal, Apresentada em 1827”. p. 5-22.

²⁵³ RAPM. Ano III, fasc. I. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1898. “Regimento ou Instrucção que trouxe o governador Martinho de Mendonça de Pina e de Proença”. Lisboa, 30 de set. de 1733. p. 85 - 88.

que for necessario, mostreis todo o vigor e resolução".²⁵⁴ A *Instrução* do rei a Martinho de Mendonça de Pina e Proença denota o modo adequado de liderar o governo e de extrair o máximo de riquezas das terras.

As cartas de sesmarias, documentos fundamentais para a história fundiária do Brasil, retratam quão costumeiro era solicitar terras e a série de problemas postos por causa das demarcações.

Partindo da análise detida das sesmarias se recupera a origem das posses, as primeiras famílias, a repartição e seus desmembramentos, ao longo do tempo, das terras. A carta de sesmaria tanto é um documento histórico quanto jurídico e não interessa somente para o passado colonial, mas como para atualidade. É com base nas informações desse documento que hoje um advogado atuante das questões fundiárias, por exemplo, monta o que se chama de cadeia dominial. A mercantilização das terras foi instaurada depois de 1850, mas mesmo assim foi a grande propriedade predominante na constituição da estrutura agrária do Brasil, e o primeiro ordenamento jurídico da terra na história do Brasil foi o de sesmarias.

Carlos Frederico Marés em *A Função Social da Terra* ²⁵⁵ busca no contexto histórico europeu do mercantilismo as origens da propriedade atual, isto é, da propriedade de terra individual e absoluta que se consolidou com a revolução francesa. Como a origem da legislação fundiária no Brasil está nas Ordenações do Reino,²⁵⁶ a coroa vinculava o direito de sesmaria à ocupação e ao uso do solo.

O governador André de Mello e Castro das Minas concedeu carta de sesmaria ao capitão-mor João Coelho de Oliveira para povoação de um sítio, considerando que as terras eram devolutas. Assim, enunciando que as terras não eram dos indígenas, e sim do Estado, que podia dispô-las com a finalidade de “desenfestallo de Gentio q.e fazião varias entradas e insultos nos seus distrittos q.e se lhe concedecem três legoas de sismaria no d.o citio q.e era na paragem do Rio turvo onde estavam os mattos devolutos e nelles o gentio q.e fazia os referidos insultos, por cujas rasões queria o d.o Cap.m Mor habitar com seus negros aquellas terras cultivando-as e pondo-lhes rossas, e criar gados e cav.os e conquistar o

²⁵⁴ RAPM. Ano III, fasc. I. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1898. “Regimento ou Instrucção que trouxe o governador Martinho de Mendonça de Pina e de Proença”. Lisboa, 30 de set. de 1733. p. 88.

²⁵⁵ Carlos Frederico Marés. *A Função Social da Terra*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris editor, 2003.

²⁵⁶ *Idem, ibidem*. Cf. Carlo Frederico Marés as sesmarias foram reestruturadas pelas Ordenações Manuelinas (1514), e seu instituto foi repetido nas Ordenações Filipinas (1603).

mesmo gentio tudo em utili.de do real serviço, e fazenda, e quietação dos moradores daquelles territórios; de quase tres legoas pedia do d.o Rio Turvo em diante correndo ao certão cujas terras me pedia lhe mandasse conceder em nome de S. Mag.e."²⁵⁷ Mas o procurador e provedor da Fazenda Real acharam que uma légua seria o suficiente para que o restante fosse ocupado por outros moradores, ficando acertada uma légua do rio Turvo ao sertão.

Os índios não tiveram garantido o direito à terra de fato. O que ocorria era que as terras indígenas ficaram à disposição do Estado, o que permitiu ao poder real incluí-las na categoria de devolutas e de se dispor delas como bem entendesse. Ao longo de todo século XVIII, percebe-se nitidamente nas cartas de sesmarias a ligação entre posse de terras e o empecilho da presença indígena. O incômodo dos ataques dos povos indígenas só seria contido ou civilizando, ou guerreando contra eles. A terra, para o índio, não tinha dono, era bem coletivo, noção que se distanciava da compreensão do colonizador para quem a terra era o veículo de acumulação de bens e meio de atingir riqueza e *status*: "As sesmarias nasceram em Portugal para que o Poder Público dispusesse das terras não trabalhadas, mesmo que de propriedade alheia, para oferecer a quem realmente a quisesse trabalhar e produzir por sua conta e entregue a quem tivesse o poder de explorar o trabalho alheio adquirido à força, compulsoriamente, seja como escravo ou trabalhador livre, que tinham que aceitar as condições independente de sua vontade..".²⁵⁸

Bernardo Domingues, morador do Brejo Salgado, recebeu uma porção de terra que ele "descobriu," onde já possuía criação de gado com casa forte para impedir a invasão do gentio que atacava os moradores do Brejo e da beira do rio São Francisco. Situava-se no rio de São Francisco "de parte de Pernambuco pelo rio dos Pandeiros acima que divide pela p.e do Sul com o dito rio e pela do Norte com o Ribeirão dos três monos, e pelo nascente com um riacho chamado da estiva e com o poente com o ribeirão do Genipapo, o qual sitio estava distante do ribeirão de S. Francisco mais de doze léguas em cuja paragem achou quando o descobriu sete taperas ou povoações do Gentio bravo".²⁵⁹ O suplicante queria livrar-se dos indígenas e a carta de sesmarias legitimava-lhes as ações. Nessa carta se vê que o

²⁵⁷ RAPM. 1898. Ano III. Carta de sesmaria, Vila Rica, 29 de janeiro de 1733. p. 783-784.

²⁵⁸ Carlos Frederico Marés. *A função social da terra*. Porto Alegre: Fabris, 2003. p. 62.

²⁵⁹ RAPM. 1898. Ano III. Carta de sesmaria, Vila Rica, 3 de fevereiro de 1736. p. 788-789.

suplicante, com seus argumentos, cumpria a função de povoar, defender os moradores e servir à Coroa.

Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, governador interino, concedeu sesmaria a Roberto Pires Maciel, que “descobriu” no sertão na Ribeira de Paraná terras para criação de gado vacum e cavalar. As terras iniciam-se ao norte no riacho chamado o Corrente até o riacho Santa Maria, e daí até a serra do Paraná e pelo sul dessa mesma serra pelo riacho das Lages abaixo, até a barra do Rio Paraná, servindo de divisa pelo nascente a mesma Serra do Paraná. E pelo poente divisa com o Rio Paraná. Determinava o governador que essas terras que pertenciam ao governo passavam a ser dele, que nenhum vizinho lhe causasse problemas, mas os caminhos e rios deviam ser reservados ao uso público.²⁶⁰

O capitão Francisco Gomes Ferreyra solicitava o título de sesmarias para legitimar sua posse, pois já era dono de uma fazenda chamada Serra Acima, na ribeira do Urucuya, comarca de Sabará. Na carta de sesmarias foi apregoada suas façanhas porque descobriu, povoou e cultivou com escravos e gado a terra. Além disso, ele se livrou da invasão do gentio “que todos os annos experimentava mortes, e estragos nas fabricas como hera publico e notório a qual fazenda servia de balisa o veyo de Agoa do Ribeirão Urucuya [...] e que poderia ser de utilidade a Real Fazenda pela abundancia de haveres nos dízimos”.²⁶¹ Sua sesmaria, que fazia divisa com outras, foi concedida.

João Nunes Camello requereu no novo descobrimento do sertão da Ribeyra do Paraná a terra que já povoava com um sítio na região desde maio de 1733 criando gado, sem contendias com os vizinhos, o que foi concedida no tamanho de 3 léguas em quadra e sendo obrigado no prazo de um ano demarcar judicialmente estas terras.²⁶²

O caminho novo para Goiás marca não só o povoamento e a comunicação com a área, mas a desapropriação das terras onde viviam os índios, principalmente os Caiapós. Roque de Sousa foi um dos beneficiados com terras no caminho novo concedidas pelo governador Martinho de Mendonça. Ele “descobriu” um sítio que com suas posses povoara e cultivara. O sítio chamado Riacho Novo inicia-se no riacho do Barro – onde se pôs a cruz das ditas Almas –, vai do rio do

²⁶⁰ RAPM. 1898. Ano III. Carta de sesmaria, Vila Rica, 2 de junho de 1736. p. 790-791.

²⁶¹ RAPM. 1898. Ano III. Carta de sesmaria, Vila Rica, 23 de junho de 1736. p. 791, 793.

²⁶² RAPM. 1898. Ano III. Carta de sesmaria, Vila Rica, 11 de julho de 1736. p. 793-794.

Peixe para o São Francisco, na comarca do Rio das Mortes. A terra concedida não poderia ultrapassar as 3 léguas em quadra, e o suplicante deveria, como os demais que recebiam sesmarias, povoar e cultivar no prazo de dois anos. Quase todas as sesmarias deixam livres os rios navegáveis, pois são de direito régio e de uso público e que se os suplicantes não cultivassem no prazo definido deveriam devolvê-las.²⁶³

O ano de 1736 foi marcado por intensos motins no sertão do São Francisco. Concomitantemente, parece também marcar o aumento dos conflitos por terras indígenas na região.

Os favorecidos, que lançaram suas posses no caminho novo dos Goyases, receberam carta de sesmarias, como Manoel Alvares Gondim, com um sítio chamado Bom Sucesso, que cultivava com suas despesas. O sítio principia no rio das Mortes, até onde terminava a sesmaria de Roque de Sousa, e possui 3 léguas; Manoel Martins da Barra, no sítio chamado Mandasaya, “descoberto”, povoado e cultivado por ele, de 3 léguas em quadra, que se inicia no ribeirão dos Enjeitados, onde termina a sesmaria de Manoel Álvares Gondim, e finda-se no ribeirão da Mandasaya, indo para o rio São Francisco. Ele deveria demarcar as terras judicialmente no prazo de um ano.²⁶⁴ Também, no caminho novo dos Goyases, estão os beneficiários Francisco Roiz Gondim, o capitão Antonio de Britto Vandreses e Caietano da Sylva.²⁶⁵ Os suplicantes de sesmarias, a partir da década de 1730, tinham um ano de prazo para a demarcação de limites judicialmente e dois anos para povoá-las e cultivá-las. No entanto, observa-se que todas já estavam sob a posse de alguém e já possuíam benfeitorias.

O conteúdo das cartas faz referência a concessão de terras, na maioria das vezes e não sempre, a três léguas em quadra e não podendo ultrapassar este tamanho. Ao ser concedida a terra, reconhece-se o sítio construído no local e os matos de utilidade, alertando para que o possuidor não cause prejuízos aos vizinhos, devendo deixar uma margem do rio navegável para uso comum. Os caminhos e serventias públicas não poderiam ser impedidos de uso pelo sesmeiro. Os vizinhos deveriam ser notificados da demarcação e concessão da sesmaria do

²⁶³ RAPM. 1898. Ano III. Vila Rica, 29 de março de 1737. p. 796-797.

²⁶⁴ RAPM. 1898. Ano III. Vila Rica, 29 de março de 1737. p. 797-800.

²⁶⁵ RAPM. 1898. Ano III. Vila Rica, 30 de março de 1737. p. 797-798; 803-804; 808-810; p. 855-856.

suplicante, inclusive os religiosos que possuísem terras deveriam pagar os dízimos como se fossem seculares.

Nas cartas de sesmarias, os suplicantes argumentavam que dispunham de seus recursos, o que resultava em grandes despesas como povoadores. Evidenciando o serviço realizado como vassalo, a terra possuída tinha sido um descoberto, por isso se auto-intitulavam seus descobridores.

Jacome Roiz Neves lançou suas posses no caminho novo dos Goyases num sítio por ele descoberto chamado Santa Anna, que principia no ribeirão do Mandasaya, indo para o rio do Peixe da Comarca do Rio das Mortes, terminando no riacho do Cavallo para a parte do rio São Francisco, área que compreendia três léguas. João de Faria e Magalhaens possuía um sítio, no mesmo caminho, de 3 léguas, principiando no rio do Peixe para o São Francisco, onde acabava a sesmaria de Jacome Roiz Neves e onde principiava a terra de Francisco Rodrigues Gondim.²⁶⁶ Outras sesmarias, no mês de abril de 1737, foram concedidas no caminho novo dos Goyases a Joseph Álvares de Mira,²⁶⁷ possuidor de terras que confrontavam com parte do rio Peixe e com a sesmaria de Francisco Roiz Gondim; a André Rodrigues Elvas, a Caetano Alvares Rodrigues e a José Caetano Roiz de Horta.²⁶⁸ Também receberam sesmarias Francisco Paes de Oliveyra Leyte, no sítio que se inicia no grãocairo (*sic*), onde termina a fazenda de Maximiano de Oliveyra Leyte para a parte do rio das Mortes até a lagoa seca.²⁶⁹

O coronel Mathias Barbosa da Sylva, no sítio que principia no ribeirão Feyo, onde acabava a fazenda de José Pires Montro, e findava na ponte do olho da água, onde começava a fazenda de Luiz Manoel, na qual a paragem fazia 3 léguas.²⁷⁰ Luiz Manoel tinha terras no caminho novo de Goyases, no sítio que começava na ponte do olho da água, onde acabava a sesmaria do coronel Mathias Barbosa da Sylva e até as Lagoinhas, onde completava 3 léguas, e João Pereyra de Carvalho, que possudia o sítio que se iniciava na paragem chamada Lagoinhas, onde acabava a sesmaria de Luiz Manoel.²⁷¹ Pedro Vanzeller possuía terras e o sítio no rio dos Patos, onde acabava a fazenda de João Pereyra de Carvalho e Manoel Fernandes Serra, no sítio chamado Molingu e que se iniciava onde acabava a de

²⁶⁶ RAPM. 1898. Ano III. Vila Rica, 3 de abril de 1737. p.801-804.

²⁶⁷ RAPM. 1898. Ano III. Vila Rica, 2 de abril de 1737. p. 804-805.

²⁶⁸ RAPM. 1898. Ano III. Vila Rica, 1º de abril de 1737. p. 807-808; 808-810; 310-312; 811-812.

²⁶⁹ RAPM. 1898. Ano III. Vila Rica, 2 de abril de 1737. p. 813-814.

²⁷⁰ RAPM. 1898. Ano III. Vila Rica, 5 de abril de 1737. p. 814-815.

²⁷¹ RAPM. 1898. Ano III. Vila Rica, 8 de abril de 1737. p.815-818.

Pedro Vanzeller. Lourenço de Amorim Costa tinha num sítio chamado Jacaré, que principiava meia légua adiante da fazenda do coronel Pedro Rodrigues Froes, do rio São Francisco até o ribeirão do Jacaré, onde começava a sesmaria de Vicente Pereyra da Costa no “sítio Coquaes, que se iniciava do Rio São Francisco para os ditos Goyases em o ribeirão Jacaré”, aonde acabava a sesmaria de Lourenço de Amorim Costa.²⁷² Os possuidores de terras nos sertões se defrontavam com as questões de limites que não eram nada precisos e sempre se confundiam com terras alheias como João George Rangel, com sítio que principiava na parte do rio das Mortes no ribeirão dos Enforcados para a parte do poente, que acabava no ribeirão do Pirapetinga. Manoel da Silva Tavares tinha sítio chamado Taboca indo do rio São Francisco para o de São Marcos, onde acabava a sesmaria de André Gonçalves Chaves, ao pé da serra das Carrancas.²⁷³ Paulo da Costa já estava residindo nas terras no caminho novo de Goyases, num sítio chamado Rio Verde, de onde partia para o rio São Francisco com o ribeirão chamado Pirapetinga, fazenda de João George Rangel. Manoel Rodrigues Pereira, outro povoador da região, tinha um sítio chamado Laranjeiras, na direção do rio São Francisco para São Marcos, onde acabavam as terras de Manoel da Sylva Tavares.²⁷⁴ Nas divisas entre as terras eram considerados como pontos de referência para a demarcação, além dos aspectos naturais, como os rios e serras no local, os vizinhos, que eram mencionados nas cartas de sesmarias tanto nas contendas quanto para situar as confrontações entre as terras.

Em junho de 1737, Urbano do Couto Menezes recebeu terras no “Sertão de Goyases”, no sítio chamado Borda do Campo, que se inicia no Ribeiro dos Sedros, onde acabava a sesmaria de Manoel Fernandes Serra, até o ribeirão do Buriti, onde inicia a de Lourenço de Amorim, terras que não podiam ultrapassar três léguas e João Couto que pelo sertão se abriu para os Goyases.²⁷⁵

Salvador Furtado de Almeyda recebeu terras onde ele descobrira e povoara no sertão do rio São Francisco. Gaspar Ribeiro da Gama também foi beneficiado pelos seus esforços com terras no sertão onde tinha um sítio. E o capitão-mor João Vellozo de Carvalho, morador em Pitangui, no sertão das cabeceiras do rio São Francisco em um riacho chamado Bambuhi, onde ele tinha há

²⁷² RAPM. 1898. Ano III. Vila Rica, 8 de abril de 1737, 6 de abril de 1737. p. 818-821; p. 824-826.

²⁷³ RAPM. 1898. Ano III. Vila Rica, 8 de abril de 1737, 7 de abril de 1737. p. 821-822; p. 827-828.

²⁷⁴ RAPM. 1898. Ano III. Vila Rica, 8 de abril de 1737, 8 de abril de 1737. p. 822-824; p. 828-829;

²⁷⁵ RAPM. 1898. Ano III. Vila Rica, 8 de abril de 1737, 8 de junho de 1737. p. 842-845.

14 anos uma fazenda de gados. O capitão Antonio Rodrigues Velho, morador de Pitangui no sertão do Rio S. Francisco no riacho Bambuhi, onde ele tem uma fazenda que cria gados.²⁷⁶

José de Abreo Barcellar recebeu sesmarias de Gomes Freyre de Andrada, que descobriu “várias terras abaixo do Salgado no sitio da Canabrava *conflitantes com terras do Gentio*, (grifo nosso) e porque se queria citar, fazendo nellas suas fazendas com as mais circumstancias que constavão de huma justificação [...] pa. mayor segurança das dittas terras e Mattos fazendo pião donde hoje estão os curraes a confinar pa. a parte do brejo do Salgado com fazendas do Pe. Antonio de Freytas e serca de pau a pique pelo reacho do Salgado com as bananeiras, de fronte de Pedro Per.a para a tapera do morro della e as mais demarcaçoens pa. a parte do Gentio e reacho das Macaúbas, que era o que se achava justificado e descuberto..”.²⁷⁷

Padre Dionizio Rodrigues de Araújo obteve concessão de Gomes Freire de Andrada de uma fazenda que tinha na beira do Rio Paraná, comarca da Vila do Sabará, a qual povoou e cultivava com escravos e gados com suas despesas e “de presente a conserva livrando-a da invazão do Gentio que continuamente a está invadindo, e lhe serve de extrema pela parte debaixo o Ribeirão da extrema da fazenda de S. João de Thomé Pra. Pinto, e pela pte. de sima do Ribeyrão que seve de extrema á fazenda de q’ he Snor. o Cap.m mor Antonio Fernandes de Araujo e para parte do Poente lhe serve de extrema a serra grande e pela parte do nascente o veyo de agoa do mesmo Rio Paraná..”.²⁷⁸ Assim, desejava o justo título, inclusive, com isso, justificava seu interesse para aumentar os dízimos reais.

O século XVIII marcou o direito à terra como direito natural na legislação, apesar de as polêmicas datarem bem antes. São Tomás de Aquino diferenciava direito natural do direito positivo: o primeiro, de origem divina e o segundo, fruto do homem. O direito de usar é de todos os homens, é o direito natural, e o de dispor é o positivo, interpretado como ceder aos necessitados e não vender.

²⁷⁶ RAPM. Ano III, 1898. Vila Rica. 06 de agosto de 1737. p. 845-846; 23 de agosto de 1737 p. 847-848; 26 de setembro de 1737. p. 848-849. 26 de novembro de 1737 p.850-851.

²⁷⁷ RAPM. Ano III, 1898. 3 de fevereiro de 1738. p. 851-852.

²⁷⁸ RAPM. Ano III, 1898. 26 de março de 1738. p. 853.

A Igreja reconheceu como direito natural o acesso à terra e, posteriormente, o direito de propriedade privada. Muitos estudiosos da questão indígena entendem de forma restrita a interpretação da legislação. Apenas se considera o direito natural, quanto à terra, reconhecido ao índio pela Coroa para, com isso, explicar a desobediência dos colonos. É uma visão distorcida do real sentido posto, afinal, desde a Idade Média se discutia o direito natural para todos os homens, e somente quando do encontro com as populações nativas, do novo mundo, estendeu-se ao índio, “primário habitante da terra,” o direito natural, mas também era para os colonos.

Cabia ao rei dispor das terras aos escolhidos, valendo a norma do direito positivo; a idéia de São Tomás de Aquino de dispor das terras aos necessitados foi abandonada, de certa maneira, no caso desta matéria. Em Portugal, a legislação de sesmarias é mais recheada de obrigações que de direitos. O direito de conquista, instrumento jurídico, prevalecia nos séculos XV e XVI, estendendo-se ao XVIII, como legítimo sobre as terras encontradas.²⁷⁹ “O uso das sesmarias foi, portanto, a forma que Portugal encontrou para promover a conquista do território brasileiro”.²⁸⁰ O sistema sesmarial foi elemento agenciador do domínio do território, acionado pela distribuição das dadas de terras aos conquistadores. Eles representavam, sob o ângulo da conquista, o rei na colônia.

Nas Minas, as sesmarias, confirmadas pelo rei,²⁸¹ invocavam sempre o benefício do colono ao povoamento e ocupação da terra. Aliado a esse fator vinha o sustento do sesmeiro, dos escravos da mineração e das roças.²⁸² A ordem régia de 13 de abril de 1738 reafirmou todas as anteriores, como instrumento legítimo à concessão de sesmarias, incentivou os moradores suplicantes de terras das Minas e foi uma aliada delesa. As terras devolutas, “incultas por ser certão”²⁸³ ou ainda por ser “certão inabitado”²⁸⁴ marcaram as expressões que não só qualificavam, mas descreviam as circunstâncias que se encontravam os espaços coloniais,

²⁷⁹ Cf. Carlos Marés. *A função social da terra*.

²⁸⁰ Carlos Marés. *A função social da terra*. p. 59.

²⁸¹ Ver: “Cartas de Sesmarias concedidas pelo Governador Gomes Freire de Andrada (1749-1761)”. RAPM. Ano XXIV, 1933, Belo Horizonte: Imprensa Oficial. V. II. p. 743-925. (retiradas do códice n.º 96, APM).

²⁸² “Cartas de Sesmarias concedidas pelo Governador Gomes Freire de Andrada (1749-1761)”. RAPM. Ano XXIV, 1933. p.743.

²⁸³ “Cartas de Sesmarias concedidas pelo Governador Gomes Freire de Andrada (1749-1761)”. RAPM. Ano XXIV, 1933. p. 865.

²⁸⁴ “Cartas de Sesmarias concedidas pelo Governador Gomes Freire de Andrada (1749-1761)”. RAPM. Ano XXIV, 1933. p.771.

favorecendo os pedidos dos pretendentes as sesmarias. Os termos, nas cartas de sesmarias, como “matos virgens”, também, eram significativos das condições da terra, cuja denotação aludia às áreas vagas e vazias, “livres de impedimentos ou contradições,” por isso mesmo à disposição para serem ocupadas.²⁸⁵

Conforme Lígia Osório,²⁸⁶ há uma polêmica tanto no meio dos historiadores quanto de juristas acerca do domínio da Coroa sobre as terras. Para uns, a Coroa manteve o domínio porque as Ordenações do Reino assim rezavam, além de definirem as doações de sesmarias na colônia. Para outros, as normas sobre a propriedade privada foram inspiradas no Direito Romano. A Coroa não tinha o domínio pleno das terras. Embora as administrasse, entendia que as terras que não estivessem nas mãos de particulares eram consideradas como vagas. “Os costumes e as tradições constituem, como se sabe, uma das fontes do direito. Ambas as correntes interpretativas foram buscar, portanto, os primórdios da história, a fonte do direito ou não de o Estado dispor sobre as terras vagas”.²⁸⁷ A legislação de terras da colônia se deve ao sistema sesmarial, mas não significa dizer que foi com as sesmarias que as terras tiveram seus primeiros donos.

O estudo da autora Lígia Osório é importante para o entendimento da legislação de terras do Brasil apesar de desconsiderar os indígenas como donos das terras e relegá-los a segundo plano ao dizer que “uma das características das terras coloniais, que as distinguem das terras européias, era o fato de serem vagas, não apropriadas, *sem senhorio nem dono de espécie alguma, habitadas apenas pelos indígenas que não conheciam a propriedade*”.²⁸⁸ Embora não existisse a propriedade privada da terra para os povos indígenas, eles tinham uma relação cultural e de sobrevivência com a terra. A presença deles na história fundiária brasileira, entretanto, não deve ser diminuída para que as formas de resistência e luta pela terra sejam entendidas, mesmo porque a legislação de sesmarias, ao ser adaptada para a colônia, teve como preocupação os indígenas na colonização e foi alvo de discussão no Reino. O que se defende é que para estudar a colonização, que dependia da ocupação do território, e implantar o sistema de sesmarias havia

²⁸⁵ “Cartas de Sesmarias concedidas pelo Governador Gomes Freire de Andrada (1749-1761)”. RAPM. Ano XXIV, 1933. p.792.

²⁸⁶ Lígia Osório Silva. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas: UNICAMP, 1996.

²⁸⁷ Lígia Osório Silva. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. p. 32.

²⁸⁸ Lígia Osório Silva. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. p. 39, grifo nosso.

necessidade de reformular a política indigenista. A política de terras e a política indigenista do período colonial estão, em certas circunstâncias, associadas.

O termo "devoluto" significava "devolvido ao senhor original". Era terra doada que, não sendo aproveitada, retornava à Coroa portuguesa, o senhor original, mas com o tempo passou a designar toda terra desocupada ou terra vaga.²⁸⁹

As terras ocupadas e doadas por sesmarias, formadoras do latifúndio colonial, só cessaram com a Lei de Terras, a primeira legislação agrária do Império, normalizando o acesso às terras por proprietários.²⁹⁰ A propriedade privada no Brasil veio do patrimônio público e foi um processo de apropriação das terras devolutas pelo particular. Todavia, entendemos que a colonização, com a entrega das terras à iniciativa particular, implicou um crescente processo de expropriação da terra indígena, e daí a apropriação pelo colonizador, antes de classificá-las como devolutas.

A problemática da terra está intimamente ligada ao poder evidenciado pela figura do proprietário de terras, que esteve e está diretamente ou indiretamente na estrutura do Estado, porém, historicamente, o privatismo traduz um entrave ao Estado como lugar do público, e até certo ponto esse fator deveu-se à forma como se deu a ocupação do território. As sesmarias não foram fruto do processo interno, mas, sim, da transposição de um instituto jurídico que existia em Portugal, como comentado.

A ocupação do território pelo sistema sesmarial foi determinada por condições históricas. Além de sua significância para acumulação primitiva de capital, incremento da economia européia nos séculos XV e XVI, foi com o aproveitamento das terras do novo mundo que riquezas foram obtidas. O sistema colonial complementou a acumulação primitiva de capital na Europa, uma vez que a colonização estava atrelada aos interesses do capital mercantil europeu pela subordinação do trabalho ao capital. O antigo sistema colonial, tendo nas relações entre metrópole e colônia o comércio como mecanismo delineador do sistema, teve o exclusivismo, o monopólio metropolitano, o ponto que acionou o sistema. O

²⁸⁹ Lígia Osório Silva. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. p.32. p.39.

²⁹⁰ Lígia Osório Silva. *Terras Devolutas e Latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas: UNICAMP, 1996. Cabe citar que em 17 de julho de 1822 a Resolução de D. Pedro definia a suspensão de sesmarias futuras. Para a autora tal resolução significou o golpe final no sistema de sesmarias. p. 73. A suspensão do regime de sesmaria foi concomitante a independência. As insatisfações e contradições entre metrópole e senhores rurais sobre a terra colaboraram para a ruptura dos vínculos coloniais.

domínio português determinou a posse com o solo por meio das sesmarias, ou seja, o estabelecimento de normas para regulamentar o acesso à propriedade da terra com base na experiência de Portugal.

Conflitos corriqueiros advinham da ocupação da terra, pois era usual, primeiro, ocupar, iniciar o aproveitamento e só depois solicitar a terra e sua demarcação, como também se verifica nas cartas de sesmarias dos sertões das minas do ouro.

Os litígios de terras eram constantes sobre a posse de terras e nas demarcações. Era considerado titular da terra aquele que ocupasse legalmente mediante a confirmação e do registro; os demais ficavam sujeitos até mesmo à perda da terra caso não tivessem feito os procedimentos exigidos. Assim como ocorreu para a capitania de Minas, também em Pernambuco, no período entre 1689 e 1730, nenhum pretendente a sesmarias alegava título de nobreza para obter a terra, mas, sim, o argumento da conquista e defesa do território.²⁹¹

3.2 Povoamento

A geopolítica do Brasil e dos seus sertões, avaliada na perspectiva das relações de poder, esclarece a formatação do território tendo suas raízes fincadas no passado colonial. “O imperialismo colonial português se traduziu numa ruptura das fronteiras continentais sul-americanas, pelo ‘recoo do meridiano’ de Tordesilhas, realizado pelo bandeirismo paulista”.²⁹² Os limites e fronteiras sempre estiveram entre os esforços da Coroa, principalmente tratando-se das minas do ouro. Para compreender a geopolítica do Brasil é preciso percorrer o passado colonial, a formação das fronteiras e a desapropriação das terras indígenas. “Significa mapear a expansão da fronteira agrícola que acompanhou a destruição paulatina das populações indígenas e a crescente imigração européia a partir do século XVII, conhecer os sistemas de uso e posse da terra e sua evolução no tempo”.²⁹³

A decisão de criar a capitania de Minas separada da de São Paulo já é um marco da linguagem política e da inquietação entre colonos e indígenas. O rei

²⁹¹ Cf. Vera Ferlini. *Terra, Trabalho e Poder* o mundo dos engenhos no Nordeste colonial. São Paulo: EDUSC, 2003. p.235.

²⁹² Eduardo D’ Oliveira França. *Op.cit* p. 388.

²⁹³ Maria Yara Linhares. História Agrária. In: Ciro Flamarion e Ronaldo Vainfas. *Domínios*, p.173.

expediu um Alvará no tempo do Conde de Assumar, Dom Pedro de Almeida, observando que “as informações, que se tomarão de varias pessoas que todas uniformemente concordão em ser muito conveniente a meu serviço e bom governo das ditas capitanias [...] e a sua melhor deffensa que as de São Paulo se separem das que pertence as Minas, ficando dividido todo aquelle Districto, que até agora estava na Jurisdição de hum só Governador, em dous Governos, e dous Governadores”.²⁹⁴

Os sertões impunham os limites. Embora parecessem vagos, eram identificados como espaço a ser conquistado “por limites no sertão pela parte que confina com o governo das Minas os mesmos Confins que tem a Comarca da Ouvidoria de São Paulo, com a Comarca da Ouvidoria do Rio das Mortes e pella Marinha quero que lhe pertença o Porto de Mortes, e pela Marinha quero que lhe pertença o Porto de Santos e os mais daquela Costa, que lhe ficão ao Sul, agregando-se lhe as Villas de Paraty, de Obatuba, e da Ilha de São Sebastião que desanexo do governo do Rio de Janeiro..”.²⁹⁵ Todavia, desde a primeira metade do século XVII, uma “nova geografia sul-atlântica” se constituía, motivada pelas bandeiras paulistas, pelo incremento do comércio no Rio de Janeiro, bem como pela criação de novas capitanias e de novos governos.²⁹⁶

Em 1709, ano em que findou a guerra dos emboabas, criou-se a capitania de Minas e São Paulo, separada da do Rio de Janeiro. Em 1720, eclodiu um movimento contra a implantação das casas de fundição, conhecido como a Revolta de Felipe dos Santos, o qual foi repreendido pelo governador Conde de Assumar e, em consequência, formou-se a capitania das Minas Geraes. No final da era colonial, a região encontrava-se dividida em comarcas: Ouro Preto, Rio das Mortes, Rio das Velhas, Paracatu e Serro Frio. As primeiras vilas surgiram bem cedo, em 1711, e já eram núcleos urbanos estruturados, antes mesmo de serem oficializados. Ao mesmo tempo em que se erigiram as vilas, estabeleceram-se as Câmaras Municipais com fins administrativos, judiciários e fiscais.

Os bandeirantes paulistas desafiaram as leis e adentraram o sertão. As iniciativas deles foram consideradas o primeiro gesto de autonomia na colônia, além

²⁹⁴ BNL. PBA. 477. “Alvará de divizão que S. Mage. fez entre os Governos desta Cap.nia, Minas Geraes, e R.o. de Janr.o”. 2/12/1720. Lisboa. fl. 61 f e v.

²⁹⁵ BNL. PBA. 477. “Alvará de divizão que S. Mage. fez entre os Governos desta Cap.nia. Minas Geraes, e R.o. de Janr.o”. 2/12/1720. Lisboa. fl. 61 f.

²⁹⁶ Luiz Felipe de Alencastro. *O Trato dos Viventes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p.203.

de ter levado a descoberta de ouro nas Minas. “Então, e só então, é que Portugal delibera intervir mais energicamente nos negócios de sua possessão ultramarina, mas para usar de uma energia puramente repressiva, policial, e menos dirigida a edificar alguma coisa de permanente dos que a absorver tudo quanto lhe fosse de imediato proveito”.²⁹⁷ Tentou-se manter uma ordem pela tirania. A ordem régia de 1726, por exemplo, proibia o mulato de ter acesso aos cargos públicos em Minas até a quarta geração. Ora se fazia valer, ora se abria mão, e a lei ficou apenas no papel porque na colônia se gerou uma plasticidade.

Cássio Eduardo Viana Hissa²⁹⁸ propõe um estudo da geografia e dos conceitos de espaços de forma transdisciplinar. As disciplinas e as fronteiras do conhecimento científico, de acordo com Hissa, criam categorias conceituais que definem cada uma seus campos de atuação, por outro lado, os limites entre as ciências também levam à fragmentação do saber. O autor critica as fronteiras entre as ciências, que podem chegar ao extremismo de criar a separação do “mundo da representação daquele onde vivem os homens, muitas vezes tomado como o ‘real’”.

A discussão sobre os significados de limite e de fronteira é a questão central, permitindo ao nosso estudo algumas ilações para o entendimento das fronteiras e limites das Minas no século XVIII. “O limite é algo que se insinua entre dois ou mais mundos, buscando a sua divisão, procurando anunciar a diferença e apartar o que não pode permanecer ligado. O limite insinua a presença da diferença e sugere a necessidade da separação. Entretanto, o limite pode ser visto por outros ângulos. Ele pode ser apresentado como algo que se coloca entre dois ou mais mundos, para que as suas diferenças possam ser compreendidas. Nesse sentido, o limite é apenas disfarce, quando concebido como instrumento do saber. Em outros termos, divide-se algo em partes, para que seu todo, de que se tem ciência, possa ser melhor avaliado. Ou, ainda, delimita-se o todo, para que cada uma de suas partes – interpretadas como constituídas por elementos e fenômenos semelhantes – sejam reconhecidas em sua especificidade dentro da totalidade.”²⁹⁹

O limite remete à separação produzida por causa das diferenças entre o colonizador e o indígena, tornando-se um limite cultural, bem como se concretiza

²⁹⁷ Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olimpio, 1988. p. 69.

²⁹⁸ Cássio Eduardo Viana Hissa. *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 26.

²⁹⁹ Cássio Eduardo Viana Hissa. *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*. p. 19.

em limite territorial com a divisão e posse de terras, implicando a distinção entre o mundo do selvagem e o do civilizado. O limite impõe separações; corresponde ao ato de cercar, dividir; é um impedimento, traz em si a marca da propriedade, do domínio. O conceito de limite é criado conforme a cultura, conferindo a compreensão das referências do espaço com base na natureza. O limite é dado pelo relevo, pelas serras, pelos cursos d'água, dentre outros marcos naturais, pois o próprio rio é um espaço de veículo.³⁰⁰

Os limites não eram só impostos pelo colonizador com as fortalezas e presídios nas fronteiras, ou com os núcleos urbanos, construção artificial do homem, demarcando as divisões entre o mundo civilizado e o do selvagem, das matas dos sertões. A linha divisória era margeada pelos povos indígenas, que reagiam ao contato com o mundo dito civilizado. “Estas matas, pela proteção natural que oferecem, serviram desde o início da colonização de refúgio às tribos que não se quiseram submeter ao domínio dos brancos, senhores do litoral e mais tarde, desde princípios do séc. XVIII, dos territórios centrais a oeste delas: os centros mineradores de Minas Gerais. Conservaram-se por isso, insulados e fechados à civilização entre os estabelecimentos do interior de Minas e Bahia e o litoral do outro”.³⁰¹

Na conquista do Campo Grande, na picada de Goiás, foi criada a Vila de Sam Bento do Tamandoá em 1790.³⁰² A conquista ocorria pouco a pouco desde os anos 30 com as sesmarias doadas aos particulares no caminho de Goiás tendo seu ápice com implantação de vilas, que representam o poder civil, a presença de autoridades do rei no local e da justiça, porque com elas também vinham às câmaras municipais, os órgãos do poder.

Os limites sempre traduzem a existência de conflitos, por isso se percebe que as divisões entre Minas e Goiás só se consumaram oficialmente em longo prazo, embora a conquista se iniciasse antes de ganhar oficialidade. A carta da câmara de Tamanduá à rainha Maria I sobre os limites de Minas Gerais e Goiás é uma solicitação à rainha para permitir a demarcação dos limites nela é lembrado o motivo almejado e intencional de desbravar o território em 1748.³⁰³ Assim Como,

³⁰⁰ Cássio Eduardo Viana Hissa. *A mobilidade das fronteiras*. p. 21.

³⁰¹ Caio Prado Jr. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 102.

³⁰² RAPM. Ano II. Fasc. I. Ouro Preto: Imprensa Oficial, janeiro a março de 1897. p. 95.

³⁰³ RAPM Ano II, Fasc. II Abril a Junho de 1897. Carta da Câmara de Tamanduá à Rainha Maria I acerca de limites de Minas Gerais e Goiás. p. 372, 388.

aparecia, juntamente com a questão das terras, como uma das prioridades das políticas coloniais a questão dos rios. Nos trabalhos estáticos e topográficos das margens do rio Doce, realizado por um alferes que foi estudá-lo e embarcou no Porto da Onça do rio Piracicaba, percebe-se a preocupação como o rio que ao comentar sua viagem cita os lugares pelos quais passou.³⁰⁴ Mas o rio Doce também já tinha sido, antes do alferes, alvo de outros expedições e governos. Os rios, de forma geral, têm importância para o transporte, o comércio e a comunicação, mas para Minas agrega-se o fator de ter no seu leito o ouro.

Os índios dos sertões³⁰⁵ foram combatidos em 1693 por Antônio Rodrigues de Arzão, natural de São Paulo, sertanejo, conquistador do gentio dos sertões da Casa da Casca, com outros naturais de outras vilas de Serra Acima, em cuja paragem esteve aquartelado alguns anos, de onde faziam entradas e assaltos ao gentio do centro do sertão. Como Arzão estava doente, passou ao cunhado a continuidade do desbravamento, Bartolomeu Bueno, que em 1697 partiu para Casa da Casca, porém sem sucesso, “[...] porque está povoado de bravos e orgulhosíssimos gentios, que têm impedido várias diligências que se lhes // têm feito por outros bandeirantes”.³⁰⁶

A extração de riquezas minerais, dos produtos tropicais e a forma de exploração da terra são faces de uma mesma política que tinha como eixo a colonização e o povoamento. Vera Ferlini,³⁰⁷ com base na pesquisa documental produzida pelos senhores de Engenho de Sergipe do Conde, nas escrituras de vendas de terras, na legislação e em uma série de outras fontes, analisa a dinâmica da economia açucareira do Nordeste séculos XVI e XVIII. No primeiro capítulo, Colonização e Sistema Colonial, a problemática da ocupação da terra brasileira é demonstrada com a produção de açúcar, atividade lucrativa que também foi uma saída para a necessidade de defesa e povoamento, dando início à colonização. O Regimento de Tomé de Souza 17/12/1548 estabelecia as normas das terras: uma parte seria para os engenhos e a outra, para canaviais, facilitando a vinda de colonos de menos recursos na participação da lavoura e sua fixação.

³⁰⁴ RAPM, Ano III, fasc. I Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1898. “Memória dos trabalhos statiscos e topograficos das margens do Rio Doce, e seu principais confluente, tirados pelo alferes Francisco de Paula Mascarenhas, na viagem que fez ao arraial de Cuiethe. – Ouro Preto, 1832”. p.53-64.

³⁰⁵ Códice Costa Matoso. p. 169.

³⁰⁶ Códice Costa Matoso. p.170.

³⁰⁷ Vera Ferlini. *Terra, Trabalho e Poder* o mundo dos engenhos no Nordeste colonial. São Paulo: EDUSC, 2003.

Os requisitos para a aquisição da terra eram o aproveitamento e a posse de escravos, determinando, assim, a gênese do escravismo na colônia. O escravismo solidificou o latifúndio e atendia à racionalidade do capital mercantil, ao mesmo tempo em que excluía os pequenos produtores do acesso à terra. José Antônio Freire de Andrada, governador interino da capitania das Minas Gerais, agindo de acordo com a ordem régia de 13 de abril de 1738, foi autorizado a conceder sesmarias aos moradores, sob a condição de demarcarem judicialmente a terra em um ano, povoar e cultivar meia légua de terra ou parte dela em dois anos. O beneficiado era obrigado, ainda, a requerer ao rei, pelo seu Conselho Ultramarino, a confirmação da sesmaria no prazo de quatro anos.³⁰⁸ Nas concessões de sesmarias estavam excluídas as posses dos rios navegáveis que estivessem reservados a uso público. Os sesmeiros deveriam, ainda, deixar livre meia-légua de terra em quadra “para comodidade pública,” nas Minas, como determinava a ordem régia de 11 de março de 1754.

Na capitania das Minas Gerais, por ser área de mineração, nenhum sesmeiro poderia impedir “a repartição dos descobrimentos de terras minerais,” nem o uso dos caminhos que cercavam as terras por serem de “utilidade do bem comum”.³⁰⁹ As sesmarias doadas em Minas entre 1749 e 1761, nos mais diferentes lugares, situavam-se próximas ou confrontando com rios abundantes de riquezas minerais como os rios do Peixe, das Velhas, Guarapiranga, das Mortes e outros; além dos muitos córregos e ribeiros citados, cortando as sesmarias ou no entorno delas, para serem explorados, repletos de fortunas naturais.³¹⁰ A posse como forma de ocupação com o tempo se firmou como direito consuetudinário. Para Minas, é perceptível esse direito tornou-se mais que legalizado já que no próprio texto da carta de sesmaria, muitos suplicantes quando pediam a terra anunciavam que

³⁰⁸ APM. SC cód. 127. F. 28. Gv.G3. Antonio Joaquim, Comarca do Rio das Mortes, na passagem chamada Cabeça Grande; Vila de S. João Del Rey. f.162 f e v, f.163 f.e v, 164 f e v. Vila Rica 14 de abril de 1760.

³⁰⁹ APM. SC cód. 127. F. 28. GV.G3. f.162 f e v, f.163 f.e v. Vila Rica 14 de abril de 1760. Carta de sesmarias. Capitão João Gonçalves Braga e Antonio Alex Brito moradores no Rio de Janeiro que confrontavam com as terras do Sargento-mor Francisco Barreto Bicudo, com as de Alexandre dos Santos e outros f.163, 164 e 165 f. Vila Rica 5 de maio de 1760. Também se concedeu sesmarias a Manoel de Mello Pereira Moraes, na Comarca do Rio das Mortes, em 6 de maio de 1760; a Jeronymo Vaz Vieira, nas vertentes de Lagoa Grande, fl. 165, 166, 167 f; e a José Tavares de Mello, na freguesia do Arraial dos Carijós. 6 de maio 1760 fls. 168, 169 e 170 f.

³¹⁰ Cf. “Cartas de Sesmarias concedidas pelo Governador Gomes Freire de Andrada (1749-1761)”. RAPM. Ano XXIV, 1933, Belo Horizonte: Imprensa Oficial. v. II. p. 743-925 (retiradas do códice n.º 96, APM).

estavam praticando o cultivo e a criação de animais. A prática costumeira em relação à terra ditava as regras, e o usual era primeiro a posse.

A gênese da estrutura econômico-social do Brasil constitui-se na articulação política, ideológica e jurídica. A agricultura colonial intrínseca ao processo de acumulação primitiva de capitais caracterizou a estrutura de propriedade da terra para o capital no Brasil. “Claramente não se tratava de agricultura capitalista, mas determinada pelo capital comercial. De empresas de vastas dimensões, onde a produção escravista extensiva atendia às solicitações mercantis modernas, apresentando, porém, fracos índices de renda e capitalização”.³¹¹

Estado português voltado para os esforços da colonização, produziu estratégias diferenciadas do litoral para o sertão. A questão da terra foi ponto pacífico nas políticas coloniais, pelo fato de haver conjunturas diferentes na colônia, regulamento e realidades diversas e específicas. Apesar de a capitania de Minas se caracterizar, no caso da propriedade da terra, tanto pela zona rural para plantio e criação de gado quanto pela zona mineradora, a relação de poder com a terra vale para a colônia e não só para uma região.³¹²

Conforme Vera Ferlini,³¹³ o sistema de sesmarias acompanhou o empreendimento do Estado para a colonização, mas suas origens datam de 1375, em Portugal, regulamentado nas Ordenações Manuelinas e mantido nas Ordenações Filipinas. “No sistema sesmarial criado por D. Fernando, no século 14, encontrou a Coroa a fórmula a ser aplicada para o Brasil. Sofreria transmutações, mas permaneceria intacta a orientação estatal do processo: a reversão da terra não cultivada à Coroa”. Para o contexto de Portugal, a lei de sesmarias de 1375

³¹¹ Vera Ferlini. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. São Paulo: EDUSC, 2003. p. 82.

³¹² Vera Ferlini. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. São Paulo: EDUSC, 2003. Capítulo 2 - Conjunturas coloniais e economia açucareira. p.83.

³¹³ Vera Ferlini. *Terra, trabalho e poder*. p. 225-230. Segundo a explicação da autora, a etimologia (sesmaria) é diversa e pode ter sua origem no latim – *caesimare* (dar golpes, rasgar), terra cortada pelo arado para produzir. O verbo *caesimare* não existiu no latim somente o termo *caesim* – golpes. Outra tendência observa que sesmaria vem de “sesma”, uma medida de divisão de terra, mas não explica sesmo como referente a sítio e nem sesmar referindo-se a dividir. A autora cita Virginia Rau, que trabalhou a documentação medieval portuguesa e possui uma explicação para a palavra mais esclarecedora, “mostrando serem os sesmos assim ‘chamados’ porque, de início, o território distribuível de cada concelho estava repartido em seis lotes, onde só durante os seis dias da semana, excluindo o domingo, superintendiam os seis sesmeiros, cada um num dia e no sesmo que lhe competia” (p.227) e sesmeiro seria o nome dado aos seis homens do conselho (aos funcionários) que repartiam as terras dos sesmos nos seis dias da semana. No Brasil sesmeiro era o nome dado a quem recebia a terra. Ver também Lígia Osório Silva. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas: UNICAMP, 1996. Aborda a origem da palavra sesmaria. p. 38-39.

pretendia evitar a escassez de cereais, o abandono da lavoura e usar o desocupado no trabalho. Dessa maneira, a sesmaria passou ao controle do rei. Por meio de editais e pregões, anunciava-se a concessão das terras, e os donos deveriam aproveitá-la ou vendê-la, arrendá-la ou aforar a quem fosse cultivar. No Brasil, o sistema de sesmarias passou por modificações, mesmo porque o escravismo e a condição de colônia criavam diferenças do contexto português.

Terra e poder estiveram sempre interligados. No contexto colonial, implicaram também a eliminação do inimigo – o índio. Transparece a destruição do inimigo na legislação do Maranhão e Piauí ao objetivar “limpar’ a região de indígenas”.³¹⁴ A colonização do território baseada na grande propriedade como forma de povoar estabelecida por um Estado patrimonial imprimiu o caráter de “uma grande empresa militar, econômica, política, e religiosa”³¹⁵ e impedia a pequena propriedade desvinculada da produção para mercado. O proprietário na colônia assumiu poderes e regalias na colônia, marcando seu domínio na terra como autoridade.

A alternativa escolhida pela Metrópole de colonizar o Brasil com o estabelecimento das grandes unidades produtivas para exportação de produtos tropicais decidiu o “destino do modo de apropriação da terra no Brasil: grandes fazendas, com base no uso de mão-de-obra abundância”.³¹⁶ Acrescenta-se a isso o fato de as pequenas unidades ficaram na dependência e sob o jugo das grandes. A terra foi um pilar para a ansiosa busca de poder e de *status* na sociedade colonial. “Escravos e terras a configurar na Colônia ordem social reprodutora da exploração metropolitana, reservando a poucos a vinculação direta ao Estado e seus benefícios”.³¹⁷

A ocupação e defesa do território tiveram seus fundamentos no sistema sesmarial, com base no trabalho escravo, na grande propriedade, a solução para o empreendimento da colonização na mesma medida foi o meio encontrado legitimado e incentivado pelo Estado para o colonizador efetivar a desapropriação dos indígenas das terras.

³¹⁴ Vera Ferlini. *Terra, trabalho e poder*. p. 232.

³¹⁵ Vera Ferlini. *Terra, trabalho e poder*. p. 67.

³¹⁶ Cf. Leonilde Servolo de Medeiros. *Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 9-10.

³¹⁷ Leonilde Servolo de Medeiros. *Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra*. p. 345.

No Brasil, por motivos políticos, era necessário ocupar e defender a terra, em razão das disputas dos Estados rivais europeus. As grandes propriedades eram, além de instituições agrícolas e pastoris, instituições militares. Por isso, junto à distribuição de terra, pensou-se na fortaleza nas áreas de fronteiras impondo limites como barreiras aos inimigos. “A estrutura econômica e social precisava ser garantida e protegida dos freqüentes ataques dos indígenas e dos aventureiros estrangeiros”.³¹⁸

Com a adoção do sistema de sesmarias, o trabalho forçado viabilizou a produção. Para a implantação satisfatória e o êxito da empresa, a guerra aos povos indígenas foi permissível “A moderna colonização européia criou, nesse sentido, a disponibilidade das terras para o capital mercantil, mesmo quando para isso foi necessário expulsar, matar ou subjugar os indígenas que se encontravam nelas”.³¹⁹

As sesmarias são condicionantes na história do Brasil em sua especificidade de ter sido colônia. A principal atitude da metrópole quanto ao solo colonial foi esquadrihá-lo em capitanias hereditárias entregando a particulares as terras. Aos donatários foi entregue a administração da terra, porém sem transformá-la em patrimônio privado. O donatário tinha o usufruto e benefícios da terra. No caso de Minas, percebe-se a mesma decisão, embora levando em conta suas particularidades no contexto colonial, conforme a diversificação das atividades econômicas desenvolvidas e o peso da mineração nesse cenário.

Para evitar terras improdutivas, a Carta régia de 27 de dezembro de 1695 instituía o pagamento do foro. O foro recaía sobre a terra, e não sobre a produção. Outra medida, expressa na Carta régia de 23 de novembro de 1698, foi que as terras deveriam ser confirmadas pelo rei. O poder de distribuir terras era dos donatários, depois passou ao governador-geral, e ainda podiam ser concedidas pelas autoridades locais como os capitães-mores e confirmadas pelo governador-geral.

A posse como forma de apropriação no período colonial resultou em vários conflitos entre vizinhos e confusões ao demarcar os limites da terra. Às vezes ocorria de as autoridades perderem o controle e doar a mesma sesmaria a mais de um. Sabe-se que com Pombal a Coroa tentou controlar o processo de apropriação territorial, porém as contendas por terras transcorreram em todo o período.

³¹⁸ Lígia Osório Silva. *Terras devolutas e latifúndio*. Campinas: UNICAMP, 1996. p. 24.

³¹⁹ Lígia Osório Silva. *Terras devolutas e latifúndio*. p. 27.

As disputas pelas terras, os abusos e irregularidades cometidos eram tamanhos que a Coroa, por meio de Alvará de 5 de outubro de 1795, tentou controlar as doações já feitas determinando que as terras doadas ao sesmeiro só poderiam ser ocupadas após feita a demarcação e a confirmação da Coroa. Fixava também em uma légua o tamanho da terra nas regiões próximas dos núcleos urbanos e não impunha limites para locais mais distantes, porém, mais uma vez, a lei não foi observada na realidade colonial. “Na realidade subestimaram a força social dos moradores e colonos que cada vez mais se afirmavam como os donos da terra. A metrópole também não atentou para o fato de que a multiplicação das exigências para legalizar as propriedades dos colonos sesmeiros e sua resistência em obedecer-lhes estabeleciam cada vez mais um campo de interesse comum entre uma parcela dos colonos sesmeiros e os colonos posseiros. Interesse comum que desafiava a autoridade da metrópole”.³²⁰

Caio Prado Jr. sempre abordou a história legislativa do Brasil e da relação com a terra e com os recursos naturais no quadro econômico. Esclarece sobre a colheita florestal possibilitando uma correlação entre a legislação florestal em Thompson, na Inglaterra, no século XVIII, e os conflitos sociais, econômicos e jurídicos advindos dela com o Brasil no processo de colonização e exploração do solo. Várias frentes de aproveitamento do solo na colônia estão interligadas como no caso da colonização do Vale Amazônico e a colheita florestal, afinal, “Enquanto se processava a grande corrida para as minas, uma lenta infiltração penetra a intricada rede hidrográfica do Amazonas. Já no primeiro período da história brasileira vemos a colonização portuguesa ocupar a foz do grande rio, onde a atual cidade de Belém do Pará é fundada em 1616. São antes motivos políticos que determinaram sua fundação. Holandeses e ingleses tinham tentado, antes de Portugal, estabelecer-se na região”.³²¹ Os motivos políticos culminaram na legislação colonial para regular o uso e formas de exploração.

Thompson,³²² quando trata da legislação inglesa do século XVIII, infere que a lei é a mediação das relações de classes existentes e também legitimadora ideológica. De certa forma, não foi diferente no Brasil.

³²⁰ Ligia Osório Silva. *Op. cit.* p. 71.

³²¹ Caio Prado Júnior. *História econômica do Brasil*. 35 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.70.

³²² Cf. Edward Thompson. *Senhores e Caçadores*. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

O elo entre política-econômica e legislação é perceptível no sistema de sesmaria imposto, que intercedia nas relações entre o rei e o colono como senhorio rural. Fazia parte das políticas coloniais regular o exercício do poder sobre a colônia. “A propriedade da terra refletia a alta posição social, de onde decorria influência política e econômica. As câmaras se formavam com os proprietários da terra ou seus prepostos; e não raro essas câmaras falavam com autoridade ao próprio rei. Eram elas que governavam, não era de estranhar que os proprietários legislassem em seu próprio proveito”.³²³

Para João Camilo Torres,³²⁴ a existência de permanências das relações de poder ao longo do tempo pouco se modificou quando se pensa na questão agrária e na organização da sociedade tendo como base a terra. O poder e o *status* como definidores de posições se mantiveram mesmo após a abolição, com novas relações de trabalho, mas não mudou muito em relação à base colonial criada.

Ao reler as obras de Caio Prado Jr. os contornos deste estudo quanto a problemática de terras tornam-se mais nítidos. A história fundiária do Brasil perpassa suas análises apresentando-se no centro da questão para se compreender as frentes de ocupação do território. Caio Prado explica o caráter geral da colonização brasileira sendo o pilar a terra. No prefácio da 1ª edição de *Evolução Política do Brasil* ³²⁵ define esse caráter com base na origem e organização fundiária: “Os historiadores, preocupados unicamente com a superfície dos acontecimentos – expedições sertanistas, entradas e bandeiras; substituições de governos e governantes; invasões ou guerras – esqueceram quase que por completo o que se passa no íntimo da nossa história de que estes acontecimentos não são senão um reflexo exterior”.³²⁶

As políticas coloniais foram responsáveis por delegar o poder do território aos donos de sesmarias que, no processo, além de senhores de terras, mesmo que por doação, como vassalos do rei, se projetaram e guiaram a política de colonização. A única forma de defesa da terra e condição necessária para sua

³²³ João Camillo de Oliveira Tôrres. *Estratificação social no Brasil: suas origens históricas e suas relações com a organização política do País*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, janeiro de 1965 (Coleção Corpo e Alma do Brasil). p. 179.

³²⁴ Cf. João Camillo de Oliveira Tôrres. *Estratificação Social no Brasil*.

³²⁵ Caio Prado Júnior. *Evolução política do Brasil Colônia e Império*. 16 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

³²⁶ Caio Prado Júnior. *Evolução política do Brasil Colônia e Império*. p. 7-8.

eficiência era a colonização repetindo o feito dos Açores e Madeira com o estabelecimento das capitanias hereditárias entregues nas mãos da iniciativa privada. A agricultura e a pecuária estiveram subordinadas à posse fundiária. Os forais determinavam a distribuição das terras em sesmarias, e a forma de esquadrihar o solo da colônia nada tem em comum com dependência pessoal, de vassalagem ou caráter feudal, pois o proprietário podia alienar as terras. Um dos pontos, como dito, que caracteriza as sesmarias é a obrigação de seu aproveitamento no prazo de até cinco anos, mas a punição de não realizar o aproveitamento da terra foi letra morta, pois não foi aplicada.

Na distribuição das terras de sesmarias contavam-se as condições materiais do beneficiado, já que deveria propiciar ao rei “a produtividade da colônia, condição essencial para o aumento dos seus rendimentos”.³²⁷ A legislação fixava um tamanho para a sesmaria doada, mas, na prática da ocupação do território, a extensão conquistada variou conforme os privilégios e as proteções pessoais como o exemplo de Garcia de Ávila, fundador da Casa da Torre, que chegou a possuir na “Bahia uma verdadeira província”.

A compreensão mais ampla da história de terra não reside apenas nas medidas e extensões das sesmarias, mas no caráter da economia agrária de grande exploração rural, incluindo as pequenas propriedades. Deve-se ao trabalhador o produto da riqueza, sendo preciso “lembrar que nosso trabalho agrícola sempre se baseou no braço escravo, negro ou índio”.³²⁸ A pequena propriedade não conseguia concorrer com a grande porque não satisfazia as exigências do mercado e da produção. Somente para a montagem de um engenho os gastos eram muitos e os produtos lucrativos atendiam à demanda da economia de exportação criando impedimentos ao pequeno lavrador.

Os conflitos entre pequenos e grandes proprietários foram verdadeiras e violentas guerras de terras. Um dos abusos citado por Caio Prado foi cometido pelo grande proprietário Antônio Guedes de Brito. O pequeno proprietário se rendia ou por força, ou por falta de condições diante da opressão do mais forte até se desfazer da sua terra. Quanto mais acúmulo de bens, mais rico, assim como os serviços prestados ao rei, na colônia, sempre eram premiados rumo à promoção na

³²⁷ Caio Prado Júnior. *Evolução Política do Brasil Colônia e Império*. p. 15.

³²⁸ Caio Prado Júnior. *Evolução Política do Brasil Colônia e Império*. 16 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.18.

escala do poder. Um dos agraciados por méritos pelo rei foi Domingos da Luz e Souza, que teve a confirmação de sua carta patente com nomeação de Capitão de Cavalos da Companhia dos Dragões. A trajetória de sua carreira militar é minuciosamente detalhada com notório desempenho. Domingos da Luz e Souza serviu por mais de dezenove anos no Rio de Janeiro, também na colônia do Sacramento e nas diversas outras partes com “incansável trabalho”.³²⁹ A nomeação veio pela sua atuação nas guerras contra invasores estrangeiros, muitas vezes à sua própria custa e por ter afugentado os índios Tapes, que eram hostis. Luiz Borges Pinto foi provido com o título de “Capitão-mor do Certão do sul e todas as vertentes do Rio Doce até o Rio Pardo” em substituição ao falecido Antonio Dias,³³⁰ por “conquistar e expulsar o gentio dos referidos certões, e fazer descobrimentos de ouro”. Luiz Borges Pinto seguiu os passos de seu antecessor, o que lhe valeu o título auferido “penetrando muytos sertões e vadeando muytos ryos, fazendo roças e descobrimentos e descobrimentos de ouro, de que trouxera varias amostras”. Como se percebe ouro e sertões renderam títulos e prêmios, vinham acompanhados dos louros da destruição de quilombos e do combate aos “continuos assaltos do gentio, por cujo motivo se achava servindo de guarda-mor daqueles certões..”.³³¹ Em 4 de agosto de 1736, uma carta representava os homens bons de São Paulo, enaltecidos pelos seus serviços nos sertões, “com muito trabalho, e risco as custas de suas fazendas e vida”, domando o gentio bárbaro. Foi por se lançarem, desta forma, que se tornou possível chegar até os descobertos das minas de Pernambuco e Curitiba, encontrarem “a opulencia da Gerais”, das de Cuiabá e Goyazes, de onde vertem os sertões tantos rendimentos. Com isso, foi mandado “que se castigue” o gentio bárbaro que ofendia com guerra os povoados onde estavam as referidas minas e nos caminhos “fazendo mortes, e queimas de citios.”³³²

As cartas de sesmarias, documento jurídico, cediam as terras para toda a vida com a condição de os sesmeiros cumprirem as exigências de aproveitar a terra, registrá-la nos livros da Provedoria, fazer a medição e a demarcação. Apenas do sistema sesmarial em Portugal permaneceu a condição do aproveitamento da

³²⁹ APM SC. 43. filme 09 fl. 23. 14 de janeiro de 1739.

³³⁰ APM SC. 49. filme 10.fl. 13. 8 de agosto de 1735. Ao falecer Antonio Dias o Conde de Assumar encarregou Luiz Borges da Pinto para continuar a diligência, o que realizou com êxito, enviando ao Conselho Ultramarino o pedido de confirmação da patente de “Capitão-mor do Certão do sul e todas as vertentes do Rio Doce até o Rio Pardo”.

³³¹ APM SC. 43. filme 09. fl. 35. 09 de novembro de 1740.

³³² APM SC. 63. filme 13. fls. 34 e 35.

terra na colônia. O tamanho da terra concedida variou de extensão para cada sesmeiro até 4 léguas de comprimento e 1 de largura, depois o Estado reduziu para 3 e para 2 léguas. Embora os critérios para a distribuição de sesmarias tenham sido legalizados, não foram seguidos. Na colônia, muitos sesmeiros acumulavam mais extensões de terras do que o determinado na lei e se constituíam em potentados.³³³

Os potentados eram senhores de latifúndios e detinham o poder local, poder políticos e econômico.³³⁴ Os senhores de terras e de escravos funcionavam como micros poderes, forçando a um jogo de forças que tornava a soberania do rei fragmentada, pois os potentados impunham suas leis no território dos sertões e viviam quase de forma independente das autoridades. Foi exatamente no início do período Gomes Freire, em 1736, que eclodiram as revoltas do sertão do São Francisco, sendo as cabeças da sedição os potentados insatisfeitos com as cobranças do imposto de capitação pelo governo. Os donos de terras pagavam os dízimos, mas para aumentar o cabedal do rei a capitação também foi implementada só que suspensa. O sertão do São Francisco pertencia à jurisdição da comarca do Rio das Velhas.

Inácio Correia Pamplona tornou-se um dos potentados mais fortes do século XVIII. Era mestre-de-campo e com isso possuía autoridade para a formação de tropas destinadas a combater quilombolas e índios. Realizou várias expedições ao sertão e principalmente no oeste de Minas, destruindo quilombos.³³⁵ Pamplona detinha um controle quase que absoluto na região em razão de possuir muitas terras e pelos serviços prestados ao rei.³³⁶

Em 1764, o governador Luís Diogo Lobo da Silva, almejando aumentar os contribuintes dos cofres reais das Minas, solicitou a Pamplona que o auxiliasse na tarefa de povoar e de fazer dos sertões áreas produtivas. O governador pretendia civilizar a região. Civilizar significava habitar o espaço com gente civilizada, que receberia como prêmio terras, e para tal enfrentaria os desafios “a fim de penetrarem com ânimo de estabelecerem na Zona do Campo Grande e além da Serra da Marcela, obrigando-se o governo a lhes conceder por sesmarias as terras que

³³³ Vera Ferlini. *op. cit.* p. 288.

³³⁴ Carla Anastásia. *Vassalos Rebeldes*. Violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII. Belo Horizonte: C/arte, 1998. Ver, principalmente, o capítulo III: Potentados e Bandidos: os motins dos sertões.

³³⁵ Laura de Mello e Souza. *Norma e conflito*. p.111-37.

³³⁶ Inácio Correia Pamplona foi responsável pela perseguição final aos Caiapós. O golpe derradeiro aos índios foi descrito como um dos enfrentamentos mais atrozes no território colonial, conforme Códice da Biblioteca Nacional (18, 2, 6).

escolhessem".³³⁷ Pamplona, em 1765, na expedição nas nascentes do São Francisco, enfrentou os índios Caiapós e os Quilombolas, para conquistar a região ou, como se usava dizer. Para "desinfestar a terra", instalou-se no Desempenhado, perto de Bambuí, de lá comandou as expedições e a partir daí adquiriu autoridade sobre os sertões do sul de Minas que se situavam ao norte do Rio Grande até o sertão da Farinha Podre. Pamplona acumulou várias sesmarias, quase todas com extensão de 3 léguas em quadra, ou seja, 9 léguas quadradas.³³⁸ Das sesmarias doadas em 1765, somente a do Desempenhado estava no nome dele, porque pedira as outras sete para os filhos e filhas, apesar de administrar todas e ao longo de sua vida vender três delas. Extensões de tal monta foram concedidas no sertão ou no "deserto" do São Francisco.³³⁹

A história fundiária brasileira tem suas raízes no alicerce do poder instituído pelos colonizadores. Os amplos domínios de terras e de pessoas, como afirma Caio Prado, transferiu-se num "direito eminente, quase soberano, sobre todo o território da capitania".³⁴⁰ O direito a terras e o comando de pessoas adquiriu raízes que não mais foram arrancadas dessa história. Os donos de terras instituíram a autoridade e o autoritarismo. Embora fosse o rei o senhor de toda a colônia, foram os proprietários das vastas extensões que tomaram para si a incumbência de representá-lo, para mandar dispunham de um complexo aparato legal e militar. O Estado português, entendido como domínio público, teve no poder privado seu agente. O Estado concedia os privilégios, arraigado de particularismos reafirmava as trocas de interesses, dando o tom à colonização. Numa análise externa, a colônia possibilitou a acumulação primitiva de capital, que só foi possível por meio da exploração dela pela metrópole e, numa análise interna, ambas correlacionadas, selou-se o caráter mais profundo da colonização na distribuição da terra.³⁴¹ O sistema de povoamento da colônia foi fruto desse caráter mais profundo.

³³⁷ Diogo de Vasconcelos. *História média de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. p.196.

³³⁸ Segundo Waldemar de Almeida Barbosa a légua de sesmaria media 6,6 km, a légua quadrada correspondia a 43,56 km. Ver Waldemar de Almeida Barbosa. *A decadência de Minas e a fuga da mineração*. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1971.

³³⁹ Laura de Mello e Souza. *Norma e Conflito*. p.116. Ver tb. Waldemar de Almeida Barbosa. *A decadência das Minas*. p.109.

³⁴⁰ Caio Prado Júnior. *Evolução política do Brasil Colônia e Império*. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.14.

³⁴¹ Caio Prado Júnior. *Evolução política do Brasil Colônia e Império*. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.14

CAPÍTULO II – OS SERTÕES DO SÉCULO XVIII

2 As Imagens dos Sertões

As concepções sejam de sertões sejam de fronteiras,³⁴² correspondem às representações pelas quais os espaços são identificados. Com base na perspectiva os componentes que dão formas e significados a vida social são obtidos.

Como refere Carlo Ginzburg,³⁴³ existe uma relação da perspectiva com pontos de vistas diferentes que produzem representações diferentes da realidade. A perspectiva é fruto da cultura que, por sua vez, deve ser entendida situada em determinado tempo e espaço. No estudo em questão, as imagens dos sertões e fronteiras são fruto da vida colonial que são pensadas considerando as visões do mameluco, do sertanista, do europeu, do índio, do negro, que naquele momento histórico habitaram essas áreas.

O aspecto cultural conta como delineador das noções e códigos que permeiam a vida e se emite valores. O desenho que definiu as balizas das fronteiras coloniais internas e externas foi oriundo e a partir das interpretações que se tinha das relações sociais e espaciais. A demarcação das terras, dos sertões, das fronteiras no século XVIII, os limites entre América portuguesa e América espanhola, nasceram dos conflitos políticos e econômicos que foram expressos pela representação que impuseram aos lugares. Os territórios ganharam classificação e adjetivos que a perspectiva imprimiu.

Sérgio Buarque de Holanda³⁴⁴ escreve sobre os índios, mamelucos e a vida nos sertões da colônia: “[...] na região de Piratininga, a paisagem colonial já toma colorido diferente. Não existe aqui a coesão externa, o equilíbrio aparente, embora muitas vezes fictício, dos núcleos formados no litoral nordestino, nas terras do massapé gordo, onde a riqueza agrária pode exprimir-se na sólida habitação do senhor de engenho”. A capitania de Martim Afonso continuou por muito tempo

³⁴² ATT Cód. 3 Informação das Minas de São Paulo e dos sertões da sua capitania desde 1597 até 1772 com relação cronológica dos administradores.

³⁴³ Carlo Ginzburg. *Olhos de madeiras: nove reflexões sobre a distância*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. Cap. 7: Distância e perspectiva: duas metáforas, p. 176-198.

³⁴⁴ Sérgio Buarque de Holanda. *Caminhos e fronteiras*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957 (edição ilustrada, Coleção Documentos Brasileiros, p. 1).

instável sendo o ponto do intercuro dos adventícios com a população nativa e dela se partia para os sertões.

Os sertões referem-se à alusão de “‘Terrenos desconhecidos’, ‘terrenos habitados por índios’ denominações usadas para referir-se a um espaço. Palavras que não remetem “a um recorte geográfico específico, não pretendem enunciar um lugar, mas sim suas características”. São representações, “nomeações do outro, como forma de atribuir uma identidade e fixar uma memória”.³⁴⁵ Ainda, conforme explica Gilmar Arruda, os termos “cidades” e “sertões” são leituras da realidade, são fruto das imagens e dos discursos produzidos que tem a ver com o inimigo maior que vive no sertão o índio.

A representação espacial de sertão contrapõe-se à da cidade vista como moderna representada pelo progresso *versus* o sertão atrasado e arcaico. As regiões Norte e Nordeste do Brasil foram identificadas como sertões. Existe uma divisão dos espaços como dicotômicos e simbólicos. São dois brasis contrapostos: o urbano e o dos grotões.

O sertão é o oposto à cidade, à urbanização, à civilização, e sua localização é indefinida porque não há unicidade, não é um único sertão, mas, sim, sertões. As áreas consideradas sertões até meados do século XIX abrangiam o Mato Grosso, o oeste do Rio Paraná, do sudoeste até o norte do Paraná, o sul de Minas Gerais e outras áreas ao longo deste estudo tratadas. Havia uma similitude da imagem dos índios e com os sertões. Os sertões eram territórios dos selvagens, vistos como espaços a conquistar, bem como os seus habitantes, índios e posseiros, vistos como selvagens, que foram expulsos à medida que ocorria a ocupação das terras e a abertura de estradas para civilizá-los. Como Gilmar Arruda³⁴⁶ afirma, e concordamos com ele, a mudança no imaginário social acontece conforme o tempo das culturas, não segue os ritmos das mudanças da economia e da política. São ritmos diferentes. A periodização das representações culturais não é definida.

Os espaços coloniais identificados incluíam o Pantanal. Para situá-lo Maria de Fátima Costa³⁴⁷ descreve o meio ambiente exuberante e os diferentes

³⁴⁵ Gilmar Arruda. *Cidades e Sertões: entre a história e a memória*. São Paulo/Bauru: EDUSC, 2000. p. 24.

³⁴⁶ Gilmar Arruda. *Cidades e Sertões*. p.13-21.

³⁴⁷ Maria de Fátima Costa. *História de um país inexistente: o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Estação Liberdade/ Kosmos, 1999.p.17. Ao tratar das fontes usadas a autora ressalta sua escolha pelas narrativas para atingir o imaginário com as descrições que constituíram as imagens

povos indígenas que habitavam a região: Guaranis, Payaguás, Guaxarapós, Xarayes e outros. A colonização do Pantanal está ligada às expedições que buscavam as “fabulosas riquezas” de acordo com as notícias obtidas que anunciavam a grandeza da bacia do rio Paraguai na América.³⁴⁸ Essa vasta região Xarayes “lugar de grandes águas entrecortadas por muitos rios e habitado por milhares de indígenas”,³⁴⁹ era percorrida por desbravadores na ânsia de enriquecer. O Puerto de los Reyes tornou-se o ponto de entroncamento, o caminho para se chegar a Xarayes, a entrada para o Eldorado e as guerreiras amazonas. Ao tratar da história do Pantanal na América meridional, pertencente à bacia do Alto Rio Paraguai, escolhemos o recorte temporal que vai desde 1535, a chegada dos primeiros conquistadores na região, até o século XVIII, com a demarcação dos limites entre as duas Américas. As primeiras informações sobre Xarayes (Província do Paraguai) datam do início do século XVI, com os conquistadores espanhóis, mas não era descrita como lagoa. Segundo Maria de Fátima Costa,³⁵⁰ a geografia fantástica envolveu o “imaginário americano e europeu”. Conforme suas pesquisas, foi em meados do século XVIII que a região recebeu a denominação de "Pantanal" pelos portugueses, que a retrataram como campos alagados, com lagoas, pantanais, e só aparece em 1727 a denominação Pantanal com os bandeirantes paulistas mamelucos nas monções. Depois, em meados do século XVIII, a demarcação dos limites identificou a lagoa como “o Rio Paraguai espraído”.

Os sertões têm em comum com as fronteiras o fato de elas serem zonas vistas como áreas de interseção e de separação ao mesmo tempo. Como eram vastos e vários sertões coloniais, para situá-los remete-se às fronteiras. Por exemplo, os sertões do oeste de Minas lembram aqueles próximos à fronteira com Goiás. Os sertões do leste lembram o rio Doce, vistos como áreas perigosas, pois estavam localizadas nas balizas com o Espírito Santo, Bahia, Rio de Janeiro e englobavam outros rios como o Jequitinhonha, o Mucuri, a bacia do Paraíba do Sul e a Zona da Mata. O índio, morador dos sertões, em constante itinerância, simbolizava o atraso e a barbárie para o conquistador.

fabulosas pantaneiras além dos mapas e desenhos que também foram materiais imprescindíveis para sua análise.

³⁴⁸ Maria de Fátima Costa. *História de um país inexistente: o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Estação Liberdade/ Kosmos, 1999.

³⁴⁹ Maria de Fátima Costa. *História de um país inexistente*, p.19.

³⁵⁰ Maria de Fátima Costa. *História de um país inexistente*, p.19.

Os sertões do leste, para alguns autores, só passam a integrar a política de ocupação no período da decadência do ouro, vendo-se na colonização do leste uma solução para a crise, o que não é a idéia concebida neste estudo, porque, mesmo antes do declínio da mineração, muitas foram as ações e frentes para se obter o domínio da área. Tanto é que a Instrução do governador Luiz da Cunha Meneses de 1784 demonstra a preocupação em averiguar o potencial das áreas do leste. No entanto, foi no período do apogeu da mineração que coincide com a política de povoamento do Governo Gomes Freire.

O ambiente dos sertões e a relação com a natureza estreitaram o elo entre os índios e os sertanejos nos aspectos que tangem à sobrevivência. A visão sobre o sertão³⁵¹ ganha novo componente quando se passa a compará-lo com o paraíso, sobretudo por causa das riquezas nele contidas.

No século XVII, entretanto, os paulistas, quando se dirigiam para os sertões na esperança de encontrar riquezas, já tinham como principal interesse prear os índios. As primeiras viagens aos sertões eram também realizadas de canoas. Podia-se fazer o caminho dos rios, descendo-se pelo Tieté em seguida pelo Paraná, por um dos seus afluentes da margem direita, em geral o rio Pardo, chegava-se até o Anhanduí-Guaçu, tomava-se o curso do rio Paraguai até o São Lourenço e daí a Cuiabá, onde as minas de ouro eram os maiores atrativos depois das Minas Gerais. Mais tarde, outros caminhos surgiram. A navegação conservou a técnica indígena no fabrico das canoas, que comportavam 25 ou 30 pessoas e cujo material na confecção era a madeira de peroba e ximbaúva, que agüentavam a umidade das águas. Havia embarcações maiores que suportavam mais. No percurso, em alguns trechos tinham de ir a pé.

Os meios usados para se encontrar água no sertão só mesmo a prática poderia ensinar, “a árvore-fonte, árvore-rio, a samaritana dos sertões baianos e goianos e outras plantas que vertem água” que até nas secas e na aridez podia-se encontrar plantas como cipós e cactáceas que proviam com água. Os bandeirantes conseguiram caminhar por sertões desertos muito por causa dessas plantas como a que era conhecida como “a raiz de pau, ou raiz de umbuzeiro no Brasil central e perto de Cuiabá”.³⁵²

³⁵¹ Sérgio Buarque de Holanda. *Caminhos e Fronteiras*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. (edição ilustrada). (Coleção Documentos Brasileiros). p. 165-171.

³⁵² Cf. Sérgio Buarque. *Caminhos e Fronteiras*, p. 39-43.

O sertão colonial possuía compreensão ampla, mesmo para o período colonial, e se fragmentava em espaços diversos. De acordo com Sérgio Buarque de Holanda,³⁵³ o “Roteiro do Maranhão a Goiás,” era um desses tantos sertões reconhecidos como o espaço que vai do rio São Francisco à capitania do Piauí, por exemplo. Outro localizado como sertão era a zona do Guairá, chamado de sertão do Parapuava, nas áreas do Araguaia e Tocantins. Após a morte de Gomes Freire, mesmo com todo o seu empenho, os problemas com a insatisfação e a indefinição dos limites entre capitanias continuaram a repercutir. O oeste de Minas era conhecido no período como Campo Grande, sertão do Bambuí ou Picada de Goiás. O Campo Grande pertencia à comarca do Rio das Mortes e, em parte, à comarca de Sabará.

O governador Luís Diogo Lobo da Silva deu seqüência às investidas nos sertões do oeste de Minas tendo com seu co-participante direto Inácio Correia Pamplona, encarregado de formar expedição para o Campo Grande. No dia 1º de maio de 1767, o governador ratificou vinte cartas de sesmarias aos entrantes e povoadores do oeste que se envolveram na investida.³⁵⁴ As entradas no oeste deram a Pamplona o maior número de títulos de sesmarias³⁵⁵ na capitania de Minas no período em que atuou. Foram concedidas 362 sesmarias entre 1764 e 1768 pelo governador Luís Diogo Lobo da Silva e depois o governador José Luís de Meneses, seu sucessor, concedeu 443 entre 1768 e 1773.³⁵⁶ A habilidade dos índios na organização da guerra, em meios às incertezas do sertão, levaram as expedições do oeste a desenvolver roças para a manutenção da sobrevivência dos entrantes.³⁵⁷ O sertão era palco de disputas dos sertanistas, quilombolas e indígenas.

O governador Luis Diogo Lobo da Silva partiu em viagem em 1764 com intuito de realizar o reconhecimento do interior da capitania de Minas e seus limites

³⁵³ Campo Grande era uma designação genérica, assim como o termo “sertão”.

³⁵⁴ Diogo de Vasconcelos. *História Média de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas, 1918, p.181.

³⁵⁵ Inácio Correia Pamplona obteve o maior latifúndio da região; era proprietário da Fazenda do Mendanha e do Capote, em Lagoa Dourada, e da do Carandaí. Laura de Mello e Souza. *Norma e Conflito*, p.114 e 116. Waldemar de Almeida Barbosa. *História de Minas*, p. 243-244. Waldemar de Almeida B. *A decadência das Minas*, p.109. Diogo de Vasconcelos. *História Média de Minas Gerais*, p.181 e p.196. Ver: Testamento de Inácio Correia Pamplona. 1821. São João Del-Rei. Cx. 100. PR, AHU, 12.603, cx. 177, doc. 47.

³⁵⁶ BNRJ. Carta de Inácio Correia Pamplona ao Conde de Valadares em 15/05/1770. Arquivo Conde de Valadares. Biblioteca Nacional, seção de manuscritos, Códice 18,2,6 – doc. 61. Notícia diária e individual. Anais da biblioteca Nacional, p.68.

³⁵⁷ Laura de Mello e Souza. *Norma e Conflito*, p. 127.

com São Paulo. Luís Diogo Lobo da Silva e comitiva foram para São João del-Rei no dia 5 de setembro de 1764 em direção ao oeste.³⁵⁸ O itinerário teve, aproximadamente, 365 léguas durando pouco mais de três meses, e permitiu verificar os limites com São Paulo e os problemas existentes. Com isso, Luís Diogo Lobo tomou a decisão de chamar Inácio Correia Pamplona para liderar uma expedição mais contida à procura de ouro, para destruir quilombos e índios bravios. Passou-lhe a missão de pôr fim às demandas dos limites entre Goiás e Minas Gerais, áreas ricas em ouro.³⁵⁹

Inácio Correia Pamplona teve fazenda na Lagoa Dourada, foi mestre-de-campo e chefe da Legião da Conquista dos sertões do oeste das Minas. Com a primeira entrada, Pamplona, em 1765, no Alto do São Francisco, obteve sesmarias nas imediações de Bambuí. As de São Simão, Santo Estevão, Desempenhado e Perdizes tinham 3 léguas de terra. Possuiu sesmarias no Termo de São Bento de Tamanduá e da Tapada e no de São Julião (atual Arcos) com a mesma dimensão das anteriores, além da Lagoa dos Cervos. Ao todo, recebeu oito sesmarias. A segunda Entrada de Pamplona seguiu para além da região de Bambuí, em 1769, (percorreu o Alto do São Francisco e Alto do Parnaíba). Em 1769 recebeu do Conde de Valadares autorização para conceder sesmarias e de Dom José Luiz de Meneses Castelo Branco recebeu o título de "Guarda-Mor do Sertão do Piuí, Bambuí, Campo Grande, Picada de Goiás". Em 1782, empreendeu uma expedição contra os negros aquilombados e os índios Caiapós, que mataram quatro pessoas na estrada de Paracatu, atacaram a Fazenda de Medeiros (vizinha de Bambuí), e permaneciam nas redondezas de Piraquara.³⁶⁰

Na expedição contra os Caiapós, o governador escreveu a Pamplona para se abster de uma guerra ofensiva contra eles, tentando manter a cautela. "Os documentos falam-nos da ferocidade dos ataques desses bilreiros, o que motivou a guerra referida. Não se esqueça, porém, de que os Caiapós tornaram-se de fato

³⁵⁸ AHU. Carta de Luís Diogo para Francisco Xavier Furtado de Mendonça com mapas das marchas e a iniciada em agosto de 1764, terminou no mês de dezembro. Arquivo Ultramarino. Cx. 85, doc. 34, cd. 24.

³⁵⁹ Diogo de Vasconcelos. *História Média de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. p.192.

³⁶⁰ Waldemar de Almeida Barbosa. *A decadência das minas e a fuga da mineração*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais. Edição do Centro de Estudos Mineiros, 1971.p.121-127. Ver documentos avulsos do APM – correspondências de Pamplona. Ver também o Códice SC 229 fl. 5 APM.

terrivelmente cruéis, depois dos sucessivos ataques que sofreram dos brancos e mamelucos”.³⁶¹

Antes de Pamplona, Belchior Dias Carneiro com 50 brancos e mais índios, além de outros entrantes, combateu os Caiapós. Ele faleceu em 1607 em decorrência dos ferimentos na guerra. Francisco Lopes Benavides, entre 1664 e 1665, quando esteve em Goiás também empreendeu luta contra os índios. Luís Castanho de Almeida faleceu em 1671 e foi outro “caçador de índios: lutou contra os Caiapós.

Os sertões também foram palmilhados pelas expedições de Fernandes Tourinho, depois Antônio Dias Adorno, que “achou em huma terra das partes lestes esmeraldas e em outra da parte do oeste safiras,” Fernão Dias Paes no Rio das Velhas,³⁶² todas com uso de mão-de-obra indígena. As informações das fontes confirmam quão remota é a polêmica em torno do uso do trabalho dos índios como escravos. De outro lado, há muitas referências às orientações das autoridades para quando fosse usada a mão-de-obra indígena que eles fossem pagos com salário. Mas mesmo antes das leis de Pombal se encontram ordens no sentido de averiguar a atuação dos administradores dos índios e de adverti-los para que se procedesse ao pagamento por serviços dos índios como a forma combinada, o que não estava sendo devidamente cumprida.³⁶³

Dom Rodrigo de Castelo Branco, ao tratar de diversos assuntos concernentes à administração, instruía como lidar com os índios. Num Regimento de 13 de agosto de 1679, Dom Rodrigo ordenou ao provedor da Vila de Itanhebe como deveria proceder à frente dos negócios, tecendo minuciosamente, em capítulos, suas orientações, sendo alguns destinados a como se devia agir com o gentio.³⁶⁴

Os espaços que dizem respeito aos sertões têm como estigma a idéia de terras despovoadas. Podiam congregar vastas áreas do rio São Francisco, que foi denominado Rio dos Currais”. Do rio São Francisco se fazia o caminho dos currais e ligava os sertões, possibilitando a vinda de gente da Bahia, Pernambuco e de outras partes. Essa compreensão dos sertões valia para outras regiões. A vasta América portuguesa concentrava diversos sertões, como o sertão norte, onde se

³⁶¹ Waldemar de Almeida Barbosa. *A decadência das minas e a fuga da mineração*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais. Edição do Centro de Estudos Mineiros, 1971. p.128.

³⁶² ATT. Papéis do Brasil.Cód. 3 MF 2303 São Paulo, 2 de abril de 1663. fl. 1 f. e 2 v.

³⁶³ ATT. Papéis do Brasil.Cód. 3 MF 2303 São Paulo, 2 de abril de 1663. fl. 15 f e v.

³⁶⁴ ATT. Papéis do Brasil.Cód. 3 MF 2303. Villa de Parnaguá, 13, de agosto de 1679. fl. 30.

desenrolou a guerra dos bárbaros, que compreendia o leste do Maranhão até o norte da Bahia (o vale do São Francisco), e ainda atingia certas porções do Ceará, do Piauí, do Rio Grande do Norte, da Paraíba e de Pernambuco.³⁶⁵

Quando se pensa no São Francisco, a abrangência é ampla. O Alto São Francisco³⁶⁶ correspondia a muitas localidades (Abaeté, Augusto de Lima, Bambuí, Barreiro Grande, Bom Despacho, Buenópolis, Cedro do Abaeté, Conceição do Pará, Corinto, Córrego Danta, Dores do Indaiá, Estrela do Indaiá... Morro da Garça, Lagoa da Prata, Moema, Luz, Morada Nova de Minas, Onça de Pitangui, Piuí, Pompéu, Quartel Geral, São Gonçalo do Abaeté, São Gotardo, São Roque de Minas, Serra da Saudade, etc...). As nascentes do São Francisco, desde fins do século XVII e início do século XVIII, já eram conhecidas e palmilhadas.³⁶⁷

O povoamento da margem esquerda do São Francisco se fez por meio de três frentes: pela passagem do Espírito Santo, passagem da Piraquara via Pitangui, passagem das Perdizes, juntamente com a passagem real da Picada de Goiás. No Alto São Francisco, Pitangui era o principal centro de irradiação do povoamento. Piraquara era relativamente próxima a Pitangui e à Vila de Tamanduá. O filho de Matias Cardoso fundou o arraial de São Romão, que se tornou pólo irradiador do povoamento do Alto médio São Francisco e Paracatu.³⁶⁸

Como se percebe, são áreas extensas, mas tendo certa ligação umas com as outras. O elo comum entre elas está no peso que tiveram para a formação das Minas. Foram percorridas de ponto a ponto, o que desencadeou o processo da conquista e do povoamento.

A ocupação das Minas não foi imediata, mas passou por fases. Num primeiro momento, "as entradas e bandeiras devassaram o território, a procura de riquezas minerais". Depois, com o enorme afluxo de pessoas em razão do achamento do ouro, também vieram os primeiros arraiais e vilas, o ouro e o gado e, na seqüência, o comércio de mercadorias com outras partes da colônia. Os currais proliferaram no São Francisco e no Rio das Velhas, e daí por diante passou à "fase

³⁶⁵ Pedro Puntoni. *A Guerra dos Bárbaros*. Povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil. 1650-1720. São Paulo: Hucitec, 2002. p.13.

³⁶⁶ Waldemar de Almeida Barbosa. *A Decadência das Minas e a Fuga da Mineração*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais. Edição do Centro de Estudos Mineiros, 1971.p. 27.

³⁶⁷ Waldemar de Almeida Barbosa. *A Decadência das Minas e a Fuga da Mineração*. p.29.

³⁶⁸ Darcy Ribeiro. *O Povo Brasileiro*. A formação e o sentido do Brasil. 2 ed. Companhia das Letras, 1995. Ver :Basis. 269-440.

da fixação, quando a conquista foi se ampliando, e as fazendas foram alargando o povoamento. A guerra dos Emboabas atirou paulistas para Pitangui e para a beira do São Francisco".³⁶⁹

Outra região apontada como vaga foi Sabarabuçu, por exemplo, tida como imprecisa. O seu nome não servia para indicar determinado lugar, mas uma região ilimitada.³⁷⁰ Sabarabuçu, palavra de origem indígena, era uma terra onde o ouro resplandecia abundantemente e compunha o desejo dos aventureiros. Seu acesso era no sertão.

Ricardo Cambraia e Fábio Mendes³⁷¹ abarcam o final do século XVIII, mais precisamente as primeiras décadas do século XIX. Referem-se aos sertões de Minas do leste, nas fronteiras com o Espírito Santo, Bahia, Rio de Janeiro – áreas das bacias dos rios Jequitinhonha, Doce, Mucuri, especificamente a região da Zona da Mata. Os pólos que chamam atenção nessas áreas são: Pomba e Abre Campo ao sul; Cuieté ao centro; Peçanha e Minas Novas ao norte. São áreas que compreendem os sertões leste das Minas. O marco temporal para o estudo se estende de 1780, quando o colonizador reelabora uma nova imagem para os “sertões do leste,” até 1808, ano que apresenta uma intensificação dos conflitos entre gentios e brancos.

Cambraia e Mendes concluem que a ocupação do leste não foi uma decorrência imediata da crise do ouro, e sim em razão dos acontecimentos múltiplos no período que corresponde à crise do Antigo Sistema Colonial. A *memória*, de José Elói Ottoni, de 1798, comentada na análise, aponta que para a saída da crise da capitania das Minas deveria ocorrer um impulso no povoamento, na agricultura e no comércio, mediante a abertura de estradas e o uso dos rios, principalmente o Doce, possibilitando a integração da região com as outras.³⁷² Os autores, apesar de concordarem em alguns aspectos com Caio Prado Jr., criticam-no dizendo que ele,

³⁶⁹ Waldemar de Almeida Barbosa. *A Decadência das Minas e a Fuga da Mineração*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais. Edição do Centro de Estudos Mineiros, 1971.p.64.

³⁷⁰ Waldemar de Almeida Barbosa. *História de Minas*. Belo Horizonte: Editora Comunicação, 1979. v.I. p.18. Sobre as expedições ver: p.19-23.

³⁷¹ Ricardo de Bastos Cambraia; Fábio Faria Mendes. A colonização dos sertões do leste mineiro: políticas de ocupação territorial num regime escravista (1780-1836). *Revista do Departamento de História*. n. 6, p. 137-150, julho de 1988.

³⁷² Ricardo de Bastos Cambraia; Fábio Faria Mendes. A colonização dos sertões do leste mineiro, p. 140. Os autores tratam das memórias e das informações dos governadores que registram a necessidade de aproveitamento da potencialidade do leste. Os memorialistas são importantes para o estudo dos autores, pois a partir deles captam a reelaboração da imagem da região em questão.

no livro *Formação contemporânea do Brasil*, trabalha a questão indígena separada da colonização pelo motivo desses assuntos estarem em capítulos separados no livro.³⁷³ De qualquer forma, a crítica não tem fundamento vista no fato de Caio Prado Jr. tratar em dois capítulos distintos da problemática. Uma leitura um pouco mais atenta de seus trabalhos torna evidente que, em várias passagens, a relação entre colonização, questões de terras e indígenas sobressaem, embora se deva compreender que não era essa relação o foco principal da escolha do autor.

Também certos pontos dos sertões foram percorridos pelo alferes Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha Tiradentes, alvo de comentários em várias cartas,³⁷⁴ onde informou ao governador Luiz da Cunha Menezes, que respondeu, em 21 de abril de 1784, sobre sertões da parte leste denominado Arias, entre Minas e Rio de Janeiro. O governador decidiu confiar ao alferes uma comissão para investigar o potencial das terras se tinham ouro e se era possível criar nelas novas moradas. Ordenou, ainda, que se fizesse uma configuração “cosmográfica e geográfica dos mesmos certos,” informando da quantidade de povoadores no local e de quais ofícios se ocupavam.

Os sertões eram percebidos, também, como uma “barreira imaginária,”³⁷⁵ área de segurança dos interesses reais. Deveriam ser observadas as confrontações entre as capitanias e os locais para o estabelecimento de registros e patrulhas. Além do alferes, na Comissão, delegou-se com orientações, no dia 16 de abril de 1784, ao sargento-mor Pedro Affonso Galvão, de S. Martinho, e ao coronel de Cavalaria Auxiliar, da comarca do Rio das Mortes, Manoel Rodrigues da Costa, que fossem aos sertões para realizar a averiguação.

A principal imagem do sertão era de áreas rebeldes – o avesso da urbanidade –, que precisavam ser controladas e domesticadas. Eram regiões nas quais o desconhecido imperava juntamente com o inesperado e o inexplorável, portanto, repleta de perigos e surpresas para os colonos.³⁷⁶ Os sertões não eram áreas de fronteiras, mas lugares de entrecruzamentos. Coincidia nessas vastas

³⁷³ Ricardo de Bastos Cambraia; Fábio Faria Mendes. A colonização dos sertões do leste mineiro. Ver no artigo dos autores p. 138 e 139.

³⁷⁴ RAPM. Ano II, fasc. II, Abr - Jun. 1897.p.347-350.

³⁷⁵ RAPM. Ano II, fasc. II, Abr - Jun. 1897.p.348.

³⁷⁶ Maria Elisa Noronha de Sá Mader. *O vazão: o sertão imaginário da colônia nos séculos XVI e XVII*. Dissertação apresentada ao Departamento de História PUC-RIO. Rio de Janeiro, 1995. Trata das imagens dos cronistas sobre o sertão.

extensões o fato de que em certos pontos as fronteiras eram delimitadas e se encontravam nas faixas de sertões.

Sérgio Buarque de Holanda comenta sobre as rotas que levavam aos sertões, como a de São Paulo de Piratininga, rumo ao nordeste pelo vale do Paraíba, a rota para Minas, para o Rio São Francisco, o norte e nordeste do Brasil. Ainda para o norte podia-se ir por Campinas e de Mogi-Mirim para Minas e Goiás, e para se chegar às regiões meridionais do Brasil seguia-se direção ao sul e sudoeste por Sorocaba e Itapetininga.³⁷⁷

Márcia Amantino define o sertão como regiões em processo de conquista e de integração à nação, onde era comum duas ou mais culturas se encontrarem ou se confrontarem. Era um espaço de conflitos e disputas, de ocorrência de mortes, mas que também propiciava a sobrevivência física e cultural.³⁷⁸

Nos sertões coloniais as riquezas eram almejadas porque eram possíveis de ser localizadas. O ouro, a prata, as pedras preciosas e tantos outros recursos naturais para o comércio, além dos indígenas, que poderiam servir como escravos ou mão-de-obra livre. O interesse em localizar as riquezas sobrepôs-se às dificuldades e intempéries que se impunham nessas áreas.

No decorrer de todo o período colonial, as imagens que cercaram a descrição dos sertões não alterou muito. Na visão dos conquistadores, compreendiam-se os lugares onde viviam os índios ferozes, resistentes à presença do colonizador, por isso mesmo o sertão consubstanciou-se no espaço das guerras, da região arriscada, do novo, das agressões, das violências e assaltos. Ter o domínio sobre os sertões era condição para o sucesso da empresa colonial e ao projeto de civilização, por conseguinte o domínio sobre o indígena.

Entendia-se como sertões mineiros tanto as zonas para o descobrimento de ouro e das riquezas quanto zonas em que o risco de vida era iminente, causavam temores em razão de serem *habitat* dos índios, de escravos fugidos, de feras, de doenças e, talvez, da morte.

³⁷⁷ Sérgio Buarque de Holanda. (direção). *História Geral da Civilização Brasileira; A Época Colonial*. – Do Descobrimento à Expansão Territorial. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972. Tomo 1. v. 1. Livro Quinto. A Expansão Territorial. Cap. II – As Bandeiras na Expansão Geográfica do Brasil (colaboradora Myriam Ellis).

³⁷⁸ Márcia Sueli Amantino. *O Mundo das Feras: Os moradores do sertão oeste de Minas Gerais – século XVIII*. Rio de Janeiro, EFRJ, IFCS, 2001. (Tese de Doutorado).

Os sertões foram traduzidos pela ausência de civilidade, e a conquista deles só seria viável se fosse “desinfestado” do gentio que era interpretado como imagem da barbárie. As expedições de conquistas tinham a finalidade de encontrar riquezas, povoar e civilizar os sertões, e para tal alcance acreditavam que tinham de submeter qualquer um que fosse obstáculo. As expedições repercutiam nos cofres da Coroa porque aumentavam a arrecadação de impostos seja sobre a terra apossada, seja sobre a extração do ouro e das demais riquezas. O povoamento dos sertões significava a ampliação do domínio e a necessidade de controle. Inácio Correia Pamplona escreveu que adentrar as terras “era uma empresa difícil e que já havia sido tentado muitas outras vezes e sempre sem sucesso graças a oposição do gentio bravo e a de negros que por todos os lados cercavam este continente”.³⁷⁹ Servindo aos interesses régios e aos colonos, as expedições tinham a função de tornar as terras habitáveis, produtivas, prósperas.

A ocupação do sertão viria com a conquista das terras onde residiam os gentios, embora nômades, percorrendo extensos espaços, e o povoamento poderia integrar os gentios nos projetos de civilização, de reduzi-los aos aldeamentos e à utilidade ou, por meio da guerra, de extingui-los. Assim, a colonização só foi possível e viável com ocupação, povoamento e valorização (organização da produção). Foi com o processo de colonização que se consolidou a integração dos diferentes povos e da economia. Além de estar ligada à expansão política, econômica, religiosa, a colonização não é o mesmo que expansão, e, sim, parte do processo de expansão.

As bandeiras cumpriram o papel de efetivar as conquistas territoriais e a expansão dos domínios do império português. Era um empreendimento particular de homens de cabedal que, com seus próprios recursos, organizaram as expedições para obter novas terras e datas minerais. As sesmarias eram concedidas como benesses aos entrantes e motivaram cada vez mais as posses, alargando as balizas das capitanias.

A propriedade das terras coloniais era da Coroa, mas como estratégia de ocupação, defesa e para atingir o sucesso da produção, integrou-se ao conjunto do sistema colonial a prática legal da concessão de sesmarias e datas minerais

³⁷⁹ BNRJ. Carta de Inácio Correia Pamplona ao Governador Valadares. Arquivo Conde de Valadares, Estância de São Simão. 18,2,6, doc. 7. Arquivo Conde de Valadares (Biblioteca Nacional, seção de manuscritos).

auferindo, assim, aos colonos instâncias de poder cobiçadas. Concedia-se o direito de posse de dada extensão de terra, procedimento costumeiro, para, com isso, sustentar o fundamento do sistema.³⁸⁰ O Conselho Ultramarino determinou, em 1731, que as sesmarias seriam concedidas no tamanho de meia légua de terra em quadra nas áreas próximas à mineração e 3 léguas nos sertões, com a condição de o suplicante possuir escravaria para fazer a terra produzir.

A partir da segunda metade do século XVIII, intensificou-se a penetração do território, e como decorrência as terras indígenas foram desapropriadas no processo da expansão colonial.

Além das disputas entre Portugal e Espanha nas fronteiras, o confronto entre sesmeiros, potentados, sertanistas, quilombolas e indígenas configurou a realidade dos sertões. Se o sertão leste era *habitat* dos botocudos, o oeste era dos Caiapós e dos quilombos, como os do Ambrósio, do Campo Grande, do Indaiá, Pedra Menina e Abaeté, Paraibuna, Bambuí e Tamanduá.³⁸¹ Os sertões do sul, do norte e do nordeste de Minas, além do mando dos potentados e da presença de outras populações indígenas, eram lugares também de bandidos e contrabandistas.

O devassamento dos sertões, porém, paulatinamente, foi efetivado onde se encontram as nascentes do rio São Francisco. Um dos fatores que causaram a busca de ouro nos sertões de Minas foi a rivalidade entre paulistas, baianos e emboabas – os reinóis –, descobrindo Pitangui e os vales do Abaeté e Rio Grande. De Pitangui chegaram até o Triângulo Mineiro, e a margem esquerda do São Francisco foi povoada partindo de Pitangui; na margem esquerda o gado foi o fator primordial. O Desemboque teve papel importante para as bandeiras que exploraram a zona do antigo distrito de Farinha Poder (Triângulo Mineiro). Essas expedições, embora fossem exploratórias, foram também povoadoras e deram origem a núcleos como Uberaba, Sacramento, Prata, etc.

Os sertões do noroeste de Minas, também conhecidos como "o sertão do São Francisco", estavam sob a jurisdição da comarca do Rio das Velhas. Nele foi mantido o intenso comércio do noroeste mineiro com as minas de Goiás, e muitos povoados surgiram desse intercâmbio.

³⁸⁰ A unidade da área utilizada era a légua em quadra. A légua de sesmaria equivale a 6,6 quilômetros, e a légua em quadra, portanto, a 43,56 quilômetros quadrados. Sobre a legislação que vigorou nas concessões de sesmarias, ver Waldemar Barbosa, *História de Minas*, p.231-251

³⁸¹ Cf. Carlos Magno Guimarães. *A negação da ordem escravista – quilombos em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Ícone, 1988.

Ao longo do século XVIII, prevaleceu uma indefinição entre as regiões; por exemplo, somente com o Alvará de 4 de abril de 1816 é que se transferiu o Triângulo para jurisdição de Minas, pois parte dele pertencia a Goiás. Todavia, por ter sido povoado por entrantes vindos das Minas, foi reivindicado.³⁸² Outra zona de peso na posse dos sertões foi o norte de Minas, que inicialmente estava subordinado à Bahia, mas em 1757 incorporou-se ao governo de Minas. Quanto ao sul de Minas, foi desde o princípio do movimento das bandeiras, região trilhada pelos paulistas. A Zona da Mata teve várias incursões e pólos de povoamento desde o século XVIII (abrangendo Guaraciaba, Rio Pomba, Visconde do Rio Branco, Matias Barbosa, Ponte Nova, Rio Espera, Guarapiranga e outras), bem como a região de Juiz de Fora e o Vale do Paraíba, porém a fixação foi maior com o advento da produção de café a partir de 1817 a 1819. A Zona da Mata teve seu acesso dificultado por causa da barreira que os índios impunham, mesmo assim no Setecentos foi alvo do desbravamento.

O vislumbre do enriquecimento acenado nos sertões atraía o povoamento, bem como a busca da sobrevivência

Na colônia a existência de culturas diversas resultou num convívio quase sempre tenso, mas que esteve associado a temporalidades e ritmos distintos. Como defende Braudel, a temporalidade é dialética e molda toda a estrutura onde os demais aspectos da vida estão imersos na longa duração. A geo-história, para além dos fenômenos naturais, implica a relação entre o homem e o meio e de onde este tira o sustento. Seguindo essa linha de pensamento, propõe-se analisar o espaço dos sertões e dos seus habitantes em constante tensão.

A natureza é o signo que retrata o espaço em discussão e o torna multifacetado: o sertão do cerrado, o sertão da caatinga, o sertão da seca, o sertão do interior, o sertão da zona rural, o sertão das linhas de fronteiras, o sertão do latifúndio, o sertão das matas e de difícil acesso, porém é o sertão que prenuncia possibilidades e embates inevitáveis. Ao referir-se a *Conquista dos espaços*, Braudel lembra que a partir do século XVII iniciou-se “uma sistemática caça ao homem” aos índios postos como rudes. “No Brasil, o português aparece, e o índio primitivo retrai-se: cede o seu lugar. É quase o vazio o que as bandeiras paulistas enxameiam. Em menos de um século os aventureiros de São Paulo, à procura de escravos, de

³⁸² Waldemar Barbosa, *História de Minas*, p.213-218. O termo Triângulo Mineiro surge primeira vez em 1884 no jornal de mesmo nome, mas ainda reconhecido como Farinha Podre.

pedras preciosas e de ouro, percorrem, sem o tomar, metade do continente sul-americano, do Rio de la Plata ao Amazonas e aos Andes".³⁸³

O sertão é o oposto do urbano. "As cidades são como transformadores elétricos: aumentam as tensões, precipitam as trocas, caldeiam a vida dos homens. Não nasceram elas da mais antiga, da mais revolucionária divisão do trabalho: os campos de um lado, as chamadas atividades urbanas do outro?"³⁸⁴ Como também, esclarece, "não há cidades nem vilas que não tenha as suas aldeias, a sua porção de vida rural anexa".³⁸⁵

Nelson de Senna³⁸⁶ debruça-se sobre os assuntos pertinentes aos limites e aos espaços das Minas sob a perspectiva, como ele mesmo disse, da ciência geográfica. A visão da geografia física, para o autor, é a descrição dos caracteres naturais e as influências da natureza sobre o homem, mas ela não é só descritiva, abarca o meio onde o homem age, as atividades humanas, os fenômenos sociais. Apresenta diversos mapas da capitania de Minas Gerais de fins do século XVIII e do XIX, o que permite identificar os limites do oeste, o Triângulo Mineiro, os limites de Minas e Goiás, o Alto, p Médio e o Baixo São Francisco, o rio das Velhas, o Rio Doce. As várias cartas geográficas, hidrográficas e mapas expostos trazem as diversas regiões das Minas e os povos indígenas.³⁸⁷

As Minas eram vistas como um enorme sertão ou muitos sertões, politicamente sem identidade, reconhecidas apenas como as minas do Ouro Preto, as minas do Rio das Velhas, as minas do Rio das Mortes, as minas do Paracatu e assim por diante. As divisas de Minas Gerais foram gradativamente edificadas com a Bahia, o Espírito Santo, o Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso e Goiás, limites que se firmaram ao longo do tempo em meio as desavenças, e não imediatamente até se chegar o que é hoje. Ainda foram das Minas adentrando a colônia que muitas outras capitanias surgiram.

³⁸³ Fernand Braudel. *Civilização material*, p. 82.

³⁸⁴ Fernand Braudel. *Civilização material*, p. 439.

³⁸⁵ Fernand Braudel. *Civilização material*, p. 442.

³⁸⁶ Nelson de Senna. *A Terra Mineira*. 2 ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1926. Tomo I. p. 8.

³⁸⁷ Nelson de Senna. *A Terra Mineira*. Tomo I. Ver em seu estudo as referências completas das cartas e mapas apresentados pelo autor e as Memórias como a de 1806 do Dr. Diogo Pereira de Vasconcellos, publicada na RAPM 1902, a Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais de José Joaquim da Rocha em 1784, publicada na RAPM 1897, a Memória sobre as minas da Capitania de Minas Gerais. (de 1798 a 1801) do naturalista Dr. J. Vieira Couto, RAPM de 1842, tomo X e outros. p.13-18.

Na análise das leituras transparece a percepção de sertões itinerantes. A partir das fontes é que se chegou a concluir como mutáveis os sertões, a idéia de ambientes como se estivessem em movimento, porque seus moradores nômades, os índios, assim eram. Foram os indígenas que deram a feição de mobilidade aos sertões na gênese da interpretação dos colonizadores. Os sertões se ligavam uns aos outros desde que a interpretação contemplasse a abrangência maleável dos limites, como os espaços percorridos pelo desbravador setecentista. Mesmo tendo variantes a idéia dos sertões, todos eles podem ser compreendidos entre, ou seja, extensões de terras situadas entre um espaço e outro, ao contrário de algo fixo e estável, localizavam-se na interseção, espaços do intercurso, do nomadismo dos índios, portanto lugares dos meios ou nos caminhos entre Goiás e Minas, Minas e Bahia, nas partes de São Paulo, nas divisas do Paraná, nos rincões do Mato Grosso, espalhados no Maranhão e no Piauí.³⁸⁸

Dessa maneira, as concepções de sertões expostas estão de algum modo associadas ao levantamento e à identificação das fronteiras coloniais, o que torna a reflexão difusa das imagens concebidas como fixas, porém convergentes, quando tocam dois aspectos fundamentais como indicadores desses espaços: a existência dos povos indígenas e das riquezas.

2.1 Limites e Fronteiras

No reinado de D. João V, as querelas se acirraram entre Portugal e Espanha no Novo Mundo, que culminaram numa série de tratados da conquista provenientes dos acertos entre ambas as coroas. A urgência em povoar os domínios das fronteiras entre uma e outra ilustram a política adotada para conter o acesso às riquezas que as terras prometiam.

As comissões de mapeamento do território na formulação dos tratados de demarcações ganharam expressão, com o de Madri, de 1750, e o de Santo Ildefonso, de 1777. Assim, os debates chegaram aos limites do norte e do sul da

³⁸⁸ Waldemar de Almeida Barbosa. *A Decadência das Minas e a Fuga da Mineração*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais. Edição do Centro de Estudos Mineiros, 1971.p.129.

colônia e da região pantaneira, que ficou oficialmente reconhecida. O Tratado de Madri sobressai em relação aos anteriores porque com ele foram organizadas duas comissões de especialistas com representantes de Portugal e da Espanha. As disputas e insatisfações nas definições das fronteiras deram origem a outra negociação em 1761, com o Tratado do Pardo anulando o Tratado de Madri.

A expansão territorial iniciada pelas entradas e bandeiras, na ânsia de encontrar riquezas, não foi um episódio que desapareceu rapidamente; ao contrário, foi se intensificando quanto mais a decadência do ouro se acentuava ainda na primeira metade do Setecentos.

O século XVIII é um momento de ápice das polêmicas entre as fronteiras externas da colônia, numa sobreposição de igual intento das fronteiras internas em que somente após muitas contendas houve acordos. Uma das polêmicas girou em torno das divisas entre Minas e Goiás “[...] toda a zona mineira a esquerda do rio Paranaíba e contornada pelo Rio Grande (constituindo a maior porção do chamado Triângulo Mineiro e uma pequena parte do extremo Oeste de Minas) esteve a partir de 1776 sob a jurisdição de Goyaz até quando – em consequência do primeiro movimento reintegrador, partido da Camara da Villa mineira de S. Bento do Tamanduá, em Carta de 20 de julho de 1793 dirigida a Rainha Maria I, então soberana de Portugal.”³⁸⁹ Decidiu-se contornar a situação, contudo não se desfez por completo o impasse.

Coube a D. João VI reincorporar as áreas do Triângulo Mineiro (os municípios próximos aos rios Grande e Paranaíba) para a jurisdição mineira, por decreto de 4 de abril de 1816. Entre 1766-1816, o território da comarca do Paracatu, dos julgados de Araxá e Desemboque e do Sertão da Farinha Podre estavam sob o domínio de Goiás e o Acordo teve seu desfecho a favor de Minas.

O Alvará de 20 de outubro de 1798, da Rainha D. Maria I, erigiu Paracatu a vila da comarca do Rio das Velhas. O Dr. José Gregório de Moraes Navarro, por Provisão, foi nomeado para criar o cargo de juiz de fora da Vila de Paracatu e o incumbiu de criar a mesma vila com a construção da Casa da Câmara e Cadeia, pelourinho, calçadas e a definição dos limites. Só em 15 de outubro de

³⁸⁹ Nelson de Senna. *A Terra Mineira*. 2ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1926. Tomo I. p. 39.

1800 foi feita parte da demarcação,³⁹⁰ mas não foi aprovada pela Coroa. Os limites Minas e Goiás foram objeto de desavenças, quando em 16 de julho de 1922 se findou a questão, mas até aí as discussões renderam séculos.³⁹¹

Foi apenas com a chegada do século XX que as definições das fronteiras tiveram menor impacto entre as regiões e foram sendo resolvidas, como em relação à Bahia, que se deu com o acordo de 5 de julho de 1920; ou com o Espírito Santo, com o Acordo pelo laudo de 30 de novembro de 1914; ou ainda com o Rio de Janeiro, em 9 de julho de 1920, assinado o Termo de Acordo; e entre São Paulo e Minas, com o Acordo de 5 de julho de 1920 para se fazer o laudo dos limites, mesmo assim foi incompleto.³⁹²

As capitanias eram circunscrições territoriais e administrativas cujos limites se consolidavam e se expandiam conforme a posse de terras e riquezas, seguindo o movimento de dilatação das expedições lideradas pelos exploradores. O declínio do ouro de aluvião tendeu a motivar a expansão geográfica em marcha.³⁹³

Os caminhos que se abrem para o intercurso e o contato com os sertões comparam-se a movimento, à mobilidade característica dos séculos iniciais das populações paulistas e que condicionou a idéia de fronteira, como observa Sergio Buarque: “Fronteira, bem entendido, entre paisagens, populações, hábitos, instituições, técnicas, até idiomas heterogêneos que aqui se defrontavam, ora a esbater-se para deixar lugar à formação de produtos mistos ou simbióticos, ora a afirmar-se, ao menos enquanto não a superasse a vitória final dos elementos que se tivessem revelado mais ativos, mais robustos ou melhor equipados. Nessa acepção a palavra ‘fronteira’ já surge nos textos contemporâneos da primeira fase da colonização do Brasil e bem poderia ser utilizado aqui independentemente de quaisquer relações com o significado que adquiriu na moderna historiografia [...]”.³⁹⁴

As fronteiras e limites de forma geral simbolizam demarcação político-administrativa, possuem conotação política, mas também os limites podem ter outros

³⁹⁰ Nelson de Senna. *A Terra Mineira*. (Chorographia do Estado de Minas Geraes) Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1926. Tomo II. p. 318 e 331.

³⁹¹ Senna Nelson de. *A Terra Mineira*. Tomo II. p. 317-331.

³⁹² Nelson de Senna. *A Terra Mineira*. Tomo I. p.31- 38.

³⁹³ Waldemar de Almeida Barbosa. *História de Minas*. Belo Horizonte: Editora Comunicação, 1979. v.I. p 198.

³⁹⁴ Sérgio Buarque de Holanda. *Caminhos e Fronteiras*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. (edição ilustrada. Coleção Documentos Brasileiros). p. VI.

usos, como espaço e território são usados para indicar o chão ou terreno. “O território é subsequente ao espaço e se estabelece a partir dele”.³⁹⁵

As divisas fixam limites entre uma coisa e outra, e as fronteiras, além de necessitarem dos limites, revelam pontos de encruzilhadas e de superposições.³⁹⁶ Os limites no século XVIII indicavam a conquista de um território, portanto existe uma íntima relação entre conquista, limites e fronteiras para o período em questão que retrata a presença com a vitória da imposição do colonizador. Junto à vitória sobre o domínio do território era estabelecido um marco de demonstração do poder, como a criação de uma vila.

Segundo Ricardo Cambraia e Fábio Mendes,³⁹⁷ foi no período de 1808 a 1836 que incidiu sobre as áreas de fronteiras do leste das Minas maior controle, o qual passou a ter atenção especial do governo para a ocupação, objetivando integrá-lo à rede mercantil do centro-sul do Brasil. A primeira metade do século XIX marcou “a expansão da fronteira colonial para o leste envolveram parcela significativa dos habitantes das Minas Gerais, desestruturando violentamente parte considerável das comunidades indígenas que ali se localizavam. Mais que isso, a ‘fronteira’ conheceria padrões diferenciados de relações sociais, o que a particularizava conferindo-lhe uma singular historicidade”.

O limite é uma invenção do homem para auferir significados às suas relações, sejam espaciais, sejam culturais, que podem usar signos para ser expressos, como se apresentam nas cartas de sesmarias: ao serem solicitadas, informava-se a localização a partir dos marcos naturais; o domínio da natureza da colônia provocava o domínio do espaço, do controle e do conhecimento do território. A visão do colonizador procura referências para se situar e mover no espaço. “Uma reflexão sobre limites e fronteiras é, também, uma reflexão sobre o poder. Fronteiras e limites são desenvolvidos para estabelecer domínios e demarcar territórios. Foram concebidos para insinuar precisão: a precisão que pede o poder. Enquanto forma de controle, a precisão é necessária para o exercício pleno do poder, em suas diversas instâncias. Fronteiras e limites reclamam pela exatidão, pela presença insinuante da

³⁹⁵ Cássio Hissa. *A Mobilidade das Fronteiras*, p 37.

³⁹⁶ Ver os estudos de Jaime Cortesão. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Tordesilhas*. Lisboa, 1950. 2 vols. Jaime Cortesão. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação/ Ministério da Educação e Cultura, 1958. Jaime Cortesão. *Introdução à História das Bandeiras*. Lisboa: Portugalia. 1964. 2. vols.

³⁹⁷ Ricardo de Bastos Cambraia; Fábio Faria Mendes. A colonização dos sertões do leste mineiro: políticas de ocupação territorial num regime escravista (1780-1836). *Revista do Departamento de História*. n. 6, p. 137-150, julho de 1988. p.138.

linha visual que muitas vezes não possuem. Fronteiras e limites reclamam a imagem, o marco – concretude que, substituindo a abstração possa fornecer a idéia de exatidão".³⁹⁸

As fronteiras coincidiam, em parte, com seus próprios limites naturais. Assim como os sertões eram identificados a partir dos rios que os recortavam, as fronteiras compreendiam os espaços entre os sertões.³⁹⁹ As fronteiras têm seus limites nas marcas da natureza, no entanto as marcas são construções dos homens. Na análise da geopolítica, como define Braudel, deve-se considerar o espaço, o clima, a vegetação como elementos que determinam a vida do homem, mas, principalmente, como se organiza a sobrevivência, que é resultado da maneira pela qual o homem esquadrinha e interage com o espaço, de onde retira os meios para produzir todas as áreas que lhe tocam a vida.⁴⁰⁰

As fronteiras naturais interpretadas pelos seus contemporâneos formavam os desenhos dos espaços e de seus limites. A natureza comandava as referências dos locais para quem transitava por eles. Os limites impostos,⁴⁰¹ com a finalidade de demarcar as fronteiras, traduziam as relações tensas de poder. Demarcar as fronteiras era imperativo para definir as jurisdições dos mandos sobre os espaços, pois, caso contrário, as áreas imprecisas davam a entender que não tinham donos e, por isso, vulneráveis.

Neste estudo, a discussão em torno dos sertões tem a ver com certas localidades que são pontos onde se encontravam as fronteiras, e com isso a identificação com espaços das riquezas da fauna, da flora, dos minerais ao mesmo tempo em que eram de um universo lendário. Daí o vínculo desses lugares tão distantes geograficamente com noções semelhantes que os qualificavam. Como Mato Grosso que possui nascentes de muitos rios, dentre eles a do Paraguai e a do Pantanal, que não se restringe ao significado de pântano, mas de uma região

³⁹⁸ Cássio Hissa. *A Mobilidade das Fronteiras*, p.35.

³⁹⁹ Nelson de Senna. *A Terra Mineira*, Tomo II. p.14.

⁴⁰⁰ Cf. Fernand Braudel. *História e Ciências Sociais*.

⁴⁰¹ ATT. Manuscritos da Livraria. Manuscritos do Brasil n. 27. Nesses manuscritos, há menção a tratados, como o de Utrecht, em 1713; entre Castela e Portugal, em 1668; entre Inglaterra e Hespanha, julho de 1713; entre Portugal e Espanha sobre a transação introdução dos negros (há várias datas e menções antes de 1700 e início do Setecentos). ATT. Manuscritos do Brasil. n. 28. São comentários sobre as relações diplomáticas e negociações entre Reinos, Portugal e outros. Também traz informações da colônia de Sacramento e os problemas de fronteiras dos portugueses com os castelhanos, a necessidade de fortificar e organizar artilharia. Lisboa, 20 de outubro de 1680.

singular, com atividades fluviais, de um espaço alagável de acordo com períodos de cheias e secas; é “uma geografia mutável”.

Com a expansão e o domínio das terras, era imprescindível a fixação das fronteiras políticas. Nessa perspectiva, várias áreas limítrofes foram incorporadas por Portugal no século XVIII aos seus domínios da América portuguesa, como é o caso do Pantanal. “O limite de Xarayes foi imposto ao conquistador pela sazonalidade do ambiente; ao estabelecerem esta fronteira, os espanhóis limitaram também seu conhecimento sobre o rio Paraguai”.⁴⁰² Interessante notar, nas narrativas, que primeiro Xarayes referia-se aos índios da região, “como dóceis, amigos e senhores de um vasto território,” depois passou a ser o nome da própria região.⁴⁰³ Caio Prado Jr. relaciona o caráter predatório da colonização com a exploração das riquezas naturais, objetivo da política do Estado absolutista que desencadeou uma série de mecanismos administrativos de controle que, no entanto, não obteve o sucesso e a soberania da vasta colônia.

Refletindo sobre o estabelecimento das fronteiras e dos limites, verifica-se que enquanto os sertanistas, entrantes, viajantes e cartógrafos tinham formado suas referências nas fronteiras naturais, na própria natureza, nos seus ciclos e nas suas paisagens, as autoridades portuguesas viam nessas informações as referências para nortear a demarcação das fronteiras políticas.

2.2 As Riquezas da Terra e os Gêneros do “Certão”

2.2.1 Os recursos naturais

a) A mineração

As expedições davam notícias do ouro desde 1562, nos sertões. Para que pudessem ter controle sobre a atividade, foram criados os Regimentos: o Regimento de 15 de agosto de 1603, depois o segundo, com acréscimos, de 8 de agosto de 1618, e, por fim, o Regimento de 1702 veio para tentar sanar os conflitos

⁴⁰² Maria de Fátima Costa. *História de um país inexistente*, p. 83. As fontes usadas no estudo são, principalmente, as narrativas dos cronistas e viajantes na região da bacia do alto-paraguai (a autora menciona as fontes, os nomes dos cronistas e viajantes usados. Ver p. 22 e 23). As narrativas dos viajantes e expedicionários que adentraram a região são: Aleixo García, depois Sebastian Caboto, Pedro Mendoza, Juan de Ayolas, Domingo de Irala, Alvar Núñez Cabeza de Vaca, Hernando de Ribeira, Ulrico Schmidl, Díaz de Guzmán e outros.

⁴⁰³ Maria de Fátima Costa. *História de um país inexistente: o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Estação Liberdade/ Kosmos, 1999. p. 134 e 135.

entre os descobridores, mas passou por adaptações.⁴⁰⁴ “A legislação colonial, na realidade, o que procura é disciplinar as relações concretas, políticas e sobretudo econômicas”.⁴⁰⁵ Integrava a política colonial além da defesa, povoamento e exploração de riquezas da terra, o conjunto de leis com seu aparato jurídico. As normas legais, como explica Fernando Novais, serviram aos desígnios da empresa colonizadora.

O Regimento de 19 de abril de 1702 dispunha sobre as datas minerais, determinando que o descobridor da área aurífera deveria comunicar o descoberto às autoridades competentes, no caso o superintendente, que passava a incumbência ao guarda-mor de repartir as datas no local. De acordo com certas regras, o primeiro lote era entregue ao descobridor do ribeiro, com o direito de escolher a data que lhe interessasse; o segundo pertencia à Real Fazenda, mas era vendido em praça pública a quem mais oferecesse; o terceiro era também do descobridor como mineiro e as demais datas eram entregues aos pretendentes, porém para ser favorecido devia atender a certos critérios, isto é, os candidatos à data mineral com 12 ou mais escravos receberiam 30 braças (em torno de 66 metros quadrados) e aqueles com menos de 12 escravos receberiam duas braças e meia por escravo (cerca de 5,5 m² quadrados por escravo).⁴⁰⁶ A partir de 1703, a data mineral pertencente a Fazenda Real passou para o sistema de meias, o ouro encontrado era repartido igualmente entre Real Fazenda e o mineiro que, além de arcar com as despesas, responsabilizava-se pela exploração da data.

Foi por meio da atividade de mineração que se deu a urbanização das Minas e as tentativas urgentes de civilizar o sertão. O caráter urbano veio com os núcleos de povoamento que emergiram do “mito” aurífero alcançado como Minas Novas no Alto Jequitinhonha, na Zona Metalúrgica Caeté, Barão de Cocais, Catas Altas, Nova Lima, Ouro Preto, Ouro Branco, Raposos, Sabará, nos Campos das Vertentes – Itapeverica, São João Del Rei, Tiradentes, no sul de Minas Airuoca, Campanha etc. No Alto São Francisco – Pitangui, Piui; na Zona do Paracatu –

⁴⁰⁴ Sérgio Buarque de Holanda (direção). *História Geral da Civilização Brasileira – A Época Colonial*. Administração, Economia, Sociedade. 4 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel /Difusão Editorial S.A., 1977, Tomo I, v.2. Livro Quarto: Economia e Finanças. Cap. V A Mineração, Antecedentes Lusos Brasileiros e Cap. VI Metais e Pedras Preciosas por: Sérgio Buarque de Holanda.

⁴⁰⁵ Fernando Novais. *Portugal e Brasil*, p. 58.

⁴⁰⁶ Waldemar de Almeida Barbosa. *História de Minas*, 1979. v.I. p. 54 e 55.

Paracatu; no Rio Doce Peçanha, Cuieté, na Mata – Senador Firmino –, na Zona de Itacarambira – Itacarambira.⁴⁰⁷

O ouro de aluvião era a fonte principal de riqueza e onde estava o ouro estavam os índios. A expedição do mestre-de-campo João da Silva Guimarães, a pedido do Conde de Sabugosa, em 1730, teve como única finalidade procurar riquezas nos rios Mucuri e Doce. A trajetória da Bandeira foi informada ao rei, destacando-se a presença do gentio nas áreas cobiçadas, afinal é o “[...] gentio que senhoreia tão vastíssimo sertão [...]”.⁴⁰⁸

No relato da expedição, o mestre-de-campo observa a contradição na relação com os índios. Ao mesmo tempo em que são considerados problema são necessários para o conhecimento da área a ser explorada, pois “[...] seguindo aquele rumo, que me noticiava o gentio haver ouro; e, como para conseguir, me era preciso passar pelas terras dos gentios, que me ficassem em direitura do rumo, atravessando a primeira, que era da nação dos *Machacalys*, perdi neste ao dito meu irmão, alguns soldados, e bastante feridos escravos, e alguns mortos, por falta de sermos instruídos pelo Cabo, com a forma com que havíamos de cometer aos gentios, ou pelo ignorar, que é mais verossímil, ou por sua natureza ser naturalmente oposta a tudo o que não é ser paulista”.⁴⁰⁹

A procura por riquezas fez, de certa forma, com que os sertanistas se aproximassem dos gentios para, com apoio deles, facilitar o percurso pelo território e para a obtenção de “*notícias que os gentios dão daquelas terras são nos Gonquinis, dois rios com ouro, como também um metal branco cravado em pedras..*”.Dentre os índios os “*Goemborés senhoreiam grande riqueza de ouro*, porque alguns trazem por enfeite nas suas mulheres, porque lhes tem apanhado principalmente os Comanachos que são conexos deles, e me persuado, porque um dos ribeiros que dizem haver ouro nos Gonquinis desagúa no tal rio, o qual dizem ser navegável até o mar e o outro que desagúa no Rio Doce. Dão também aos Comanachos notícias que encostado à costa do mar, junto ao Rio São Mateus, se acha um branco tirando ouro com alguma gente de côr. A nação dos Quituxis, haverem esmeraldas, que os

⁴⁰⁷ Waldemar de Almeida Barbosa. *História de Minas*. Belo Horizonte: Editora Comunicação, 1979. v.I. p.109.

⁴⁰⁸ RIHGMG. n. 2, 1946, p. 142-177. p. 142.

⁴⁰⁹ RIHGMG. n. 2, 1946, p. 142-177. p.143.

brancos antigamente tiraram, as quais dizem também haver na nação dos Ateraris, cujo gentio se acabou".⁴¹⁰

Em outro momento, o governador analisa a situação da sociedade e seu alvo se volta para mostrar a importância dos rios e caminhos abertos na condução de produtos e na cobrança dos direitos dizendo que "facilitados os carretos com a navegação dos Rios maiores da Capitania ou abrindo-se novas estradas do Rio de Janeiro pella Ayuruóca a São João del Rey; e da mesma Praça pello Rio da Pomba à Vila Rica, e Marianna. O projeto de novos caminhos na verdade interessaria muito ao comercio, de huá e outra Capitania alem de se navegar em grande parte o Rio Doce, Rio Grande e Rio de S. Francisco".⁴¹¹

Elogia a atitude dos seus governantes antecessores e do imposto da capitação, argumentando que o quinto deve recair sobre todos e não sobre uns poucos e só mesmo "Hum gênio Raro e bem entencionado sensível a decadência da sua patria, teve a honra de propor a sua Magestade que abolido o metodo da arrecadação dos quintos e [encerados] os gravíssimos inconvenientes do comercio passivo das Minas com o augmento da população e civilização dos Indios, Agricultura industria, uso das Artes seria mais intereçante carregar as quotas das cem arrobas sobre todos os individuos da Capitania. A experiencia das Capitaçoens de 1714 a 1724, e de 1735, a 1751, e os gemidos do Povo com as Derramas de 1764; e 1772 nos afastam prezentemente de tão plausivel arbitrio. Nem se precisa de maior penetração p.a ver que havendo de pagar 400 mil pessoas da Capitania som.e quota não poderia qualquer Fabrica de 300 pessoas contribuir com outras tantas oitavas annualmente o lavrador, e o criador, que tem pago os seus Dizimos prediais, e muitos com as posturas das Camaras; e que assistem com escravos, carros; boys, cavallos, mantimentos, e [capins] nas repetidas necessidades do Estado". Embora os comentários sobre a capitação fossem positivos, o contexto não mais favorecia a forma de cobrança desse tributo. O mesmo governador pondera e adverte por que o extravio de ouro, as fraudes e o ouro em pó circulando junto à decadência que se anunciava convertiam-se nos males da arrecadação, impedindo de atingir os objetivos "não intereçaram os Mineiros mais a Sua Magestade, do que depois da Fundição, e caza da Moeda. O mesmo aconteceu com as Capitaçoens donde nos rezulta a experiencia que só as Moedas junto à mina pode evitar assim o

⁴¹⁰ RIHGMG. n. 2, 1946, p.150 e 151, grifo nosso.

⁴¹¹ ATT. Cód. 01. MF 697. Fl. 89 f. e 89 v.

extravio e quebras ordinarias no freqüente zero de pesos miudos como cohibira fraudes das balanças".⁴¹²

Von Eschwege,⁴¹³ no início da sua obra, comenta sobre os sertanistas e a descoberta do ouro, passando pelos sertões da Casca ou também conhecido como Casa da Casca, tendo sua denominação na origem de uma aldeia indígena, no sertão do Rio Doce, região de Cuieté.⁴¹⁴ Dentre os famosos sertanistas, Eschwege cita João Leite da Silva Ortiz, que após ter vindo para Minas Gerais foi para Goiás atrás de ouro, onde se tornou guarda-mor-geral das Minas de Goiás, porém morreu em Pernambuco em 1730, possivelmente, segundo Eschwege "envenenado pelo Padre Matias Pinto a mando do Governador de São Paulo".⁴¹⁵ Isso deixa entrever a coexistência de conflitos e tramas entre autoridades civis e eclesiásticas quanto ao controle dos sertões, dos índios e das riquezas.

Os índios, sabendo da procura pelo ouro, pensaram nas armadilhas para quem quer que fosse devassar o território. Os Ambarés ludibriaram três quilombolas que estavam próximos ao Ribeiro do Ginipapo dizendo-lhes que os levariam ao lugar onde se tinha ouro, nas margens do rio Jequitinhonha, mas quando lá chegaram o gentio matou dois deles e apenas um escapou.⁴¹⁶

As notícias dos possíveis metais preciosos incitaram a organização de expedições do século XVII ao XIX. Foi, principalmente, a partir do XVII que os relatos das expedições de Paranaguá, Curitiba, São Vicente, Espírito Santo e Pernambuco vislumbraram encontrar as riquezas minerais e no final desse século se consumou a ambiciosa busca pelos descobertos.⁴¹⁷ Inicialmente, a região do Rio das Velhas era conhecida como "as minas de São Paulo, depois os descobertos foram achados na capitania da Bahia, em Jacobina, e em 1702 novos depósitos no Serro do Frio, Itocambiras e no sertão. Assim, seguindo-se um descoberto atrás do outro, como no Rio das Contas, Rio Pardo, Rio Verde, no sertão do Araçuaí, Fanafo,

⁴¹² ATT. Cód. 01. MF 697. fl 90.

⁴¹³ Wilhelm Ludwig Von Eschwege. *Pluto Brasilienses*. Trad. Domício de Figueiredo Murta. V.I. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo, 1979. Von Eschwege nasceu em 1777 e faleceu em 1855 na Alemanha. Ele foi geólogo e minerólogo, realizou pesquisas geológicas no Brasil quando chegou a paritir de 1810 e regressou a sua terra em 1821.

⁴¹⁴ Wilhelm Ludwig Von Eschwege. *Pluto Brasilienses*, p. 27.

⁴¹⁵ Wilhelm Ludwig Von Eschwege. *Pluto Brasilienses*, p. 57.

⁴¹⁶ Botocudos e Aymorés (Dezembro de 1809 – Lorena dos Tocoyoz). Notícias e observações sobre os índios botocudos que frequentão as margens do Rio Jequitinhonha e se chamão Ambarés ou Aymorés. *RAPM*. 1897. Ouro Preto: Imprensa Oficial, Ano II, fasc. 1, Jan-Mar de 1897. p. 28-31. p.29.

⁴¹⁷ A. J. R. Russell-Wood. O Brasil Colonial: o ciclo do ouro, 1690-1750. In: Leslie Bethell. (org.). *América Colonial*. Trad. Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes. São Paulo: EDUSP, 1999. v. II. p. 471-526.

e as Minas Gerais serviram de base para outras incursões a oeste, no interior. O Rio Coxipó, Rio Cuiabá no Mato Grosso, Rio Vermelho em Goiás. Russell-Wood atenta para o período de apogeu das minas entre 1690-1750 “A atividade dos bandeirantes no devassamento do sertão e na exploração de várias regiões continuou durante todo o século, mas os desenvolvimentos futuros serviram apenas para confirmar a designação real (1754) de ‘áreas de mineração,’ ao referir-se a São Paulo, Minas Gerais, Cuiabá, Mato Grosso, Goiás e às comarcas de Jacobina, Rio das Contas e Minas Novas de Araçuaí, na Bahia”.⁴¹⁸ Assim, o século XVIII tornou-se o século do ouro e o XIX se nutria do anterior na expectativa de novas descobertas, com a intensificação das expedições.

Joze Pereira Freire de Moura escreveu uma carta em 5 de janeiro de 1810 ao governo requerendo permissão para seu filho, Antonio Pereira Freire de Moura, comandar uma bandeira. A autorização serviria ao intuito de procurar riquezas na Lagoa Dourada com base em um roteiro que seu falecido pai deixou.

O roteiro do pai de Joze Pereira orientava a direção a ser tomada para se chegar a Lagoa Dourada. Em síntese, dever-se-ia ir rumo ao rio Jequitinhonha, descê-lo até Catingas, passando pela serra dos Aimorés, e situada ao pé da serra estariam os ribeiros ricos em ouro. Joze Pereira,⁴¹⁹ na mesma carta, comentava que no caminho havia uma aldeia dos índios Camanachos, Capoches, Pantimes, e Maquary, fugidos dos Botocudos do rio Doce, e receoso dos entraves causados pelos Botocudos, diz: “Este districto de S. Domingos sempre foi o mais exposto as invazoens dos Botocudos: e ainda q.do se fes gente no Termo das Minas Novas, foi por essa causa prezervado este Districto, [...] é fácil q. se eles perceberem a falta de gente, ajão de fazer alguma invazão atraçoada: e nesse caso eu, e a minha família seremos os primeiros sacrificados”.

O início do século XIX aponta para a continuidade das expedições em busca dos metais preciosos e o roteiro que Joze Pereira guardava do falecido pai mostra como o século anterior despertava ainda esperanças de enriquecimento, mas por outro lado mostra que os conflitos com os gentios estavam longe de terminar. Com base no roteiro da Lagoa Dourada, elabora-se uma retrospectiva das

⁴¹⁸ A. J. R. Russell-Wood O Brasil Colonial: o ciclo do ouro, 1690-1750. In: Leslie Bethell. (org.). *A América Colonial*. Trad. Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes. São Paulo: EDUSP, 1999. v. II. p. 471-526. p. 472.

⁴¹⁹ Exploração no Jequitinhonha. *RAPM*. 1897. Ouro Preto: Imprensa Oficial, Ano II, fasc. 1, Jan-Mar de 1897. p. 33 e 34. O documento seguinte é a Cópia do Roteiro Para Se Procurar A Lagoa Dourada. p.34.

minas e dos descobertos seqüenciados que levaram desde o início do XVIII a uma série de expedições responsáveis pelo povoamento, por exemplo, de Minas Novas, na comarca do Serro Frio. Fundada em 1727 por causa das expedições bem-sucedidas atrás de ouro do capitão Sebastião Leme do Prado. O arraial abrangia Fanados e Araçuaí, com o nome de Nossa Senhora do Bom Sucesso, depois Minas Novas, conhecida e habitada bem antes do Oitocentos.

As expedições se guiavam pelos rios no período entre 1553-1573 e 1576-1646. A expedição de Francisco Bruzza de Spinosa entrou pelos sertões dos rios São Francisco e Pardo (1553); a de Martim de Carvalho nos sertões do Mucuri e São Mateus (1570); a de Sebastião Fernandes Tourinho nos sertões do Rio Doce e do Jequitinhonha (1573); a de Antônio Dias Adorno, nos sertões do Rio Doce, Suassuhy Grande, Itambacury, Americanas, Marambaia e Arassuahy entre 1612 e 1614. Antônio e Domingos de Azeredo, irmãos, seguiram os sertões do rio Doce em 1633, em busca de esmeraldas e ouro. Os paulistas vindos pelo sertão da Mantiqueira e pelos rios Paraíba e São Francisco, em 1601 e 1602, com Nicolao Barreto e André de Leão. Em 1675, a expedição de Lourenço Castanho fez guerra ao gentio Cataguá, foi do sul para o extremo oeste até o Triângulo Mineiro. Fernão Dias Paes Leme entrou nos sertões do rio das Velhas, São Francisco e Jequitinhonha entre 1674 a 1681. Castanho Tacques saiu no ano de 1675 de São Paulo pela Mantiqueira e dizimou os índios Cataguás. Seu filho Lourenço Castanho, depois de 1698, foi explorar os sertões dos Cataguás, dos Caetés e combater os índios dessas regiões.⁴²⁰

Wilson Cano⁴²¹ concorda com Fernando Novais quanto à exploração colonial e afirma que a mineração não constituiu um complexo econômico nas Minas Gerais. Embora tenha gerado excedente, seu destino foi a acumulação de capitais na Europa. Além disso, parte do total do ouro no século XVIII, correspondente a 30%, saiu de Goiás e de Mato Grosso.

Assim como Cuiabá, as Minas eram vistas como sertão das riquezas. As minas do Cuiabá descobertas por paulistas escoavam as riquezas por vias fluviais (as monções). A região do Guaporé, na bacia amazônica, atraiu, também, os bandeirantes com a mineração, e as disputas dessas áreas se desenrolaram ainda

⁴²⁰ Nelson de Senna. *A Terra Mineira*. (Chorographia do Estado de Minas Geraes). Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1926. Tomo II. p.15-20.

⁴²¹ Wilson Cano. *Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil*. Campinas: UNICAMP, 2002. p.15 e 16.

entre Espanha, Portugal e os Indígenas. Espanha, pelo Tratado de Tordesilhas, tinha direito ao domínio dessas regiões, só que na prática a presença dos bandeirantes mudou a situação. A Coroa portuguesa não hesitou em garantir as zonas mineradoras, fundando em 1727 a Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá, nas margens do Rio Cuiabá, e em 1748 fundou Vila Bela, a capital da capitania de Cuiabá e Mato Grosso. Cuiabá e Goiás não tiveram a mesma proporção da urbanização de Minas Gerais, mas o ouro, conseqüentemente, levava a fundação de núcleos urbanos e a necessidade de construir fortalezas e presídios, como a edificação do forte de Nova Coimbra e Cuiabá.

Os paulistas foram retratados como “os verdadeiros exploradores do Brazil, e nisto tinham feito grandes serviços a V. Mag.de pois com o seu temor, e armas afugentarão o mais do gentio bravo”.⁴²² As campanhas lideradas pelos paulistas deixaram um legado histórico. Apesar das controvérsias, as fontes se dirigem aos bandeirantes como aqueles que tornaram possíveis os lugares inabitáveis de povoar e romperam “o sertão donde ficou mais franqueada a entrada”.⁴²³

As ações dos bandeirantes se tornaram reconhecidas porque, ao domarem o gentio, a população se estabelecia cada vez mais sem medo, os criadores de gado ampliaram as áreas de criação e encontraram o que o rei mais desejava com o “descuberto as minas de m.to ouro que há naquellas capitanias de S Paulo, e Pernagoha, e Pernahiba, e as serras do Sobrobrabusu, a donde dizem tirarão finissimas esmeraldas os Azeredos (sic) do espirito Santo, e a serra de Soroquaba, adonde tirou copioza prata o marques das minas D.Fran.co Desouza”.⁴²⁴

Todas as atividades levaram a aumentar os rendimentos reais. As bandeiras paulistas, apesar de apresarem o gentio, foram vistas como imprescindíveis ao bem comum, além de descobrirem as minas do ouro e pedras preciosas que encheram os cofres reais e alargaram os domínios do rei. Elas viabilizaram o sustento e a fixação da população ao abrirem os sertões, que não seriam penetrados sem as ações dos paulistas; as riquezas ficariam ocultas e inatingíveis, contudo, “[...] nenhuma destas couzas puderam conseguir sem o serviço

⁴²² Biblioteca da Ajuda. Palácio Nacional da Ajuda. Lisboa. Ref. COR 2021. Cota 51-IX-33. Título Sobre o cativo dos índios. fl. 387 f e v. Bertolomeu Lopes de Carvalho.

⁴²³ Biblioteca da Ajuda. Palácio Nacional da Ajuda. Lisboa. Ref. COR 2021. Cota 51-IX-33. Título Sobre o cativo dos índios. fl. 387 f e v. Bertolomeu Lopes de Carvalho.

⁴²⁴ Biblioteca da Ajuda. Palácio Nacional da Ajuda. Lisboa. Ref. COR 2021. Cota 51-IX-33. Título Sobre o cativo dos índios. fl. 387 f e v. Bertolomeu Lopes de Carvalho.

deste gentio pois com elles curçavão os mesmos sertois, e com elles abrião os minerais, uzavão do labor com q. sustentavão todo o Brazil, de farinhas de trigo, de pau, carnes, feivao (*sic*), algodois e outras m.tas mercansias deq. pagavão a V.Mag.de; seus tributos; e quintos do m.to ouro que tiravão". Os paulistas viram na conquista do gentio a solução para fazerem "suas entradas para aquietação de todos com particular bem das praças, e augmento de suas terras e cazas que a custa de tanto sangue que das treições dosd.o gentio tinha por hesses sertois deramado".⁴²⁵ O mérito auferido aos paulistas no documento se deve, também, porque a eles é imputada a glória de alcançarem lugares que nem os "R.dos P.es missionarios não chegado com suas missois".⁴²⁶ Como bem se expressou, "os Sertões destas conquistas são muitos".⁴²⁷

Nos casos de desvios de riquezas, os caminhos eram os primeiros alvos de ação das autoridades, aumentando a vigilância sobre eles. A comunicação entre os sertões das riquezas era interrompida. Assim como se ordenou fazer com o caminho do Maranhão "para as minas," evitando que "os vizinhos desse Governo não offendão os outros Dominios da America Portugueza, nem prejudiquem á Fazenda Real com o contrabando".⁴²⁸ A preocupação com a ordem da colônia tinha como única finalidade a riqueza "Por não convir ao meu Real serviço, nem ao augmento do Comercio desse Estado, que nelle se abram Minas de qualquer qualidade ou Mettaes".⁴²⁹

Em 1732, Dom João comentava a carta de Antônio da Silva Caldeira Pimentel, governador da capitania de São Paulo de 3 de junho de 1731: "A respeito da diminuição do ouro que se experimentava nas Minas dos Guayazes, e dos novos descobrimentos que fizeram maes perto dessa Cidade Manoel Roiz Tomaz, e Urbano do Couto e Menezes achando varios ribeiros com bonz jornaes, e hua grande vastidao de Campanha com formaçoens, e despoziçoenz certas de muito ouro, alem de muitos morros terras e serras com os mesmos sinaes, e abundande

⁴²⁵ Biblioteca da Ajuda. Palácio Nacional da Ajuda. Lisboa. Ref. COR 2021. Cota 51-IX-33. Título Sobre o cativo dos índios. fl. 387 f e v. Bertolomeu Lopes de Carvalho.

⁴²⁶ Biblioteca da Ajuda. Palácio Nacional da Ajuda. Lisboa. Ref. COR 2021. Cota 51-IX-33. Título Sobre o cativo dos índios. fl. 387 f e v.

⁴²⁷ BNL Cod. 11259 F. 4829. fl.1-29.

⁴²⁸ BNL. Cód. 112595 F. 4829. fl 1- 19. Instruções Régias. (Instrução particular, que V. Magestade he servido mandar dar a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, nomeado Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Pará). fl.7.

⁴²⁹ BNL. Cód. 112595 F. 4829. fl 1- 19. Instruções Régias. (Instrução particular, que V. Magestade he servido mandar dar a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, nomeado Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Pará). fl.7.

copea de Christal".⁴³⁰ Os descobridores noticiavam que apesar dos descobertos as chuvas e o gentio os impediram a lavoura, fazendo-os recuar sem subsistência e interrompendo as atividades. Mas, posteriormente, retornaram às áreas mais equipados. Com base no exposto, o rei autorizou que continuassem com os descobrimentos e que o mantivessem informado para que ele encaminhasse as providências devidas.

O reconhecimento dos extravios dos quintos reais carecia de meios para detê-los, mas algumas das autoridades não corroboravam nem tinham manejo para lidar com a situação, como o governador de São Paulo que "procede mais com odio contra as pessoas que entrão a estas Minas, do que com zello do Real serviço". O governador fixou um registro das entradas acarretando prejuízos aos viandantes porque a cobrança extrapolava o objetivo dos tributos de entradas "sucede he que depois dos miseraveis viandantes terem reg.do; e pagas as entradas em Mogi, perdem m.o cargas nos discurso do caminho por razão das agoas e rios caudalozos, que atravessão e gastão outras por lhe serem necessr.as para o seu sustento, e de todas pagão os direitos sem entrarem nestas Minas".⁴³¹

A escolha do registro em lugar tão pouco estratégico era a razão, inclusive justificada, de algumas pessoas trapacearem ouro, porque a jornada para as Minas "ou p.a os certois da B.a; e Pern.co" do Rio de Mogi era penosa e distante, mas os inconvenientes podiam ser solucionadas "pondo o registo no Rio do Acurumbâ" mais caudaloso que o do Mogi embora o "grande risco se acha em encontrar com o gentio".⁴³² Explicava que o rio tinha a distancia das Minas de quatorze dias de jornada "e antes d'elle passado não se pode hir buscar as Minas Geraes, nem os certois da B.a e Pern.co, e nesta forma ficarão os quintos de S.Mag.de tão seguros como se estivessem debaixo de huma clave, e todas entradas se pode pôr na borda do campo que fica em dous dias de jornada destas Minas".⁴³³ Era questão de segurança e condição para se viver nos sertões diminuir as distâncias e facilitar as viagens. As observações dos inconvenientes e a proposta para mudar o registro de lugar não era apenas por causa dos descaminhos do ouro, mas tratava-se de disputas entre as autoridades pela parte que desejavam

⁴³⁰ ATT. Cód. 06. fl.16 f. Lisboa, 6 de fevereiro de 1732.

⁴³¹ ATT. Cód. 06. fl.76. Lisboa, 30 de outubro de 1733.

⁴³² ATT. Cód. 06. fl.76. Lisboa, 30 de outubro de 1733.

⁴³³ ATT. Cód. 06. fl.75. Guayazes, 5 de Mayo de 1732.

abocanhar dos direitos de entradas entre capitanias de Minas e São Paulo com a de Goiás e de facilitar o acesso às minas.⁴³⁴

Algun tempo depois, a carta de São Paulo, em 8 de abril de 1734, relatava os desdobramentos das discussões quanto às passagens e os registros. Na passagem do “Rio Guacurumba”, o ouro extraído continuava sendo extraviado. A alternativa seria, *“assim nas Minas do Cuyabá, como Guayas, vendandosse porem as entradas dos certos de Pernambuco, Bahia, e Minas geraes, q. são as partes por onde se pode devertir os 5.os reais de V.Mag.de, e os interessados daquellas capitanias pello Porto da V.a de Santos podem metter as suas carregações conduzindoas pella mesma estrada geral desta ci.de p.a no mesmo Reg.to do Guacurumba serem registados, e o ouro do seu producto”*. As Minas sempre ligadas aos diversos sertões e que por conseguinte levava a outras minas obrigava a uma política no controle e fiscalização dos entroncamentos.⁴³⁵

A falta de caminhos por terras para as minas do Cuiabá foi um problema que Gabriel Antunes Maciel, em 1721, tentou solucionar por meio da abertura de uma via, mas não conseguiu. No mesmo ano, governava a capitania o Conde de Assumar, D. Pedro de Almeida, quando Bertholomeu Paez de Abreu se dirigiu com “escravos e gente paga á minha custa explorar Campanhas daquelle Certão levando duzentas, e quarenta e tantas cabeças de gado vacum, e cavallos carregados”.⁴³⁶ Assim que ele se fixou nas vizinhanças do Rio Grande fez um requerimento ao general Rodrigo Cezar de Menezes para abrir o caminho, porém seu pedido foi desprezado. No dia 6 de janeiro de 1722 foram favorecidos, para a abertura do caminho, Manoel Godinho Lara “e seos colligados M.el Gonçalvez de Aguiar Sargento Mor da Praça de Santos, e Sebasthiao Fernandes do Rego,”⁴³⁷ quando assinaram, na frente do referido general, o Termo de Obrigação. No entanto, o problema da abertura do mesmo caminho não foi solucionado, ocasionando prejuízos e a diminuição aos ganhos da Real Fazenda com os quintos do ouro e dos contratos dos dízimos porque não havia um aumento daquelas minas.⁴³⁸

⁴³⁴ ATT. Cód. 06. fl.76. Lisboa, 30 de outubro de 1733.

⁴³⁵ ATT. Cód. 06. fl.93.v. São Paulo, 8 de abril de 1734, grifo nosso.

⁴³⁶ ATT. Cód. 06. fl.93.f. São Paulo, 8 de abril de 1734.

⁴³⁷ ATT. Cód. 06. fl.93.f. São Paulo, 8 de abril de 1734.

⁴³⁸ ATT. Cód. 06. fl.93.f. São Paulo, 8 de abril de 1734.

O atalho resolveria a exposição aos perigos da navegação e do gentio a que estavam submetidos. Assim, Bertholomeu Paez de Abreu sugeria à Coroa que com um registro apenas na passagem do rio “Guacurumbâ” controlaria o ouro extraído das Minas do Cuiabá e de Goiás, fechando as entradas dos sertões de Pernambuco, Bahia e das Minas Gerais “q. são as partez por onde se pode divertir os 5.os reais”. A proposta era justificada em razão do conhecimento que tinha das minas “e experiencias de certões”.⁴³⁹ Bertolomeu Paes de Abreu era considerado o “descobridor das Minas nessa mesma Cappintania” daí o rei expediu ordem ao governador de São Paulo para saber “se hutil e praticável este caminho pella parte q. o Supp.te apponta ou por onde se poderá abrir este caminho por terra”.⁴⁴⁰

A descoberta e o apogeu dos sertões, com a exploração de suas riquezas naturais, encontraram no século XVIII o momento propício de florescimento. Nos sertões encontravam-se as Minas e Goiás, as terras prometidas. A segunda metade, as entradas, revigoraram-se rumo às fronteiras de Minas.

O ano de 1755 é um marco importante porque s o poder temporal dos eclesiásticos nas missões indígenas foi suprimido, os padres conservaram apenas os poderes espirituais, resultando na ampliação cada vez mais da autonomia dos colonos. Poucos anos após, em 1759, os jesuítas foram expulsos do Brasil e a população indígena, entregue à secularização.

O fim da era colonial, de acordo com Caio Prado Jr., ocorreu ao mesmo tempo em que se deu a concentração da população em Minas, Goiás e Mato Grosso e em razão do ouro. Nesse ínterim outra área floresceu com as estâncias de gado do Rio Grande. Ao final do século XVIII, a madeira foi incorporada à economia e tornou-se matéria-prima fornecida para construções, constituindo parte da indústria extrativa no Brasil colônia. A pesca da baleia como monopólio da Coroa foi, também, outra importante atividade da Bahia até Santa Catarina, bem como o sal, tirado da rocha, da região do rio São Francisco.⁴⁴¹

O combate ao gentio, o desbravamento dos sertões e as descobertas de riquezas guardam íntima relação ao se tornarem argumentos dignos, aos seus praticantes, na obtenção de recompensas. Apesar de os paulistas terem sido vistos como os maiores escravistas dos índios, além das muitas leis régias expedidas para

⁴³⁹ ATT. Cód. 06. fl.93.v. São Paulo, 8 de abril de 1734.

⁴⁴⁰ ATT. Cód. 06. fl. 94. Lisboa, 28 de julho de 1735.

⁴⁴¹ Caio Prado Júnior. *História econômica do Brasil*. 35 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.103 e 104.

evitar o cativoiro injusto, fica fortemente constatado, nos documentos, a justificativa exaltada de que os bandeirantes erigiram a obra civilizatória nos sertões e curvaram os índios à civilidade. Ainda, quando combateram o “brabo selvagem” foi porque a extrema necessidade de domá-los se interpôs no caminho, não deixando outra saída senão a de limpar os sertões dos bárbaros gentios e enfrentar as feras assim como, se deve proceder na conquista do gentio Cayapó.⁴⁴² “O talento, e constancia de dois paulistas Bartolomeu Bueno da Silva com setenta anos e seu genro João Leite da Silva Ortiz a todo o risco venceram as dificuldades e saíram a ir com seus descobrimentos...”.⁴⁴³ A entrada sofreu atrasos porque os bandeirantes ficaram desamparados e sem socorro. Mesmo assim, afirma-se que os paulistas foram os que sempre estiveram dispostos a servir a real majestade, encarando o perigo e arcando com suas despesas. “Acho-nos com o merecimento das honras em mercês prometidas pelos sereníssimos senhores reais de Portugal antecessores de Vossa Majestade que também foi servido fazer nos a mercê de conceder licença para o reconhecimento de Santa Tereza de Jesus desta cidade em mosteiro de religiosas professas”.⁴⁴⁴, pois já havia “três pretendentes naturais” e das Minas haviam quatorze. Após a exposição da saga dos bandeirantes vem a solicitação de uma das recompensas que seria a fundação do mosteiro para “acomodar” suas filhas.⁴⁴⁵ Reafirma, ao final, que a súplica seria uma forma de “remuneração dos relevantes serviços por nós e nossos antepassados feitos a Coroa de Vossa Majestade”.⁴⁴⁶

A carta, de 14 de julho de 1736, ao rei foi o meio pelo qual se fez uma representação das queixas dos descobridores e dos colonos acuados por força das circunstâncias desanimadoras em que viviam nos sertões. Num determinado trecho da representação, soa um desabafo esbravejado. Após serem expostas as violentas investidas dos gentios e a reclamação da falta de apoio para a construção da estrada, atacou-se diretamente o governo responsável pelas minas e denuncia: “Os que tem mando nesta capitania não cuidão em aplicar o remédio para se atalharem semelhantes danos o que devemos esperar da Real grandeza de Vossa Majestade

⁴⁴² APM SC. 63. filme 13. fl. 34 -35.

⁴⁴³ APM SC. 63. filme 13. fl. 34 -35.

⁴⁴⁴ APM SC. 63. filme 13. fl. 34 -35

⁴⁴⁵ APM SC. 63. filme 13. fl. 35.

⁴⁴⁶ APM SC. 63. filme 13. fl. 35. Assina a Representação uma série de paulistas dentre eles: João Pais de Abreu, Pedro Taques de Almeida Pais, Padre Ângelo de Siqueira, João Pimentel de Távora, José Tavares Silva etc.

porque os governadores põem os olhos nos seus interesses perecendo com isto o bem comum e o mais importante para o Real serviço".⁴⁴⁷ Sem se conter, na seqüência, completa como se colocasse os pesos na balança, criticando o descuido da administração em diversos períodos onde "tem a experiencia mostrado por infalível a falta e a diminuição das mesmas minas como em outro tempo aconteceu nas minas do Cuyabá que estando em flor se cortou esta e com dificuldade agora a esperança da alentos a que torne a florescer: o mesmo experimentarão as minas de Paranampama não há muito tempo de sorte que em lugar de terem aumento ficarão dominadas..".⁴⁴⁸ A crítica fundamentava-se na vivência, no convívio com a colônia. O raciocínio parte da comparação das áreas onde se concentravam as riquezas, e com isso apresentou uma conclusão: "[...] observadas as coisas observaveis por evidencias certas o mesmo acontecera nas minas dos Guayaz que ainda que o contrario se ache consultado e assentido este acenso he costume trivial ser sempre a contemplação dos consultantes, e muito mais quando são interessados na mesma Cons.ta e averiguações como nesta matéria sucedeu que premeditadamente se for o original de proposto e consultado de sorte que atendida a vontade e animo do desejo sujeitas as mais vontades ainda que repugnantes assentiram em todo o original já escrito e ponderado o medo e grande receio que se tem por causa das vexações continuas que experimentão o que se distraem de semelhantes pareceres e o motivo porque a elles as vontades se sujeitão".⁴⁴⁹

Retoma-se, num outro momento da representação, a urgência do caminho por terra, tanto para as minas do Cuiabá quanto para as de Goiás, explicando que sua construção livraria a todos dos atentados da "camp.a sujeita ao gentio cavallr.o nação Goaz". Para aplacar o "poderoso e guerreiro" Goaz seria imprescindível a criação de duas companhias pagas tendo à frente um comandante entre os Rios Meia-Ponte e Guacurumba, por conseguinte, ao implementar tal medida traria o "sossego as minas dos Guayaz e Cuiabá no dano que recebe dos Cayapó que podem ser destruídos sendo Vossa Majestade servido assim o mandar".⁴⁵⁰

A ausência de providências era apontada como a principal vilã da diminuição das minas, da pobreza em que se encontravam, de sua evasão, o que

⁴⁴⁷ APM. SC. 63. filme 13. fl. 49 - 50. São Paulo, 14 de julho de 1736.

⁴⁴⁸ APM. SC. 63. filme 13. fl. 49 - 50. São Paulo, 14 de julho de 1736.

⁴⁴⁹ APM. SC. 63. filme 13. fl. 49 - 50. São Paulo, 14 de julho de 1736.

⁴⁵⁰ APM. SC. 63. filme 13. fl. 49 - 50. São Paulo, 14 de julho de 1736.

impossibilitava de levá-las adiante. Como os descobrimentos estavam apenas no princípio, ainda se dependia de talhar os sertões e sem as decisões oportunas tudo estaria perdido, porque onde estavam os gentios também estavam às riquezas. No desfecho da carta os oficiais do Senado da Câmara, emitem a opinião de acordo com o noticiado: “Pareceu ser digno de pôr na presença de Vossa Majestade pela obrigação do cargo em que nos achamos, como por fieis vassalos de Vossa Majestade..”.⁴⁵¹ As reclamações reunidas, a calamidade a que os sertões estavam submetidos, principalmente porque o “descobrimento nos poucos anos tem aviltado” exigiam uma imediata e pronta intervenção.

Jozé Barbosa de Sá, ao descrever a saga dos bandeirantes, comenta a fertilidade da terra, a quantidade e a variedade de frutos, pois nem necessitavam de semeá-los para tê-los. Mas aos seus olhos o paraíso estava abandonado, “a gente desses lugares estava esquecida das obrigações católicas”.⁴⁵² O esquecimento não tem a conotação de ser natural, mas de relapso. Ao elaborar a narrativa, vasculhou todas as informações disponíveis e notou que “Dos capitães das bandeiras primeiras, não achei noticias, e só sim dos q. exercitarão estes empregos nos tempos próximos ao descobrim.to do ouro neste Sertão, q. são os seguintes: Manoel de Campos, e seos f.os Antonio Pires de Campos, e Phelippe de Campos Bicudo,” dentre muitos outros nomes arrolados dos descobridores.

O registro das povoações de Cuiabá e Mato Grosso parece se guiar com o objetivo de restaurar a memória. Localiza no tempo e no espaço os descobertos do ouro, as façanhas das expedições pelo interior da colônia, os lugares trilhados, as dificuldades enfrentadas e impostas pela natureza (as chuvas, os mosquitos) e, em especial, as guerras travadas com o gentio. Além de relembrar detalha com cuidado o uso das canoas e dos armamentos necessários. São ao todo 170 pontos expostos retomando a saga do desbravamento do sertão até aproximadamente 1775.

No relato, ressalta que a origem do nome Cuiabá tem diferentes versões. Segundo o autor, uns dizem que era por causa de as cabeceiras estarem plantadas pela margem do rio, outros que era nome de gentios chamados de

⁴⁵¹ APM. SC. 63. filme 13. fl. 49 - 50. São Paulo, 14 de julho de 1736.

⁴⁵² ATT. Papéis do Brasil, avulsos. Masso 03, doc. 10. MF. 4177/05 Req. 46414/05. “Relação das Povoações de Cuiabá e Mato Grosso dezde os seos princípios até o prez.te tempo”. Por Jozé Barbosa de Sá e como escrivão Manoel dos S.tos Coimbra.

“cuyabanos” que habitavam a região.⁴⁵³ A procura pela opulência dos rios desencadeou um movimento permanente de expedições, relatos e memórias que iam e vinham no tempo. As referências de riquezas sempre se remetem a outras como se tecessem a memória na trilha de futuros achados. Nunca bastava e também se acreditava no inesgotável; quanto mais se movimentassem para o sertão, mais se interiorizavam à cata do ouro.

As atividades econômicas foram determinantes no processo da expansão. Fernand Braudel.⁴⁵⁴ ao discutir o sistema capitalista, elaborou uma análise das diversas realidades econômicas que coexistiam, ou, como ele mesmo disse, deve-se “reconhecer que não há uma economia, mas sim economias”.⁴⁵⁵ Ao tratar-se das riquezas nos sertões coloniais, percebe-se que na estrutura macro a economia direcionada para o mercado externo era a força geradora das relações, e ao se olhar para dentro, principalmente para Minas, pode-se reconhecer a existência de economias que tiveram de compartilhar o mesmo espaço até por imposição das necessidades da vida material dos homens.

b) A exploração do solo e das matas

A defesa do “patrimônio colonial” era manifesta nas Instruções dos governos percebidas na preocupação com a organização militar, principalmente na última fase do Antigo Sistema Colonial, como ponto central da política ultramarina, como adverte Fernando Novais. No ano de 1775, nas instruções de Martinho de Melo e Castro a D. Antonio de Noronha, governador das Minas, reafirmava-se a importância da defesa e segurança dos domínios lusitanos. Mas desde a década de 1730 aumentavam tanto os perigos externos de outras nações quanto os internos

⁴⁵³ ATT. Papéis do Brasil, avulsos. Masso 03, doc. 10. MF. 4177/05 Req. 46414/05. “Relação das Povoações de Cuiabá e Mato Grosso desde os seus princípios até o prez.te tempo”. Por Jozé Barbosa de Sá e como escrivão Manoel dos S.tos Coimbra.

⁴⁵⁴ Fernand Braudel. *Civilização material, economia, capitalismo séculos XV-XVIII*. As Estruturas do Cotidiano. Trad. Telma Costa. Vol I. São Paulo: Martins Fontes, 1995. Fernand Braudel. *História e Ciências Sociais*. Trad. Rui Nazaré. 6 ed. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

⁴⁵⁵ Fernand Braudel. *Civilização Material*, p.12.

que vinham dos seus naturais.⁴⁵⁶ Daí a máxima de investir nas construções e conservações das fortalezas. A mineração era pauta de preocupação de segurança do Estado português, e as atividades coloniais é que dinamizavam a vida da metrópole.

As fortificações, entre 1751 e 1771, próximas aos rios tiveram realce na política de segurança. O peso e a importância de construí-las aparecem nos relatos, por causa dos gentios, principalmente, dos Cayapós e dos Payagoas. As fortalezas seriam barreiras para conter os inevitáveis conflitos com o gentio, por serem inimigos intimidadores ao bom andamento dos trabalhos exploratórios no interior da colônia.

Os gêneros da terra provenientes da natureza exuberante espalhados no meio ambiente eram transformados em artigos e produtos que não só serviam à sobrevivência, como ofereciam a fonte de riquezas. O avanço da exploração das matas, na obtenção de madeiras, o cultivo, os usos da pimenta, do tabaco e da mandioca tornaram-se costumeiros ao longo de todo período colonial e em toda parte da colônia. A partir do século XVIII, ocorreu a intensificação das atividades econômicas, principalmente da “agricultura itinerante,” que conformou as estruturas sociais, iniciadas no processo de colonização.⁴⁵⁷ Os pequenos produtores ficavam à mercê dos grandes, “a dilatação da fronteira agrícola reproduzia o padrão de concentração da propriedade, da renda e do poder”.⁴⁵⁸

À medida que as fronteiras se expandiam, as zonas de sertões tornavam-se zonas de produção de alimentos, da pecuária com concentração da propriedade fundiária, de algodão dentre outros. Todavia, segundo Caio Prado,⁴⁵⁹ “a atividade econômica gira em torno de algum gênero essencial de grande valor comercial” e a subsistência fica em segundo plano. “É a grande exploração agromercantil, de base territorial necessariamente extensa, que figura no centro das atividades rurais brasileiras na generalidade das regiões e zonas geo-econômicas do país”.

⁴⁵⁶ Professor Fernando Novais apresenta a análise do conjunto de instruções e das correspondências entre autoridades, demonstrando a preocupação com a segurança da colônia. Ver: *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial* - capítulo III Os problemas da colonização portuguesa.

⁴⁵⁷ Wilson Cano. *Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil*. Campinas: UNICAMP, 2002. Wilson Cano usa o termo agricultura itinerante de Furtado para tratar das economias de pequena propriedade com relação a dominante – a *plantation* escravista – de produção mercantil e exportadora. p. 118.

⁴⁵⁸ Wilson Cano. *Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil*. p. 119.

⁴⁵⁹ Caio Prado Jr. *A Questão Agrária no Brasil*. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 2007. p. 50.

Como objeto de segurança dos limites da colônia, não bastava erguer as fortalezas, mas fazer a manutenção delas, por isso as diligências advertiam que todas eram *“para deffensa e segurança desse Estado se hão de fazer de forma, e modo que não pareça receyo dos nossos Confinantes*, havendo ao mesmo tempo a cautela precisa para que elles nos não subprendão, para que pellos meios de facto, não renovem as pertençoens antigas, e não querião impossibilitar-nos, para lhas disputar nos em todo o tempo por força”.⁴⁶⁰ A defesa da ordem para o Estado estava sujeita à força militar: “as Tropas para a deffensa desse Estado, se achão totalmente destituídas da disciplina militar”. O Governante tinha como dever impor a obediência as Tropas, organizá-las e supri-las “com armamentos”.⁴⁶¹

O Conde de Sarzedas, em 1733, ainda, dava conta ao rei da preocupação com os estragos e as más condições das fortificações da praça de Santos e da fortaleza de Santo Amaro com quartéis dos soldados. A Resolução de Dom João foi objetiva quanto ao assunto que se ordenou desbastar as matas e fazer os reparos porque as construções eram a defesa contra os intrusos.⁴⁶²

Aproveitar tudo o que a terra oferecia foi um fundamento essencial para servir os interesses da Metrópole. À colônia cabia o papel de fornecedora. O Conde de Vila Verde escreveu uma carta ao provedor-mor da Fazenda Real sobre uma ordem do rei, de 5 de setembro de 1703, onde “manda que dos pinhões que se acham no sertão do caminho que vae do Rio de Janeiro para as Minas, remetta uns pinhões tirados das pinhas sem fogo por serem para se semearem no Reyno dos quaes irá parte delles em frascos de vidro, e que dos mesmos faça semear nas terras deste Estado próximas a marinha, para que cresçam em parte onde a sua madeira tenha facil conducção”.⁴⁶³

O corte de madeiras era necessário à fabricação das naus, como é salientado em carta ao governador da Paraíba,⁴⁶⁴ que por ordem do rei se deve

⁴⁶⁰ BNL. Cód. 112595 F. 4829. fl 1- 19. Instruções Régias. (Instrução particular, que V. Magestade he servido mandar dar a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, nomeado Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Pará). fl.6, grifo nosso.

⁴⁶¹ BNL. Cód. 112595 F. 4829. fl 1- 19. Instruções Régias. (Instrução particular, que V. Magestade he servido mandar dar a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, nomeado Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Pará). fl. 6 e 7.

⁴⁶² ATT. Cód 06. fl.77. Lisboa, 30 de outubro de 1733.

⁴⁶³ Archivo Nacional. *Documentos Históricos*. Provedoria da Fazenda Real de Santos. Leis, Provisões, Alvarás, Cartas e Ordens Reaes. Coleção n. 445, vols. I-XIII, v. I, Rio de Janeiro. Bahia, 11 de Junho de 1704. p.17-19.

⁴⁶⁴ Biblioteca Nacional. *Documentos Historicos*. Correspondência dos Governadores Gerais. 1704-1714 V. XXX, Rio De Janeiro, 1938.p.18. 20 de maio de 1715.

“mandar fazer um corte de madeiras e transportá-las para a Ribeira das naus de Lisboa e “pôr feitorias em todas as Capitanias donde se entender haja essas madeiras”.

Na Bahia, ordenou-se a construção do Armazém Geral das madeiras para enviá-las as fábricas das naus, e do armazém deveriam sair todas as madeiras que fossem para o Reino. “[...] tive ordem de mandar preparar um bom corte de madeiras; e como tenho já botado minhas linhas por vários portos para neles estabelecer vistorias, e me informarem que essa Capitania é também abundante de muitas e boas madeiras, especialmente no distrito de Tamandaré, e que poderão ter boa condução ao mar,⁴⁶⁵ para se fazer a diligência do corte de madeira para ser levada a Ribeira de Lisboa “para que continuem as feitorias deste Brasil, e se estabelecer nelas a sua grande utilidade [...]. Aquí me chegou notícia que no Araripe distrito da jurisdição de Vossa Senhoria se tinha tirado bastante ouro: enquanto não recebo aviso de Vossa Senhoria lhe não dou crédito e o certo é que em todo este Brasil donde se cava se acha minado de ouro”.⁴⁶⁶

O uso dos recursos naturais do Brasil para a construção das fortalezas era bem comum. O Conde de Sarzedas escreveu ao Rei comentando a precária situação das fortificações da praia de Santos, e o rei respondeu, em 30 de outubro de 1733, que havia “uma abundante mata para se desbastar”.⁴⁶⁷ D. João ordenava, em 1753, que se fizessem também uma fortificação extraíndo das matas os recursos materiais necessários e que a Fortaleza de Santo Amaro era outra que estava precisando de reparos, por ser um dos pontos importantes na defesa contra inimigos e invasores. A armada real, também, necessitava de madeiras, cada vez mais adentrando o interior para buscá-las.

A relação constante entre as tentativas de expansão dos limites, os conflitos oriundos do alargamento das fronteiras coloniais, o cerco feito pelos indígenas foram elementos decisivos que levaram à construção das fortalezas, presídios e/ou fortificações. O aparato contra o inimigo interno, o gentio, e o externo,

⁴⁶⁵ Biblioteca Nacional. *Documentos Historicos*. Correspondência dos Governadores Gerais 1704-1714, v. XL, Rio de Janeiro, 1938. p.25-28. Carta que se escreveu ao Governador de Pernambuco Dom Lourenço de Almeida. Bahia, maio 30 de 1715.

⁴⁶⁶ Biblioteca Nacional. *Documentos Historicos*. Correspondência dos Governadores Gerais 1704-1714, v. XL, Rio de Janeiro, 1938. Bahia 30 de Julho de 1715. Carta que se escreveu ao Governador de Pernambuco p.30-34.

⁴⁶⁷ ATT. Papéis do Brasil. Cód. 06 MF 698 - fl. 77 f e v.

os estrangeiros invasores, significou para o colonizador fatores impactantes como dilemas principais dessas regiões.

O uso e a ocupação do solo condicionaram à história fundiária brasileira que esteve vinculada, em sua origem, às formas eleitas de explorar e de distribuir a terra. Acresce-se a isso o prelúdio das lutas pela posse implicando violência entre colonos *versus* indígenas, na disputa para obterem cada vez mais terras, o que dependia de ampliar cada vez mais os espaços e retirar ou afastar deles os opositores. Os gêneros dos sertões tornavam-se riquezas, cobiçadas desde os princípios da colonização, alvo do comércio e de negócios lucrativos, mas também conhecidos como recursos e artigos necessários à sobrevivência. Ademais, acresce-se a isso as atividades pastoris responsáveis pela ocupação dos sertões.

Manuel Nunes Vianna, natural da Vila de Vianna do Minho, foi um potentado de expressão: acumulou os postos de capitão-mor, mestre-de-campo e também foi comandante da guerra do gentio do Rio de São Francisco e Ribeiro do Rio Grande, desde 1703 até 1724, “impedindo as hostilidades que o Inimigo Barbaro fazia, não só roubando, mas matando, e pella vigorosa que lhe fez os intimidar, e destruir de maneira que temerosos, se retiraram ao Certao, deixando aquella Ribeyra livre, e desembaraçada para o Comércio dos Vassalos, e cultura dos Campos, e nos Certoens de Sam Francisco ter executado todas as ordens que lhe forão dadas pelos Governadores Geraes”.⁴⁶⁸

Como dito, um dos responsáveis pela ampliação da conquista dos sertões foi Ignácio Correa de Pamplona. Embora ele não tenha começado a empreitada como alguns afirmam, levou o título de Regente da Conquista, da parte do Oeste. Como mestre-de-campo da área, assistiu na demarcação das divisas do arraial de São Bento do Tamanduá, da comarca do Rio das Mortes, com outras freguesias e distritos. Tentou evitar problemas de limites do arraial quando da sua elevação a vila em 1790, por causa do “aumento que tem tido a cultura, Povoação e comercio da nova conquista do campo grande e picada de Goyáz”.⁴⁶⁹ Contudo, deve ser lembrado que São Bento do Tamanduá, antes de 1744, era povoado e pertencia ao Termo da Vila de São José.⁴⁷⁰

⁴⁶⁸ Carta de Padrão de Manuel Nunes Vianna. Lisboa, 7 de abril de 1727. *RAPM*. Ano II, fasc. 2º, abr.-jun. de 1897. Ouro Preto, Imprensa Oficial. p.393.

⁴⁶⁹ São Bento do Tamanduá. 20 de novembro de 1789. *RAPM*. Ano II, fasc 1, jan. a mar. de 1897. Ouro Preto Imprensa Oficial, 1897.p.95-104.

⁴⁷⁰ Tamanduá. Fundação do Arraial. *RAPM*. Ano II, fasc. 1, jan-mar. de 1897. p.55-59.

A Carta da Câmara de Tamanduá à rainha Maria I aborda sobre os limites de Minas Gerais e Goiás, solicitando para se fazer a demarcação em 1798, no entanto, em 1748, quando governava Gomes Freire as Minas, “Guayas e Cuyabá” ele preocupou-se em determinar também as divisas de Minas e São Paulo.⁴⁷¹

Além das outras partes da colônia, toda a região de matas do São Francisco foi explorada “por repetidas ordens se teem passado, para haverem de ser conduzidas as madeiras, que se acham cortadas, e mais no distrito de Capanema, e de São Francisco de Peroassu`, para se fabricar a fragata, que por ordem de El-Rei meu Senhor se faz na Ribeira desta Cidade e tendo-se usado de todos os meios suaves para que as pessoas que costumam carrear, [...] devendo os moradores daquele distrito, e que tem feito notificação para este transporte, como vassalos de El-Rei meu Senhor, e sujeitos às suas reais ordens, não só darem pontual cumprimento às que se lhe tem intimado, mas como bons vassalos irem com as suas próprias pessoas e gados, fazer pontualmente a dita condução”.⁴⁷²

As áreas do rio São Francisco forneciam produtos extraídos das matas e nas partes situadas ao norte e nordeste de Minas era desenvolvida a pecuária, concentrando tantas sesmarias que seus donos se tornaram potentados dos sertões.⁴⁷³ Numa carta ao capitão Pedro de Araújo, informava sobre a boa condução dos tabacos e mandava um oficial da sua companhia ao distrito da Água Fria “a fazer conduzir as boiadas, que vieram do sertão”.⁴⁷⁴

A canela e a pimenta também eram artigos de valor.⁴⁷⁵ Numa carta o Rei mandava vir da Índia para o Brasil “dois sujeitos de toda a sciencia” para realizarem a cultura da canela e pimenta e ensinarem aos moradores “porque nascidos onde se cultivava as plantas sabiam como usar a semente”. E os “Índios

⁴⁷¹ RAPM. Ano II, fasc. 2 Abril a Junho de 1897. Carta da Câmara de Tamanduá à Rainha Maria I acerca de limites de Minas Gerais e Goiás. P. 372 e 388.

⁴⁷² Biblioteca Nacional *Documentos históricos*. Correspondência dos Governadores Gerais 1712–1716. V. XLII. Rio de Janeiro, 1938. Bahia, 16 de Setembro de 1715.

⁴⁷³ Carla Maria Junho Anastasia. *Vassalos rebeldes*: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII. Belo Horizonte: C/Arte, 1998. Ver Cap. 3: Potentados e Bandidos: os motins do Sertão do São Francisco.

⁴⁷⁴ Biblioteca Nacional *Documentos históricos*. Correspondência dos Governadores Gerais 1712–1716. V. XLII Rio De Janeiro, 1938. p. 136. Bahia 20 de junho 20 de 1713

⁴⁷⁵ Bibliotheca Nacional. *Documentos historicos*. 1692-1712. Provisões, Patentes, Alvarás, Cartas. V. XXXIV. Rio de Janeiro, 1936.p.37-38. Bahia 2 de Julho de 1692.

que vêm da Índia” seriam instrutores de como se tirar a canela das árvores.⁴⁷⁶ O comércio de canela e pimenta era um negócio que propiciava a obtenção de lucro. O rei, em carta para Luis Cesar de Menezes, dizia que o Padre Frei João Assumpção informou que só os jesuítas desfrutavam as plantas da canela e da pimenta e com produção bem-sucedida a ponto de manterem um comércio.

O sertão era visto como atraente e promissor. Uma ordem régia dizia para se continuar “na diligencia destas plantas, não só nas visinhanças dessa Cidade, mas nas terras do Sertão, onde poderá bem ser se dêem melhor. [...] E vos hei por mui recommendado a execução deste negocio, como de tanto porte, e de que podem resultar tantos interesses para esta Côroa: e sendo necessario mandardes este Religioso ao Sertão para melhor benefício destas plantas, lhe mandareis dar aquella ajuda de custo proporcionada á distancia, onde for, e conforme a dilação, que houver de ter, para melhor estabelecimento dellas”.⁴⁷⁷ O objetivo era que se enviassem os produtos dos sertões até o porto e que se abrissem caminhos e acessos aos rios navegáveis para o abastecimento da população na colônia. A alimentação com base na mandioca era tão importante para a sociedade colonial que a falta dela era motivo de alerta. “Pelas continuadas chuvas que tem havido, apodreceu a maior parte das mandiocas, que estavam plantadas no recôncavo desta cidade, para sustento ordinário da Infantaria, e povo dela, de que já se começa a sentir alguma falta: e porque devo acudir com toda a providência necessária a este dano, tenho mandado conduzir, não só das Vilas e Lugares desta Capitania, senão das mais partes do Estado, a farinha, e mais legumes que os seus moradores costumam vender: e por me segurarem que a Vila de Guaiana está abundantíssima, deste Governo vai por ordem minha a sumaca São Miguel e Almas de que é Mestre José Pinto de Paiva a carregar dele; sendo necessário algum favor de Vossa Senhoria para o conseguir com toda a brevidade possível”.⁴⁷⁸

A mandioca foi tão importante ao consumo interno e chegou também a ser exportada. Produto alimentício cultivado com base no trabalho compulsório indígena fez parte da economia dos lavradores fluminenses. Segundo Luiz Felipe de

⁴⁷⁶ Bibliotheca Nacional. *Documentos historicos*. 1692-1712. Provisões, Patentes, Alvarás, Cartas. V. XXXIV. Rio de Janeiro, 1936. Carta de 21 de Novembro de 1691 p.60-65.

⁴⁷⁷ Bibliotheca Nacional. *Documentos historicos*. 1692-1712. Provisões, Patentes, Alvarás, Cartas. V. XXXIV. Rio de Janeiro, 1936. p. 308-309. Lisboa, 8 de agosto de 1709.

⁴⁷⁸ Biblioteca Nacional. *Documentos historicos*. Correspondência dos Governadores Gerais 1704-1714, v. XL. Rio de Janeiro, 1938. p. 9-10. Bahia, 5 de fevereiro 5 de 1715.

Alencastro,⁴⁷⁹ a historiografia ignora o peso da produção de mandioca na colônia, porém como base alimentar foi inclusive presente nas interações comerciais entre Brasil e África. O comércio do abastecimento ligava um ponto a outro da colônia atravessando os sertões. Da mandioca se tirava o sustento da população que sem ela estava sujeita a fome “fazer com que se não desfaçam as roças novas, e não consentir se plante tabaco naqueles distritos e todo o que achar plantado o mande arrancar. [...] em que se não desfaçam as roças, que não estiverem de vez, porque disso forçosamente há de resultar ao Povo desta cidade [...]”.⁴⁸⁰

Como a economia dominante e exportadora ditava as regras da riqueza da metrópole e a ambição dos colonos, uma série de problemas surgia, desguarnecendo um lado em detrimento do outro. Deixava-se, muitas vezes, de plantar mandioca para cultivar o tabaco, por causa do lucrativo negócio e a aceitação comercial que esse produto possuía. Daí várias ordens régias impunham para se “arrancar todo o tabaco que se achar plantado” e caso os vassalos desobedecessem à ordem deveriam ser remetidos “à cadeia desta cidade, e se algum desses moradores, repugnar o arrancar-se-lhe o tabaco, ou depois de arrancado o tornarem a plantar, o Capitão o mandará preso á dita cadeia”.⁴⁸¹ Foram “repetidas cartas” para manter a observância à ordem de se plantar mandiocas, pois com frequência ocorria a desobediência e o “descuido com que se tem havido na execução desta ordem, de que procede a falta, e carestia a que tem subido a farinha de sírio, e de alqueire, como também em se consentir que nos lugares de

⁴⁷⁹ Luiz Felipe de Alencastro. *O trato dos viventes*, p.251.

⁴⁸⁰ Biblioteca Nacional. *Documentos históricos*. Correspondência dos Governadores Gerais 1704-1714, v. XL, Rio de Janeiro, 1938. Bahia, 4 de Julho 4 de 1704. p.141-142 Carta para o Sargento-mor Felipe de Melo Garcia. E tb. ver p.168-169 Carta para o Sargento maior Felipe Melo Garcia. Bahia 14 de agosto de 1704. p.179-180. Proibição de Tabaco. Carta que se escreveu aos Coronéis do Recôncavo desta cidade, exceto Bernadino Cavalcante, sobre as plantas das mandiocas, e não consentirem que se plantem tabacos. p.181-182. Bahia, 23 de agosto de 1701 e outra da Bahia 13 de outubro de 1704./Biblioteca Nacional *Documentos históricos*. Correspondências dos Governadores Gerais. 1705 - 1711 Vol XLI, Rio de Janeiro, 1938. p.115 Carta para Antônio Pimentel da Silva sobre a conta que deu de Antônio Alves Casais, e Gaspar Rebouças ocuparem os seus escravos na planta do tabaco, e deixarem a de mandioca. Bahia, 26 de agosto de 1705.

⁴⁸¹ Biblioteca Nacional. *Documentos históricos*. Correspondência dos Governadores Gerais 1704-1714, v. XL, Rio de Janeiro, 1938. Bahia, 4 de Julho 4 de 1704. p.141-142 Carta para o Sargento-mor Felipe de Melo Garcia. E tb. ver p.168-169 Carta para o Sargento maior Felipe Melo Garcia. Bahia 14 de agosto de 1704. p.179-180. Proibição de Tabaco. Carta que se escreveu aos Coronéis do Recôncavo desta cidade, exceto Bernadino Cavalcante, sobre as plantas das mandiocas, e não consentirem que se plantem tabacos. p.181-182. Bahia, 23 de agosto de 1701 e outra da Bahia 13 de outubro de 1704./Biblioteca Nacional *Documentos históricos* Correspondências dos Governadores Gerais. 1705 - 1711 Vol XLI, Rio de Janeiro, 1938. p.115 Carta para Antônio Pimentel da Silva sobre a conta que deu de Antônio Alves Casais, e Gaspar Rebouças ocuparem os seus escravos na planta do tabaco, e deixarem a de mandioca. Bahia, 26 de agosto de 1705.

Campinhos e os mais circunvizinhos a estes se plantasse tabaco, sendo proibido pela Lei de Sua Majestade [...] E porque no tempo presente é preciso observar-se inviolavelmente a dita Lei ordeno a Vossa Mercê que prontamente a faça guardar, não consentindo que nos tais lugares se plante tabaco algum, nem os lavradores de mandioca que neles moram".⁴⁸² Mas, pelo visto, era corriqueiro durante o período colonial repetir as leis por ser detectado que, de fato, a desobediência a elas ocorria na mesma proporção. Por ser o comércio de exportação que movimentava a riqueza, ocorriam alguns inconvenientes com a busca do ouro, o maior atrativo das pessoas que "abandonam os semi-metaes para auxiliar com rossas, e sementeiras a sua mineração". A preocupação com o abastecimento e produção de gêneros nas Minas para a sociedade aumentava as "roças cultivadas a 50, ou 70 anos, ou são hoje innuteis ou tem sido rematadas duas, tres e mais vezes por Dízimos o que prova não poder a lavoura com mais direitos. [...] Em duas palavras, os pobres são mais, que os Ricos, e sua Familia numeroza que só tem o dia, e a noite p.a manterse, Carece de esmola para se vestir".⁴⁸³

O comércio, para ser bem-sucedido, contava com a navegação dos rios e a construção das estradas, fatores determinantes para o incremento e maior proveito dos produtos da terra.

Para além do grande mercado externo a população na colônia tinha de produzir os meios de sua sobrevivência em todos os sentidos. Os gêneros da terra eram matérias-primas no tratamento de doenças, por isso criou-se uma medicina dos sertões com base na fauna e na flora. Observou-se o conhecimento indígena para se obter o fabrico de remédios na cura de moléstias raras, de picadas e ferimentos causados por animais. Originário da cultura indígena, os amuletos eram feitos com chifres, dentes, unhas, ossos, cascos de animais. Eram usados pelos roceiros, por exemplo, que acreditavam que as unhas do tamanduá-bandeira curavam as doenças do coração, ou a cobra e banhos com certas ervas teriam efeitos curativos contra o reumatismo.⁴⁸⁴

Nos sertões as febres e sezões malignas eram comuns o uso do tabaco. O curandeiro chupava o veneno introduzido e, dessa forma, praticava a cura

⁴⁸² Biblioteca Nacional *Documentos históricos* Correspondência dos Governadores Gerais 1712–1716. V. XLII Rio De Janeiro, 1938. p. 4-5. Bahia 14 de janeiro de 1712.

⁴⁸³ ATT. Códice 1. MF. 697. fl. 89 f.

⁴⁸⁴ Sérgio Buarque de Holanda. *Caminhos e fronteiras*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. (edição ilustrada). (Coleção Documentos Brasileiros). p. 91-93.

do enfermo. Lacerda e Almeida (geógrafo), entre 1780-1790, nas viagens de exploração pelos sertões do rio Negro, Cuiabá, São Paulo, observou o uso dos remédios produzidos pela natureza. Muitos povos indígenas tinham o costume de passar ervas nas pontas das flechas, tornando-as venenosas.⁴⁸⁵

No entanto quanto mais riqueza se extraía mais aumentava a preocupação com a segurança, que se expressava na construção das fortalezas, presídios e na edificação de cadeias. Uma das medidas foi proibir que as moradias fossem construídas nos locais onde fossem feitas as fortificações.⁴⁸⁶ Em 1º de fevereiro de 1707, o rei escreveu a Luis Cesar de Menezes, dizendo: “O Sargento-mor Engenheiro João Roiz Ribeiro em carta de 18 de agosto do anno passado me fez presente em um papel que os Vereadores com o medidor da Cidade davam aos moradores de sesmaria os lugares deputados para o terrapleno da muralha, e para os fossos, e obras exteriores, para as lavrarem, e edificarem casas com prejuízo da fortificação, e defesa dessa Cidade. E pareceu-me ordenar-vos, que informando-vos do referido, e achando ser com verdade do Sargento-mor Engenheiro remedieis este inconveniente, não consentindo, que se edifiquem casas nos lugares onde se hão de levantar as muralhas, por não ter lugar nas fortificações modernas, o que permite a ordenação no Livro 1.º titulo 68 § 41”.⁴⁸⁷

Para a urbanização da colônia, para fazer as devidas construções e para a empresa ter sucesso, foi preciso obter as madeiras das matas, o que desencadeou o processo de desapropriação de terras indígenas.⁴⁸⁸

Laura de Mello,⁴⁸⁹ ao remeter às funções dos presídios, comenta que estes, além de servirem para combater o contrabando do ouro, impediam o avanço dos índios, sobretudo os botocudos. Eram “postos” de vigilância e de defesa dos territórios da capitania e, conseqüentemente, barraram ataques dos povos indígenas. Dentre eles, a autora ressalva que muitos foram catequizados, outros

⁴⁸⁵ Sérgio Buarque de Holanda. *Caminhos e fronteiras*, p.132-138.

⁴⁸⁶ *Documentos históricos*. 1692-1712. Provisões, Patentes, Alvarás, Cartas. V. XXXIV. Bibliotheca Nacional Rio de Janeiro, 1936. p.48.

⁴⁸⁷ *Documentos históricos*. 1692-1712. Provisões, Patentes, Alvarás, Cartas. V. XXXIV. Bibliotheca Nacional Rio de Janeiro, 1936. p. 288 e 289.

⁴⁸⁸ *Documentos históricos* Cartas, Alvarás, Provisões e Patentes. 1716-1720. V. XLIII. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1939. p.17-18 Carta para o Doutor Corregedor Manuel Gomes de Oliveira. Bahia, 26 de novembro de 1716.

⁴⁸⁹ Laura de Mello e Souza. *Desclassificados do ouro*; a pobreza mineira no século XVIII. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

qualificados como pacíficos de possível convivência ou bravios, marcando com resistência a colonização.

Os gêneros da terra garantiam a sobrevivência juntamente com os alimentos obtidos pela caça e pela pesca. A cera, o mel, o favo das abelhas conhecidos pelos índios foram incorporados pelos sertanistas. Entre os grupos indígenas de regiões diferentes do Brasil que usavam esses produtos, estão os Coroados, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, e os Caingangs, os Carajás, que localizavam as colméias observando a direção do vôo das abelhas. A cera e o mel “foram sempre na América portuguesa, como na espanhola, produtos típicos de povoações nascentes ou situadas nas fronteiras de um mundo agreste, pois os índios não se cansavam de assolar e desbaratar as colmeias onde as encontrassem”.⁴⁹⁰ Também os Parecis e os Terenos tiravam seus recursos alimentícios e cotidianos das abelhas. Já a pesca foi adaptada às técnicas dos europeus, que importaram instrumentos como anzóis de ferro.

As chamadas “iguarias de bugre”, como a carne de jacaré, de lagarto, eram repugnadas pelos europeus, porém tiveram de ser aceitas por eles, principalmente tratando-se da sobrevivência no sertão, além do uso da mandioca como dito.

Os sertanistas, como os índios, tinham personagens míticos que se misturaram com os elementos do universo católico e se incorporaram às crenças na colônia e na sua natureza. Acreditava-se, por exemplo, na bala de cera benta para atingir o caipora ou o laço do rosário para aprisionar o saci.⁴⁹¹

Para se chegar a extrair as riquezas no interior da colônia, teve-se de enfrentar o gentio. Conforme Sérgio Buarque de Holanda,⁴⁹² as armas dos índios tinham vantagens sobre as dos inimigos por serem de manejo mais simples e por isso mais ágil. Certos mosquetes só funcionavam com dois homens: um para atirar e outro para firmá-lo ao ombro. Armas de fogo e munições tinham outro inconveniente por serem de difícil transporte. Os arcabuzes, as escopetas, podiam ter falhas que só as “espingardas de percussão” em fins do século XVIII obtiveram maior eficácia, além do mais o clima e a atmosfera dificultavam o funcionamento das armas por causa da umidade tropical. No entanto, concorria para corroborar para o sucesso do

⁴⁹⁰ Sérgio Buarque de Holanda. *Caminhos e fronteiras*, p. 49.

⁴⁹¹ Cf. Sérgio Buarque de Holanda. *Caminhos e fronteiras*. Sobre caça, pesca e alimentação dos indígenas, ver: p. 47-70.

⁴⁹² Cf. Sérgio Buarque de Holanda. *Caminhos e fronteiras*.

combate a arma de fogo que causava pavor aos índios com os estrondos que delas ecoavam. “Os Guaicuru, que tanto trabalho deram às expedições paulistas, nos caminhos fluviais para o Cuiabá, inventaram um hábil estratagema para destruir os comboios com maior segurança. Assim, enquanto uns despendiam suas flechas e outros davam botes de azagaia, aqueles que remavam tinham a astúcia de atirar água sobre os fechos das armas, com o que se esquivavam aos efeitos dos tiros e faziam a abordagem sem maior embaraço”.⁴⁹³ Tal estratagema desmoralizava o branco e aumentava a confiança dos indígenas. O arco e flecha, armas principais dos indígenas, passaram a fazer parte do arsenal dos conquistadores. A flecha passou a ser tomada como medida de distância, como aparece no comentário de um trecho de uma carta de sesmaria “[...] um capão de mato virgem, que terá quatro ou cinco tiros de faixa de comprido e dois tiros de largo”.⁴⁹⁴

Os exploradores, para alcançar os ricos gêneros e os metais da terra, tinham de enfrentar a resistência dos Paiaguás, índios bravios que assaltavam as canoas. As viagens para Cuiabá tiveram uma baixa em razão dos obstáculos, das febres, das perdas e dos ataques do gentio.⁴⁹⁵ Para o oeste deparava-se com o Caiapó, que tinha como estratégia de guerra cercar com fogo os inimigos, impedindo-os de fugir, pois numa tentativa podiam se queimar. Daí, os sertanistas passaram a untar o corpo com mel e folhas ou carvão, protegendo-se de queimaduras.⁴⁹⁶

À medida que o colonizador conhecia o território, as riquezas eram descritas como se despontassem aos olhos nos rios da Pomba, Peixe e Turvos, onde “se extrahe algum ouro e se encontraõ Granadas, e outras pedras preciosas”. Além disso, as áreas próximas aos rios ofereciam o transporte de gêneros “*he incomparavel ao interesse que pode produzir a Navegação comercio, e extração dos Generos superfluos pello Rio da Pomba, que se une com a Paraiba do Sul, e deságua no mar, [...] abundão de Oleos, e madeiras de construção, produzindo a terra espontaneamente Salça, Cana e outros produtos medicinaes*”.⁴⁹⁷ Por isso tantos projetos foram propostos para facilitar a navegação dos rios.

⁴⁹³ Sérgio Buarque de Holanda. *Caminhos e fronteiras*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. (edição ilustrada). (Coleção Documentos Brasileiros). p. 73.

⁴⁹⁴ Sérgio Buarque de Holanda. *Caminhos e fronteiras*. p. 76.

⁴⁹⁵ Sérgio Buarque de Holanda. *Caminhos e fronteiras*. p.177-179.

⁴⁹⁶ Sérgio Buarque de Holanda. *Caminhos e fronteiras*. p. 58.

⁴⁹⁷ BNL. PBA 643 F. 1632. N.7 fl.373. Índios nos rios de Guarapiranga, Pomba, Peixe com a presença de Diretores nomeados em 1768, grifo nosso.

As idéias de ocupação do território enfatizam interesses diversos e os meios adequados para o uso das vias naturais como os rios que favoreceriam, ainda, ao lavrador que poderia fazer funcionar os “engenhos de canas e outras Plantações de Tabaco, Algodoens, anil, Café, viveres Ordinarios: a propensão natural dos Índios para a Navegação, e o antigo uso que se faz da mesma Navegação no Paraíba muito acima da Villa de Salvador, e ainda em partes do Rio da Pomba persuadem abrir inteiramente e de novo curral de vaqueiros, a beneficio das Minas, e Portugal”.⁴⁹⁸ A navegação viabilizada dos rios impunha um registro para a fiscalização impedindo os extravios dos direitos reais. Os propósitos buscavam conciliar o interesse do rei e dos colonos mostrando sempre os ganhos que viriam decorrentes da conquista.⁴⁹⁹

Para sobreviver e estabelecer uma vida no interior da colônia era imprescindível pensar os meios de se produzir o próprio alimento ainda mais nas regiões de sertões e de intricado acesso. O moinho, o arado, o desenvolvimento da indústria caseira, a fundição de fornos, a construção de poço retangular, o uso do carvão vegetal, o fabrico de vários instrumentos, como: foices, enxadas, machados, almocafres, de procedência européia, bem como os teares.

A farinha de mandioca, base alimentar de origem indígena, foi muito consumida pelos conquistadores. Chamada “farinha de beira-mar”, era a mesma da “farinha de guerra” feita de mandioca, e não de trigo. Quanto à feitura de bebida, em Minas, o fabrico era de tradição indígena e atividade das mulheres, que mascavam o milho de canjica até virar um caldo, e no dia seguinte, quando estava azedo, podia ser consumido. A bebida chamava-se catimpuera. Supõe-se que essa bebida tenha origem africana, lembrando a cerveja de milho, dos escravos mina, que a chamavam de aluá.⁵⁰⁰

O monjolo usado na região do São Francisco tornava-se comum quanto mais se adentrava o sertão, porque o consumo da mandioca aumentava. Em Vila Rica e nas proximidades, não era tão usual a mandioca, mas no sertão do centro-norte de Minas até o norte do Rio Grande do Sul, Goiás e Mato Grosso, a farinha de mandioca e o milho estavam sempre presentes na alimentação. Para

⁴⁹⁸ BNL. PBA 643 F. 1632. N.7 fl.373. Índios nos rios de Guarapiranga, Pomba, Peixe com a presença de Diretores nomeados em 1768.

⁴⁹⁹ BNL. PBA 643 F. 1632. N.7 fl.373. Índios nos rios de Guarapiranga, Pomba, Peixe com a presença de Diretores nomeados em 1768.

⁵⁰⁰ Sérgio Buarque de Holanda. *Caminhos e Fronteiras*, p.226-228.

conquistar os sertões, o colonizador dependia de conquistar sua sobrevivência com o que a terra oferecia. Ao europeu não restou senão acolher o costume indígena em muitos de seus hábitos.

Em princípios do século XVII, a rede era feita conforme a técnica dos gentios Tamoio, Tupiniquim, Tupinaen, Carijó, que usavam as redes para o descanso e influenciaram os europeus. O contato com os índios fez disseminar entre os paulistas o fabrico de redes, que bem mais tarde passaram a produzi-las com tear.⁵⁰¹

A política repressiva se expressou nos quartéis, presídios, destacamentos, construções que serviram para proteger o desenvolvimento das atividades comerciais, para manter a segurança dos moradores e dos transeuntes. O presídio “funcionava como o centro de decisões de uma divisão militar, local onde residia o maior contingente de tropas e os oficiais mais graduados”; os destacamentos de menor poder estavam subordinados aos quartéis onde ficavam os oficiais intermediários da hierarquia como tenentes ou alferes.⁵⁰² O primeiro quartel de vigilância militar do rio Doce foi o Porto do Souza, fronteira com Minas e Espírito Santo, fundado em torno de 1800. Entretanto, por toda colônia e próximo aos rios de fronteiras a estrutura repressiva do poder esteve presente desde o início. Como o vale do Rio Doce foi alvo de adensamento populacional significativo nos fins do século XVIII, o sistema de sesmarias teve continuidade. Mesmo quando suspenso em julho de 1822 até a lei de 1850, as concessões de sesmarias entre 1824 e 1836 se deram, inclusive, nos aldeamentos. As porções de terras foram concedidas ou adquiridas por compra e venda e ainda pelo próprio diretor do aldeamento.⁵⁰³

Na sobreposição dos lugares de poder, os presídios constituíam parte do conjunto das estratégias de vigilância e controle das fronteiras. Com a política repressiva do poder foram instalados presídios (postos militares) para a defesa da fronteira colonial, que num primeiro momento era entendida como fronteira militar. Além dos presídios, devem ser lembradas as fortificações e as fortalezas que simbolizavam a presença do poder institucionalizado como marcos de limites que deveriam ser obedecidos entre fronteiras.

⁵⁰¹ Sérgio Buarque de Holanda. *Caminhos e Fronteiras*. p. 295-296.

⁵⁰² Maria Hilda B. Paraíso. Os botocudos e sua trajetória histórica. In: Manuela Carneiro da Cunha. (org.). *História dos Índios no Brasil*. 2 ed. Companhia das Letras: São Paulo, 1998.p.416.

⁵⁰³ Cf: Ricardo Cambraia de Bastos e Fábio Faria Mendes. A colonização dos sertões do leste mineiro: políticas de ocupação territorial num regime escravista (1780-1836). *Revista do Departamento de História*, p. 146, 148n. 6 jul. 1988.

A visão do Brasil como poço das riquezas inesgotáveis, “a exuberância da natureza, abundância da água, diversidade da fauna e da flora, fertilidade dos solos”⁵⁰⁴ exigiram concretamente mecanismos para conter e fixar limites. Era condição para a autoridade existir e ser visível, e para tal tinha de se projetar diante do alvoroço da corrida pelos atrativos da terra que pareciam ser infinitos.

A economia colonial esteve ligada à expansão ultramarina e dos territórios que forneciam os produtos que alavancaram o comércio num processo de exercício do poder e da dominação dos povos e das terras, tendo ápice no século XVIII, “promovendo uma conversão da natureza em capital e de seus produtos em mercadorias”.⁵⁰⁵

A função exercida pelo Antigo Sistema Colonial foi decisiva nos rumos do processo de desenvolvimento do capitalismo. Foram as economias coloniais que sustentaram o mercado europeu com a produção de metais nobres e dos gêneros tropicais advindos da “expansão marítima [que] redefiniu a geografia econômica do mundo e marcou a abertura dos Tempos Modernos”.⁵⁰⁶ Com o sistema de exploração ultramar, a América era o alvo da ação colonizadora. O território brasileiro se apresentava como o palco dessa ação e cada vez mais, com o devastamento de seu interior e o controle de suas fronteiras, a expansão territorial se processava já no século XVI e rompia-se o Tratado de Tordesilhas. As estratégias de expansão se impunham como necessidade aos objetivos do capitalismo mercantil para o efetivo domínio das áreas onde as riquezas se localizavam.

Conforme Fernando Novais,⁵⁰⁷ “assim, o século XVIII foi o momento decisivo de definição de fronteiras entre a América portuguesa e as Índias de Castela. O grande movimento de penetração impulsionado no século anterior vai assumindo ao longo de Setecentos as feições de uma política definida de arredondamento territorial: o domínio do vale amazônico, a margem setentrional do Prata, a posse dos planaltos centrais”. Com isso, os limites ao norte foram negociados com a França e ao sul se disputou a colônia do Sacramento, porta

⁵⁰⁴ Paulo Henrique Martinez. *História ambiental no Brasil: pesquisa e ensino*. São Paulo: Cortez, 2006. p.29.

⁵⁰⁵ Paulo Henrique Martinez. *História ambiental no Brasil*: p.46.

⁵⁰⁶ Fernando Novais. *Portugal e Brasil*, p. 17.

⁵⁰⁷ Fernando Novais. *Portugal e Brasil*, p. 50.

entreaberta ao acesso da América espanhola, parte do plano de ocupação do Rio Grande.

Os minerais, a madeira, o uso da terra, a cerâmica, a medicina das ervas, as raízes, as folhas e as plantas constituíram a vida social e a economia na colônia, não havendo como distingui-las das contradições que envolvem os interesses e o desenvolvimento do capitalismo. “Uma peculiar visão social da natureza, inerente aos espaços e tempos que marcaram a história do país, ainda que a referência européia tenha perdurado como contraponto principal, foi elaborada e sedimentada ao longo desses quinhentos e tantos anos de registros da terra e da gente dessa porção do globo”.⁵⁰⁸

Eduardo D’ Oliveira França demonstra o trajeto das rotas no interior da colônia e o circuito que estabeleceu uma conexão entre a América portuguesa e América hispânica. Os metais do Peru e mais partes espanholas chegavam até a Bahia e dela para Portugal, também em São Vicente e no Rio de Janeiro que tinham acesso ao sul do Brasil e a Buenos Aires. As riquezas se evadiam pelo rio da Prata um canal que não se deve ter uma visão unilateral, pois “ainda está por se estudar o contrabando português no Império espanhol”.⁵⁰⁹ Havia um percurso pensado nas brenhas dos sertões por onde se desviava a riqueza, motivo de constantes preocupações com os caminhos e os rios.

Afinal, como afirma o professor França, o descobrimento da América foi decisivo para o capitalismo europeu. Embora a burguesia peninsular não se fizesse vigorosa como as outras, nem se tenha constituído núcleos urbanos expressivos e as riquezas se evaporassem, foram os metais americanos que subvencionaram a expansão do capitalismo.⁵¹⁰

⁵⁰⁸ Paulo Henrique Martinez. *História ambiental no Brasil: pesquisa e ensino*, p. 27.

⁵⁰⁹ Eduardo D’ Oliveira França. *Portugal na época da restauração*, p.348.

⁵¹⁰ Fernando Novais. *Portugal e Brasil*, p. 307.

c - Os caminhos e os rios

Durante o século XVII e início do século XVIII, quase os colonos não usavam os cavalos para irem ao sertão. A prática costumeira era ir a pé; já os muares eram mais comuns por serem apropriados ao transporte e para a carga. O uso dos rios, com as monções, para Sérgio Buarque de Holanda, começou quando o declínio das bandeiras se consumava. As monções expressaram o meio de expansão territorial a partir de então. Embora entre bandeiras e monções se percebam afinidades, o momento do início e fim de uma e outra é incerto, mesmo porque houve um período de transição em que elas se confundiam. A última grande empresa das bandeiras, mesmo que outras continuassem a desbravar o território, foi a de Goiás com o descobrimento de Coxipó-Mirim (onde se ergueu Cuiabá) do segundo Anhangüera.⁵¹¹

Das monções participava o mesmo tipo de gente das bandeiras; a distinção entre monções e bandeiras tem mais a ver com os rios, obstáculos à marcha e às embarcações. O transporte fluvial se desenvolveu no século XVIII, quando se tornou generalizado, embora antes usassem os cursos dos rios. As monções⁵¹² foram motivadas intensamente em razão das viagens para Cuiabá e Mato Grosso. Uma decorrência importante das monções foi a abertura das vias de comunicação entre Mato Grosso e Pará e entre outras localidades, além de evitar que os castelhanos ocupassem a região.

A discussão que se apresentava era de comum acordo no sentido de integrar as áreas da capitania de Minas, permitir e facilitar o intercâmbio do comércio, o transporte e a comunicação. O entrave à concretização desse ideal é expresso na presença dos índios Botocudos nas margens do rio Doce. A imagem antes negativa para o colonizador sobre os sertões do leste passou a positiva; a

⁵¹¹ Sérgio Buarque de Holanda. *Caminhos e fronteiras*, p. 160-179.

⁵¹² A palavra monção significava, em Portugal, períodos adequados, conforme a estação para a navegação, para onde sopravam os ventos propícios – eram os meses de março e abril, quando partiam de Lisboa as armadas. Traço em comum das monções no Brasil e das do Oriente é quanto à periodicidade regular. Só que no Brasil não era determinada pelos ventos; dependia de outros fatores naturais. Eram também os meses de março, abril até maio e meados de junho no Brasil (meses de cheias, enchentes). Os rios estavam cheios nesses meses, o que facilitava a navegação, mas outros optavam pelos meses de julho a setembro, período de seca, porque no período das cheias havia febres e outras doenças. No Brasil, era o regime das águas que definiam as monções (e sua periodicidade), e não o do vento. Ver Sérgio Buarque de Holanda. *Caminhos e fronteiras*, p. 163.

colonização tornou-se vislumbrada, porém os índios eram o problema, que só seria vencido via militar.

Os rios, como defendemos neste estudo, eram os meios que ligavam os sertões das riquezas tão distantes. “A água é o elemento norteador das relações ali desenvolvidas”.⁵¹³ Nos mapas jesuíticos, a lagoa de los Xarayes é o nascedouro do Paraguai. Na representação do Paraguai, o desenho inicia-se com o rio Prata, assinala os rios Paraná e Paraguai e Xarayes como uma lagoa e no seu centro a ilha dos Orelhões, onde se localizam a província jesuítica e suas reduções, os cursos dos rios, os povos indígenas e o relevo. Outras representações das cartas jesuítas, como a de Quiroga, que participou da demarcação de limites em 1753 localizava a lagoa mais ao sul, próxima ao Taquari, onde o rio Paraguai bifurca em Paraguai-mirim e Paraguai-çu.⁵¹⁴

Para serem interpretadas as representações do sertão, devem ser consideradas as imagens descritas na época e a identificação dos lugares, das alusões aos marcos naturais; assim se compreende como os conquistadores pensaram e reproduziram as imagens do espaço onde foi a gênese do que aos poucos se tem hoje mapeado.

Durante o início do século XVIII, além de espanhóis e jesuítas, o interior da América Meridional foi freqüentado por mamelucos paulistas que seguiram os caminhos do século XVII dos bandeirantes à procura de ouro e índios para escravizar, onde descobriram ricos veios de ouro. A região tornou-se para os paulistas o caminho entre São Paulo e as minas descobertas. Espanhóis e cartógrafos jesuítas usavam o nome Xarayes em meados do século XVIII. Já os portugueses do Brasil e paulistas mamelucos, no início do século XVIII, usavam a o nome Pantanal ou Pantanaís para a região central da América do Sul.⁵¹⁵ Por fim, do Pantanal chegava-se às minas do Cuiabá.

Era visto como lugar de passagem pelos que estavam buscando as riquezas andinas e prear índios. Segundo Maria de Fátima Costa,⁵¹⁶ “é como se sua história também obedecesse ao movimento de suas águas, que passam, correm, inundam e espraíam-se por vastos territórios”. A autora, ao usar a expressão

⁵¹³ Maria de Fátima Costa. *História de um país inexistente: o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Estação Liberdade/ Kosmos, 1999. p. 21.

⁵¹⁴ Maria de Fátima Costa. *História de um país inexistente*, p. 157.

⁵¹⁵ Cf. Maria de Fátima Costa. *História de um país inexistente*, p.179.

⁵¹⁶ Maria de Fátima Costa. *História de um país inexistente*, p.32-33.

"reconquista indígena", se refere à identidade maior da história da região: os Mbayá-Guaykurú emigrados do Chaco na reconquista do território que estava nas mãos dos europeus.

Nas narrativas, a geografia e seus habitantes são descritos. O início se deu com a viagem do cosmógrafo e piloto do rei da Espanha Juan Díaz de Solís, que em 1515 atingiu as águas do Paraná-guaçu. Solís e a maioria de seus homens foram mortos pelos índios Charruas, originários dos Guaranis, na costa do Uruguai. Os que sobreviveram chegaram até a Ilha de Yurumirin, hoje Santa Catarina. Aleixo Garcia, um dos sobreviventes, continuou atrás das riquezas, cruzando o Paraná, a aldeia dos Guaranis até o rio Paraguai. Aliou-se aos Guaranis e seguiu com mil índios deles até o morro de San Fernando, hoje Pão de Açúcar, indo parar no Peru. Os índios Charcas expulsaram a expedição de Aleixo, mas o fato é que, antes de Pizarro chegar ao Peru, Aleixo (português) tinha alcançado as riquezas dos Incas. Os combates com os índios eram constantes na região, e alguns povos praticavam a antropofagia. Caboto teve a primeira batalha com os povos indígenas do Pantanal em específico com os Payaguaes. Em 1530, Caboto retornou a Sevilha com algumas peças de ouro e prata, e a Coroa enviou Diego García para uma expedição na área. Em 1534, Dom Pedro de Mendoza partiu para a região do Prata em busca de riquezas, conquistou e iniciou a colonização por meio de capitulação e em 21 de maio de 1534, recebeu poderes militares e civis.⁵¹⁷

Despachos para o Conde de Oeyras⁵¹⁸ das relações comerciais na colônia e das relações entre os Reinos trata ainda das guerras do Paraguai, dos conflitos no sul, no rio da Prata, e das estratégias de ataques dos portugueses aos espanhóis. Muitas correspondências mostram a necessidade de proteger a colônia de estrangeiros, principalmente de guardar e fixar as fronteiras.⁵¹⁹ As fontes primárias situam a colônia Cuiabá e Mato Grosso como sertões. A penetração do sertão está intimamente relacionada à história dos bandeirantes e com eles se tem a

⁵¹⁷ Maria de Fátima Costa. *História de um país inexistente: o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Estação Liberdade/ Kosmos, 1999. p. 33-38.

⁵¹⁸ ATT. Manuscritos do Brasil. n.31. Despachos para o Conde de Oeyras desde 5 de mayo de 1760 até dezembro de 1761. Após, mas no mesmo documento, estão as Memórias e Negociações de Martinho de Mello e Castro.

⁵¹⁹ ATT. Manuscritos do Brasil. n.32. Este doc. foi coligido no Rio de Janeiro no ano de 1818. São despachos para o Secretario de Estado o Conde de Oeiras. 7 de julho de 1762 até 31 de agosto de 1762.

origem dos muitos núcleos de povoações.⁵²⁰ A representação das imagens dos sertões esteve ligada aos rios principais.

Os rios, além de rotas que ligavam os diferentes sertões da colônia, ligavam os centros urbanos. As monções, com o tempo, passaram a se referir a todas as expedições que desciam ou subiam os rios das capitanias de São Paulo e Mato Grosso. A presença dos bandeirantes na bacia do Alto Rio Paraguai teve seu expoente com Raposo Tavares, e foram os bandeirantes que destruíram Itatim e Guairá nos meados do século XVII.

A passagem dos monçoeiros era diferente da trilhada pelos espanhóis. Para os paulistas, o rio Tietê era o principal caminho na viagem, e não o Paraguai. A viagem durava mais ou menos cinco meses de São Paulo até Cuiabá. O percurso iniciava-se no rio Tietê, depois o Pardo, Coxim, próximo a Camapuã, onde estavam os Cayapós, atingia a bacia do Paraguai, onde habitavam grupos de Payaguás e Guaykurú. As guerras eram constantes entre os índios e os conquistadores que deparavam com a presença dos Mbayá-Guaikurús por terra e dos Payaguás nas águas. As bandeiras paulistas, para terem acesso ao ouro cuiabano, conviviam com a dificuldade natural do ciclo das águas e com a resistência indígena.⁵²¹

Nelson de Senna, aprofunda-se nas origens de Minas Gerais, desde quando o território pertencia às outras capitanias que foram criadas ao longo do século XVI. Para situar o local, mais uma vez os rios aparecem como referências dos limites, a exemplo das bacias setentrionais do Jequitinhonha e São Francisco, que eram dependentes das capitanias de Ilhéus e Porto Seguro, em parte de Pernambuco. As bacias do Mucuri e do São Mateus, ao nordeste, por meio da Cadeia dos Aimorés e do vale do Rio Doce, estavam sob a jurisdição da capitania do Espírito Santo; os vales do Pomba e os rios da bacia do Paraíba do Sul, sob o domínio da capitania fluminense de São Tomé; a região meridional de Minas (Mantiqueira e bacia do Rio Grande ou Paraná, com a parte oeste que integrava o Triângulo Mineiro) estavam sob controle paulista da Capitania de São Vicente.⁵²²

Os rios podiam servir como marcos dos limites e assim como com a identificação das bacias fluviais dos sertões de Minas. Eramos rios, ainda, elos entre

⁵²⁰ ATT. Papéis do Brasil. Avulsos 3 n.10. Cuiabá e Mato Grosso. Relação das Povoações de Cuiabá, Mato Grosso desde os seus princípios até ao presente tempo. fls. 119-151f.

⁵²¹ Maria de Fátima Costa. *História de um país inexistente: o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Estação Liberdade/ Kosmos, 1999.

⁵²² Nelson de Senna. *A terra mineira*, t. II, p. 9.

os sertões e no curso deles se encontravam as riquezas, mas “convém lembrar que os rios e cursos de água representam sempre papel relevante na vida dos ameríndios...”.⁵²³ Daí os rios se transformarem em objeto de disputas entre índios e colonizadores.

As principais bacias fluviais ficavam em parte ao oeste e ao norte e noroeste do São Francisco; ao oeste e ao sudeste, a do Paraná; a sudeste e leste, a vertente marítima. Quanto aos rios tributários do oceano Atlântico, Paraíba do Sul, rio Doce, Mucuri, Jequitinhonha, Rio Pardo do norte e outros.⁵²⁴ Os principais rios de Minas – São Francisco, Rio Grande-Paranaíba, Jequitinhonha, Rio Pardo, Rio Doce e Mucuri – recebem afluentes e formam bacias. A bacia do São Francisco nasce na serra da Canastra, na cachoeira chamada Casca d’Anta, município de Piumhy, passa por Formiga, Bambuhy, Dolores do Indaiá, Pitangui, Pirapora, Montes Claros, Paracatu, Januária, dentre outros, depois pela Bahia, por Remanso e Juazeiro; em seguida, pelos municípios de Pernambuco, de Sergipe, de Alagoas até o oceano Atlântico. O São Francisco, pela sua extensão e percurso, foi um dos rios fundamentais para o contato com os sertões do Brasil. O rio das Velhas nasce na Serra do Capanema, em Ouro Preto, recebe os rios Sabará, Macaúbas, Paraúna, dentre outros, e deságua no São Francisco.

Pelo Guaicui, no vale do Rio das Velhas, desceu a bandeira de Fernão Dias para o sertão norte mineiro. Como se vê pelos itinerários dos rios, eles levavam aos sertões. A bacia do Rio Paraná se forma no Triângulo Mineiro pela confluência dos rios Paranaíba e Grande. O Paranaíba nasce no oeste e separa Minas de Goiás. O rio Doce começa da barra do rio Gualacho do norte com o rio Carmo de Mariana, fazendo fronteira com Minas e Espírito Santo. O rio Doce faz confluência com o Cuieté. A bacia do Rio Paranaíba do Sul, nasce em São Paulo e passa pela Zona da Mata, que separa Minas do Rio de Janeiro. O rio Pomba é tributário do Paranaíba, na mata mineira. Já o Paranaíbuna nasce na serra da Mantiqueira até Juiz de Fora. A bacia do Rio Jequitinhonha, ou também rio das Pedras, nasce no Espinhaço e a bacia do Pardo na serra das Almas, nordeste de Minas. O rio Pardo,

⁵²³ José Vicente César. Estudos Comparativos da Cerâmica Indígena de Minas Gerais. *RIHMG*. n. 15. 1971 e 1972. p.325-341. p.325.

⁵²⁴ Nelson de Senna. *A terra mineira*. 2 ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1926. Tomo I. p.116-117, 118 e 119.

na época colonial foi conhecido como rio das Orinas ou Ourinas e rio Mosquito. No nordeste mineiro estão as bacias do Mucuri e a do rio São Mateus.⁵²⁵

Os rios se tornaram caminhos usados na tentativa, desde o início da colonização, de atingir os sertões. “Assim, o caminho dos Guaianá, que em fins do século XVI servira a Martim de Sá em sua expedição às regiões correspondentes ao sul, ou antes, ao sudeste do atual território de Minas Gerais, é o mesmo que, mais de três decênios depois, ainda constituía ponto de referência numa petição de sesmaria apresentada por Miguel Aires Maldonado e filhos”. Os rios, riachos, nascentes tinham papel crucial na orientação da jornada. “O valor dos rios estava, aparentemente, menos em servirem de vias de comunicação do que de meios de orientação”.⁵²⁶

A abertura de caminhos por terra e o povoamento das áreas distantes na colônia rendiam benefícios aos desbravadores. Francisco de Britto Peixotto, capitão e povoador da Vila da Laguna, assim intitulado, em carta de 20 de agosto de 1732, pediu ao rei que fosse servido de terras de sesmarias, porque ele e seu pai tinham “povoado aquella terra” e abriram caminho para o “Rio Grande de São Pedro, e daly p.a as campanhas de Buenos Ayres, por onde se tem conduzido bastantes gados e cavalgaduras”.⁵²⁷ Aproveitava, na carta, para relatar que em 1715 esteve na Vila de Santos “já descansado pella idade e pellos trabalhos q soffry por estes certos” quando o Governador Francisco de Távora ordenou que fosse a Laguna, a qual foi povoada à custa dele e de seu pai Domingos de Britto Peixotto. Procedidas as ordens, chegou a “Nova Colônia, a MalDonado, Montevideo,” expostos os serviços prestados na representação ao rei suplicava para “pór os olhos de sua grandeza nos meos requerimentos e serviços que andão no Tribunal para que ao menos em minha velhice veja premeados os grandes trabalhos, e despezas, q. eu e meo Pay que Deus haja temos padescidos em fazer e augmentar esta povoação p.a augmento deste Est.o e fazenda de V.Mag.de”.⁵²⁸ Após justificados os feitos, abertos os caminhos e mantendo as terras com produção, o capitão pedia as benesses e mercês, típicas das transações de interesses no período colonial.

Dom João comunicou ao Conde de Sarzedas, no governo da capitania de São Paulo, que verificasse as medidas das terras e assim procedesse na

⁵²⁵ Nelson de Senna. *A terra mineira*, t. I. Faz descrição dos principais rios da capitania

⁵²⁶ Sergio Buarque de Holanda. *Caminhose fronteiras*, p. 34.

⁵²⁷ ATT. Cód. 06. fl. 61. Lisboa, 24 de julho de 1733.

⁵²⁸ ATT Cód 06. fl.62 f. V.a de Santo Antonio dos Anjos da Laguna, 20 de agosto de 1732.

averiguação dos informes do capitão suplicante. A Estrada “que vem de Macaçu para Inhamarin para melhor se facilitarem os transportes e se franquear o Comercio para as Novas Minas sem os muitos obstaculos de grave conseqüência, a que estao sujeitos os tropeiros, e viandantes que por ele passam p.las falta dos precisos [Reparos] nos lugares mais dificeis e arriscados”. As estradas eram as vias de acessos indispensáveis a comunicação com o interior da colônia, por isso muitas ordens régias eram expedidas para se executar os concertos e ainda se “construir Estivas, e Pontes seguras nos [Pasos] mais alagadisos, que dificultao a livre passagem das muitas tropas, que costumao tranzitar por ella fazendo observar esta providencia pellos Moradores e Roceiros que fora do mesmo Districto [ter] Fazendas athe o lugar em que acabar a mesma Estrada de [Inhamarin].⁵²⁹ Para o melhor resultado da diligência, foi enviado o capitão Francisco Duarte Malta, que se achava no Arraial do Canta Galo para examinar o projeto de reparos e de construção de obras importantes no caminho. Foram levantados os problemas que “Estas Estradas porem ainda que tenho huma grande estiva, que necessita ser mais bem construida porque se inunda pello Rio [Suruhi], quando enche, contudo dao melhor passagem do que a principal [...],⁵³⁰ segundo as informações desse oficial. Contudo, o desembargador superintendente-geral das Novas Minas de “Macacu” prestava uma informação de que as “pessoas que por elle tem entrado não acha mayor dificuldade no seu Reparo empregandose a mayor força do trabalho no concerto do Morro do Suruhi afirmandose hua boa Ponte no Rio [Parununga Perununga], como o que se evita o detalhe [de outras] obras, q. na sua execucao se achariaó mayores do que já paresem, e não sam tão precisas, que se requeriao, ese reprezentem pellos viandantes, que [fazem] uso daquelle caminho”.⁵³¹ As necessidades de concertos eram tantas e se mostravam urgentes, mas nem sempre era possível resolver medidas de reparos nos pontos de passagens mais problemáticos por causa da demora e do excesso de burocracia.

Os caminhos por terra podiam ser: o caminho velho do rio até Parati, o caminho novo de Garcia Rodrigues Pais (a Estrada Real) da Mantiqueira, Paraibuna até a foz do Paraíba e depois de atravessar a serra dos Órgãos chegava-se ao Rio de Janeiro e dele a Minas. De Minas pela serra dos Órgãos, passava-se por Paraíba

⁵²⁹ ATT. Cód 01. MF 697. fl.157 f. Rio, 7 de abril de 1788.

⁵³⁰ ATT. Cód 01. MF 697. fl.157 v. Rio, 7 de abril de 1788.

⁵³¹ ATT. Cód 01. MF 697. fl.158. Rio, 7 de abril de 1788.

e Paraibuna, Matias Barbosa, Juiz de Fora, Antônio Moreira, Mantiqueira, Borda do Campo, Registro (depois foi chamado de Registro Velho). Havia uma bifurcação para Vila Rica e outro caminho para São João del-Rei e para Sabará. A diferença de tempo de um caminho para o outro era de 15 dias. O caminho do São Francisco ou da Bahia pelo rio Verde, Matias Cardoso, Angicos (atual cidade São Francisco), Januária até Sabará.

O caminho das primeiras Bandeiras de São Paulo era da Garganta do Embaú, na Mantiqueira. O caminho geral do sertão, passando o caminho velho, ia do Rio por mar até Parati, onde começava o caminho por terra, que atravessava a serra do Mar para atingir o caminho de São Paulo (Taubaté) ou Pindamonhangaba, depois passou de Parati a Garatinguetá, que passava pela Mantiqueira, na Garganta do Embaú e Passatrinta (hoje Passa Quatro).⁵³² As picadas, abertas em 1736, para Goiás constituíram um empreendimento em sociedade. Uma delas era formada por 25 homens que, ao receberem a autorização, estabeleceram ao longo do caminho. Mais uma sociedade, em 1736, abriu uma picada de Pitangui a Paracatu e no mesmo ano outra foi aberta do rio das Mortes para fazer atalho do caminho velho de São Paulo, entre São João del-Rei até Goiasés. Em 1737, as picadas foram abertas para as minas de Cuiabá a Goiás e havia outra picada de São Romão para Paracatu com destino a Goiás.⁵³³

Lourenço Castanho Taques, o velho, a partir de 1669, atacou os Cataguases indo para Minas. Antônio Pires de Campos, filho de Lourenço Castanho Taques (o moço), entre 1631-1676 capturou índios no sertão vindo a falecer em São Paulo, em 1708. As expedições por terra e pelos rios são importantes para a compreensão da dinâmica das entradas nos sertões, como foi a de Francisco Bruza de Espinosa (castelhano) em 1554, tendo a presença do capelão jesuíta João Aspilcueta de Navarro e ambos margearam o rio Jequitinhonha; a de Dom Vasco Rodrigues Caldas (fidalgo português), que encontrou “os índios ferozes”, fazendo a expedição retroceder, sem resultado; a de Martim de Carvalho, entre 1567 e 1568, que subiu o Jequitinhonha, atingindo o norte de Minas; a de Sebastião Fernandes Tourinho em 1572 e 1573, que saiu de Porto Seguro e chegou ao rio Doce, na região de Diamantina e no vale do Jequitinhonha; a de Antônio Dias Adorno, que

⁵³² Waldemar de Almeida Barbosa *História de Minas*, v. 2, 1979. p.470-471.

⁵³³ Waldemar de Almeida Barbosa. *História de Minas*, v. 2, 1979. p. 475-476.

explorou o vale do Mucuri do Araçuaí, mas, acometido por doença e cansaço, não seguiu adiante.

Os currais, as fazendas de criação, foram os impulsionadores do povoamento, no caminho do rio São Francisco até o rio das Velhas antes do aparecimento dos veios auríferos explorados. Na segunda metade do século XVIII a capitania exportava couro e gado.⁵³⁴ Por outro lado, em quase todas as Minas tiveram seus núcleos urbanos originados da mineração: o Alto Jequitinhonha com Minas Novas; a Zona Metalúrgica com Caeté, Barão de Cocais, Catas Altas, Nova Lima, Ouro Preto, Ouro Branco, Raposos, Sabará; nos campos das vertentes surgiram Itapecerica, São João del-Rei, Tiradentes; no sul Campanha, Aiuruoca, Lavras, São Gonçalo; no rio Doce Peçanha e Cuieté, por exemplo; na Mata Senador Firmino, Piranga e outras. No Alto São Francisco, também, foram importantes Piuí e Pitangui, embora se situem longe da nascente. Assim como por vias terrestres se chegava ao interior da colônia, também os caminhos fluviais constituíram uma das formas de traçar as expedições. Por meio dos rios se alcançavam os territórios mais longínquos.⁵³⁵

O comércio fluía pelos rios, sendo preciso mantê-lo sem percalços. D. Antônio de Noronha decidiu encaminhar ao Marquês de Lavradio, em 1766, um relatório com sugestões para implementar o plano que tinha em mente, efetivando a melhoria do transporte e da navegação do rio Doce, com a abertura de estrada para facilitar o acesso à região e o comércio de gêneros. Segundo D. Antonio, eram as áreas férteis e ricas que circundavam o Rio.⁵³⁶ Avaliava que o sucesso viria com a evangelização das nações que habitavam as margens do Rio. Porém, anos depois, D. Antônio de Noronha em 1775 relatava, agora ao Marquês de Pombal, que seus antecessores não agiram devidamente, não adotaram as precauções cabíveis para a investida na exploração do Rio Doce e Cuieté. Refletindo sobre as ações dos governos, cita Gomes Freire de Andrade como aquele que direcionou seus esforços no combate ao gentio, além de ter mandado examinar a possibilidade da existência de ouro nos rios.⁵³⁷ Os sertões de Cuieté eram locais de litígios entre os gentios e os

⁵³⁴ Waldemar de Almeida Barbosa. *História de Minas*. Belo Horizonte: Editora Comunicação, 1979. v.I. p.192, 193 e 194.

⁵³⁵ Ver: João Antônio de Paula. *O Prometeu do Sertão: economia e sociedade da capitania das Minas dos Matos Gerais*. Departamento de História. História Econômica FFLCH. USP-SP, 1988. (Tese de doutorado).

⁵³⁶ APM SC 212.

⁵³⁷ APM SC. 221.

sesmeiros, que padeciam com os ataques e assaltos às suas plantações e fazendas. Por outro lado, lançou sua crítica firmemente aos demais governos, como o Conde de Valadares, que para D. Noronha organizou expedições que só colheram fracassos e deram despesas à Real Fazenda com as guerras incessantes contra o gentio, nem ao menos conseguiu cristianizá-los.⁵³⁸

2. 3 Dos Usos dos Índigenas e das Terras dos “Certões”

a) Violência e escravidão dos índios

As expedições tiveram de enfrentar os gentios para encontrar ouro, e nem sempre foram bem-sucedidas. Acabaram deparando com percalços e fracassos. As ordens emitidas a partir de 1760 da sede do poder da capitania de Minas – Vila Rica – intensificaram-se no sentido de motivar as expedições para a conquista dos sertões e dos índios, tornou-se uma campanha para apoiá-las.⁵³⁹ Uma das soluções encontradas para incentivar as entradas foi a contribuição de mantimentos entregues por muitos moradores.⁵⁴⁰ Outra saída para efetivar as entradas e apaziguar o gentio veio do governador Silva Lobo. No início de sua administração, a partir de 1763, determinou que fosse mantida a liberdade dos índios, porém deviam ser reduzidos em aldeamentos, e se houvesse recusa da parte deles, então, era permissível usar a violência para tal fim.⁵⁴¹

A violência assume, ao longo da história, muitos significados. Evidentemente, variam conforme o tempo, o espaço, a partir de influências dos fatores políticos econômicos, culturais e ideológicos, ou seja, as definições de violência/violentador/violentado guardam certas variantes e especificidades. Mesmo assim, dois tipos principais de violência podem ser identificados: a física e a moral. Inclui-se em uma e outra, em graus de intensidades diferentes, a psicológica. Afinal, a violência física e a moral disseminam o medo e o terror, além de seu alcance acarretar, principalmente, ao violentado a morte ou a humilhação; quando não extrai

⁵³⁸ APM. SG. 03. Cx. 10 doc. 07. SG. 12 Cx. 38 doc. 29.

⁵³⁹ APM SC 103.

⁵⁴⁰ APM SC 60.

⁵⁴¹ APM SC. 150 e SC 152.

a identidade extrai a dignidade. A coação manifesta-se com argumentos diversos, motivados por interesses ou ainda se vale de pretextos que na base o fator político-econômico é o vetor.

O poder não é abstrato nem o Estado uma matéria amorfa. Para o Estado exercer o poder, é imprescindível a existência de súditos e de um território onde irá atuar. Enquanto os povos indígenas se agregavam pela cultura e o território era o espaço da terra onde organizavam a vida da coletividade, os colonizadores se agregavam no território colonial pela ânsia de riqueza, a mesma terra com outra conotação era espaço de promoção da vida em sociedade e de aquisição de *status*. O poder, nessa situação, viria com o uso da violência; era um instrumento para obter a terra ocupada por povos indígenas.

As relações de poder assumiram uma dimensão que pode ser explicada pela maneira como o Estado português se estendeu. Em Marx e Engels, a violência é um instrumento do Estado sob o comando da classe dominante para proteger seus interesses e a revolução seria a forma de luta para pôr fim à opressão institucionalizada. O Estado, como produto das contradições inerentes à sociedade, é a confirmação dos antagonismos inconciliáveis que não se consegue erradicar por completo, ou melhor, para que as “classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da ‘ordem’ ”.⁵⁴² O poder praticado pelo Estado e, evidentemente, por aqueles que o operam, no estudo apresentado, envolve também conflitos étnicos. A violência se manifestou tanto de forma brutal e direta quanto apareceu mascarada pela ideologia e pela religião. A discriminação social e étnica são alavancas para a própria violência. Quando se recusa toda a possibilidade de convivência, prevalece a intolerância que, levada a cabo, no limiar, culmina na eliminação do outro.

O domínio do território é peça fundamental na demarcação do espaço, é onde se impõe a ordem e se submetem os súditos, o que torna uma necessidade a formação da força pública. “Esta força existe em todo Estado; é formada não só de homens armados como, ainda, de acessórios materiais, os cárceres e as instituições

⁵⁴² Engels Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Trad. Leandro Konder. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984. p.191.

coercitivas de todo gênero, desconhecidos pela sociedade de gens".⁵⁴³ Os meios expressos da prática da violência assumiram variações ao longo da história da humanidade. Eles devem ser considerados em seu contexto e no jogo de interesses que compõe a própria dinâmica da história, ou seja, da dinâmica que perpetra as relações de dominação. Porém, permite-se inferir que, como nascidas do jogo, têm via dupla; sempre há contrapartida, a qual se traduz por resistências que muitas vezes também são desencadeadas violentamente.

Segundo Glória Diógenes,⁵⁴⁴ a violência passa a ser discutida no final da década de 1950 no Brasil, numa dualidade: a que é institucionalizada pelo Estado e a que está fora, tornando-se seccionada do poder e relegada às margens da vida social, ou seja, a imagem do duplo. O Estado, historicamente, por meio do aparato jurídico, legaliza as formas violentas e seu enrijecimento, enquanto as reações a ele perpassam o cotidiano fugindo das normas legais e sendo rotuladas de transgressões e crimes. Deter-se em maniqueísmos, bem e mal, certo e errado, não esclarece e nem colabora para a questão, pois tais conotações valorativas embarçam a análise para entender os conflitos inerentes às relações humanas em suas dimensões social, econômica, política, étnica e cultural.

Trata-se, pois, de contextualizar as formas que assumem a violência e os discursos construídos para justificá-las, porque em uma mesma época nem todos são unânimes com certos atos e atrocidades. No entanto, o discurso oficial predomina e cumpre seu papel à medida que o bem e o mal são postos para exercer o poder, e nesse discurso o embate entre opostos traz em si determinados rótulos, por exemplo, quando o diferente é traduzido como perigo.

Os rótulos conceituam, discriminam, segregam e transformam-se em armas na destruição ou submissão do outro que é indesejável, deixam de ser palavras para ser práticas legitimadas. Quando se trata de relações de dominação, nada é simplista porque se reproduz com ritos, como foi com a catequese. Para apartar quem detém algo daquele que não detém muitas das vezes a intolerância se expressa e no seu estágio extremo prescinde de leis e práticas violentas. Na colônia, o perigo do infiel e também o figurado pelo negro, pelo índio, pelo mestiço ou impuro constituíram o motivo que os desclassificaram na ordem social. Representavam

⁵⁴³ Engels Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, p. 192.

⁵⁴⁴ Glória Diógenes. *Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento hip hop*. São Paulo: Annablume, 1998. p. 87.

perigos latentes por meio de grupos ou indivíduos que ameaçavam os objetivos pretendidos. Por isso, quando se reporta à análise da violência, deve-se pensar no lugar que a intolerância tem na relação com o outro que se apresenta diferente do padrão conferido e como ameaça se revela ao acenar a possibilidade de mudanças na órbita do jogo do poder.

A violência se reproduz e se institui de forma micro no cotidiano. Ela está na ação do Estado e na sociedade. A catequese tornou-se, ao longo da colonização, imperativo e dever dos colonos para lapidar a brutalidade e selvageria dos indígenas ensinando-lhes que a vida civilizada não se restringe aos padres. Ela se manifestou ao violar a identidade dos índios e apagar a memória para evitar a transferência das tradições e costumes dos índios às futuras gerações. Ao tratar das formas de violências, torna-se difícil não refletir sobre o que se espelhou como civilização. Com certeza, a dominação traz muitas facetas, como também traz muitas resistências para se manter a identidade e a liberdade.

No tocante à mortandade, provocada pela guerra, forma de violência mais conhecida e antiga na humanidade, esta encontrou na instância jurídica o ponto de apoio na colônia. A legislação não foi linear, mas autorizou o uso da violência na colônia. Como a guerra ostensiva na perseguição aos índios bravios e inimigos foi um meio para retirar-lhes a terra, inflingir-lhes o castigo físico e proibi-los de praticar seus costumes foram os outros meios violentos, também, de desfalcocar a cultura e a identidade que nutriam.

A violência pela guerra não foi generalizada mesmo porque a guerra gera mais guerra. Além de dispendiosa, vinha acompanhada da revanche dos índios, que tornavam a colonização mais dificultosa. "A intolerância tem sua origem em uma predisposição comum a todos os humanos, a de impor suas próprias crenças, suas próprias convicções, desde que disponham, ao mesmo tempo, do poder de impor e da crença na legitimidade deste poder. Dois componentes são necessários à intolerância: a desaprovação das crenças e das convicções do outro e o poder de impedir que este outro leve sua vida como bem entenda".⁵⁴⁵ De forma geral, o índio significava mais que ameaça, ele guardava o potencial de se rebelar e quando, atingido ou impedido de viver à sua maneira, não se curvava passivamente nem a catequese, nem a presença do colonizador no seu ambiente.

⁵⁴⁵ Paul Ricœur. Etapa atual do pensamento sobre a intolerância. In: Barret-Ducrocq, Françoise (dir.). *A intolerância*. Trad. Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 20-23.

Administração e escravidão estão relacionadas de certa forma. Ambas tinham como intuito usar o gentio para os serviços na colônia. Embora o cativo não fosse permitido, oficialmente, foi sob o título de administradores, revelando, em muitos dos casos, a escravização do gentio. Ao longo da colonização não faltam os exemplos de advertência aos administradores do gentio, leigos ou temporais que lançaram mão dos trabalhos forçados impostos aos índios. Levando-os a condição ou à beira da condição de escravos, a administração do gentio, de qualquer forma, abria brechas, uma vez que era inerente ao cargo o poder de tê-los nos serviços, ainda que fossem nomeados de serviços reais.

A questão indígena não esteve totalmente alheia à discussão na história nem quando envolveu a escravidão e a resistência. Caio Prado Júnior⁵⁴⁶ trata da prática da escravidão indígena no processo da colonização e da incidência de ataques às fazendas dos senhores cometidos pelos índios bravios. Os índios, além terem sido braços escravos nos trigais, milharais, plantações de algodão, feijão e no fabrico da farinha, foram necessários para o desenvolvimento da região de São Vicente, no século XVII. E os confrontos por terra foram desencadeados com o processo de ocupação do território a partir das várias frentes de entradas. Darcy Ribeiro⁵⁴⁷ especifica cada frente como formas de expansão das fronteiras implantadas a partir das atividades econômicas típicas de cada região como a expansão pastoril no nordeste, o extrativismo no vale amazônico, a agricultura na floresta atlântica, responsáveis pela destribalização, escravização e marginalidade dos povos indígenas.⁵⁴⁸

O tráfico de índios como escravos ocorria desde a primeira metade do século XVII. Iniciado mesmo antes, no tempo de Martin Afonso de Souza, em São Vicente, já se praticava a caça dos índios, atingindo mais diretamente os Tupiniquim e Carijós no vale do Tietê.⁵⁴⁹ O cativo do gentio permaneceu por todo século XVIII apesar das ordens reais contrárias.

⁵⁴⁶ Caio Prado Júnior. *História econômica do Brasil*. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

⁵⁴⁷ Cf. Darcy Ribeiro. *Os índios e a civilização*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1979. Ver especificamente a parte I.: As fronteiras da civilização.

⁵⁴⁸ Cf. Darcy Ribeiro. *Os índios e a civilização*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1979. Ver Destribalização e marginalidade. p. 396-419.

⁵⁴⁹ Sérgio Buarque de Holanda. (direção). *História Geral da Civilização Brasileira; A Época Colonial*. – Do Descobrimento à Expansão Territorial. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972. Tomo 1. v. 1. Livro Quinto. A Expansão Territorial. Cap. II – As Bandeiras na Expansão Geográfica do Brasil (colaboradora Myriam Ellis).

Nas capitanias do sul, os índios foram reduzidos ao cativeiro tanto por jesuítas quanto por colonos em geral e, especificamente, pelos moradores de São Paulo.⁵⁵⁰ Bertolomeu Lopes de Carvalho, contemporâneo à época do cativeiro indígena, expunha sua preocupação de se achar “algum meio que repare [reparasse] as hostilidades dos ditos Índios Captivos,” nas capitanias do sul do Brasil, principalmente pelos moradores de São Paulo.⁵⁵¹

Os colonos e até os oficiais militares, sob o discurso de educar os índios, de fazê-los servir à utilidade do bem público e de protegê-los, praticavam a escravização, mesmo porque o programa idealizado de educação dos gentios incluía ensiná-los o valor do trabalho como um meio de atingirem a civilidade. Apesar de não ser legítimo o cativeiro indígena, prevendo punições àquele que a praticasse, no fim das contas não dava em nada para o acusado. O requerimento de libertação de Leonor e seus filhos Jozé, Manoel e Severina, com seus filhos Felix, Marianna, Narciza e Amaro é fundamentado “pelas novas ordens de Sua Magestade publicadas” na capitania no ano de 1755, por serem os suplicantes libertos, “de geração carijós”. Solicitava que “por taes os reconheassem e como os Sup.tes até o presente são inda conservados captivos de hum chamado Domingos de Oliveira morador na Freguesia de Pouso Alto maltratando aos Sup.tes com rigorosos servissos e tãoobem espancado os mayormente depois que os suplicantes lhes falarão em que herão libertos e izentos..”. O suplicado os manteve acorrentados e “debaixo de sentinelas de noite e de dia de huns filhos do sup.do só afim de que os sup.es senão fossem a V.Exa queixar..”.⁵⁵²

O governador emitiu despacho, datado de 24 de dezembro de 1764, ordenando que o cabo de Esquadra do Registro de Capivari e o capitão Antonio Rabelo fossem averiguar a situação exposta na Petição da suplicante Leonor para ser informado “se os mesmos são de casta de índios e filhos de ventre livre,” também, requereu ao Reverendo Vigário “para se qualificar sem duvida a verdadeira natureza ou qualidade dos Sup.es [...]”. Seguindo as ordens do governador, o vigário respondeu, em 3 de fevereiro de 1765, de Pouso Alto, que era a suplicante liberta de ventre livre e Carijó com seus filhos e que eles estavam vivendo em rigoroso

⁵⁵⁰ Biblioteca da Ajuda. Palácio Nacional da Ajuda. Lisboa. Ref. COR 2021. Cota 51-IX-33. Título: Sobre o cativeiro dos índios. fl. 386-389 v. Bertolomeu Lopes de Carvalho.

⁵⁵¹ Biblioteca da Ajuda. Palácio Nacional da Ajuda. Lisboa. Ref. COR 2021. Cota 51-IX-33. Título: Sobre o cativeiro dos índios. fl. 386-389 v. Bertolomeu Lopes de Carvalho.

⁵⁵² APM SC 59 rolo 12. G. 3 p.103 f e v. 104 f e v. Petição. Vila Rica 25 de fevereiro de 1765. Petição de liberdade de Carijó, 03 de fev. de 1765, despacho 25 de fev. de 1765.

cativeiro. Na mesma data, o cabo Domingos Jozé da Cruz, de Capivari, informou ao governador a constatação do fato, verificando ser legítimo o requerimento de Leonor, seus filhos e irmãos. O governo deferiu a petição de Leonor em 25 de fevereiro de 1765, ordenando ao provedor do Registro de Capivari, ao cabo e aos soldados que libertassem a suplicante e seus parentes após os pareceres encaminhados e que o suplicado fosse advertido, e caso não acatasse a ordem poderia ser preso e enviado ao Limoeiro de Lisboa.⁵⁵³

A mão-de-obra indígena, cativa ou livre, era empregada nos trabalhos da mineração, até porque no rastro do gentio se achavam as áreas auríferas. Antonio Pires saiu à procura dos índios “Caxiponés”, depois, atrás dos mesmos índios, foi Pascoal Moreira Cabral, mas, quando chegou ao local, a aldeia já estava destruída. Andando mais à frente achou ouro; ao seguir um pouco mais, o capitão deparou com os índios e fez deles suas “prezas”. Construíram casas e lavouras ao longo do rio Cuiabá, e Caxipó exterminou as aldeias do gentio. Em 1719, no arraial de Cuiabá, o capitão-mor Pascoal Moreira Cabral organizou uma Junta e requereu o título do descoberto, quando se decidiu a favor e por guarda aos ribeiros de ouro “tanto das Minas como aos inimigos barbaros”.⁵⁵⁴

Dom Braz Baltazar da Silveira, por intermédio de bando de 1713, mandou restituir os índios as suas aldeias, pois foram vítimas de usurpação da aldeia de Conceição, usados, retirados pelos moradores de onde estavam pacificados. Ordenou que se libertasse uma índia que estava na condição de escrava e a enviasse à aldeia dos padres capuchos. O ouvidor-geral, também, mandou pôr os índios em liberdade, em casas que os recebessem, sob o poder de D. Francisco Randon.⁵⁵⁵ Outras índias, sob o poder do mestre-de-campo Antonio Raposo Silveyra, deviam ser libertadas imediatamente. Embora nas informações oficiais dos governos houvesse menção ao direito geral e liberdade das gentes, afirmava-se que os índios eram inimigos do bem público e este estava presente nas solicitações dos moradores.

⁵⁵³ APM SC 59 rolo 12. G. 3 p.104 f e v. *Idem*.

⁵⁵⁴ ATT. Papéis do Brasil, avulsos. Masso 03, doc. 10. MF. 4177/05 Req. 46414/05. “Relação das Povoações de Cuiabá e Mato Grosso dezde os seos princípios até o prez.te tempo”. Por Jozé Barbosa de Sá e como escrivão Manoel dos S.tos Coimbra.

⁵⁵⁵ SC 09. fl.3 v. e 4 f.

A escravidão era uma ocorrência constatada no cotidiano e quando se tornava um fato escandaloso só então era remediada com a libertação.⁵⁵⁶ Verifica-se, por certo ângulo, o cativo mascarado, fato semelhante ao que se deu com a administração dos índios Cropós e Coroados⁵⁵⁷ e com as diversas etnias ajuntadas num mesmo reduto dos aldeamentos de São Paulo, como demonstrado numa carta de 8 de abril de 1713.⁵⁵⁸

O governador Gomes Freire escreveu, em 1738, ao capitão-mor Domingos Alz' Ferreira que quando o capitão-mor João Jorge Rangel chegou a Vila Rica, lhe entregou sua carta dando o balanço da cobrança da capitação e das atividades de "ferrar o gado".⁵⁵⁹ Ordenou que quando finalizasse a cobrança da capitação lhe remetesse "uma lista dos omissos", isto é, aqueles que não efetuaram o pagamento do imposto, para que se procedesse contra eles. Em seguida, instruía o capitão Domingos Alz', para todo aquele que tivesse sob seu poder algum "vermelho" gentio da terra, se apresentasse, pessoalmente, à presença dele com os "documentos que tiver para o seu cativo".⁵⁶⁰ Os moradores deveriam ser advertidos caso tratassem os índios na condição de cativos, conquanto fosse permitido administrá-los, na forma das ordens régias. Sob o véu da administração dos índios se escondia o intuito de se apropriar deles nos mais diferentes trabalhos, além de aliviar o peso da escravidão explícita com a idéia de administrá-los.

Diante da vasta população de índios, não bastava como justificativa reduzi-los somente por causa dos princípios cristãos. A guerra ofensiva não atenderia totalmente ao objetivo de contê-los; era preciso pensar outros meios de apaziguar o gentio, e é quando entra a solução do aldeamento. As povoações indígenas permitiam ajuntar, sob uma administração, toda aquela quantidade de gente dispersa e propícia entrar em choque com o projeto colonial. Gente que se interpunha à ordem colonial e aos descobertos, por isso não se considera criação do aldeamento como exclusivo de um ato humanitário cristão de levar a palavra de Deus aos povos indígenas perdidos no paganismo. O governador José Antonio Freire de Andrade, em 1759, recebeu instruções que o autorizava, "ao seu arbítrio," dar as devidas providências aos "novos estabelecimentos que pretendiam fazer

⁵⁵⁶ SC 09 fl 19 e 20; fl. 25 f.

⁵⁵⁷ APM. SC. 152.

⁵⁵⁸ APM. SC. 04. fl. 61.

⁵⁵⁹ APM. SC. 67. filme 14. fl. 5. Vila Rica, 4 de novembro de 1738.

⁵⁶⁰ APM. SC. 67. filme 14. fl. 5. Vila Rica, 4 de novembro de 1738.

alguns Índios no continente das Minas".⁵⁶¹ O aldeamento foi fruto de um projeto e de decisões políticas, ao contrário do propagado como apenas expressão de uma mentalidade religiosa européia que se estendeu para salvar as almas em pecado. Diferente da bondade alardeada, as correspondências da época revelam, em detalhes, as violências, injustiças e extorsões praticadas pelo Prelado no Brasil com relação aos índios.⁵⁶²

Alguns indicadores mostram que a escravidão indígena, abominada, podia acontecer desde que o índio se depusesse. Idéia tão irônica quanto a de escravidão voluntária. Joana Baptista, índia cafusa, se ofereceu à escravatura voluntária, em 1780, constante num registro de escravatura de venda de si própria.⁵⁶³ Joana Batista afirmou que “sempre foi livre e izenta de cativoiro”, sem pai nem mãe e não tinha meios para viver. O pai era o preto Ventura, escravo do padre Jozé de Mello, falecido, e a mãe, a índia Anna Maria, empregada nos serviços ao mesmo padre. A índia abdicava de sua liberdade ao dizer que “Ela se vendeu como escrava ao Pedro da Costa pela quantia de 80.000 reis até a morte, mas seus filhos, se ela tivesse, seriam livres”. Ao trocar a liberdade pelo cativoiro, recebeu em duas partes: “metade 40.000 foi paga em dinheiro e outra metade em fazenda, trastes de ouro, um rosiclé de ouro e um par de brincos”. A escravatura voluntária conduz a uma única constatação deplorável na vida dos índios, como a de Joana Batista, que após se ver sem raízes, ficou desterritorializada e sem condições de sobrevivência. A troca nada tinha de espontânea; diante as circunstâncias não havia escolha, daí “colocava-se debaixo do cativoiro”.⁵⁶⁴

Jézuz Marco de Ataídes⁵⁶⁵ estuda na perspectiva da história social dos Annales sob a influência de Le Goff a partir da antropologia-histórica a trajetória dos índios Kayapós, tomando os caminhos arqueológicos e a colonização nos séculos XVIII, XIX até o século XX. O autor parte da discussão das formas de violências desencadeadas no contato com os indígenas e abrange como violação da identidade cultural o uso de mecanismos violentos pela força e guerra ou pela violência branda encabeçada pela religião e pelo método educacional, cujas práticas

⁵⁶¹ APM. SC. 126. filme 28. fl. 6. Belém, 29 de julho de 1759.

⁵⁶² ATT. Papéis do Brasil. Cód. 13. fls. 1 a 26 v. Aparato Histórico . MF. 1997.

⁵⁶³ ATT. Papéis do Brasil. Avulsos 07doc. n. 10. Avulsos 7 n. 01. Instrumento de venda 19 de agosto de 1780 Pará. Cafusa Joana Baptista Escravatura voluntária sobre índia cafusa.

⁵⁶⁴ ATT. Papéis do Brasil. Avulsos 07doc. n. 10. Avulsos 7 n. 01. Instrumento de venda 19 de agosto de 1780 Pará. Cafusa Joana Baptista Escravatura voluntária sobre índia cafusa.

⁵⁶⁵ Jézuz Marco de Ataídes. *Sob o signo da violência: colonizadores e kayapó do sul no Brasil central*. Goiânia: UCG, 1998.

foram usadas para submeter os Kayapós. Os Kayapós (palavra que significa o que traz o fogo na mão) se estabeleceram nas áreas auríferas além das Minas Gerais, em Goiás e Mato Grosso. Os Kayapós do sul ocupavam diversos pontos que se estendiam de Camapuã, no Mato Grosso do Sul, ao sul de Goiás; dos rios Grande e Paranaíba, no Triângulo Mineiro; do rio Paraná e Tietê, em São Paulo. Os Kayapós do norte localizavam-se ao sul do Pará, às margens do rio Araguaia e até o norte do Mato Grosso.

Conforme Jézuz M. de Ataídes, as sociedades indígenas desconheciam a escravidão, que foi uma prática introduzida pelo colonizador que prescindia da mão-de-obra indígena para obter a caça, a pesca e seu uso nos trabalhos na lavoura e nas minas. Dentre as leis mencionadas, o autor destaca a de 1570, de Dom Sebastião, que definia sobre a guerra justa. Os critérios eram subjetivos para se declarar a guerra, adverte Ataídes, por consequência, abriam precedentes aos colonos para agir mais à vontade para justificar a escravidão do índio. “Qualquer ação do elemento indígena, em defesa da espoliação colonizadora, era considerada uma agressão à colonização e ao povoamento e, portanto, possível de ser rechaçada numa guerra considerada justa”.⁵⁶⁶ Somente com a Carta régia de 21 de abril de 1702 é que se proibiu a escravidão dos índios e, em contrapartida, permitiu-se aos colonos que conseguissem persuadir os índios dos matos para o trabalho, podendo administrá-los. Na Provisão de 10 de junho de 1726 foi estabelecido que os moradores de São Paulo podiam usar os índios nos descobrimentos de ouro e outros serviços, desde que recebessem salários. No caso de Goiás, que não foi diferente quanto à questão indígena, percebe-se que no Regimento de Bartolomeu Bueno da Silva Filho, como autoridade e superintendente das Minas, distribuído em 14 artigos, continha as determinações quanto à política indigenista para que buscasse manter a paz e criar os aldeamentos dos índios. Concordamos com Jézuz Ataídes quando esclarece que a política indigenista da Coroa era fazer um “jogo duplo,” reafirmando nossa idéia de que a política em relação aos índios não foi contraditória, e sim oportunista. A Coroa, pressionada pela Igreja, buscava fazer uma política de meio-de-campo que não desautorizasse os colonos e nem contrariasse a Igreja.

⁵⁶⁶ Jézuz Marco de Ataídes. *Sob o signo da violência: colonizadores e kayapó do sul no Brasil central*. Goiânia: UCG, 1998. Ver o Cap. 1: A política indigenista em Goiás 1722-1850. p. 21.

Os bandeirantes paulistas, ao penetrarem os sertões de Goyazes, tinham como intuito apresar o índio para obrigá-los aos serviços nas lavouras, nas minas e nos transportes de cargas, trabalho de carregadores comumente impostos aos índios. “Índios e ouro, eram o motivo maior das entradas, sendo que o índio foi, por muito tempo, a mão-de-obra mais adequada à situação econômica da colônia, uma vez que um escravo negro da Guiné valia o preço de quatro índios cativos”.⁵⁶⁷

A correlação entre catequese e cativo marcou a política indigenista. Mary Karasch⁵⁶⁸ aborda a questão lembrando que as bandeiras paulistas, buscando ouro, ao entrarem pelo sul, transformaram os Goyazes e Crixás em cativos e mantiveram combates intensos com os Kayapós, uma vez que o processo de urbanização entre 1720 e 1730 se instalava. Para agravar o quadro, a fronteira de Goiás não estava definida e a necessidade de pacificar o gentio era urgente para o empreendimento dos descobertos das riquezas e a permanência dos moradores. Assim como as riquezas dos sertões das Minas, atraentes e cobiçadas, eram empreendimentos organizados pelas bandeiras, que ao solicitarem autorização para encontrá-las muitas vezes lançavam o subterfúgio da redução dos índios como parte do feito. Antonio Cardozo de Souza, morador na Comarca do Serro Frio, na sua petição,⁵⁶⁹ pede a autorização para que uma bandeira pelas paragens dos sertões para “reduzir o gentio”. Para efetivar a bandeira, era necessário que se expedisse uma portaria, onde em seu pedido esclarece que a finalidade era “descobrir os haveres que se prezumem há nos ditos sertões” e, assim, “evitar o sup.e o impedim.to de alguns invejosos, e de outros intrometidos”.⁵⁷⁰ No deferimento do pedido de Antonio Cardozo ordenava-se que, ao entrar, informasse logo ao comandante do distrito, sobre o andamento e os progressos da bandeira ao superintendente da comarca e ao governo, mas o consentimento vetava a entrada em terras diamantinas. Caso fossem encontradas pedras preciosas, deveria ser relatado ao intendente para tomar as providências, evitando o extravio. O despacho favorável à entrada, em 22 de agosto de 1766, é bem claro quanto à redução dos índios, esperando-se levá-los “a justa civilidade e obediência”. Recomendava-se que

⁵⁶⁷ Jézuz Marco de Ataídes. *Sob o signo da violência*, p. 21.

⁵⁶⁸ Mary Karasch. *Catequese e Cativo – Política Indigenista em Goiás: 1780-1889*. Beatriz Perrone-Moisés (trad.) In: Manuela Carneiro da Cunha. (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 397-412.

⁵⁶⁹ APM SC. 60. filme 12. fl. 86 f. e v.

⁵⁷⁰ APM SC. 60. filme 12. fl. 86 f. e v.

fossem tratados com “doçura”, sem o uso da violência, e que não poderia ser reduzidos “aos iníquos cativeiros” que por direito natural lhes pertencem a liberdade.

A leitura do despacho comprova a idéia de que os sertões, o ouro e os índios eram conexos: para se obter um, devia-se conquistar, também, o outro. Maria Moreira se encontrava cativa na casa do tenente Francisco Xavier de Sousa, privada inclusive de sair, porém alegava que era livre juntamente com seus filhos de nação Carijó, de “cabelos corridos”, e no seu requerimento pedia para ser libertada.⁵⁷¹ Ao se fazer a inspeção, averiguou-se, de fato, a sua “qualidade de índia”. A índia Maria Moreira diz que “tem requerido a liberdade a seus filhos por terem cabelos curtos, e izentos pela sua nação desta servidão”.⁵⁷² Na sua petição, com as certidões de batismos juntas, afirmava origem indígena e ainda acusa que seu filho Joaquim estava em poder do sargento-mor Felipe Antonio, o outro estava cativo do capitão Manoel Rodrigues da Costa e sua filha Luzia com o reverendo vigário Manoel de Catas Altas de Mato Dentro. O padre Ângelo Pessanha, do habito de São Pedro, capelão em São João Baptista do Ouro Fino, certifica que Maria é livre de nascimento, de mãe índia que foi “vendida a varios senhores porque assim aconteceo a muitos no tempo em que os paulistas se servião dos ditos indios para escravos”.⁵⁷³ Explica o padre que a índia pertenceu ao sargento-mor Pedro Bueno, depois esteve sob o poder do capitão Domingos da Silva parente de Bueno, no entanto batizada como livre e de origem índia. Os documentos em favor de Maria citam a lei de 6 de junho de 1755, que, ao ser referida, oferece o fundamento do direito à liberdade, repugnando a escravidão “todo aquele que ainda a titulo de arrematação sentença o outro motivo esteja reduzido a cativo com as penas isentas na dita ley sem que se possa controverter em juízo a sobredita matéria”.⁵⁷⁴ O direito natural, divino e pontifício são evocados para lembrar a liberdade do gentio ao reconhecer Maria e seus filhos isentos do cativo. A presença de vários registros de petições dos índios nas Câmaras municipais prova a prática costumeira entre os moradores de escravizá-los.

Outros casos elucidam a dificuldade de se provar a origem índia levando a situações inusitadas como a que ocorreu com Catharina, os filhos e seus dois netos. Francisco Paes de Oliveira entrou com uma petição contra-

⁵⁷¹ APM SC. 59. filme 12. fls. 101 v. e 102 f. 21 de fevereiro de 1765.

⁵⁷² APM SC. 60. filme 12. fls 88 v.- 91 f. 14 de maio de 1766.

⁵⁷³ APM SC. 60. filme 12. fls 88 - 89 v.14 de maio de 1766.

⁵⁷⁴ APM SC. 60. filme 12. fl. 90 f. e v, consta despacho: Vila Rica, 31 de outubro de 1766.

argumentando que ela era escrava mulata, “filha da negra da Costa de Guiné, suspenso no entanto a pronúncia da liberdade, ou cativoiro..”.⁵⁷⁵ O desfecho proferia que a “inspeção ocular” certificou “ser legítima índia” Catharina e acusou o suplicante que apenas estava, com a petição, querendo “ganhar tempo afim de a reter na injusta escravidão em que a conserva”.⁵⁷⁶ Também, determinou-se para que quem estivesse de posse dela ou dos demais os colocassem em liberdade, estando nulos qualquer compra e meios que deles o transformassem como cativos.

Além da liberdade usurpada dos índios, o mesmo ocorreu com suas terras. Muitas ordens régias garantiam aos índios o direito de viverem nas terras dos aldeamentos. Antonio Mendes da Fonseca e Manoel Mendes da Fonseca, moradores na passagem de Mariana, adquiriram sesmarias no ribeirão de Santa Cruz que deságua no rio do Casca e se recusavam a sair das terras que tinham sido entregues para alojarem os índios Pataxós, conforme determinavam as reais ordens,⁵⁷⁷ todavia responderam à decisão que mandava que fossem desapropriados das terras. Ao encaminharem uma petição, argumentavam a favor deles que “na boa fé” requereram as sesmarias no local, em 1760, por acreditarem que fossem as “terras devolutas”, procedendo à medição e à demarcação delas. Além disso, despenderam, à custa deles, a quantia de setenta oitavas para a construção da Ponte Nova no Rio da Piranga, com dez oitavas, também, para outra ponte num ribeirão, mais serviços de escravos, ferramentas e abriram picadas. Os suplicantes diziam que quando receberam o aviso do capitão José Gonçalves para deixarem o local, imaginaram que partia de uma “confusa notícia”. Parecendo-lhes que o capitão “sugeriu apoderar das suas terras”. Embora ressaltassem que fosse “para o justo estabelecimento do gentio”, os suplicantes buscaram os devidos esclarecimentos, quando, então, se confirmou realmente partir a decisão de uma ordem do rei. A partir daí, os sesmeiros expuseram os serviços dedicados à empreitada das sesmarias “e que para a catequização do gentio tem concorrido” suplicavam que o rei reavaliasse a situação, permitindo-lhes manter, onde fossem definidas, as suas sesmarias.⁵⁷⁸

O despacho, após todo o enredo, dizia que as terras deveriam ser entregues aos Pataxós “tanto pela promessa que aos mesmos se fez da

⁵⁷⁵ APM SC. 60. filme 12. fl. 122. Vila Rica, 30 de dezembro de 1766.

⁵⁷⁶ APM SC. 60. filme 12. fl. 122. Vila Rica, 30 de dezembro de 1766.

⁵⁷⁷ APM SC. 60. filme 12. fl. 75 v. - 77 v. Com despacho: Vila Rica, 19 de maio de 1766.

⁵⁷⁸ APM SC. 60. filme 12. fl. 75 v. - 77 v. Com despacho: Vila Rica, 19 de maio de 1766.

conservação delas, quando se reduzirão, como pelo primário Direito que delas lhes compete". No desfecho, decidiu-se por soltar os suplicantes presos que se negaram a se retirarem das terras. Apesar de se verificar que "se contradiz em parte a innocencia que querem persuadir", poderiam obter terras de sesmarias, desde que fossem outras, localizadas "no mesmo sitio fora da legoa, que se demarcou para os sobreditos índios, sem prejuízos destes".⁵⁷⁹

A ponderação, ao término do despacho, se apresenta quando se reafirma aos suplicantes "a graça que se lhes solicitam" sendo em "*terras devolutas*".⁵⁸⁰ O direito à sesmaria estava susceptível a certos requisitos e submetido à condição da posse em terras devolutas; se de um lado as terras eram reconhecidas como direito primário dos índios, por outro se tornavam devolutas. A terra concebida como desocupada em si já desconsiderava a existência do índio nela, daí a explicação forjada se resumia no enquadramento como devolutas; o vazio podia ser ocupado.

Evidente, no discurso político real, a persuasão como método de domar os sertões tão povoados de gentio. A persuasão era a estratégia de apaziguar e de atrair os índios para os aldeamentos. Com isso, resolviam três problemas: o primeiro, porque se evitava a guerra dispendiosa, no tocante a armamentos e vidas. O segundo, com os índios reduzidos, a mão-de-obra disponível aumentava. O terceiro, o mais importante, as terras nomeadas devolutas ficavam de fato acessíveis para serem apropriadas e os sertões das riquezas, livres da presença incômoda do gentio, à espera para serem explorados. Na linha de raciocínio exposta, percebe-se que os índios, habitantes dos sertões, tornavam-se alvo de comentários e de informações quanto mais que se adentrava o século XVIII. Dom José, em resposta, positiva, ao governador das Minas, em 1760, aconselhava para que fossem remetidas, ao provedor, as despesas referentes aos gentios, povoadores de todos os "extensos sertões do Xopotó".⁵⁸¹ Como alguns deles deram demonstração de paz, professando a lei católica, deveria se proceder "para conservação e facilidade de os persuadir ao nosso trato, de que se seguiram utilidades certas, por serem *terras de ouro as que habitam..*".⁵⁸² A Provedoria ficaria responsável por muni-lo com o dispêndio de "vestuários e ferramentas" aos índios. Dessa maneira, verifica-se

⁵⁷⁹ APM SC. 60. filme 12. fl. 77 v. Com despacho: Vila Rica, 19 de maio de 1766.

⁵⁸⁰ APM SC. 60. filme 12. fl. 77 v. Com despacho: Vila Rica, 19 de maio de 1766, grifo nosso.

⁵⁸¹ APM. SC. 126. filme 28. fl. 27. Lisboa, 20 de junho de 1760.

⁵⁸² APM. SC. 126. filme 28. fl. 27. Lisboa, 20 de junho de 1760, grifo nosso.

inquestionável e patente o especial destaque dado às “terras de ouro,” tornando-se num complemento persuadir o gentio “para tão útil, e piedoso fim”.⁵⁸³

As despesas com as povoações indígenas compensavam pelos resultados como se mostra com os gentios do Xopotó, Termo de Mariana, “que sahirão em paz a civilizar-se com os moradores da capitania”.⁵⁸⁴ A relação das despesas, de 1752 a 1760, de forma resumida, iam desde machados, enxadas, foices, levando-se a deduzir que os gastos eram bem direcionados a instrumentos para educá-los ao trabalho com a terra. As vestimentas incluídas, na relação, como saias de chitas, camisas, serviam à necessidade de tapá-los o nu abominado na visão cristã.⁵⁸⁵

Circulava, por meio de informações e pareceres entre as autoridades civis e eclesiásticas, a preocupação para a “cultura e civilização dos índios”.⁵⁸⁶ Até certo ponto, parece que a catequese cumpriu seu papel de evangelizar os índios, surtindo efeito a um grupo de 30 índios que, partindo das “distancias do Xopotó, e margens da Paraíba”,⁵⁸⁷ apresentaram-se, no dia 10 de 1764, com a intenção de receber o sacramento do batismo, estendendo-o aos seus filhos. Conquanto o Cabido tenha percebido uma sombra de dúvida no pedido do gentio, decidiu batizar “os filhos, principalmente os que se acham na idade de inocentes”.⁵⁸⁸ Já os demais careciam de ser catequizados para a obtenção do batismo a ser realizado pelo reverendo da Paróquia de Ouro Preto. Aconselhava o Cabido, ainda, que se deveria ir até a aldeia, dos mesmos gentios, para “civilizar e instruir” os que lá residiam. O retorno de civilizar era mais eficaz que o cativo, cuja consequência direta era o repúdio, a fuga e/ou a revolta dos índios. As determinações, conforme a lei de 1755, proibiam o cativo indígena, “público ou secretamente,” por ofenderem a Direito Divino e Natural, ordenando ao ouvidor-geral prender e entregar o transgressor ao Limoeiro para receber o castigo.⁵⁸⁹ Mesmo que fosse pró-forma, a escravidão dos índios era declarada injusta e violenta, como ocorreu em Pitangui, quando a lei de 1755 foi lembrada pelo governador assim que soube da prática da escravidão indígena.

⁵⁸³ APM. SC. 126. filme 28. fl. 27.

⁵⁸⁴ APM. SC. 126. filme 28. fl. 55. Vila Rica, 14 de dezembro de 1760.

⁵⁸⁵ APM. SC. 126. filme 28. fl. 56 f. e v.

⁵⁸⁶ APM. SC. 130. filme 29. fl. 94. Vila Rica, 11 de fevereiro de 1764.

⁵⁸⁷ APM. SC. 130. filme 29. fl. 94. Vila Rica, 11 de fevereiro de 1764. Carta do Cabido de Mariana.

⁵⁸⁸ APM. SC. 130. filme 29. fl. 94. Vila Rica, 11 de fevereiro de 1764. Carta do Cabido de Mariana.

⁵⁸⁹ APM. SC. 130. filme 29. fl. 113. Vila Rica, 26 de março de 1764.

O Conde de Bobadella, atento à política de aldeamentos, em 1759, dava conta ao rei dos índios Pirangas. A resposta ao Conde, bem objetiva, entregava em suas mãos a autoridade para providenciar o “que julgar convenientes para Aldear os mesmos índios, parecendo será de grande atrativo o de lhe fazer *demonstrativo os lucros que se lhes segue da nova administração*”.⁵⁹⁰ A nova administração lucrativa elogiada trazia em si a crítica à antiga sob a direção dos missionários “que intentaram pervertê-los, jesuítas como tem feito em toda a parte”.⁵⁹¹

Como vem sendo argumentado, o motivo de se assentar o gentio nos aldeamentos tinha como finalidade garantir os rendimentos lucrativos dos sertões. Acresce-se a essa constatação a utilidade dele no combate aos quilombolas. O consentimento de Dom José é esclarecedor quanto à formação de dois aldeamentos, um na Comarca de Vila Rica e outro na de Sabará, com “índios mansos para rebater os insultos dos negros salteadores”.⁵⁹²

A formulação da política indigenista e o conjunto cultural dos indígenas estiveram sempre correlacionados, porque a política projetava-se para desfazer os costumes dos índios que se mostravam desviantes. Na perspectiva política, entendida como expressão do poder, instituíam-se leis e normas jurídicas passando a atingir um sentido quando pensadas a partir da concepção do modo de vida desses povos, em contraposição ao modo de vida concebido por aqueles que ditavam a própria política. Para compreender essa correlação devem ser buscados os subsídios no diálogo e embates com as demais áreas do conhecimento.⁵⁹³ Inclusive atentar para o ponto em que a política e a cultura se encontram e se manifestam. As leis são produtos do seu tempo e espaço, onde as sociedades humanas se situam com seus entendimentos sobre a vida, seus costumes e tradições. Thompson analisa com ressalvas o conceito de cultura: “[...] o termo ‘costume’ foi empregado para denotar boa parte do que hoje está implicado na

⁵⁹⁰ APM. SC. 126. filme 28. fl. 23. Nossa Senhora da Ajuda, 13 de agosto de 1760, grifo nosso.

⁵⁹¹ APM. SC. 126. filme 28. fl. 23. Nossa Senhora da Ajuda, 13 de agosto de 1760.

⁵⁹² APM. SC. 126. filme 28. fl.160. Lisboa, 22 de agosto de 1760. Carta resposta as representações de 9 de julho de 1757 da Câmara de Vila Rica e à de Sabará de 11 de julho de 1757. Ver: SC. 126 fl. 166 - Representações.

⁵⁹³ O debate na Antropologia, suas escolas e os principais antropólogos que influenciaram as discussões sobre as sociedades humanas e cultura foram tratados em aulas expositivas e em transparências. Também ver: livro indicado - Roque de Barros Laraia Cultura: um conceito antropológico. Ao longo do curso devemos abordar a História, suas perspectivas, abordagens, debates e proximidades com a Antropologia, na busca da compreensão da Etnohistória.

palavra cultura",⁵⁹⁴ usando a palavra costume para se remeter ao direito consuetudinário, que teve força de lei. No século XVIII, na Inglaterra, costume não era necessariamente tradição; significava um campo de conflitos e disputas. "Mas uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole, é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de 'sistema'".⁵⁹⁵

Os contrastes entre a moral oficial e a não oficial são intrínsecos as sociedades. O termo "cultura" pode induzir a um sentido "ultraconsensual" criticado por Thompson ao defender cultura como um termo "descritivo vago". Esclarece que cultura reúne atividades e atributos diversos; se usada de forma "ultraconsensual" pode ocultar distinções necessárias numa sociedade. "Na interface da lei com a prática agrária, encontramos o costume. O próprio costume é a interface, pois podemos considerá-lo como práxis e igualmente como lei".⁵⁹⁶ Os costumes são produtos das pessoas comuns que passam a vigorar como normas, muitas das vezes não escritas, a serem seguidas ao longo do tempo. O costume, também, é o "lugar dos conflitos de classes na interface da prática agrária com o poder político".⁵⁹⁷ A discussão da relação entre política e cultura pode ser observada na trajetória de muitos estudos no campo da história. Para mencionar alguns, remetemo-nos à França, onde se concentra toda uma tradição de estudos em que o aspecto político, entendido no campo do oficial, se rendeu à importância da dimensão social. A defesa por uma História Social, com Bloch e Febvre, inaugurou o diálogo com as outras áreas, opondo-se à história política factual, mas não se opondo à aceção política que engloba as atitudes populares, resultantes também das esferas culturais e mentais coletivas. Bloch, ao escrever *Os Reis Taumaturgos* em 1924, e Febvre, com *Un destin Martin Luther*, em 1928, e *O problema da descrença no século XVI – a religião de Rabelais*, em 1942, perseguiram os caminhos de uma história inspirada na etnologia e na psicologia, sem negligenciar o

⁵⁹⁴ Edward P. Thompson. *Costumes em Comum*: estudos sobre a cultura popular tradicional. Trad. Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.14.

⁵⁹⁵ Edward P. Thompson. *Costumes em Comum*: estudos sobre a cultura popular tradicional. Trad. Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.17.

⁵⁹⁶ Edward P. Thompson. *Costumes em Comum*: estudos sobre a cultura popular tradicional. Trad. Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Cap.3 Costumes, Lei e Direito Comum. p. 86.

⁵⁹⁷ Edward P. Thompson. *Costumes em Comum*, p. 95.

fator político. Fernand Braudel consagrou-se à discussão da coexistência de temporalidades na História, principalmente a longa duração em que as sociedades humanas estão envolvidas, o que difere da história de pouco fôlego. Mais que isso, Braudel defendeu que o tempo não é linear como numa sucessão visível, ordenada e seqüencial,⁵⁹⁸ motivo suficiente para se evitar a distorção da complexidade da questão indígena ao se estudar a história colonial brasileira, pois a linearidade ofusca as contradições.

A história dos costumes, com fundamento ora mais no cultural e social, ora mais no econômico, foi se tornando vitoriosa, sem de nenhuma maneira excluir o político, e, sim, transformando-o numa instância articulada às outras. Apesar das controvérsias que cercam o debate, é importante observar as perspectivas distintas que norteiam os estudos: buscar uma história total reunindo aspectos antes desconsiderados, propondo ir além das leis e atos jurídicos para alcançar os costumes. A proposta deste estudo articula política e cultura desde que não seja encerrada no âmbito do instituído, mas sim se valendo dele para compreender como as ações tomadas no campo do instituído partiram das informações e dos registros do cotidiano em contato com os indígenas. Do conhecimento desse contato se origina a política exercida pelo Estado, tendo como resultado uma legislação específica pensada a partir do desdobramento da convivência índios-europeus. Além da produção historiográfica francesa, determinados estudos ingleses se situam na proposta da História Social. Edward Thompson, citado, e Eric Hobsbawm, numa obra organizada conjuntamente com Ranger,⁵⁹⁹ reúnem estudos que analisam o peso da dimensão cultural na vida da coletividade partindo, também, das relações de poder, políticas e econômicas que se interagem ao contexto sem, contudo, reduzirem a importância das discussões ideológicas. Certas manifestações coletivas se tornam tradições por meio da apropriação do poder. Conforme Hobsbawm, a tradição inventada tem sua base na forma instituída oficialmente, é “um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma

⁵⁹⁸ Fernand Braudel. A Longa Duração. Artigo de 1958 publicado nos *Annales*. In: *História e Ciências Sociais*. 6 ed. Trad. Rui Nazaré. Editorial Presença: Lisboa, 1990. *O mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Philippe II*, 1949 e *Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII*. 3 v. 1979.

⁵⁹⁹ Eric Hobsbawm e Terence Ranger. (orgs.). *A invenção das tradições*. Trad. Celina Cardim Cavalcante. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

continuidade em relação ao passado".⁶⁰⁰ A tradição tem uma função ideológica e simbólica, está na maioria das vezes associada ao costume, mas difere dela.

As tradições inventadas, embora tenham relação com o costume, são fixas e repetitivas. O costume, apesar da resistência a mudanças, tem continuidade com o passado, tem íntima relação com o direito consuetudinário ou direito comum. Ocorre que o poder institucional se apropria das manifestações coletivas do costume e ao adaptá-las tem como finalidade a manutenção do próprio poder para se aproximar das camadas sociais, criando um diálogo por meio dos elementos simbólicos. Embora as "tradições inventadas" se situem como uma produção do século XIX, Hobsbawm atenta para o fato de que a "invenção" é retirada ou inspirada nos eventos passados de uma sociedade ou, se recentes, de situações que a coletividade experimentou, já que é preciso um elo social para permitir sua reprodução, que não é uma cópia exata do que foi. Ao reelaborar a tradição, o instituído pretende adaptar algo que o ligue à sociedade obtendo sua concordância para que consiga disseminar as idéias e despertar os sentimentos coletivos que se quer. O Estado português não foi diferente. Por meio das construções exigidas não se pretendia exclusivamente civilizar e urbanizar, mas se reproduzia nos Trópicos sua tradição e por meio da Igreja católica se ritualizava a conquista da terra e dos índios.

É conforme as perspectivas apresentadas que se inclui a história dos indígenas, entendendo que para a análise ser mais completa depende de ser articulada à compreensão das relações de poder, políticas e econômicas dos povos e grupos sociais envolvidos. Tanto os colonos, os índios e o Estado quanto a correlação de forças entre conquista e ocupação do território implicam o imperativo de se buscar o entendimento cultural de sociedades díspares. A civilização preconizada pelo colonizador foi viável muito mais por meio da guerra ao indígena ou submetendo-o como mão-de-obra que de um projeto de integração e assimilação deles como vassalos simplesmente. Para apreender o cenário, deve-se alcançar a dimensão assumida pelos conflitos culturais desde que contemplada nas esferas políticas, ideológicas e econômicas.

⁶⁰⁰ Eric Hobsbawm e Terence Ranger. (orgs.). *A invenção das tradições*, p. 9.

Sérgio Buarque de Holanda⁶⁰¹ revela a influência de culturas diversas e antagônicas na formação histórica da sociedade brasileira que pelo contato se gerou uma própria. Na obra *Visão do Paraíso*, a origem da imagem edênica do Brasil, produzida pelos portugueses sobre a terra assemelhando-se ao paraíso, no que toca o entendimento de paraíso cristão, era inseparável da conversão do gentio. Afinal, o paraíso povoado por seres rudes, com aparência e costumes estranhos aos europeus, não seria consumado na plenitude. A estranheza traduzia-se em seres perdidos de Deus, esquecidos e imperfeitos por ausência do cristianismo. A natureza da terra, semelhante ao éden, continha signos que na representação cultural do europeu deveriam ser interpretados partindo das similitudes e de seus significados. Como cristãos, o novo mundo tornou-se um paraíso, mas bruto e virgem, a ser domado.

Os povos indígenas foram submetidos ao poder do latifúndio. O uso da mão-de-obra e da escravidão indígena foram práticas nesse processo de apropriação da terra pela iniciativa privada. Na vasta colônia, entre as zonas econômicas, uma das áreas fortes era a do sertão nordestino compreendido entre Médio São Francisco ao Maranhão tomado por latifúndio. Esse sertão era dominado por duas famílias, a Casa da Torre e a da Antônio Guedes de Brito, que se estendia até a nascente do rio das Velhas. Já a sociedade constitui-se, de um lado, de ricos e grandes fazendeiros; de outro, uma população na miséria composta por indígenas, mestiços e de negros escravos. “Inicia-se então esta ‘caça’ do homem pelo homem que pelas suas proporções tem poucos paralelos na história, e que figura como apanágio de glória das ‘epopéias’ bandeirantes (...). Escusado será repetir o que foram estas expedições preadoras do gentio, que percorreram o território brasileiro de norte a sul e de leste a oeste, descendo do sertão milhares e milhares de cativos a serem iniciados nas ‘belezas’ da civilização”.⁶⁰²

Os reis de Portugal não foram contra o cativo do gentio, tanto é que em vários momentos é possível comprovar tal fato, mesmo com a legislação para impor obstáculos à captura dos índios. A tese defendida de que não ocorreu escravidão indígena e que tal só se deu no início da colonização deve ser questionada “Era preciso contornar as disposições legais e, *embora mantendo a*

⁶⁰¹ Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 4 ed. São Paulo: Ed. Nacional, (Brasiliense), 1985.

⁶⁰² Caio Prado Júnior. *Evolução política do Brasil Colônia e Império*. 16 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.p.24.

escravidão índia, encobri-la com mais ou menos disfarces. Para isto, classificam os índios em duas categorias. Os cativos em *guerra justa* – cujo conceito foi o mais elástico possível, variando ao sabor das circunstâncias do momento – e os prisioneiros de outras tribos, resgatados pelos colonos, eram considerados escravos de pleno direito”.⁶⁰³. Caso não fosse pela guerra justa os índios deveriam ser submetidos a supervisão e a tutela – liberdade vigiada, originando a denominação de administrados ou “peças forras”.

A tutela entregava ao administrador a ingerência da vida dos índios, cargo que desfrutava tão a vontade que os transformava em administrados escravos ou como me disse Professor Fernando Novais “deve ser discutido o uso da mão-de-obra indígena, a exploração e abuso do trabalho indígena, forma de escravidão”.

Segundo Renato Venâncio⁶⁰⁴ a escravidão estendeu-se até a segunda metade do século XVIII, e o fim da escravidão indígena está ligado às altas taxas de mortalidade, à quase-ausência de reprodução biológica. Eles faleciam numa proporção três vezes mais elevada que os negros africanos. Pensar essa fronteira convém ao estudo proposto, pois, à medida que a escassez dos veios auríferos ocorria, os colonizadores tendiam a empurrar os limites, e ao se encontrarem com os índios surgiram novos e mais conflitos. As listas de capitação (documento oficial) mostram nelas índios que foram registrados como escravos com o processo de desbravamento.

De acordo com outros autores, comentados à frente, a situação jurídica do indígena não foi a de escravidão. Esses autores defendem a idéia da relação entre realidade e legislação como se fosse precisa e acreditam que as leis permitiram aos índios trabalhar e escolher livremente a quem servir, porém as pesquisas atuais constataam a ocorrência da escravidão das populações indígenas e das guerras justas como práticas dos colonizadores ao longo do século XVIII. Na historiografia clássica sobre Minas, os índios aparecem como bárbaros e violentos; além disso, nega-se a existência da escravidão indígena: “Escravidão em termos, nunca tal houve nas Minas, fundada em lei contra os índios. O regimento de 18 de agosto de 1618, reiterado nas leis e alvarás, mandava repartir os índios pelos

⁶⁰³ Caio Prado Júnior. *Evolução política do Brasil Colônia e Império*.p.25.

⁶⁰⁴ Renato Venâncio. Os últimos carijós: escravidão indígena em Minas Gerais 1711-1725. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, n. 34, v. 7, p. 165- 181, 1997.

mineiros, como livres, ganhando salário e com direito a tratamento regular, ao vestiário e a educação”.⁶⁰⁵

Darcy Ribeiro⁶⁰⁶ defende a posição de que, além de os índios terem sido massacrados com as guerras, também foram escravizados, reforçando um dos argumentos da nossa pesquisa quanto ao abuso da mão-de-obra indígena e a falácia das leis: “A crescente procura de certos produtos tropicais no mercado mundial, principalmente o café, criara condições para a exploração das matas que ocupavam. Seria uma expansão inexorável da mesma natureza daquela nos séculos XVI e XVII havia exterminado, escravizado ou desalojado os índios que habitavam as matas costeiras, para cobri-las de canaviais; e daquela que, no século XVIII, com a descoberta do ouro em certas regiões de Minas, Mato Grosso e Goiás dizimaram as tribos que nelas viviam”.⁶⁰⁷

A institucionalidade da violência e o extermínio do indígena é notável quando se estabeleceu com um órgão do Estado a “Junta de Conquista e Civilização dos Índios, Colonização e Navegação do Rio Doce”. Embora conhecido na historiografia, o extermínio merece menção, por ganhar legalidade. A carta de 13 de maio de 1808 criou seis divisões militares tendo cada uma um comandante no combate e guerra contra os Botocudos, tendo como diretor o governador da capitania, todas coordenadas pela Junta. E a carta de 2 de dezembro de 1808 considerou as terras dos sertões devolutas podendo ser distribuídas para os novos colonos e os fazendeiros, permitindo-lhes fazer uso do trabalho indígena gratuitamente e por meio da repartição.⁶⁰⁸ Ambas as leis estão relacionadas: uma acaba com o problema índio e a outra libera a terra do índio para ser ocupada. Enquanto se erradicava do território o indígena com o extermínio, também autorizava aos sesmeiros que utilizassem como bem entendessem os índios que sobrassem. O assunto suscita determinadas proposições e um vasto debate, até porque a região em foco era circuito e área de ouro. Apesar de na segunda metade do século XVIII anunciar a escassez aurífera, evidenciando o avanço dos colonos com mais frequência e intensidade para os sertões, a terra não deixou de ser

⁶⁰⁵ Diogo de Vasconcelos, 1974. *História antiga*. p.137.

⁶⁰⁶ Darcy Ribeiro. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. Petrópolis: Vozes, 1979.

⁶⁰⁷ Darcy Ribeiro. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno* p. 92.

⁶⁰⁸ Darcy Ribeiro. *Os índios e a civilização*, p. 145.

cobiçada como alvo de interesses. O alicerce do domínio do território manteve a justificava de região despovoada, por conseguinte, sem gente civilizada.

A idéia de região caracterizada como desocupada acarretou outra denotação: a de áreas onde se imperava a ausência do ordenamento urbano, definidor do caráter civilizatório em oposição a aridez do selvagem. Com isso, cada vez mais se apregoava a imagem de inferioridade e de incapacidade dos indígenas transformando a presença deles num entrave ao desenvolvimento da sociedade. Ao mesmo tempo, os sertões eram compreendidos como terras desconhecidas ou pouco exploradas, sem mapeamento acabado, portanto passíveis de confrontos e de quem o domasse. São aspectos que formaram um conjunto de visões que contribuíram para a prática do uso e abuso da guerra contra os índios e o entendimento das terras indígenas como devolutas permissíveis de ocupação.

Como dito, tanto o uso da mão-de-obra indígena foi trivial quanto ordens régias expedidas autorizaram que se fizesse a guerra. Mais legítimo se tornavam o combates quando fossem a todas as nações de índios de curso por todas as partes.⁶⁰⁹ Embora fosse melhor evitá-la, porque assim também se aplacariam maiores prejuízos e desavenças entre índios e não-índios, como ocorreu em 1807, quando o governador Pedro Maria Xavier de Ataíde escrevia ao alferes João do Monte da Fonseca, comandante do Presídio de S. Rita do Turvo, uma carta sobre a carnificina provocada pelo comandante: “Repito e repetirei mil vezes a vmcê o seguinte: defendam-se os portugueses das invasões dos índios, mas não os persigam pelas entranhas dos matos”.⁶¹⁰ O episódio da carnificina se encerrou apenas com uma advertência, no mais restou o silêncio.

⁶⁰⁹ *Documentos Históricos*. 1692-1712. Provisões, Patentes, Alvarás, Cartas. V. XXXIV. Bibliotheca Nacional Rio de Janeiro, 1936. p. 296-299.

⁶¹⁰ Cód. 381, S.G. – APM. (p. 272). No ano seguinte, 1808, D. João assinou ordem de trazer a guerra aos botocudos. (está no APM Cód. 656, D.F. – APM).

b) Tutela e exploração do trabalho indígena

Durante todo o período colonial, as diversas ordens régias foram expedidas para se exercer o controle do uso da mão-de-obra indígena e dos sertões, no sentido de estender o território, ao mesmo tempo em que se ampliava a descoberta de riquezas. Outro fator que empurrou o alargamento das fronteiras foi o desenvolvimento do mercado interno colonial. A mão-de-obra indígena livre, sob administração, ou cativa, embora essa fosse proibida pela legislação, de qualquer forma foi conveniente para ser empregada nas atividades dos sertões. As disputas pela administração do gentio entre leigos e religiosos foram acirradas porque, ao obtê-la, transferia-se junto o direito de usá-la. A faculdade de dispor do trabalho indígena obedecia a algumas restrições e critérios, como o de ter obrigação de pagá-lo. Contudo, acontecia que, tornando-se administrador dos índios, passava-se a contar com a disponibilização de um tipo de mão-de-obra.

O uso da mão-de-obra dos índios foi empregado nas mais diversas atividades e no descobrimento de ouro nos ribeiros como foi comunicado ao rei em 1693 de São Paulo.⁶¹¹ Era uma situação polêmica dispor do trabalho indígena e pauta constante nas discussões de como se deveria proceder e no caso da liberdade dos mesmos.⁶¹²

Os índios das aldeias do rio São Francisco foram muitas vezes remanejados para as utilidades dos diversos serviços.⁶¹³ “Ao Administrador do salitre

⁶¹¹ *Documentos Historicos*. 1692-1712. Provisões, Patentes, Alvarás, Cartas. V. XXXIV. Rio de Janeiro, 1936. p.116 e p.183-185.

⁶¹² *Documentos Historicos*. Correspondencia dos Governadores Gerais 1704-1714, v. XL, Rio de Janeiro, 1938. p.158. Carta para o Padre Provincial da Companhia João Pereira para mandar dar das Aldeias de Porto Seguro doze Índio ao Sargento-mor do Rio das Caravelas. p.161-162. Carta para o Padre Missionário Frei Miguel de S. Jerônimo, sobre Ter ordenado a Francisco da Costa pague aos Índios que vieram com a sua boiada; ir ordem para vir o mulato de que se queixa, preso; e ordenar-se aos oficiais do salitre não vão, nem mandem buscar Índia alguma das aldeias, ou seja moça, ou velha. p. 160 Carta para o Padre Missionário Frei Lourenço de Jesus Maria, sobre se ordenar ao Administrador do Salitre não consinta que nenhum dos oficiais dele, mande buscar índia solteira algumas às aldeias; e outros particulares. Biblioteca Nacional *Documentos Históricos* Correspondências dos Governadores Gerais. 1705 - 1711 Vol XLI, Rio de Janeiro, 1938. p.20, Carta para o Padre Manuel de Barros de Afonseca sobre a queixa dos índios da aldeia de Jacohipe; e não pode eximir os índios do trabalho salitre. Carta para o Padre Missionário Frei Lourenço de Jesus sobre a queixa do Padre Manuel de Barros, acerca dos índios da Aldeia de Jacohipe.

⁶¹³ *Documentos Históricos* Correspondências dos Governadores Gerais. 1705 - 1711, v. XLI, Rio de Janeiro, 1938. p. 107. Carta escrita a Garcia de Ávila Pereira sobre a resolução que se tomou na Junta das Missões acerca do Requerimento dos Índios das Aldeias do Rio de São Francisco, e ir o Sargento-maior delinear a fortaleza que se há de fazer na Torre de Garcia de Ávila.

Antônio de Almeida Velho, e ao Ajudante Luiz Antunes, ordeno, que quando houverem mister índios para trabalharem nas oficinas, mandem pedir ao Capitão-mor Paulo Gonçalves; o dito Capitão-mor dará todos os que forem necessários da nação Payaya e Sacuriús, com toda a prontidão para que não pare o serviço de Sua Majestade".⁶¹⁴ O indígena chegou muitas vezes a trabalhar, quase sem diferença, ao lado do negro escravo.

Escravizar ou educar o indígena para o trabalho na colônia era parte do processo. O Pantanal, sob domínio jesuíta, foi descrito tendo a presença de nações indígenas dóceis que viviam do rio Miranda até o Apa, chamados de Ytatyn ou Itatim; além deles havia os Ñuarás, os Ñiguaras, Guasarapós e outros, todos Guaranis. Os jesuítas chegaram ao Paraguai em 1607, vindos de Lima, e as missões do Itatim ficavam a sudeste de Xarayes.⁶¹⁵ Entretanto, foram escravizados pelos espanhóis que se estabeleceram no local, e o governo espanhol decretou a expulsão dos jesuítas do Paraguai pela primeira vez em 1648. Para completar o quadro, a presença dos mamelucos paulistas nas missões pantaneiras marcou os conflitos com os Jesuítas tendo seu ápice com Raposo Tavares que atacou Itatim pondo fim as missões na área.⁶¹⁶

Os bandeirantes paulistas continuaram adentrando o território quando, no início do século XVIII, encontraram as minas do Cuiabá, e os rios pantaneiros tornaram-se parte dos caminhos das monções e das riquezas. As monções saíam de São Paulo, do rio Tietê, atingiam o rio Paraná até a bacia do Alto Paraguai, indo até São Lourenço, chegando a Cuiabá. A viagem até Cuiabá durava em torno de seis meses.

Os roteiros podiam ser somente fluviais ou mistos (fluviais e terrestres). No percurso, se chocavam com os Payaguás, Guaykurus, Cayapós, sendo os combates inevitáveis. Os Cayapós situavam-se nas proximidades dos rios Pardo e Camapuã, onde se fundou dois importantes núcleos de povoamento Camapuã às margens do rio Camapuã, e Albuquerque às margens do rio Paraguai. Os caminhos do ouro ainda podiam ser do que ia da bacia do Guaporé e dela se desbravaram as áreas entre Mato Grosso e o Pará. Os rios Madeira, Mármore e Guaporé tornaram-

⁶¹⁴ Biblioteca Nacional. *Documentos históricos*. Correspondências dos Governadores Gerais. 1705 - 1711 Vol XLI, Rio de Janeiro, 1938. p. 163 e 164. Carta para o Capitão-mor Paulo Gonçalves sobre dar índios para o serviço do salitre. Carta para o Capitão-mor Antônio de Almeida Velho.

⁶¹⁵ Maria de Fátima Costa. *História de um país inexistente: o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Estação Liberdade/ Kosmos, 1999.p.45.

⁶¹⁶ Ver Jaime Cortesão. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. Rio de Janeiro, 1958.

se importantes meios de comunicação, inclusive para se chegar até as minas do Mato Grosso.⁶¹⁷

O rei escreveu ao governador de São Paulo e Minas, em 8 de abril de 1713, a respeito do uso da mão-de-obra indígena como resposta à carta de 23 de dezembro de 1711 dos oficiais da Câmara. Os oficiais reclamavam dos religiosos de São Francisco e do Carmo, denunciando que os padres utilizavam os índios aldeados que administravam “por quanto os ocupão em suas lavras, e ainda nas suas negociações trazendo os na carreya das minas” em prejuízo do real serviço.⁶¹⁸ Ainda, argumentavam que o único remédio para reparar o dano era retirar a administração dos índios do domínio dos religiosos. A situação levou o rei a concluir, recomendando ao Governo, que se impedissem os excessos dos religiosos.

Em 10 de abril de 1737, Dom João, por meio de resolução enviada ao governador do Maranhão. Após ter chegado até ele informações de que estava havendo negligencia no controle das “licensas de Certão pasando a ele hum grande numero de canoas a colher os fructos que produz de que rezulta não só a destruisam dos Indios das Aldeas; mas tambem a dos fructos colhendose verdes, e fora de cezam com prejuizo gravissimo do Comercio”,⁶¹⁹ decidiu que os governadores não poderiam dar licença “para pasar ao certam maior numero de Canoas do que aquelas para que comodam.te posa haver Indios na conformidade das minhas Leys e ordens acrescentandose ao §.º 13 do Regimento; aonde se declara a forma em que hão de ser os livros da matricula dos Índios”.⁶²⁰ Os livros de matrícula funcionavam para fiscalizar a repartição dos índios onde era declarado o número dos matriculados da aldeia que cabiam á distribuição para os serviços. Os colonos que dispunham do trabalho indígena eram obrigados, após o registro da matrícula, emitir recibo dos índios que lhes eram entregues e assim findados os serviços deveriam ser restituídos a aldeia “no tempo determinado”.⁶²¹

O contato com os sertões coloniais, desde o século XVI, desencadeou uma visão de que os índios eram falsos, traiçoeiros e inimigos, o que prevaleceu por todo o século XVIII.⁶²² Por outro lado, pode se subtrair daí outra visão dos índios

⁶¹⁷ Maria de Fátima Costa. *História de um país inexistente: o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Estação Liberdade/ Kosmos, 1999. p. 47e 55.

⁶¹⁸ APM SC. 04. fl. 61.

⁶¹⁹ BNL. PBA 643 F. 1632. fl 12 Lisboa. 20 de abril de 1737.

⁶²⁰ BNL. PBA 643 F. 1632 fl 12. Lisboa. 20 de abril de 1737.

⁶²¹ BNL. PBA 643 F. 1632 fl 12. Lisboa. 20 de abril de 1737.

⁶²² Cf. Maria de Fátima Costa. *História de um país inexistente*.

como foi a que se tinha dos Payaguás vistos como os mais determinados na defesa do seu território. Segundo Maria de Fátima Costa,⁶²³ “não há relato monçoeiro que não lhes dedique alguns parágrafos”. Foi um povo que ficou conhecido por sua desenvoltura e agilidade na guerra. A defesa dos índios era também a reação deles. As táticas de reação indígenas contavam com as alianças entre povos diferentes; não só as rivalidades entre eles motivavam suas guerras. Entre 1719 e 1768, os Payaguás fizeram aliança com os Mbayá-Guaykurus. Conquanto os Payaguás tenham sido exterminados no Brasil – somente poucos restaram nas imediações de Assunção no Paraguai até o século XIX –, reagiram ao colonizador que não viam perspectiva de paz. Os Mbayá-Guaykurus também foram temidos e viviam no Chaco, migraram para a Bacia do Alto rio Paraguai em fins do século XVII e início do XVIII. Os índios Guaykurus aprenderam a montar cavalos, o que os tornaram mais difíceis de ser combatidos. Na guerra, os Payaguás tinham seus planos de ataques “escondendo-se nos sangradouros, baías e voltas do rio, de repente surgiam diante do inimigo, matando-os. Nas suas leves e ligeiríssimas canoas deslizavam sobre as águas em grande velocidade, impondo-se; quando se sentiam acudados, lançavam-se ao rio e por baixo da canoa, a reviravam. Não faziam prisioneiros, não deixavam sobreviventes”.⁶²⁴ A aliança dos Guaykurus e Payaguás bloqueou a comunicação e o comércio entre as minas do Cuiabá e São Paulo. Além de diversos ataques as expedições dos entrantes, mataram muitos e impediram o carregamento de ouro de chegar ao destino. O medo que os colonizadores tinham dos índios advinha também da prática da antropofagia “que estes indígenas da América Meridional não só matavam, esquartejavam e comiam carne humana, mas alimentavam-se dela”.⁶²⁵ A ocorrência desse fato foi visto como um ritual lúgubre e desumano, não só motivo de conversão, mas de ser extirpado.

A conservação bem-sucedida do domínio do Estado sobre a colônia dependia da execução das leis. Instrumentos para ordenar as relações entre índios e colonos, regularam a forma do emprego, a utilidade da mão-de-obra e das transações comerciais. As ordens deveriam ser executadas, pois, “[...] do contrário, experimentar-se a última ruína que a todos está ameaçando, com se lhe tirarem os

⁶²³ Maria de Fátima Costa. *História de um país inexistente*, p. 49.

⁶²⁴ Maria de Fátima Costa. *História de um país inexistente: o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Estação Liberdade/ Kosmos, 1999.p.49. O rio Paraguai recebeu esse nome por causa dos Payaguá que significa Payaguá y, rio; o rio dos payaguás transformou em Paraguai.

⁶²⁵ Maria de Fátima Costa. *História de um país inexistente*, p.108.

escravos para as minas, dos quais depende, manifestamente todo o benefício das lavouras que produz, e na sua falta, perderem-se os Engenhos, canaviais, tabacos, e fazendas de gados, que é o de que se compõem os cabedais do Brasil, e que V. Mercê não deve ser o menos interessado". A legislação foi amplamente aplicada, também, no sentido de se evitar os descaminhos que pelas estradas dos sertões aconteciam e para se efetuar "as tomadias de todos os comboios que forem para as minas, e delas vierem para os Sertões desta Capitania: advertindo a Vossa mercê, que tenho notícia, de quem vem das ditas minas muito ouro por quintar, e como até agora se não tomou nenhum, convem muito ter Vossa Mercê também neste particular toda a vigilância, por ser mui prejudicial á Real Fazenda de Sua Majestade aquele descaminho". ⁶²⁶

O poder acumulado pelas autoridades era tal e a anuência das leis que, a título de exemplo, pode-se citar o capitão-mor Antônio de Almeida Velho que tinha o controle de armazéns, o benefício das terras e, além do mais, nas "minas do salitre do rio Paquy e de João Martins; e para que se continue no seu labor, me parece dizer a Vossa Mercê, que mande logo ajuntar todos os negros da fábrica, na oficina de Nossa Senhora da Encarnação do Rio Paquy, na forma em que antes estavam; e deixe na mina de João Martins, só aqueles que nela assistiam, e para se ir continuando em fazer salitre, nesta mina mandará Vossa Mercê meter os índios que forem necessários, para trabalharem com os ditos negros, e todos os mais enviará para o Paquy; e com toda a brevidade fará levantar a Casa da oficina, e pô-la capaz de se lavrar nela salitre". ⁶²⁷

O capitão podia dispor legitimamente do trabalho indígena e para sua organização podia contar com a chegada do ajudante Luiz Antunes, "ajuntar os índios do Paquy, e das mais Aldeias, e buscar os que forem necessários para conduzirem as terras para a fábrica do Paquy, que Vossa Mercê ordenará se derrubem das barreiras que estão pelo Rio do Salitre acima, até os Poços, e encarregará ao dito Ajudante, mande derrubar todas as que forem picantes, e mostrarem salitre, para se trazerem para a mesma fábrica; e que faça algumas palhoças ao pé das barreiras, donde se tirem as terras, para se recolherem nelas

⁶²⁶ Biblioteca Nacional. *Documentos Históricos*. Correspondencia dos Governadores Gerais 1704-1714, v. XL, Rio de Janeiro, 1938. Bahia, 15 de outubro 15 de 1704. p.180-200. Ver também: Biblioteca Nacional. *Documentos Históricos*. Correspondencia dos Governadores Gerais 1704-1714, v. XL, Rio de Janeiro, 1938. p. 210-211 Carta para Domingos do Prado de Oliveira.

⁶²⁷ Biblioteca Nacional *Documentos Históricos* Correspondências dos Governadores Gerais. 1705 - 1711 Vol XLI, Rio de Janeiro, 1938. Bahia 12 de março de 1706. p. 164.

enquanto se não conduz, por se não destruírem com o sol, ou com a chuva, as quais terras se irão beneficiando, e pondo em monte, para botar a fábrica do salitre a moer no lavro do salitre, tanto que a casa estiver preparada, o que se fará dentro de seis meses, e se continuará em lavrar salitre, com as terras dos armazéns, que estão beneficiadas".⁶²⁸

Há quem discorde da idéia de que impor a alguém a obrigatoriedade de ter de executar certa atividade, sob pressão e sem alternativa de escolha, não é escravidão e a partir disso desconsidera a ocorrência da escravidão dos índios só porque deveriam receber pelo trabalho realizado, mesmo que fosse simbolicamente, determinado por dispositivo legal. Acredita-se que é impossível dissociar o trabalho compulsório como uma das condições da própria escravidão e o fato de a lei determinar algo não quer dizer que vingou. Além do trabalho compulsório, os índios estavam sujeitos a castigos e a maus tratos, artifícios que foram amplamente usados por senhores de escravos desde que com moderação, como se concebia na época. Uma das situações do uso da violência é expressa numa carta ao padre superior do hospício dos Capuchinhos italianos sobre os maus tratos que o missionário da Aldeia da Pacatuba imputava aos índios: "Tenho notícias que o Padre Frei Gabriel de Bolona Missionário da Aldeia da Pacatuba, trata aos índios da sua Missão com grande aspereza, por cuja causa vivem descontentes. Vossa Paternidade ordene se não haja com rigor com os ditos índios, e que os trate com todo o bom modo, e termo assim no ensino da doutrina cristã, como em suas pessoas".⁶²⁹ Como se lê, o castigo era permitido desde que sob limite, afinal era melhor remediar o mal, camuflado por lei, mantendo o trabalho compulsório pago, aliás mandava-se pagar o que nem sempre era a regra.

A legislação que regulava a administração dos índios sempre permitiu o uso da mão-de-obra deles alicerçada na ideologia difundida de que o trabalho é um meio de educar para a civilidade. Manuel de Araujo de Aragão e a João Rodrigues Adorno receberam ordens de dar índios ao capitão-mor das Entradas Antônio Veloso para se efetuar "a prisão dos negros levantados que andam nos matos dos distritos das freguesias de São Bartolomeu de Maragogipe, e São Pedro do Monte, fazendo vários roubos aos moradores da mesma freguesia, e destruindo-

⁶²⁸ Biblioteca Nacional *Documentos Históricos* Correspondências dos Governadores Gerais. 1705 - 1711 Vol XLI, Rio de Janeiro, 1938. Bahia 12 de março de 1706. p. 164.

⁶²⁹ Biblioteca Nacional *Documentos Históricos* Correspondências dos Governadores Gerais. 1705 - 1711 Vol XLI, Rio de Janeiro, 1938. p.354. Bahia 19 de dezembro de 1711.

lhes as suas roças: e porque para esta diligência é necessário para acompanhar o dito Capitão-mor [...] que dos das Aldeias que administra lhe dê todos os que houver mister para efeito de fazer as ditas prisões, e das tomadias que se fizerem se há de satisfazer aos Índios o seu trabalho, como é estilo".⁶³⁰

Os padres incorriam, também, no desacato a outras ordens não só quanto as exclusivas sobre o gentio, como "o excesso com que o Padre Fernandes Aranha procedia mandando arrancar perniciosamente as mandiocas, que mais de 25 lavradores assistentes nas suas terras, teem plantado nelas..."⁶³¹ Ao arrancar as mandiocas, o padre mantinha sob seu julgo os demais trabalhadores que deviam obedecer à sua ordem, e com isso ele ficava também controlando a produção.

O pretenso discurso dos padres de proteção da liberdade dos índios os transformava em serviçais para si: "Os padres ameaçaram de largar as aldeias caso não possam administrá-las temporalmente expõe que esta ameaça não é postura de religioso nem de vassalo". A carta do rei de 3 de fevereiro de 1701 e o Regimento das Missões constavam que os padres não deviam se intrometer nos assuntos temporais. Os missionários eram interesseiros, pois "os índios nem aprendem a rezar o que aprendem" é "Cacao, e mais cacao, cravo, salsa, taboados, canoas etc: Este é o prim.ro Deos te salve, q ouvem da manhã a tarde, e a noute p.a a tarefa do dia seg. te".⁶³² Os missionários queriam ter o poder exclusivo de repartição dos índios e para isso justificavam que os oficiais de guerra causavam desordens e distúrbios nas aldeias.⁶³³

Os documentos registram as brigas entre autoridades civis e missionários. A disputa centra-se em torno do direito de apropriação do trabalho dos índios. O comércio com atividades lucrativas de gêneros dos sertões dos padres se dava com o uso da mão-de-obra indígena. Os padres pediam que não se retirasse a administração temporal que tinham sobre os índios, mas ocultavam as razões

⁶³⁰ Biblioteca Nacional *Documentos Históricos* Correspondência dos Governadores Gerais 1712–1716. V. XLII, Rio De Janeiro, 1938.p.147. Bahia, 5 de setembro de 1713./Ver também: Biblioteca Nacional. *Documentos Históricos Cartas, Alvarás, Provisões e Patentes. 1716-1720. V. XLIII*, Rio de Janeiro, 1939. p. 214-215 Carta para o Reverendo Padre Antônio de Oliveira do Evangelho, e Vasconcelos Administrador dos Índios da Aldeia do Santo Antônio de Jagoaripe. p. 348-349 Para o Provincial da Companhia de Jesus mandar ordens para os Missionários das Aldeias do Cairú, Serinhaem, Marau e Camamú, darem prontamente delas todos os Índios de guerra que for possível para a que se manda fazer aos Bárbaros, que no distrito do Jaqueriçá fizeram doze ou treze mortes.

⁶³¹ Biblioteca Nacional. *Documentos Históricos Cartas, Alvarás, Provisões e Patentes. 1716-1720. V. XLIII*, Rio de Janeiro, 1939. p.5. Carta para os oficiais da Câmara da Vila de Jagoaripe. Baía e Outubro 15 de 1716

⁶³² BNL PBA 477 Bellém do Gram Para aos onze de agosto de 1733.fl.67.

⁶³³ BNL PBA 477 Bellém do Gram Para aos onze de agosto de 1733.fl.78.

verdadeiras do interesse. No fundo, estabeleciam uma forma de contratos com os índios na permuta dos gêneros, resultando em excessiva negociação. Era terminantemente proibido aos padres no Regimento manter negócios seculares,⁶³⁴ pois não era próprio de religiosos a busca de lucros. Contraditoriamente, a realidade mostra que os padres possuíam armazéns, fazendas, balanças, tráfegos com ocupação dos índios. Ainda, lhes fora vetado descer os índios por meio de atrativos como fizeram com “espelinhos, tizourinhas, fitinhas, agulhas, fios de contas, de q.alq.r vidro, facas flamengas, pratos de louças grossa, etc” atrativos os quais o governador chama de “trafego de mercadorias”.⁶³⁵ Além disso, provocavam mudanças nos costumes dos índios por causa do contato “contaminando”.

A força de trabalho dos índios devidamente empregada conferia vantagens na exploração e defesa do território “concorre serem os indios cropos e croatos a melhor guarda de minas naquelle lado contra as Naçoens ferozes dos Puriz, e Buticudos, e por isso os melhores Soldados e Marinheiros para a Navegação, e defeza dos Rios da pomba, e Paraiba”.⁶³⁶ As vantagens obtidas com o braço indígena serviam aos muitos propósitos, mas para desenvolver a idéia deveriam os “Governadores conservar sempre os Indios Cropos e Croatos unidos e contentes nas terras das margens de Rio da Pomba da Matriz para baixo, Ribeirão de [Ubá] e Ribeirão do Xopotó dos Croatos, Capella ou Ermida de São Joze, Prezidio de S. Joaõ Baptista cujos dous Ribeirens São braços do dito Rio da Pomba; e Peixe, consignados para a sua sustentação, e barreira dos Puriz”. A observância do Diretório dos Índios era fundamental, pois a “suspensão a ley ultima das Sesmarias, pello Decreto de 10 de dezembro de 1796 a requerimento de partes tem concedido o Governo actual das Minas nas poucas Sesmarias nas terras do Uvá em prejuizo dos Índios”.⁶³⁷ O meio mais favorável de impedir os confrontos com índios e desgastes de todos seria não desalojá-lo de suas terras. Deixando-os viver onde estavam, podia-se contar, ainda, com a utilidade do trabalho deles. Os motivos explicitavam os muitos inconvenientes originados das explorações das áreas indígenas e das concessões de sesmarias a suplicantes “invejozos que só aspirão desmembrar a sua freguezia, dividir os Indios e usurpar as suas melhores terras,

⁶³⁴ BNL PBA 477 Bellém do Gram Para aos onze de agosto de 1733.fl. 79.

⁶³⁵ BNL PBA 477 Bellém do Gram Para aos onze de agosto de 1733.

⁶³⁶ Índios dos Sertões do Pomba. *RAPM*. Ano III, fasc. III e IV. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, julho a dezembro de 1898.. p.761-765.

⁶³⁷ Índios dos Sertões do Pomba. *RAPM*. Ano III, fasc. III e IV. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, julho a dezembro de 1898.. p.761-765.

observando a inação e silencio do Director agravado de annos".⁶³⁸ retirada forçada dos índios das terras, aconselhava o padre, impediria o projeto de navegação e comércio dos rios da Pomba e Peixe, deixando as áreas nas mãos de pessoas ambiciosas em choque com os gentios, o que tornaria a região inviável. Daí a exploração da potencialidade dos rios deveria vir acompanhada da conciliação com o gentio.

A distribuição de terras nas áreas dos rios terminava por deflagrar confrontos com os índios, bloqueando os interesses pretendidos. A partir disso, expõe ao rei as ponderações reconhecidas e se lembrava das experiências dos governadores da capitania, como D. Antonio de Noronha, D. Rodrigo Joze de Menezes, Luiz da Cunha e Visconde de Barbacena, empenhados no desenvolvimento das áreas de sertões. Em 27 de agosto de 1799, em solicitação, o pároco explicava ao rei que os "Índios Cropós, e Croatos carecem das terras acima ditas, em que se comprehendem as da Uvã, e Prezidio proprias para Sua sustentação e quando Sua Magestade *haja por bem permitir a Navegação, e comercio dos Rios da Pomba, e Paraiba elles serão os melhores instrumentos para a facilitar*".⁶³⁹ A catequese era o meio de transformar os índios de selvagens infiéis a úteis instrumentos na conquista como parte dos planos arquitetados incluíam algumas porções de terras para o fim proposto.

As aldeias dos padres viraram depósitos de exército de reserva de mão-de-obra, inclusive para fazendas e as roças. Embora os índios rejeitassem a atividade e não quisessem se "sujeitar a que os ditos Padres os governassem no temporal e sem embargo de que por esta sua resistência mereciam mandasse usar com eles de um exemplar castigo [...] e a este serão obrigados os Índios a lavar-lhe a sua roça de mandioca e dar-lhe canôa com quatro pescadores para peixe na forma que os mesmos Índios costumavam dar-lhe sempre, e o que os ditos Índios me confessaram aquí não duvidavam a continuar, e lhe recomendará Vossa Mercê muito tratem ao dito Padre com respeito, e veneração como seu prelado, espiritual, fazendo tudo o que por ele lhe for mandado, e obedecendo as suas doutrinas: e pelo que toca a dúvida sobre a jurisdição temporal, fico considerando nela, ouvindo o procurador dos mesmos Índios, e os R. R. Padres e entretanto, se irá continuando

⁶³⁸ Índios dos Sertões do Pomba. *RAPM*. Ano III, fasc. III e IV. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, julho a dezembro de 1898.

⁶³⁹ Índios dos Sertões do Pomba. *RAPM*. Ano III, fasc. III e IV. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, julho a dezembro de 1898. p.761-765, grifo nosso.

na mesma fôrma, e quando os Índios tenham alguma cousa que representar, o virão fazer a Vossa Mercê, de quem receberão as ordens com o Capitão-mor desse distrito, as quais Vossa Mercê lhe dará só no que toca ao temporal, não se metendo de nenhum modo no espiritual, e hei a Vossa Mercê por muito recomendado, o procurar todo o sossego desses Índios, e povos, como também fazes as mesmas recomendações aos moradores dessa parte para que contribuam para o mesmo efeito".⁶⁴⁰ Os padres serviram aos interesses do jogo de domesticar os índios, mesmo porque as benesses não eram exclusivas dos colonos; os padres poderiam recebê-las aumentando o rebanho das almas e de privilégios. Para impor o que se chamava de "respeito", os castigos corporais eram meios adotados e não serviam apenas para punir, mas para constranger.

Dauril Alden⁶⁴¹ analisa a controvertida presença dos padres na catequese dos índios, em particular dos jesuítas. Os jesuítas se serviram de intermediários na negociação do trabalho indígena com lavradores e outros, obtendo progressão no comércio de gêneros lucrativos e de produtos cultivados, como salsaparrilha, canela, cravo-da-índia. Foram aos poucos mostrando uma face nada conveniente para os colonos e para o Estado; converteram-se em gananciosos e independentes demais das vontades e interesses do rei.

Nos sertões das Minas, os jesuítas não conseguiram se estender com poder presencial, embora o poder de influência tenha se estendido. O ano de expulsão dos jesuítas, 1759, coincide com a bancarrota da produção aurífera, mas isso não quer dizer que os princípios que inspiraram a dominação dos índios estivessem ausentes nas Minas. Muito pelo contrário, quanto mais os religiosos e colonos se dirigissem para os sertões, mais arbitrários se tornavam. Os princípios de coerção e correção, castigo e catequese, exploração do trabalho e uso da mão-de-obra indígena foram freqüentes.

Os maus tratos a que estavam submetidos os índios foram praticados por padres missionários ou, ainda, por sesmeiros moradores do entorno das aldeias que oprimiam os índios debaixo de violências. Ocorreu na aldeia de Pacatuba que um capitão e alguns índios da aldeia "queixaram-se do mau trato que lhe dão os

⁶⁴⁰ Biblioteca Nacional. *Documentos históricos* Cartas, Alvarás, Provisões e Patentes. 1716-1720. Rio de Janeiro, 1939. v. XLIII, p. 50-51 Carta que se escreveu ao Capitão-mor da Capitania dos Ilhéus, Bahia 3 de maio de 1717

⁶⁴¹ Cf. Dauril Alden. O Período Final do Brasil Colônia, 1750-1808. In: Leslie Bethell (Org.). *A América colonial*. Trad. Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes. São Paulo: EDUSP, 1999. v. II. p. 527-592.

vizinhos da dita aldeia, e da insolência com que lhe destroem as suas lavouras, metendo-lhes para a sua sustentação, e assistência, e Vossa Mercê como tão bem Ministro deve cuidar muito em os conservar na sua posse, e na ampla mercê que lhe fez o dito Senhor como consta do seu Alvará, e eu o recomendo a Vossa Mercê muito por serviço de El-Rei que Deus guarde haja quem se introduza nas terras, que o mesmo Senhor foi servido conceder-lhes, e quem alterar a dita posse e sossego em que estes homens devem ser conservados, Vossa Mercê sem demora alguma os remeta presos a minha ordem, para que sejam castigados como convem".⁶⁴² Os índios estavam sujeitos a violências, a perderem a liberdade, a terra onde viviam ou aos trabalhos forçados que atendessem ao real serviço.

As leis sucessivas admitiam a apropriação de indígenas, conforme diz Luiz Felipe de Alencastro,⁶⁴³ por meio dos resgates, dos cativos e dos descimentos. Os descimentos foram os mais usais e os que mais imprimiram marcas profundas com o deslocamento forçado dos índios de seu *habitat* natural para os aldeamentos onde viviam várias tribos: "O descimento acabou provocando uma mortandade mais lenta, porém mais extensa que os resgates e os cativos".⁶⁴⁴ Tão nefasto como os aldeamentos foi o "choque epidemiológico" sobre a saúde dos índios. O contato com os europeus elevou substancialmente o número de mortes. O autor situa o contexto do surgimento de apropriação dos indígenas do sertão com o descimento, quando o colonizador criou a distinção de índios amigos/aliados e inimigos. O aldeamento, onde se tornou o núcleo de indígenas, era uma forma de "manter contingentes de mão-de-obra compulsória nas proximidades das vilas e portos".⁶⁴⁵ Além desses fatores, o descimento e o uso da mão-de-obra deles propiciava a "dessocialização dos indígenas, fazendo-os permeáveis à catequese".⁶⁴⁶ Defendia-se que por meio do aprendizado do trabalho os índios seriam incorporados à verdadeira vida social.

Conforme John Monteiro, o uso do trabalho indígena ou o uso para "serviços obrigatórios" foi recorrente desde o início da colonização, juntamente com

⁶⁴² Biblioteca Nacional. *Documentos Históricos*. Cartas, Alvarás, Provisões e Patentes. 1716-1720. v. XLIII, Rio de Janeiro, 1939. p. 155. Carta para José Correia do Amaral. Bahia 31 de outubro de 1718.

⁶⁴³ Luiz Felipe de Alencastro. *O trato dos viventes*. Formação do Brasil no Atlântico Sul – Séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 119.

⁶⁴⁴ Luiz Felipe de Alencastro. *O trato dos viventes*. p. 120.

⁶⁴⁵ Luiz Felipe de Alencastro. *O trato dos viventes*. p. 181.

⁶⁴⁶ Luiz Felipe de Alencastro. *O trato dos viventes*. 181.

a prática do apresamento que teve no século XVII seu auge⁶⁴⁷ com o bandeirismo que integrou a economia paulista. O sertão dos Carijós, as terras de Guairá, próximas aos rios do Paranapanema, Piquiri, Paraná e Tibagi, e o sertão dos Patos, onde á atualmente Santa Catarina sofreram várias incursões dos bandeirantes. Das expedições do século XVII, os grupos indígenas mais caçados para apresamento foram os Tupinaés e os Tememinós. Embora os Kayapós, que habitavam a parte noroeste da Vila de São Paulo, denominados de bilreiros, não fossem o alvo de interesse para apresamento, no período em questão, conheceram desde cedo o enfrentamento com os paulistas nas entradas para os sertões. A preação de indígenas era uma prática em larga escala do bandeirismo paulista, contudo cabe lembrar que foi, também, dos fluminenses que a realizaram com constância até as primeiras décadas do século XVII, bem como de muitos outros sertanistas de distintas procedências da colônia. Apesar de as ordens régias declararem livres os índios, mesmo depois de estabelecidos, os arraiais auríferos continuaram a explorar o gentio e usar o trabalho dele.⁶⁴⁸

Os índios, após serem cristianizados e submetidos à assimilação cultural branca-européia, tornavam-se úteis no combate aos quilombos. Na Vila Real do Sabará, em 1751, os Tapuias foram enviados para a guerra contra os negros e quilombolas. “Que para terror dos negros e dos muitos insolentes criminosos, deve Sua Majestade mandar vir para Minas duzentos ou trezentos tapuios cristãos batizados, com seus cabos dos mesmos, porém com um cabo branco, que não faltam, dos que lhes sabem a língua, para os bem governar, cujos tapuios batizados e bem doutrinados são muito necessários nas Minas, e com estes se seguem muitas utilidades para Deus, para o aumento da real Coroa e utilidades dos povos para Deus porque estes tapuios farão que os tapuios bravos que andam nos matos vizinhos das Minas se batizarão e tornarão mansos e descobrirão muitos ouros e também farão muitas diligências do real serviço; e para os povos, que bastarão os negros vê-los nas Minas para não fugir mais negro algum, porque os tapuios farejam os negros semelhante os cães de perdizes // farejam a caça. E por tão justas razões são muito necessários os tapuios nas Minas, e o que as câmaras hão de dar a

⁶⁴⁷ CF. John Monteiro. *Negros da terra*. Índios bandeirantes origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. Ver: Sobre as “Grandes bandeiras e a economia paulista”. p. 76; ver p. 61 e 62.

⁶⁴⁸ CF. Waldemar de Almeida Barbosa. *História de Minas*. Belo Horizonte: Editora Comunicação. 1979. v. 2, p.286.

mulatos vadios e negros forros o dêem aos tapuios, com os quais se seguem muitas utilidades".⁶⁴⁹ A repetição contínua das informações sobre o uso e a importância dos Tapuias comprova uma das metas do projeto de civilização, que almejava transformar os índios, por meio do cristianismo, em braços na colônia. A relação que se estabelece é de catequizar para os serviços e manutenção da escravidão dos negros. Inclusive faz menção ao fato de os ensinamentos da companhia de Jesus terem servido ao propósito de pacificar o gentio bravo, ensinando a fé cristã, o que os tornava aptos a evitar a fuga dos negros ou para recapturá-los. O contato cultural conflituoso foi mediado no campo político, embora na prática continuasse. Estavam em jogo as riquezas de que a terra dispunha, ainda mais quando se trata do século XVIII e do ouro.

Os índios eram bem preparados para a atividade da colheita dos gêneros, pesca e caça, por se constituírem em atividades aprendidas desde a infância. "Remador, também é exímio: ninguém, como o índio, suporta os trajetos, do raiar ao pôr do sol, sem uma pausa; ninguém espreita e percebe, como ele, os caprichos da correnteza, tirando dela partido: ninguém compreende tão bem o emaranhado dos canais que formam esta rede complicada e variável de época em que se dividem e subdividem os rios amazônicos. Empregado assim em tarefas que lhe são familiares, ao contrário do que se deu na agricultura e na mineração (nesta última, aliás, nunca foi ensaiado), o índio se amoldou com muito mais facilidade à colonização e domínio do branco. Não se precisou do negro".⁶⁵⁰ O convencimento de fazer os índios servirem partia estrategicamente do que manejavam bem e dos seus conhecimentos para serem úteis. A pecuária foi fator de povoamento no Nordeste e a partir do século XVII o rio São Francisco foi um forte pólo irradiador com as fazendas de gado para as Minas do Ouro e também, nas áreas para o Piauí, o rio Parnaíba até o Maranhão. Atividades econômicas como a pecuária e a lavoura, às margens dos rios São Francisco, Piauí e Alto Maranhão, se desenvolveram com o emprego do braço indígena. As atividades coloniais, a extração dos recursos naturais e minerais, a cultura de gêneros e a pecuária utilizaram o braço indígena. Sem sombra de dúvida, foi o braço africano escravo dominante na produção, porém a utilidade do índio não deve ser descartada nem a importância dele deve ser vista como secundária quando se trata das regiões de sertões.

⁶⁴⁹ Códice Costa Matoso. Doc 61. p. 534.

⁶⁵⁰ Caio Prado Júnior. *História econômica do Brasil*. 35. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 70.

CAPÍTULO III – CATEQUESE E CIVILIZAÇÃO

3 Domínio das Terras e dos Povos

Compreender a mentalidade política da época implica perceber que “as questões doutrinárias não podiam ser exclusivamente políticas; eram, antes de mais nada, problemas de consciência. O *homo politicus* em estado de pureza não existia. Nada podia ser aligidamente objetivo: as idéias políticas e crenças mesclavam-se. O laicismo político é coisa dos nossos dias. A separação entre política e consciência, invenção de agora”.⁶⁵¹ Partindo da observação, a catequese e a civilização do gentio eram matérias de Estado, nunca estiveram apartadas da política.

O Plano de catequese não deve ser pensado como algo externo ao Estado, e a religião, mesmo quando passou à jurisdição civil, porque a questão indígena na colônia foi projetada nas esferas religiosa e política, em conformidade com a acepção de poder na época. As autoridades coloniais regeram a questão sem deixarem de lado o ideário religioso, mesmo que apenas aparecesse no discurso político pautado em artifícios para a conquista.

A Câmara de Vila Boa de Goiás, em carta de 28 de dezembro de 1788, ao solicitar à Coroa a permanência do governador Tristão da Cunha Menezes por mais alguns anos na administração, assinalava o êxito por ter conseguido concretizar o descimento e “a redução principalmente do gentio da Nação Xavante, que acabava pôr em tranqüilidade a capitania devastada e reduzida ao ultimo estado por aquêles inimigos. Que jamais se tinha visto desentranharem-se de um sertão incluso e virem cheios de humildade e brandura misturarem-se com aquêles povos sem a desordem que se podia temer de tão grande multidão, chegando pelo que dizem perto de três mil”.⁶⁵² O requerimento é translúcido quanto aos recursos do empenho da administração em domar o inimigo e porque os meios favorecem os interesses na vida em colônia.

⁶⁵¹ Eduardo D’ Oliveira França. *Op. cit.* p. 264.

⁶⁵² *Documentos históricos*, Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. v. XCV. p. 103-105. 17 de outubro de 1785. Câmara de Vilas Boas de Goiás à Vossa Majestade. Conservar Tristão da Cunha Menezes no Governo, que se interessa pelo bem comum dos povos e dos três mil índios Xavantes.

Nos modos de governar estava explícita a política com relação aos índios nos moldes da catequese e a preocupação em civilizar o sertão que viria com a fundação de núcleos urbanos, levando, assim, o poder aos territórios ermos.

Em 1739, assumiu Dom Luiz de Assis Mascarenhas, no tempo em que São Paulo administrava Goiás, para onde partiu em execução à carta régia de 11 de fevereiro de 1736, determinando a ereção de uma vila. A vila criada, em 25/7/1739, no local onde é a atual cidade de Goiás, foi denominada Vila Boa, em homenagem a Bartolomeu Bueno, e o completo “Goiás” fazia menção aos seus primitivos habitantes. O nome da vila insinua a união dos dois oponentes, índios e colonizador, sob a vida de civilidade. A fundação de vilas era parte do planejamento urbano colonial. Dom Luís de Mascarenhas não se restringiu à urbanização, como autorizou fazer-se a guerra aos Payaguá do Mato Grosso extensiva a Goiás. Em 6 de janeiro de 1742, estabeleceu um Regimento para regular a ação dos Capitães de Cavalos da Conquista dos Kayapós, e os índios que se rendessem seriam levados para Vila Boa, onde o destino seria decidido por uma Junta com o governador. Entretanto, os que não se rendessem poderiam “passar a espada”. Antonio Pires de Souza foi um dos que se utilizou da permissão legitimada com o Regimento de 15 de julho de 1748, quando obteve poderes suficientes para investir contra os Kayapó, estabelecendo aliança com os rivais Bororos. A partir dos combates de Antonio Pires foram fundados os aldeamentos Sant’Ana, Rio das Pedras e Lanhoso, locais atualmente pertencentes ao Triângulo Mineiro.⁶⁵³

O obstáculo representado pelos povos indígenas existia em todas as regiões de sertões da colônia. Retomando o episódio da rendição dos índios Xavantes, logo no princípio de janeiro de 1788, 3 mil índios foram reduzidos e aldeados no Sítio do Carretão, a 20 léguas de Vila Boas de Goiás. Para a concretude do aldeamento e catequese, as despesas se faziam necessárias, mesmo assim era recomendação da Coroa a “conquista e civilização daqueles gentios”. O sucesso da redução dependia de “poder-se atrair toda a nação destes gentios, com que ficará toda a capitania livre do embaraço que êles lhe faziam e possuindo as suas terras que êles deixam, e que podem ser tão úteis”.⁶⁵⁴ Sem modéstia, declarava-se a redução como meio de livrar as terras dos seus habitantes gentios e

⁶⁵³ Cf. Jézus Marco Ataídes. *Op. cit.* p. 24 e 25.

⁶⁵⁴ *Documentos históricos*. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. v. XCV, p. 98-102. Lisboa. 17 de outubro de 1788. Tristão da Cunha Menezes, governador e capitão de Goiás à Vossa Majestade, p. 99.

do obstáculo que apresentavam na conquista do sertão. A organização do Plano de civilizar o gentio seguiu até certo ponto os moldes propostos pelo Diretório dos Índios do Pará e Maranhão “que rege as mais aldeias de todo o Estado do Brasil no parágrafo 78 dispõe que estas mesmas aldeias se forneçam de índios por meio dos documentos, ainda que seja à custa das maiores despesas da Real Fazenda; por efeito desta *católica legislação*, parece se deve aprovar ao governador as despesas que tem feito ao mesmo fim, ainda que para elas extraísse dos cofres dos reais quintos a sua importância, visto que as consignações ordinárias não podiam socorrer esta tão extraordinária e excessiva despesa”.⁶⁵⁵ Apesar dos gastos com os aldeamentos, estes eram ainda menos dispendiosos que a guerra. A explicação tinha como base o subterfúgio da “conversão destes índios é o meio de dilatar a fé e fazer-se respeitado e conhecido neste novo mundo o adorável nome do nosso redentor, porém, ainda que este é e foi sempre o principal objeto das católicas e religiosíssimas intenções de Vossa Majestade e dos augustíssimos predecessores, contudo desta espiritual e comum não só à real Coroa como igualmente aos moradores dos distritos de cada uma das capitanias do Brasil infestadas daqueles bárbaros, e por este motivo lucram os povos daquele continente nos seus decimentos e obediência as suas terras a real Coroa e suposto que por este título adquira a mesma o direito real delas outros vantajosos interesses concedia aos seus moradores”.⁶⁵⁶ O Diretório, definido como a “católica legislação”, reflete de certo modo a tônica da conversão como condição da conquista, e não como sua consequência da conquista. Era dever do Estado expandir o cristianismo, zelar pela conduta espiritual do gentio, retirá-lo da barbárie, transformando-a, assim em utilidade para a própria conquista de que ele fazia parte.

O rei, expressão maior do Estado, tentou se impor, representado pelas instituições que criou e pelas autoridades enviadas à colônia; não economizou nos procedimentos manifestos nas suas instruções. Como detentor dos meios legítimos, exerceu o poder político, imprescindível à ordem da vida em sociedade, lançando um conjunto de leis para ordená-la, “O Governo se tornou um imperativo para a

⁶⁵⁵ *Documentos históricos*, Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. v. XCV, p. 98-102. Lisboa. 17 de outubro de 1788. Tristão da Cunha Menezes, governador e capitão de Goiás à Vossa Majestade, p. 99.

⁶⁵⁶ *Documentos históricos*. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. v.XCV. p. 98 - 102. Lisboa. 17 de outubro de 1788. Tristão da Cunha Menezes, governador e capitão de Goiás à Vossa Majestade. Entrada pacífica de três mil índios da nação Xavante em Vila Boa de Goiás no ano de 1788. p. 100.

sobrevivência da ordem social”,⁶⁵⁷ o que não foi diferente nas Minas coloniais. A ordem política e social na colônia tinha como finalidade a ordem econômica. A metrópole transportou a riqueza num único rumo, que era o do mercado europeu. A capitania das Minas serviu aos interesses pretendidos desse mercado, no quadro da colonização, peça-chave da acumulação primitiva de capital, nos tempos modernos.⁶⁵⁸

Em carta do dia 25 de setembro de 1769, o governador instruíu Inácio Correia Pamplona quanto aos procedimentos na conquista da picada de Goiás, sertão do oeste das Minas. A campanha de Pamplona é uma jornada que revela o jogo de poder da conquista e as matrizes do pensamento nos modos de governar. Além do caráter militar, da expedição, os rituais religiosos compunham a missão de doutrinar o sertão. Doutrinar o sertão significava a sagração do espaço hostil – pacificar e civilizar tanto os habitantes quanto dominar o espaço com a abertura de caminhos, a construção de capelas e pontes, o cultivo de roças e a exploração de rios auríferos. A cada empreitada da conquista seguia-se também a divulgação da fé. A cada capela erigida ou vila fundada se realizava uma procissão e missa.⁶⁵⁹ Além do mais, a presença do pároco ou capelão, como no caso dos aldeamentos indígenas, tinha a função de submeter e integrar os povos à religião e à utilidade do Estado. Os núcleos de povoamento e a presença da doutrina cristã como elementos da conquista desenharam na paisagem rústica do sertão, parcialmente, a vitória do Plano de civilização dos índios.

A apropriação do espaço vinha acompanhada de símbolos do poder colonial em certos pontos dos sertões e fronteiras, como as fortificações e os presídios; nas vilas, as câmaras, cadeias e o pelourinho. A urbanização e seu conjunto de construções imprimiam a presença do colonizador; era a prova material e simbólica da posse das terras, também concretizada nas concessões de sesmarias ao longo dos caminhos percorridos. Uma das facetas do poder era representar a expressão do caráter civilizatório e colonizador, lema evidenciado para a segurança e o bem-estar da população. A legitimidade política concomitante se

⁶⁵⁷ Eduardo D’ Oliveira França. *Op. cit.*, p. 266.

⁶⁵⁸ Fernando Novais. *A. Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

⁶⁵⁹ NOTÍCIA diária e individual das marchas e acontecimentos mais condignos da jornada que fez o Senhor Mestre de Campo, Regente, e Guarda-mor Inácio Correia Pamplona, desde que saiu de sua casa e fazenda do Capote às conquistas do Sertão, até se tornar a recolher à mesma sua dita fazenda do Capote. *Anais da Biblioteca Nacional*, 1988, p. 47-113.

estendia com a ocupação territorial, as expedições concretizavam os ideais políticos e econômicos da conquista. As atividades agropecuárias nos sertões e a busca por metais preciosos acenaram para as oportunidades de riquezas em áreas de fronteiras, principalmente a partir da década de 1750. Embora as campanhas para os sertões tenham se iniciado nos anos 30, foram revigoradas de forma estratégica nas áreas de passagem das rotas mercantis e escoamento dos produtos a partir da segunda metade do século XVIII. A intenção tornava-se realidade com o ordenamento das sociedades de sertões e a submissão às normas políticas, atributo para manter a governabilidade, um problema que preocupava o poder real no empreendimento do expansionismo do território e na arrecadação dos tributos. Afinal, a cobrança de impostos só recai onde existe quem irá pagá-la, e só se paga quando se sabe onde estão os devedores. Assim, a demarcação dos limites entre fronteiras acertou o contorno do território, dilatando o espaço onde se estendia o poder e os tributos.

O famoso Tratado de Tordesilhas se resumia numa linha teórica. Somente com a efetiva ocupação do solo e a fixação dos limites do Brasil se atingiu o domínio da terra e dos povos. A proteção das fronteiras foi alcançada com o expansionismo e por causa da ameaça constante das invasões estrangeiras, impondo, também, como indispensáveis os limites com a América espanhola.⁶⁶⁰ Em 1676 Dom Pedro outorgou capitânias nas terras até o rio da Prata e em 1º de janeiro de 1680 fundou-se a nova colônia de Sacramento, com revide dos espanhóis. Ainda, a defesa do Amazonas, a questão do Oiapoque com os franceses na Guiana, deslocou a atenção para as fronteiras. O Tratado de Utrecht, em 1715, favoreceu os portugueses, que consolidaram a fronteira no Oiapoque.

A política de fronteiras afluía ainda para a aliança com indígenas, indo ao encontro dos interesses de muitos portugueses. A aliança, perfilada de interesses, cedia privilégios para viabilizar a integração do gentio. Em 21 de setembro de 1751, foi instruído ao Governo para tratar da fronteira, do povoamento, serenando os ânimos internos na colônia, com a seguinte decisão: “O meio mais eficaz em semelhantes casos é o de que se serviram os romanos com os sabinos e com as mais nações que, depois, foram incluindo no seu império: o que, à sua

⁶⁶⁰ Sérgio Buarque de Holanda (direção). *História geral da civilização brasileira: a época colonial. Administração, economia, sociedade*. 4 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel/Difusão Editorial S.A., 1977, t. I, v. 2, Livro Primeiro: Política e Administração de 1640 a 1769. p.19-21. (Colaborador: Pedro Octávio Carneiro da Cunha).

imitação, estabeleceu o grande Afonso de Albuquerque na primitiva Índia oriental; e o que os ingleses estão atualmente praticando na América Setentrional, com o sucesso de haverem ganhado vinte e um graus da costa sobre os espanhóis. Isto se reduz em substância a dois pontos, os quais são: primeiro, abolir V. Exa. toda a diferença entre portugueses e tapes, privilegiando e distinguindo os primeiros, quando casarem com filhas dos segundos, declarando que os filhos de semelhantes matrimônios serão reputados por naturais do Reino, e nele hábeis para ofícios e honra, conforme a graduação em que os puser procedimento; e estendido por isso o dito privilégio a estes filhos de portugueses e índias, que tornarem a casar com outras índias estremes; de sorte que o mesmo privilégio vá sempre se comunicando a todas as gerações".⁶⁶¹

O Alvará régio de 1755 determinou aos vassalos que se casassem com índias para não viverem na infâmia, e nas terras que se estabelecessem seriam os preferidos "para aqueles lugares e ocupações". Proibiu-se, também, o tratamento deles como caboclos ou algo semelhante. Quando não surtia efeito a aliança ou se instalava a resistência indígena ao Plano civilizador, mudava-se o jogo para o passo subsequente, no qual o índio era qualificado como inimigo público.

Uma relação muito antiga existe entre o poder instituído e a legislação. Como meio de repreensão aos "distúrbios sociais"⁶⁶² transformam-se os desobedientes à ordem em elementos perigosos. Afinal, "existem muitas evidências sobre a brutalização e desmoralização que freqüentemente acompanham o estilo de vida de grupos que vivem fora de algumas normas sociais".⁶⁶³ Dessa maneira, os índios desobedientes foram igualados a "inimigos públicos", quando reagiam às investidas dos colonizadores, significando no âmbito das relações sociais e culturais a legitimação do extermínio. Os que ultrapassavam a linha divisória do ideado como correto tornavam-se incômodos e mais, a presença deles era ameaçadora aos interesses dominantes.

⁶⁶¹ Waldemar de Almeida Barbosa. *História de Minas*. Belo Horizonte: Editora Comunicação. 1979. v. 2, p. 287. Ver também: Cód. 50. SG, fl 71. APM. Esta Instrução tem a ver com o Diretório dos índios e também com a parte do Maranhão.

⁶⁶² Edward Palmer Thompson. *Senhores e caçadores*: a origem da lei negra. Trad. Denise Botmmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.p. 245-296.

⁶⁶³ Edward Palmer Thompson. *Senhores e caçadores*, p. 249. A Lei Negra de 1723, ou lei de Waltham, se referia aos delitos capitais (delitos graves contra a propriedade, a caça e pesca clandestinas ou como a ocorrência de incêndio, abate de árvores, mutilação de gado etc.) e à introdução da pena de morte.

Pombal, além de trazer o índio como aliado, fixou as fronteiras coloniais com tratados e comissões de demarcação, tendo o seu irmão Francisco de Xavier Mendonça Furtado e Gomes Freire de Andrade como braços fortes na execução estrategicamente pensadas ao norte e ao sul. A construção de fortificações teve impulso nas regiões norte, sul e na fronteira a oeste da colônia. Do mesmo modo, Pombal enviou Instruções ao vice-rei do Brasil, Conde da Cunha, na carta de 26 de janeiro de 1765. Apontava as finalidades da política colonial com o estabelecimento de povoações civis com índios, onde dizia que o convívio com os brancos os levaria à aprendizagem dos costumes nos núcleos urbanos, cessando os assaltos nos caminhos, vilas e aldeamentos. Ao decretar a liberdade dos índios, pretendia-se propiciar a integração à civilidade com objetivos bem transparentes de primeiro apaziguá-los e, em seguida, usá-los, também, na defesa do território.

a) Conflitos políticos nas fronteiras e nos sertões

Estado e Igreja, Colonos e Indígenas

A relação entre Estado português, indígenas, colonos e conquista foi perpetrada por situações de violências, medos, guerras, alianças e estranhamentos, feixes que exprimem o modo como se deu o contato de culturas tão distantes e distintas (europeus e indígenas). Sob tensões ou não, aproximaram-se por meio de trocas e/ou desentendimentos, e se pode considerar como um acontecimento peculiar e original na história da humanidade. Dessa forma, para entender os desdobramentos oriundos desse contato, a cultura é uma instância que demarcou os limites entre uma e outra sociedade, além de proporcionar esclarecimentos partindo do princípio de que ela é fruto das relações sociais específicas de um espaço-tempo.

O momento da “descoberta” trouxe implicações para ambas as sociedades que traçaram as rupturas. A expansão, representada pela espada e a cruz, proveu um papel de poder ao missionário com as “vestes sacras” e de posse do simbolismo cristão – o de consagrar a expansão, episódio que transcendeu seu tempo e se tornou uma obra construída no processo histórico de Portugal.⁶⁶⁴ A partir

⁶⁶⁴ Adauto Novaes (Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

das rupturas, elaborou-se a percepção das diferenças de mundos culturais tão distintos: “o reflexo no espelho da cultura não produz apenas o duplo, produz também a consciência da diferença. E foi exatamente porque as sociedades indígenas mostraram para o europeu o outro lado da história – faces de uma mesma realidade humana – que hoje se pode dizer (o que nem sempre é reconhecido politicamente) que existem sociedades diferentes, formas diferentes de organização política, pensamentos diferentes que produzem diferenças de no interior da própria idéia de ocidente”.⁶⁶⁵ A convivência índio-conquistador foi envolta pela incompreensão das visões de mundo das populações ameríndias e delas do mundo europeu. O tempo dos indígenas é marcado a partir dos rituais e dos espaços vividos – a terra –, conforme um movimento próprio que guia a vida e a sobrevivência – o nomadismo. O processo crescente dos aldeamentos impôs um fim à relação que mantinham com a natureza e encerrou, nas reservas, a vida dos gentios, comprimidos dentro de limites espaciais onde ficaram confinados.

Os colonizadores e as autoridades designavam todos os grupos indígenas do cerrado, do interior da colônia, com o termo "Tapuia", sem considerar as inúmeras características diferentes entre eles. Embora soubessem dos grupos diversos em termos lingüísticos, físicos e dos seus ritos, eram de qualquer forma inferiorizados. “Eram conhecidos dos civilizados por certas designações como Aimoré – gente que desde o século XVI infundia terror por suas investidas contra os ocupantes da costa – ou Botocudos, porque alguns grupos usavam grandes botoques nos lóbulos das orelhas e no lábio inferior, ou, ainda, como os Coroados por rasparem a cabeleira em círculo, três dedos acima das orelhas, formando uma espécie de coroa. Todos eram tidos como Tapuia – palavra Tupi que significa bárbaro, inimigo – e que os colonos, em seu próprio processo de tupinização, aprenderam a empregar para diferenciar todos os grupos que não falavam a língua tupi e não baseavam sua subsistência no cultivo da mandioca”.⁶⁶⁶

As disputas em torno da amplitude da jurisdição de poder, muitas vezes, faziam com que as autoridades ultrapassassem o reduto de seu domínio invadindo o âmbito do outro. O governador Alexandre de Souza, em 1733, respondia

⁶⁶⁵ Adauto Novaes (Org.). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 8.

⁶⁶⁶ Darcy Ribeiro. *Os índios e a civilização*, 1979. p. 94.

aos “papéis” de autoria do padre Jacinto de Carvalho,⁶⁶⁷ que criticava os requerimentos ao rei encaminhados pelo procurador da Câmara do Maranhão. Os “papéis” continham comentários abusivos aos procedimentos do governador, ferindo sua autoridade. Na resposta, elogiava o zelo dos reis católicos, mencionando em especial Dom Sebastião, dizendo ser “falsa oposição” do padre e o atacava ferozmente: “Se tem tantas presunçoens de sábio, como deixa de conhecer, q. todas as leis se devem proporsionar aos tempos, em q. se promulgaão?” Abria-se, a partir daí, uma guerra verbal de poderes entre o governador e o padre, em que o primeiro dizia: “[...] devem proporcionar as leys ao tempo em q. se publicação, attendendo a capacid.e das pessoas, q. as guardão; e não sei se vemos no cazo presente enconradas na aluzão as leys do Príncipe, com a de Ds.; pois porq. de antes, e não os homens obstinados, se lhe mandou, o q. depois se lhe proibiu; e porq. os Missionários de agora, não tem a mesma perfeição, e capacide. q. os prim.ros, se lhe deve negar, o q. a estes se concedeu”.⁶⁶⁸ O governador lançou todo o conhecimento da legislação que possuía relacionando as leis civis e as leis de Deus para colocar o padre em seu devido lugar e função. Exemplifica as leis humanas remetendo-se a Roma e Atenas. No caso de Roma, cita o Imperador Justiniano e o Direito Civil e compara com os atenienses que tiveram o código de Dragon, com leis severas e, Sólon com as reformas. Expõe uma variedade de leis, as mudanças sofridas com o tempo e a Lei das 12 Tábuas como meio de ordenamento legal. A intenção é provar que os tempos mudam e os homens também, conseqüentemente, as leis e normas. No caso da administração dos índios, sua análise não parece incluir contradições, mas as mudanças ocorridas com o tempo e os homens forçando a alteração das medidas adotadas. “Nunca o Mundo se conservou sem mudanças dos Costumes, dos Impérios, e das Leis: isto mesmo allega o P.e Jacinto de Carv.o, refferindo a varid.e de Rezoluçoens q. os Monarcas Portugueses tomarão sobre o Governo dos Índios entregandoos aos P.es, ora aos Príncipeaes das Aldeas, ora a Cappitaens, em ora cujo acerto dependente dos tempos, e dos homens”.⁶⁶⁹ O governador acusou os missionários de levarem à ruína o Estado, bem como à diminuição da Fazenda Real.⁶⁷⁰ Contudo, para elaborar a acusação aos missionários e o abuso cometido na administração dos índios, segue uma linha de raciocínio

⁶⁶⁷ BNL PBA 477 Bellém do Gram Para aos onze de agosto de 1733. fl. 63

⁶⁶⁸ BNL PBA 477 Bellém do Gram Para aos onze de agosto de 1733.fl.64.

⁶⁶⁹ BNL PBA 477 Bellém do Gram Para aos onze de agosto de 1733.fl.64.

⁶⁷⁰ BNL PBA 477 Bellém do Gram Para aos onze de agosto de 1733.fl.64.

relembrando o Regimento das Missões, que previa pelo “Sereníssimo e Catt.o Rey o Sr. D. Pedro 2º derrogar com hua ley outra de abril de 1680 q. proibia, os resgates, e captiveiros, sucitar em p.te, outra de 3 de abril de 1655.” Em tom de repreensão observa que “Não he Art.o de Fé, q. seja este, ou aquelle o meyo porq. se deva procurar, a estabilid.e de matr.a tantas vezes debatida; mas he infalível, q.o Estado, em q. se acha, não he o do sosego a se procura, como Experiência mostra cada dia [...] os sucessos passados são prevenções p.a se attinar nos acertos futuros, p.a q. nem os Capp.ens postos nas aldeas as destruão, nem os P.es conservadores nellas, como ao prez.te se achão, sejam só os q. se utilizem”.⁶⁷¹ Importante notar que o governador partiu da realidade passada e da experiência, comparou o passado como meio de conhecimento, no sentido em que a realidade vivida não estava condizendo com as determinações, e critica o documento do padre Jacinto, que “diz mto. mas não prova nada”.⁶⁷² A política dos padres era acusada de levar à ruína e à pobreza os moradores.

O suporte dos argumentos de acusação se situa nos desvios dos missionários de seus os princípios. Assim como as paixões dominam os homens, dominava o padre Jacinto de Carvalho, ao contrário do governo do Maranhão, no tempo de Ignácio Coelho, “zeloso ao serviço do rei D. João [4] e de Deus”. Afinal, remetia-se à relação de súditos que “com os Reis não podem os vassallos competir nunca iguald.des”,⁶⁷³ observação nada respeitada pelos padres, que em detrimento dos interesses régios queriam apenas se enriquecer e na administração eram “ambiciosos no Gov.no temporal dos Índios”.⁶⁷⁴

As ambições dos “papéis” são descortinadas com as perguntas que o governador interpõe na sua discussão e ao citar a carta do rei Dom Pedro II, de 3 de fevereiro de 1701, e o Regimento das Missões, na página 69. “adonde ordena, se tratem os Índios com toda a suavid.e, guardandoslhe os privilégios dos seus postos, q. he o meyo mais próprio pa. sua conservação: e pergunto, fazem os PP alguma couza destas? Vejase a Appologia, q. tenho feito a menos obsevancia das leys, e Regimto. das Missoens”; ou seja, alertava o governador de que eram os padres os desobedientes das leis, além de contradizerem o que eles mesmos pregavam. Eram

⁶⁷¹ BNL PBA 477 Bellém do Gram Para aos onze de agosto de 1733.fl.64.

⁶⁷² BNL PBA 477 Bellém do Gram Para aos onze de agosto de 1733.fl.69.

⁶⁷³ BNL PBA 477 Bellém do Gram Para aos onze de agosto de 1733.fl.66.

⁶⁷⁴ BNL PBA 477 Bellém do Gram Para aos onze de agosto de 1733.fl.66.

os maiores responsáveis pelo “captver.os injustos, e tirianias executadas”.⁶⁷⁵ A escravidão era prática dos missionários que possuíam escravos: “[...] os padres prendem, açoutão, e degradão os Índios, captivandoos p.a sempre com o domínio das Relligiões, q. precevera, e os secullares se fazem o de q. os acuzo o Pe. Jacinto de Carv.o no seu papel, q.do morrem, ou antes disso, tiraselhe o Índio, se por forro requer em Junta a sua Liberdade, e vai servir aos Pes”.⁶⁷⁶ Ainda, o governador denominou os 7 pontos dos “papéis” do padre Jacinto, com suas reclamações, de sistema de 7 pontos e o qualificou de mentiroso e os padres de “miseráveis filhos de Adão”.⁶⁷⁷

As contendas eram tamanhas na América portuguesa que não se restringiram às intrigas entre o poder temporal e o poder secular; envolviam também as autoridades civis e as competências de jurisdições. Apelava-se constantemente à Coroa para que ela interviesse nos agravos. “Seos vaçallos não tivessem o recurço de seos soberanos, que violencias não experementarião dos Ministros poderozos, e mal intencionados e principalm.te nas Conquistas aonde as largas distancias os fazem absolutos”.⁶⁷⁸

O alcance das jurisdições de cada autoridade colonial esteve envolto pela má interpretação das leis e até pelas distorções “porque p.a a divizao fica longe a Mag.de”. Descrevia o Superintendente da Real Fazenda a “malévola vont.de; como mostrou o Dez.or Jozé de Burgos Villa Lobos no procedim.to, que comigo teve nas Minas do Cuyabâ, deq. he ouv.or”,⁶⁷⁹ acusando-o de falhas na arrecadação dos reais quintos do gentio e que a ele pertencia à cobrança dos dízimos. Então, o superintendente disse: “sedy dessa cobrança em hum termo, que ambos assignamos, e mandando eu pôr hum eddital, p.a que. q.m deveçe a faz.da Real, fosse pagar amanheceo todo borrado, de cujo dezacato pedi ao Ouv.or tirasse devaça, do que elle mostrou fazer pouco cazo, porque mais perguntava as testemunhas contra mim, que pello succedido”.⁶⁸⁰ O superintendente contra-atacou com o argumento de que “por só delle seu Irmão saber não tinham pago couza alguma, no Rezisto, e querendo V. Mag.de mandar conhecer do seo procedim.to achara outras couzas, e entendo o d.o Ouv.or que eu me queixaria disto, não sey se

⁶⁷⁵ BNL PBA 477 Bellém do Gram Para aos onze de agosto de 1733.fl.66.

⁶⁷⁶ BNL PBA 477 Bellém do Gram Para aos onze de agosto de 1733.fl.66.

⁶⁷⁷ BNL PBA 477 Bellém do Gram Para aos onze de agosto de 1733. fl.77.

⁶⁷⁸ ATT. Cód. 06. fl.146.f e v. S.P. 20/07/1731.

⁶⁷⁹ ATT. Cód. 06. fl.146.f e v. S.P. 20/07/1731.

⁶⁸⁰ ATT. Cód. 06. fl.146.f e v. S.P. 20/07/1731.

por conhecer a justa rezaõ que eu tinha, se por atrapalhar a minha razãõ, comessou atirar devaça de mim".A devassa jogava nas costas do Superintendente todo o tipo de culpa inclusive dele tramar que "queria impedir a dispozição de huma Armada, que sequeria fazer contra o Payagoã".⁶⁸¹

Entretanto, nada se conseguiu provar na devassa, e o superintendente ratificou sua conduta "por ser tudo tao contr.o ao meu genio que não encontra tudo o que he Servir aV.Mag.de como bem mostrey nas Campanhas nessecarias, na Índia e naquellas Minas, embarcandome m.to doente e com g.de dispendio da minha faz.da por Cabo nomeado pello Povo, contra os Payagoãs, quis que esta acção fosse incentivo da segunda p.a o que andey incitando os animos, mas como o do d.o Ouv.or he contr.o ao meu prova alguma me mandou prender por hum Meyrinho".A história se acirrou com a prisão do Superintendente que respondeu ao Ouvidor "que por rezaõ do cargo me nao podia prender" por ter o foro de fidalgo, mas não satisfeito o Ouvidor "mandou dizer, que assim podia". Só que a favor do superintendente se posicionou a população e ele teve de ser solto: "Me rezolvi adeixar aquellas Minas, e no mesmo dia fui solto, party de dellas, e hindome embarcar estava o Ouv.or junto ao Rio com o Brigadr.o Regente, e maiz pessoas e diante de todos lhe fiz protesto do descaminho que houvesse na Faz.da Real, era a cauza da minha abzencia por me nao deixar exercitar a occupação".⁶⁸² Ainda, não se contentando, o ouvidor "espalhou cartas dizendo, que eu era p.a com isto me provar incapacid.e nao querendo, nem deixarme o juízo".⁶⁸³ O constrangimento com a perseguição quase enlouqueceu o superintendente, restando-lhe detalhar por correspondência, enviada de São Paulo, ao rei os fatos que, segundo ele, atestavam sua inocência, pois apenas pretendia servir aa Coroa e se via amarrado numa trama.

O século XVIII foi marcado por questões polêmicas quanto ao governo dos povos e das terras. Os comissários das duas cortes ibéricas de demarcação dos limites ao sul perceberam oposições internas à colônia, as quais foram notificadas pelo general Gomes Freire de Andrade, em 24 de março de 1753,⁶⁸⁴ quando afirmou

⁶⁸¹ ATT. Cód. 06. fl.146.f e v. S.P. 20/07/1731.

⁶⁸² ATT. Cód. 06. fl.146.f e v. S.P. 20/07/1731.

⁶⁸³ ATT. Cód. 06. fl.146.f e v. S.P. 20/07/1731.

⁶⁸⁴ BNL. 477. F. 322. Numero IV. Relação... (4).

serem os padres da Companhia os sublevados, atropelando o andamento dos trabalhos de demarcação.⁶⁸⁵

Os conflitos entre as autoridades civis e militares com os religiosos geralmente eram correlatos aos assuntos dos índios. Os padres tramavam contra os colonos e “Prohibindo todo o ingresso dos Portuguezes nas Aldeas dos Indios, que os seus Religiosos a ministravão; debaixo do pretexto de que os Seculares irião perverter a innocencia dos costumes dos referidos Índios”.⁶⁸⁶ Mas em outras reclamações dizia-se aa Coroa que os religiosos usurparam a liberdade dos índios, tomaram para si o domínio da agricultura e do comércio “apropriandose com huma absoluta violencia não só o de todos os géneros de negocio, mas até o dos mantimentos da primeira necessidade da vida humana, com muitos monopolios, tambem reprovados do Direito natural, e Divino”.⁶⁸⁷ Para tentar contê-los, expediu-se a Bula de 20 de dezembro de 1741, proibindo os abusos praticados contra os índios.⁶⁸⁸ No centro-sul comandava as operações Gomes Freire, enquanto do outro lado comandava Francisco Xavier de Mendonça Furtado que, por diversos despachos e no cumprimento das ordens em 30 de abril de 1753, providenciou as conferências de demarcação dos limites da fronteira do rio Negro.⁶⁸⁹ Na empreitada também se descobriu que os religiosos estavam envolvidos “com outro crime atrás de Leza Magestade não só se tinham arrogado a authoridade de fazerem Tractados com as Naçoens Barbaras daquelles Sertoens dos Dominios da Coroa de Portugal, sem intervenção do Capitão General, e Ministros de Sua Magestade Fidelissima; mas tambem, que deste abominavel absurdo passárão ao outro ainda mais abominavel, de estipularem por Condiçoens dos mesmos Tractados o dominio supremo, e serviço dos mesmos”.⁶⁹⁰ Conclui-se que os religiosos desrespeitaram a Bula Pontificia de 20 de dezembro de 1741 que havia declarado livres todos os índios.⁶⁹¹

As Instruções régias a Francisco Xavier de Mendonça Furtado tinham como maior objetivo de Estado a execução do poder de um bom governo. Orientavam-no que “o interesse publico, e as conveniências do Estado, que hides

⁶⁸⁵ BNL. 477. F. 322. Numero IV. Relação... (4) (5).

⁶⁸⁶ BNL. 477. F. 322. Numero IV. Relação... (13).

⁶⁸⁷ BNL. 477. F. 322. Numero IV. Relação... (13).

⁶⁸⁸ BNL. 477. F. 322. Numero IV. Relação... (14).

⁶⁸⁹ BNL. 477. F. 322. Numero IV. Relação... (15).

⁶⁹⁰ BNL. 477. F. 322. Numero IV. Relação... (20).

⁶⁹¹ BNL. 477. F. 322. Numero IV. Relação... (21).

governar, estão indispensavelmente unidas aos negocios pertencentes a Conquista, e liberdade dos Índios,” sendo a decadencia e ruína do Estado as desordens dos padres e dos índios.⁶⁹² Muito mais que se preocupar com a situação de exploração e abusos dos índios, estava em jogo o poder e a soberania do rei de Portugal dos quais os índios se tornaram coadjuvantes no cenário amplo da conquista da terra.

Nas cartas entre autoridades destaca-se a carta secreta a Gomes Freire sobre as orientações e procedimentos quanto às demarcações não só do sul, mas também do norte, impondo os limites ao Pará. A Espanha cometia muitas fraudes nas demarcações, o que foi exposto na carta a Gomes Freire de 21 de outubro de 1751. Para a realização dos trabalhos de demarcação, Gomes Freire foi para os sertões onde se encontravam aldeias indígenas.⁶⁹³ Se por um lado o espanhol era inimigo externo, por outro, o gentio era inimigo interno. Para se efetivar o domínio dos povos e da terra, as duas frentes de inimigos, ameaçadoras, deveriam ser aniquiladas de maneira estratégica. Ao se traçar uma política de ação do norte ao sul da colônia, contava-se, para a plena execução, com Gomes Freire de Andrade e Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Entre ambos circulavam os informes dos acontecimentos e as instruções dos modos de governar. Pombal enviou ao governador e capitão-general do Pará e Maranhão, em 17 de março de 1755, “[...] as ultimas q. haviaio chegado de Gomes Freire de Andrada concernentes ao estado das Demarcações dos limites pela banda do Norte do Brazil até o mez de Outubro de 1754”. Informava que para a negociação do Tratado de Limites das Conquistas não se via esforço por parte do Ministério de Madrid, por isso desconfiados da Coroa espanhola expediu a Gomes Freire de Andrada “a instrucção que se havia ajustado entre as duas Cortes que se dêo aos Respectivos Commissarios para a execução do Referido Tratado me mandou S. Mag.e instruir particularm.te o d.o General pela Secretissima Carta que lhe escrevi em 21 de Setembro de 1751, dando-lhe huma Cabal Noção dos motivos q. tinhao concorrido

⁶⁹² BNL. Códice 112595 F. 4829. fl 1-19. Instruções Régias. (Instrucção particular, que V.Magestade he servido mandar dar a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, nomeado Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Pará).

⁶⁹³ Biblioteca da Ajuda. Palácio Nacional da Ajuda. Lisboa. Ref. COR 2021. Cota 54-XI-27 (16). Cartas de Sebastião José de Carvalho e Mello para seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado do Grão Pará. fl.16-20.Lisboa em 17 de Março de 1755.

para ser bem fundada, e prudentíssima a desconfiança que havia do dito Ministério".⁶⁹⁴

A cautela se fazia necessária para impedir que os limites dos domínios portugueses se desfigurassem e fossem tomados pela América espanhola, “por isso desde a primeira vez em que vos escrevi sobre esta materia na data de 6 de Julho de 1752 havendo-se Ratificado naquelle dia as Instrucções que se vos devião Remetter, vos preveni logo para vos ir expondo em toda a possivel segurança, e pela outra Carta que vos dirigi na data de 14 de Maio 1753 vos Remetti para vossa completa Instrucção a sobred.a Carta secretissima escrita a Gomes Freire para conheceres inteiramente os justos motivos da desconfiança d’El Rey N. Snr; e p. a uzares das mesmas cautelas que havião sido ordenadas na Referida Carta Secretissima”.⁶⁹⁵ Como se percebe, a Coroa portuguesa não esteve desatenta aos seus domínios e mantinha as autoridades na colônia sob alerta quanto às ambições espanholas.

No Rio Grande de São Pedro, as tropas enviadas para fazer as demarcações foram repelidas “pela rebeldia e influencia dos Tapues. E virem estes dar dous assaltos a huma Fortaleza que Gomes Freire havia feito levantar no Rio Pardo para lhe segurar o passo do Referido Rio, trazendo aquelles Barbaros peças d’artilheria de bater que certamente não forjarão *nos Certões, que habitão*; e declarando que obravão por ordem dos seus benditos Padres”.⁶⁹⁶ As demarcações dos limites se traduziram em questão militar. Com a chegada da Nau Natividade no Rio de Janeiro, Pombal recebeu cartas de Gomes Freire de Andrada e do seu Irmão Jozé Antonio Freire: “Accrescentando-se nellas o mais que tinha occorrido desde o dito mez de Julho até o de Outubro do referido anno. O que tambem sommado se reduz: quanto a Gomes Freire de Andrada a haver-se internado pelos Sertões até à distancia de 25 legoas das Aldêas cedidas, fiando-se na boa fé do pacto de que nellas acharia o General Espanhol: A haver feito para isso desde 12 d’Agosto até o dia 28 de Setembro huma trabalhozissima marcha por dezertos estereis, einvios: A

⁶⁹⁴ Biblioteca da Ajuda. Palácio Nacional da Ajuda. Lisboa. Ref. COR 2021. Cota 54-XI-27 (16). Cartas de Sebastião José de Carvalho e Mello para seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado do Grão Pará. fl.16.

⁶⁹⁵ Biblioteca da Ajuda. Palácio Nacional da Ajuda. Lisboa. Ref. COR 2021. Cota 54-XI-27 (16). Cartas de Sebastião José de Carvalho e Mello para seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado do Grão Pará. fl.16 e 17 f.

⁶⁹⁶ Biblioteca da Ajuda. Palácio Nacional da Ajuda. Lisboa. Ref. COR 2021. Cota 54-XI-27 (16). Cartas de Sebastião José de Carvalho e Mello para seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado do Grão Pará. fl.17.

haver passado com grande trabalho o Rio Pardo, o Rio Butucaray e o Rio Jacuy sempre com os rebeldes à vista, e incommodado por elles, passando os soldados, e bagagens a nado", ⁶⁹⁷ tiveram de acampar e suspender a marcha no rio Jacuy, pois foi obrigado a retirar-se pelas artimanhas de um general espanhol.

Advertia a Francisco Xavier de Mendonça Furtado: "Não deis passo que não seja seguro, nem aventureis couza alguma, quando o sucesso for dependente da boa fé, e da palavra dos Commissarios com quem conferires: sempre comtudo lhes deis motivos para entenderem que delles se desconfia; e valendo-vos para vos segurares dos pretextos de que sendo esses negocios tratados tão longe das respectivas Cortes, he preciso que se fação com toda a formalid.de para evitar os reparos dos dois Ministérios [...]". ⁶⁹⁸ Orientava para que não fosse ingênuo porque devia esperar a malícia por parte dos espanhóis.

Dentre os objetivos das ações políticas, um era de criar um novo governo, o de São Jozé do Rio Negro, "pela indispensavel necessidade de se povoar essa fronteira occidental, e de segurarmos com ella a navegação do Rio da Madeira para o Matto-Grosso, e a passagem daquellas Minas para o Cuiabá. Sobre o que escuzo advertir-vos que as Aldeias que os Hespanhoes houverem desocupado desta p.te oriental do d.o Rio, sejam logo apprehendidas, e que se alguma estiver ainda por evacuar, que devei fazer toda a possivel diligencia para sahirem della os d.os Hespanhoes, e por introduzires no lugar delles Portuguezes: valendo-vos para isso das cautelas e dos meios com que instrui Gomes Freire pela sobred.a carta secretissima de 21 de Setembro de 1751 e dos que para essa parte vos aponteí depois na outra secretissima Carta que vos escrevi em 15 de maio de 1753". ⁶⁹⁹ Reafirmava o Marquês de Pombal, nas *Instruções*, que como tem se sucedido na parte do sul com Gomes Freire de Andrada, também se devia seguir na parte norte da colônia. ⁷⁰⁰

⁶⁹⁷ Biblioteca da Ajuda. Palácio Nacional da Ajuda. Lisboa. Ref. COR 2021. Cota 54-XI-27 (16). Cartas de Sebastião José de Carvalho e Mello para seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado do Grão Pará fl. 18.

⁶⁹⁸ Biblioteca da Ajuda. Palácio Nacional da Ajuda. Lisboa. Ref. COR 2021. Cota 54-XI-27 (16). Cartas de Sebastião José de Carvalho e Mello para seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado do Grão Pará fl. 18.

⁶⁹⁹ Biblioteca da Ajuda. Palácio Nacional da Ajuda. Lisboa. Ref. COR 2021. Cota 54-XI-27 (16). Cartas de Sebastião José de Carvalho e Mello para seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado do Grão Pará Fl 19.

⁷⁰⁰ Biblioteca da Ajuda. Palácio Nacional da Ajuda. Lisboa. Ref. COR 2021. Cota 54-XI-27 (16). Cartas de Sebastião José de Carvalho e Mello para seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado do Grão Pará. Lisboa em 17 de Março de 1755.

Defender a fronteira, povoá-la e assegurar a navegação do rio Madeira foi o estratagema para a viabilização do trajeto para se chegar às minas de Mato Grosso e às de Cuiabá. Mas não era só o Madeira; a decisão se estendeu a todos os rios navegáveis de importância na ligação entre os sertões das riquezas que deveriam ser controladas, possibilitando a comunicação, a viagem e o domínio do território.⁷⁰¹

b - Planos políticos de catequese do gentio (Regimento de Tomé de Souza e Cartas de Manoel da Nóbrega)

Retomar as idéias de Manoel da Nóbrega é uma escolha na análise, por acreditarmos na repercussão que tiveram em todos os planos de catequese e civilização no período colonial. Nóbrega, como pioneiro e decisivo na montagem de uma política indigenista, lançou diretrizes que se desdobraram mesmo após a sua morte e a expulsão da Companhia de Jesus do Brasil. Essa reflexão não tem a pretensão de esgotar o assunto, mas de propor uma problematização. Mas faz-se prudente relacionar o Regimento de Tomé de Souza, de 15 de dezembro de 1548, o Plano Civilizador na Carta de Nóbrega⁷⁰² com as primeiras leis para esboçar um quadro sucinto dessa política implicando determinadas permanências históricas. Apesar de as transformações e de o contexto do século XVIII das Minas guardarem uma gama de especificidade, é possível perceber a influência das discussões iniciadas com Nóbrega sobre a questão indígena, da escravidão e/ou da liberdade restrita, tutelada nos aldeamentos da América portuguesa.⁷⁰³ Os jesuítas, nas Minas,

⁷⁰¹ Ver sobre expansionismo, fronteiras e tratados os estudos de Jaime Cortesão. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Tordesilhas*. Lisboa, 1950. 2 vols. Jaime Cortesão. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação/ Ministério da Educação e Cultura, 1958. Jaime Cortesão. *Introdução à História das Bandeiras*. Lisboa: Portugalia. 1964. 2. vols.

⁷⁰² Além do Plano Civilizador na Carta de Nóbrega ao Padre Miguel de Torres em 1558, do Diálogo sobre a Conversão do Gentio 1556-1557 e do Regimento de Tomé de Souza de 15 de dezembro de 1548, alguns documentos merecem destaques como a Carta Magna de los Indios 1539; as Cartas de Francisco de Vitória a outros padres; a Crônica da Companhia de Jesus do Padre Simão de Vasconcelos e a *Pacificacion y Colonizacion* de Jose de Acosta de 1577.

⁷⁰³ A política indigenista e a Influência de Manuel da Nóbrega faz parte de um trabalho final apresentado por mim ao Prof. Carlos Alberto Zeron no curso de pós-graduação,: *A Companhia de Jesus e a Instituição da Escravidão no Brasil*. História, USP-SP, dezembro de 2003.

não foram oficialmente aceitos e não houve um projeto político articulado como o praticado durante os séculos XVI e XVII em outras partes da colônia.

As leis criadas pela Coroa portuguesa a partir de 1570 e as cartas de Nóbrega entre 1549 e 1560 refletiram na formulação dos planos de catequese. Os missionários extraíam seus fundamentos de uma heterogeneidade de fontes encontradas na Bíblia, no pensamento de Aristóteles, nas idéias de Santo Agostinho e de São Tomás de Aquino.

Da ampla presença jesuítica se deve centralizar atenção em Nóbrega por ter sido ele o mentor, sendo os demais inspirados pelo seu pensamento para discordar ou concordar. Oficialmente, a política indigenista iniciou-se com o Regimento de Tomé de Sousa e com Nóbrega teve seu marco. Afinal, no caso do Brasil, as definições de domínio, sujeição, castigo, tutela dos índios e o assenhoreamento deles foram estratégias elaboradas por Nóbrega. Ao longo de sua experiência em contato com as populações indígenas tais palavras ganharam dimensões dentro de um campo de debates e de significados os quais serviram ao conjunto de leis na política do Estado. A forma de redução do gentio obedeceu às diversas tentativas, intercalada por mudanças, porém mesmo a partir da segunda metade do século XVIII as premissas adotadas no início foram mantidas: o aldeamento, a tutela, a identificação do gentio entre aliado (pacífico) e inimigo (bravio), a guerra justa, a educação da religião e para o trabalho.

Relaciona-se a um dos questionamentos, nesta parte do estudo, às necessidades decorrentes de educá-los nos bons costumes e na fé cristã traduzindo-se em leis a direção da vida desses povos. Embora o Diretório dos Índios (1757-1798) com Pombal trouxesse inovações a prática costumeira já estava impregnada da relação construída, ao longo do tempo, dos colonos com o gentio. As premissas gerais defendidas por Nóbrega foram metamorfoseadas e tornaram-se a base que norteou as leis depois dele. Mudou-se a maneira de administrar os povos indígenas, como se percebe em Antonil,⁷⁰⁴ que acordou com os paulistas ceder à administração das aldeias dos índios em troca de renunciarem à entrada no sertão, o que nunca ocorreu de fato. Os argumentos dos jesuítas justificaram de forma histórica, jurídica e teológica, a escravidão do gentio disposta nos principais textos

⁷⁰⁴ Ver Antonil. *Cultura e opulência do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

dos missionários produzidos no Brasil nos séculos XVI-XVII. Carlos Alberto Zeron⁷⁰⁵ analisa as formas de escravização dos gentios pelos jesuítas sob o discurso de protetores da liberdade. A análise cautelosa dos textos missionários possibilita identificar os motivos da ocorrência do uso da mão-de-obra indígena pelos jesuítas, inclusive a aceitação da escravidão em certos casos.

A polêmica interna a Companhia de Jesus em torno da escravidão ou não, as facções divergentes e a falta de unicidade em torno da problemática provam que havia um longo debate entre os missionários. A revisão das fontes correspondentes aos séculos XVI e XVII permite uma releitura relativa à Companhia de Jesus e da história indígena no Brasil. O contexto histórico é fundamental para a compreensão das proposições que nortearam o pensamento jesuíta e sua influência perante o rei de Portugal.⁷⁰⁶

A montagem de uma política imposta aos índios é componente dentro de um processo mais amplo. À medida que os contatos com a realidade colonial se expandiam, concomitantemente as leis recebiam novos contornos. Foi a convivência que tornou viável a formulação das normas que regeram os relacionamentos entre indígenas e colonos. Dois exemplos são transparentes, surgidos da experiência na colônia: a forma de organização dos aldeamentos e as fases que atravessaram as missões. Três formas de aldeamentos foram criadas: os privados, os reais, os jesuítas, mas permeados por conflitos de interesses de um e de outro. Para a promoção da catequese foram pensadas três estratégias que dizem respeito à localização dos aldeamentos e à efetivação das missões: a primeira, a adoção da missão volante; a segunda, a presença dos missionários próximos das aldeias e os indígenas aldeados postos na periferia dos núcleos urbanos; a terceira, o isolamento dos aldeamentos com a presença dos missionários neles junto com os índios.

Pretendia-se, com o indígena isolado, em aldeamento afastado das áreas urbanas, impedir que ele tivesse do contato com os colonos, evitando, assim, que fossem corrompidos pelos brancos. O argumento dos jesuítas para manter a sobrevivência das missões esteve alicerçado na defesa da obra de catequese e da

⁷⁰⁵ Carlos Zeron *La Compagnie de Jésus et l'institution de l'esclavage au Brésil: les justifications d'ordre historique, théologique et juridique, et leur intégration par une mémoire historique (XVI-XVII siècles)*. Ecole des Hautes Etudes, Paris, 1998.

⁷⁰⁶ Ver: Charles Boxer. *O império colonial português*. Trad. Inês da Silva Duarte. Lisboa/São Paulo: Edições 70/Martins Fontes, 1969.

conversão, com isso procuravam provar para a Coroa que a presença deles era a única capaz de conduzir os indígenas e de salvar-lhes a alma.

Os jesuítas se posicionavam como uma empresa missionária e religiosa desvinculada de interesses econômicos apoiados por doações e esmolas. Ao contrário disso, as reclamações dos colonos que chegaram ao rei apresentavam outra versão, ou seja, os jesuítas detinham bens e negócios lucrativos. Até o final do século XVI, os missionários justificaram a necessidade de autofinanciamento da Companhia em *prol* da catequese, mas os bens, como fazendas, escravos e o comércio das drogas do sertão, o uso da mão-de-obra do gentio em suas terras e negócios, no plano econômico, desmontam a idéia de pobreza e das parcas condições da Ordem. Cada vez mais no plano político os jesuítas lucravam com a gestão temporal dos aldeamentos.

A sociedade colonial formou-se com grupos heterogêneos, fazendo nascer projetos diferentes e até divergentes. O Plano de Nóbrega consistiu em alguns pontos centrais para a manutenção da missão: arrendamento das terras; desenvolvimento de atividades de subsistência; sistema de crédito, de trocas com os colégios e residências do Brasil e Angola. O último, decorrente das discussões de Nóbrega, não estava explícito em sua proposta, mas de qualquer forma o aumento do poder econômico da Ordem, na lógica do sistema colonial, trouxe acirrados conflitos e problemas para Companhia. Segundo o próprio Nóbrega, os rendimentos eram justificáveis em razão da catequese e da manutenção da missão, pois as esmolas e doações não eram suficientes.

O poder crescente na colônia da Companhia de Jesus chocava-se com os colonos, e posteriormente passou a ser um problema ameaçador para a Coroa. A oposição entre colonos e jesuítas ampliou-se com o tempo: de um lado, os jesuítas com influência perante o Rei e, de outro, as câmaras municipais controladas por senhores de engenho que faziam frente, já que elas eram a voz política na colônia. Os senhores de engenho mantinham-se com o próprio capital e a Companhia era mantida pelo Estado, além dos privilégios recebidos.

A oposição dos colonos esteve centrada na reivindicação do controle do braço indígena para o trabalho nas fazendas e na crítica aos privilégios da Companhia. Acrescem a tais fatos a diferenciação legislação imputada por meio das leis canônicas para regerem o aldeamento dos índios e das leis civis para a sociedade dos colonos. Os colonos propunham a escravidão imediata do gentio, já

os jesuítas pregavam a tutela e a sujeição moderada. De qualquer forma, a repartição dos índios entre colonos e jesuítas teve legitimidade.

A política e a catequese não estão separadas. Na visão dos jesuítas, a sujeição e a tutela não significaram escravidão. Os princípios jurídicos e teológicos, aos poucos, caracterizaram uma política indigenista, o que, no início da colonização, não estava de todo definido. Para regular o uso do trabalho indígena e evitar os abusos da escravidão praticados por colonos, foram criados certos critérios, traduzidos nas justificativas da escravidão do gentio determinados por quatro títulos: 1) guerra justa; 2) comutação da pena de morte (a comutação ocorre ao índio do resgate de guerra, era o índio de corda – índio prisioneiro – poderia ser trocada a sua pena de morte por cativo); 3) extrema necessidade; 4) condição do ventre.⁷⁰⁷ O assunto do cativo indígena ainda hoje é quase um tabu quando se fala dos jesuítas, porque a imagem que ficou foi a de virtuosos e bondosos.

A persuasão significava o uso do medo aos índios para convertê-los, já que eram inconstantes e o castigo físico complementava o método para mantê-los na doutrina, exposto na Carta de 1558, no Plano de Nóbrega. A discussão jurídica decidiu-se pela escravidão aos pecadores – indígenas inimigos e pagãos – como maneira de aplicar-lhes uma punição.

Em 1549, Nóbrega escreveu sobre os abusos cometidos na terra com o gentio, mas não questionou a escravidão, e, sim, discutiu a maneira de como se devia estabelecê-la. Menciona, ainda, que os índios tinham boa vontade na aceitação da catequese, seguiam melhor os ensinamentos e a lei natural que os colonos, maus cristãos impelidos pela cobiça às guerras. A Carta de 1558 marca no pensamento de Nóbrega o período em que arquitetava o projeto de civilização para o índio. Nela defendia a sujeição moderada do indígena, a conversão e a civilização pela persuasão, e retoma São Tomás de Aquino. Os princípios jurídicos e teológicos se desdobraram numa política indigenista percebida na leitura do *Diálogo sobre a Conversão do Gentio de Nóbrega* (1556-1557). O consenso, que foi difícil de ser obtido, sobre a escravidão do gentio iniciou-se com Nóbrega, embora criticado, sofrendo oposições dentro da Companhia, em Roma e em Portugal, principalmente, sobre as formas usadas para a manutenção da missão. No entanto, seu argumento é alicerçado na necessidade da continuidade da missão no Brasil, o que acarretou a

⁷⁰⁷ Cf. Carlos Alberto Zeron. *Op. cit.*

inserção da Companhia nas relações econômicas mercantilistas, ou seja, na política-econômica colonial, buscando um sistema de autofinanciamento e trocas.

Manuel da Nóbrega propôs a gestão temporal dos aldeamentos, com leis próprias adequadas à educação e à catequese dos índios. No Plano civilizador, o espaço específico do aldeamento permitiria a disciplina e o controle cotidiano da vida e dos costumes dos gentios. Além disso, os quatro títulos legítimos passaram a ser discutidos para se criar um modelo legal à escravidão do gentio. A comutação da pena de morte, isto é, os índios condenados ao sacrifício no ritual de antropofagia, podiam ser resgatados trocando a pena de morte deles pelo trabalho escravo. A comutação era um meio de atingir a salvação; a vida era um dom divino, e salvá-los da morte era um ato de caridade. A conversão andava lado a lado com a catequese e a civilização, mantida sob tutela. O debate é amplo sobre a escravidão, não cabe aqui listar todos os seus aspectos, mas no Brasil obedeceu às idéias dos jesuítas.

Nóbrega, por receber influência de Francisco de Vitória,⁷⁰⁸ teve acesso às idéias dos teólogos em Salamanca sobre a escravidão os quais se inspiraram em fontes heterogêneas para as reflexões sobre os índios: Aristóteles, Santo Agostinho, as passagens bíblicas, São Tomás de Aquino. O tema da ignorância invencível aparecia na discussão de Vitória explicando que quando alguém tivesse dúvida de uma decisão a ser tomada sobre a origem do cativo deveria consultar aqueles que sabem, ou seja, os doutores da Igreja: *“En todos estos asuntos la situación es tal, que si alguno ejecutase una acción antes de deliberar y asegurarse legítimamente de su licitud, pecaría sin duda, aunque de suyo fuera quizá lícita; y no le excusaría la ignorancia, puesto que bien claro está que o sería ignorancia invencible, ya que él no puso lo que estuvo de su parte para conocer su licitud o ilicitud.”*⁷⁰⁹ Percebe-se que a consulta dos casos que envolviam consciência deveriam passar pelos teólogos, os quais eram, na época, os jesuítas das universidades detentores do conhecimento de tais assuntos.

O contexto do século XVI na Europa é marcado pela divisão da Igreja em duas, além da realidade colonial que se apresenta inteiramente nova em contato com populações desconhecidas das matrizes culturais, políticas, da organização social, religiosa e econômica dos europeus. Os quatro títulos legítimos foram

⁷⁰⁸ Ver Zeron *op.cit* p 244.

⁷⁰⁹ Francisco de Vitoria. *Relectio de Indis*. Carta Magna de Los Indios. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1989. p.58.

reunidos numa interpretação jurídica, moral, religiosa e histórica. Sua origem é bem antiga e era prevista no Direito Romano. O debate sobre a escravidão evoluiu para assumir o caráter de lei ou, no mínimo, influenciar a elaboração das leis para regulamentar as relações com os povos indígenas. O teólogo passou a atuar como jurista. O *Dominium*, apesar das divergências na sua conceituação, foi se tornando consenso com base nos quatro títulos legítimos. A reflexão de teólogos e juristas ampliou-se no decorrer do século XVI. Mesmo assim, no caso do Brasil, as idéias de Nóbrega nortearam as relações com esses povos.

A carta de Nóbrega, de 9 de agosto de 1549, para o padre mestre Simão, comenta sobre vários assuntos dentre eles os maus costumes, a blasfêmia, a vida em pecado pela prática da mancebia: “Nesta terra há um grande peccado, que é terem os homens quasi todos suas Negras por mancebas, e outras livres que pedem aos Negros por mulheres, segundo o costume da terra, que é terem muitas mulheres”.⁷¹⁰ Segundo ele, é um “escândalo” para a “nova Igreja” esses maus costumes e dentre seus pedidos, em carta, um deles é que venham mulheres para se realizarem casamentos. Por outro lado, comparava a moral dos índios com os colonos. Os índios guardavam melhor a lei da natureza e os colonos, não. Anunciava, nessa carta: “Esta terra é nossa empresa, e o mais Gentio do mundo”.⁷¹¹ Pedia um Bispo para consagração de óleos ou “[...] Vigário Geral para castigar e emendar grandes males, que assim no eclesiástico como no secular se commettem nesta costa”.⁷¹² e se referia à escolha do lugar para o colégio, a casa e as atividades realizadas pelos outros padres que o acompanharam. Quanto à nudez e à necessidade das vestimentas para o gentio, dizia: “para entretanto cobrirmos estes novos convertidos”.⁷¹³ Isso porque não se permitir que os índios ficassem assistindo à missa nus; para trazê-los à fé, dever-se-ia incentivá-los a participar das missas e procissões, nos dias santos, e nus não poderiam ir.

Até o final de 1550 e início de 1560, suas cartas enfatizam a boa vontade do gentio em receber a doutrina *cristã* “com quantos gentios tenho fallado nesta costa em nenhum achei repugnância ao que lhe dizia. Todos querem e desejam ser christãos; mas deixar seus costumes lhes parece aspero. Vão comtudo

⁷¹⁰ Manoel da Nóbrega. *Cartas do Brasil 1549-1560*. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: EDUSP, 1988. (Cartas Jesuíticas I). p.79

⁷¹¹ Manoel da Nóbrega. *Cartas do Brasil 1549-1560*. p. 83.

⁷¹² Manoel da Nóbrega. *Cartas do Brasil 1549-1560*. p.83.

⁷¹³ Manoel da Nóbrega. *Cartas do Brasil 1549-1560*. p. 85.

pouco a pouco cahindo na verdade".⁷¹⁴ Ainda, em 1551, informou ao rei D. João III que, logo que chegou, escreveu uma carta, mas por ser novo na terra não podia aprofundar-se nas observações. No entanto, advertia dizendo que havia todo "gênero de pecado" e "tinham o peccar por lei e costume".⁷¹⁵ Tanto os eclesiásticos quanto os demais cristãos viviam de forma pecaminosa, dada a facilidade de estarem numa nova terra longe do reino. Segundo ele, era fácil converter o gentio; difícil era mantê-los na fé e para tal tarefa eram necessários mais obreiros. Os gentios "estão papel branco para nelles escrever à vontade, si com exemplo e continua conversação os sustentarem".⁷¹⁶ Um ano depois, escreveu ao provincial de Portugal (veio para o Brasil em 22 de junho de 1552, D. Pedro Fernandes Sardinha) elogiando Tomé de Sousa como homem muito virtuoso e que entendia o "espírito da companhia".

Nessas primeiras cartas, Nóbrega comentou as necessidades de sobrevivência da Companhia e de alimentos para a manutenção dos padres e dos colégios. Em 1552, por carta, expôs ao padre Simão as dúvidas que começavam a aparecer, dentre elas questionava se o gentio podia confessar por meio de um intérprete, pois não sabia falar português, se devia manter o gentio misturado com os cristãos nas igrejas ou se devia abraçar os costumes deles para usá-los na conversão. Para o missionário, era contra a lei da natureza os índios andarem nus, portanto incorriam em pecado mortal. Mas, perguntava Nóbrega: como fazer com o gentio que procurava para ser batizado e ir à igreja? Dever-se-ia permitir-lhe a entrada ou não? Questionava, também, se era lícito cativar o gentio e fazer-lhe guerra. Após esses questionamentos é que se iniciou uma série de discussões, até mesmo envolvendo a consciência. Nóbrega solicitava que as dúvidas fossem discutidas pelos letrados na Universidade de Coimbra.⁷¹⁷ Nesse ínterim, enfrentava os problemas internos à Ordem com a vinda de Luiz da Grã, em 1553. Numa carta para o padre Ignácio de Loyola, em 1556, Nóbrega informava as atividades da Companhia com os órfãos e a doutrina aos meninos – filhos do gentio. Nessa carta, chama atenção o fato de mencionar o trabalho indígena: "A manutença da casa, a principal, é o trabalho de Índios, lhe dão de seus mantimentos, e é á boa industria de

⁷¹⁴ Nóbrega. *Cartas do Brasil 1549-1560*. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: EDUSP, 1988. (Cartas Jesuíticas I). Aos Padres e Irmãos, Olinda, 14 de setembro de 1551. p. 114

⁷¹⁵ Nóbrega. *Idem*. Olinda, 14 de setembro de 1551. p.123

⁷¹⁶ Manoel da Nóbrega. *Cartas do Brasil 1549-1560*. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: EDUSP, 1988. (Cartas Jesuíticas I). p. 125.

⁷¹⁷ Carta, provavelmente, escrita pouco depois de 15 de agosto de 1552. Cf. *idem, ibidem*. p. 143.

um homem leigo, que, com tres ou quatro escravos da Casa e outros tantos seus, faz mantimentos , criação, com que mantém a Casa".⁷¹⁸

Mais interessante é a carta de 1557 ao mesmo padre Ignácio de Loyola, na qua dizia que os costumes indígenas, como a antropofagia, eram amedrontadores. Na descrição da imagem do gentio, disse: "A estes índios, que ficaram aqui junto com os Christãos, posto que lhes defenderam o comer carne humana, não lhes tiram o irem à guerra e lá matarem, e por conseguinte comerem-se uns a outros, o que bem se podera defender a este visinhos dos Christãos, segundo estão amedrontados, mas é a pratica commum de todos os Christãos, fazerem-nos guerrear e matar, e induzirem-nos a isso, por dizerem, que assim estarão mais seguros; o que é total estorvo de sua conversão, e por esta causa e outras, não ousaram os Padres a baptisal-os".⁷¹⁹ A guerra citada aconteceu na aldeia do Turbarão. Os gentios inimigos invadiram a aldeia mataram as mulheres, os demais feridos foram levados, mas o líder dessa aldeia encontrou-se com eles no caminho lutando e se fazendo vencedor. Ele pediu licença ao governador para matar os inimigos capturados, o que foi concedido, e depois de mortos os comeram. Os padres, vendo o fato, queixaram-se com o governador, e prontamente ele tratou de apregoar a pena de morte a quem comesse carne humana. O líder e os outros foram punidos com penitência e impedidos de entrar na igreja por um tempo. Mais adiante, na mesma carta, cita que nas aldeias do rio vermelho os índios "[...] não vinham, por mais que lhes tangesse a campainha"⁷²⁰ e ofertavam raízes de seus mantimentos a um feiticeiro, pedindo-lhe chuva e que fizesse crescer as plantas. Mas o feiticeiro foi preso e, a pedido dos padres, foi solto. Com essa atitude, as igrejas ficaram cheias e os fiéis, obedientes. Nesse momento, já era exercido o *Dominium*, tendo como instrumentos a punição e o medo, "como é gente servil, por medo fazem tudo".⁷²¹ Ao final, os índios passaram a pedir a "Nosso Senhor" o que antes pediam ao feiticeiro, como chuva, saúde, cura dos filhos doentes, etc. Aí a política indigenista e suas formas de controle ou domínio do gentio já estavam sendo aplicadas.

Numa outra carta dirigida aos padres e aos irmãos de Portugal, em 5 de julho de 1559, relatava os incidentes. Nessa correspondência, comentava o

⁷¹⁸ Manoel da Nóbrega. *Cartas do Brasil 1549-1560*. p152-153.

⁷¹⁹ Manoel da Nóbrega. *Cartas do Brasil 1549-1560*. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: EDUSP, 1988. (Cartas Jesuíticas I). p.157.

⁷²⁰ Manoel da Nóbrega. *Cartas do Brasil 1549-1560*. p.158

⁷²¹ Manoel da Nóbrega. *Cartas do Brasil 1549-1560*. p. 159.

combate aos feiticeiros. Para difundir o cristianismo, a imagem do feiticeiro e sua presença deviam ser contestadas. Um dos casos tratava do irmão do meirinho e principal da Vila que matara uma senhora colhendo frutos no mato. Sua explicação do assassinato foi que ela e seu espírito tinham-no enfeitado, levando-o a ficar doente por causa do feitiço. Só que o assassinato não ficou circunscrito à advertência com palavras, recebeu castigo físico e público: “Foi açoitado e lhe cortaram certos dedos das mãos, de maneira que pudesse ainda com os outros trabalhar: disto ganharam tanto medo que nenhum fez mais delicto que merecesse mais que estar alguns dias na cadeia”.⁷²²

Medo, castigo e sujeição estavam na base da política indigenista desde Nóbrega. Na carta, mencionava a história de outro feiticeiro que se rebelou ao atacar os casamentos realizados pelos padres, dizendo que não prestavam e que iria destruir a Igreja. Esse feiticeiro iria ser castigado pelo meirinho, só que fugiu, porém o que o ajudou a fugir foi preso, mas conseguiu também fugir à noite. No entanto, voltou, pediu misericórdia, perdão a Deus e a “todo o povo” por ter escondido o feiticeiro. O pedido de perdão levou aos outros índios a se confessarem e se sentirem culpados. Além disso, ele se açoitou, o que fez “alguns Brancos que ahi estavam ficaram pasmados de verem o que viram”.⁷²³ O costume de comer carne humana também “tirada e muitos tomam já por injuria lembrar-lhes aquelle tempo, e si em alguma parte se comem, são admoestados e castigados por isso”.⁷²⁴ Ao conseguir se retirar os costumes dos índios, tornava-se mais fácil de convertê-los e sujeitá-los.

Em 8 de maio de 1558, Nóbrega define mais ainda ao padre Miguel de Torres sua posição e seu pensamento quanto ao gentio. Esclarecia que os índios deviam ser sujeitados por causa da antropofagia; a guerra movida tanto por brancos quanto por índios não incomodava mais que seus costumes. O gentio matava e comia grande número de cristãos com essa prática, por isso os qualifica como cruéis e bestiais “carniceiros de corpos humanos” para convertê-los só mesmo o castigo e sujeição. Seu comentário é incisivo ao apresentar em linhas gerais o tratamento devido ao gentio: “Sujeitando-se o gentio, cessarão muitas maneiras de haver escravos mal havidos e muitos escrúpulos, porque terão os homens escravos

⁷²² Manoel da Nóbrega. *Cartas do Brasil 1549-1560*. p. 180.

⁷²³ Manoel da Nóbrega. *Cartas do Brasil 1549-1560*. p.181.

⁷²⁴ Manoel da Nóbrega. *Cartas do Brasil 1549-1560*. p. 182.

legítimos, tomados em guerra justa, e terão serviço e vassalagem, dos Índios e a terra se povoará e Nosso Senhor ganhará muitas almas e S. A. terá muita renda nesta terra, porque haverá muitas criações e muitos engenhos já que não haja muito ouro e prata".⁷²⁵

À medida que a experiência de Nóbrega crescia, seu Plano era refeito, vendo na utilidade do gentio no trabalho uma das soluções para a civilidade. A palavra senhorear, castigar e sujeitar, constantes na sua proposta, evidenciava que se “devia haver um Protector dos Índios para os fazer castigar quando o houvesse mister e defender dos agravos que lhes fizessem”. Talvez seja uma das mais importantes passagens, onde a política indigenista ganha corpo legal na condução dos assuntos indígenas ao administrá-los: “A Lei que lhes hão-de dar, é defender-lhes comer carne humana e guerrear sem licença do Governador; fazer-lhes Ter uma só mulher, vestirem-se pois têm muito algodão, ao menos depois de cristãos, tirar-lhes os feiticeiros, mantê-los em justiça entre si e para com os cristãos: fazê-los viver quietos sem se mudarem para outra parte, se não for para antre cristãos, tendo terras repartidas que lhes bastem, e com estes Padres da Companhia para os doutrinarem”.⁷²⁶

Os índios tornavam-se exército de mão-de-obra e exército militar na defesa do território contra os outros índios e contra os estrangeiros. O índio aculturado interessava mais que o bravo por poder se usá-lo nos reais serviços. Em 1558 Nóbrega já não tem mais tantas dúvidas dos procedimentos com os índios fossem eles aldeados ou não.

Os modelos pretendidos de sociedade eram conflitantes entre os colonos e jesuítas. Mesmo assim, a necessidade de controle do gentio para ambos passava pela pregação da religião cristã, a dissolução de seus costumes, a mudança de suas crenças e de seu cotidiano. A política indigenista marcada pelo *dominium* consolidou a tutela sobre os povos indígenas. As leis e as idéias de Nóbrega deram forma ao *dominium*, em contrapartida tiveram de lidar com as resistências dos povos manifesta pela guerra ou pela negação à religião, à presença dos padres e dos colonos em suas terras. Afinal, desde Nóbrega – ele mesmo

⁷²⁵ José Eisenberg. *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno: encontros culturais, aventuras teóricas*. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 239.

⁷²⁶ José Eisenberg. *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno: encontros culturais, aventuras teóricas*. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 240

reconhecia nas suas Cartas – o gentio fugia dos aldeamentos. Era difícil doutriná-lo; sua instabilidade prova sua rejeição ao projeto idealizado.

Darcy Ribeiro ⁷²⁷ avalia a percepção dos índios de acordo com a visão mítica que possuíam no encontro com os europeus que, aliás, o autor define como um desencontro “o bem e o mal, a virtude e o pecado, o valor e a covardia tudo se confundia, trocando o belo com o feio, o ruim com o bom.” ⁷²⁸ Junto ao avanço da cristandade no novo mundo a transfiguração étnica, “processo através do qual os povos, enquanto entidades culturais, nascem, se transformam e morrem,” ⁷²⁹ foi responsável pela dissolução das comunidades indígenas num longo embate de assimilação e segregação desses povos a cristandade.

O Plano de catequese não só feria a visão de mundo dos índios, mas desejava arrancar-lhe do modo como vivia. Sabe-se que o elo entre identidade e alteridade se encontra na cultura de um povo; a alteridade implica a noção de diferente, o que só é possível de identificar quando se possui identidade. Mas não era compreensível e nem desejável o outro – o índio para o colonizador. A dificuldade de comunicação entre ambos pode ser explicada com base nas dimensões culturais diferentes produzindo noções de tempo e de história que se projetaram no âmbito da conquista.⁷³⁰ As noções implicaram a alteridade e perpassaram as relações na conquista; afinal, é da alteridade que se define o que é ou não o diferente. A percepção do outro vem do parâmetro de comparação cultural. Os conquistadores, imbuídos do desejo de possuir a terra, não se contentaram em conviver nela com os índios; precisavam modificá-los ou extingui-los. Segundo Todorov,⁷³¹ do fascínio derivado de exercer o poder sobre o outro e de ter de demonstrá-lo ao extremo provocaram os atos de crueldade e de extermínio.

O controle sobre a terra e sobre o índio foi contemplado no Regimento de 17 de dezembro de 1548, de Tomé de Sousa, nomeado para governador-geral

⁷²⁷ Darcy Ribeiro. *O Povo Brasileiro*. A formação e o sentido do Brasil. 2 ed. Companhia das Letras, 1995. Ver O enfrentamento dos mundos. Darcy Ribeiro. *Os índios e a civilização*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

⁷²⁸ Darcy Ribeiro. *O Povo Brasileiro*. A formação e o sentido do Brasil. 2 ed. Companhia das Letras, 1995. p. 43.

⁷²⁹ Darcy Ribeiro. *Os índios e a civilização*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1979. Ver principalmente Parte 3: A Transfiguração étnica. Darcy Ribeiro. *O Povo Brasileiro*. A formação e o sentido do Brasil. 2 ed. Companhia das Letras, 1995. p. 257. Ver O enfrentamento dos mundos e Transfiguração étnica.

⁷³⁰ Tzvetan. Todorov. *A conquista da América: a questão do outro*. Trad. Beatriz Perrone Moisés. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988. Ver também os documentos: Paulo Suess (Org.). *A conquista espiritual da América espanhola*. 200 documentos – século XVI. Petrópolis: Vozes, 1992.

⁷³¹ Tzvetan Todorov. *A conquista da América*.

da colônia, antes mesmo de Nóbrega cogitá-lo. O Regimento era um instrumento legitimado que continha as instruções político-administrativas da terra. Nele se estabelecia as funções e cargos, como o de ouvidor-geral, provedor-mor, capitão-mor da costa, alcaide-mor e Senado da Câmara. Logo no início do texto, os gentios do grupo Tupinambá aparecem como causadores de danos e guerras contra os cristãos, e a solução para combatê-los seria usar os Tupiniquins, considerados pacíficos e rivais dos primeiros, para defender a terra. Mas o ponto que chama atenção é quanto à justificativa da colonização declarada no Regimento: “Porque a principal cousa que me moveo a mandar povoar as ditas terras do Brasill foi para que a jente dela se convertese a nosa santa fee catolica vos encomendo muito que partiques com os ditos capitaes e oficiaes a melhor maneira que para iso se pode ter e de minha parte lhes direis que lhe aguardecerei muyto terem espicial cuidado de os provocararem christãos”.⁷³²

Por esses comentários, é possível tocar no ponto discutido no qual se vê anunciar, oficialmente, as primeiras iniciativas quanto à política indigenista. Trata-se de um documento delegando poder ao governador-geral para nortear a ação devida a ser tomada com relação aos índios. Evidentemente, o Regimento é estabelecido pelo Estado português e tem caráter jurídico e político, mas o argumento é a doutrina cristã. Nele já destacava os índios como pacíficos, portanto aliados. Os que faziam resistência ou guerra, os inimigos como os Tupinambás, causadores da destruição de fazendas e de perturbações, mereciam castigos com rigor, inclusive se podia aplicá-los de forma violenta “[...] destruindo-lhe suas aldeias e povoações e matando e cativando aquela parte deles que vos parecer que basta para seu castigo e exemplo de todos, e daí em diante pedindo vos paz lha concedais dando-lhe perdão, e isso será, porém, com eles ficarem reconhecendo sujeição e vassalagem e com encargo de darem em cada um ano alguns mantimentos para a gente da povoação e no tempo que vos pedirem paz trabalhareis por haver a vosso poder alguns dos principais que foram no dito alevantamento, e estes mandareis por justiça enforçar nas aldeias donde eram principais”.⁷³³ Guerra, castigo e cativeiro foram premissas à solução de pôr fim aos ataques dos gentios bravios. Além das punições prescritas aos colonos que desobedecessem as orientações, o Regimento

⁷³² Georg Thomas. *Política indigenista dos protugueses no Brasil. 1500-1640*. São Paulo: edições Loyola, 1982. p.220-221.

⁷³³ “Regimento que levou Tomé de Sousa, primeiro governador-geral do Brasil 1548”. In: Vicente Costa Santos Tapajós. *A política administrativa de D. João III*. 2 ed. Brasília: UNB, 1983. p. 204-205.

aborda outros aspectos, como a proibição do gentio de portar armas, evitando que eles infiéis não fizessem guerra. Embora contenha várias orientações de outros assuntos da administração colonial, interessa avaliar como regulamentou a relação com as populações indígenas. Por exemplo, o comércio com o gentio nas vilas e povoações, nas feiras, uma vez por semana ou mais, podendo o gentio vender e comprar, mas só os senhorios e a “gente do engenho” poderiam tratar com ele em suas aldeias. O povoamento, a colonização, a defesa da terra, a distribuição de sesmarias, a criação de fortalezas, o uso dos ribeiros são assuntos pertinentes ao domínio dos recursos da terra,⁷³⁴ ademais as guerras justas contra os índios quando reclamadas pelos colonos sempre foram aprovadas.⁷³⁵

Na mesma proporção que o gentio é recorrente no texto, demonstrando que para atingir os demais objetivos era preciso criar relações amistosas com alguns e com outros contê-los mesmo que fosse mediante a guerra justa: “[...] mando que façais guerra aos gentios na maneira que nos ditos capítulos se contém, e que trabalheis por castigardes os que forem culpados nas coisas passadas, havendo respeito ao pouco entendimento que essa gente até agora tem, a qual coisa diminui muito em suas culpas, e que pode ser que muitos estarão arrependidos do que fizeram, haverei por meu serviço que, conhecendo eles suas culpas e pedindo perdão dela, se lhes conceda [...] porque como o principal intento meu é que se convertam à nossa santa fé”.⁷³⁶

Além do castigo aos culpados e da permissão de se fazer guerra, o divisor de águas é a fé sugerida na política indigenista com o aldeamento. O aldeamento alterou o espaço vivido pelos povos indígenas, deslocando-os de lugar, assentando-os próximos das povoações urbanas, com a intenção de, assim, conservarem o contato com a fé e a vida civilizada e para evitar “inconvenientes” do convívio com os gentios não cristãos.⁷³⁷ São alguns pontos relevantes esboçados no Regimento e de clara orientação do que fazer com o gentio na evangelização e escravização. Dentre as conseqüências esperadas ao evangelizá-los, preservando-

⁷³⁴ Ângela Domingues. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. III, (suplemento), 2001. p.823-838.

⁷³⁵ Cf. Darcy Ribeiro. *O Povo Brasileiro*. A formação e o sentido do Brasil. 2 ed. Companhia das Letras, 1995. Ver Razões desencontradas.

⁷³⁶ Cf. Vicente Costa Santos Tapajós. *A política Administrativa de D. João III*. 2 ed. Brasília: UNB, 1983. p.213-214.

⁷³⁷ Vicente Costa Santos Tapajós. *A política Administrativa de D. João III*, p.214

lhes a liberdade, era obter apoio militar para ir contra os índios inimigos e a exploração econômica da terra com uso da mão-de-obra deles.⁷³⁸

O modelo de colonização era de conquista da terra. Foi entregue aos particulares a tarefa de povoamento, evitando maiores gastos dos cofres da Coroa. A criação do governador-geral imprimiu ao modelo uma forma mais aperfeiçoada. articulou-se com base nos reflexos derivados dos conflitos internos, das dificuldades dos donatários em manterem o compromisso e das ameaças de invasões por parte de estrangeiros, impondo a presença de autoridade no território. Com a vinda de Tomé de Sousa e os jesuítas até aproximadamente o governo Mem de Sá, havia três tipos de aldeamentos: os reais ou régios, administrados pelos oficiais nomeados capitães de aldeias; os particulares, controlados pelos colonos; e os dos jesuítas, sob a organização dos padres da Companhia de Jesus. Nesse momento, a orientação era para separar os índios convertidos dos não convertidos, mas ficarem próximos às povoações, como forma de organizá-los. Posteriormente, os jesuítas introduziram mudanças: isolaram o gentio dos demais e também dos colonos nos aldeamentos recuados.⁷³⁹

As atividades missionárias passaram por adaptações: num primeiro momento, as missões volantes foram a primeira estratégia de redução: os missionários iam às aldeias, mas não permaneciam nelas, obtendo resultados frágeis, pois os índios retomavam seus costumes originários assim que os padres partiam; num segundo, fixaram residência nas aldeias, mas ainda não atingiam o almejado; e, num terceiro, resolveram retirar o índio de seu *habitat* e levá-lo para as reduções (aldeamentos) mais distantes. Os aldeamentos lembram um tipo de confinamento com a sedentarização do índio. A legislação que regulamentou a situação do gentio no Brasil⁷⁴⁰ chama atenção para a acepção compreendida por guerra justa já presente no Regimento de Tomé de Sousa. As influências vieram também de Álvaro Pais, da doutrina de guerra justa, em Portugal, no século XIV, e do pensamento de Santo Tomás de Aquino, assim definindo: “a) a guerra justa pressupõe uma ação do adversário; b) a guerra justa deve ser conduzida com boas

⁷³⁸ Sobre a América portuguesa, administração e política coloniais, ver: Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do paraíso*. 4 ed. São Paulo: Ed. Nacional (Brasiliense), 1985. Fernando A. Novais. *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Brasiliense, 1986. Caio Prado Júnior. *História econômica do Brasil*. 19.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. *Evolução política do Brasil: colônia e império*. 15.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

⁷³⁹ Cf. Carlos Zeron. *La Compagnie de Jésus et l'institution de l'esclavage au Brésil*, p. 85.

⁷⁴⁰ Carlos Zeron. *La Compagnie de Jésus et l'institution de l'esclavage au Brésil*. Ver - Cap. 3: Les titres légitimes de réduction d' autrui en esclavage et les lois sur la liberté des Indiens.

intenções (são excluídos os motivos da ambição, da raiva e da vingança; c) a guerra justa deve ser imperativamente declarada por uma autoridade competente, um príncipe ou a Igreja".⁷⁴¹ No decorrer do tempo, essa acepção foi transformada, mas de qualquer modo a guerra justa permaneceu com outras abordagens e justificativas.

A primeira lei promulgada após a morte de Nóbrega data de 20 de março de 1570 e incide diretamente na liberdade do gentio no Brasil: restringiu a escravidão a certos casos em decorrência dos excessos cometidos por meios ilícitos usados pelos colonos, levando, conseqüentemente, a uma série de problemas.

Definiu-se que os índios só poderiam ser tomados por cativos em guerra justa, porém já enunciado no Regimento, e a guerra seria declarada com permissão do rei ou do governador. A guerra justa era definida como resposta aos ataques dos gentios bravios aos portugueses ou a outros gentios para os "comerem". Outro aspecto importante foi incluído na lei sobre a fiscalização daqueles que cativassem os gentios na guerra: eram obrigados a fazer registro dos cativos nos Livros da Provedoria no prazo de dois meses e todos os demais índios que não estivessem incluídos neste caso seriam considerados livres. Mas essa lei proibiu o resgate do índio de corda para o cativo, porém a não-aceitação dos colonos forçou mudanças incluídas na lei de 1587, onde ficou reafirmada a guerra justa e o resgate dos índios de corda por motivo de estarem condenados à pena de morte e por causa da antropofagia. Mesmo assim, os princípios da guerra justa foram manipulados, os colonos fomentaram as guerras intertribais e não respeitaram as leis. Nas leis de 1595 e 1596, o rei toma para si a exclusividade de declarar a guerra justa, centralizando a decisão, tentando evitar guerras desnecessárias ou movidas com a finalidade de escravização. Além disso, a lei de 1596 confirmou os dispositivos da precedente como a sedentarização do índio e a regulamentação do uso de seu trabalho, ficando os padres da Companhia de Jesus responsáveis exclusivos pelo descimento dos índios do sertão. Decisão contrária à lei de 1587, que permitia aos colonos também fazerem parte da doutrinação do gentio nos engenhos.

Os jesuítas conseguiram, então, se tornar os intermediários entre índios e colonos quanto ao uso da força de trabalho indígena pela lei de 1596.

⁷⁴¹ Cf. Zeron. *Op.cit.* p.365.

Passaram a ser os missionários os primeiros responsáveis pela política indigenista no Brasil com as funções espiritual e temporal dos aldeamentos. Prevvia a lei, ainda, um procurador dos índios e um juiz especial para assuntos dos índios. Mais que refletir a liberdade dos índios ou a liberdade restrita, afirmou-se o direito de tutela sobre os índios pelos missionários jesuítas. As leis de 1595 e 1596 vêm de uma antiga reivindicação dos missionários formuladas nos escritos de Nóbrega. Apesar de as leis terem sido promulgadas depois de seu falecimento, as informações dele nas cartas deram aos outros jesuítas e à Coroa uma base de subsídios. A política indigenista ficou atada ao direito de tutela, cabendo guardarem os índios no sentido de protegê-los dos abusos e educá-los.⁷⁴²

A hostilidade dos índios não parou por causa da legislação e muitos menos por parte dos colonos de fazer-lhes guerra. Como se demonstra nesta pesquisa, prevaleceu a continuidade das reações indígenas durante todo o século XVIII e a violência dos colonos.

O Diretório dos Índios (1757-1798) não veio a ser formulado sem precedentes. As determinações constantes nele reuniram muito do que se expõe, por isso, defendemos, neste estudo, que nem tanto assim foi a mudança na vida e na liberdade do gentio. O Diretório aparece como se fosse uma lei inovadora da condição indígena, uma alteração apregoada por alguns estudiosos um tanto quanto exagerados. Pode-se verificar que do conjunto de leis, no processo de colonização, algumas vingaram na formulação do Diretório; por exemplo, quando o governador-geral, Diogo de Meneses e Siqueira, escreveu ao rei, em 23 de agosto de 1608, propondo a conversão e a civilização do gentio pelo trabalho, argumentando sobre o interesse na integração dos índios à sociedade colonial.

A discussão do trabalho indígena estava já presente na Carta de Nóbrega de 1558, quando ele disse que o gentio pode ter utilidade. Após tantos debates, a lei de 1609 merece ser citada porque com ela se proíbe a guerra justa, significando uma ruptura em relação às leis anteriores, e declara-se a liberdade de todos os índios. No entanto, a tutela permaneceu. Sabendo-se da lei, os motins dos colonos se espalharam, culminado com a expulsão dos jesuítas de certas regiões fazendo-os recuar e estabelecer acordos com os colonos. Em 1611, a lei recupera a de 1570, renova as de 1587, 1595 e 1596, e a provisão de 1605 contém, em linhas

⁷⁴² Cf. Zeron. *La Compagnie de Jésus et l'institution de l'esclavage au Brésil*. p.399.

gerais, a lei de 1609. Ao final, a liberdade dos índios restritiva, objeto de tanta polêmica, fez com que fosse reconsiderada a prática do resgate dos índios de corda pelos colonos, autorizados a irem ao sertão e a terem parte dos aldeamentos sob a gestão dele. O governador ficou incumbido de declarar ou não a guerra, em Junta formada pelo bispo, pelo chanceler, pelos desembargadores e prelados das ordens locais.⁷⁴³ O domínio se consolidou na perspectiva de tutela. Com base nas discussões apresentadas, surgiu uma hipótese quanto à lei de 1611, acreditando-se que com ela já se haviam encaminhado mudanças substanciais que se consumaram ao final do século XVII, principalmente no tocante à administração de certos aldeamentos nas mãos dos civis e militares, porque nela foi reafirmada a função dos capitães de aldeias seculares, casados e de bons costumes.

Na colônia os aldeamentos foram os espaços de disputas porque se concentrava mão-de-obra. Ao final do século XVII e no XVIII, com a economia do ouro nas Minas, ampliaram-se o uso do trabalho indígena nos diferentes tipos de propriedades desde as datas minerais das sesmarias, mas mantendo no discurso enraizado os pretextos para a sua civilidade sob proteção, educação e assistência. O índio, como objeto de domínio, por lhe conferirem uma natureza incompleta e incapaz, deveria ser tutelado. O domínio gera e fundamenta o direito de apropriação do gentio, deixando a disputa em torno da escravidão do índio para transformá-lo em trabalhador sob tutela.

Em Minas, apesar de não ter contado expressivamente com a presença dos jesuítas, a Igreja e outras ordens religiosas assumiram a catequese. Outra diferenciação do restante da colônia se faz pertinente quanto aos sertões de Minas, onde os gentios ficaram mais entregues às expedições e milícias, numa ação militarizada ou aos sesmeiros (seculares). Com ou sem jesuíta, apesar das diferenças existentes com os colonos, fica clara a dimensão do domínio sobre o outro se tornando na base da relação com o gentio.

As maneiras que deram forma ao *dominium* esclarecem a problemática em torno do controle sobre as populações indígenas. O *dominium* se refletiu na política indigenista mesmo após a expulsão dos jesuítas, e mais, apesar das mudanças nessa política, seus princípios, como a tutela, o trabalho, a civilização, a

⁷⁴³ Documento n. 7, 10 de setembro de 1611, Carta de Lei. In: Thomas. *op.cit.* 1982. p. 230.

conversão e o aldeamento, permaneceram, e a guerra justa conforme as circunstâncias, no século XVIII, eram decretadas.

A idéia de tutela vem da concepção de incapazes e de instáveis. Daí o aldeamento seria o espaço propício para aprenderem a disciplina convivendo com regras e horários. Assim, a conversão ficaria garantida pela tutela, permitindo a correção do gentio. O aldeamento serviria à incorporação do índio à sociedade colonial, sob a égide de administradores.

A condição jurídica do índio formulou-se com base nas premissas tutelado, aldeado, livre ou cativo pelos quatro títulos legítimos, e sob a definição de *dominium* mesmo livre era tutelado – liberdade sob tutela –, afinal ele é visto como humano só que incompleto e incapaz de gerir sua vida. Uma liberdade vigiada com sujeição ou escravidão justificada. A vida desses povos foi modificada: incutiram-lhes uma fé, uma lei e um rei distantes, mas próximos e presentes por intermédio dos jesuítas. Após a expulsão da Companhia, o terreno estava arado. A vida dos índios estava condicionada ao relacionamento direto com os colonos na terra, com demais administradores religiosos, civis ou militares, representantes do rei, da lei e da fé, sob *Dominium*.

3.1 Os Planos de conquista, catequese e civilização

3.1.1A Catequese e a administração dos índios

Os planos de catequese e civilização esclarecem muito mais da abrangência do pensamento em aniquilar a resistência dos índios do que a preocupação de converter as populações indígenas à fé e ao ideário civilizador. Ao discutir os planos, desvendam-se as intenções de dar um jeito a tanta gente espalhada causadora de problemas. Os argumentos, nas propostas, sempre convergem num ponto comum de interesses. Geralmente, iniciam-se com o ideal da catequese e terminam concluindo com os benefícios que se podem atingir com a civilização do gentio: terras e mão-de-obra. Dentre os administradores eclesiásticos dos índios para os sertões das Minas estão: padre José Rodrigues Martins Pimenta, vigário de Cuieté; padre José Pereira Lidório, diretor dos Botocudos em São Miguel de Jequitinhonha; padre Francisco da Silva Campos, cura dos Pataxós e depois

capelão dos Coroados; o missionário padre Manuel de Jesus Maria e vigário da matriz do mártir São Manuel dos Sertões do Rio Pomba e Peixe, dos índios Cropós e Coroados e outros.⁷⁴⁴ O Diretório dos Índios regulamentou as funções dos administradores, determinando a execução dos Planos de Catequese e Civilização, por isso a estreita relação de um com o outro.

A escolha de se discutir o Diretório dos Índios para Minas com paralelos ao Diretório dos Índios do Pará e Maranhão conduz a avaliações das semelhanças no pensamento de um projeto de política indigenista mais amplo no Brasil. As especificidades das Minas não deixam de ser entendidas num plano global, sendo mediadas as distinções quando se revêem as ações e alguns pontos na legislação particularizados para as áreas de sertões e de ouro. Por isso, na análise dos Diretórios, das leis e dos Planos se recuperam as cartas dos governadores por trazerem uma gama de informações e notícias mais próximas das descrições da realidade colonial. O conjunto de Instruções e cartas entre autoridades permite apreender o que de fato incomodava na realidade, mesmo que sejam versões oficiais. As notícias e comentários analisam a realidade com o objetivo de tomar as decisões mais adequadas pelas autoridades. Nelas as autoridades se valiam de advertências aos colonos ou, ao contrário, autorizava-lhes as entradas e aos sesmeiros, a ocupação do território. A administração dos índios tinha uma única finalidade ao aldeá-los: institucionalizar o *dominium*. Conforme a situação anunciada, legislava-se regulando a relação com os indígenas. Além do mais, as cartas fazem referência aos requerimentos da população e das queixas. De posse das informações, as autoridades trocavam idéias decidindo sobre a realidade. Afinal, os Planos nasceram da realidade vivida, eram propostas criadas com base na experiência, mas em parte eram idealizados porque a partir da realidade projetavam um ideal a ser atingindo, o que na maioria das vezes não se tornou possível.

A amostragem do conjunto documental permite a análise crítica, evitando prender-se apenas a uma discussão teórica, aproximando-se da prática. Daí avaliar até onde foi aplicada a lei e com base em quais circunstâncias se impunham adaptações. As direções apontadas nas medidas indicam o leque das variantes na política indigenista formulada conforme os fatos se interpunham na prática cotidiana.

⁷⁴⁴ Waldemar de Almeida Barbosa. *História de Minas*. Belo Horizonte: Editora comunicação. v. 2, 1979.p273.

O conjunto de correspondências, os Diretórios, os Planos e instruções informam os acontecimentos na colônia, as tentativas de catequese e civilização dos índios, os avanços e fracassos, possibilitando também acompanhar as reações dos índios, o grau de assimilação à catequese e civilização ou a recusa aos padrões europeus. Optamos por discutir os Planos de Catequese e Civilização dos Índios ordenados por uma seleção dos conteúdos e pela dimensão temporal que alcançaram. Agrupamos os projetos de maior expressão. Por serem muitos propusemos um levantamento dos aspectos que mostram as permanências na política indigenista e as alterações implementadas. Ainda, relacionamos aos Planos as propostas de civis, militares e sertanistas, por terem o contato direto e constante com as populações indígenas nas entradas pelos sertões e por manterem os governadores informados.⁷⁴⁵

A preocupação em povoar a terra era descrita pela presença numerosa do bárbaro, na dimensão territorial; faltavam braços para colonizá-la, “carecendo de muitos mil para povoallas, e cultivallas, colher os fructos, e defendel-os dos perigos que as apetechem e procurão conquistar”.⁷⁴⁶ A catequese foi formulada com base na opinião de que era impraticável a guerra contra a vastidão dos gentios. Também, entendia-se como princípio cristão converter o “infinito gentio barbaro, que não tem fé, lei, nem Rei, nem forma de Republica, e vivem sem jugo, atropelam as leis da natureza, não fazem diferença de mães, e filhas para satisfazerem a sua lascívia”.⁷⁴⁷ Dessa maneira, os Planos de catequese contemplavam aspectos de ordem espiritual e temporal: “No Espiritual fazendo a Deos o melhor serviço na conversão de milhões de almas daquelle gentilismo [...]. e no Temporal vindo para a

⁷⁴⁵ Padre Francisco da Silva Campos. RAPM. Ano II Fasc 4 out. dez. de 1897. Ouro Preto, Imprensa Oficial. 1897. Catequese e Civilização dos Indígenas da Capitania de Minas Gerais. Diretório - RAPM. Ano II Fasc 4 out. dez. de 1897. Ouro Preto, Imprensa Oficial. 1897 “Directorio que se deve observar nas Povoações dos Indios da Capitania de Minas Geraes, enquanto Sua Alteza Real não mandar o contrario” BNL. OS ORIZES CONQUISTADOS, OU NOTÍCIA DA CONVERSAM DOS indomitos Orizes Procazes, povos barbaros, & guerreyros do Certão do Brasil, novamente reduzidos á Santa Fé Catholica, & a obediencia da Coroa Portuguesa. Dedicado ao Serenissimo Principe do Brasil Noffo Senhor Lisboa na oficina de Antonio Pedrozo Galram. Ano de MDCCXVI. Joseph Freyre de Monterroyo Mascarenhas. Padre Manoel de Jesus Maria. Sobre os índios do Pomba. RAPM. Ano II, fasc. 2º, Abr.- Jun. de 1897, Ouro Preto, Imprensa Oficial. José Bonifácio de Andrada e Silva. *Apontamentos para a Civilização dos Índios Bárbaros do Reino do Brasil*. In: George C. A. Boehrer. Edição crítica. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1963. (Biblioteca Nacional de Lisboa). Tenente Coronel do Regimento de Cavalaria Auxiliar da Capitania da Bahia – 1789. O Plano sobre a civilização dos índios no Brasil apresentado ao senhor Dom João por Domingos Alves Branco Muniz Barreto – 52-VIII-35. In 4º e 94 fls. (Biblioteca Nacional de Lisboa). As referências dos demais Planos e do conjunto de correspondência são apresentados na medida em que se desenvolve a discussão.

⁷⁴⁶ BNL COD. 11259 F. 4829. fl. 3-4.

⁷⁴⁷ BNL COD. 11259 F. 4829. fl. 1-29.

comunicação dos brancos nas suas cazas, lavouras e fabricas, onde como trabalhadores ganhando seus salarios, e não como escravos, se augmenta o commercio, e com elle as rendas de V. Magestade".⁷⁴⁸ As funções da catequese eram as mesmas para todas as partes da colônia, mas a realidade prática levava a confrontos inevitáveis com os índios dos sertões.

3.1.2 O Pensamento Religioso e os Planos de Catequese e Civilização dos Índios

3.1.2.1 O Padre Manoel de Jesus Maria

O padre Manoel de Jesus Maria, "natural da freguesia de Santo Antônio da Caza Branca, do Bispado de Mariana," em 1767, fazia uma petição para ser vigário da Matriz da freguesia nova do Mártir São Manoel dos sertões dos rios do Peixe e Pomba, sob jurisdição do mesmo Bispado. Apresentava como justificativa do seu intuito cristianizar e civilizar os Cropós e os Croatos, índios bravos dos matos e sertões, porque "não houve sarcedote algum, que quisesse expor a Sua Vida ao perigo grande, e trabalho que no ditto Exercício se Experimentão; e Sendo o Supp.te creado primeiro Vigário da ditta paragem, ali se acha vivendo entre aquelles bárbaros, pello zello da fé, e Serviço de V. Mag.de Cathequizando-os baptizando-os, e Civilizando-os".⁷⁴⁹ Ao compor o Plano, o padre refere-se às ordens régias recebidas pelo governador da capitania, o que confirma a existência de um conjunto de idéias que deu forma ao Plano de catequese e civilização dos gentios nas Minas.

O padre reafirma que, "em virtude das Ordens Régias, que têm, quer fazer Aldêar; por diversas partes os Índios do Matto, que se achão dentro da mesma Cappitania; e para esse effeito tem enviado as Expedições Convenientes, e preparos necessarios em quanto ao Temporal, e o mesmo Está prompto fazer, quanto ao Esperitual, havendo Sacerdotes, que Com Provizao de Vossa Senhoria, hajão de ter jurisdição Espiritual para Parrochos daquelles índios, que abraçarem a

⁷⁴⁸ BNL COD. 11259 F. 4829. fl.1-29.

⁷⁴⁹ RAPM. Ano II, fasc. 2º, Abr.- Jun. de 1897, Ouro Preto, Imprensa Oficial. Sobre os índios do Pomba. p.354.

Ley de Christo, e se poderem Aldêar".⁷⁵⁰ Na provisão de vigário, o padre era encarregado de ensinar a doutrina cristã aos índios das aldeias "modificando-os e reduzindo-os a Santa fé Catholica, e aos mais, que della necessitarem".⁷⁵¹ Dessa maneira, estava amparado legalmente, com aval do Bispado e da Câmara Eclesiástica de Mariana. Obteve, também, o reconhecimento do poder civil, representado nas figuras do ouvidor e do governador Luis Diogo Lobo da Silva, que ordenou ao capitão Jozé Gonçalves Vieyra dar índios que ele civilizou para acompanharem o padre na diligência de aldear os bravos numa nova povoação.⁷⁵²

O padre Manoel de Jezus Maria foi provido ao cargo aspirado por provisão do Arcebispo e Cônegos da Catedral de Mariana, sede episcopal, "por tempo de um ano, se antes não mandar-nos o contrário, em ocupação de Vigário Encomendado da nova Matriz". Na provisão, as responsabilidades do novo cargo eram evidenciadas. Cabia ao Padre Manoel de Jezus na direção dos índios "administrando-lhes os sacramentos, e absolvendo-os de todos os pecados, exceto os reservados atuais, voluntários, concumbinatos, e ocasiões próximas, e lhe encarregamos muito a boa direção das suas almas".⁷⁵³ Entendia-se que os ensinamentos católicos forneceriam os subsídios à mudança dos hábitos dos gentios para conduzi-los aos hábitos civilizatórios.

A catequese era um projeto global para os índios do Brasil. Mesmo que fosse adaptado às realidades locais, deveria interligar as intenções de norte a sul. A recorrência constante às decisões das autoridades civis a partir da segunda metade do século XVIII indica cautela e reverência dos religiosos ao pensamento leigo na gerência da administração dos índios. Quer-se dizer com isso que não houve exclusão dos padres, até porque a orientação da administração dos índios era fundamentalmente religiosa, mas que os padres passaram a conviver com a pressão dos leigos. Em razão dos abusos dos padres na condução dos assuntos dos índios, tornou-se obrigatória uma seleção mais criteriosa daqueles que fossem administrar os aldeamentos.

⁷⁵⁰ RAPM. Ano II, fasc. 2º, Abr.- Jun. de 1897, Ouro Preto, Imprensa Oficial. Certidão de Provisão de Vigário. 24/02/1768. p.355.

⁷⁵¹ RAPM. Ano II, fasc. 2º, Abr.- Jun. de 1897, Ouro Preto, Imprensa Oficial. Provisão. 24/02/1768. p. 356.

⁷⁵² RAPM. Ano II, fasc. 2º, Abr.-Jun. de 1897, Ouro Preto, Imprensa Oficial. Reconhecimento. 8/03/1768. p.357. Certidão de huma Portaria do Governador. 24/02/1768. p.357. Ver a Portaria. 05/12/1767. p.358.

⁷⁵³ RAPM. ANO II, fasc. 2º, Abr.-Jun. de 1897. Ouro Preto, Imprensa Oficial. 2 de set. 1767 p.355 e 356.

As áreas do rio Pomba foram marcadas por confrontos sangrentos entre índios Coroados, Coropós e exploradores. Na primeira metade do século XVIII, o capitão-mor Luís Borges Pinto explorou a região, fixou-se em Guarapiranga, de onde organizou combates violentos e apresou os índios. Em 1750, foi a vez do capitão Inácio de Andrade, que continuou os confrontos. Assim, Luís Diogo Lobo, quando assumiu o governo da capitania, solicitou ao cabido de Mariana que indicasse um sacerdote na condução da catequese e civilização dos índios. Foi quando se ofereceu para a missão o padre Manuel de Jesus Maria, permanecendo na administração dos índios de 1767 até aproximadamente 1811, ano de seu falecimento. Em 1770, foi concedida uma sesmaria de duas léguas e meia aos índios, que foram aldeados.⁷⁵⁴

O doutor Ignacio Correa de Saá, cônego doutoral na Catedral de Mariana e comissário do Santo Ofício, atestava em favor da conduta do padre Manoel de Jesus Maria, merecedor do hábito de São Pedro, natural da freguesia de Santo Antonio da Casa Branca, do Bispado de Mariana. Confirmava o doutor Ignácio a capacidade e a idoneidade do padre, de vida exemplar e costumes, para fins de se criar uma nova freguesia nos sertões dos rios Pomba e Peixe. Destacava, ainda, as qualidades do padre com “incansável zello, fervor, e Caridade, em Aldeyár, Cathequizar, domesticar, e Civilizar os dittos Índios, Com paternal Amor, girando a pé, por mattos incultos, para hir a varias Aldeyas”,⁷⁵⁵ além de reduzir os índios brabos daqueles sertões.

Os sertões do Pomba eram objeto de interesse da colonização que, para se completar, prescindia da civilização e catequese do gentio, assegurando a extração das riquezas. O Governador em 1768 ao mencionar a ordem do Secretário de Estado Francisco Xavier de Mendonça Furtado de 12 de fevereiro de 1765 e a Carta Régia de 14 de setembro de 1758 não o fazia por lembrança simplesmente, mas qualquer solicitação pertinente aos planos dos índios deveria convergir para o objetivo principal de que “se atraíão, Civilizem, e Cristianizem os Índios dos seus Domínios deste continente, mas se estabelecção deles lugares, e povoações, para os quais lhe manda dar Vigários, e Diretores de qualidades [...] e distintamente estende pelo referido aviso aos Índios desta Capitania, interessando-me igualmente na

⁷⁵⁴ Cf. APM. SC. 315. Cód. Ver tb: Waldemar de Almeida Barbosa. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995. p. 286 e 267.

⁷⁵⁵ 28/02/1768. RAPM. Ano II, fasc. 2º, Abr.-Jun. de 1897. Ouro Preto, Imprensa Oficial. .362. e 363.

Conversão, Civilidade, e estabelecimento deles".⁷⁵⁶ Dessa maneira, o governador, como autoridade, ordenava à Real Fazenda que adiantasse metade da cônica no valor de duzentos mil reis ao vigário.⁷⁵⁷ Além da cônica, aprovou as despesas com os índios.⁷⁵⁸

O padre Manoel de Jesus Maria listou o dispêndio com a redução, responsável na catequese dos Cropos e Croatos, fez um balanço da situação e dizia que os índios foram sujeitados "à vontade" do Governador Luiz Lobo Diogo da Silva, como orientara assim se podendo "entrar para o sertão".⁷⁵⁹ A missão do padre cumprira o objetivo, mas a catequese deveria ser mantida para se asseverar a continuidade dos bons resultados. O padre, numa carta, argumentava que não podia mais investir para desenvolver a civilização dos índios em razão de lhe faltarem suprimentos e vestuário. Dizia, ainda, que se encontrava sozinho no sustento da escola das crianças indígenas e os mantimentos saíam de seu patrimônio pessoal. Alertava que a maior parte dos índios estava abandonando a Aldeia da Matriz em direção aos matos para procurar "puayas" (raízes medicinais do sertão).

O padre, ao observar a dispendiosa conquista do gentio acrescentava que seu patrimônio estava exaurido. Vendeu inclusive as terras que tinha "para sy no Ribeirão de São Manoel em tempo que no dito ribeirão, não havia nem tinha havido Cituação alguma de Indios, as quais terras vendeo a Manoel Vieira de Souza por Cento e setenta mil reys, e Antonio Vieira de Souza por Cento e sessenta mil reis nos annos de mil sete centos e setenta e cinco, e de mil sete centos e setenta e oito tudo para a depeza da Conquista, e alguma com a Igreja, Como tambem vendeo a Pedro Lemes Duarte terras". Dessa maneira, explicava que se endividara "e ainda se acha empenhado pagando juro, e ameaçado para ser executado".⁷⁶⁰ A catequese era uma obra que deveria ser constantemente nutrida. Sem a sustentação necessária, os índios largavam os aldeamentos e voltavam à vida de antes, era como um retrocesso.

⁷⁵⁶ RAPM. Ano II, fasc. 2º, Abr. – Jun. de 1897. Ouro Preto, Imprensa Oficial. Certidão de duas Portarias do Governador, e de hum aviso da Secretaria do Estado. 19 de novembro de 1767. p.359 e 360.

⁷⁵⁷ RAPM. Ano II, fasc. 2º, Abr. – Jun. de 1897. Ouro Preto, Imprensa Oficial. Certidão de duas Portarias do Governador, e de hum aviso da Secretaria do Estado. 19 de novembro de 1767. p.359 e 360.

⁷⁵⁸ RAPM. Ano II, fasc. 2º, Abr. – Jun. de 1897. Ouro Preto, Imprensa Oficial. Ver: p.361 e 362.

⁷⁵⁹ Índios dos Sertões do Pomba. RAPM. Ano III, fasc. III e IV. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, julho a dezembro de 1898.. p.761-765.

⁷⁶⁰ Índios dos Sertões do Pomba. RAPM. Ano III, fasc. III e IV. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, julho a dezembro de 1898I.p. 763.

Num despacho, para mediar a situação conflitante dos índios do Pomba, o governo deferiu permissão para a abertura dos caminhos às pessoas civilizadas que preenchessem o requisito de bons cristãos para dar exemplos aos índios. Apesar de as terras dos índios serem proibidas à concessão de sesmarias, a resolução não era obedecida, complicando ainda mais a situação os povoadores, e os moradores “dezeirão hé que se destruão os Indios, e se lhe repartão as suas terras [...]”.⁷⁶¹ Embora o padre justificasse à Coroa as vendas das suas terras pelo bem da civilização dos índios, não deixava de aspirar a uma recompensa diante de toda a circunstância. Assim, requereu o título de sesmarias das terras onde ele estava cultivando. Com o pedido de concessão, apregoava sua obra de conservar as nações de índios Croatos, Cropós e Guarulhos em paz.

O pároco dos índios Cropós e Croatos, que viviam no rio Turvos, com vertente no rio de Guarapiranga, adentrou os sertões dos rios da Pomba e Peixe das Minas Geraes com os diretores nomeados em 1768. A entrada conseguiu “reduzir e catequizar consideravel parte dos Indios, mas tambem crear huma Friguezia”.⁷⁶² O governador, por despacho de 27 de agosto de 1799, decidiu que ficava “*composta a Freguezia da Pomba de pessoas que entrassem para dentro dos seus limites, sendo o suplicante e os Gentios os primeiros habitantes, cuja população já excede a tres mil pessoas; esta nova Freguezia que se augmenta de dia, em dia com a entrada de novos Colonos, e frequentes casamentos, e pella fertilidade do Rio e de terras adjacentes foi Sua Magestade servida* Collar pelos annos de 1772, dignando-se ao mesmo tempo apresentar nella ao suplicante, que continuou sempre a servir com zelo, fadiga, despeza, perigo de sua saude, e vida, não sessando por isso o Suplicante de girar a bem do seu Ministerio pellas Aldeias dos Indios; e Rio da Pomba, e Peixe”.⁷⁶³

As ações políticas registradas concernentes aos índios possibilitam perceber a interferência cultural cristã européia em nome de um ideal que se inscrevia sob a defesa do “bem da civilização”. As estratégias lançadas de desapropriações das terras indígenas desde a guerra oculta sob a artimanha da catequese, até a maneira como se organizou a distribuição de sesmarias integram as relações sociais na colônia. “O contato de portugueses e mamelucos com os

⁷⁶¹ Índios dos Sertões do Pomba. *RAPM*. Ano III, fasc. III e IV. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, julho a dezembro de 1898 p. 764.

⁷⁶² BNL. PBA 643 F. 1632. N.7 fl.373.

⁷⁶³ BNL. PBA 643 F. 1632. N.7 fl.373, grifos nossos.

nossos indígenas constitui página das mais dolorosas de nossa história, pois é um desenrolar de atrocidades inacreditáveis".⁷⁶⁴

Laura de Mello e Souza⁷⁶⁵ analisa a edenização construída do trópico pelo português. Tomou como ponto de reflexão o estranhamento perante o outro, ou seja, o índio e seus costumes se encontravam na condição de animalidade, o modo como viviam era visto como absurdo e bestial. A exótica aberração dos costumes indígenas foi transferida no alicerce da conversão, os planos de catequese e civilização somente teriam um sentido se as populações ameríndias configurassem numa finalidade religiosa cuja condição se justificava a conquista.

3.1.2.2 O Padre Francisco da Silva Campos

O padre Francisco da Silva Campos foi nomeado capelão cura dos índios Coroados em 1791, da Capela de São João Batista pelo Visconde de Barbacena, depois de servir seis anos de Cura dos índios Pataxós de Santa Cruz do Rio da Casca da Capela da Ponte Nova. O padre denunciou a calamidade da catequese e da civilização dos indígenas da capitania de Minas Gerais,⁷⁶⁶ solapados à condição miserável e à falta de meios para educá-los. A Junta da Real Fazenda de Vila Rica autorizou o padre a comprar mantimentos para o sustento dos índios que freqüentassem a escola, localizada nas extremidades das freguesias de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga e Forquim com a freguesia da Pomba.⁷⁶⁷

A solicitação do padre não se encerrava por aí. Também pedia autorização para a abertura de estradas, facilitando a comunicação das povoações

⁷⁶⁴ Waldemar de Almeida Barbosa *História de Minas*. Belo Horizonte: Editora comunicação. v. 2, 1979. p.285.

⁷⁶⁵ Laura de Mello e Souza. *O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

⁷⁶⁶ RAPM. Catequese e Civilização dos Indígenas da Capitania de Minas Gerais (p. 685-733). Avisos de 26 de março do ano passado, 23 de junho e 12 de agosto do presente ano, mandei remeter ao Conselheiro Ultramarino os requerimentos e papéis do padre Francisco da Silva Campos, com a informação que eles deu o visconde de Barbacena. 18 de set. 1801. Carta De D. João. = a seguir vem o = Despacho de 3 e 21 de agosto de 1801.

⁷⁶⁷ RAPM. Ano II, fasc 4 out. dez. de 1897. Ouro Preto, Imprensa Oficial. 1897. Catequese e civilização dos indígenas da capitania de Minas Gerais (p. 685-733). Avisos de 26 de março do ano passado, 23 de junho e 12 de agosto do presente ano, mandei remeter ao Conselheiro Ultramarino os requerimentos e papéis do padre Francisco da Silva Campos, com a informação que eles deu o visconde de Barbacena. 18 de set. 1801. Carta De D. João. = a seguir vem o = Despacho de 3 e 21 de agosto de 1801.

dos rios Novo e Formoso com o sertão até Paraíba e Paraibuna pela parte sul. Os rios Novo e Formoso desaguam no rio Pomba, onde havia duas nações de índios: a dos Coroados e a dos Puris.

As estradas iriam promover o contato com os Puris e a povoação do sertão entre as três capitanias: Minas, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Além disso, como consequência, explicava que ampliaria o comércio de gêneros vegetais. Ao ser evidenciada a necessidade de contato com os índios aproximando-os da catequese, o comércio estaria assegurado de investidas, assim o padre tocava num ponto forte de interesse de colonos e do Estado. As riquezas seriam viabilizadas pelo comércio do sertão de madeiras como cedros, sucupira e outras; o mesmo ocorreria com as ervas, frutos e os cobiçados minerais como topázio, esmeralda, rubi. Após serem listados os produtos da região, o padre afirmava o mais importante, que seria evitar o ataque dos gentios às fazendas, que estavam provocando o abandono dos donos por não conseguirem resistir aos assaltos e mortes.⁷⁶⁸ No discurso de convencimento das autoridades, o capelão classificou o Tapuia do Brasil como selvagem, estúpido e rude, agraciado pela natureza, obtendo fartura facilmente dos frutos da terra, da caça e da pesca. Defendeu, também, a irredutibilidade dos índios à civilização, a inutilidade da mão-de-obra para cristãos ou cidadãos úteis: “Hé impossível reduzi-lo ao trabalho de que não precisa viver. A defículdade mais árdua para a sua educação he inspirar-lhes amor pellas comodidades da vida, e enocular nas suas almas pellos verdadeiros prazeres o amor da Propriedade que elles não conhecem, e que só he capas de faze-llos sahir da apatia natural em que vivem”.⁷⁶⁹

O padre Francisco da Silva, como capelão Cura dos índios Coroados, após três anos definiu como inútil e dispendioso catequizar, instruir e fazê-los hábeis membros da sociedade. Por serem somente regidos pela “natureza corrompida”, apenas “mereceriam o nome de infelizes se lhes não pertencesse a gloriosa sorte de serem Vassallos da Alteza Real”.⁷⁷⁰ Alegou que os administradores incumbidos da catequese eram ambiciosos, não seguiam as “intenções” da Coroa, tratando os índios com “desprezo, penúria e desumanidade,” ocorrendo que eles deveriam ser

⁷⁶⁸ RAPM. Ano II, fasc 4 out. dez. de 1897. Ouro Preto, Imprensa Oficial. 1897. Catequese e civilização dos indígenas da capitania de Minas Gerais. p. 686-687.

⁷⁶⁹ RAPM. Ano II, fasc 4 out. dez. de 1897. Ouro Preto, Imprensa Oficial. 1897. Catequese e civilização. p. 687.

⁷⁷⁰ RAPM. Ano II, fasc 4 out. dez. de 1897. Ouro Preto, Imprensa Oficial. 1897. Catequese e civilização. p. 688-692.

“alunos da vida social”.⁷⁷¹ Como era a terceira vez que o capelão se manifestava ao Estado sobre a matéria, denunciando a corrupção na administração dos índios, tudo leva a crer que havia descaso ou o Estado fazia vista grossa à situação.

O Diretório foi uma tentativa de remediar a má conduta dos administradores e de integração dos índios ao modelo europeu. Como paralelo serviu à realidade das povoações dos índios da capitania de Minas nas *Instruções* de 1759, que determinavam a obrigatoriedade do ensino da língua e da doutrina cristã, máxima aplicada aos domínios dos povos conquistados. O idioma er “um dos meynos mais efficazes para os apartar das Rusticas barbaridades de Seus antigos Costumes, e ter Direcção com que interinamente se devem regular os Índios das novas Villas, e Lugares, que S. Magestade Fidelissima manda Erigir das Aldeas pelo que pertence as que estão cituadas nesta Cappitannia de Pernambuco, e suas annexas [...]”.⁷⁷² Cabia-lhe erigir duas escolas públicas nas vilas para atender separadamente à educação feminina e a masculina. A civilização dos gentios estava condicionada à idéia de se ter de apagar toda e qualquer expressão de seus costumes. Para isso, deveriam receber no batismo um nome cristão e português e todas as vilas criadas seriam nomeadas com base na origem portuguesa. Nas *Instruções* encontra-se o registro de Termo feito pelo governador Luiz Diogo Lobo da Silva ao nomear o diretor e mestre de escola dos índios. Reforçava o conselho de seguirem as orientações do Diretório e de “obrigá-los quanto fosse justo pelos meios da brandura, e suavidade, a fim de que ajudados com a sua doutrina vençam as trevas da ignorancia em que se acham envolvidos para com o conhecimento da Razão, e do beneficio, que se lhes seguia venham com facilidade a não lhe ser custozo os justos meios, que se lhe ofereciam para a sua maior utilidade temporal, e Espiritual, e que eles Director, o Mestre tem a maior gloria, e devem trabalhar com o seu exemplo a conseguila na certeza de ser o meio mais eficaz para senão afastarem da nova regularidade, que pelos seus empregos ficam na obrigação de lhes propor; e de como assim o prometerão executar, e de não tirar dos ditos habitantes directa, ou indirectamente cousa alguma”.⁷⁷³ O Termo reafirmava a

⁷⁷¹ RAPM. Ano II, fasc 4 out. dez. de 1897. Ouro Preto, Imprensa Oficial. 1897. Catequese e civilização. p. 689.

⁷⁷² AHU, Pernambuco, 1759, 26 de fevereiro, Cx. 59, doc. s.n.fl. 3-4.

⁷⁷³ AHU, Pernambuco, 1759, 26 de fevereiro, Cx. 59, doc. s.n. fl. 44-45.

conduta esperada do diretor e o lembrava de ministrar o ensino conforme a cartilha.⁷⁷⁴

O padre encaminhou um plano de catequese com fundamento no antigo Diretório, no qual afirmava a necessidade de um capelão cura, um mestre e inspetores para a catequese, conforme um regime de 150 índios. O sustento e o vestuário seriam garantidos nas despesas da Real Fazenda com escravos, com os meios de fazer a cultura, a construção de engenhos para farinha, a capela, os moinhos e obras indispensáveis. Era preciso mostrar que se podia fazer economia diminuindo as despesas, daí, na apresentação do plano, expunha o que era gasto com cada índio e como usaria os escravos negros, propondo que quando terminassem o serviço poderiam ser vendidos novamente, dessa maneira, lucrando.

Os índios teriam aprendido o trabalho com os civilizados, possibilitando, assim, a continuidade do aprendizado. Na exposição das preliminares, esclarecia o objetivo do plano ao citar as nações de Botocudos que entravam em guerra e destruíam toda a obra e a produção da região. Eram eles os Mandalisa, Maxaculis, Pendis, Capoxis, Panhamis, com Manaxós, Pataxós, moradores do rio Doce para o sul. E o rio era a divisa entre eles. Os Botocudos faziam guerra com o padre e com os Puris, bem como este último também fazia guerra ao padre. Até as margens do rio Guarapiranga só havia paz nas vertentes do rio Pariba e com os Goiacases.⁷⁷⁵ O bem público, de interesse de um príncipe, não poderia prescindir da catequese; o benefício da doutrina cristã modificaria o gentio, “homens errantes pelos bosques, confundidos com as feras”,⁷⁷⁶ instruindo-os e tornando-os úteis à sociedade e, com a transmissão da religião católica, se tornariam estáveis e permaneceriam junto de seus descendentes. Para empreender o plano, dizia da necessidade de uma companhia composta de homens zelosos. e então, após expostos seus argumentos, apresentou os artigos que deveriam reger a Companhia. Ao todo são sete artigos. No primeiro, sugere que a companhia deveria erguer uma vila de 600 fogos, com o nome de Vila Índia de Dom João, nas margens do rio Pomba para onde seriam levados os índios conforme o Alvará de 1748 de Dom Jozé com a finalidade de civilizá-los e torná-los úteis ao Estado. No segundo

⁷⁷⁴ AHU, Pernambuco, s.d, Cx. 59, doc. s/n.,ms.

⁷⁷⁵ RAPM. Ano II fasc 4 out. dez. de 1897. Ouro Preto, Imprensa Oficial. 1897. Catequese e civilização dos indígenas da capitania de Minas Gerais. p.692.

⁷⁷⁶ RAPM. Ano II fasc 4 out. dez. de 1897. Ouro Preto, Imprensa Oficial. 1897. Catequese e Civilização. p. 694.

artigo propõe a construção da Câmara, a Cadeia, o Registro e um Quartel, símbolos do domínio colonial, e no terceiro seria parte da estratégia construir uma “Casa de Educação ou Seminário” para educar nos conhecimentos da religião cem novos índios selvagens e ensiná-los as artes, profissões e o sacerdócio.⁷⁷⁷

Ao longo do detalhamento de seu plano, remete às leis régias anteriores, numa exaltação do padre ao trabalho e a utilidade por motivos óbvios do uso da mão-de-obra tanto para ele quanto para servirem aos colonos e ao “real serviço de sua majestade”. No quarto artigo, percebe-se que os argumentos se alicerçavam no sustento do Seminário, das demais despesas com médico, botica, mestres, e dos índios, com isso a fundação de uma fazenda de cultura de açúcar e mais produções que gerariam rendimentos para a manutenção da obra de cateques,⁷⁷⁸ necessidades que foram já expostas desde Nóbrega e a Companhia de Jesus.

A catequese funcionaria como o meio mais adequado de ensinar ao índio o trabalho e o convívio com os civilizados. Com isso, os outros objetivos seriam alcançados. No quinto artigo desenvolve, retomando a abertura de estrada do Porto das Canoas, do rio Pomba até a Vila de São Salvador em Campos dos Goitacases promovendo o comércio e a comunicação. O capelão, tomando como experiência o contato com o gentio, propõe aplicar o mesmo com os Puris, como estava fazendo com os Coroados (cf. o sexto artigo do Diretório para Minas). Finalmente, no sétimo ponto, reforça sua idéia de cultivar nos bosques os grãos para o sustento, além de açúcar, café, algodão e o que fosse necessário para o comércio. Todo o plano estava articulado para provar como a catequese poderia viabilizar outros interesses, porém o capelão, ciente de ocupar um cargo de função humanitária, explicava que os fins da sua proposta e de sua intenção eram civilizar os índios. Unindo-os em povoações e instruindo-os nos conhecimentos da agricultura, do trabalho, das artes e “a serem hum dia capazes de servir, e ser uteis ao Estado, e a Religião”.⁷⁷⁹

No plano, expunha a importância da Companhia para facilitar a comunicação, o transporte abrindo estradas e, conseqüentemente, o acesso à extração de riquezas, de metais, de pedras nos “sertões inacessíveis”. Uma análise

⁷⁷⁷ RAPM. Ano II fasc 4 out. dez. de 1897. Ouro Preto, Imprensa Oficial. 1897. Catequese e Civilização. p. 695.

⁷⁷⁸ RAPM. Ano II fasc 4 out. dez. de 1897. Ouro Preto, Imprensa Oficial. 1897. Catequese e Civilização dos Índigenas da Capitania de Minas Gerais, p. 695 e 696.

⁷⁷⁹ RAPM. Ano II fasc 4 out. dez. de 1897. Ouro Preto, Imprensa Oficial. 1897. Catequese e Civilização. p. 696, grifo nosso.

crítica indica que a todo custo o capelão ambicionava, na verdade, com a catequese e civilização do gentio abocanhar sob sua administração as riquezas, insistindo na idéia de incentivar o comércio e aumentar o número de vassalos “cujos braços nos trabalhos multiplicarão os Direitos, que se hão de pagar a Metrópole pello adiantamento da Cultura de terras desertas”.⁷⁸⁰

Nas anotações do projeto do padre Francisco da Silva Campos e Capelão cura dos índios Coroados, os interesses econômicos sobressaem defendendo privilégios à Companhia para a realização de tantas tarefas, sem modéstia os enumera. Primeiro: somente a Companhia pode contratar tabaco na Capitania de Minas pelo período de dez anos, pagando os devidos impostos. Segundo: somente a Companhia pode negociar em madeiras para conduzir pela estrada que se quer abrir ou embarcar pelo rio Pomba pela quinta parte menos do preço que se paga à Real Fazenda. Terceiro: que se concedam as madeiras úteis às margens dos rios para o estabelecimento do empreendimento. Quarto: que se tenham livres passagens e “6 moios de sal por dez anos”, vendendo o contratador por preço taxado. Quinto: que se possa ter, livre de direitos, 190 quintais de ferro, cem de aço e o poder de fabricar ferro.

Os planos de civilização e a catequese do gentio figuram como parte das políticas coloniais, nos modos de governar os povos e as terras. No mesmo documento, como anexo a ele acompanha outro, intitulado Reflexões Importantes,⁷⁸¹ onde são apresentados dez itens exibindo as vantagens da Companhia para o Estado. Resumidamente, o conteúdo tenta mostrar que não haveria custos ao Estado. A proposta do padre não se opõe à Metrópole; entrelinhas dizia que, apesar de o monopólio ser proibido pelo rei, a causa é justa. A Companhia aumentará o domínio sobre os vassalos e cumpriria a função primordial, que é a catequização dos índios, livrando-os do paganismo.⁷⁸²

⁷⁸⁰ RAPM.Ano II fasc 4 out. dez. de 1897. Ouro Preto, Imprensa Oficial. 1897. Catequese e Civilização. p. 696.

⁷⁸¹ RAPM.Ano II fasc 4 out. dez. de 1897. Ouro Preto, Imprensa Oficial. 1897. Catequese e Civilização. p.698 -700..

⁷⁸² RAPM.Ano II fasc 4 out. dez. de 1897. Ouro Preto, Imprensa Oficial. 1897. Catequese e Civilização. (p. 685 – 733). Avisos de 26 de março do ano passado, 23 de junho e 12 de agosto do presente ano, mandei remeter ao Conselheiro Ultramarino os requerimentos e papéis do padre Francisco da Silva Campos, com a informação que eles deu o visconde de Barbacena. 18 de set. 1801. Carta de D. João. = a seguir vem o = Despacho de 3 e 21 de agosto de 1801.

3.1.2.3 Os Leigos, a Catequese e a Civilização dos Índios

A visão de violentos sobre os índios nas capitanias do sul do Brasil, incluindo- as Minas, forneceu a justificativa para conquistá-los e reduzi-los. Vivendo em “guerra contra os Brancos, resultou desta pendencia ensua natural defença, o captivarem alguns destes gentios q trouxerao á povoado e delles se serviraõ nas suas lavouras; instruindoos como catholicos p.a se baptizarem como sempre o fizerão”.⁷⁸³ Assim, a guerra do gentio era interpretada como o motivo de os brancos fazerem guerra contra eles. Os moradores de São Paulo argumentaram que o cativeiro só ocorreu porque era uma defesa instaurada à resistência dos índios. Além do mais, os paulistas diziam a seu favor que seguiam os preceitos de bons católicos e que educavam os índios para também o serem.

O pensamento leigo fundamentou as atitudes contra os gentios tomando como base a própria resistência indígena e a partir disso os planos de catequese e civilização dos gentios seguiram os modelos cristãos para educá-los. Com as justificativas dos planos, a situação era invertida: o problema não era o paulista, mas o gentio, que “por sua grande braveza, e brutalidade, não ser capas de se reduzir no seu Sentro, por nenhuma sorte de micionario os trazião a povoado, e nelle os fazião idoneos p.a por sua livre vontade se admitirem a ley de Jhs’ Christo nosso S.r; E que nestas e outras entradas, em q sempre andaraõ os serenissimos Reys e Senhores nossos de Portugal lhe não impedirão o poderem usar da servidão destas gentes e que sendo asim lhes parecia faziao nisto que alegavaõ grande serviço a Deos e a V. Mag.de”.⁷⁸⁴

As razões das atitudes expostas dos moradores de São Paulo quanto à situação dos índios é que não pretendiam ignorar a máxima que “por nenhua Lei divina nem humana p.la rezão de Catholicos, podemos captivar [nem] violentar nenhua nação inda gentilica ao nosso grêmio pella força do direito natural, sem q elles comcorraõ de sua livre vontade, no que os querem admitir, excetuando somente aquelles que nas suas terras estão sentenciados pella tyrania dos

⁷⁸³ Biblioteca da Ajuda. Palácio Nacional da Ajuda. Lisboa. Ref. COR 2021. Cota 51-IX-33. Título Sobre o cativeiro dos índios. fl. 386-389v.

⁷⁸⁴ Biblioteca da Ajuda. Palácio Nacional da Ajuda. Lisboa. Ref. COR 2021. Cota 51-IX-33. Título Sobre o cativeiro dos índios. fl. 386-389v.

outros".⁷⁸⁵ Mas, informados de que podiam cativá-los sob certas circunstâncias, como a prática da antropofagia de "se cortarem em asougues para sustento daquela Barbaridade", explicavam que, sob tal título, se pretendia "redemirmos a vida e os fazermos christaos sustentandoos e tratando delles como de nós que só por esta rezão nos podemos servir delles, como melhor constara da Bulla q os summos Pontifições considerão a este Reino sobre o gentio de guine".⁷⁸⁶

Em 1751, Pombal recomendava a Gomes Freire "cauteladas contra a cobiça das potencias, o resguardo dos sertões," também anunciou, neste momento, as idéias para a política indígena. Em 1755, iniciava-se oficialmente a política indigenista para o Estado do Grão-Pará e Maranhão, obtendo ápice com as leis que Mendonça Furtado publicara em 1757, de volta do Rio Negro, quando proclamou a liberdade dos índios e acabou com a administração dos missionários nas aldeias elevadas a vilas. Já em 1758, estendeu-se a libertação dos índios a todo o Brasil.

As ações dos paulistas eram esclarecidas lançando os preceitos cristãos determinados e que "não sabião se estava interrompida esta Lei se p.la malicia dos homes se p.la rezão dos sucegos". Dessa maneira, questionavam por que os padres podiam reduzir o gentio além de irem "por trato e negocio a Angolla e a essas mais conquistas a carregarem navios" de escravos da Guiné, afirmando "que os de guine herao directamente captivos".⁷⁸⁷

No pensamento leigo, todas as questões jurídicas do direito divino e dos homens balizavam a catequese, o que se interrogava era por que somente os padres podiam ter o controle dos índios nos serviços.

A legalidade do cativo rendeu muitas discussões. Nas explanações do assunto recorria-se a outras civilizações e à vizinha América espanhola, que "não paresera deshumana comparasao puderao trazer a seu favor a conquista da mesma America, pellos Espanhois; que para se darem atemer e assegurar a sua Monarquia, e descanso usarão algumas Tyrantias não premitidas ásua chrandade eque se lermos as historias antigas, e modernas do Peru, achariamos que inda ávista daquelle tão grande estrago q [nellas] fizerao estão inda deprezente uzando de suas Barbaridades; sendo esta gente mais domestica que estes indomitos,

⁷⁸⁵ Biblioteca da Ajuda. Palácio Nacional da Ajuda. Lisboa. Ref. COR 2021. Cota 51-IX-33. Título Sobre o cativo dos índios. fl. 386-389v.

⁷⁸⁶ Biblioteca da Ajuda. Palácio Nacional da Ajuda. Lisboa. Ref. COR 2021. Cota 51-IX-33. Título Sobre o cativo dos índios. fl. 386-389v.

⁷⁸⁷ Biblioteca da Ajuda. Palácio Nacional da Ajuda. Lisboa. Ref. COR 2021. Cota 51-IX-33. Título: Sobre o cativo dos índios. fl. 386-387f. Bertolomeu Lopes de Carvalho.

entratáveis do Brasil, que nunca por nós foram conquistados mais que [comodoce] da pregação de tantos missionários que tem penetrado esses sertões sendo a nossa Piedade e brandura total motivo de huma universal inquietação despovoando as terras perdendo as fazendas".⁷⁸⁸ No Brasil, a doçura e os métodos brandos da catequese no tratamento aos gentios, como forma de civilizá-los, tornou-se o empecilho ao desenvolvimento da prosperidade da colônia.

A frouxidão no trato com o índio "dandolhe ouzadia a que mui breve de todo nos fizessem despovoar". A colônia estaria sob o poder dos índios se os paulistas, com as entradas no sertão, não tivessem tomado as decisões como fizeram. Eles teriam sido "tragados e comidos".⁷⁸⁹ Observa-se a recorrência de menção às práticas bárbaras como princípio das diretrizes para solucionar o entrave que o índio causava ao bem da colonização.

Entende-se que quanto mais intenso o contato com a realidade, mais se mostrava que os projetos de redução dos índios ofereciam sugestões para adaptá-los à civilização cristã-européia, porquanto sem a conquista dos índios teria o fracasso da conquista do território. As idéias de conversão dos índios caminhavam passo a passo com as situações inusitadas, não obstante sempre se reacenderem as experiências legadas por predecessores e de outras partes da colônia.

Os planos elaborados pelas autoridades civis e militares da colônia para os gentios nem tão distantes estavam dos fundamentos dos planos de catequese e civilização propostos pelos religiosos. O impasse entre ambos estava na escolha de quem iria assumir a administração dos índios e os benefícios que o posto auferia. Com a administração dos índios, o responsável passava a ter o poder de reparti-los, por conseguinte de dispor da força de trabalho dos índios, e indiretamente detinha o controle das terras onde iriam aldeá-los, bem como dos rios e caminhos que cortavam os aldeamentos ou do seu entorno.

⁷⁸⁸ Biblioteca da Ajuda. Palácio Nacional da Ajuda. Lisboa. Ref. COR 2021. Cota 51-IX-33. Título Sobre o cativo dos índios. fl. 387 f. e v. Bertolomeu Lopes de Carvalho.

⁷⁸⁹ Biblioteca da Ajuda. Palácio Nacional da Ajuda. Lisboa. Ref. COR 2021. Cota 51-IX-33. Título Sobre o cativo dos índios. fl. 387 f. e v. Bertolomeu Lopes de Carvalho.

3.1.2.4 O Plano do Capitão Domingos Álvares Branco Muniz Barreto

O capitão de Infantaria do Regimento de Extremos Domingos Álvares Branco Muniz Barreto⁷⁹⁰ traçou um plano de civilização dos índios, em 1789, no qual se percebe muitas idéias em comum com os religiosos, donde se conclui que os Planos para os índios refletiam o pensamento da sociedade colonial. O *Plano sobre a civilização dos Índios do Brasil e principalmente para a Capitania da Bahia*,⁷⁹¹ entregue em 1790, prova que, além do Diretório dos Índios (1757 a 1798), tramitavam outros.

Logo na introdução dos escritos, o capitão dizia que muito se dissertou sobre a riqueza do Brasil e quase nada se pensou da “opressão em que vivem os habitantes que se acharam naquele vasto continente”.⁷⁹²

O Plano foi redigido nos fins do século XVIII, mas guardava a permanência de certas idéias do índio como “semelhante” e imperfeito. O seu “melhoramento servirá de glória, e utilidade a Nação”. Com a premissa de “zelo a religião” justificava o intuito do Plano por se sentir obrigado a contribuir com os índios perdidos em superstições e barbaridades que “pela depravação da sua conduta adoram os vícios, e os costumes em que nasceram”.⁷⁹³

Assim, como os demais idealizadores de planos para os índios, também se posicionava o capitão com a preocupação de trazê-los a “utilidade vantajosa que resultaria ao estado da civilização do resto destes miseráveis, que aumentariam a povoação, aproveitariam a agricultura, a indústria”.⁷⁹⁴

O Plano, como esclarece o autor, é dividido em três partes. Na primeira, expõe uma retrospectiva histórica para mostrar o estado dos “bárbaros

⁷⁹⁰ Domingos Álvares Branco Muniz Barreto. Capitão de Infantaria do Regimento de Extremos. *Plano Sobre a civilização dos índios do Brasil e principalmente para a capitania da Bahia*. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cód. 10624 – FR 1239. 159 folhas. Este Plano foi entregue ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Martinho de Mello, e Castro, na Corte e cidade de Lisboa no ano de 1790.

⁷⁹¹ Domingos Álvares Branco Muniz Barreto. Capitão de Infantaria do Regimento de Extremos. *Plano Sobre a civilização dos índios do Brasil e principalmente para a capitania da Bahia*. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cód. 10624 – FR 1239. 159 folhas. Este Plano foi entregue ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Martinho de Mello, e Castro, na Corte e cidade de Lisboa no ano de 1790.

⁷⁹² Domingos Álvares Branco Muniz Barreto. Capitão de Infantaria do Regimento de Extremos. *Plano Sobre a civilização dos índios do Brasil e principalmente para a capitania da Bahia*. fl. 12.

⁷⁹³ Domingos Álvares Branco Muniz Barreto. Capitão de Infantaria do Regimento de Extremos. *Plano Sobre a civilização dos índios do Brasil e principalmente para a capitania da Bahia*. fl. 13.

⁷⁹⁴ Domingos Álvares Branco Muniz Barreto. Capitão de Infantaria do Regimento de Extremos. *Plano Sobre a civilização dos índios do Brasil e principalmente para a capitania da Bahia*. fl. 14.

infiéis” no descobrimento do Brasil, o princípio das missões e, depois, os seus desvios. Na segunda, propõe apresentar o estado dos índios no tempo em que ele escreve, advertindo para o “modo indecoroso com que continuam algumas missões”. Finalmente, na terceira parte dedica-se ao desenvolvimento da proposta de civilização dos índios e o método a ser empregado para retirá-los da condição dos costumes bárbaros. Na primeira parte comenta-se sobre o início da colonização, exalta-se a memória de Pedro Álvares Cabral, bem como os esforços do rei D. Manoel na posse da terra. Nas demonstrações preliminares, como todo colonizador, remete às riquezas e a “natureza imperiosa”. O autor mantém a denominação de bárbaros “que impropriamente se chamaram Índios,” sendo identificados em “duas Nações genéricas, Índios mansos, e Índios bravos”.⁷⁹⁵ Os mansos, explica o capitão, se restringem aos “tratáveis e dóceis”, e os bravos aos que vivem “embrenhados” nos matos.

Os índios mansos se localizavam na costa e os índios bravos incluíam os Aymorés e todos os Tapuyas, fazendo continuadas guerras. Descreve o modo de vida como nada compatível à civilidade, a “morada é incerta,” comem carne humana, a lei que conhecem é apenas da sua vontade e se enfeitam com “buracos” nos beijos e orelhas.⁷⁹⁶ O capitão não tinha dúvida quanto à humanidade dos índios, concordava com o pensamento de seu tempo, acreditava que os costumes bárbaros e selvagens eram os motivos que os tornavam diferentes dos europeus, porém o remédio da cura era educá-los no modelo cristão-civilizado. O capitão propõe, no Plano, que se retomassem os ideais espirituais da educação dos gentios por estarem os diretores negligentes desvirtuando as máximas da legislação.

A crítica do autor se dirige ao fracasso da catequese. Além da opressão por parte dos bandeirantes, refere-se aos diretores dos índios com o título de governadores, “cujo epíteto entre os mesmos Índios não querem perder, em vez de lhes ensinarem esse pouco ou nada que sabem de ler, escrever, e contar, e a doutrina Cristã, só cuidam em se [afazendar] nos sítios mais próprios e acomodados para a sua ambição, servindo-se dos mesmos Índios para os trabalhos das suas

⁷⁹⁵ Domingos Álvares Branco Muniz Barreto. Capitão de Infantaria do Regimento de Extremos. *Plano Sobre a civilização dos índios do Brasil e principalmente para a capitania da Bahia*. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cód. 10624 – FR 1239. 159 folhas. Este Plano foi entregue ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Martinho de Mello, e Castro, na Corte e cidade de Lisboa no ano de 1790. fl.18.

⁷⁹⁶ Domingos Álvares Branco Muniz Barreto. Capitão de Infantaria do Regimento de Extremos. *Plano Sobre a civilização dos índios do Brasil e principalmente para a capitania da Bahia*. fl. 22-26.

Lavouras”⁷⁹⁷ Os diretores estavam no cargo apenas para tirar proveito e fechavam os olhos para os bons costumes e a religião. O cargo que ocupavam era apenas um “meio de terem maior número de trabalhadores”.

Domingos Álvares Branco Muniz Barreto, na “Terceira Demonstração”,⁷⁹⁸ desenvolve as idéias norteadoras do Plano de civilização. A primeira seria reparar “o estrago da Religião, e dos costumes,” começando com os índios aldeados que foram desvirtuados do verdadeiro aprendizado. Uma das soluções imediatas seria retirar da jurisdição dos padres o governo “despótico” que submete os índios, mas o Prelado da Diocese continuaria a fiscalizar os párocos na regência da vida espiritual nos aldeamentos, tomando “as providências que lhe podem caber, como determina o § 4 do Diretório, e que até agora se não tem observado”.⁷⁹⁹ Os párocos deveriam apresentar, ao final de cada ano, “listas, ou Certidões autênticas do número de Casamentos, e Batizados” ministrados para que se avaliasse o progresso das atividades.

A realidade dos índios presenciada pelo capitão tem como parâmetro de análise o Diretório dos Índios do Grão-Pará e Maranhão e a legislação específica. No paralelo do Diretório com a vivência, retrata o descumprimento dos princípios legais. Argumenta que por Direito Canônico se excluía da jurisdição civil e criminal os religiosos na direção dos aldeamentos dos índios. Apenas competia-lhes a jurisdição espiritual, como disposto no Alvará de 7 de junho de 1755, reconhecido no parágrafo 15 do Diretório para o Governo dos Índios. Outro ponto do Plano era mudar o espaço da aldeia à vila, e como consequência os índios seriam adaptados à vida civilizada, pois o ordenamento da vila impunha a disciplina, de acordo com reforma em 1769, porém nota que na prática não estava ocorrendo.⁸⁰⁰

As vilas contariam com “casa de educação” ou seminário, e os índios seriam separados por sexo e idade para que não pudessem se comunicar. As índias receberiam os ensinamentos de uma mulher branca, com quem aprenderiam a

⁷⁹⁷ Domingos Álvares Branco Muniz Barreto. Capitão de Infantaria do Regimento de Extremos. *Plano Sobre a civilização dos índios do Brasil e principalmente para a capitania da Bahia*. fl. 93-94.

⁷⁹⁸ Domingos Álvares Branco Muniz Barreto. Capitão de Infantaria do Regimento de Extremos. *Plano Sobre a civilização dos índios do Brasil e principalmente para a capitania da Bahia*. fl.98-99.

⁷⁹⁹ Domingos Álvares Branco Muniz Barreto. Capitão de Infantaria do Regimento de Extremos. *Plano Sobre a civilização dos índios do Brasil e principalmente para a capitania da Bahia*. Biblioteca Nacional de Lisboa. Códice 10624 – FR 1239. 159 folhas. Este Plano foi entregue ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Martinho de Mello, e Castro, na Corte e cidade de Lisboa no ano de 1790. fl.113-114.

⁸⁰⁰ Domingos Álvares Branco Muniz Barreto. Capitão de Infantaria do Regimento de Extremos. *Plano Sobre a civilização dos índios do Brasil e principalmente para a capitania da Bahia*. fl.103-104.

doutrina cristã e os bons costumes “livrando-as assim da perversidade, preguiça, e moleza que herdaram ao lado de suas Mães”.⁸⁰¹

A contenção das despesas era uma medida para se conseguir planejar a catequese, sendo que as igrejas podiam ser construídas com “moderada despesa,” porque, segundo observa o capitão, algumas ordens religiosas “mais parecem Companhias de Comércio, do que Casas dedicadas a Deus”.⁸⁰² Os vigários seriam escolhidos de acordo com os atributos de “virtude, ciência, e probidade,” para educar o gentio com brandura e assim largarem “os ritos gentílicos” que muitos conservavam.⁸⁰³ A educação principiaria com os “pequenos índios,” mas serviria de incentivo “prêmios” oferecidos aos bons aprendizes da religião. Os “prêmios” não iriam onerar, “pois basta que sejam umas medalhas de metal com as Imagens de alguns santos, com seus laços de fitas de várias cores a que são muito inclinados”.⁸⁰⁴

Afirma que com a assimilação dos índios do matrimônio a união se modificaria “ao modo gentílico, com superstições, danças torpes, e obscenas, e uma pública consumação”. Fazia parte do modo de educá-los o castigo corporal; no caso de desobediência, a aplicação se daria com “o exemplo no primeiro que transgredir”.⁸⁰⁵

A justiça temporal conforme “Lei e Alvará de 6, e 7 de Junho de 1755, e do § [2º] do Diretório” estabelecia em cada vila um juiz ordinário com oficiais da Câmara. Apesar de concordar com a resolução ao citá-la, o capitão expunha severas críticas a incompetência e improbidade dos homens que ocupavam os cargos de administração e lhes atribui qualificativos como de “ignorante” e “indigente”. O cargo deveria ser ocupado exclusivamente por homens que soubessem ler, escrever, contar e “a prática judicial,” conhecimentos que os diretores não possuíam. A jurisdição coativa não deveria ser aplicada, mas a

⁸⁰¹ Domingos Álvares Branco Muniz Barreto. Capitão de Infantaria do Regimento de Extremos. *Plano Sobre a civilização dos índios do Brasil e principalmente para a capitania da Bahia*. fl.120- 121.

⁸⁰² Domingos Álvares Branco Muniz Barreto. Capitão de Infantaria do Regimento de Extremos. *Plano Sobre a civilização dos índios do Brasil e principalmente para a capitania da Bahia*. fl.108.

⁸⁰³ Domingos Álvares Branco Muniz Barreto. Capitão de Infantaria do Regimento de Extremos. *Plano Sobre a civilização dos índios do Brasil e principalmente para a capitania da Bahia*. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cód 10624 – FR 1239. 159 folhas. Este Plano foi entregue ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Martinho de Mello, e Castro, na Corte e cidade de Lisboa no ano de 1790. fl. 110-111.

⁸⁰⁴ Domingos Álvares Branco Muniz Barreto. Capitão de Infantaria do Regimento de Extremos. *Plano Sobre a civilização dos índios do Brasil e principalmente para a capitania da Bahia*. fl.112-113.

⁸⁰⁵ Domingos Álvares Branco Muniz Barreto. Capitão de Infantaria do Regimento de Extremos. *Plano Sobre a civilização dos índios do Brasil e principalmente para a capitania da Bahia*. fl.113-114.

diretiva, sim, até os índios adquirirem “capacidade” para se governarem⁸⁰⁶ Ainda, os diretores que praticassem “comércio, tanto público, como particular com os Índios, e que usem destes para o Serviço das suas Lavouras”, sem lhes pagarem o jornal correspondente, deveriam ser punidos.

No Plano, aposta-se na conversão do gentio como meio de incutir a civilização, o qual define de “empresa”. O capitão distingue duas ações direcionadas aos dois tipos de povos indígenas: uma voltada para os índios mansos e a outra para os índios bravos. Aos mansos o Plano se seguiria sem grandes alterações como o que se vinha efetivando desde que se moralizasse a administração entregue aos diretores dos índios. Com os bravos, os índios “mais rebeldes,” a exemplo da nação dos Pataxós, a persuasão à conversão e à civilização exigiria “cautelas, astúcia, e sagacidade, intimando-se-lhes o bem que se lhes oferece”. O índio selvagem e bravo, por estar “entregue a feitiçarias e semelhantes erros da sua gentilidade”,⁸⁰⁷ tornava-se avesso à doutrina cristã.

Os benefícios advindos da conversão seriam vitórias tanto no campo espiritual quanto no temporal. Muito mais que as palavras proferidas pelo capitão no extenso Plano diz a conclusão no término da proposta. Resume-se todo o objetivo da civilização dos índios no seguinte: “Ficando ao mesmo tempo, por uma parte, *aberto o caminho para as vantagens, e opulência de Comércio, e Agricultura, e por outra, sem obstáculos, para nosso uso, e proveito; as estradas para as Minas, e outros Sertões*”.⁸⁰⁸ Nas passagens finais, ao mencionar o caminho das riquezas das Minas e sertões, entende-se por que o título destaca que o Plano se dirigia a todos os “índios do Brasil”, embora a proposta estivesse centrada na Bahia. Findada a resistência indígena, os bens prometidos pela terra estariam acessíveis.

O comércio dos gêneros circularia sem interrupção, a produção do cultivo da terra estaria livre das perdas, os caminhos que levam até o ouro das Minas e dos outros sertões “nas quais tantas vezes tem sido acometidos, e mortos

⁸⁰⁶ Domingos Álvares Branco Muniz Barreto. Capitão de Infantaria do Regimento de Extremos. *Plano Sobre a civilização dos índios do Brasil e principalmente para a capitania da Bahia*. Biblioteca Nacional de Lisboa. Códice 10624 – FR 1239. 159 folhas. fl.116-117.

⁸⁰⁷ Domingos Álvares Branco Muniz Barreto. Capitão de Infantaria do Regimento de Extremos. *Plano Sobre a civilização dos índios do Brasil e principalmente para a capitania da Bahia*. Biblioteca Nacional de Lisboa. Códice 10624 – FR 1239. 159 folhas. Este Plano foi entregue ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Martinho de Mello, e Castro, na Corte e cidade de Lisboa no ano de 1790. fl.161.

⁸⁰⁸ Domingos Álvares Branco Muniz Barreto. Capitão de Infantaria do Regimento de Extremos. *Plano Sobre a civilização dos índios do Brasil e principalmente para a capitania da Bahia*. fl.168-169, grifo nosso.

inumeráveis viajantes, poder-se-ão agricultural (*sic*) os terrenos de que se acham de posse estes Gentios, assim como da riqueza que neles se acha depositada, o que virá a servir de vantajosa remuneração de mais algum dispêndio, e trabalho que é necessário se faça, nos primeiros anos, enquanto se consegue o principal fim, que deve ser primeiro; o aumento da Religião; Segundo: Civilização de tantos homens.⁸⁰⁹ A civilização tinha como único propósito libertar a terra do obstáculo indígena.

A conversão era educar o índio para acolher a vitória do colonizador no desfrute da riqueza. Civilizar era rendê-lo aos apelos dos bons costumes, colhendo mais à frente a acomodação do gentio, era curvá-lo à obediência e ao aceite das conveniências. Converter o bravo em manso significava eliminar a resistência.

3.1.2.5 O Plano de Civilização dos Índios Bárbaros de José Bonifácio de Andrada e Silva

A escolha, neste estudo, por expor algumas passagens dos *Apontamentos para a Civilização dos Índios Bárbaros do Reino do Brasil*, de José Bonifácio de Andrada e Silva,⁸¹⁰ não é aleatória, e, sim, porque retratam a continuidade de certas premissas nos procedimentos da civilização e catequese dos índios. Também, o fato representarem o pensamento das autoridades na esfera política que não negligenciaram a religiosa revela, de certo modo, o pensamento leigo sobre a administração dos gentios.

O Plano de José Bonifácio, escrito em 1821 e publicado em 1823, declara a sua posição intermediária, não diferindo dos demais, mesmo porque a política indigenista é também intermediária. A legislação colonial levou em conta a divisão dos índios em bravos e mansos, e as decisões políticas seguiram essa polaridade, o que não quer dizer que também assim fosse à prática.

George C. A. Boehrer, nos comentários críticos de aos *Apontamentos para a Civilização dos Índios Bárbaros do Reino do Brasil*, de José Bonifácio de

⁸⁰⁹ Domingos Álvares Branco Muniz Barreto. Capitão de Infantaria do Regimento de Extremos. *Plano Sobre a civilização dos índios do Brasil e principalmente para a capitania da Bahia*. fl.168-169.

⁸¹⁰ José Bonifácio de Andrada e Silva. *Apontamentos para a civilização dos índios bárbaros do Reino do Brasil*. In: George C. A. Boehrer (edição crítica). Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1963.p. 45.

Andrada e Silva,⁸¹¹ expõe as duas correntes de pensamentos à época a dos colonizadores nas regiões de fronteiras defensores do o extermínio do gentio e a que via o índio como inocente sob influência dos missionários. Bonifácio se reporta a Antonio Vieira, a Nóbrega, a Simão de Vasconcelos e à legislação, ao elaborar as considerações dos argumentos da proposta. Uma ressalva se faz ao autor quanto à sua menção à *Crônica* de Simão de Vasconcelos (publicada em 1663), que reflete a trajetória da Companhia, por ter sido escrita num momento já desfavorável aos jesuítas no contexto colonial e metropolitano. De forma apologética, a *Crônica* contempla a vida dos jesuítas na colônia, retoma os debates em torno do gentio dos primeiros jesuítas, e Bonifácio, ao citá-la, parece compartilhar dos princípios religiosos de catequese da Companhia.

Observa-se na leitura dos *Apontamentos*, nas primeiras linhas, o objetivo das idéias de Bonifácio ao propor um “modo de cathequizar e aldear os índios bravos do Brazil”,⁸¹² consideradas as dificuldades de executá-lo. Dentre os empecilhos, a catequese e o aldeamento, de forma sucinta, apontava a natureza dos índios “vagabundos e dados a contínuas guerras e roubos,” governados por “paixões,” não aceitavam leis nem trabalhar por serem “preguiçosos”, nem desejavam mudar de vida, tendo de largar seus hábitos de poligamia e por receio de vingança por parte dos portugueses após aldeados. O tratamento do europeu com o índio foi nocivo, provocando nele a desconfiança e a hostilidade. O cativo a que foram sujeitados, a falta ou os poucos pagamentos pelos seus serviços e o “roubo” de terras foram algumas das dificuldades da catequese.

Os atributos aos índios a que se refere José Bonifácio não destoam do que culturalmente impregnou a mentalidade dos colonizadores: “prazeres grosseiros”, a falta de “razão apurada,” “selvagens,” “bárbaros” e vivendo em aldeias “sem magistrados”, o que reafirma a idéia de povo sem lei produzida desde o início da colonização. Além do mais, eram vistos como ingratos e “desumanos”. Dentre os

⁸¹¹ Este estudo não tem a intenção de esmiuçar os *Apontamentos* de José Bonifácio (1763-1838), o que interessa para a temática é averiguar os traços de permanência no ideário da política indigenista. Para maiores detalhes ver: George C. A. Boehrer em sua edição crítica tece comentários sobre as versões dos escritos de José Bonifácio de Andrada e Silva (a manuscrita e a publicada), além de esboçar a biografia, de interpretar as idéias propostas, relaciona a obra e o autor conforme o contexto de sua produção. José Bonifácio de Andrada e Silva. *Apontamentos para a civilização dos índios bárbaros do Reino do Brasil*. In: George C. A. Boehrer. (edição crítica). Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1963.

⁸¹² José Bonifácio de Andrada e Silva. *Apontamentos para a civilização dos índios bárbaros do Reino do Brasil*. In: George C. A. Boehrer. (edição crítica). Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1963.p. 45.

povos citados estão os “Tupinanquins e os Putiguares,” Carijós, Guaranis, Botocudos, Puris, Acroás, Caiapós.

Após a explanação das razões e de descrever o comportamento do indígena, o autor encaminha o Plano idealizado para os índios, dizendo que não é “impossível convertes estes bárbaros em homens civilizados”.⁸¹³ Invoca varias vezes os exemplos dos jesuítas e os valores cristãos. Toma como paralelo o Diretório dos Índios do Pará e Maranhão, avaliando a falta de cumprimento das medidas, como das escolas nas povoações e os privilégios prometidos aos índios de integração e direitos como vassalos, que não passaram de ilusão.

Os meios para civilizar o gentio são enumerados⁸¹⁴: Justiça implica em não tomar as terras dos índios, mas comprá-las. Brandura, constância e sofrimento da parte dos portugueses no trato como os índios, porque com persistência conseguiria convertê-los. Abrir comércio com os bárbaros significava a troca de gêneros por quinquilharias ofertadas (miçangas, espelhos, fitas, lenços, açúcar etc.). Procurar com dádivas e admoestações as pazes, apaziguando o inimigo, sob condições de deixarem de comer carne humana e não mutilarem os seus inimigos mortos. Incentivar o matrimônio entre índios e de índios como brancos e mulatos. Sugerir, ainda, que indiretamente se introduzisse portugueses como caciques nas nações não aldeadas. Fundar colégios de missionários para a catequização dos índios, autorizar missionários virtuosos e instruídos, entregando-lhes a jurisdição eclesiástica e civil. Nesse ponto, Bonifácio difere das tendências da segunda metade do século XVIII, que defendiam a retirada da gerência civil dos padres sobre os índios, embora fosse mantida a espiritual. Os párocos que fossem gerir as aldeias, antes, deveriam buscar experiências com os que já tivessem vivido entre os índios. Para a manutenção da ordem nos aldeamentos, seriam estabelecidos presídios militares nas redondezas.

Os *Apontamentos* mantêm as bandeiras para os descimentos dos índios com a participação de um língua (índio manso e intérprete) para a persuasão dos índios bravos. Iriam ser responsáveis pela busca dos gentios bravos nos matos. Adverte que os bandeiristas não podiam confiar de todo nos sinais de amizade dos índios, porque a experiência ensinou que os gentios traem com “as falsas

⁸¹³ José Bonifácio de Andrada e Silva. *Apontamentos para a civilização dos índios bárbaros do Reino do Brasil*. p.51.

⁸¹⁴ Cf. José Bonifácio de Andrada e Silva. *Apontamentos para a civilização dos índios bárbaros do Reino do Brasil*. p. 62-83.

aparências". A segregação era medida de cautela com os "índios dos matos", que não poderiam ser levados para as povoações dos brancos "para se evitarem os roubos e dezordens, q costuma commetter".⁸¹⁵ O sustento dos índios nas aldeações seria garantido pela caça, pesca, lavoura, criação de animais e instrumentos de trabalhos. Com a subsistência, mantinha-se o índio nos limites da redução, e nela o índio exercitaria "a comodidade da vida social," tomando gosto.

A comunicação por meio da abertura de estrada sempre foi mais que projeto dos colonizadores. Ela foi posta em prática ao longo dos desbravamentos. Questão que se pode ver abordada também por Bonifácio, ao tratar da comunicação entre "as aldeias de índios e as povoações de brancos". O comércio seria permitido nas aldeias, com dias marcados, para a troca de produtos entre os índios e os brancos.

O trabalho, quando direcionado as "necessidades públicas", poderia ser exigido dos índios. É outra questão que, embora presente nos *Apontamentos*, já tinha sido utilizada por jesuítas e prevista no Regimento de Tomé de Souza. A punição de crimes, típica de toda civilização, também seria executada com os gentios culpados de delitos. Não há grandes novidades no Plano de José Bonifácio; assim como os outros, também apelava para os ideais de conversão, a fé e os valores da civilização abrangidos pelo ensino básico, o trabalho e os bons costumes no sentido de mão única ao apaziguar o gentio causador dos distúrbios da vida social.

3.1.2.6 Bertolomeu Lopes de Carvalho

Como informa Bertolomeu Lopes de Carvalho nos seus escritos, "este pequeno manifesto de algumas notisias, e experiencias que tenho das Capitancias do sul do Estado do Brazil, especialm.te; sobre os Indios conquistados reduzidos a Captiveiro pellos moradores de S. Paulo [...] e socego daquellas Capitancias, como particularmente para o serviço que se deve fazer a Deus [enseventilar] algum meio

⁸¹⁵ Cf. José Bonifácio de Andrada e Silva. *Apontamentos para a civilização dos índios bárbaros do Reino do Brasil*. p. 69.

que repare as hostilidades dos ditos Indios Captivos".⁸¹⁶ Segundo o autor, os padres da Companhia de Jesus "são universais protetores dos Indios de toda a nação Americana [...]". Mas nas informações dos moradores de São Paulo relatava que "correrão a revelia suas cauzas sem que dellas pudessem articular o seu direito. [...] Dizerão me q tinham feito, muitos grandes serviços a Deus e a V.Mag.de que Deus g.de, na conquista dos Indios; porquanto hera certo que descobrindo Pedro Alvares Cabral o estado do Brazil, sendo os verdadeiros Senhores e possuidores delle os Indios que nelle viviao, a pr.a gente com quem se tratou foi com os de Porto Seguro, e com elles se pactou pax, e amizade na qual nos derão o direito que hoje temos nas suas terras, que nellas pudessemos viver, e povoar pellas conveniências dos tratos e politica rational (*sic*), com q os despunhamos para abraçarem a nossa sancta fe, e reduzirem-se ao sagrado Baptismo da ley de JHus Christo".⁸¹⁷ O fundamento para a posse do Brasil se alicerçava na conquista das almas, mas também "daly pordiante desfrutamos da mesma terra o Pau Brazil e outras drogas que então paçarião a este Reino, sem nenhuma repugnancia da sua vontade contra a nossa posse".⁸¹⁸

Nóbrega com outros na Capitania de São Vicente "reduzirão m.ta gentildade, e com o seu consentim.to, tiverão os nossos exploradores a posse de hirem povoando todas aquellas terras, chamando a todas aquellas gentes que com manciado amizade e socego viviao conosco, Indios manços E que ate aquelle tempo senão penetrou sertão por nenhum Misionario, mais que o de S Paulo pellas Sanctidades do P.e Juzeph de Anchieta e do Santo Padre João de Almeyda e seus companhr.os que com poder de milagres faziao abalar para povoado a se fazerem Christãos o mais agreste gentio".⁸¹⁹ O Padre Nóbrega e os missionários citados nos escritos de Bertolomeu Lopes de Carvalho mostram a afinidade com o pensamento religioso da catequese o que não quer dizer que fosse uma afinidade com todos os jesuítas.

No enredo narrativo da saga religiosa, o autor divide o tempo em dois: um em que conviveram harmoniosamente colonos, missionários e índios, e outro em

⁸¹⁶ BA. Palácio Nacional da Ajuda. Lisboa. Ref. COR 2021. Cota 51-IX-33. Título Sobre o cativeiro dos índios. fl. 386-389v.

⁸¹⁷ BA. Palácio Nacional da Ajuda. Lisboa. Ref. COR 2021. Cota 51-IX-33. Título Sobre o cativeiro dos índios. fl. 386 f. e v. Bertolomeu Lopes de Carvalho.

⁸¹⁸ BA. Palácio Nacional da Ajuda. Lisboa. Ref. COR 2021. Cota 51-IX-33. Título Sobre o cativeiro dos índios. fl. 386 f. e v. Bertolomeu Lopes de Carvalho, grifos nossos.

⁸¹⁹ BA. Palácio Nacional da Ajuda. Lisboa. Ref. COR 2021. Cota 51-IX-33. Título Sobre o cativeiro dos índios. fl. 386 f. e v. Bertolomeu Lopes de Carvalho.

que os desentendimentos prevaleceram. “E que sendo isto asim pasaram alguns annos athe que aquelles que por sua braveza e tiranias [lheviterao] acharam gentio bravo, que no sentro daq.les; sertois estavao embrenhados ou foçe pello odio dos que chamam manços uniremse ao nosso gremio, ou pello exerciço de sua braveza por serem costumados a continuas guerras pera captivarem gentes e fazerem deles [asougue]p.a sua sustentação; desçerão abaixo apovoado a tiranizarem os Branquos q. ensuas cazas viviao quietos e socegados”.⁸²⁰ A partir dos ataques dos índios bravos, o tempo se decompõe na narrativa para provar os motivos que levaram os paulistas a investir contra os gentios.

Os sertões só se tornaram acessíveis e o sossego só foi restabelecido no entendimento político da conquista ao transformar a questão indígena em questão militar “com o efeito de suas armas ficarão os sertois livres p.a, os P.es misionarios reduzirem e catiquizarem aquelles aq.m chamamos manços, e que finalmente nenhua outra conquista tinha o direito de os cativar pella rezão que alegavão senão elles Paulistas porquanto lhe não custava o trabalho de os irem conquistar a esse centro do sertão com o dispendio de suas fazendas e riscos de suas vidas”.⁸²¹

Além das despesas particulares dos paulistas havia uma dívida por agradecimento ao feito civilizador, pois “nem elles ofenderão nunca a nenhuma aldeia mança que avezinha com as povoações porquanto esses senão deixao captivar tanto por estarem debaixo da administração dos mesmos R.mos P.es da Comp.a como por serem mais domesticos e por sua livre vontade procurarem o gremio da Igreja”.⁸²² Com as palavras de Bertolomeu Lopes se percebe que não se tratava de oposição à catequese, mas de representar, no desenrolar do texto, a valentia dos paulistas na conquista dos sertões e dos índios, donde se conclui que mereciam o reconhecimento da coroa portuguesa na obra pretendida.

Bertolomeu Lopes de Carvalho, depois de tratar ds costumes do gentio traduzidos como bárbaros e após as razões enunciadas, questionava: “Me perguntarão se seria melhor deixallos augmentar ensua diabolica seita, barbaros costumes augmentando o inferno, com seus dezatinos em prejuízo de nossas vidas,

⁸²⁰ BA. Palácio Nacional da Ajuda. Lisboa. Ref. COR 2021. Cota 51-IX-33. Título Sobre o cativeiro dos índios. fl. 386 f. e v. Bertolomeu Lopes de Carvalho.

⁸²¹ BA. Palácio Nacional da Ajuda. Lisboa. Ref. COR 2021. Cota 51-IX-33. Título Sobre o cativeiro dos índios. fl. 387 f e v.

⁸²² BA. Palácio Nacional da Ajuda. Lisboa. Ref. COR 2021. Cota 51-IX-33. Título Sobre o cativeiro dos índios. fl. 387 f e v.

e faz.das, ou se seria melhor chegarlos a fazer catoliquos, e a seus filhos naturalizallos, p.a augmentar os povos com a sugeição de os servir".⁸²³

Ao mesmo tempo, teceu uma opinião crítica sobre os moradores de São Paulo "O que som.te direi de seus ditos, pello que, vi, pizei e apolpei, he que estes moradores de S Paullo são gente indomita e incapaz de se reduzirem a termos expeculativos ou pratiquos por coanto entre elles, as suas Leis são as da conveniencia, e do gosto,"⁸²⁴ e que para desistirem da escravidão do gentio que defendem "ou hade ser com huma bateria real que os araze e destrua, ou com huma ardiloza industria que os contente para para porestes caminhos, os reduzir a termos praticaveis e de reza, porq de outro modo pareseme será se nenhum fruto porquanto no [emficionado] daquela republica hamde obrar mais os medicam.tos, benignos [e delinitivos] do q a violenta cura de lhecortar logo os [erpes]".⁸²⁵ Nas ponderações, nem avesso à catequese, nem defensor do cativo, posicionava-se como mediador, sem deixar de emitir uma transparente opinião do caos que se encontrava a colônia em contendas internas e somente uma medida mais drástica poderia colocar cada qual no seu lugar na conquista das terras e dos povos.

Os conflitos e persuasões dos padres também eram motivos de preocupação. Na vila de Santos,⁸²⁶ sob o governo de Thomas Frz' de Oliveira, um frade "por ser seu inimigo escreveu a S Paullo que o dito tinha huma hordem para publicar que nehum Indio de cabelo corridio foçe captivo, improvizão desçerão abaixo milhor de sinco mil homens entre Brancos mistiços e mesmos indios armados e com hum terremoto horrivel avançarão á caza do Capp.am p.a o matarem e queimarhe as cazas, fechandoçe e pedindo auxilio a Deos, e áalgumas peçoas demaior quinhão naq.le sequito amutinado, requereu não matassem sem se proceder juridicam.te, do que. lhelevantavão atalharao o incendio das violências, os q. os capitaniavao e tirandoçe devaça se achou ser tudo falço nascido do dito frade com q. se retirarão quietam.te". Episódios dessa natureza eram o retrato das desavenças entre religiosos e leigos pelo controle dos índios. Outro evento ocorrido em São Paulo se deu com "o Cindicante João da Rocha Pitta, e presumindo os

⁸²³ BA. Palácio Nacional da Ajuda. Lisboa. Ref. COR 2021. Cota 51-IX-33. Título Sobre o cativo dos índios. fl. 388 f. Bertolomeu Lopes de Carvalho.

⁸²⁴ BA. Palácio Nacional da Ajuda. Lisboa. Ref. COR 2021. Cota 51-IX-33. Título Sobre o cativo dos índios. fl. 388 f. Bertolomeu Lopes de Carvalho.

⁸²⁵ BA. Palácio Nacional da Ajuda. Lisboa. Ref. COR 2021. Cota 51-IX-33. Título Sobre o cativo dos índios. fl. 388 f. Bertolomeu Lopes de Carvalho.

⁸²⁶ BA. Palácio Nacional da Ajuda. Lisboa. Ref. COR 2021. Cota 51-IX-33. Título Sobre o cativo dos índios. fl. 388 f.

Paulistas q elle trazia a mesma hordem pello dito aver no Rio de Janeiro, libertado algum se inquietaram de sorte que foi neseçario dizer o dito sindicante que tal hordem não trazia Agora [...] que foi provido pello G.or G.I An.to Luis Glz' da Câmara por provedor ou outro officio das minas der Pernegoha [...] foi tal acarreira que lhe derao que abom salvam.to, veyo parar na B.a adonde fica".⁸²⁷

Durante o relato, percebe-se uma tentativa de esquivar-se de uma opinião direta, embora ao final seja emitida, apontando uma tomada de posição, bem evidente, sem rodeios onde se conclui a favor de domesticar e utilizar os índios: "Senhor o que so digo he que carese m.to aquellas capitancias deste mesmo gentio quer liberto quer cativo Porque sem elles nem V.Mag.de; terá minas nem nenhu outro fruto daquellas terras por ser tal apropriedade daquella gente, que o q. não tem gentio p.a; o servir vive como gentio sem caza mais que de palha sem cama mais q huma rede, sem officio nem fabrica mais q canoa linhas anzois e frexas com q. vivem p.a, se sustentarem e de tudo o mais são esquecidos, sem appetite de honras p.a a estimação nem augm.to; de cazas p.a; a conservação dos filhos".⁸²⁸ Continuando, sugeria ao Rei que se "mandara povoar aquellas terras com amais robusta gente, e Rústica que tem o seu reino aos coatro dias se reduziao na mesma forma dos Paulistas, porque he serto que daquellas bandas senão tem visto athe hoje criado que va de Portugal com seu amo que não aspire logo a ser mais que elle, e por todas as rezois comum a todo o Brazil aver nelle m.to negro de guine m.to gentio da terra, que sem esta gente senão podera tirar nenhum fruto do Brazil porque [...] he hua mera preguiça".⁸²⁹

Além de qualificar os moradores colonos, completa dizendo: "Restame agora dizer alguma couza sobre o natural do mesmo gentio [...], valendome de muito grandes authoridades particularmente dado antigo Tertuliano em que dis que he couza asentada atribuiremse as propriedades dos homens aos climas das terras em que nasçem ou emq vivem [...]; Não tem menos propriedades no seu clima este gentio do Brasil entodo dos tem em partes os deq se trata nos textos apontados porq por natureza tem oserem timidos e traidores e por trato vãos e sem firmeza e por officio tyranos e ferozes, e pormais q tudo mentirozos sem palavra sem fé nem Lei

⁸²⁷ BA. Palácio Nacional da Ajuda. Lisboa. Ref. COR 2021. Cota 51-IX-33. Título Sobre o cativo dos índios. fl. 388 f.

⁸²⁸ BA. Palácio Nacional da Ajuda. Lisboa. Ref. COR 2021. Cota 51-IX-33. Título Sobre o cativo dos índios. fl. 388 f.

⁸²⁹ BA. Palácio Nacional da Ajuda. Lisboa. Ref. COR 2021. Cota 51-IX-33. Título Sobre o cativo dos índios. fl. 388 f. Bertolomeu Lopes de Carvalho.

nem Rey, não moatrevera a dizer seafim o não tivera já dito em proprios termos R.mo P.e Simão de Vasconsellos da Comp.a; de JHesus' no seu l.º; que fez das couzas curiozas do Brazil em q dis em hum lugar falando das naturezas do mesmo gentio; no L.º fl. 135 n.º 134 são inconstantes varios, em outro do L.º 1 fl. 126, n.º 125, q são cruelmente vingativos em crueldades deshumanas; e fl.156 n.º 156, Tapuias he gente a atraçoada e tragadora q igoalm.te anda a caça da gente e das feras para pasto dagulla, e a todas as naçois tinha feito insultos quer no publico quer [nosecreto] e poriso hera tida de todos por inimiga, [E]. no L.º 2º fl 171 n.º hum tragador da gente humana amator de ciladas hum selvagem enfim cruel e deshumano comedor de seus proprios filhos, sem Deos, sem Ley, sem Rey, sem pátria, sem Republica sem rezão e pellas experiencias que delles temos nada do que obrão a nosso favor he por vontade propia, senão pello temor das armas e da sujeição do captiveiro ou de alguns mimos com q os obrigamos porem como nelles esta inconstaça he natureza estão dispostos a coalquer terramoto de armas q haja contra nos aselevantarem e fazerennos m.to; danno como succedeo na guerra com que invadiu o olandes o estado do Brazil com quem logo se unirão e rebelandose contra nós nos perseguirão fortem.te; por hesses matos para onde se tinha retirado a maior parte da gente que não era de armas, e com esta favor teve o inimigo ásistencia [...].⁸³⁰ Todo o longo documento finda acenando que a causa dos problemas era o índio.

3.1.2.7 Tenente Jozé da Silva Brandão

A redução dos índios de Lorena dos Tocoyós teve a iniciativa do tenente Jozé da Silva Brandão por ordem de Bernardo Jozé de Lorena, governador da capitania de Minas, em 21 de fevereiro de 1799.⁸³¹ No documento, de autoria do tenente, demonstrava-se a preocupação em aldear os índios, aliada à importância de identificar as características físicas deles. Os comentários no relato do tenente levam a crer que havia uma intenção voltada para se conhecer a vida dos povos

⁸³⁰ BA. Palácio Nacional da Ajuda. Lisboa. Ref. COR 2021. Cota 51-IX-33. Título Sobre o cativo dos índios. fl. 388 v. Bertolomeu Lopes de Carvalho.

⁸³¹ Lorena foi distrito de Itamarandiba. RAPM, Ano III, fasc. III e IV. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, julho a dezembro de 1898. Índios de Lorena dos Tocoyós. p.765-768.

indígenas, o que permitiria melhor lidar com cada um. Para tanto, as descrições dos hábitos e aspectos físicos dos índios de Lorena foram objetos de classificação.

Os índios de Lorena tinham a estatura ordinária, com músculos e robustos, a cor da pele era a mesma de todos os índios da América meridional, segundo o tenente. Os homens e as mulheres tinham furos nos beijos, nas orelhas com pauzinhos, viviam nus, com pinturas nos corpos, beijos superiores até ambas as orelhas pintadas com tinta negra, no meio da face um desenho, feito com tinta, de uma diagonal para baixo do queixo. “Elles uzão da tinta encarnada, e a extraem das sementes do Urucú. A tinta negra he mistura do carvão moido com a gordura de Anta, ou Capivara. O uzo desta tinta não concorre pouco com o seu pouco aseyo para conservarem os corpos com hum cheiro muito desagradável. Para se proverem de fogo sobre hum páozinho, com hum pilão adaptão outro que movem com grande presteza até lançar então lhe chegão ou palha seca, ou algodão para prender o lume”.⁸³² As descrições confirmam a importância da pintura corporal na formação identitária dos índios.

As anotações produzem uma visão dos povos indígenas incompreensível para o colono com a ausência de apreensão sobre o mundo deles, com o estranhamento ao tipo de música e de seus costumes. Conhecer o índio, um ser diferente, era estudar o inimigo, em potencial, para conquistá-lo. Os costumes do gentio eram postos no estágio da barbaridade e todos eram nivelados ao “uzo commum a todas as Naçoens do mundo no Estado de barbaridade”.⁸³³ Os juízos de valores europeus sobressaíam ao se referir aos índios de Lorena como um povo sem instrumentos, somente tinham a “monotonia” das vozes, o compasso dos pés, a “uniformidade de movimentos”; nada apresentavam de agradáveis. A dança noturna dos índios era expressão da crença na existência dos seus mortos que os visitava à noite.⁸³⁴ Mas, na interpretação do colono, eram supersticiosos até quando encontravam os pássaros e outros animais. Se, num caminho, encontrassem uma onça ou sucuri, os índios cantavam para invocar a prosperidade.

O tenente, ao descrever o gentio, aproveita para avaliar que só o tempo pode torná-los úteis para si próprios e para a sociedade. Mais que avaliar,

⁸³² Índios de Lorena dos Tocoyós. RAPM, Ano III, fasc. III e IV. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, julho a dezembro de 1898. p.766.

⁸³³ Índios de Lorena dos Tocoyós. RAPM, Ano III, fasc. III e IV. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, julho a dezembro de 1898. p.766.

⁸³⁴ RAPM. Ano III, fasc. III e IV. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, julho a dezembro de 1898. p. 766-767.

julga os índios ao dizer que nem a si próprios eram úteis. A visão de utilidade aparece intrínseca à catequese, único meio de modificá-los. Assim, com a mudança dos costumes indígenas se faria a passagem da ignorância à luz, da barbaridade à civilização.

3.1.2.8 Mestre-de-Campo Mathias Barboza da Silva

Na “Descrição do rio Doce, Cuithé, Mayasu” e de outros rios pelo Mestre de Campo Mathias Barboza da Silva, em 1734, são acenadas as possibilidades de serem encontradas riquezas.

O mestre-de-campo reforçava seu intento ao citar Pedro Bueno, autor do livro *“Estórias coriozas do Brazil”*, onde afirmava ter visto ouro, esmeraldas e rubis nos rios. O autor, porém, advertia que o sucesso só seria atingindo com a conquista do gentio, porque o medo permanente dos poucos Coroados, dos muitos índios Guaniuiris que viviam do rio Doce ao nordeste e dos demais Guasusuhi impediam a exploração. Daí Mathias Barboza descrevia a perspectiva de abundância do rio Doce, que “mostra oiro fino mas a de ter conta, e tem muitas em taipavas, e he esta a comquista mayor q’ as Geraes”.⁸³⁵ Entretanto, o acesso à riqueza estava ameaçado. Conferia-se o sucesso da empresa à catequese. Para se apoderar do esplendor das minas, os argumentos ao rei sempre estiveram destinados à urgência de se domar o gentio. A terra, o povoamento e as riquezas minerais cravadas no sertão só seriam acessíveis os índios fossem civilizados.

A imagem do indígena indomável aparece recorrente nas trocas de informações entre as autoridades coloniais e dos sesmeiros que adentravam o sertão. Na mesma medida se verifica como solução a guerra contra os índios como necessidade de reduzi-los ou afugentá-los. As justificativas são as mesmas, seguem o fundamento de posse da terra, das riquezas, da necessidade de o colono assegurar a sobrevivência, permitindo-lhe povoar o vazio do sertão e o índio como empecilho para alcançar os objetivos. Salvar as almas dos indígenas e educá-los tinha um fim nítido de apaziguá-los e disponibilizar a mão-de-obra.

⁸³⁵ Expedição na zona do rio doce pelo Mestre de Campo Mathias Barboza da Silva. (1734).RAPM. Ano III, fasc. III 1898. Cuieté 30 de agosto de 1746. p. 772.

3.2 A conquista e conversão dos Orizes (religiosos, militares e leigos)

Assinala-se o fracasso da catequese dos índios quando se verifica que, no fundo, não se renderam à catequização. Em 1713, eles foram submetidos à conversão. Muitas vezes se evangelizaram mais por temor que tinham do castigo dos colonizadores que de Deus: “Persuadidos mais do receio do castigo com que o ameaçou, do que a posse do premio que lhes prometeu, convieram em que soltariam os presos com a condição de que os havia de remir por 200 U reis, e lhes não daria liberdade; porque se voltassem livres aos seus naturais, lhes podia resultar grande prejuízo dos efeitos de sua vingança”.⁸³⁶ O pároco, mediador do contato, aceitou a condição apresentada pelos índios e o preço cobrado, pagando-lhes pelo resgate, cortou as cordas que prendiam os Orizes e entre eles se achava o “filho do Príncipe dos Orizes”. Levou-os consigo para Itapocuru, vestindo-lhes a nudez. Após os ensinamentos da fé, foram batizados. O filho do príncipe dos Orizes, Uryth Bromaã, recebeu o nome de Miguel no sacramento. Quando fez quase um ano em que os prisioneiros se converteram em cristãos, o padre Eusébio Dias perguntou ao príncipe e aos demais Orizes se reconheciam o benefício dele ao ensiná-los a fé cristã e livrá-los da morte. Os Orizes, antes de responderem ao padre, pediram o fim da condição de cativos, acusando que em outros tempos, da Companhia de Jesus, o cativoiro os impediu de receber a fé. Se o padre lhes desse a liberdade, em troca iriam todos a Nhumatamà, onde vivia o povo, comprometendo-se em apaziguá-lo e fazê-lo cristão, uma vez que contavam com “a bondade da Religião que abraçaram, e o bem que receberam da sua piedade”.⁸³⁷ O padre concordou e organizou uma esquadra de 500 homens para ir com Miguel – o filho do príncipe dos Orizes batizado.

A pacificação do gentio significava segurança à vida dos moradores do sertão, comprovando a idéia defendida, neste estudo, uma vez que a conquista da alma dos índios, oferecida pela catequese, era parte, ou melhor, era condição para a

⁸³⁶ BNL. OS ORIZES CONQUISTADOS, OU NOTÍCIA DA CONVERSAM DOS indomitos Orizes Procazes, povos barbaros, & guerreyros do Certão do Brasil, novamente reduzidos á Santa Fé Catholica, & a obediencia da Coroa Portuguesa. Dedicado ao Serenissimo Principe do Brasil Noffo Senhor Lisboa Na oficina de Antonio Pedrozo Galram. Ano de MDCCXVI. Joseph Freyre de Monterroyo Mascarenhas p.7

⁸³⁷ BNL. OS ORIZES CONQUISTADOS, OU NOTÍCIA DA CONVERSAM DOS indomitos Orizes Procazes, povos barbaros, & guerreyros do Certão do Brasil, novamente reduzidos á Santa Fé Catholica, & a obediencia da Coroa Portuguesa. p.8.

conquista do território e das suas riquezas, e nunca consequência da expansão. A catequização prometia “a quantidade de terras que ficavam livres para a cultura, para os pastos, para a povoação: a gloria de reduzir ao grêmio da Igreja Catholica um tão grande número de almas, que vagavam nas trevas da idolatria: a honra de acrescentar domínios. e vassalos à obediência do seu Monarca: acrescentando que quanto mais árduas tanto eram mais gloriosas as empresas; e finalmente que sendo a causa tanto de Deus, ele havia de fazer fáceis os meios; e permitir prósperos os fins”.⁸³⁸ Como se lê, os meios e os fins justificados, as terras livres da presença do gentio concretizavam o empreendimento da coroa e da igreja. Assim, a esquadra partiu para o centro do sertão com o Padre, depois de quarenta dias de jornada, 140 léguas de caminho, encontraram os rastros dos Orizes procurados. Ao acamparem, no local, aguardaram aquartelados e deram um tiro de mosquete, para com o estrondo avisar aos Orizes da chegada. Os índios responderam com alaridos e outros sons, o que o Padre comparou com “bramidos formados de muitas feras juntas”.⁸³⁹ A língua dos índios foi desqualificada como apenas mais uma expressão da animalidade.

O padre e a esquadra ficaram sob alerta toda a noite quando se viram cercados, atacados por flechas. Foi assim que o filho do príncipe, com alguns dos Orizes cristianizados, resolveram mediar, pronunciando “que não ofendessem às pessoas que ali estavam, porque vinham de paz, e queriam ser seus amigos; que entre eles estava hum Padre, que os livrara das mãos dos Caimbés, remindo-os com a sua própria fazenda, e agora os conduzia à sua mesma terra”.⁸⁴⁰ O líder dos Orizes, ao ouvir seu filho primogênito, mandou cessar o ataque. Imediatamente, com vinte dos seus, foi para se certificar, e, reunindo-se com alguns portugueses, com a presença de um dos Orizes do resgate do padre, acordaram a paz.

A nação dos Orizes-Procazes, a partir de então, aceitou a lei de Cristo, e o príncipe agradeceu ao pároco por devolver-lhe o filho. Como forma de gratidão e para declarar a paz, enviou ao padre seu arco, “dizendo que os seus, vendo que ele

⁸³⁸ BNL. OS ORIZES CONQUISTADOS, OU NOTÍCIA DA CONVERSAM DOS indomitos Orizes Procazes, povos barbaros, & guerreyros do Certão do Brasil, novamente reduzidos á Santa Fé Catholica, & a obediencia da Coroa Portugueza. p.9.

⁸³⁹ BNL. OS ORIZES CONQUISTADOS, OU NOTÍCIA DA CONVERSAM DOS indomitos Orizes Procazes, povos barbaros, & guerreyros do Certão do Brasil, novamente reduzidos á Santa Fé Catholica, & a obediencia da Coroa Portugueza. p.10.

⁸⁴⁰ BNL. OS ORIZES CONQUISTADOS, OU NOTÍCIA DA CONVERSAM DOS indomitos Orizes Procazes, povos barbaros, & guerreyros do Certão do Brasil, novamente reduzidos á Santa Fé Catholica, & a obediencia da Coroa Portugueza. p.10.

lhe dava as suas próprias armas, lhe não fariam nenhum dano”.⁸⁴¹ Depois, o príncipe, desarmado, foi até o arraial, “vestido de penas de aves de várias cores”. Quando viu seu filho, “se lançou por terra com os da sua companhia, batendo todos as palmas por final de admiração, e de gosto,”⁸⁴² ocasião em que anunciou que receberia a religião cristã, e se despediram, ficando o filho resgatado com os portugueses esperando o retorno do pai. O príncipe apaziguou a todos e os levou para o batismo.

O relato registra uma versão discutível, já que o filho não voltou com o pai quando este foi ao arraial, tendo de retornar ao seu *habitat* sozinho, o que deixa entrever que iriam devolvê-lo se concordasse com as condições da paz e da conversão. Ademais, um altar foi erigido nas redondezas dos matos próximos à região onde os Orizes viviam e onde o padre celebrou missa com o auxílio de Miguel, o filho do príncipe, que aprendeu a realizar cerimônias. Ao final da celebração, o príncipe conclamou seu povo a obedecer à real majestade de Portugal e “também importava a todos muito sair dos errados caminhos que até ali tinha seguido a sua fé, e abraçar a dos Portugueses, como já fizera seu filho, e os seus naturais..”.⁸⁴³ Percebe-se que a conversão não brotava da crença espontânea dos índios; simplesmente outro componente competia para induzi-la, qual seja, o subterfúgio sedutor, sempre usado em algum tipo de troca, proposta ou alguma promessa feita pelo colonizador para persuadi-los à fé.

O príncipe, ao se exprimir para seu povo, transmitia que o “padre lhes prometia a segurança de que nunca eles nem seus descendentes em tempo algum seriam cativos”.⁸⁴⁴ Nesse dia, abjuraram da idolatria, e após cinco meses de instrução a fé foram, então, batizados. Todavia, manteve-se a visão dos índios como grosseiros, explicada por terem dificuldade em abdicar de seus costumes, como o

⁸⁴¹ BNL. OS ORIZES CONQUISTADOS, OU NOTÍCIA DA CONVERSAM DOS indomitos Orizes Procazes, povos barbaros, & guerreyros do Certão do Brasil, novamente reduzidos á Santa Fé Catholica, & a obediencia da Coroa Portuguesa. Dedicado ao Serenissimo Principe do Brasil Noffo Senhor Lisboa Na oficina de Antonio Pedrozo Galram. Ano de MDCCXVI. Joseph Freyre de Monterroyo Mascarenhas p.11.

⁸⁴² BNL. OS ORIZES CONQUISTADOS, OU NOTÍCIA DA CONVERSAM DOS indomitos Orizes Procazes, povos barbaros, & guerreyros do Certão do Brasil, novamente reduzidos á Santa Fé Catholica, & a obediencia da Coroa Portuguesa. p.11.

⁸⁴³ BNL. OS ORIZES CONQUISTADOS, OU NOTÍCIA DA CONVERSAM DOS indomitos Orizes Procazes, povos barbaros, & guerreyros do Certão do Brasil, novamente reduzidos á Santa Fé Catholica, & a obediencia da Coroa Portuguesa. p. 12

⁸⁴⁴ BNL. OS ORIZES CONQUISTADOS, OU NOTÍCIA DA CONVERSAM DOS indomitos Orizes Procazes, povos barbaros, & guerreyros do Certão do Brasil, novamente reduzidos á Santa Fé Catholica, & a obediencia da Coroa Portuguesa. p. 12.

da poligamia e o da bigamia. O padre oferecendo-lhes presentes como chapéus, miçangas, ferramentas, outros gêneros desejados, aos poucos conseguiu fazê-los abandonar a forma de união por eles praticada. A troca foi um recurso comum para seduzir e obter o pretendido. Em troca de presentes aos índios, os portugueses recebiam deles animais, aves e frutos. As aulas de catecismo, também, foram instrumentos eficazes no convencimento dos índios, o que só poderia ocorrer, para a igreja, com a aceitação deles. Findo o catecismo, à pergunta se queriam aceitar o sacramento, responderam afirmativamente. Receberam o sacramento no dia de Santo Antônio, com a presença do capitão-mor Simeão Correa dos Reis⁸⁴⁵ e com padrinhos de batismo portugueses.

O príncipe Ureth Procac escolheu como padrinho de batismo o referido capitão-mor, ocasião em que recebeu seu novo nome de Rafael e seu segundo filho recebeu o de Gabriel.⁸⁴⁶ Com cantos, festejos, ao som de flautas, aplaudiram aquele dia, afinal o objetivo com o batismo era salvar as almas da idolatria. O padre pretendia realizar o rito da imersão nas águas do batismo, simbólica e ecologicamente e ao mesmo tempo. Ele iria borrifar água a distância em todos, mas os índios discordaram, retrucando que fosse individualmente, como foi com o príncipe. O batismo, que deveria durar um dia, rendeu três dias continuados, uma vez que foi ministrado a 3 700 pessoas, das quais 1 800 eram homens de armas, 1 900 mulheres, velhos e crianças.

Apesar do comentário do relato da conquista dos Orizes, cabe uma ressalva a tamanha façanha, porque, durante a pesquisa, encontrou-se uma fonte contradizendo os registros do relato. Outra versão foi apresentada ao rei da história dos Orizes. O padre Euzébio Dias Laços fez um requerimento ao rei, afirmando que ele obteve a “paz e conversão dos índios Orizes-Procaczes, gentio de corso,” com seus próprios recursos, juntamente com 50 homens. Até aquele momento, segundo ele, ninguém tinha conseguido conquistar o gentio, “causa de se não povoarem aqueles sertões”.⁸⁴⁷

⁸⁴⁵ BNL. OS ORIZES CONQUISTADOS, OU NOTÍCIA DA CONVERSAM DOS indomitos Orizes Procaczes, povos barbaros, & guerreyros do Certão do Brasil, novamente reduzidos á Santa Fé Catholica, & a obediencia da Coroa Portuguesa. Dedicado ao Serenissimo Principe do Brasil Noffo Senhor Lisboa na oficina de Antonio Pedrozo Galram. Ano de MDCCXVI. Joseph Freyre de Monterroyo Mascarenhas. p. 13.

⁸⁴⁶ BNL. OS ORIZES CONQUISTADOS, OU NOTÍCIA DA CONVERSAM DOS indomitos Orizes Procaczes, povos barbaros, & guerreyros do Certão do Brasil, novamente reduzidos á Santa Fé Catholica, & a obediencia da Coroa Portuguesa. p. 14.

⁸⁴⁷ *Documentos Históricos*. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, v. XCVI. p. 269.

O padre comentou que fez o resgate do filho do principal dos Orizes-Procaces aprisionado pelos inimigos Tapuias. Ao livrá-lo da morte, “fora instrumento para se reduzir seu pai a nossa religião católica, e tôda a sua populosa nação”.⁸⁴⁸ No requerimento, o padre Euzébio Dias Laços desejava se tornar pároco e administrador dos índios, por isso descreveu sua entrada nos sertões, o modo como reduziu o gentio, porém seu feito atraiu-lhe desconfianças e intrigas. O Conselho Ultramarino “com a notícia que tem das conquistas entrou na dúvida da verdade desta conversão, e para se certificar se seria assim como o referia êste padre, para poder votar neste negócio com mais segura e plena informação se ordenou ao Marquês de Angeja, vice-rei e capitão geral do Brasil, por carta de 31 de março deste presente ano, declarasse se, com efeito, domesticaram e converteram e aldearam êstes índios e o número dêles, [...] se êste clérigo fêz êste serviço e se estão os ditos índios batizados e convertidos”.⁸⁴⁹ O vice-rei, prontamente, tomou as providências para investigar a veracidade ou não do caso e se expressou que, “tendo notícia de que se achavam na cidade da Bahia pessoas antigas e de suposição que tinham assistido naqueles sertões trinta, quarenta e mais anos”,⁸⁵⁰ mandou que eles dessem depoimentos do ocorrido. As declarações foram o mais depreciativas possível, pois informavam que “o clérigo é um grande mentiroso e por tal está convencido pelas testemunhas e atestações que agora remetia o vice-rei, e que mais era que não só mentira a Vossa Majestade, mas também enganara o povo imprimindo em gazetas os seus embutes e cometera o crime de falsidade, usando de testemunhos falsos, cujos ditos produzira no requerimento que fêz a Vossa Majestade”. Em seguida, o vice-rei opinava para não só deferir o requerimento do Padre como também que castigasse, “como merece sua ousadia, porém, como êste castigo pertence ao eclesiástico, lhe parecia que se devia escrever ao cabido desta cidade, remetendo-se-lhe a petição que para o dito clérigo fêz com o sumário de testemunhas e mais papéis que com ela apresentou..”.⁸⁵¹

O primeiro documento, citado, da conquista dos Orizes é de autoria de alguém distante de onde se deu o ocorrido e os demais correspondem à própria Petição do padre e aos testemunhos dos envolvidos diretamente com a realidade

⁸⁴⁸ *Documentos Históricos*. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, v. XCVI. p. 269.

⁸⁴⁹ *Documentos Históricos*. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. v. XCVI, p. 269.

⁸⁵⁰ *Documentos Históricos*. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. v. XCVI. p. 269. Data do documento: Lisboa, 26 de novembro de 1716.

⁸⁵¹ *Documentos Históricos*. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. v. XCVI.p. 269. Data do documento: Lisboa, 26 de novembro de 1716.

colonial. Mesmo assim, não se deve precipitar uma conclusão, visto que a realidade era movediça. As evidências, retiradas dos depoimentos, elucidam a gama de conflitos em torno das disputas de poder na colônia, no qual estavam envolvidos índios, terras, títulos e prêmios.

O Bando de 11 de setembro de 1770, do governador do Grão-Pará, observa que alguns diretores abusavam da “inocência” dos “miseráveis índios”. Constatava-se, na prática, o descumprimento do Diretório porque as “[...] inumeráveis Naçoens de índios, que então ainda hoje subsistão nos matos, da civilização e conservação daquelles já Aldeados para cujos fins haviam estabelecido a ley do Diretório dos índios”. Dessa maneira, o governador declarava devassa para verificar as displicências dos diretores dos índios e, também, observava a causa dos descaminhos ocorridos para Real Fazenda. Ao denunciar a situação deplorável dos índios reduzidos e a “escandalosa conduta da maior parte dos Diretores,” reafirmava como deveria ser a repartição correta dos índios nos trabalhos das lavouras e nos serviços a partir da vontade deles. Na mesma carta dizia que, além de o trabalho indígena estar sendo imposto conforme os interesses dos administradores, os índios teriam de receber o pagamento pelos seus serviços, porém os diretores estavam cometendo abusos.⁸⁵²

3.3 Catequese e Civilização nos Sertões das Minas

O ideário de civilização dos índios nos sertões⁸⁵³ parece ter seguido os propósitos dos demais planos, no sentido de incentivar a convivência entre brancos e índios, de permitir os casamentos mistos, de obrigá-los ao matrimônio entre eles, educando-os para instituição familiar, de usar as divergências dos índios entre si nos combates. Adiciona-se a estratégia de conquista do gentio, a língua como um veículo de aliciamento, geralmente, tendo à frente um intérprete índio, intermediador

⁸⁵² ATT. Papéis do Brasil. Avulsos n. 1 doc. 20. Regimento de Dom Francisco de Souza Coutt.o. escrito por Marcos Jozé Montr.o secretario do Estado. [Grão Pará] Belém do Pará, 11 de setembro de 1770.

⁸⁵³ Para maiores detalhes sobre os sertões do leste e do rio Doce ver: Ceciliano Abel de Almeida. *Os desbravamentos das selvas do rio Doce*, (Memórias). Rio de Janeiro: José Olympio, 1959. E para os sertões do oeste de Minas ver: Marcia Amantino. *O mundo das feras: os moradores do sertão oeste de Minas Gerais – século XVIII*. (Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, outubro de 2001).

do contato, com fluência do português que repassava aos demais os princípios da civilidade, preparava-os para o trabalho, a utilidade, no mesmo passo que o colonizador se a apropriava das terras indígenas. Lembrando que os colonizadores se referiam aos Tapuias (do tronco macro-jê) como os dominantes nos sertões coloniais. A vida deles em seu *habitat* no cerrado foi completamente alterada quando da corrida ao ouro. Eles foram sujeitados à escravização ou exterminados, bem como foram usados nas guerras particulares de terras e de poder entre os sesmeiros.⁸⁵⁴

A Carta régia de 12 de maio de 1798 alimentava o incentivo ao descimento dos índios dos sertões e o recrudescimento das relações, permitindo o uso dos índios nos trabalhos fora da aldeia. A catequese⁸⁵⁵ foi pauta constante nas correspondências das autoridades civis e eclesiásticas, mas seu real sentido sempre guardou as preocupações da ordem e domínio da colônia. Dom João decidia, para a sustentação dos missionários na redução do gentio Parecis, que fossem tomadas as providências convenientes. Em 1731, entre os obstáculos registrados na manutenção da ordem, estava a referência ao não-cumprimento das leis por parte dos vassalos e a preocupação na arrecadação dos reais quintos do gentio, nas regiões de Minas e Cuyabá. São alguns dos exemplos de como o ideário não funcionava, ainda mais, nas regiões de conquistas.⁸⁵⁶

O poder da Coroa era exercido de maneira fragmentada por ter de se apoiar nos vassalos que povoaram e desbravaram o território, conquistando os indígenas e realizando o sonho do Eldorado. Jogo político numa interseção de interesses entre colonos e Estado. Ao poder e a política dispostos na estrutura das Câmaras Municipais, dominadas pelos proprietários rurais e para Minas acrescentam-se também os donos de datas minerais, mas que de qualquer forma significava o mando dos proprietários.

A expressão do poder da metrópole se fez sentir com rigores na colônia ao longo do tempo, conforme a colonização também se organizava. Caio Prado explicitou que o poder da Coroa se fazia na vinculação com os colonos, pois eram eles que vivenciavam a realidade. O poder não se estendia soberano e total no território. Os mecanismos de controle aumentaram quando encontraram o ouro e os

⁸⁵⁴ Berta G Ribeiro. *O índio na história do Brasil*. 7 ed. São Paulo: Global, 1983.

⁸⁵⁵ ATT PAPÉIS DO BRASIL – Cód. 6. MF. 698 fl 100. Lisboa, 17 de junho de 1735.

⁸⁵⁶ ATT. Papéis do Brasil. Cod. 06, MF. 698. fl.146. São Paulo, 20 de julho de 1731. Carta de Thomé Ffra. de Moraes Sarmto ao rei.

diamantes. O choque de forças entre poderes, metrópole, lusitanos e colonos no terreno político ampliou-se à medida que se adentrava o século XVIII.

O regime de posse da terra, a escravidão e o trabalho indígena estão associados. “O regime de posse da terra foi o da propriedade alodial e plena. Entre os poderes dos donatários das capitanias estava, como vimos, o de disporem das terras, que se distribuíram entre os colonos. As doações foram em regra muito grandes, medindo-se os lotes por muitas léguas. O que é compreensível: sobravam as terras, e as ambições daqueles pioneiros recrutados a tanto custo, não se contentariam evidentemente com propriedades pequenas; não era a posição de modestos camponeses que aspiravam no novo mundo, mas de grandes senhores e latifundiários. Além disso, e sobretudo por isso, há um fator material que determina esse tipo de propriedade. A cultura da cana somente se prestava, economicamente, a grandes plantações. Já para desbravar convenientemente o terreno (tarefa custosa neste meio tropical e virgem tão hostil ao homem) tornava-se necessário o esforço reunido de muitos trabalhadores; não era empresa para pequenos proprietários isolados”.⁸⁵⁷

3.4 A redução da liberdade e os aldeamentos

A redução dos povos indígenas esteve intrinsecamente vinculada à urgência de limpar os caminhos da resistência indígena ao colonizador e, conseqüentemente, do acesso aos descobertos. Os sertões dos bárbaros eram os mesmos sertões do ouro. O aldeamento vinha como acessório discursivo à catequese, mas no fundo todos estavam de olhos nas terras. Os Bororos e os Paiaguás viviam nas Minas do Cuiabá; os Puris e os Caiapós, nas Minas dos Goyases e as Minas Gerais eram os sertões de fronteiras e de ouro. Além do mais, antes mesmo de se consumir a descoberta do ouro, os sertões eram próprios à

⁸⁵⁷ Caio Prado Júnior. *História econômica do Brasil*. 35 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.32-33.

criação de gado e ao abastecimento de gêneros, levando a uma série de investidas contra o gentio e de tentativas de aldeá-los.⁸⁵⁸

Os aldeamentos, ou povoações indígenas, para a época colonial, possuíam uma regulamentação que deveria seguir as proposições do “Directorio que se deve observar nas Povoaçoens dos Indios da Capitania de Minas Geraes, emquanto Sua Alteza Real não mandar o contrario”.⁸⁵⁹ Ao que parece nunca foi obedecida ao pé da letra. Enfim, entre a norma legal e a prática, muitas vezes prevalece a distância uma da outra. Apenas foi parcialmente observada em certos aspectos da catequese, dos aldeamentos e da administração dos índios.

Os aldeamentos foram espaços inventados; opõem as aldeias. Constituíram-se como ambientes pensados para serem espelhos da civilização, distintos dos espaços originais criados pelo modo de vida dos povos indígenas.

O Diretório, para as Minas, contém ao todo 53 itens e refere-se ao sertão, espaço habitado pelos índios como o lugar da barbárie, apesar da riqueza atraente escondida nas terras e rios. A identidade do espaço se define de acordo com os costumes de seus habitantes, os gentios nômades ou seminômades. O sertão da barbárie e do paganismo chocou diretamente com a concepção de civilidade européia. O Diretório das Minas caracterizou, de forma genérica, o perfil dos índios da capitania ao assinalar que se conservavam “na mesma barbaridade como se vivessem nos sertões onde nasceram e praticando os costumes do paganismo. Só pela civilidade, cultura e comércio é possível civilizá-los”.⁸⁶⁰

Estado e Igreja, por meio da cristianização dos gentios, pretendiam modificá-los e adaptá-los à civilização. Ao apresentar os 53 pontos que deveriam ser obedecidos pelos diretores, destaca logo o primeiro de cristianizá-los sob os cuidados do Prelado da Diocese. A obrigação dos diretores seria persuadi-los para a civilidade. Axioma de todas as nações ditas civilizadas que conquistaram novos domínios é o de submeter os povos conquistados e obrigá-los a aprender a língua dominante, “meio eficaz” para “desterrar” os “rústicos costumes da barbaridade”.

⁸⁵⁸ Ver: John Hemming. Os Índios e a Fronteira no Brasil Colonial. In: Leslie Bethell. (Org.). *A América Colonial*. Trad. Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes. São Paulo: EDUSP, 1999. v. II. p. 423-470.

⁸⁵⁹ RAPM. Ano II fasc 4 out. dez. de 1897. Ouro Preto, Imprensa Oficial. 1897 “Directorio que se deve observar nas Povoaçoens dos Indios da Capitania de Minas Geraes, emquanto Sua Alteza Real não mandar o contrario” p. 700-715.

⁸⁶⁰ RAPM. Ano II fasc 4 out. dez. de 1897. Ouro Preto, Imprensa Oficial. 1897 “Directorio que se deve observar nas Povoaçoens dos Indios da Capitania de Minas Geraes, emquanto Sua Alteza Real não mandar o contrario” p.700.

Sem aprender a língua oficial, o conquistado continuaria na condição de pagão. O termo conquistado, inclusive, é ressaltado no Diretório imprimindo o caráter da sujeição necessária do inferior. Daí a importância de estabelecer duas escolas “públicas”, uma para meninos e outra para meninas, para que aprendessem a língua, ler e escrever. No caso das meninas também deveriam aprender a tecer, fiar e costurar.

Os diretores e os demais colonos deveriam valorizar os índios na ocupação de postos, de profissões para que, ao se sentirem estimados pelas suas famílias, deixassem os vícios, a vileza e o abatimento típicos da sua natureza. Afinal, a “indecência” em que vivem numa mesma casa, com várias famílias, deveria pôr fim os diretores, mandando o gentio construir casas com repartimentos. Além dos vícios, a incivilidade, o desânimo e a embriaguez tinham de ser combatidos. Os estereótipos delinearam visões dos índios de tal maneira que se transferiu num problema dos sertões. Daí a urgência de o Diretório ser implantado com os diretores e párocos permitindo-lhes lançar mão de todos os recursos para erradicarem os vícios do corpo e da alma dos índios.⁸⁶¹ A devassidão seria extirpada ao vesti-los, encobrimdo-lhes a nudez e ensinando-os a trabalhar, pois assim se proveriam os meios de adquirirem as vestimentas.

No discurso, o trabalho aparece tendo a faculdade de fazer dos índios úteis para si mesmos e para o Estado que delegava poderes aos Diretores com o encargo de persuadi-los ao cultivo da terra, de onde se obtém o sustento e da qual se poderia vender os gêneros produzidos. Na administração do trabalho indígena, cabia aos diretores repartir as terras para cultivo.

No Diretório, o aldeamento era defendido como ambiente de convívio com os bons costumes. Ele faria com que os índios saíssem da ignorância em que viviam. São cinco os princípios responsáveis pela miséria dos povos indígenas: o primeiro citado é a ociosidade, “vício natural, e congênito;” “faltam-lhes luzes”; o segundo é o abuso que os moradores fazem dos trabalhos deles; o terceiro é o nomadismo, que aparece ao se fazer menção às contínuas viagens que fazem e se demoram; o quarto, as guerras praticadas; e a quinta, a ausência de diretores capazes e regras próprias para gerir o governo “como as que os Augustos

⁸⁶¹RAPM. Ano II fasc 4 out. dez. de 1897. Ouro Preto, Imprensa Oficial. 1897 “Directorio que se deve observar nas Povoações dos Indios da Capitania de Minas Geraes, emquanto Sua Alteza Real não mandar o contrario” p. 701.

Soberanos aprovarão para os Índios do Pará e Maranhão".⁸⁶² Como se vê, o Diretório de Minas recupera o Diretório do Pará e do Maranhão porque igual faltava para as Minas na administração dos índios.

No entanto, ao comparar as proposições do padre com outra documentação, desvenda-se que nem no Maranhão e no Pará os aldeamentos servem como baliza de acertos. A sugestão do governo do Maranhão era que se retirasse dos padres missionários a administração dos índios e a entregasse aos capitães, porque "na pretendida mudança, da administração Temporal dos Índios para os Capp.ens q. devem estar existentes nas Aldeas, evitando-se pecados, e Captv.ros injustos, purificandose os mesmos Mission.ros nos procedim.tos da prohibida, e demaziada negociação Temporal, q. fazem com os Índios, separando o sagrado do profano".⁸⁶³

Apesar de o padre Jacinto de Carvalho declarar que os índios é que queriam a administração dele para que fosse obedecido o Regimento das Missões e por repudiarem os capitães, o Governador satiriza a argumentação do Padre: "verdadeira mente q devia cuidar este Pe.; q. este seu papel, nunca havia de ser visto, ou que se o fosse não seria senão por algum negro brasa! E que sabem os pobres, e rudes Índios, baixados brutos dos matos, o q. conthem as Leys das Missoens?"⁸⁶⁴ Ademais, o governador salientava que nada garantia que os intérpretes índios traduzissem fielmente o que os padres falavam,⁸⁶⁵ pois em nada seguiam o Regimento das Missões onde se ordenava para que não tratassem com rigor os índios, nem os tiranizassem⁸⁶⁶ e também se proibia que fossem retirados das aldeias sem despacho ou licença. Pelo visto, na prática, nenhuma das prescrições vingou.⁸⁶⁷

Percebe-se claramente na disposição dos aldeamentos que eram espaços destinados a reforçar a segregação. A integração do índio à sociedade colonial afirmada por alguns estudiosos da história indígena quando interpretam o

⁸⁶² RAPM. Ano II fasc 4 out. dez. de 1897. Ouro Preto, Imprensa Oficial. 1897 "Directorio que se deve observar nas Povoações dos Indios da Capitania de Minas Geraes, enquanto Sua Alteza Real não mandar o contrario" p. 703.

⁸⁶³ BNL PBA 477 Bellém do Gram Para aos onze de agosto de 1733. fl. 66.

⁸⁶⁴ BNL PBA 477 Bellém do Gram Para aos onze de agosto de 1733. fl.70.

⁸⁶⁵ BNL PBA 477 Bellém do Gram Para aos onze de agosto de 1733. fl.70.

⁸⁶⁶ BNL PBA 477 Bellém do Gram Para aos onze de agosto de 1733. fl.70.

⁸⁶⁷ Ângela Domingues. Comunicação entre sociedades de fronteira: o papel do intérprete como intermediário nos contactos entre ibero-americanos e ameríndios na Amazônia de finais do século XVIII. *Limites do Mar e da Terra. Actas da VIII Reunião Internacional de História da Náutica e Hidrografia*. Patrimonia Cascais, 1998. Separatas. p. 255-266.

Diretório, mesmo o pombalino, é no mais das vezes ingênua e distorcida. Afinal, a integração dos índios almejada pelo Estado e Igreja se resume em ter o controle da vida desses povos, apaziguá-los para libertar o caminho das riquezas e posses das terras. Educá-los nos costumes civilizados, ainda, implicou proibi-los de usar arcos e ensinar-lhes o serviço militar, cultivar o respeito aos superiores e lançar mão dos meios adequados para que deixassem a preguiça, incentivando o trabalho das plantações. Ora, isso nada mais é que uma integração para submissão, sem pretensões de integrá-los realmente como parte da sociedade colonial.

A idéia de controlar se afina à de sujeitar. À medida que o gentio se sujeitasse aos trabalhos de plantações, os colonos se “animarão” adentrar os sertões e terras abandonadas. Como os índios eram vistos sem disciplina e sem obediência, o esperado era que “eles não sugeitarão facilmente ao trabalho, he necessario que os Directores obriguem nos primeiros dois annos, obriguem as referidas companhias alternativamente a hum moderado trabalho, e por horas certas de manhã, e tarde”,⁸⁶⁸ colaborando com os escravos na produção dos mantimentos, tática que comprava a idéia de sujeição com uso da força; sujeitar era o mesmo que obrigar. Mas para não se perder o controle da produção, os diretores emitiriam uma lista das roças aos governadores com os nomes dos lavradores. Os índios pagariam o imposto do dízimo sobre os frutos da terra, que sustentariam os “pequenos índios, e índias das Escollas,” os índios velhos ou aleijados.⁸⁶⁹

O cultivo da terra para a sobrevivência na colônia e o comércio, imprescindível ao Estado, seriam controlados pelas as balanças, pesos e medidas sendo permitido aos índios comutar ou vender seus produtos, mas sempre com na presença e tutela dos diretores. Para a efetivação do comércio na povoação dos índios haveria um livro denominado *Comércio*, estabelecendo o que foi comutado ou vendido e os preços respectivos. O dinheiro não poderia ser repassado diretamente aos índios, para não que não gastassem como quisessem. Caberia a um tesoureiro geral nas povoações comprar aquilo de que necessitassem. Seria proibido empregar os índios no trabalho particular dos moradores; só se fosse dentro das suas povoações e, fora dela, somente com licença do general por escrito. Os diretores

⁸⁶⁸ RAPM. Ano II fasc 4 out. dez. de 1897. Ouro Preto, Imprensa Oficial. 1897 “Directorio que se deve observar nas Povoaçoens dos Indios da Capitania de Minas Geraes, emquanto Sua Alteza Real não mandar o contrario”. p. 703.

⁸⁶⁹ RAPM. Ano II fasc 4 out. dez. de 1897. Ouro Preto, Imprensa Oficial. 1897 “Directorio que se deve observar nas Povoaçoens dos Indios da Capitania de Minas Geraes, emquanto Sua Alteza Real não mandar o contrario”. p. 704.

deveriam permanecer atentos para não permitir que os índios fossem enganados no preço dos produtos por moradores, ou se eles quisessem pagar com fazenda o preço deveria equivaler ao que se vendia na cidade.⁸⁷⁰

O projeto de civilização pode ser observado nesse Diretório para Minas, e o aldeamento era condição para transformar as aldeias em povoações, assemelhando-se à primeira fase das missões jesuíticas.

Nas povoações dos índios, seria estabelecida uma Câmara municipal, a cadeia e as casas dos índios, com ao menos 150 moradores. Ao reduzir as aldeias em povoações, proibia-se o ajuntamento dos índios de diversas nações, mas eles poderiam se assim permitissem. Para criar a povoação, os diretores devem realizar o descimento dos índios.⁸⁷¹

Pretendia-se que com a organização de normas nas povoações ensinassem a civilidade aos índios, via comércio e comunicação. Com o convívio com os brancos nas povoações, esperava-se impedir a separação entre eles, o que impossibilitava a meta a ser atingida. Dentre elas a distribuição de terras aos colonos, porém sem prejudicar o direito dos índios “naturais senhores da terra” por meio de sesmarias, o que não ocorreu, pois as terras foram perdidas.

Os administradores dos índios nomeados diretores estabeleceriam as condições⁸⁷² para os colonos na relação com os índios para que não pensassem que perderiam a liberdade. Dentre as condições dos diretores os colonos não seriam proibidos de possuir as terras distribuídas para os índios, pois integrava os meios lícitos; mas ficavam obrigados a conviver em paz. Já para os empregos “honrosos”, não se poderia ter preferência entre os índios, e aqueles colonos que fossem para as povoações teriam de dar exemplos dos preceitos religiosos e do valor do trabalho com a terra. Se deixassem de observar as condições, deveriam ser expulsos das povoações. Nenhum daqueles a que se concedessem terras poderia se esquivar dessas condições, Além disso, a residência não poderia ser em outro lugar a não ser

⁸⁷⁰ RAPM. Ano II fasc 4 out. dez. de 1897. Ouro Preto, Imprensa Oficial. 1897 “Directorio que se deve observar nas Povoaçoens dos Indios da Capitania de Minas Geraes, emquanto Sua Alteza Real não mandar o contrario”. p. 708-709.

⁸⁷¹ RAPM. Ano II, fasc 4 out. dez. de 1897. Ouro Preto, Imprensa Oficial. 1897 “Directorio que se deve observar nas Povoaçoens dos Indios da Capitania de Minas Geraes, emquanto Sua Alteza Real não mandar o contrario”p. 710.

⁸⁷² RAPM. Ano II, fasc 4 out. dez. de 1897. Ouro Preto, Imprensa Oficial. 1897 “Directorio que se deve observar nas Povoaçoens dos Indios da Capitania de Minas Geraes, emquanto Sua Alteza Real não mandar o contrario”p. 711 e 712.

nas terras que fossem distribuídas, exceto para aqueles que tivessem datas de mineração.

Os diretores tinham de pôr fim à distinção criada entre brancos e índios, assim como os índios não eram inferiores e poderiam ocupar cargos públicos, mas tudo isso ficou no papel e a segregação conservou-se no cotidiano colonial.

Os diretores, ao receberem a faculdade de tutores dos índios, passaram a gerir a própria vida “enquanto se conservam na rusticidade, não os dirigindo com aquele zelo e fidelidade que pedem as Leis do Direito Natural, e civil, serão rigorosamente punidos, como inimigos comuns do Estado”.⁸⁷³ Os diretores deviam atuar em *prol* dos índios para a divulgação da fé, da civilidade, do comércio e da felicidade do Estado conforme o padre Francisco de Silva Campos.⁸⁷⁴

Ao abrir-se a estrada que confronta com o campo dos Goitacazes projetava-se estabelecer um Registro e Destacamento nos limites da mata junto à cachoeira Grande, onde deságua o rio Pomba no rio Paraíba e a redução dos índios bravos numa povoação às margens do rio Pomba, no Porto das Canoas.⁸⁷⁵

Almejava-se com a redução transformar o indígena também em militar. Além de pacificado, serviria na proteção das áreas cobiçadas, criando uma patrulha com os índios comandados por um ou dois civilizados. Uma pequena guarda seria estabelecida na povoação ou vila, enquanto os índios não estivessem sujeitados para evitar sublevação.⁸⁷⁶

O Diretório dos Índios é referendado como princípio maior a ser seguido no ordenamento dos povos indígenas, no qual o vigário dos índios, Manoel de Jesus Maria, devia se atentar “[...] na Conformidade do Directório, porque o mesmo Senhor determina que se dirijão todas as Nações de Indios deste Continente, e poder Carecer, o referido Vigário na louvável rezollução em que Se

⁸⁷³ RAPM. Ano II fasc 4 out. dez. de 1897. Ouro Preto, Imprensa Oficial. 1897 “Directorio que se deve observar nas Povoações dos Indios da Capitania de Minas Geraes, emquanto Sua Alteza Real não mandar o contrario” p.713.

⁸⁷⁴ RAPM. Ano II fasc 4 out. dez. de 1897. Ouro Preto, Imprensa Oficial. 1897 “Directorio que se deve observar nas Povoações dos Indios da Capitania de Minas Geraes, emquanto Sua Alteza Real não mandar o contrario” p.713

⁸⁷⁵ RAPM. Ano II fasc 4 out. dez. de 1897. Ouro Preto, Imprensa Oficial. 1897 “Directorio que se deve observar nas Povoações dos Indios da Capitania de Minas Geraes, emquanto Sua Alteza Real não mandar o contrario”. p. 713.

⁸⁷⁶ RAPM. Ano II fasc 4 out. dez. de 1897. Ouro Preto, Imprensa Oficial. 1897 “Directorio que se deve observar nas Povoações dos Indios da Capitania de Minas Geraes, emquanto Sua Alteza Real não mandar o contrario”. p. 714.

acha de passar às Aldeyas Confinantes do território deste Governo, atrahir outras diversas Nações (alem das Expressadas) das Trevas de Gentilismo às Luzes do Evangelho". Junto com o vigário partiram, também, os línguas (interpretes gentios) e, por ordem do governador, os "Comandantes dos districtos immediatos, que igoalmente lhe assistão, com as pessoas, que o referido Padre e lhe pedir, e achar Capazes de o ajudarem, unidos às Ordens Régias, derigidas a Este importantíssimo objeto de Conciliarem os referidos Índios".⁸⁷⁷

O sucesso da conciliação do gentio dependia de não consentir as bandeiras adversas à finalidade, pois podiam gerar nos índios suspeitas de se quererem tomar-lhes as terras, "reduzilos a escravidão, quando só se encaminha esta deligência e facilitar-lhes a justa Liberdade, Civilizalos e Christianizalos, separando-os da barbaridade, e gentilíssimo, em que até o presente tem existido", já que se verificava que alguns vassalos desobedeciam às ordens régias desvirtuando-se dos legítimos intentos de "os tirarem da referida ignorancia e dezcaminho"⁸⁷⁸ As "Aldeyas Confinantes" situavam-se em terras de fronteiras mais propícias aos conflitos.

Os aldeamentos estiveram sob administração dos religiosos até meados do século XVIII, a partir de então, restringiu-se a função dos religiosos aos aspectos espirituais e passou a contar-se no cargo os próprios índios, denominados de principais no governo dos aldeamentos e da direção leiga. Os índios eram considerados incapazes de se autogovernarem, motivo suficiente para justificar a criação das formas de administração das aldeias e o cargo de diretores.

Beatriz Perrone-Moisés⁸⁷⁹ cita as três leis de liberdade dos índios emitidas em 1609, 1680 e 1755, em meio à legislação que se estende do século XVI ao XVIII. Analisa a relação índio-amigo com "liberdade" e índio-inimigo guerra e cativo, mas também trata dos lugares, da organização dos aldeamentos, da administração dos índios e do uso da sua mão-de-obra. "O aldeamento é a realização do projeto colonial, pois garante a conversão, a ocupação do território, sua defesa e uma constante reserva de mão-de-obra para o desenvolvimento

⁸⁷⁷ RAPM. Ano II, fasc. 2º, Abr.- Jun. de 1897. Ouro Preto, Imprensa Oficial. Portaria. 05/12/1767. p. 358.

⁸⁷⁸ RAPM. Ano II, fasc. 2º, Abr.- Jun. de 1897. Ouro Preto, Imprensa Oficial. Portaria. 5/12/1767. p. 358.

⁸⁷⁹ Beatriz Perrone-Moisés. Índios Livres e índios Escravos. Os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI A XVIII). In: Manuela Carneiro da Cunha. (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 114-132.

econômico da colônia".⁸⁸⁰ O Regimento das Missões de 21/12/1686 já anunciava os princípios da catequese para o bem do Estado, como condição para tranquilidade da população e entrada dos sertões. O Regimento das Aldeias de São Paulo de 10/5/1734 e o das Missões autorizaram a repartição dos índios e o uso do trabalho deles.

Em 1755, o Diretório Pombalino definia as regras dos aldeamentos tendo cada um como supervisor um capitão. Mas, ao que parece, o Diretório não foi tão bem-sucedido, porque as guerras contra o gentio continuaram e suas reações também. Um dos exemplos foi a tomada de Cuieté, em 1765, pelos índios, quase dez anos após se pensar o Diretório, que vigorou de 1757 a 1798. O Marquês de Pombal, principal ministro de D. José I (1750-1777), com objetivos de racionalizar e reorganizar a máquina do governo, promoveu uma política que incluía a relação com os índios. Como se sabe, Pombal tomou várias medidas em relação à colônia no tocante ao comércio, aos jesuítas, à cobrança dos impostos. São alguns exemplos da política pombalina: em 1751, instalou o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro, o Real Erário em Lisboa em 1761, organizou as Juntas da Fazenda.⁸⁸¹ No entanto, um dos problemas recai na necessidade de verificar até que ponto as reformas de Pombal interferiram e modificaram a política indigenista em vigor. O teor legal pode ter mudado em certos pontos, mas não se deve eleger Pombal como um inventor da política indigenista e da liberdade dos índios. Como se vem discutindo, muito do que já acontecia foi incorporado por Pombal no Diretório dos Índios, incluindo a organização dos aldeamentos naquela conjuntura. O impasse esteve centrado na retirada do poder conferido aos missionários e na proporção que tomou as desavenças na colônia. Pombal, ao declarar todos os índios livres do cativeiro, abolindo qualquer condição, tinha como intenção transformá-los em vassalos da conquista deles mesmos e de suas terras, reduzidas nos aldeamentos, bem como em exército de reserva nos trabalhos diversos.

Rita Heloisa de Almeida⁸⁸² demonstra o caráter jurídico desse documento como lei colonial que regulamentou as ações dirigidas aos índios entre

⁸⁸⁰ Beatriz Perrone-Moisés. Índios Livres e Índios Escravos. Os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI A XVIII). In: Manuela Carneiro da Cunha. (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 120.

⁸⁸¹ Cf. Francisco Calazans Falcon. Pombal e o Brasil. In: José Tengarrinha (Org.). *História de Portugal*. São Paulo: UNESP; Bauru: EDUSC; Portugal: Instituto Camões, 2000.

⁸⁸² Rita Heloisa de Almeida. *O Diretório dos Índios*. Um projeto de civilização no Brasil do século XVIII. Brasília: UNB, 1997.

1757 e 1798. Implantada como uma lei geral para os índios do Brasil, seus objetivos foram organizados para evangelizar o gentio, defender o território e povoá-lo. As mudanças significativas constatadas com Pombal têm a ver com a substituição dos missionários por militares e civis na administração dos índios. O Diretório apresentava a gerência dos índios e estimulava a convivência social entre índios e não-índios: “É a partir dos regimentos das missões, principalmente na gestão do Diretório, que se verifica o surgimento de um conceito de civilização cada vez mais associado a uma ação a realizar-se em espaços planejados. Nestes, os índios são instruídos na religião cristã, aprendem ofícios, integram atividades econômicas e estabelecem formas de convívio por meio do comércio, do trabalho e do casamento com os brancos. Nestes espaços, chamados, conforme cada época, ‘missões’, ‘povoação’, ‘aldeamentos’, ou ‘posto indígena’, transcorre uma mesma ação que coetaneamente seria compreendida como sendo uma obra religiosa, uma empresa colonial, um serviço assistencial”.⁸⁸³

Leonardo Pires Batista Moraes⁸⁸⁴ propõe questões relevantes. O autor retoma o Alvará, que reafirmou a Carta régia de 1758, contra a escravidão indígena em dezembro de 1763, prolongando-se até julho de 1768, quando também os clérigos regulares foram proibidos de administrar os sacramentos aos índios. Na mesma medida em que avançava a colonização, os índios se retiravam para os locais mais distantes dos centros urbanos. Os grupos indígenas tiveram atitudes diferentes perante o colonizador, como ocorreu na tomada de Cuité, em 1765, em que reagiram à represália do governo quando se organizaram expedições militares e, conseqüentemente, guerra e aldeamentos. O paternalismo, desde o princípio da colonização, era um traço característico nas relações e não marcou somente a vida dos escravos negros, mas se fez presente sob o discurso de tutela e administração do índio como se fosse uma forma de proteção e bondade.

Os imperativos culturais e motivos políticos inerentes ao catolicismo da época reconhecia os índios como seres humanos desde que obedientes às regras ensinadas. Dessa maneira, adaptar-se ou acomodar-se ao meio era a única maneira de aceitá-los. As rebeldias dos índios e sua guerra eram vistas como barbarismos cometidos aos semelhantes cristãos.

⁸⁸³ Rita Heloisa de Almeida. *O Diretório dos Índios*. Um projeto de civilização no Brasil do século XVIII. Brasília: UNB, 1997.p. 45.

⁸⁸⁴ Leonardo Pires Batista Moraes. *O Índio na história de Minas Geras, Século XVIII*. Belo Horizonte: UFMG, 1992. (Monografia de iniciação científica).

A resistência ao aldeamento com fugas ou ataques aos índios aldeados e sitiantes se desenrolou durante todo o período. As alternativas de manterem seus modos de vida eram nulas, incompatíveis com o sistema colonial.

Os aldeamentos, como redutos inventados, tinham como finalidade ensinar a fé e eliminar os costumes dos gentios. Acresce-se aos objetivos da redução nos aldeamentos o pressuposto de capacitá-los para o trabalho. Deste modo, as atividades econômicas que se tornaram lucrativas vindas dos gêneros extraídos da terra para o comércio contavam com a mão-de-obra e a exploração dos índios o que se conseguia com o processo de redução, civilização e catequese. As florestas e rios eram bem conhecidos dos índios e mais ainda a atividade de extração dos produtos naturais comuns para a população indígena no cotidiano. A utilidade do índio intensamente aconselhada na legislação e correspondências tinha a intenção de usá-los a favor da colonização. Além disso, outra utilidade foi o meio de transporte, afinal os gentios dominavam a canoagem e podiam transportar os gêneros dos sertões pelas canoas nos rios.

A idéia de que a legislação foi contraditória enquanto pura e simples deve ser refutada. A contradição era uma alternância das leis conforme os interesses e situações postas. A defesa da legislação que aboliu a escravidão dando a liberdade ao gentio foi criada na historiografia, fruto de visões que apagam o passado de escravização dos índios, ato praticado tanto por parte dos missionários quanto do Estado, que sempre emitiu seu aval à redução “já entre as primeiras concessões de D. João III aos donatários das capitanias brasileiras figura a de poderem ‘cativar o gentio que quisessem para o seu serviço,’ e mesmo a de levarem alguns para o Reino. ‘Reduzir’ o gentio tornou-se a palavra de ordem dos colonos”.⁸⁸⁵

O problema não era estabelecer o cativeiro dos índios, mas “reprimir-se esta generalidade, evitando-se o excesso com que se uzava daquela permissão”.⁸⁸⁶ Foi para conter o aumento da reação indígena e os danos advindos “que nenhum

⁸⁸⁵ Caio Prado Júnior. *Evolução Política do Brasil Colônia e Império*. 16 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987p.24.

⁸⁸⁶ BNL. Códice 112595 F. 4829. FL 1-19. Instruções Régias. (Instrução particular, que V.Magestade he servido mandar dar a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, nomeado Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Pará). fl. 1.

destes Indios possam ser escravos por nenhum principio ou pretexto".⁸⁸⁷ Os aldeamentos se reservavam para "polirem, ensinar, e doutrinar os Indios, e em que Aldeyas se aproveita mais a publica utilidade".⁸⁸⁸ e os índios serviriam ao assegurar os domínios do rei "que procureis attentamente os meios de segurar o Estado, como tambem os de fazer florecer, o comercio para se conseguir o primeiro fim, alem do que fica dito á respeito de se Aldeyarem os Indios, especialmente nos limites das Capitanias, e tereis cuidado quanto possivel fôr, que se povoem todas as terras possiveis, introduzindo-se novos povoadores".⁸⁸⁹

A questão dos limites e a execução dos domínios era prioridade urgente no século XVIII. Da mesma forma, o controle dos caminhos das riquezas que chegavam ao Mato Grosso.⁸⁹⁰ Os projetos de catequese e civilização pretendiam converter os índios à utilidade do Estado. A utilidade do indígena para o Estado tornou-se mais precisa quanto mais laico o poder instituído se firmava, como se vê no século XIX com o pretendido ideário de nação. O aldeamento era tido "como paradigma do sistema de relações interétnicas e institucionais marcadas por violências e contradições".⁸⁹¹

Os aldeamentos nas áreas de tensões, como o dos Puris, em Imaculada Conceição do Etueto, tinham como objetivo conter os índios nos conflitos com os colonos, onde as terras guardavam riquezas, além da intenção de usá-los nos trabalhos.⁸⁹² No entanto, no nosso estudo, vale uma ressalva por se inserir no contexto do século XVIII. Embora o objetivo dos aldeamentos fosse subordinar os índios à civilização e catequese, o Estado mantinha estreitos laços com a Igreja, aliando-se o poder religioso e laico sem projeto indigenista de nacionalidade, mas de utilidade e de subserviência.

⁸⁸⁷ BNL. Códice 112595 F. 4829. FL 1-19. Instruções Régias. (Instrução particular, que V.Magestade he servido mandar dar a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, nomeado Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Pará). fl. 2.

⁸⁸⁸ BNL. Códice 112595 F. 4829. FL 1-19. Instruções Régias. (Instrução particular, que V.Magestade he servido mandar dar a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, nomeado Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Pará). fl. 6, grifo nosso.

⁸⁸⁹ BNL. Códice 112595 F. 4829. FL 1-19. Instruções Régias. (Instrução particular, que V.Magestade he servido mandar dar a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, nomeado Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Pará). fls. 6-7, grifos nossos.

⁸⁹⁰ BNL. Códice 112595 F. 4829. FL 1-19. Instruções Régias. (Instrução particular, que V.Magestade he servido mandar dar a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, nomeado Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Pará).fl. 8. Lisboa, 30 de maio de 1751.

⁸⁹¹ Izabel Missagia de Mattos. *Civilização e Revolta*. p. 235-236.

⁸⁹² Cf. Izabel Missagia de Mattos. *Civilização e Revolta*. p. 237.

O processo de confinamento no espaço do aldeamento ou da redução se iniciou no passado colonial e permaneceu como meio de garantir a tomada das terras indígenas. “O presente e o passado esclarecem-se mutuamente, com uma luz recíproca.”⁸⁹³ “E, se a observação se limita à estrita actualidade, a atenção dirige-se para o que se move rapidamente, para o que sobressai com ou sem razão, para o que acaba de mudar, faz ruído ou se manifesta de um modo imediato”.⁸⁹⁴ A relação passado presente tem ressonâncias quando se investigam os pressupostos que deram os contornos à política de terras e à política indígena, inseparáveis num processo de permanentes contrastes e conflitos culturais de sociedades tão diferentes, que ganham sentido na longa duração. O fazer e o refazer no tempo as leis que foram despejadas na colônia para tentar reger a vida dos povos indígenas estabelecem um elo com a conquista de terra, por isso o aldeamento não pode ser negligenciado na história de terras e indígenas.

A reflexão proposta implica captar não só os pontos de vista da elite colonial e do governo português, mas os dos índios na gênese que fomentou a resistência deles diante do povoamento e ocupação do espaço, aspectos perceptíveis à medida que emergem os combates durante todo o período colonial. No tocante à cultura, resguardadas as devidas cautelas das especificidades de cada povo, não se pode desconsiderá-la para o entendimento da formação da política indigenista e das alterações que sofreu.

A necessidade da catequese na concepção mesmo no pensamento leigo para domar o inimigo não abria mão de se ter padres, desde que fossem portugueses, porque “Tem aquelles sertois algumas Aldeas com titulo de domesticos debaixo de alguma administração que não querem admitir P.es spirituais nem sugeitarença a doutrina, e apenas o fazem no Baptismo, estes he m.to neseçario fazellos admitir ministro da Igreja, por duas rezois a pr.a pello bem de suas almas, a segunda por lhe empedir q.m .os administra aque não desçam a baixo apovoado a fazer algum danno, aos branquos como se tem visto com o titulo de Bravos [...]”.⁸⁹⁵

A administração dos índios seria mais eficaz com os padres portugueses porque a experiência mostrava que os de outras nações “segundo

⁸⁹³ Oscar Vieira da Silva. *Peçanha*. Breve Notícia Histórica da Fundação da Aldeia de Santo Antônio do Bom Sucesso do Descoberto do Peçanha. Belo Horizonte: Traquitana, 2001.

⁸⁹⁴ Fernand Braudel. *História e Ciências Sociais*. p. 21.

⁸⁹⁵ Biblioteca da Ajuda. Palácio Nacional da Ajuda. Lisboa. Ref. COR 2021. Cota 51-IX-33. Título Sobre o cativo dos índios. fl. 389 f. Bertolomeu Lopes de Carvalho.

dizem m.tos; sertaneros em algumas aldeas adonde asistem estrangeiros, andão aquelles Indios mui fora da nossa obediencia e não sey se comefeçando adanação do administrador, não affirmo por serto porq não vy, porem só direi que estando eu na Capp.nia desergippe delRey avera sete p.a ; oito annos, veio chamado da camara daq.la; cidade hua piquena Aldea q com ella avizinha pera selhe fazerem perguntas desedizer que a Aldea do Rodelas q. avizinha com os Rio de S. Fran.co e está debaixo da administração de Religiosos francezes, lhe fizerão avizo se passassem p.a; llá e se emcorporassem com elles poq.to os seus padres hiaó ajuntando mais p.a conseguirem hum negocio que importaria a todos, e outras couzas q. não repito por pareserem lpophricas, e tratadas por gente que tem por natureza, o estar sempre mentindo, porem a maior cautella e prevenção nunca fes danno".⁸⁹⁶ Com tal constatação, o aldeamento deveria ficar sob a administração de padres portugueses, porque os de outras nações desviavam-se dos interesses da Coroa portuguesa.

A permanência da noção do aldeamento como espaço adequado ao aprendizado da civilização também se nota com José Bonifácio de Andrada, no item 15 do seu Plano.⁸⁹⁷ Sugere que nas aldeações os índios adultos e os mais velhos não abandonem a força "seus erros e maus costumes". As aldeias centrais eram os espaços reservados para o ensino, onde aprenderiam ler, escrever, contar, bem como o catecismo. Recomendava para atrair os índios tratá-los com amizade sem coerção.

O aldeamento atingia o cerne do hábito de vida nômade. Os povos indígenas eram nômades e viviam da caça e da coleta ou como agricultores recentes, e todos sofreram com a desterritorialização, mesmo os Maxacalis que fixaram aldeias estáveis por mais tempo que os demais nas Minas. Quando se intensificaram os movimentos das entradas pelas matas, os conflitos, já existentes, deflagraram-se de forma sangrenta. Prova disso foi quando o governo reeditou, em 1808, leis autorizando a guerra justa e o direito de escravização do gentio.⁸⁹⁸

⁸⁹⁶ Biblioteca da Ajuda. Palácio Nacional da Ajuda. Lisboa. Ref. COR 2021. Cota 51-IX-33. Título Sobre o cativoiro dos índios. fl. 389 f. Bertolomeu Lopes de Carvalho.

⁸⁹⁷ Cf. José Bonifácio de Andrada e Silva. *Apontamentos para a civilização dos índios bárbaros do Reino do Brasil*. In: George C. A. Boehrer. (edição crítica). Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1963.p.68 e 69.

⁸⁹⁸ Cf. Darcy Ribeiro. *Os índios e a civilização*. A integração das populações indígenas no Brasil moderno. Petrópolis: Vozes, 1979.

A situação jurídica e social do indígena caminhava ora para o discurso da proteção – a tutela –, ora para justificar o extermínio. A defesa, a tutela e a proteção foram empregadas de forma a descaracterizar as culturas dos gentios, isto é, induzi-los a esquecer ou forçados a abandonar seus modos de viver educando-os para o que se nomeava e se entendia por civilização.

Os trágicos confrontos entre índios e colonos, assim como os aldeamentos, não terminavam simplesmente na rendição dos índios, mas na perda da autonomia dos índios de gerir a própria vida. A análise da redução é mais complexa. Reduzir ou aldear consistia no confinamento e na tomada de direção da vida dos povos indígenas. O fato não gira em torno de uma simples discussão entre liberdade ou escravidão, mas das implicações que vieram na sequência da redução dos índios. A determinação legal do fim da escravidão não aconteceu automaticamente. A visão dos índios como inclinados ao ócio os incapacitava para o trabalho, e a catequese tinha como incumbência moldá-los.

Competia à gerência dos aldeamentos aos padres, e no anseio de efetivá-los o rei incumbiu o Conde de Sarzedas a tarefa de avisar ao Provincial da Companhia de Jesus a nomeação dos missionários para a redução do gentio “Parasis”.⁸⁹⁹ O rei, ao escrever para o governador de São Paulo, em 1730, abordava o assunto de uma carta de 15 de outubro de 1733, onde declarava que os “Índios Paracizes não estavam sujeitos a escravidão, nem administração”. Entretanto, ordenava o rei que os índios que se “achassem fora do seu certão devião ser postos nas Aldeas dessa capp.nia”.⁹⁰⁰ Além disso, deveriam ser enviados aos padres da Companhia para que os repartissem aos moradores desde que fossem emitidos recibos “porq. os q’ vivem nellas se sustentao de alugueis ou de furtos por as suas terras estarem [uzadas] em poder de varios moradores aquem as derão os Relligiosos, que servirão de Missionarios dos d.tos Índios e outros se achão aforadas pelos off.es da câmara dessa cidade sem lhes pertencerem e q esta era a mayor razao, porq as quatro Aldeas dessa Capp.nia se hiao destruhindo e senão podião mandar p.a ellas os Índios, que se achavão em poder de alguns moradores, e se reचार, que nas d.as Aldeas por falta de mantimentos e de qm os governe seja o seo exercício por cauza da sua ociozidade o furtar a q todos são inclinidos”.⁹⁰¹ As

⁸⁹⁹ ATT. Cód 06. fl.100.Lisboa. 17 de janeiro de 1735.

⁹⁰⁰ ATT. Cód 06. fl..91. Lisboa, 13 de agosto de 1735.

⁹⁰¹ ATT. Cód 06. fl..91. Lisboa, 13 de agosto de 1735.

medidas lançavam as diretrizes dos aldeamentos como espaço da educação dos índios para serem úteis. Ainda, o rei pedia ao governador que emitisse um “parecer apontando os meyoos que vos parecerem convenientes p.a a conservação destas Aldeas”.⁹⁰²

Apenas para lembrar a permanência do debate entre escravidão e liberdade do gentio, vale citar a lei de 30 de julho de 1609, que definia os índios como livres e que nem podiam ser deslocados de seu *habitat*. Em 10/9/1611, a Coroa legislava, buscou reafirmar a liberdade do índio, mas com a ressalva de que ele poderia se tornar cativo caso fizesse guerra ao colonizador. O papa Urbano VIII, 22/05/1639, ratificou a Bula do papa Paulo III de 28/05/1537 punindo com a excomunhão aqueles que praticassem a escravidão indígena. A Coroa, em 10/11/1647, expediu um Alvará confirmando a condição de liberdade dos índios, porém, em 1653, quando entregava aos jesuítas a questão indígena, manteve-se a guerra justa considerada contra o gentio quando se fizesse imprescindível.⁹⁰³ Ao que tudo indica, na prática, as leis não tiveram tanta validade. A variedade das leis e a reafirmação delas constante delas nas cartas régias seguidas revelam como a política indigenista foi turbulenta e nada contraditória, mas sim seguiam a alternância dos métodos de submissão dos gentios.

Muitos casos de abusos na administração dos índios foram responsáveis por sujeitá-los à escravidão nos próprios aldeamentos, por isso uma série de ordens proibitivas foi regulamentada.⁹⁰⁴ No entanto, é pertinente refletir sobre os interesses que se colidiam, uma vez que desejavam submeter os índios e ao mesmo tempo protegê-los das arbitragens. Assim se deve indagar: como modificar a prática cotidiana imediatamente, na relação com os índios, se os meios violentos e brutais para dobrá-los ao trabalho foram recomendações de cunho oficial?

Caio Prado Jr. chama atenção ao dizer “que em nossos dias ainda temos exemplo entre as populações não iniciadas na civilização ocidental”.⁹⁰⁵ Reconhece-se como Caio Prado Jr. alerta a perpetuação dessas práticas que nada

⁹⁰² ATT. Cód 06. fl..91. Lisboa, 13 de agosto de 1735.

⁹⁰³ Berta G. Ribeiro. *O Índio na História do Brasil*. 7 ed. São Paulo: Global, 1983. p. 54-55.

⁹⁰⁴ BN SC 683 A. Monografia geral. Coleção dos Breves Pontifícios e Leys Regias que forão expedidos e publicados desde o anno de 1741, sobre a Liberdade das Pessoas, bens, e commercio dos Índios do Brasil.

⁹⁰⁵ Caio Prado Júnior. *Evolução Política do Brasil Colônia e Império*. 16 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987p.24.

têm a ver com presentismo na análise e, sim, como parte de um processo histórico e dos legados coloniais. O repúdio dos índios à presença europeia e a procura de se distanciarem têm sentido concreto, pois “preferiam permanecer nas matas no recesso das matas, longe da cultura europeia de que só chegar a conhecer os horrores da mais atroz das opressões. Foi por isso preciso ir lá buscá-los”.⁹⁰⁶

A tática de redução tomava como exemplo a experiência de outros lugares, assim os “índios forros, ou mestisos (e ainda pretos, e mulatos) se aldearem junto, digo, em bairro junto da cidade he praticado na cidade de Quito, e suponho que nas mais Cidades da América Espanhola, as quaes se compoem de Espanhoes, que são a parte da Republica nobre, e de Índios, mestisos, e mulatos, de que se compoem a Republica plebêa. Mas a pratica em Quito he muito diferente da que pertende o Prov.or na sua conta, porquanto alí servem os plebeos aos nobres no serviço; e o ofício a que cada hum se inclina, e pelo salario em que mutuamente se ajustão”.⁹⁰⁷ A estratégia de permitir ao arbítrio dos índios os ofícios poderia ser incorporada ao Maranhão. Com a aplicação do livre arbítrio se evitaria os inconvenientes e os índios se dedicaram com mais vontade ao trabalho.

Os aldeamentos abasteciam de mão-de-obra indígena certos serviços na colônia: “He certo que os Índios Gamelas são muitos; mas estão ainda tanto no seu principio, e taõ pouco domesticados, q.’ se o Governador ou Missionario quizesem obrigar hum só Gamela a servir na Cid.e ou em outra parte não só o não conseguiria; mas totalmente se prenderiaõ em huma hora todas as Aldéas dos Gamelas, nem o Missionario os pode obrigar a trabalharem nas suas mesmas rosas para se sustentarem, só com muito tempo e paciencia sevem a fazer domésticos”.⁹⁰⁸ Em todas as partes da América portuguesa, como a exemplo do Maranhão, o procedimento seguia a seqüência de aldeá-los e domesticá-los para, então, desfrutar os benefícios de sua força de trabalho. De nada adiantava ter muitos braços indígenas sem antes convertê-los à submissão.

⁹⁰⁶ Caio Prado Júnior. *Evolução Política do Brasil Colônia e Império*. 16 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987 p.24.

⁹⁰⁷ BNL. PBA 643 F. 1632. fl.89. Parecer. Lisboa, 1 de junho de 1756.

⁹⁰⁸ BNL. PBA 643 F. 1632. fl.88-89.

3.3 As reações indígenas e a guerra ofensiva

As lutas e focos de resistências indígenas nos sertões coloniais⁹⁰⁹ durante o século XVIII se deram concomitantemente ao processo de demarcação de limites e as questões fundiárias no Brasil. As lutas dos indígenas estiveram relacionadas diretamente à formação de políticas, revelando problemáticas em torno dos interesses econômicos da colonização e culminando em atrocidades, na maioria das vezes, legitimadas pelo Estado. Os sertões inserem-se nos assuntos de decisões políticas, mesmo que os espaços não estivessem demarcados totalmente pelo Estado. No século XVIII, eram zonas de litígios, territórios difíceis de serem fixados. Essas zonas fronteiriças tornaram-se focos de resistências indígenas no sentido de se constituírem em áreas e pontos estabelecidos onde se desencadearam as guerras mais acirradas.

As estratégias do governo e dos colonos na busca de expandir e de obter o domínio do território perpassam por uma abordagem que leva em consideração os interesses políticos, econômicos das sociedades e povos envolvidos.⁹¹⁰ A trajetória dos povos indígenas com a colonização esteve associada ao contato com os colonizadores, por conseguinte, criou uma interseção marcada pelas influências eurocêtricas com que se moldaram os estereótipos das imagens indígenas, transformadas em discursos para as ações “civilizatórias”, para as estratégias repressoras por parte do Estado e dos colonos. As diferentes etnias espalhadas no território colonial faziam com que se repensasse a relação com cada grupo indígena.⁹¹¹ Projeta-se no que Gilmar Arruda⁹¹² diz a respeito do sertão ao remeter às imagens e discursos produzidos que têm a ver com um inimigo: o índio que simboliza o atraso e a barbárie.

⁹⁰⁹ Núbia Braga Ribeiro. Lutas e Focos de Resistências Indígenas no Sertão Colonial (Século XVIII). *Anais Eletrônicos*. XV Encontro Regional de História. ANPUH-MG, São João Del Rei, junho de 2006. CD-ROOM.

⁹¹⁰ Pedro Octávio Carneiro da Cunha. *Política e administração de 1640-1763*. In: Sérgio Buarque de Holanda. (Dir). *História Geral da Civilização Brasileira - A época colonial administração, economia, sociedade*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1977. Tomo I. V. 2. Livro I.

⁹¹¹ Manuela Carneiro da Cunha. *Antropologia do Brasil - mito, história e etnicidade*. São Paulo: Brasiliense/Edusp, 1986. In: Manuela Carneiro da Cunha (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/ FAPESP/SMC, 1992.

⁹¹² Cf. Gilmar Arruda. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. São Paulo/Bauru: EDUSC, 2000.

A resistência dos índios não é tão incomum na historiografia brasileira como alguns estudiosos afirmam. A guerra e o trabalho indígenas foram recursos disseminados para submetê-los. Conforme Caio Prado Jr.,⁹¹³ “os nativos se defenderam valentemente; eram guerreiros, e não temiam a luta. A princípio fugiam para longe dos centros coloniais; mas tiveram logo de fazer frente ao colono que ia buscá-los em seus refúgios. Revidaram, então à altura indo assaltar os estabelecimentos dos brancos, e quando obtinham vitória, o que graças a seu elevado número, relativamente aos poucos colonos era freqüente, não deixavam pedra sobre pedra nos núcleos coloniais, destruindo tudo e todos que lhes caíam nas mãos”. Assim como, de acordo com Capistrano de Abreu,⁹¹⁴ quando estuda o sertão, aborda os diversos conflitos entre colonos, bandeirantes com diferentes povos indígenas que não se mantiveram pacíficos diante da presença deles.

Os bandeirantes se alastraram em várias frentes, pois do Tieté chegava-se inclusive até o Prata. Nessas frentes exploratórias, as bandeiras escravizaram o gentio. Defendendo-se “os Caiapós introduziram mais tarde uma novidade: a de nos cercar de fogo quando nos acham nos campos, a fim de que impedida a fuga nos abrasemos: este risco evitam já alguns lançando-lhes contrafogo, ou arrancando o capim para que não se lhe comuniquem as suas chamas; outros se untam com mel de pau, embrulhados em folhas ou cobertos de carvão, por troncos verdes ou paus queimados”.⁹¹⁵

Os Carijós, assim chamados os Guaranis em São Paulo, conheceram o cativeiro e aqueles que conseguiram debelar resistindo ao colonizador foram para áreas mais distantes. Desde o princípio do povoamento, os sertões aparecem como pontos de apresamento do gentio. Em 1690, Azevedo Marques escreveu ao rei que poderia se valer dos homens de São Paulo, “fazendo-lhes honras e mercês” porque são “capazes para penetrar todos os sertões”.⁹¹⁶ Os serviços dos bandeirantes não eram de menor importância para o rei quando se fazia necessário adentrar o território e combater o índio.

⁹¹³ Caio Prado Júnior. *História econômica do Brasil*. 35 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.p.35.

⁹¹⁴ Capistrano de Abreu. *Capítulos da história colonial (1500-1800) e Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*. 5 ed. Prefaciada por José Honório Rodrigues. Brasília: UnB, 1963. Capítulo 9: O Sertão

⁹¹⁵ Capistrano de Abreu *Capítulos da História Colonial (1500-1800) e Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*. p.123.

⁹¹⁶ Capistrano de Abreu *Capítulos da História Colonial (1500-1800) e Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*.p.130.

Os estereótipos impregnaram as relações de poder. Ângela Domingues⁹¹⁷ observa as múltiplas formas adotadas de controles sobre os indígenas. As negociações e tensões surgidas nas fronteiras coloniais exigiram que se repensasse as políticas indigenistas. As relações de poder na região de fronteiras e de sertão, e delas nascidas, possuem concepções e visões adversas. Como mencionado, o sertão foi palco de conflitos estabelecidos com grupos indígenas; a conquista do território convergiu na formação dos focos de resistências e das lutas dos indígenas.

Florestan Fernandes, um dos pioneiros a estudar a guerra e os índios no Brasil, destaca que a “luta armada” nutria a realidade dos gentios e mantinha o equilíbrio biótico. A guerra não só para os Tupinambá, mas de forma geral, era um fenômeno comum a todos os índios, um “estado de guerra crônico”, ainda mais se tratando das zonas fronteiriças, onde os povos inimigos “se viam forçados a partilhar territórios contíguos”. A guerra era concebida com “ardor belicoso”.⁹¹⁸

Florestan Fernandes define a guerra nas relações reais como necessidade vital e luta pela vida ou nas relações mágicas como ritual da cultura. Para o nosso estudo, suas observações contribuem na reflexão do significado extensivo que a guerra tomou como forma de reação e luta dos índios constantes no enfrentamento com o colonizador, que era um estranho no mundo indígena e envolvia a disputa do território. Além disso, o autor desdobra a função social da guerra em diversas manifestações, como a pilhagem, não no mesmo sentido que o europeu entendia, mas como um meio usado, apesar de ser de importância diminuta ou de menor proporção para os índios.⁹¹⁹ O fato de os índios assaltarem as fazendas ou viandantes nos caminhos, percebido nas reclamações e notícias tão abundantes na documentação, interage com a visão que mantinham da guerra, como um dos seus componentes.

⁹¹⁷ Ângela Domingues. Ameríndios no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII. As contradições da liberdade. *Revista da SBPH*, Curitiba, n.º 12, 1997. p. 17-30. Ângela Domingues. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do setecentos. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. III, (suplemento), 2001. p.823-838. Ângela Domingues. Comunicação entre sociedades de fronteira: o papel do intérprete como intermediário nos contactos entre ibero-americanos e ameríndios na Amazônia de finais do século XVIII. *Limites do Mar e da Terra. Actas da VIII Reunião Internacional de História da Náutica e Hidrografia*. Patrimonia Cascais, 1998. Separatas. p.255-266.

⁹¹⁸ Florestan Fernandes. *A função social da guerra na sociedade tupinambá*. São Paulo, 1951. FFLCH, USP-SP. p. 33.

⁹¹⁹ Florestan Fernandes. *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*. p. 40-45.

As lutas indígenas compreendem a reação como resposta à intensificação das entradas⁹²⁰ e resposta à guerra justa do Estado; a resistência abrange o sentido das lutas, mas também a noção de resistir à catequese, negando os valores cristãos e europeus de civilização. Os ângulos adotados de ações contra os índios em *prol* da conquista concebiam a idéia de civilização que ora efetivou-se via o emprego da guerra, ora usando os gentios como mão-de-obra e sob tutela. Os conflitos culturais levam à reelaboração do poder na política concernente à catequese refletindo na vida dos diferentes grupos indígenas e regulando as relações dos colonizadores, o Estado e a Igreja católica – relações que devem ser consideradas em todas as instâncias da colônia.

Os focos de resistências e lutas indígenas destacam-se num dos períodos relevantes na administração dos governos na colônia com a política de colonização acelerando a expulsão e refinando a legislação dos povos indígenas. Período derivado do exercício de poder na colônia, como o aumento do policiamento, o avanço da investida no povoamento do sertão, a motivação para a abertura e o controle dos caminhos, principalmente ampliando a vigilância da produção aurífera e dos diamantes e fiscalizando os tributos.⁹²¹

A segunda metade do Setecentos volta-se para os tratados, com a finalidade de demarcar as fronteiras do oeste, norte e sul do Brasil e para definição de limites, inclusive tentando solucionar as contendas nas fronteiras no sul. Toda uma política formulada que terminou por incidir sobre os povos indígenas com os projetos de civilização e catequese.

O Diretório Pombalino vigorou de 1757 a 1798, deixando a cargo de um capitão supervisionar cada aldeamento indígena. Decidiu-se pela substituição dos missionários por militares e civis na administração dos índios. A integração do índio à sociedade colonial passou também a ser ideal almejado na política.⁹²² O Diretório dos Índios,⁹²³ como uma lei colonial, regulamentou as ações colonizadoras e como lei geral para os índios do Brasil centrava-se nos objetivos de evangelizar. Para além

⁹²⁰ John Manuel Monteiro. *Negros da terra*; índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

⁹²¹ Sérgio Buarque de Holanda. Metais e pedras preciosas. In: *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1973, v. 2, p. 259-310.

⁹²² Maria Leônia Chaves Resende. *Gentios Brasilícos – Índios Coloniais em Minas Setecentista*. Campinas: Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Fevereiro de 2003. (Tese de Doutorado).

⁹²³ Rita Heloisa de Almeida. *O Diretório dos Índios*. Um projeto de civilização no Brasil do século XVIII. Brasília: Unb, 1997.

do Diretório, outras documentações acenam uma realidade bem diferente, revelando que a escravidão mascarada e as guerras explícitas foram mecanismos até o século XIX. O intuito de equilibrar a convivência social entre índios e brancos era parte do projeto colonial de dominação. No entanto, não se efetivou sem reação. Além de fenômeno histórico-cultural as guerras indígenas foram nutridas nos ritos e transmitidas de geração a geração. Assim como a luta dos Kamakã, habitantes do rio Pardo e rio das Contas, com os rivais Pataxó, que viviam entre os rios Mucuri e Contas, transformou-se numa lenda. O confronto iniciou-se quando os Kamakã ao irem procurar cana de flechas. Enquanto as mulheres e as crianças aguardavam, numa clareira, foram cercadas e mortas pelos Pataxós com exceção de uma moça e um menino. O menino que escapou conseguiu encontrar os homens Kamakã que tinham saído, avisando-os do ocorrido decidiram invadir a aldeia dos Pataxó matando a todos.⁹²⁴

Pedro Puntoni⁹²⁵ abre a discussão em torno da reação indígena. O autor examina os conflitos que perduraram no sertão nordestino, episódio de relevo na história indígena, relacionados à expansão do território, às tensões que envolveram a conquista desencadeadora das reações dos índios dos sertãos. Os comentários sobre o sertão e as resistências indígenas contextualizam o entendimento dos confrontos que se estenderam ao longo do período colonial.

A guerra continuada contra os índios era vista por algumas autoridades como uma das responsáveis pela situação alarmante em que se encontrava a colônia. O capitão Domingos Álvares Branco Muniz Barreto assegurava que era possível remediar o calamitoso dano da civilização dos índios desde que a Coroa nomeasse novos missionários para adentrar as matas onde viviam os gentios bravos “os que se forem reduzindo à Fé, se devem aldear debaixo da nossa proteção”.⁹²⁶ Portanto, não seria molestando, na opinião do capitão, nem fazendo guerra aos índios, como ele mesmo alerta, que se perpetuava, que conseguiriam terminar com

⁹²⁴ Cf. Eduardo Batalha Viveiros de Castro. Curt-Nimuendaju: 104 mitos indígenas nunca publicados. In: Mitos Indígenas na obra de Curt-Nimuendaju. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. n. 21. Rio de Janeiro, Imprinta. SPHAN/Fundação Nacional Pró-Memória, 1986. p. 107 e 108.

⁹²⁵ Pedro Puntoni. *A Guerra dos Bárbaros - povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec/Edsup, 2002.

⁹²⁶ Domingos Álvares Branco Muniz Barreto. Capitão de Infantaria do Regimento de Extremos. *Plano Sobre a civilização dos Índios do Brasil e principalmente Para a Capitania da Bahia*. Biblioteca Nacional de Lisboa. Códice 10624 – FR 1239. 159 folhas. Este Plano foi entregue ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Martinho de Mello, e Castro, na Corte e cidade de Lisboa no ano de 1790. fl. 153 e 154.

os problemas e atingir o objetivo de domesticá-los.⁹²⁷ Complementar ao pensamento que se conservou das reações indígenas, como se para o índio “a guerra vem a ser huma necessidade e hum prazer que o arrasta”.⁹²⁸

A guerra pode ser vista numa outra perspectiva, como afirma John Monteiro.⁹²⁹ Quando os gentios guerreavam entre si, não consideravam a escravidão do vencido para fins produtivos, mas ritualísticos. Os indígenas tinham uma visão bem diferente da visão do português sobre a guerra e os prisioneiros. As tribos rejeitaram a entrega do índio cativo de guerra aos portugueses por meio da troca de produtos, tendo como consequência a organização de expedições por parte dos colonos para obterem escravos mediante a captura dos índios.

As guerras movidas, segundo o capitão Domingos Álvares Branco Muniz, e que se movem contra o gentio constituem a dificuldade em “trazê-los à nossa amizade” e foi a causa de ficarem desconfiados da presença dos brancos. “Os que tiveram já algum princípio de Conversão, nos tem por uns inimigos declarados; e os que não chegaram a estes princípios, nem nos conhecem, mais que por notícia, quais são entre muitos os Tapuias, estes não só nos tem na mesma conta, mas até nos reputam, usurpadores do seu País”.⁹³⁰

Os índios bravos desencadearam o caos na colônia: “chegaram a pousar quase dentro de nossas moradias, na Vila das Victória, Capitania do Espírito Santo, fazendo um horroroso estrago nos Campos, assim nos habitantes que foram mortos, como nas Lavouras que arrancaram”.⁹³¹ O capitão Domingos Álvares Branco Muniz Barreto se refere aos acontecimentos na capitania de São Paulo como “Teatro sanguinolento”. As bandeiras invadiam os sertões e “só procuravam matar, ou capturar” os índios. Sem respeito às “Leis promulgadas pelos Senhores Reis D. Manoel, D. João III, D. Felipe II, D. Felipe IV e pelo Príncipe Regente D. Pedro, nos anos de 1570, 1587, 1595, 1609, 1611, 1647, e 1655, declarando todas se devia conservar a Liberdade dos Índios; e porque algumas permitiam o Cativo em

⁹²⁷ Domingos Álvares Branco Muniz Barreto. Capitão de Infantaria do Regimento de Extremos. *Plano Sobre a civilização dos Índios do Brasil e principalmente Para a Capitania da Bahia*. Biblioteca Nacional de Lisboa. Códice 10624 – FR 1239. 159 folhas. fl.157 e 158.

⁹²⁸ José Bonifácio de Andrada e Silva. *Apontamentos para a civilização dos índios bárbaros do Reino do Brasil*. In: George C. A. Boehrer. (edição crítica). Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1963.p.49.

⁹²⁹ John Monteiro. O Escravo Índio, esse Desconhecido. In: Luís Donisete Benzi Grupioni. (Org.). *Índios do Brasil*. São Paulo: Global, 1998. p.105-120.

⁹³⁰ Domingos Álvares Branco Muniz Barreto. Capitão de Infantaria do Regimento de Extremos. *Plano Sobre a civilização dos Índios do Brasil e principalmente para a capitania da Bahia*. fl. 138 e 139.

⁹³¹ Domingos Álvares Branco Muniz Barreto. Capitão de Infantaria do Regimento de Extremos. *Plano Sobre a civilização dos Índios do Brasil e principalmente Para a Capitania da Bahia*. fl. 144 e 145.

guerras que fossem bem fundadas, decidiu afinal a Lei promulgada por D. Felipe II, que sem interpretação alguma ficassem libertos todos os Índios assim Batizados, como por Batizar, ainda que tivessem sido comprados, cujas vendas anulava, ainda que estivessem julgadas por Sentença por ser contra o Direito natural".⁹³² Todavia, na sua análise, não acusa como transgressores das leis somente os bandeirantes, também adverte que os missionários com "tolerância e sem procurar remédio algum sólido"⁹³³ eram permissíveis com o "mal escandaloso". Alega conivência entre jesuítas e bandeirantes: "É digno de observar-se que no fim das campanhas, ou das chamadas bandeiras, os que chegavam vitoriosos eram enriquecidos pelos Jesuítas de imensas indulgências, e de relíquias, que em nome do Papa lhes concediam o que me foi asseverado, suposto que eles o neguem, por pessoas de bastante idade na Capitania de São Paulo, e que alguns se referiam aos seus Antepassados."⁹³⁴ Dessa maneira, a finalidade espiritual com os índios era frustrada na visão do autor, e foi graças à Lei de 8 de maio de 1758, promulgada pelo Senhor Rei D. José, que se decretou a liberdade dos índios, coibindo os abusos com o cativo. Defendeu-se, com isso, a retirada dos aldeamentos das mãos dos padres missionários.

A conquista do gentio pelo instrumental da catequese não aplacou a reação indígena. Os oficiais da Câmara da Vila Real escreviam, em 2 de julho de 1730, ao rei dando notícias do miserável estado, da ruína, das minas despovoadas: "Cahida da grandeza em q. se vio porq. constando de quazi 400 vizinhos só esta V.a nós achamos agora nella menos de 30 não entrando neste senão cinco ou seis minr.os [...] tem sahido quazi todos seguindo huns o certão a conquista do Gentio, m.tos o caminho despovoado, e outros o dos Guayases cauzada esta lamentavel royna". O gentio afetava "as conveniencias q he atractivo principal da vontade dos homens" que adentravam o "certão terrível, agreste, dezabrido não ha comodidade p.a passar a vida, antes totalm.te sustentando aos pocos q. ficão na incenterza do lugar p.a aonde hão de hir do q a esperança da futura conveniencia, ainda q não desistem de so cavar a campanha por ver se a descobrem".⁹³⁵

⁹³² Domingos Álvares Branco Muniz Barreto. Capitão de Infantaria do Regimento de Extremos. *Plano Sobre a civilização dos Índios do Brasil e principalmente Para a Capitania da Bahia*. Biblioteca Nacional de Lisboa. Códice 10624 – FR 1239. 159 folhas. fl.43-44.

⁹³³ Domingos Álvares Branco Muniz Barreto. Capitão de Infantaria do Regimento de Extremos. *Plano Sobre a civilização dos Índios do Brasil e principalmente Para a Capitania da Bahia*. fl. 45.

⁹³⁴ Domingos Álvares Branco Muniz Barreto. Capitão de Infantaria do Regimento de Extremos. *Plano Sobre a civilização dos Índios do Brasil e principalmente Para a Capitania da Bahia*. fl. 46-47.

⁹³⁵ ATT Cód 06. fl 52 f. V.a Real, escrita em Cam.a pelo escrivão Caetano dos S.tos. 2 de julho de 1730.

Com o avanço do século XVIII, os missionários jesuítas enfraqueciam e caíam em descrédito, e a resistência indígena disseminava-se nos focos de lutas nos sertões. Assim, os índios de coadjuvantes transformavam-se no principal alvo da política de conquista. Além do mais, as autoridades coloniais os disputavam entre si. A Real Fazenda, exaurida e ao mesmo tempo diante dos descobertos auríferos, se via numa encruzilhada. Os boicotes à circulação das informações ocorriam entre as autoridades. Num relato dirigido à Coroa comentava-se que o governador de Goiás havia interceptado as cartas escritas ao rei “dandolhe conta destas Minas, e seus novos descobrimentos”.⁹³⁶ A mesma autoridade se apropriou, também, das correspondências enviadas ao bispo nas quais “lhe dava conta do estado destas Almas e de varios cazos acontecidos no confessorio p.a remedio dos quais era necessr.o implorar [despesas ao] do d.o S.r, mas como nada disto chega ao soberano, estallao estes povos, e gemem sem remedio”.⁹³⁷ Assim, não havia forma de se desvencilhar, pois “não foy possível escapar das mãos do Gov.or Ant.o da Sylva, a cuja delligencia não escapa carta alguma que entra, ou sae desses Guayazes, contra o direyto das gentes, e em prejuizo destes povos”.⁹³⁸ Pelo fato de as informações não chegarem ao rei, ficavam comprometidos os empenhos sem as devidas resoluções, tanto referentes aos índios quanto aos descobertos auríferos. De um lado, os índios; do outro, a diminuição ou os descaminhos das riquezas.

A ausência do caminho por terra para as minas do Cuiabá “ocazionou a morte do Doutor Ant.o Alvz. Lanhas, e a outros muitos q. com elles perecerão, e antecedentemente forao tiranizados pello barbaro Gentis Payagoa. – Este mesmo Gentio, Snr; sao os Muros q. fechoa as Minas do Cuyabâ p.a dellas nao sahir p.a Coroa de Castella ouro algum, nem pessoa que por dividas, ou Crime se queira auzentar daz Justiças de V.Mag.de – Conquistarse aos dittos barbaros he incerto, porq. he gente volante sem citio certo, vivem do seo corso, fartos, cheyos, e abundantes, e assim o conquistarse será deficultozo e com grande despeza, sem utilid.de p.a aquellas Minas”.⁹³⁹ O parecer de Bertolomeu Paes de Abreu era muito claro quanto aos tumultos e ataques dos índios que interrompiam a navegação do Rio Paraguai “nas entradas, e sahidas das ditas Minas,” o ideal era aproveitar a

⁹³⁶ ATT. Cód 06. fl.75. Guayazes, 5 de maio de 1732.

⁹³⁷ ATT. Cód 06. fl.75. Guayazes, 5 de maio de 1732.

⁹³⁸ ATT. Cód. 06. fl.95. Lisboa, 25 de junho de 1735.

⁹³⁹ ATT. Cód. 06. fl.93 f. São Paulo, 8 de abril de 1734.

maior parte da estrada do caminho de Goiás passando pelo o rio “Guacurumbâ” de onde se alcançavam as minas do Cuiabá.

Sérgio Buarque cita os Payaguás como hábeis, valentes, conhecedores da técnica da canoagem.⁹⁴⁰ Os contatos dos índios com os portugueses em 1725 culminaram em guerras. Os Payaguás eram vistos como traidores e praticantes do canibalismo. De forma geral, os indígenas foram descritos como fortes, comiam bem, estavam rodeados de frutos e de pescarias abundantes nos rios.

A alusão a outras circunstâncias diversas ocorridas na colônia envolvendo atos de violências dos indígenas estava sempre presente nas informações oficiais, como na capitania do Espírito Santo e Goitacazes, ao norte no Rio das Caravelas, Porto Seguro, Ilhéus: “O lastimozo estrago que enseus moradores fizerao não escapando no sagrado da Igreja donde os apanharao juntos para aly os matarem, e tiranizarem; e que o diga taobem o rio das contas, Camamu, cairu, as muitas vezes que forao destruhidos, e despedaçados, e que falle os reconcovos da B.a. Gegoaripe, Capanema, Maragugipe, e Caxoeira as vezes que despovoaroo suas cazas lavouras de farinhas com q. sustentavao aq.la cidade e finalmente Rio grande e as novas povoações do Rio de S Fran.co, a quantidade de gentes e a multidão de gados q matarão e o aperto em q. todo o Brazil se tem visto não podendo atalhar este dano, nem tropas de campanhistas nem terços de emfantaria q não foce tudo destruido ou pello agreste dos caminhos, fomes e asaltos com q. o mesmo gentio os destruhia e matavao como fizerao no cairú avançando hua estancia de soldados q nem o Capp.am lhe escapou, e finalm.te não falando em outras m.tas antiguidades, q.se experimentarao outras maiores crueldades no lastimozo espetáculo que se chegou a ver [...]”.⁹⁴¹

Na Bahia, o gentio tinha feito tal destruição que o governador Afonso Furtado solicitou ajuda dos paulistas que “com effeito vierao, e pactando com elles sobre este ponto de escravidão não somente lhoconsedeu, como outras honras e favores que delle receberão, e q fazendo sua imagem á serra do Orobo q servia de

⁹⁴⁰ Sérgio Buarque de Holanda. *Caminhos e Fronteiras*.

⁹⁴¹ Biblioteca da Ajuda. Palácio Nacional da Ajuda. Lisboa. Ref. COR 2021. Cota 51-IX-33. Título Sobre o cativo dos índios. fl. 387 f e v. Bertolomeu Lopes de Carvalho.

Covil aq.les monstrozozos individuos da natureza humana ficou tão destruhida q já mais se tornou a experimentar nenhum outro alvoroço".⁹⁴²

A guerra indígena nunca foi subestimada pelo colonizador. O índio indômito estava sempre presente nas correspondências. O mestre-de-campo Mathias Barboza da Silva escrevia ao governador Conde das Galveas informando sobre os grandes destroços que os gentios bravos realizavam havia mais de um ano e meio na freguesia do Bom Jesus do Forquim, onde fizeram "três entradas em que matarão bastante gente, e havia justo receyo das outras semelhantes, e por serem naturalmente indômitos, e viverem vezinhos, escolheu o supp.e p.a que fizessem huma Bandr.a e elegeisse cabo principal, e outro seu substituto para hirem as Aldeas do mesmo gentio a reduzilo, ou affugentallo, e descobrirem novas terras pa. se povoarem de gente e as Minas de ouro, e pedra".⁹⁴³ O suplicante de concessão de sesmarias estava nas terras desde 1732, preparou uma tropa com 70 indivíduos à sua custa e organizou uma bandeira, com armas, pólvoras, mantimentos.

A finalidade do aldeamento e da catequese é evidente, pois estava em jogo o ouro, as pedras preciosas e as terras que só se obtinham com a conquista do gentio. O tom à religiosidade da catequese era dado conforme se ampliava ou se cogitava a ameaça do gentio. Outros também cobiçavam a exploração das mesmas terras, mas, como o suplicante foi considerado o descobridor, o governador emitiu ordem impedindo os demais de adentrarem as terras. O governo ressalta as qualidades do suplicante que, além de ter condições de realizar a empresa, reduzir o gentio, ele serve à Real Fazenda "acrescentado os Dízimos e Quintos reaes, e ter feito sobir os contrattos dos caminhos a muitas arrobas de Ouro..".⁹⁴⁴ Encontrou, também, uma "Alagoa" com peixes para alimentar e abastecer as Minas. O Conde das Galveias concedeu a Mathias Barboza, que obteve confirmação da Coroa, o controle das passagens dos rios, de todos os rios da conquista, e datas de sesmarias, além da fazenda que já possuía na Barra dos Goalachos do norte.

No solo do sertão, "deserto estéril e lugar agreste",⁹⁴⁵ desenrolou-se o enredo da reação indígena, das lutas e focos de resistências à aclamada guerra

⁹⁴² Biblioteca da Ajuda. Palácio Nacional da Ajuda. Lisboa. Ref. COR 2021. Cota 51-IX-33. Título Sobre o cativoiro dos índios. fl. 387 f e v. Bertolomeu Lopes de Carvalho.

⁹⁴³ RAPM. Ano III, fasc. III e IV. Julho a dezembro de 1898. "Expedição na zona do Rio Doce pelo Mestre de Campo Mathias Barboza da Silva (1734)". p. 769-772. Cuieté 30 de agosto de 1746. p. 76.

⁹⁴⁴ RAPM. Ano III, fasc. III e IV. Julho a dezembro de 1898. "Expedição na zona do Rio Doce pelo Mestre de Campo Mathias Barboza da Silva (1734)" p. 769-772. Cuieté 30 de agosto de 1746, *idem*, *ibidem*. p. 770.

⁹⁴⁵ RIHGMG. n. 2, 1946, p. 144

justa e ofensiva. Das reações indígenas, a mais comentada é a Confederação dos Tamoios, mas também ocorreu a Guerra dos Bárbaros, na região de Palmares, desde o sertão de Pernambuco, sobretudo no Rio Grande do Norte, fruto da nação dos índios Janduins em 1687, que desencadearam uma insurreição.⁹⁴⁶ A Confederação dos índios de Gueren (Gueren, Kren ou Gren, denominação para povos do grupo Botocudos recorrente nas fontes do século XVII), entre meados do Seiscentos até 1725, aliada às outras reações como a dos Payayás, Mongoyós, Aramarizes, Orizes-Procazes, Kiriris.⁹⁴⁷ As reações indígenas foram “efeitos de uma sobreposição do espaço colonial frente ao espaço vital das nações indígenas no tocante à defesa de seus territórios. Por outro lado, delimitavam também a fronteira real da colonização, expressa pela noção de linha de defesa, que pouco a pouco iria se constituindo”.⁹⁴⁸

A aceção de guerra justa defendida apresentava-se como resposta dos colonizadores às reações indígenas. Como se os colonizadores tivessem sido empurrados para o inevitável, por isso mesmo poderiam abater o gentio inimigo sob o artifício da salvação das almas e a libertação da prática da antropofagia. A guerra justa, como integrante da política indigenista, era declarada no sentido de domar o gentio, de submetê-lo, caso contrário, como nas guerras em geral, poderia ocorrer a eliminação do inimigo para pôr fim à sua oposição. Mesmo com a política pombalina e depois dela, percebe-se a permanência da guerra justa. A continuidade e o agravamento dos conflitos com os indígenas tiveram reforço com a Carta régia de 13 de maio de 1808. Nela, autorizou-se a guerra ofensiva aos índios culpados de impedir a colonização. A carta é um exemplo de demonstração de quando a guerra se fazia necessária contra o gentio. A autorização não foi fato isolado nem localizado numa única região, foi algo que atravessou o sistema colonial.

É notório nesse contexto o prolongamento da catequese, da civilização e dos aldeamentos. A proposta do padre Francisco de Campos de 1801, antes da ordem Régia citada, se integrava à política indigenista corrente, nascida do seu

⁹⁴⁶ Sérgio Buarque de Holanda (direção). *História geral da civilização brasileira – a época colonial*. Administração, economia, sociedade. 4 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel /Difusão Editorial S.A., 1977, Tomo I, v.2.Livro Primeiro. Política e Administração de 1640 a 1769. (Colaborador: Pedro Octávio Carneiro da Cunha). p. 25.

⁹⁴⁷ Maria Hilda B. Paraíso. Os botocudos e sua trajetória histórica. In: Manuela Carneiro da Cunha. (Org.). *História dos índios no Brasil*. 2. ed. Companhia das Letras: São Paulo, 1998. p.414.

⁹⁴⁸ Ricardo de Bastos Cambraia; Fábio Faria Mendes. A colonização dos sertões do leste mineiro: políticas de ocupação territorial num regime escravista (1780-1836). *Revista do Departamento de História*, n. 6, p. 137-150, julho de 1988. p. 142.

desdobramento, a ordem só reforçou o que se praticava. A carta de 13 de maio de 1808 foi expedida quando da presença da Corte no Brasil e a carta de 2 de dezembro de 1808 do príncipe regente não trazia grandes mudanças na prática costumeira. Apesar de os autores Ricardo de Bastos Cambraia e Fábio Faria Mendes⁹⁴⁹ defenderem que a guerra justa voltou nesse período porque com Pombal se pôs fim à escravidão indígena. Ao contrário deles, acredita-se na guerra permanente com base nas situações discutidas neste estudo, assim como a prática da escravidão indígena ora legitimada ora mascarada. Portanto, não ocorreu o retorno da guerra justa; ela se manteve durante todo o período colonial às vezes mais intensa, outras vezes não, uma vez que concorriam as circunstâncias para a sua declaração de forma oficializada.

Segundo Jozé da Silva Brandão, tenente-comandante, os índios de Lorena dos Tocoyós eram como todos os demais do norte e do sul. Uma visão uniforme dos índios indica certa permanência ao longo da colonização e inclui-se aí o medo da reação indígena. A preocupação do tenente ao listar os pertences dos índios não era apenas em conhecer seus modos de vida, mas obter informações dos objetos e das armas que os índios possuíam. Demonstrando a sua inquietação com a reação indígena e a necessidade de conhecê-los, descrevia: 18 arcos, 36 setas de farpas de duas espécies, 24 setas de xoupas, 6 setas de bolas de cera, 6 pauzinhos que servem como ornamentos para as orelhas com filamento de algodão, 4 pauzinhos sem os ditos filamentos, 6 pauzinhos que servem para os beiços, 6 taquarinhas para os homens recolherem as certas marcas da virilidade que chamam – Tacanhobes, 2 Cacayas maior, e menor de uso das mulheres, 1 cabacinha com tinta encarnada, 1 cabacinha com tinta negra, 6 instrumentos de catar piolhos, 2 alças de embira ou algodão com seus suspensórios de carregar meninos que alguns chamam de retrancas, 2 bastões do uso das mulheres, 2 pilões de fazer fogo, 1 rede de dormir.⁹⁵⁰

Os Caiapós, temidos pela habilidade de guerra, que além do arco e flecha usavam uma clava, arma terrível, dominavam o Triângulo Mineiro e parte de

⁹⁴⁹ Ricardo de Bastos Cambraia; Fábio Faria Mendes. A colonização dos sertões do leste mineiro: políticas de ocupação territorial num regime escravista (1780-1836). *Revista do Departamento de História*. n. 6, p. 137-150, julho de 1988.p. 145.

⁹⁵⁰ RAPM. Ano III, fasc. III.e IV, julho a dezembro de 1898 ". Relação das Armas Vestidos ornatos, e moveis domesticos dos Indios estabelecidos em Lorena dos Tocoyós que remtto ao Ilmo. e Ex.mo Senhor General. Em 25 de Abril de 1799". p. 768.

Goiás e São Paulo.⁹⁵¹ As aldeias dos Bororos contribuíram para o êxito da incursão, inicialmente criadas por Antônio Pires Campos no Triângulo, como base de operações contra os Caiapós. Depois de Antônio Pires Campos foi a vez de Pamplona, que em sua primeira expedição de 1765 encontrou os remanescentes da nação Caiapó e fez investida em 1782 quando eles já eram poucos. Na época, foi detectada a amistosidade entre índios e negros no Triângulo, precavendo-se os sertanistas. “A guerra mais horrível foi movida contra estes índios”.⁹⁵²

A guerra contra os índios Caiapós começou em 1736 – quando o Conde de Sarzedas, em 18 de dezembro desse ano, baixou uma Portaria para castigá-los. No ano seguinte, outra portaria autorizou de novo a guerra e o aprisionamento deles, reservando o direito à Coroa, à qual caberia um quinto dos índios aprisionados. Depois da morte de Sarzedas, D. Luiz de Mascarenhas continuou a guerra e em 1741 convocou Carijós, bastardos, forros, vadios para a ofensiva. Depois, baixou um Regimento condenando à morte os índios (não se podia matar meninas e meninos de dez anos para baixo para dar o quinto a rei, mas podia-se repartir os demais na vila).

Dom Luiz de Mascarenhas convocou o comandante Ângelo Preto de Godói, que alegou idade avançada, e quem ficou no seu lugar foi Antônio Pires de Campos. A Câmara de São Paulo insistiu com o rei para que continuasse a batalha contra os índios, ao que foi atendida no Bando de 17 de fevereiro de 1745. D. Luís Mascarenhas comunicou a decisão real para se fazer a guerra.⁹⁵³ Antônio Pires de Campos morreu de ferimento a flecha num dos combates com os índios nas proximidades de Paracatu. Ele ficou conhecido como Pay Pirá pelos Bororos (pai comum).⁹⁵⁴

João da Silva Guimarães, quando realizou uma bandeira no sertão, encontrou ouro, esmeraldas, além de aprisionar os gentios “Capochós, Purichús e os Machacalys”. Após andar, nos sertões “[...] quatro meses e alguns dias, por deserto tão agreste e estéril, que por misericórdia divina escapamos com vida, e ainda hoje tenho que se escapássemos à consumição dos bárbaros, andaríamos

⁹⁵¹ Waldemar de Almeida Barbosa. *História de Minas*. Belo Horizonte: Editora Comunicação. v. 2, 1979. p. 274.

⁹⁵² Waldemar de Almeida Barbosa *História de Minas*. v. 2, 1979. p. 301, 309 e 310. Carta de 14 de junho de 1746 – doc. Avulsos APM e Carta de Gomes Freire Cód. 50, S.G. fl. 43.

⁹⁵³ Waldemar de Almeida Barbosa *História de Minas*. v. 2, 1979. p. 274 e 275.

⁹⁵⁴ Waldemar de Almeida Barbosa *História de Minas*. Belo Horizonte: Editora Comunicação. v. 2, 1979. p. 277.

sem saber por onde, se nos não guiara um gentio *Purichú*, até chegarmos e umas plantas que suponho serem do gentio, [...] onde cheguei com incomparável trabalho, pelo encontro que tive com o gentio *Malaly*, estando até então aquele sertão há muitos anos por cultivar de sertanista algum.⁹⁵⁵

A expedição marchou para o rio São Mateus e deparou com mais gentios “porém, não bastou o cuidado para não sermos presentidos dêles, e chegamos a uma aldeia da nação dos *Purichús*, que achamos desertada. Mande bradar por êles e conhecendo-nos uns, os que nos tinham fugido, me vieram buscar e avisar que todo aquêle gentio estava falando para juntos acabarem quem entrasse para suas terras, e outras mais notícias, que omito por enfadonhas. Resolvi-me a botar uma bandeira com tôdas as línguas que levava, a ver se os podia reduzir, porém, com ordens de os atacar se abusassem da paz que lhe prometia”.⁹⁵⁶

Após muitos confrontos com os índios, de enfrentar até a deserção de um soldado paulista em sua expedição, João da Silva Guimarães conseguiu reduzir o gentio e disse-lhes que “não queria mais que estarem em paz conosco digo em paz com os brancos, sujeitos ao que lhe mandassem como também sujeitaram-se à Lei de Deus. Ao dito gentio assisti com as ferramentas que pude, tiradas do meu ministério, a trôco de que se sujeitassem, apesar de que como faltas de razão se governam pelos ditames da vontade, olhando muito pela liberdade e convivência própria”. Depois retiraram-se para as suas terras, exceto os *Capochós*, porém vários índios voltaram pedindo “roupas, ferramentas, em tanto número, que me pareceu, que a multidão ocasionasse nêles algum atrevimento, conhecia a minha fraqueza. Entrei a desmanchar as ferramentas que trazia para os exames e algumas armas na tenda que trazia para consêrtos; e os fui contentando a todos, como pude, até os tornar a enviar para as suas terras; e como neste tempo se fazia já preciso vir-me a encontrar com o socorro, que supunha me iria, vim fazendo regresso para o povoado; e não quis o gentio que eu viesse só, e me veio acompanhando grosso trôço dêles, de várias nações”.⁹⁵⁷

As conquistas do sertão nas bacias dos rios Doce, São Mateus, Mucuri e Jequitinhonha iniciaram-se antes mesmo da decadência do ouro. A observação de João da Silva Guimarães é taxativa quanto ao gentio ser um empecilho para a

⁹⁵⁵ RIHGMG. n. 2, 1946, p.144.

⁹⁵⁶ RIHGMG. n. 2, 1946, p.146.

⁹⁵⁷ RIHGMG. n. 2, 1946, p.147-148.

conquista da riqueza “[...] o gentio, êste inquieto será aquela conquista árdua para dela se poder tirar alguma convivência e também custosíssima para se averiguarem as mais notícias que há; e o gentio aldeiado, além de ser mais fácil, mais seguro, e com menos riscos, e quando haja a dita conquista de ter convivência para o domínio real”.⁹⁵⁸ No seu informe, acrescenta que os Capochós, Panhanus, Machacalys, Purichus, Punchós, Munhochós, e Colachos outras mais nações foram apaziguadas “exceto a nação dos Goemborés por ser gentio mui feroz e conmerem-se uns aos outros e só destruídos se poderá ver o que senhoreiam; que é onde desde que entrei tive notícias de outro, que nunca pude chegar por falta de socorro”.⁹⁵⁹

Os Orizes se mantiveram fora do domínio português e rejeitaram seus hábitos até 1713. Quando desciam das montanhas onde viviam, cometiam invasões aos índios aldeados, às povoações dos portugueses, matando-os, devorando-os e queimando os moradores dentro das suas casas. A reação dos Orizes impedia o sertão de ser explorado. Outra tática de ataque deles era esperar nas estradas as boiadas que abasteciam a Bahia, Pernambuco, as Minas Gerais passarem e, de surpresa, abordavam os viandantes, matando-os. Depois soltavam os animais nos matos provocando a carência da população, “descendo pela estrada real” e “matavão os pastores”. Como forma de “evitar semelhantes prejuízo, e reprimir as sempre funestas invasões destes insolentes Bárbaros, procuraram muitas vezes os Governadores Geais do Estado, atendendo às respectivas queixas dos moradores do Certão, expugná-los nas próprias montanhas que habitavam; mas além de não terem estâncias certas onde os buscassem, vagando sempre na vastidão daquelas terras, reconheceram os nossos Cabos que era inconquistável”.⁹⁶⁰ Configurada a resistência, o que nem sempre foi preciso; a estratégia principal, dos governadores, contra os gentios era a declaração da guerra.

A guerra positiva era dificultosa por causa das montanhas, “fortaleza natural”. O *habitat* favorecia os índios como um espaço de proteção, onde “fabricando guaritas das mais elevadas arvores destes montes; e além das nuvens destas com que cobriam os sitiantes, faziam lastimosos efeitos com as pedras precipitadas daqueles cumes. *Reconhecida já esta guerra por custosa, e inútil,*

⁹⁵⁸ RIHGMG. n. 2, 1946, p.147-148.

⁹⁵⁹ RIHGMG. n. 2, 1946, p.150.

⁹⁶⁰ BNL. OS ORIZES CONQUISTADOS, OU NOTÍCIA DA CONVERSAM DOS indomitos Orizes Procazes, povos barbaros, & guerreyros do Certão do Brasil, novamente reduzidos á Santa Fé Catholica, & a obediencia da Coroa Portuguesa. p. 4.

assentou Excelentíssimo Marquez das Minas, sendo Governador da Província da Bahia, que se devia cessar na continuação da conquista, e empregar toda a cautela em conservar o conquistado, obviando as hostilidades dos Orizes, cujas armas nos tinham sempre sido fatais em todos os conflitos. Todos os seus sucessores no Governo praticaram depois esta máxima, entendendo serem a mais convenientes ao estado".⁹⁶¹ A guerra era desastrosa, mas, quando não se obtinha sucesso com a redução, tornava-se inevitável. Antes, tentavam o recurso de capturar um índio para convencer os outros. Assim, com um aliado facilitaria o aliciamento do restante, sem sacrificar a vida dos portugueses numa guerra.

O Governador Dom Rodrigo da Costa lançou mão desse recurso e nomeou um Tapuia, da etnia Mataraoã, cristianizado, com o título de Governador dos Índios.⁹⁶²

Os Orizes ficaram conhecidos como inconquistáveis, característica que lhes rendeu o complemento de Procáz a sua denominação, para designar insolente, petulante ao afrontarem o poder. A guerra foi um princípio respaldado ao governador dos índios, da nação Mataraoã, com ordem de "em campanha contra os Orizes, procurasse ou domá-los, ou extingui-los".⁹⁶³ Mas não obteve êxito no combate e teve de se retirar do campo de batalha com muitos feridos. O episódio beneficiou os Orizes, pois quanto mais combatiam e venciam, mais a imagem de indomáveis se difundia e o terror se espalhava entre os moradores do sertão "receosos de que os Orizes como estímulo de insultados, e com a soberba de triunfantes continuassem com a maior fúria os estragos, com justos efeitos da sua vingança; e foy assim, porque com repentinos acometimentos as infestavam muitas vezes, e quando não podiam fazer-lhes maior dano, afugentavam para as serras, e matos os rebanhos, que são os cabedais mais importantes daquele sitio".⁹⁶⁴

⁹⁶¹ BNL. OS ORIZES CONQUISTADOS, OU NOTÍCIA DA CONVERSAM DOS indomitos Orizes Procazes, povos barbaros, & guerreyros do Certão do Brasil, novamente reduzidos á Santa Fé Catholica, & a obediencia da Coroa Portuguesa. p. 4, grifo nosso.

⁹⁶² BNL. OS ORIZES CONQUISTADOS, OU NOTÍCIA DA CONVERSAM DOS indomitos Orizes Procazes, povos barbaros, & guerreyros do Certão do Brasil, novamente reduzidos á Santa Fé Catholica, & a obediencia da Coroa Portuguesa. p. 5.

⁹⁶³ BNL. OS ORIZES CONQUISTADOS, OU NOTÍCIA DA CONVERSAM DOS indomitos Orizes Procazes, povos barbaros, & guerreyros do Certão do Brasil, novamente reduzidos á Santa Fé Catholica, & a obediencia da Coroa Portuguesa. p. 5.

⁹⁶⁴ BNL. OS ORIZES CONQUISTADOS, OU NOTÍCIA DA CONVERSAM DOS indomitos Orizes Procazes, povos barbaros, & guerreyros do Certão do Brasil, novamente reduzidos á Santa Fé Catholica, & a obediencia da Coroa Portuguesa. p. 5.

No mês de junho de 1713, o padre Eusébio Dias, da Igreja de Nossa Senhora de Nazareth de Itapocoru de Cima, conversou com o capitão-mor e os cabos-de-guerra da nação Caimbé para abandonarem o paganismo de que eram praticantes. Doutrinou-lhes no sentido de convecê-los a não mais cometer o homicídio do inimigo e nem de lhes comer carne, explicando que era um pecado atroz para Deus, ao tirarem a vida, o que só Deus pode fazer. A prática da antropofagia, na visão do colonizador, nivelava o gentio aos seres irracionais porque comiam a própria espécie. “Sendo abominável este delito entre os homens, (acrescentava) o he ainda mais entre aqueles, a quem Deus revestiu com a graça do Baptismo; e a quem a caridade de Jesus Christo nosso Redemptor manda que se tratem com o amor de irmãos”.⁹⁶⁵ O padre usou o medo e a ameaça na evangelização, assim como muito antes praticaram os missionários jesuítas.

No discurso condenando a antropofagia, mencionou: “Commetendo um pecado tão enorme, tende atenção ao castigo de que vós fazeis merecedores, pois as justiças lançarão mão de vós, e vos degradarão para terras tão remotas deste país, que não torneis mais a vê-lo”.⁹⁶⁶ Os Caimbés tinham mais temor do degredo que da morte, conforme se comenta no próprio documento, levando-os a obedecer e prometer que jamais cometiam o pecado novamente. Na mesma ocasião, os Caimbés confessaram ao pároco que renderam 19 Orizes mantando-os e comendo-os. O padre, como numa lição, respondeu que bastava vencer e cativar seus inimigos, deixando-os com vida ao invés de tirá-la, “se quisessem usar de misericórdia com os seus contrários, não somente o mesmo Senhor lhes perdoaria os seus pecados, e lhes daria neste mundo saúde, paz, ventura na caça, e abundância de frutos, fazendo-os bem-quistos, e louvados das outras nações por generosos, mas achariam no outro à vista da sua Divina face, e seria a sua bem-aventurança eterna”.⁹⁶⁷ Essa orientação faz lembrar os quatro títulos defendidos por Nóbrega às circunstâncias permitidas na escravização do gentio. O cativo do inimigo deveria ser substituído com a comutação da pena de morte. Mesmo que o

⁹⁶⁵ BNL. OS ORIZES CONQUISTADOS, OU NOTÍCIA DA CONVERSAM DOS indomitos Orizes Procazes, povos barbaros, & guerreyros do Certão do Brasil, novamente reduzidos á Santa Fé Catholica, & a obediencia da Coroa Portugueza. p. 5.

⁹⁶⁶ BNL. OS ORIZES CONQUISTADOS, OU NOTÍCIA DA CONVERSAM DOS indomitos Orizes Procazes, povos barbaros, & guerreyros do Certão do Brasil, novamente reduzidos á Santa Fé Catholica, & a obediencia da Coroa Portugueza. p. 7.

⁹⁶⁷ BNL. OS ORIZES CONQUISTADOS, OU NOTÍCIA DA CONVERSAM DOS indomitos Orizes Procazes, povos barbaros, & guerreyros do Certão do Brasil, novamente reduzidos á Santa Fé Catholica, & a obediencia da Coroa Portugueza. p.7

índio abandonasse suas práticas ritualísticas, parasse com a guerra, o colonizador não cessaria como não cessou, enquanto não se retirasse do território os prêmios almejados.

Na segunda metade do XVIII, mais precisamente em 1765, o governador Luís Diogo Lobo da Silva, em carta a D. Luís Antônio Souza, qualificou os paulistas de exterminadores dos índios.⁹⁶⁸ No entanto, foi o próprio governador, em 1763, adepto da violência, caso os índios não se reduzissem.⁹⁶⁹

Os assaltos constantes dos índios às plantações, às áreas minerais, provocando a morte de colonos, levaram as autoridades a investir nas expedições, na organização de guardas e destacamentos com o intuito de amansar o gentio. As recomendações dos governos, ao autorizarem as entradas para os sertões, geralmente eram no sentido de que os entrantes agissem com cautela, tentando evitar a guerra aos gentios e tratá-los sem violência, porém podiam domesticá-los desde que “com bondade”.⁹⁷⁰ Dentre as muitas investidas, uma delas, autorizada em 1720, tinha como objetivo efetuar descobrimentos de ouro nas cabeceiras de Guarapiranga e também apaziguar o gentio que vivia nas suas proximidades.⁹⁷¹ Por mais que as autoridades investissem para amenizar os confrontos com os indígenas, ainda assim os resultados não foram imediatos. Os oficiais da Câmara Municipal de Sabará, em 1752, recorriam ao rei solicitando medidas para pôr fim aos assaltos e às hostilidades do gentio, que traziam prejuízos incalculáveis.⁹⁷²

O rei Dom João escreveu ao governador de São Paulo, em 1738, comentando a informação recebida do superintendente das Minas de Goiás, Gregório Dias da Sylva, em carta de 2 de setembro de 1735, sobre a devassa feita das mortes causadas pelo gentio Cayapó, “por cuja causa se lhe devia fazer guerra”.⁹⁷³ Recomendou-se, assim, que, se realmente ficasse comprovada a devassa do superintendente, se deveria abrir guerra ofensiva ao gentio. O rei ordenava, então, sobre essa matéria, que o governador tomasse as cabíveis providências quanto aos descobrimentos de Pillões e que se defendessem dos insultos dos “gentios brabos daqueles certões lhes pertendam fazer”. Caso houvesse continuidade dos mesmos gentios “a cometerem alguns excessos fareis

⁹⁶⁸ APM. S.G. cód. 143. fl. 63. Carta de 15/12/1765.

⁹⁶⁹ APM SC. 150 e SC 152.

⁹⁷⁰ APM SC 10. fl. 85 e 86.

⁹⁷¹ APM SC 11. fl. 262.

⁹⁷² APM. SC. 105.

⁹⁷³ APM SC. 63. filme 13. fl. 94. Lisboa, 12 de abril de 1738.

tirar devaça" e consumado o fato, se poderia "decretar a guerra ofensiva".⁹⁷⁴ Para tal procedimento, lembrava ao governador das ordens régias que incidem sobre a matéria. Com isso, se conclui que a guerra, o extermínio e o cativeiro dos indígenas nunca foram deixados de lado, porquanto a legislação, afinal, existia para se valer dela.

Os agravos provocados aos interesses régios pelos gentios pareciam não ter limites, sendo intensamente notificados nas cartas das autoridades. Os ataques dos Cayapós "nos destritos das minas dos Guayaz onde tem invadido por varias vezes em diversas partes matando sempre e destruindo".⁹⁷⁵ Não bastasse o temor que os Cayapós imprimiam, provocaram também o abandono das minas descobertas onde se encontrara ouro e diamantes. Atacaram as vizinhanças do arraial de Senhora da Santa Ana, "fizerão mortes e destruições assim aos roceiros como aos viandantes e os que livraram as vidas perderão as fazendas já com as obrigações de pagarem o direito das entradas a Vossa Majestade". Completa a comunicação ao rei constatando a continuidade das invasões do gentio numa fazenda devastada "com morte de escravos, cavalos, e queima de casas".⁹⁷⁶ Muitas outras ocorrências são citadas. O efeito do estrago dos índios atingia desde o cotidiano do colono à produção, impossibilitava a extração das minas até os cofres reais, impedindo o Estado de abocanhar os tributos e a almejada riqueza. Os prejuízos causados pelos Payagoã eram, também, objeto de comentários recorrentes a respeito dos rastros deixados por eles.

Na carta de 14 de junho de 1736 foi relatado o transtorno com os danos praticados pelos índios Payagoã nas vertentes do rio Paraguai. Nela se acusava alguns de aproveitarem da situação com os problemas causados pelos gentios para praticarem o comércio de escravos e ouro com os espanhóis da cidade de Assunção. Ademais, os gentios traziam outras questões agravantes porque sempre que acreditavam que tinham conseguido acabar com o "poderoso inimigo, novamente experimentavão o seu rigor os que forão na monção deste ano passado para o Cuyabá tendo o assaltado daquelles bárbaros quatro dias antes de chegarem as nossas minas, quando semelhante invasão não esperavão com cujo acometimento acabarão todos os que se têm adiantado em duas canoas sem que

⁹⁷⁴ APM SC. 63. filme 13. fl. 94. Lisboa, 12 de abril de 1738.

⁹⁷⁵ APM. SC. 63. filme 13. fl. 49 - 50. São Paulo, 14 de julho de 1736.

⁹⁷⁶ APM. SC. 63. filme 13. fl. 49 - 50. São Paulo, 14 de julho de 1736.

as mais lhes pudessem valer".⁹⁷⁷ Os Payagoã, chamados de "inconquistáveis", reagiam à presença cada vez maior dos colonizadores criando táticas de ataques que encurralavam os desprevenidos. As vantagens dos inimigos Payagoã eram reconhecidas nas notificações oficiais, "daquelles certões", que os favoreciam com a sua forma de organização "por se acharem divididos por vários sangradouros que todos vem a obedecer ao Rio Paragoay".⁹⁷⁸ Ao se espalharem nos sangradouros, detinham o controle do território, por eles bem conhecido, diante do conquistador e tiravam proveito pilhando porque "vivem do corso em que atualmente andão sem assento do domicilio certo".⁹⁷⁹ Esse fator significativo era mais um a favor dos Payagoã que, por serem itinerantes, sem paradeiro fixo, se esquivavam com mais facilidade dos colonizadores. Preocupados com os assaltos do gentio, quando da travessia do rio, entenderam que uma das soluções seria abrir caminho por terra para "melhor se estabelecer as minas de Cuyabá que por falta de caminho se acham diminutas sem aumento até o presente porque se não podem prover de cavalgaduras e gados pelas navegações dos Rios que tem dependencia de monção de ano a ano".⁹⁸⁰ Afinal, o caminho por terra seria o recurso que atenderia aos reais serviços e aos vassalos.

A representação dos oficiais da Câmara da Vila do Bom Jesus do Cuiabá recorria para que fossem servidos de "petrechos militares" por causa do assalto do gentio Payaguã à tropa do tenente-general mestre-de-campo Manoel Rodrigues de Carvalho. Quando na ocasião do assalto, fazia-se a travessia dos rios e as armas e munições foram levadas pelas "correntes das águas impetuosas".⁹⁸¹ Respondendo à representação, em 1738, Dom João decidiu que a Câmara da Vila do Bom Jesus era obrigada reparar as armas do tenente-general e orientava o governador de São Paulo para que "se leve em despesa a dita Câmara as armas e mais munições de guerra que se perderão".⁹⁸²

Jozé Barbosa de Sá, ao listar as povoações no centro oeste, faz apologia ao padre Anchieta que, na cidade de São Paulo, antes Piratininga, disseminou a doutrina cristã entre os índios "[...] fazendo tesouro da divina palavra para a estender nas mais dilatadas sementeiras deste largo império, cultivando os

⁹⁷⁷ APM. SC. 63. filme 13. fl. 49 - 50. São Paulo, 14 de julho de 1736.

⁹⁷⁸ APM. SC. 63. filme 13. fl. 49 - 50. São Paulo, 14 de julho de 1736.

⁹⁷⁹ APM. SC. 63. filme 13. fl. 49 - 50. São Paulo, 14 de julho de 1736.

⁹⁸⁰ APM. SC. 63. filme 13. fl. 49 - 50. São Paulo, 14 de julho de 1736.

⁹⁸¹ APM. SC. 63. filme 13. fl. 106. Lisboa, 21 de abril de 1738.

⁹⁸² APM. SC. 63. filme 13. fl. 106. Lisboa, 21 de abril de 1738.

agrestes silvícolas do Paganismo".⁹⁸³ Completa, ainda, seus comentários elogiando os moradores daquela capitania que seguiram como "operários desta Santa lavoura as militares empresas, e a expugnação das barbaridades, que aquelles lugares ocupavão, de donde colhião Almas para D.s, a utilidades humanas, augmentos em que florecerão a mayor parte dos Estados da América".⁹⁸⁴

Numa carta de Dom João ao governador da Capitania de São Paulo, autorizou a guerra ao gentio em razão das declarações do ouvidor-geral de Cuiabá "a respeito das hostilidades com que naquellas Minas continhuava o gentio Payaguás".⁹⁸⁵ Ordenou para repreendê-los com castigos, do contrário receiava-se perder as Minas por causa do domínio dos índios. Mais uma carta do rei, só que destinada a Antonio da Sylva Caldeira Pimentel, governador da Capitania de São Paulo, retratava o "infelis sucesso que experimentou as tropas que vinha do Cuyaba no combate que teve com os gentios Payaguazes em que morreo, alem de muitas pessoas o ouvidor geral Antonio Alvz' Peixoto representando me as grandes hostilidades que os mesmos gentios tem feito não continuando no caminho daquellas Minas".⁹⁸⁶ (). Junto ao acontecimento alarmante porque culminou na morte de uma autoridade representante do rei, no impedimento das atividades nas minas, ainda havia indícios dos gentios terem recebido orientações de combate dos Padres castelhanos nos "insultos" cometidos.⁹⁸⁷ A ordem régia envia cópia dos informes do Ouvidor Geral de Cuiabá noticiando os estragos e mortes causados pelos dos gentios e assim "justificada cauza que ha para se lhe fazer guerra, nesta consideração me pareceo ordenarvos por resolução do primeyro deste presente mês e anno [...]" A estratégia da guerra justa e ofensiva planejada seria atacar o gentio "dentro dos seus mesmos alojamentos assim os gentios Payaguazes, como tambem as mais nações que confederadas com elles os ajudassem a nos hostilizar queimando elles, e destruindo elles todas as suas Aldeas, p.a que este espetaculo

⁹⁸³ ATT. Papéis do Brasil, avulsos. Masso 03, doc. 10. MF. 4177/05 Req. 46414/05. "Relação das Povoações de Cuiabá e Mato Grosso dezde os seos princípios até o prez.te tempo". Por Jozé Barbosa de Sá e como escrivão Manoel dos S.tos Coimbra.

⁹⁸⁴ ATT. Papéis do Brasil, avulsos. Masso 03, doc. 10. MF. 4177/05 Req. 46414/05. "Relação das Povoações de Cuiabá e Mato Grosso dezde os seos princípios até o prez.te tempo". Por Jozé Barbosa de Sá e como escrivão Manoel dos S.tos Coimbra.

⁹⁸⁵ ATT. Cód. 06. fl. 18. Lisboa, 21 de janeiro de 1732.

⁹⁸⁶ ATT. Cód. 06. fl. 27 f. Lisboa, 5 de março de 1732.

⁹⁸⁷ ATT. Cód. 06. fl. 27 f. Lisboa, 5 de março de 1732.

lhes sirva de mayor horror ficando em captiveiro todos aquelles que se prender render e apanhar".⁹⁸⁸

O combate projetado levava a cabo o extermínio e o cativoiro, numa seqüência de violências e terror, utilizando o governo o instrumento legal que lhe cabe por intermédio de um bando público para decretar a guerra, "declarandose no dito bando que os Captivos serão repartidos pellas pessoas que nella entrarem para que convidados deste interesse mais gostozos se empreguem na dita guerra" a legalidade pressuponha um fator de motivação aqueles que se dedicassem a guerra ao gentio obtendo como prêmios cativos e mais receberiam da Fazenda Real "toda a polvora e balla, munições, armas e mais petrechos que forem necessarios para esta expedição".⁹⁸⁹

A resistência indígena era tão ameaçadora a soberania e aos cofres do rei que todo o empenho foi mobilizado oficialmente para abater o inimigo. Deveriam fabricar embarcações em Cuiabá para servirem de comboio nas navegações.⁹⁹⁰ O pensamento predominante na corte real era de ter o gentio como amigo e pacífico sem desgastes com guerras, quando não fosse possível a paz e resistindo o indígena, ai, sim, a guerra ofensiva entrava em vigor. A forma da guerra ao gentio inimigo vinha desde o princípio da colonização, sendo aplicada oficialmente como parte da política de Estado.

Dom João remetia ao governo de São Paulo o assunto tratado pelos oficiais da Câmara de Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá, de 10 de abril de 1731, das mortes e insultos resultados do gentio "Payaguâ" e a guerra que os moradores "intentaram fazerlhe" ao que novamente os oficiais da Câmara por segurança apoiou com "duas peças de artilharias, pólvora, balas, canoas para o transporte, e mais petrechos" e a importância de novecentas e sessenta oitavas" para o aparelhamento da expedição.⁹⁹¹ A questão das despesas atribuídas às guerras implicavam enorme quantidade de arsenal bélico e eram intituladas de expedições, auferindo o caráter militar mesmo que os envolvidos fossem civis. De um outro lado, o rei abordava mais um problema. De posse da representação que tinha da opressão imposta ao gentio Parecis "com entradas que a elle continuao a fazer varios Certanistas, nao havendo os meus vassallos recebido prejuizo algum deste gentio indo-o inquietar a parte tão

⁹⁸⁸ ATT. Cód. 06. fl. 27 f. Lisboa, 5 de março de 1732.

⁹⁸⁹ ATT. Cód. 06 fls.27 e 28. Lisboa, 5 de março de 1732.

⁹⁹⁰ ATT. Cód. 06 fls.27 e 28. Lisboa, 5 de março de 1732.

⁹⁹¹ ATT. Cód. 06. fl. 36 f. Lisboa, 11 de março de 1732.

distante, como a em que habita, tirando as liberdades aos que podem servir, e as vidas".⁹⁹² Diante das perdas inúteis, decidia o rei, por resolução de 7 de março de 1732, que deixassem em paz os Parecis, evitassem "os injustos captiveiros," que por Bando se publicasse a proibição, além de imediatamente pôr em liberdade os cativos Parecis.⁹⁹³ Entendia, ainda, que a guerra aos Parecis era desnecessária porque de "todo o Gentio da America parecia ser o que tem melhor disposição para receber a nossa santafé".⁹⁹⁴

Nas Instruções ao chefe da bandeira para busca da Lagoa Dourada, foi fornecida a orientação para que o percurso tomasse como referência o rio Jequitinhonha até o salto ou se usasse vizinhança. Lagoa Dourada possuía rios e ribeiros contendo pedras preciosas e ouro, porém a Instrução dizia para evitar os confrontos com os indígenas pacificados, estratégia necessária ao sucesso da empresa, pois, ao impedir os ataques aos índios e presenteá-los, poderiam obter aliados facilitando encontrar os descobertos. "[...] recomenda-se muito o seu bom tratamento, e para isso vão os machados, anzois, facas, e quinquilharias, com que se devem brindar, e ate procurar que alguns queirão acompanhar a Bandeira".⁹⁹⁵ Caso não encontrassem a Lagoa, a bandeira deveria prosseguir até a Aldeia do Mucuri, buscando a amizade daqueles índios e regressar após examinado o local para saber se tinha ouro ou pedras.

A reação indígena dos Botocudos⁹⁹⁶ merece menção pelo longo tempo de duração de suas lutas contra o colonizador. Existe um conjunto considerável de documentos e estudos dedicados aos povos Botocudos representados numa diversidade de grupos difrentes que o termo tão genérico ofusca.

Izabel Missagia⁹⁹⁷ no século XIX, mais especificamente de 1873 a 1911, data do aldeamento de Itambacuri fundado por capuchinhos, ao recuperar a trajetória desses povos nos sertões leste das Minas, nos rios Doce e Mucuri, analisa desde as origens étnicas à fundação dos aldeamentos e da catequese aos

⁹⁹² ATT. Cód. 06. fl. 36 f. Lisboa, 11 de março de 1732.

⁹⁹³ ATT. Cód. 06. fl. 52 f. Lisboa, 11 de março de 1732.

⁹⁹⁴ ATT. Cód. 06. fl. 36 f. Lisboa, 11 de março de 1732.

⁹⁹⁵ Instruções q' se dará ao Chefe da Bandeira q' for procurar a Lagoa Dourada. *RAPM*. Ano II, fasc. 1, Jan. a Março, 1897. Ouro Preto, Imprensa Oficial 1897.p.35.

⁹⁹⁶ Sobre os Botocudos. *RAPM*. Ano III, fasc. III e IV,. BH: Imprensa Oficial, julho a dezembro de 1898. p. 743-748.

⁹⁹⁷ Izabel Missagia de Mattos. *Civilização e Revolta*. Os Botocudos e a catequese na Província de Minas. São Paulo: Edusc, 2004.

combates travados com os projetos de civilização das áreas habitadas pelos Botocudos. A revolta de 1893 do aldeamento de Itambacuri se destaca pelo seu caráter de resistência indígena, bem como a perpetuação do xamanismo como forma de “consciência histórica” dos Botocudos.⁹⁹⁸

Nas fontes de nossa pesquisa, alguns dados complementam as reações e focos de lutas indígenas dos Botocudos no século XVIII e princípios do XIX. O conde de Sarzedas, no século XVIII, estabeleceu o registro de Lorena como limite da capitania na fronteira com o Espírito Santo, para com isso garantir o comércio e os direitos reais. O conde já estava informado das ameaças dos Botocudos na área, mas foi com o governador Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello que se propôs a mudança do registro de Lorena para a barra do rio Cuieté, distanciando-se, assim, dos Botocudos.

No dia 1º de fevereiro de 1806, em Vila Rica, a Mesa da Junta da Administração e Arrecadação da Fazenda Real, presidida por Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello, governador das Minas, junto com os ministros deputados, decidiu ordenar que fossem estabelecidos três destacamentos: um nas margens do Rio da Casca, outro na Barra do Ribeirão Belém e no rio do Peixe, onde deveria ser o quartel geral. Esses rios formam as divisas da capitania e tiveram em certos pontos locais seis presídios por ordem do Visconde de Barbacena.⁹⁹⁹ Entre os objetivos estavam o aumento do policiamento com patrulhas constantes e a criação dos três destacamentos, enquanto uma medida foi tomada com base nas informações de que as pessoas tinham sido atacadas e devoradas pelos antropófagos Botocudos e os que conseguiram sobreviver foram obrigados a abandonar suas fazendas de cultura e mineração. Essa decisão da Junta tinha como única finalidade guardar o patrimônio da Coroa, os dízimos, o quinto do ouro e o que se podia extrair das riquezas dos rios.

A perseguição inflexível aos gentios e a guerra justa provocaram a escravidão nas zonas agrárias. Contava a favor do colonizador os conflitos entre etnias, como entre Bororo e Caiapó, expulsos de Minas, que lutavam entre si e contra os Aimorés. Durante o período colonial, e nos primeiros tempos da

⁹⁹⁸ Izabel Missagia de Mattos. *Civilização e Revolta*. p. 27. Ver tb. legislação referente aos índios no século XIX. (Ordens, Provisões, Decretos, Leis, etc.). p. 211-227.

⁹⁹⁹ Sobre os Botocudos. *RAPM*. Ano III, fasc. III e IV,. BH: Imprensa Oficial, jul-dez. de 1898 p. 744.

independência os fazendeiros da Mata do sudeste e do leste de Minas usaram o trabalho dos puris “quase então reduzidos á escravidão agrária”.¹⁰⁰⁰

A resistência dos índios nos sertões se dava com a guerra do avanço constante dos colonos. Esse avanço gerou uma movimentação no espaço e o motivo que nos fez decidir de não nos prendemos, neste estudo, unicamente num espaço, mas percorrer as áreas onde se desenrolaram os confrontos para a compreensão do quadro de lutas destes povos.

Na documentação, os elementos dispostos sobre a visão que se criou do índio e de seus ataques aos colonos não são lineares, sempre remetem antes do fato narrado como a Informação das Minas e seus sertões,¹⁰⁰¹ desde 1597 até 1772. São informações resumidas que deixam as impressões sobre os índios com a chegada de Pedro Álvares Cabral na Terra de Santa Cruz, em 1500, depois com Martim Afonso de Souza, a fundação da capitania de São Vicente em 1531 e suas tentativas de encontrar minas de ouro, prata e pedras preciosas. O “bárbaro gentio carijó” aparece como o empecilho. Por matar 80 homens europeus, impediu o sucesso das buscas.¹⁰⁰²

A partir da capitania de São Vicente, com Martim Afonso, as imagens dos sertões começaram a ser delineadas, quanto mais se afastava do litoral e à medida que as guerras dos índios também se tornavam mais acirradas.¹⁰⁰³

Para o período da década de 1730, as reações indígenas são intensamente enunciadas nas correspondências entre a autoridade real e os governos.¹⁰⁰⁴ Os Payaguás cometiam mortes e insultos contínuos. O rei mandava fazer-lhes guerra aos Payaguás, e aos Parecis não fosse permitido o cativeiro injusto porque estavam pacificados. As várias frentes de entradas para o sertão moviam as guerras e cativeiros dos índios. Com isso o rei tentava regulamentar as relações com uns e outros indígenas. A conquista do gentio Guayases era institucionalmente aceita e com aval do rei.¹⁰⁰⁵ Outras frentes de entradas foram

¹⁰⁰⁰ Cf. Nelson de Senna. *A Terra Mineira*. (Chorographia do Estado de Minas Geraes) Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1926. Tomo II.p.50.

¹⁰⁰¹ “ATT. Cód. 3. MF.2303. Informação das Minas de São Paulo e dos Certoens da sua capitania desde o anno de 1597 até o presente 1772 com sellegão chronologica dos administradores das Minas”.fl. 28 f.

¹⁰⁰² O relato do episódio foi registrado no Livro da Câmara de São Paulo 1585-1586.

¹⁰⁰³ ATT Papéis do Brasil. Cód. 4 MF 699 e 699 A. fl. 8 até 21 f. e de 119 v - 120 f. e v.

¹⁰⁰⁴ ATT. Papéis do Brasil Cod. 6. MF 698. 5 março de 1732 fl 27. Lisboa, carta de D. João. 11 de março de 1732 fl. 36 e 2 de julho de 1730 fl. 52.

¹⁰⁰⁵ ATT. Papéis do Brasil Cod. 6. MF 698. fl. 52 f e v.

comandadas em direção ao Rio Grande, Sacramento e Laguna e abriram guerras contra os índios.¹⁰⁰⁶

D. João V, em carta de 8 de maio de 1732,¹⁰⁰⁷ ordenava, por provisão, ao conde de Sarzedas, no Governo de São Paulo, declarar guerra aos Payaguá em Cuiabá, reforçava os poderes da autoridade governamental e conferia autonomia para agir, sem ao menos ter de consultá-lo para pedir, não precisando esperar resoluções da Corte.¹⁰⁰⁸ Chegavam informações das entradas e comentários da fauna, dos animais perigosos e dos índios junto com a questão da guerra emergia passando assim as terras a serem enquadradas como devolutas.¹⁰⁰⁹ Abriu-se guerra ao gentio que vivia exatamente nas áreas de abundantes recursos minerais e eram acusados de impedir a busca de riquezas e a cultura de lavouras para a sobrevivência naquelas terras.¹⁰¹⁰

A escravidão e a guerra estiveram interligadas. Nas áreas cobiçadas, fatalmente, aconteciam as guerras contra os indígenas. Aos índios aldeados e aos que viviam nas vilas, como a própria documentação indica, estavam apaziguados, não havendo mais problemas e riscos oferecidos, por isso não havia necessidade de escravizá-los, motivo suficiente para levar o rei a concluir que devia oferecer tratamentos diferenciados. Os Parecis se encontravam, em 1735, rendidos não sendo interessante cativá-los.¹⁰¹¹ O Conde de Sarzedas enviou carta ao rei dizendo que os índios Parecis não estavam sujeitos à escravidão. Em resposta, em 1736, Dom João aconselhava conservar as aldeias e que os índios deveriam ser retirados do poder dos moradores,¹⁰¹² exceto os índios sob administração.

A guerra gerava escravos indígenas e a escravidão gerava mais guerra como reação dos índios. A lei contra o cativo indígena deixa bem claro quanto à especificidade do cativo, qualificando-o como cativo injusto. Injusto porque sem motivo justificável, o índio só deveria ser reduzido à escravidão se resistisse.

¹⁰⁰⁶ ATT. Papéis do Brasil Cod. 6. MF 698. fl 61 24 de julho de 1733 e fl 62 f e v. 20 de agosto de 1732.

¹⁰⁰⁷ ATT. Cód. 6. fl 7. Provisão de 8 de maio de 1732. D.João V ao Conde de Sarzedas sobre necessidade de se fazer guerra ao gentio Payaguas em Terras de Cuyabá próximo ao distrito de Paraguai. e fl 18. Payaguases. Cuiabá - Lisboa 21 fev.1732. Cód. 6 Provisão de 21 de janeiro de 1732. Ver também: Cód. 6 fls. 27 Provisão de 5 de março de 1732. Payaguas.

¹⁰⁰⁸ ATT Cód. 6 MF 698. fls. 3. Provisão de 8 de maio de 1732.fl. 3.

¹⁰⁰⁹ ATT Cód. 6.Lisboa, 18 maio de 1732. fls. 7

¹⁰¹⁰ ATT Cód. 6 Lisboa, 6 fev. 1732. fl. 16

¹⁰¹¹ ATT Cód. 6 fls. 100 a 104. Provisões de matéria administrativa de 17//1735. para o governador de São Paulo . Índios Paracis.

¹⁰¹² ATT Cód. 6. fl 91.13 de agosto de 1735. Despacho do Conselho Ultramarino, 12 de agosto de 1736.

A aceitação e/ou rendição deveriam servir como base para a trégua e, portanto, com base para a liberdade. Anteriores ao ano de 1735, as medidas foram incansavelmente repetidas, mostrando que vinha de algum tempo a tentativa de impedir a escravidão dos Parecis, da qual a Provisão de 13 de agosto de 1733, auge da produção aurífera, foi exemplo,¹⁰¹³ assim como a Provisão de 1732 de D. João V para o Governo de São Paulo.¹⁰¹⁴ Por outro lado, nada tinha de contraditório quando se declarava a guerra, esclarecendo que para a época o inimigo era combatido, aprisionado ou extinguido. A Junta que se reuniu em São Sebastião do Rio de Janeiro, por ordem régia de 5 de março de 1749, decidiu abrir guerra aos gentios Caiapós e Acroás. Na reunião foi lembrada e citada a Provisão de 19/7/1747.¹⁰¹⁵

Qualquer gentio que se interpusesse no caminho dos propósitos régios tornava válida a guerra, prova cabal de que não havia dúvida quando a guerra era entendida como necessidade. A explicação é convincente. Além das muitas dificuldades nas viagens ao sertão para fisgar as riquezas, os ataques dos índios atingiam o Estado com prejuízos à Real Fazenda.¹⁰¹⁶ A população ficava sem ter como pagar os impostos, acarretando uma queda na economia, uma vez que não havia como efetuar a arrecadação. Goiás também era considerado sertão e, como Minas, com a qual faz divisa, atraía gente à cata do ouro. Para todo lado na colônia as reclamações dos insultos dos índios eram objeto de preocupação e de relatos à Coroa,¹⁰¹⁷ na mesma intensidade que foram as críticas aos missionários dos índios nas regiões diamantíferas, com centro no Tijuco.¹⁰¹⁸

A questão da informação por meio das notícias do interior da colônia é outro ponto que se destaca, pois só por meio dela era possível planejar as formas de atuação nas áreas de interesse da Coroa. O objetivo da conquista e da guerra ao gentio é exposto para manter a boa arrecadação da Fazenda Real.¹⁰¹⁹

O obstáculo representado pelos índios à conquista das terras renderam muitas discussões. De um lado os paulistas, vistos como “gente sem disciplina”, e de

¹⁰¹³ ATT.Cód. 6 fls. 91. Provisão 13 de agosto de 1733. Contra a escravidão do gentio.

¹⁰¹⁴ ATT.Cód. 6 fls. 36.- Provisão de 11 de março de 1732. Índios Parecis. Provisão de D. João V para o gov. de São Paulo.

¹⁰¹⁵ ATT Cód. 6 fls. 301-302. 5 de março de 1749, guerra ao gentio Caiapó e Acroá.

¹⁰¹⁶ ATT Cód. 6 fls 75 f. e v. e 76 f. 5 de maio de 1732.

¹⁰¹⁷ ATT Livro 3 N 103. MF 4444 fls. 123 e 124 Insultos dos Índios 5 de junho de 1736. MF 4444 fls. 123 e 124.

¹⁰¹⁸ ATT Livro 5 N 38. MF 2947 fls. 56 -58 v. N 39 fls 59, 60.

¹⁰¹⁹ ATT. Cód. 6. fl. 07. MF 698. D. João V ao Conde de Sarzedas – guerra ao gentio Payaguaes em Terras de Cuyabá. Lisboa, 18 de maio de 1732.

outro os indígenas, vistos como caso de guerra, sendo necessárias armas e munições. O rei respondeu à representação do Conde das Sarzedas, governador da capitania de São Paulo, a respeito das informações que ele obteve dos descobrimentos em Cuiabá, de que estavam ameaçadas pelo perigo da presença dos Padres castelhanos da Companhia do Paraguai e dos índios que habitavam aquela região. Para a conservação da colônia a guerra aos índios deveria ser decretada porque “há annos passado atacarao o comboy dos quintos que aprezarao, matando o ouvidor, que com elles vinha”.¹⁰²⁰ O governo não podia contar com extensas tropas em todas as partes da colônia; eram com os paulistas que deviam ser apoiados, mesmo “crendo os Paulistas gente sem disciplina”. Junto com eles deveriam ser mandados para o combate aproximadamente “cem soldados pagos de infantaria com quatro officiaes de valor, e experiência, e que algum delles fosse inteligente na fortificação, por vos persuadires que para a conservação do Cuyabá será preciso levantar terra naquelle districto e fazer-se algum gênero de rescinto, e contando-vos que eu mando hir armas, e munições de guerra para esse Governo, ficariam estas e a sua despesa inutil não havendo quem sayba uzar dellas”.¹⁰²¹

Na resolução de 1732, o rei decidiu pela cautela conveniente. Melhor seria, antes de se decretar a guerra, obter informações mais precisas, averiguada a veracidade dos fatos, então, se procedesse a guerra aos “gentios Payaguazes”. Desse modo, ajustava-se entre Metrópole e colônia as decisões. Do rei ao Conde de Sarzedas era enviada uma medida contra a guerra ao gentio Payaguá que se intensificava no sentido de que caso fosse preciso o Conde de Sarzedas deveria ir pessoalmente a Cuiabá “p.a dispores, o que for necessário, para que a dita guerra se faça com sucesso, ou para prevenir as ideas, que talvez os inimigos tenham sobre o mesmo Cuyaba, se no caso em que se julgue necessária hua pronta, e rigorosa providencia, que careça da vossa presença o podereis fazer sem me dar conta, e esperardes resposta pella grande dilação que se faz precisa pella qual poderia malograr-se o sucesso, podendo acontecer, que as novas dependencias se ponhao em tão mau estado, que depois seja muito mayor a dificuldade de restabelecê-las daquella parte.”. Ainda, ordenava que a respeito do Rio Grande de

¹⁰²⁰ ATT. Cód. 6. fl. 07. MF 698. D. João V ao Conde de Sarzedas – guerra ao gentio Payaguaes em Terras de Cuyabá. Lisboa, 18 de maio de 1732.

¹⁰²¹ ATT. Cód. 6 fl. 07. MF 698. D. João V ao Conde de Sarzedas – guerra ao gentio Payaguaes em Terras de Cuyabá. Lisboa, 18 de maio de 1732.

São Pedro “se faça preciso fazer alguma operação ou suceda novidade daquella parte” permanecesse o Governador na defensiva. Afinal, mediante duas frentes de batalhas não seria conveniente sair do Governo para ir a Cuiabá na guerra dos “Payaguazes e a qual deveis mandar por comandante o official que vos parecer”.¹⁰²²

O capitão Francisco Britto escreveu um conjunto de notícias ao rei tecendo comentários da extensão da soberania real no território e dos serviços que ele prestou para aumentar a monarquia nas “terras dezertas,” “das bandas do sul” situadas no Rio Grande de São Pedro.¹⁰²³ Honrado Francisco Britto dizia que o ouvidor-geral entregou-lhe uma carta do rei confirmando que tivera notícias dos seus esforços. Agradecido, beijou a carta “e a pus na coroa de minha cabessa, pois com ella me considero tao exaltado q sendo lhê hoje todo o meu disvello somente o empregarme em o serviço de V. Real Mag.de de hoje emdiante será m.to mayor o emprego sem interesse de dispêndio algum de sua Real Fazenda”.¹⁰²⁴

Empenhado, descobriu o lugar chamado “Alagoa dos Patos” e nela se fixou, porém “sempre e com armas na mão por cauza do gentio nelle habitava e das innomeraveis feras e bichos ferozes q neste lugar haviaio assim de onças como de tigres” muitos dos escravos morreram por causa dos gentios sendo “necessário fugentar o gentio com armas para q asim ficassemos mais [descançados] de tão gr.des riscos q nos [ameassavao]”.¹⁰²⁵ Na seqüência, construiu uma Igreja com invocação a Santo Antônio dos Anjos. Trouxe um vigário à sua custa e aos moradores deu mantimentos até conseguirem fazer as lavouras.

As estratégias e os modos de governar estiveram intimamente relacionados com as trocas de informações entre um poder e outro na colônia e com a metrópole. Do Rio de Janeiro chegavam e saíam os informes e as notícias de Santos, assim como de São Paulo, Minas, Maranhão e Grão-Pará e demais capitanias.¹⁰²⁶ As regiões coloniais estiveram entrelaçadas pelas informações dos governadores e descobridores, mesmo ocorrendo alguns boicotes de autoridades civis e religiosas.

¹⁰²² ATT. Cód. 06 fl.3. Lisboa, 18 de maio de 1732.

¹⁰²³ ATT. Cód.06 fls. 9-12. “Notícias dessas terras a Magestade das bandas do sul até o Rio Grande de Sam Pedro Villa de Laguna de Santo Antonio dos Anjos, 20 de abril de 1730. Do Capp. Mor e [povoador] da vila da Laguna Fran.co de Brito Peixoto”.

¹⁰²⁴ ATT. Cód 06. fl.9 f Vila da Laguna de Santo Antonio dos Anjos. 20 de abril de 1730.

¹⁰²⁵ ATT. Cód 06. fl.9 v. Vila da Laguna de Santo Antonio dos Anjos. 20 de abril de 1730.

¹⁰²⁶ ATT. Cód 06. fl. 10 f. Vila da Laguna de Santo Antonio dos Anjos. 20 de abril de 1730.

A conquista foi apregoada de tal forma que em diversos trechos Francisco Britto qualificou as terras de desertas. Ao povoá-la estabelecia a vila, assim o domínio real e a civilização. Mas foi nos “dezertos” que o pai e o irmão de Francisco Britto morreram, ficando apenas ele como Capitão-mor e para provar a verdade dos acontecimentos mandava a prestação de seus serviços a dezesseis anos ao Concelho Ultramarino”.¹⁰²⁷ Um dos serviços foi examinar todos os lugares e portos da povoação da nova colônia, de onde garantia que se achavam “devolutas” em contraposição também dizia que foi a uma “Aldeia de Indios chamados [chanates] q’ erao governados pelos castelhanos em hum lugar chamado São Domingos e tornando-se para traz chegarão ao Maldonado donde vendo incorporados toparão com hum gr.de [trosso] de gentios brabos destas campanhas e tendo com elles um gr.de choque forão pellos gentios prizioneyros e destituídos assim das armas como das suas roupas, e mais muniçoens q levarão, e tendo em hua noute ocazião lhes fugirão”.¹⁰²⁸

O general Gomes Freyre de Andrada tinha a responsabilidade de decidir sobre questões de urgência, motivo que o levou a convocar uma Junta reunida no dia 5 de maio de 1749, na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, na sua residência. Estiveram presentes os seguintes convocados: “D. Frey Antonio do Desterro, o Doutor Ouvidor Geral Francisco Antonio B[ercó] da Sylveyra Pereira, o Doutor Provedor da Fazenda Real Francisco Cordovil de Siqueyra Mello; e Prelados das Religioes abaixo assignados menos D [Abade] de Sam Bento que não appareseo na dita junta”.¹⁰²⁹ Assim, em cumprimento à ordem régia e citada a resolução de consulta de 2 de maio de 1746, que determinava a formação de uma Junta das Missões na cidade de São Paulo, iguais às de Pernambuco e Maranhão, com a finalidade de apurar e de se resolver “se a guerra decretada ao Gentio Cayapo e Acroá he inevitavel na forma que avia rezoluto em 15 de maio de 1744, e quando fose precisa se faria esta por ajuste com Antonio Gomez Leyte”.¹⁰³⁰

Como não constava se a matéria estava resolvida na dita Junta, determinou-se por resolução que fosse convocada a Junta das Missões no Rio de Janeiro e se decidisse quanto a execução da Ordem de 8 de maio de 1746 expedida ao Governador D. Luiz Mascarenhas, mas também que o General deveria “cobrar a

¹⁰²⁷ ATT. Cód 06. fl.9 v. Vila da Laguna de Santo Antonio dos Anjos. 20 de abril de 1730.

¹⁰²⁸ ATT. Cód 06. fl.9 v. Vila da Laguna de Santo Antonio dos Anjos, 20 de abril de 1730.

¹⁰²⁹ ATT. Cód. 06 fl.301. Sam Sebastiao do Rio de Janeyro, 5 de maio de 1749.

¹⁰³⁰ ATT. Cód. 06 fl.301. Sam Sebastiao do Rio de Janeyro, 5 de maio de 1749.

respeyto dos insultos que cada ves hera mais notório cometia o Gentio Cayapó".¹⁰³¹ Ademais, sob alegação do mesmo governador, o caminho velho de São Paulo para Goiás estava despovoado.

Os Cayapós chegaram a atingir parte dos trechos que seguem para o arraial do Paracatu numa "distância considerável para Leste aonde mostrava a sua costumada má inclinação".¹⁰³² Somavam-se aos incidentes o "Gentio Croá, e Meirim no cazo de estarem nos termos de se aldearem na forma que ententou fazer Antonio Gomes Leyte o que ponderado tudo pello foy, digo, junta foy de pareser que emquanto ao Gentio Cayapó como não avia prova nos documentos que se appresentavao remetidos por sua Magestade a esta junta de aver nelle a presença de se Aldear antes dos mesmos documentos se mostrava ser o dicto Senhor servido ordenar se lhe faça Guerra positiva e cada vez se fazerem maiz responsaveis nas muytaz mortes que executavão com effeito devia ser Punidos continuandose a guerra [...]".¹⁰³³ Quanto ao gentio Acroá e o "meirim se devia proceder com mais sircunspecção," conforme as circunstâncias declaradas na ordem régia de 19 de julho de 1747.

A partir do exposto o general Gomes Freyre, ao conhecer os dados referentes à matéria e os detalhes que lhe foram remetidos nas cópias das contas e documentos produzidos por aquele governador, concluía no Termo da Junta redigido pelo secretário do governo: "não ouve falta em cumprir se lhe o que elles acordarão". O general passou por Ordem do rei ao governo de Goiás para que se "fizesse as conformações mais próprias não só do que se tinha passado a respeito do ajuste deste Gentio," mas para que se determinasse se o gentio, por livre vontade, aceitaria missionários ou se lhes devia fazer a guerra.¹⁰³⁴ A guerra ofensiva era considerada positiva por decorrer da resistência indígena.

Anteriormente a Junta de 1749, de Gomes Freire de Andrada, que decidia a situação dos Cayapós e Acroás, ocorreu uma guerra brutal aos Payaguá, qualificada de sanguinolenta. A guerra foi organizada, tendo à frente o comandante lusitano com armada Grabiél Antunes, paulista, com demais cabos e munições, que

¹⁰³¹ ATT. Cód. 06 fl.301. Sam Sebastiao do Rio de Janeyro, 5 de maio de 1749.

¹⁰³² ATT. Cód. 06 fl.301. Sam Sebastiao do Rio de Janeyro, 5 de maio de 1749.

¹⁰³³ ATT. Cód. 06 fl.301. Sam Sebastiao do Rio de Janeyro, 5 de maio de 1749.

¹⁰³⁴ ATT. Cód. 06. fl. 302. Sam Sebastiao do Rio de Janeyro, 5 de maio de 1749.

iniciaram a viagem em 5 de setembro de 1733.¹⁰³⁵ Grabiél Antunes solicitou ao comandante que avançasse com sua frota, do que obteve licença, desde que não fosse além do Rio Grande, pois nessa paragem deveriam seguir juntos. Desobediente, Grabiél Antunes ultrapassou o lugar combinado e parou somente no “Camapuan”.

O general-comandante, quando chegou ao distrito, repreendeu Grabiél Antunes, porém com prudência preferiu perdoar a castigar, porque, antevendo os perigos dos ataques do gentio às tropas, dispôs novas ordens aos cabos da frota até a paragem chamada “passagem velha do rio Tatuari”. Partiu o general para “Morrinhos dos Caballeiros” com a armada. De Camapuan conduziu o gado para as minas do Cuiabá, para onde toda a tropa seguiu com mantimentos e executar a guerra, com exceção de Grabiél Antunes. Desobediente às ordens, foi com dois filhos procurar canoas, mas o lugar onde estava foi “invadido pelo gentio em cujo combate perdeu a vida e também seu filho ficando o outro cativo e com elle todos os negros.” Assim, o gentio “soberbo com esta vitória” preparou-se para invadir a frota do comandante. O filho de Grabiél Antunes como prisioneiro foi obrigado a servir o gentio “de pratico e lingoa”.¹⁰³⁶

Os Payaguás aproximaram-se da frota “embebecido com sua indomita Fereza teve atrevim.to p.a ficar a retaguarda sete canoas sem ter respeyto ao Ferro e ao Fogo” De tal maneira foi o cerco que “só tiverão seguros na agoa ficando em hua dellas livre o referido pratico q. lhe servia de lingoa prezedindo em todo o comflito”.¹⁰³⁷ Foi, então quando um capitão e o terceiro cabo da frota conseguiram apropriar-se de sete canoas e a tropa afugentou o gentio. Findo o combate, partiram para Cuiabá.

O contratempo somente ocorreu por causa da desobediência de alguns paulistas desejosos de “chegarem primr.e as minas fundados na ambição e vender primr.o a sua fazenda”,¹⁰³⁸ segundo a observação do relato. Também nas anotações dizia que, após 30 dias de descanso em Cuiabá, chegou um cabo, do destacamento do capitão Jozeph Cardozo, na condução do gado por terra “dando noticia q. tinha

¹⁰³⁵ ATT. Cód. 01. MF 697. fl. 122. “Rellação da sanguinolenta Guerra, q. por Ordem, direção e Regim.to do Ex.o Sr. Conde de Sarzedas Gov.or e Capp.m Gen.al da Capp.nia de S. Paulo e Minnas anexas foi fazer Manuel Roiz de Carvalho Tenente General do Governo da dita Cappitania ao Barbaro Indomito, e Intrepido Gentio chamado Payaguá”. Luiz de Nasc.os e S.za. Rio, 7 de abril de 1788

¹⁰³⁶ ATT. Cód. 01. MF 697. fl. 122 v.

¹⁰³⁷ ATT. Cód. 01. MF 697. fl. 122 v.

¹⁰³⁸ ATT. Cód. 01. MF 697. fl. 122 v.

chegado do lugar chamado o Pequery a Salvam.to com toda a Tropa com q. tinha sahido de Cammapuan e q. dahy não podia passar sem lhes mandarem canoas p.a condução do gado” ao que ele foi servido. O cabo embarcou com a tropa, porém sendo “emvadido do gentio de emprovizo não se se perdeo toda a tropa mas também perderão todos as vidas exceto três homes brancos e vinte e tantos negros e hua molher cazada q. aly ficou viuva por lhe matarem o marido e esta foy a lamentavel jornada q. a armada teve toda a viagem athe chegar as referidas minas do Cuyabá”.¹⁰³⁹

A narrativa da guerra expõe como “gloriosa vitória q. as nossas Minas Luzitanaz alcançarao dos barbaros e indomitos gentios Payaguazes”. A derrota do gentio era indicativa, sobretudo da consumação do sucesso da expedição do comandante. Após o comandante e a frota terem deixado Cuiabá, mas ainda assim alcançaram “o ajuste da paz q. em todos fizerao conferir o Gentio a q. chamao Caballeyros Goyaes”.¹⁰⁴⁰

As proposições da guerra foram dispostas como ensinamentos: “o lastimozo dos sucessos he incentivo fatal de corações generosos porioço fazem de bateria a coração do Tem.te Gn.al e Soldados aquelle tragica cruel e ultima invasao dos inimigos se resolverão a procurar por termos a tantas crueldades por meyo de hu e [deitando] castigo único e denitivo (sic) do feroz q. a todos [excitiva]”. A heróica façanha narrada era como “operação Marcial” sob o comando do Tenente-General os cabos subalternos em prontidão realizaram a campanha com embarcações, 82 canoas, mantimentos e munições. Das canoas cada uma erguia bandeira, todos animados e a “destreza do guerreyro e destro Command.e q.fez levantar sobre canoas tres como atalayas tão vistoza q. ao longe parecião torres as quaes guarnicidas de artilharia de bronze cauzarao orror aos intrepidos..”.¹⁰⁴¹

¹⁰³⁹ ATT. Códice 01. MF 697. fl.122 v. “Rellação da sanguinolenta Guerra, q. por Ordem, direção e Regim.to do Ex.o Sr. Conde de Sarzedas Gov.or e Capp.m Gen.al da Capp.nia de S. Paulo e Minnas anexas foi fazer Manuel Roiz de Carvalho Tenente General do Governo da dita Cappitania ao Barbaro Indomito, e Intrepido Gentio chamado Payaguá”. Luiz de Nasc.os e S.za. Rio, 7 de abril de 1788.

¹⁰⁴⁰ ATT. Códice 01. MF 697. fl.122 v. “Rellação da sanguinolenta Guerra, q. por Ordem, direção e Regim.to do Ex.o Sr. Conde de Sarzedas Gov.or e Capp.m Gen.al da Capp.nia de S. Paulo e Minnas anexas foi fazer Manuel Roiz de Carvalho Tenente General do Governo da dita Cappitania ao Barbaro Indomito, e Intrepido Gentio chamado Payaguá”. Luiz de Nasc.os e S.za. Rio, 7 de abril de 1788.

¹⁰⁴¹ ATT. Códice 01. MF 697. fl.123 f. “Rellação da sanguinolenta Guerra, q. por Ordem, direção e Regim.to do Ex.o Sr. Conde de Sarzedas Gov.or e Capp.m Gen.al da Capp.nia de S. Paulo e Minnas anexas foi fazer Manuel Roiz de Carvalho Tenente General do Governo da dita Cappitania ao

No silêncio da noite o comandante arquitetou o Plano que lhe deu a vitória. Enviou um negro, que atravessou o rio a nado para verificar como estavam os índios. Logo que o negro retornou, disse que dormiam nas canoas. Dessa forma, o comandante preparou o golpe final.¹⁰⁴² A epopéia dos soldados é descrita como a “marcha da entrada” e a glória do comandante contra os índios nomeados de “o cruel Payagua,” soberanos do “dillatado e caudolozo Rio Paraguai” abatidos.

Por determinação, o comandante ordenou que todos marchassem, mesmo com a oposição de muitos paulistas defensores da idéia de retirada ou de se atacar à noite o gentio. Ao que respondeu o comandante: ataques a noite “herão p.a homens cobardes e não p.a coraçõens generosos de homens militares e assim se havia de seguir o seo voto era investir o inimigo cara a cara de dia p.a o q. mandou logo na madrugada cercar as canoas do inimigo com as suas, postas na forma de meya lua exceto as q. mandou atraveçar no interior do sangradouro p.a rebater os q. escapagem e fizeçem por aquella parte algua retirada”.¹⁰⁴³ Já de dia claro tocaram-se os instrumentos militares, cujos sons resultaram na reação indígena com lanças de 25 palmos de comprimento a procurar a tropa que com um canhão lançara contra o gentio se fazendo ouvir os “ecos das armas q. fazia intimidar aos coraçõens impavidos e tendo já pago com a vida a mayor parte delles as traycoens e invasoens e insultos commetidos”.¹⁰⁴⁴ As expressões e os termos constantes na *Rellação* da guerra tocam mais que tentar transpor numa linguagem adaptada. O teor dos dizeres oferece um rico conjunto de pressupostos que parecem emergir à atualidade, configurando a dimensão da guerra de conquista. A expectativa de se vingarem do gentio inimigo era tal que o combate deveria ser “cara a cara e de dia” para que os vencidos fossem lembrados do poder e do domínio dos brancos.

A destreza do comandante lusitano é enaltecida “no combate a tudo atendia e nada lhe escapava emediatam.te lhe mandou pór serco adonde a ferro e fogo sem q. algú ficaçe com vida”.¹⁰⁴⁵ A cólera dos brancos transmitida culturalmente das guerras de reconquistas indiretamente emana ao longo da narrativa. Alguns episódios remontam aos saques obtidos da reconquista e expurgo do infiel: “Os Soldados a saquear as Barracas exceto o Command.te por não ser

Barbaro Indomito, e Intrepido Gentio chamado Payaguá”. Luiz de Nasc.os e S.za. Rio, 7 de abril de 1788.

¹⁰⁴² ATT. Cód 01. MF 697. fl.123 v.

¹⁰⁴³ ATT. Cód 01. MF 697. fl.124 f.

¹⁰⁴⁴ ATT. Cód 01. MF 697. fl.124 f.

¹⁰⁴⁵ ATT. Cód 01. MF 697. fl.124 v.

[destro] em tal arte e apreziar as poucas mulheres q. ficarão vivas e com ellas algumas crianças q. tudo fez o numero de 250 almas".¹⁰⁴⁶ Apesar de não acharem o cacique do gentio, deixaram os rastros da vitória. Conclui-se "o castigo" ateando fogo em tudo e mandando dois índios da nação "Caballeyros" à procura do cacique para que se apresentasse ao comandante da armada. Ajustou-se a paz com os "Caballeyros" e logo com a chegada do cacique acordou-se com o general.¹⁰⁴⁷

A *Relação da Guerra Sanguinolenta*, mesmo sagrando-se vitoriosa, expressava o tom de condenação ao fim "disgraçado" dos "saltadores e tiranos Payaguazes".¹⁰⁴⁸ Luiz de Nascimento e Souza registrava, em 7 de abril de 1788, os momentos de maior impacto da guerra: "Duas couzas cauzarao grande admiracao despoiz da destruição daquella indomita canalha a prim.a foy os [arutos] comendo aos corpos mortos [toda] a carne até ao[sada] só as maons lhe deyxarao emtato como q. se foçe mortos naquella hora e isto se vio nos q. morrerao no primr.o alojam.to – E Segundo foy q. q.do a armada voltou com a vitoria foy ospedada de todos as [arbores] [revestidas] de Flor sendo q. antes de dar a batalha nenhuma flor nella Sedevizava".¹⁰⁴⁹ As cenas descritas aparecem revestidas da concepção religiosa. Refletia na queda do infiel, bárbaro e pecador atado ao inferno que o devorava, e o bom cristão, no bom combate contra as trevas, recebia o sinal de concordância e do desígnio divino no retorno com as árvores em flor.

A cultura de guerra dos cristãos, vindos de um processo de reconquista, interage e se modifica a partir do contato com o novo mundo, que conjuga elementos do modo de vida provenientes do universo europeu e do ameríndio. Especificamente na Península Ibérica, observa-se uma cultura própria nascida do seu contexto histórico que deve ser considerada com algumas diferenças em relação aos demais Estados da Europa. A Espanha e Portugal levaram para suas colônias os seus elementos culturais, dentre eles a reconquista na forma de conquista, decorrentes das noções de guerra e de fé do ocidente europeu.

A política indigenista escamoteou nos planos de catequese as contradições da prática realmente vivida. "Nem uma das duas observaram quer o governo, quer os próprios jesuítas. Daí, as lutas contra os colonos cobiçosos, contra os governadores venais, contra os padres e frades simoníacos, contra os

¹⁰⁴⁶ ATT. Cód 01. MF 697. fl.124 v.

¹⁰⁴⁷ ATT. Cód 01. MF 697. fl.124 v.

¹⁰⁴⁸ ATT. Cód 01. MF 697. fl.125 f.

¹⁰⁴⁹ ATT. Cód 01. MF 697. fl.125 f.

legisladores incoerentes e a legislação instável, viagens pelos sertões e rios, travessias do oceano, sermões cáusticos, papéis sediciosos, expulsões e exprobações, em suma uma série de tumultos trágicos ou burlescos”.¹⁰⁵⁰ Nessa passagem, demonstra-se mais que a incoerência das leis e da política exercida desnuda a ausência de cumprimento das normas legais de todos os lados: nem jesuítas seguiam o que pregavam nem o governo fazia questão de punir com severidade os transgressores, muitos menos os colonos se curvavam diante da lei.

Os paulistas nem sempre foram alvo de críticas; ao contrário, quando os índios representavam ameaças para a população eram enaltecidos. Apesar de terem sido chamados de “gente bruta,” às vezes de intratáveis, serviram aos fins da conquista “m.tas rezois trazer se deve este gentio sopeado e atemorizado como terramoto [das armas] dos Paulistas para q não prevaleção em seus soltos dezatinos, e mais quando convem isto m.to para segurança do mesmo Brazil porque me parese não terá ouzadia, nenhua nação estrangeira de o envadir não tendo de dentro quem osocorra nem a nós nos ofenda pellas costas porq.to; tem hoje aquelle estado m.ta gente mestiços e ainda Indios manços e domesticos e tanto estes como os que trazem doutrinados, os Paulistas são m.to gr.des, guerreiros e os que melhor obrão ensemelhantes conflitos como se viu em Pernambuco no Regim.to”.¹⁰⁵¹

Na década de 1730, as migrações no território eram freqüentes. Muitas frentes se direcionavam a Goiás e tinham de vencer a barreira dos gentios do sertão dominados pelos Goyazes.¹⁰⁵² O aumento das migrações rumo ao interior da colônia organizadas em campanhas levou as autoridades à vigilância do rio São Francisco e do rio das Velhas. Tanto os sertanistas se lançaram a empreitada quanto os religiosos. A falta de condições no controle da vastidão dos sertões fez com que muitos desviassem as riquezas sem remeter a parte devida ao rei, e o padre Isodoro era um dos desviantes.¹⁰⁵³

¹⁰⁵⁰ Capistrano de Abreu *Capítulos da história colonial (1500-1800) e caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. 5 ed. Prefaciada por José Honório Rodrigues. Brasília: UNB, 1963.p.137 e 138.

¹⁰⁵¹ Biblioteca da Ajuda. Palácio Nacional da Ajuda. Lisboa. Ref. COR 2021. Cota 51-IX-33. Título Sobre o cativo dos índios. fl. 387 f e v.

¹⁰⁵² ATT. Livro 5 - MF 2947 N 65 fls 102, 103/ N 66 104/N 67 105. Tijuco 28 dez 1736, 6 jan 1736, 19 de jan. 1736/ N.70 fls. 109, 29 de fev 1736 N 152 Tijuco 18/ nov. de 1737 fls. 220 e 221/ N 153 fls 222.

¹⁰⁵³ ATT. Livro 5 N 163 Tijuco, 7 de janeiro de 1738 - acusação ao Padre Isodoro. Vila Rica 6 jan 1736

No tempo do governador Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, a produção de metais e pedras preciosas se achava no auge nas Minas. O governador foi noticiado das queixas dos moradores de Raposos por causa dos problemas ocasionados por gentios, ao que deu parecer com ordem ao capitão-mor Luís Borges Pinto, em 1736, para que ele resolvesse a questão, tentando evitar mortes e “que os façam escravos”.¹⁰⁵⁴ No auge da mineração, parece que a guerra nas Minas contra o indígena foi amplamente recomendada pelas autoridades, sem maiores polêmicas, inclusive dela se obtinha como produto escravos.

Em julho de 1736, as “notícias sobre o sertão”¹⁰⁵⁵ rendiam muitas expectativas com os descobertos, levando o governo a pensar em novas formas de acesso ao sertão das Minas, abrindo caminho para os Goyazes.¹⁰⁵⁶ Mas construir vias de acesso aos descobertos não solucionava a questão. Era preciso contar com pessoas adequadas à máquina administrativa para funcionar, a exemplo dos bons serviços prestados pelo Dr. João Soares Tavares, que se fez merecedor dos elogios do governador, em 26 de julho de 1736, pelo “seu trabalho no sertão”.¹⁰⁵⁷

Nos seguintes, as reações indígenas continuaram. Uma notícia sobre os Âmbares dava conta dos vários acontecimentos em 1755, 1770, 1790, 1798, 1799 até a data de sua redação, em 1809. Indicava que a fonte não pode ser negligenciada porque ilustra a insistências dos índios em reagir à colonização. Reagir a ela significava não aceitar a catequese e a civilização. Tratando-se de história indígena, as informações sempre remetem a outras, o que as tornam relevantes para a pesquisa, por comprovarem a permanência não só das lutas indígenas, mas das atitudes em relação a eles.

Os Ambarés eram derivados dos Botocudos, habitantes dos matos do rio Doce, falavam um dialeto próprio, usavam também ornamentos nos beijos e nas orelhas, eram antropófagos e “sem domicílio certo”. Em 1755, na vila do Bonsucesso das Minas Novas, o mestre-de-campo João da Silva Guimarães informava que “vindo em seguim.to dos Ambarés q’ tinham feito grandes danos sobre os Índios, e Povos da Conquista”.¹⁰⁵⁸ No conflito, eram 50 homens contra 240 do mestre-de-

¹⁰⁵⁴ ATT. Livro 6 MF 4442 fl. 310 e MF 4443 fl. 309 - N 32 fl 28, Vila Rica 5 de julho de 1736.

¹⁰⁵⁵ ATT. Livro 6 N 98 fl. 88, Vila Rica 22 julho de 1736

¹⁰⁵⁶ ATT Livro 6 N 129 fl 115, Vila Rica 3 de julho de 1736 despacho de Gomes Freire. Edital para abrir caminho para os Goyazes.

¹⁰⁵⁷ ATT Livro 6. N 179 fl. 167. Carta ao Dr. João Soares Tavares, Vila Rica 26 de julho de 1736.

¹⁰⁵⁸ RAPM. Botocudos e Aymorés (Dezembro de 1809 – Lorena dos Tocoyoz). “Notícias e observações sobre os índios botocudos que frequentão as margens do Rio Jequitinhonha e se

campo, que conseguiu vencê-los e matá-los, exceto um “que se atou ao tronco de hua arvore p.a se não matar, não quis receber alim.to algú por tres dias, e por fim tanto bateo com a cabeça contra o tronco da árvore, q. espirou”.¹⁰⁵⁹ Outra situação foi relatada por Jozé Pereira Freire de Moura, nomeado Regente da Aldeia dos Tocoyóz em 1799. Dizia que, em 1798, 50 Ambarés foram até a fazenda de Manuel Luiz de Magahaens e mataram alguns animais, mas nenhuma pessoa. Os índios continuavam reagindo à presença do colonizador.

O mestre-de-campo João da Silva Guimarães, ao relatar que matara os índios no combate, induz a concluir que em nenhum momento a guerra ofensiva aos índios cessou e muito menos foi abominada. A guerra foi incorporada à prática costumeira colonial. Mesmo após os Diretórios (pombalino e o de Minas), ela se prolongou, mostrando ser evidente que a prática venceu o tempo e o conjunto baixado de leis. Mais ainda, porque as próprias leis previam brechas ao uso da guerra, tornando-se quase impossível distinguir quando exatamente a proibição legal barrou a ação armada contra o inimigo índio.

As primeiras expedições devem-se à armada de Martin Afonso de Souza em número de três:¹⁰⁶⁰ a primeira foi no dia 30 de abril de 1531, entrou na Bahia de Guanabara. Pero Lopes de Sousa estava nessa expedição; a segunda, com o comandante Francisco Chaves, que encontrou gentios nas margens do Paraná; e a terceira fez exploração do rio da Prata. O temor da invasão indígena fez com que se investisse na via terrestre entre Bahia e Pernambuco, o que determinou a conquista da orla marítima de Sergipe. Uma das colunas da expedição seguiu para o interior, composta de 150 soldados e 1 000 índios auxiliares, da qual eram capitães Rodrigo Martins e Álvaro Rodrigues: “onde teria sido desbaratada pelos silvícolas, se a tempo não a socorresse Cristóvão de Barros. Foram mortos 1.600 índios e capturados 4000, graças ao trabalho dos quaes se estabeleceram ali, com estâncias de gado”.¹⁰⁶¹

chamão Ambarés ou Aymorés.” 1897. Ouro Preto: Imprensa Oficial, Ano II, fasc. 1, jan-mar. de 1897. p. 28-31. p. 29.

¹⁰⁵⁹ RAPM. Botocudos e Aymorés (Dezembro de 1809 – Lorena dos Tocoyoz). “Notícias e observações sobre os índios botocudos que frequentão as margens do Rio Jequitinhonha e se chamão Ambarés ou Aymorés.” 1897. Ouro Preto: Imprensa Oficial, Ano II, fasc. 1, jan.-mar. de 1897. p. 28-31. p. 29.

¹⁰⁶⁰ Basílio de Magalhães. *Expansão geográfica do Brasil Colonial*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935 (Brasílica). p. 24-27.

¹⁰⁶¹ Basílio de Magalhães. *Expansão*, p. 33.

Os silvícolas do Parayba, do Anhemby (Tieté) e do Jeticahy (rio Grande) não aceitavam a catequese e a paz. “Os carijós envoltos em peles de jaguar” destruíram a aldeia de Pinheiros e a capela foi incendiada em 1590. O capitão-mor Jeronymo Leitão (de São Vicente nos anos de 1579 e 1592) pediu aos oficiais da Câmara que fizessem guerra aos carijós, tupinaés e tupiniquins, arrasando as aldeias do Anhemby. Em 1594 marchou Jorge Correia para guerrear contra os carijós também. Várias outras expedições declararam guerra contra o gentio. A bandeira de Nicolau Barreto alcançou as margens do rio das Velhas (início do século XVII) até o sertão de Paracatu e aproximadamente 3 000 índios foram apresados.¹⁰⁶²

A segunda metade do século XVII assinala uma fase de aumento das bandeiras paulistas para os sertões setentrionais do Brasil, bem como a ocupação de Santa Catarina. “Entre os grandes caçadores de indígenas, conta-se a célebre família dos Buenos, cuja maior atividade se manifestou na primeira metade do século XVII”.¹⁰⁶³

Amador Bueno, seu filho que tinha o mesmo nome, e João Pedrosa de Moraes destruíram a província de Guayará, dentre outros que o autor cita. Em 1661, Taques afirma que a bandeira de Fernão Dias já era caçadora de ouro e caçadora de índios. Bartolomeu Bueno Siqueira, em 1670, penetrou Goiás, além de outros que atingiram o sertão de Goiás. Mathias Cardoso de Almeida chegou a acompanhar o caçador de esmeraldas em 1674, mas regressou a São Paulo onde, como tenente-general, fez parte da leva de D. Rodrigo de Castelo-Branco e foi para o Rio Grande do Norte para lutar contra os índios bravos e também no Ceará. Depois fundou fazendas de criação de gado nas proximidades do São Francisco e de Januária (onde era a aldeia de Itabiraçaba) e se criou o arraial de Mathias Cardoso. Januário Cardoso de Almeida deu continuidade aos interesses do pai.¹⁰⁶⁴ Um dos oficiais de Mathias Cardoso, Antônio Gonçalves Figueira, foi responsável pela fundação e pelo povoamento de vários locais e pela abertura de caminhos da Bahia a Minas. Conquistou tribos no vale do Rio Pardo, Rio Verde, conseguindo abrir caminho do São Francisco à ribeira do Jequitahy até o Rio das Velhas.

¹⁰⁶² Basílio de Magalhães. *Expansão*, p. 108-110.

¹⁰⁶³ Basílio de Magalhães. *Expansão*, p. 125.

¹⁰⁶⁴ Basílio de Magalhães. *Expansão*, p.128,130, 147.

Os criadores de gado¹⁰⁶⁵ contribuíram para a expansão entre 1590-1690 e, com o auxílio das bandeiras indo para o sul, na segunda metade do século XVII, obteve-se a ampliação do território. A pecuária desenvolveu-se no sertão baiano e sergipense, em direção ao São Francisco até as margens do Paranaíba. O século XVIII marca a conquista e povoamento de Mato Grosso e Goiás,¹⁰⁶⁶ forçando o aumento da área do Brasil, principalmente, devido às conquistas das bandeiras, dos missionários e dos criadores de gado.¹⁰⁶⁷

A ocupação do litoral, de São Vicente até Belém do Pará se estendeu de 1532 até 1616, motivada pela Coroa ou pelos donatários. De São Vicente para o sul as bandeiras foram atraídas pelo ouro conjugada a caça aos índios e de São Vicente, Santos, São Paulo foram os colonos pelas margens do Parayba, transformando em vilas as aldeias dos Guayanazes. Depois, o caminho dos Guayanazes foi chamado de caminho velho.¹⁰⁶⁸

Jozé Barbosa de Sá tece um discurso em defesa da guerra empreendida contra os nativos mais remotos, “os Cataguases, sitio chamado hoje Minas Gerais, outros para os Caetezes, Coroados, Paretins, e outras nações varias até o Rio de S. Fran.co, outros cortando o vasto poder do Caiapó chegarão aos Goiás, Caraias, Chrixás, e outros vários, q. de todos tiravão m.ta soma de indivíduos, e *redução do agreste a vida catholica, e urbana*”.¹⁰⁶⁹ As longas viagens, a coragem e a “duplicada ouzadia” dos aventureiros é para o narrador uma façanha ou como ele mesmo denomina de história. Remonta o percurso da entrada pelos sertões não se restringindo a Cuiabá e Mato Grosso.

A narrativa de Jozé Barbosa de Sá se desenrola entre enaltecer os missionários e os paulistas. Apesar das críticas, compõe um enredo de bravura e serviços dedicados a Deus e ao rei. “Versando estes famosos aventureiros, tanto Americanos, a quem chamam Paulistas pela nomeação da pátria, como europeus chamados Emboavas [...] auxiliados dos mesmos índios, q. amamçavã, com quem faziam guerra as mais barbaridades, achavão os primeiros além do Rio Panema alguãs, povoaçoens de gentes catholicas reduzidos pelos P.es Missionários da

¹⁰⁶⁵ Basílio de Magalhães. *Expansão*, p.172.

¹⁰⁶⁶ Basílio de Magalhães. *Expansão*, p. 247.

¹⁰⁶⁷ Basílio de Magalhães. *Expansão*, p. 259-261.

¹⁰⁶⁸ Basílio de Magalhães. *Expansão*, p. 270-279.

¹⁰⁶⁹ ATT. Papéis do Brasil, avulsos. Masso 03, doc. 10. MF. 4177/05 Req. 46414/05. “Relação das Povoações de Cuiabá e Mato Grosso dezde os seos princípios até o prez.te tempo”.Por Jozé Barbosa de Sá e como escrivão Manoel dos S.tos Coimbra, grifo nosso.

Província do Paraguai com Ig.as e oficinas das varias fabricas q. expugnarão e lançarão os brancos recolherão alguns índios, e arrazarão as feitorias".¹⁰⁷⁰ Apesar dos estragos da guerra, da destruição, se não fossem os bandeirantes a colonia estaria destinada ao "domínio da Hespanha todos os nossos lugares de S. Paulo, Goyas e Minas Geraes".¹⁰⁷¹

Interessante notar que Jozé Barbosa de Sá, ao fazer menção aos brancos, generaliza, condenando-os em suas atitudes. Todavia, excluiu do geral os paulistas que, segundo ele, foram os realizadores da obra de conquista e de extirpar a barbaridade. "Correndo os tempos e continuando aquelles aventureiros as suas conquistas chegarão a navegar o Rio Paraguai descendo huns pello Coxim, outros pelo Mateteu, e outros pelo cahi, [...] só me lembrão os seguintes Coroiazes, Tacoacarses, Xixibes, Axianazes, Porrudos, Xicororés, Aragoares, Caxipones, Pocunes, Arapocuraros, Moccos, Apocones, Araviras, [...] Aicurus, Paiagoas, Xaraes... (*sic*)".¹⁰⁷² Não faltaram defensores dos bandeirantes, mesmo levando à escravização e à guerra aos índios. Contudo, as bandeiras foram mais aceitas que as reações indígenas nos discursos da época.

Os assuntos nas correspondências circulavam entre as autoridades coloniais desde a administração, catequese, civilização, a decretar a guerra ofensiva ao indômito inimigo, assim tomavam as decisões dos rumos que dariam à vida dos índios. A resistência do escravo, resguardadas as diferenças entre as condições do escravo negro e a do índio, pode ser entendida como "[...] resistir significa, por um lado, impor determinados limites ao poder do senhor, onerá-lo em sua amplitude, colocar à mostra suas inconstâncias".¹⁰⁷³

A reação das populações submetidas causou no colonizador a construção de imagens que dizem muito sobre as formas como passaram a tratá-las. O medo vermelho despertado pelo gentio de cor cobre ou pelo negro da terra provocou atitudes de represália, tomadas pelas autoridades coloniais. Os índios

¹⁰⁷⁰ ATT. Papéis do Brasil, avulsos. Masso 03, doc. 10. MF. 4177/05 Req. 46414/05. "Relação das Povoações de Cuiabá e Mato Grosso dezde os seos princípios até o prez.te tempo". Por Jozé Barbosa de Sá e como escrivão Manoel dos S.tos Coimbra.

¹⁰⁷¹ ATT. Papéis do Brasil, avulsos. Masso 03, doc. 10. MF. 4177/05 Req. 46414/05. "Relação das Povoações de Cuiabá e Mato Grosso dezde os seos princípios até o prez.te tempo". Por Jozé Barbosa de Sá e como escrivão Manoel dos S.tos Coimbra, grifo nosso.

¹⁰⁷² ATT. Papéis do Brasil, avulsos. Masso 03, doc. 10. MF. 4177/05 Req. 46414/05. "Relação das Povoações de Cuiabá e Mato Grosso dezde os seos princípios até o prez.te tempo". Por Jozé Barbosa de Sá e como escrivão Manoel dos S.tos Coimbra.

¹⁰⁷³ Maria Helena P. T. Machado. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 19.

carregavam na pele a diferença: nada semelhante fisicamente ao branco colonizador; ainda carregavam o estigma do paganismo. Ao se rebelarem, sabiam distinguir a liberdade do nomadismo do aldeamento. A liberdade na colônia, para o indígena, seria consequência de sua integração às condições cristãs de civilidade, tornando cada vez mais difícil para o índio mantê-la como concebia culturalmente.

A reação indígena foi retratada como ameaça aos objetivos das expedições. A redução dos índios planejada era extensiva à colônia de maneira geral, porque em todas as partes encontravam-se os índios. O sul não foi diferente. Tanto a redução quanto a guerra foram aplicadas. Dominavam a arma de fogo e montavam cavalos, o que dificultava o êxito mais imediato do colonizador na batalha. Em abril de 1753, Gomes Freire escreveu do Rio Grande ao Marquês dizendo-lhe sobre a desobediência dos índios quando se desejava evacuar a área das missões.¹⁰⁷⁴

A resistência dos índios se punha como empecilho para os planos da demarcação. No dia 29 de abril de 1754, os índios atacaram a pé e a cavalo a fortaleza do Rio Pardo. Alguns fugiram ou foram mortos; as tropas portuguesas prenderam 53 índios, que ficaram na fortaleza durante 15 ou 20 dias, e depois foram levados para o Rio Grande. Mas, chegando à lagoa de Viamão, os índios se levantaram no porão, onde estavam presos, mataram 13 sentinelas e muitos soldados, eomaram a embarcação. Colocaram o restante dos soldados no porão, fizeram um buraco com machado, conseguindo sair, e retomaram a liderança da embarcação. Alguns índios se jogaram ao mar e morreram; os 15 restantes foram aprisionados e conduzidos ao Rio Grande, para o trabalho forçado nas galés.

Em 1756, os índios inimigos que não tinham sido apaziguados pelos acordos, segundo consta no *Diário* de Gomes Freire, atacaram os exércitos com flechas, armas de fogo e lanças. As guerras continuaram, e os índios estavam divididos, mas, ao revidarem, os portugueses fizeram uma mortandade eliminando dois dos líderes indígenas “com a grande multidão de índios que matamos, morreram também dois capitães dos maiores oficiais que eles tinham..”.¹⁰⁷⁵ Ao terminar o conflito armado, o capitão Jacinto Rodrigues da Cunha anotava no *Diário*, no dia 31 de março de 1756, que o dia amanheceu triste e começava a chover.

¹⁰⁷⁴ Os Diários de Gomes Freire. *RIHGB*. Tomo XVI, 1894. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. p. 158.

¹⁰⁷⁵ Os Diários de Gomes Freire. *RIHGB*. Tomo XVI, 1894. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. p. 240.

Interessante observar que no dia 5 de fevereiro de 1756 as tropas portuguesas encontraram duas cartas, uma solicitando informações das tropas e a outra, conforme o relator, parece uma instrução. A carta foi escrita, ou ao menos assinada, pelo general dos índios “o mais famoso capitão que entre eles havia, e chamado José Sapé, que lhe tinha mandado os padres das Missões, traduzida fielmente no nosso idioma..”.¹⁰⁷⁶ A carta mostra o grau de aculturação dos índios, já sob a influência da catequese. A religiosidade aparece na invocação dos santos, no texto, como a Virgem, São Miguel, São José e os anjos, dizendo que todos os dias se celebra a missa diante da imagem de Nossa Senhora do Loreto.

Na comunicação, para se manterem informados da campanha, precisavam saber dos passos dos opositores: “Desejamos saber de que povo distante do nosso anda a gente entre vós; e assim avisai-nos: ignoramos também que governador vem com os Hespanhóes, si o de Buenos-Ayres, e si o de Montevidéo ou os dous juntos, e tambem que caminho trazem as carretas dos Castelhanos, e estes tem chegado a S. Antonio, e os Portuguezes que caminho trazem, ou si vem incorporados, com os Castelhanos, e de tudo avisai-nos: si os ditos vos enviarem alguma carta, despachai-a imediatamente ao padre cura; pelo amor de Deos vos peço não dexeis enganar d’essa gente que vos aborrecem [...] Em todos os povos estão desejando saber por instantes vossos acontecimentos... Amem. Povo pequeno de S. Xavier..”.¹⁰⁷⁷

Tudo indicava a manipulação dos índios pelos interesses dos padres no sul, apesar de se perceber que era também conveniente aos índios negociar com os padres aliados, mas a conjuntura desfavorável aos missionários deve ser analisada sem ingenuidade. Ao que parece, os padres da Companhia eram também os cabeças das rebeliões das missões no sul.

A carta assemelha-se a uma instrução, expondo os prejuízos dos portugueses e castelhanos aos índios, e diz o seguinte quanto ao Governo de Gomes Freire: “Acordai-vos que nos tempos passados mataram a nossos defuntos avós, mataram muitos mil d’elles por todas as partes [...] não queremos a vinda de Gomes Freire, porque elle, e os seus, são os que por obra do demonio nos tem tanto aborrecimento; este Gomes Freire é o autor de tantos disturbios, e o que obra

¹⁰⁷⁶ Os Diários de Gomes Freire. *RIHGB*. Tomo XVI, 1894. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. p. 233.

¹⁰⁷⁷ Os Diários de Gomes Freire. *RIHGB*. Tomo XVI, 1894. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. p. 234-235.

malmente, enganado ao seu rei; por cujo motivo não o queremos receber. Deos Nosso Senhor foi o que nos deu estas terras, e elle anda machinando, como empobrecendo, tirando notas para que vos levantem mitos falsos, e tambem aos bemdtios padres, de quem diz nos deixam morrer sem os santos sacramentos [...]”¹⁰⁷⁸ Na carta, Gomes Freire é acusado diretamente pelos problemas dos índios e argumenta que, quando o rei necessitou deles, pôde contar sempre. Além das cartas encontradas, outras eram encaminhadas pelos índios, ou melhor, com o auxílio dos padres.

O *Diário* conta o dia-a-dia da expedição e de várias batalhas. Há muitos comentários da habilidade do índio no ataque, como aparecerem e desaparecerem com agilidade, muitas vezes passavam dias sem vê-los quando, de repente, deparavam com eles.

As estratégias de guerras utilizadas pelos índios, inclusive a técnica de fazer trincheiras e de colocar fogos pelas campanhas, acuavam os portugueses. Mas havia discordâncias entre os povos indígenas dividindo-os e levando-os pouco a pouco a pedir rendição.¹⁰⁷⁹ Uma das observações, no *Diário*, chama atenção quanto ao uso da escravidão, violência, castigos dos padres aos índios e “Pela summa pobreza e escravidão” submetiam-lhes a “açoutes com bacalhão, tendo estes nas pontas, pontas de ferro agudas, que cada uma para logo lhe chega aos ossos, deixando-os tambem sem carne alguma; em cujos castigos muitos perderam as vidas, e sem terem cousa alguma a que possam chamar de seu: servindo-se os ditos padres, e utilizando-se d’elles, e de todo o seu trabalho”¹⁰⁸⁰ Tudo sugere que os castigos se equiparavam às torturas realizadas e com instrumentos específicos para ferir o corpo, como se fizesse sentido a carne padecer para alma aprender. Tanto parece ter fundamento que outras fontes denunciam o fato “contra a escravidão dos Indios, e violencias que lhes fazião”,¹⁰⁸¹ devendo ser proibidas e sob pena de excomunhão. No entanto, apesar de a Igreja tentar conter os abusos que contradiziam sua pregação, eram os próprios religiosos que lançavam mão das práticas violentas e abusivas. O Papa e a Corte de Portugal reconheciam as “impiedades e injustiças” com que eram tratados os índios na colônia “até

¹⁰⁷⁸ Os Diários de Gomes Freire. *RIHGB*. Tomo XVI, 1894. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. p. 236.

¹⁰⁷⁹ Os Diários de Gomes Freire. *RIHGB*. Tomo XVI, 1894. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. p. 293.

¹⁰⁸⁰ Os Diários de Gomes Freire. *RIHGB*. Tomo XVI, 1894. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. p. 300.

¹⁰⁸¹ BNL. 477. F.322.p.3. “Breve que o Santo Padre Benecdito XIV expedio em XX. de Dezembro de M.DCC.XLI aos Arcebispos, e Bispos do Estado do Brasil”.

esquecidos das próprias Leys da humanidade,” além dos maus tratos, “reduzindo-os injustamente às rigorosas condições do Cativo; de que se tinha seguido o lastimoso efeito de abominarem os mesmos Índios a conversão para a nossa Santa Fé:”¹⁰⁸² As leis, entretanto, se recolhiam no papel quando os interesses estavam postos em jogo; por detrás do discurso humanitário escondia-se a disputa de poder no controle da colônia.

As relações de violência e de dominação praticadas com a miscigenação muitas vezes nem são alvo de menção, ficando submersas na história e quando emergem tendem a amenizar a questão como se toda forma de miscigenação fosse espontânea. Gilberto Freyre¹⁰⁸³ absorveu o pensamento do triunfo civilizatório enfatizando o bem da miscigenação na formação da sociedade brasileira, responsável por dissolver os preconceitos. Assim, o negro, o branco e o indígena, graças à colonização, foram os elementos da mistura proporcionando um equilíbrio de raças sem discriminações.

Sérgio Buarque de Holanda¹⁰⁸⁴, revela uma face do Brasil bem diferente da sociedade paternal benévola ao recuperar a herança colonial e lusitana. Atento ao passado agrário e rural, explica a formação das atitudes dos brasileiros na vida política e social que, reproduzidas nas instituições, criaram um Estado debilitado, entregue aos interesses privados. Na colônia, gestaram-se atitudes e tratamentos viciados com o outro, trocas de favores manipulados por interesses e uma cordialidade aparente que encobre o lado autoritário. A imagem de sociedade colonial branda foi desmontada, criticando-se¹⁰⁸⁵ as aparentes relações harmônicas, mostrando as violentas.

O Conde de Sarzedas, ao saber das muitas queixas dos viandantes em Minas Gerais e Goiás, por causa das hostilidades dos Caiapós, baixou uma Portaria em 18/12/1736 autorizando que fossem castigados e escravizados, sendo

¹⁰⁸² BNL. 477. F. 322. Numero IV. “Relação Abreviada da Republica, que os Religiosos Jesuitas das Províncias de Portugal, e Hespanha, Estabelecerão nos Dominios Ultramarinos das duas Monarchias, e da Guerra, que nelles tem movido, e sustentado contra os Exercitos Hespanhoes, e Portuguezes. Formada pelos registos das Secretarias dos dous respectivos Principaes Commissarios, e Plenipotenciarios; e por outros Documentos authenticos.”

¹⁰⁸³ Gilberto Freire. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 18.ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

¹⁰⁸⁴ Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. 12.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

¹⁰⁸⁵ Como exemplos: Florestan Fernandes e Roger Bastide. *Branços e negros em São Paulo*. 2.ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1959. Emília Viotti da Costa. *Da senzala à colônia*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. Octávio Ianni. *Raças e classes sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

reservados os direitos da Coroa um quinto dos índios.¹⁰⁸⁶ Em 1742, baixou o Regimento que devia ser usado pelos capitães de cavalos na conquista do Caiapó. E de acordo com este Regimento “os índios podiam ser passados a espada sem distinção de sexo, só não podiam executar meninos e meninas de 10 anos para baixo”.¹⁰⁸⁷ Em 1741, 100 Bororos e Antonio Pires de Campos partiram de Cuiabá armados para lutar contra os Caiapós no Triângulo Mineiro. E em 1744, os Caiapós fizeram novos ataques às Fazendas nos Rios de Uberaba e das Velhas, como resposta às represálias que estavam sofrendo.

A Coroa portuguesa atendeu ao apelo da Câmara de São Paulo. D. Luis de Mascarenhas dos Santos decretou no Bando de 17 de fevereiro de 1745 para se fazer guerra continuada até “domesticá-los, afugentar ou extinguir tais gentios”. Antônio Pires de Campos partiu para Cuiabá e montou um plano de ação levando consigo mulheres e homens dos Bororos para o caminho da picada de Goiás para garantir a segurança dos viandantes. Em 1748 investiu contra os Caiapós. Em 1775, da Ilha de Santana o alferes José Pinto da Fonseca escrevia ao governador relatando as barbaridades de Antonio Pires Campos “[...] cujos gemidos ainda hoje soam os ecos, nos ouvidos destes miseráveis, não podendo referir estas justas queixas, sem que as lágrimas testemunhem a sua dor: feito este estrago, apanhou muito prisioneiros, que conduziu em correntes para seus cativos, sendo a língua que nós trazemos uma daquela presa: passou a crueldade deste homem a mandar pelo caminho, amarrar estes prisioneiros em árvore, fazendo-lhes muitos açoites”.¹⁰⁸⁸ O relato, porém, de nada adiantou, porque Antonio Pires sempre teve o aval das autoridades nas campanhas contra os índios.

Os Caiapós foram objeto de comentários tanto das autoridades coloniais quanto da historiografia. Manuel Pires Maciel e o coronel Januário combinaram dividir a terra onde se situava a aldeia de Tapiraçaba desses índios. Manuel Pires tinha a confiança do “cacique”, que casou sua filha com ele, e de cuja união tiveram filhos. Mesmo assim, Manuel Pires planejou o ataque à aldeia numa

¹⁰⁸⁶ Waldemar de Almeida Barbosa. *A Decadência das Minas e a Fuga da Mineração*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais. Edição do Centro de Estudos Mineiros, 1971. p. 131.

¹⁰⁸⁷ Waldemar de Almeida Barbosa. *A Decadência das Minas e a Fuga da Mineração*. p. 132.

¹⁰⁸⁸ Waldemar de Almeida Barbosa. *A decadência das minas e a fuga da mineração*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais. Edição do Centro de Estudos Mineiros, 1971. p.134 e 135.

noite, fase do dia dedicada a rituais e às crenças dos índios. O ocorrido foi marcado pela violência, com a morte, inclusive, do próprio cacique.

Apesar da habilidade dos Caiapós – que dominavam muito bem o manejo do arco e flecha, considerados velozes e com a fama, que se espalhou, de difíceis de se derrotar –, tornaram-se alvo da trama dos colonizadores, que usaram suas crenças para abordá-los desprevenidos ao escurecer. Fato que Diogo de Vasconcelos registrou, admitindo a voracidade da violência: “Por onde os atacantes passavam punham em chamas as cabanas. Os tetos de palhas vomitavam fogo e o ar sumia-se em rojões de fumaça”.¹⁰⁸⁹ Os índios que sobreviveram ao massacre se dirigiram para uma serra, de onde continuaram a luta, raptaram a mulher e o filho de Manuel Pires, que foi atrás deles e os trouxe de volta consigo. Ao fim do conflito, os Caiapós foram aprisionados. Manuel Pires interveio, solicitando a libertação dos vencidos, que foi permitida, com a condição de irem habitar o sertão de Acaraí. Histórias como essa indicam que os brancos, ao conviverem com os índios, em alguns casos, deixavam prevalecer a ambição por terras; o lado colonizador falava mais alto nas atitudes tomadas.

Para o sul de Minas, Diogo de Vasconcelos menciona os índios Cataguás como aqueles que mais terror incutiu aos paulistas. Defensor dos apanágios dos bandeirantes, o autor afirma que não existiu escravidão indígena nas Minas. Contraditoriamente, ele admite o medo da escravidão que os índios sentiam e que os massacres aos índios ocorreram. A análise de Vasconcelos oscila, permeada de termos que qualificam os índios como amigos ou inimigos. Também é perceptível sua concordância com a visão dominante sobre a necessidade de civilizar o gentio. Além do mais, Vasconcelos exalta a coragem dos conquistadores e da guerra deflagrada contra os Tamoios em 1662: “Os conquistadores, com efeito, fizeram o papel das milícias nos confins bárbaros em guarda à civilização”.¹⁰⁹⁰

A guerra justa e ofensiva legalizada pelo Estado português e executada por colonos aos indígenas, na maioria das vezes, eram fomentadas pelos brancos “estimulados pelo ganho que dava a venda de prisioneiros capturando na luta. De toda esta agitação eram os índios naturalmente que levavam a pior; mas nem por isso os colonos deixaram de sofrer muito. São inúmeros os casos conhecidos de

¹⁰⁸⁹ Diogo de Vasconcelos. *História média*. 1974. p.42

¹⁰⁹⁰ Diogo de Vasconcelos. *História Antiga*. 1974. p.133.

destruição total dos nascentes núcleos..".¹⁰⁹¹ Em 1570, a Carta régia definia a guerra aos índios. Esse primeiro registro de aprovação legal da escravidão indígena, conivente com a guerra justa, manteve-se mesmo após o século XVIII, embora disfarçada. Os colonos que não tinham poder aquisitivo para adquirir escravos africanos buscavam nos índios os escravos "A caça ao índio será um dos principais fatores da grandeza do Brasil".¹⁰⁹²

Os povos indígenas se tornaram caso de guerra e de combate. Para alcançar os objetivos da colonização, o índio não era visto como humano pelo colonizador, e sim como animal feroz. No tocante à ambiciosa colonização do território, não houve divergências entre o rei, seus interesses e dos colonos. Nesse ponto, houve consenso quando se tratava de domar a terra e os povos que nela viviam. "A servidão indígena, sob estas formas, se manteve até meados do século XVIII, quando foi totalmente abolida por Pombal".¹⁰⁹³ Abolida na lei, na prática prolongou-se.

Beatriz Perrone-Moisés¹⁰⁹⁴ define como hipócrita a legislação da Coroa sobre a liberdade do índio. Conforme a autora, a legislação contraditória foi oscilante e sempre com restrições; ao índio amigo e aldeado era "dada a liberdade" com intuito de catequizá-lo. Por outro lado, legalizava-se a escravidão por meio da guerra justa, sob o argumento de que "uma vez estabelecida a hostilidade e configurado o bárbaro inimigo é preciso 'conter a fereza dos contrários' e a guerra justa que se lhes pode mover é arrasadora".¹⁰⁹⁵ Já aqueles que sobrevivessem à guerra podiam ser vendidos, comprados pelos colonos em praça pública, e a política seguiu a seqüência: aldeamento, aliados ou guerra.¹⁰⁹⁶

Maria Helena Hilda Paraíso assinala para o fato de que quando os bandeirantes adentraram as minas, os índios refugiaram-se nas matas. Com a falência da mineração, a migração aumentou. O povoamento por parte dos colonos foi inevitável nas matas, nos sertões, objetivando a expansão territorial e com isso determinou-se o combate aos Botocudos: "Esse quadro de expansão da sociedade

¹⁰⁹¹ Caio Prado Júnior. *História econômica do Brasil*. 35 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 35.

¹⁰⁹² Caio Prado Júnior. *História econômica do Brasil*. 35 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 36.

¹⁰⁹³ Caio Prado Júnior. *Evolução Política*. 1987. p. 26.

¹⁰⁹⁴ Beatriz Perrone-Moisés. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: Manuela C. Cunha. (org.). *História dos índios no Brasil*. 1992. p. 115-132.

¹⁰⁹⁵ Beatriz Perrone-Moisés. Índios livres e índios escravos. In: Manuela C. Cunha. (org.). p. 126.

¹⁰⁹⁶ Cf. Beatriz Perrone-Moisés. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: Manuela C. Cunha. (Org.) *História dos índios no Brasil*.

dominante coincide com o momento que poderíamos definir como de vácuo em termos da política indigenista. Após a Carta Régia de 12/5/1798, fruto da pressão de latifundiários insatisfeitos com a maneira ‘branda’ como os índios eram tratados, ressurgiu ao sentimento de que a problemática deveria ser tratada por meio da violência, para que se processassem com a devida rapidez as transformações julgadas necessárias, como a liberação dos territórios indígenas e o engajamento compulsório de uma população em trabalhos e atividades consideradas essenciais para o desenvolvimento das regiões interioranas”¹⁰⁹⁷ Conclui-se que a política indigenista era um conjunto de leis sucessivas que atendiam aos colonos. A Carta régia de 12/5/1798, por exemplo, acaba com o “direito” dos índios de venderem sua força de trabalho “livremente”; se é que se pode considerar realmente como direito e ainda livremente.

As leituras nos permitem afirmar, de forma inequívoca, que as entradas organizadas por bandeirantes foram, de fato, catastróficas para a vida dos índios e, concomitantemente, a criação da legislação, que, ao restringir e consentir certas formas de escravidão do gentio, também legitimou a guerra contra ele. Muitas indagações surgem desse cenário que envolve liberdade, escravidão, guerra justa, catequese e terras quando se reflete sobre as diferenças culturais entre índios e colonizadores, que podem ter servido de balizas para configurar, determinar e justificar a política indigenista, retirando o direito às terras antes pertencentes ao gentio. O direito à terra foi contestado e anulado tanto quanto o modo de vida do gentio, as diferenças culturais serviram de estandarte para um fim: a posse da terra.

A conquista do território refletiu a violência intrínseca ao contato dos indígenas com os colonizadores dos sertões. A posse das terras dos índios incluiu o apoio do governo local e o do metropolitano português, tendo como princípio que bárbaros violentos deveriam ser submetidos ou eliminados. Os argumentos de sujeição foram extraídos das diferenças culturais que tornou inviável a aceitação das crenças e costumes dos índios, resultando num estado de alerta permanente e até de guerra como uma espécie de legítima defesa do colonizador. Com isso, o extermínio foi incorporado “naturalmente”. A política adotada pelo governo, embora tentando não contrariar as Bulas dos Papas referentes à humanidade do índio e do direito à terra, criou distinções entre os pacíficos que deveriam exercer trabalhos,

¹⁰⁹⁷ Maria Hilda Paraíso. Os botocudos e sua trajetória histórica. p. 416.

receber salários e se manterem nos aldeamentos; e os violentos que podiam ser combatidos, afinal, eram incultos e praticavam crenças pagãs.

Além das designações depreciativas atribuídas aos índios, a política e a legislação indigenistas foram permissíveis com o uso da violência como método de educá-los. O domínio consentido derivou do entendimento de que era preciso anular todo e qualquer vestígio dos costumes e dos hábitos da vida "bárbara". A integração do gentio era uma falácia. Ao proceder-se a assimilação cultural, pretendia-se extinguir o próprio gentio. Nos momentos em que se proibiram as atitudes de violência derivadas do excesso da guerra justa, apenas mascaravam-se as intenções com o discurso de catequese e de civilização. Eliminar as lutas e focos de resistências indígenas, no decorrer do século XVIII, nos sertões de fronteiras, tornou-se o maior intento no desafio da apropriação terras.

IV – Conclusão

Os Sertões dos Índios e os Sertões das Minas do Ouro

Os sertões e as fronteiras compreendiam limites espaciais maleáveis. Para tocá-los foi preciso se guiar à beira dos contornos naturais. Os rios caudalosos, as densas matas, as serras íngremes sinalizavam os redutos das exuberantes riquezas. Os limites se evadiam diante da imprecisão dos obstáculos da natureza, e nela os indígenas representavam o mais rigoroso desafio a ser superado. O desafio tornou-se o sentido da conquista, encontrando na catequese e na civilização um projeto para adequar os gentios aos interesses do Antigo Sistema Colonial.¹⁰⁹⁸

A catequese era condição da conquista, e não sua consequência. A evangelização nasceu dos atritos do contexto europeu. As rivalidades entre potências nos âmbitos político e econômico e as divergências no campo religioso fragmentavam o ocidente cristão. Se, de um lado, as riquezas eram imperativas de uma nação forte, de outro, o poder era medido conforme o número de almas do rebanho a conduzir. As dissidências no interior da Igreja católica e as contestações de que foi alvo a levou ao contra-ataque das religiões emergentes. A saída foi encontrada, pelo mar, à conquista dos metais preciosos e das almas no novo mundo. Os desdobramentos da vida do colonizador em outro contexto, não cristão e não europeu, interagiram em um circuito de estratégias e modos de governar a terra e os povos. Como tudo tem um sentido, “o sentido da colonização” repousou na terra.¹⁰⁹⁹ Não obstante, deparou-se com a terra ocupada por habitantes inconvenientes aos propósitos do Estado e da fé. Ao mesmo tempo em que os costumes bárbaros e a resistência dos índios eram tratados como empecilhos, também forneceram ao conquistador os princípios legítimos que compuseram a justificativa da conquista.

Os descobertos vieram um atrás do outro. As riquezas foram encontradas na esteira das expedições que seguiram os caminhos palmilhados por

¹⁰⁹⁸ Cf. Fernando A Novais. *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

¹⁰⁹⁹ O sentido da colonização abordado está conforme empregado por Caio Prado Júnior. *Evolução política do Brasil: colônia e império*. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

terra e os cursos dos rios. Minas Gerais, Cuiabá, Mato Grosso, Maranhão, enfim, todos os lugares em direção ao interior, como áreas do centro-este, partes do norte e do sul, eram sertões que guardavam as riquezas. Mas foram das Minas Gerais que se lançaram numa jornada mais intensa e com resultados concretos. Isso não significa dizer que as incursões não tenham partido de outras regiões da colônia para os sertões e até anteriores as que saíram das Minas. No entanto, de todas as tentativas as mais bem-sucedidas partiram das Minas, que se posicionava próxima do litoral, dos portos e dos outros sertões. Desse modo, as Minas Gerais serviram de base para as incursões; delas se locomovia com mais facilidade para atingir outras minas. A opção pelas minas se explica porque além de serem assimiladas como sertões, por sua vez eram *habitat* dos povos indígenas, distribuídos em diversas etnias, mas que foram genericamente chamados de Tapuias, assim como os sertões foram chamados de terras inóspitas, desertas e rústicas, atributos derivados do estilo de vida de seus habitantes, os indígenas, que tinham o nomadismo como costume. O nomadismo dos índios eram movimentos migratórios para se adaptarem à sobrevivência do meio e por causa das disputas intertribais, porém, com a presença do colonizador, o equilíbrio, embora tenso, das guerras entre os índios foi completamente rompido. A itinerância, a mobilidade e a inconstância das populações indígenas levaram os conquistadores a conceber os sertões com limites fluidos.

Os sertões e fronteiras convergiram para a criação da idéia de identidade, gradativamente esboçada numa cartografia de espaços indefinidos que se alternavam e se mesclavam. As definições políticas dos espaços não necessariamente foram absorvidas no cotidiano, tampouco se restringiram aos aspectos físicos, mas a um espaço onde se impôs a coexistência das múltiplas relações sociais, culturais, étnicas e imaginárias decorrentes dos recursos econômicos que preencheram a ânsia dos interesses de enriquecimento e de poder.¹¹⁰⁰ O acúmulo de bens e o prestígio social eram obtidos e/ou garantidos com a posse de terras, berço das riquezas almeçadas, e, conseqüentemente, recaiu

¹¹⁰⁰ A concepção de choques culturais, considerando as perspectivas como produto de uma cultura que determina a elaboração de códigos de valores e de visões distintas na organização da vida e de seus ritos, baseia-se em Carlo Ginzburg (*Olhos de madeiras: nove reflexões sobre a distância*, 2001). O fundamento da abordagem dos costumes como terreno de conflitos pressupondo que as relações econômicas, a esfera das disputas pela sobrevivência compõem as determinantes na formulação dos significados que se atribuem a vida tomou-se como referência Edward Palmer Thompson (*Costumes em comum*, 1998).

diretamente sobre os povos indígenas. O cenário do contato entre os opostos não se fez sem choques culturais e se consumou com as guerras levadas às últimas instâncias.

A guerra foi recurso freqüente na política indigenista dos sertões. As leis que aboliram a guerra justa e o cativo indígena foram apenas leis e ficaram recolhidas no papel. Mesmo assim, como se mostrou ao longo das diversas passagens deste estudo, quando a força se fez necessária para submeter os índios, não houve lei que a proibisse; ao contrário foi até mesmo sancionada a violência. Mas convém esclarecer que se deve compreender a guerra como um fenômeno tanto do mundo indígena quanto do europeu; não há como afirmar que só de um lado ocorreu, e, sim, que o combate armado e sangrento perpassou a história do Brasil vindo de ambos os lados. O aldeamento era complementar à situação constante de guerra. Os planos de catequese nada mais foram que uma alternativa dissimulada de cooptação e, na seqüência, de anulação das resistências indígenas. O aldeamento significou a extinção do estilo de vida nômade. A redução se traduzia no projeto de confinamento por meio da sedentarização, subsequente à tutela e à liberdade vigiada e restrita dos índios.

Apesar das peculiaridades das Minas, da atividade aurífera, do caráter urbano, da mobilidade social até certo ponto e do considerável número de alforrias,¹¹⁰¹ a política indigenista surpreende pela constância das primeiras idéias de sujeição, domínio e guerra contra os indígenas na retórica da civilização.¹¹⁰²

Os Caiapós, os Puris, os Paiaguás, dentre outros, em termos de resistências indígenas, foram os que mais se destacaram no cenário colonial e reagiram ferozmente às incursões dos colonizadores a partir da década de 1730. Em contrapartida, em nenhum momento a lei proibiu a guerra justa quando estava condicionada à reação indígena. Depois de avaliada a iminência dos ataques, os confrontos armados não foram postos em questão. A guerra foi um meio legítimo adotado, tratando-se do século XVIII, conforme nos leva a inferir o conjunto volumoso da documentação. Para os povos indígenas que se renderam ao contato, apenas para exemplificar, como os Parecis e o Bororos, o objetivo vingou de

¹¹⁰¹ Núbia Braga Ribeiro. *Cotidiano e liberdade*.

¹¹⁰² "Regimento que levou Tomé de Sousa, primeiro governador-geral do Brasil 1548". In: Vicente Costa Santos Tapajós. *A política administrativa de D. João III. Op. cit.* Manoel da Nóbrega. *Cartas do Brasil 1549-1560. E o Plano civilizador*. Georg Thomas. Política Indigenista dos portugueses no Brasil.

transformá-los em vassallos úteis nos aldeamentos, comprovando a legislação contra a guerra e o cativo. As áreas dos principais focos de reações indígenas, principalmente a partir da década de 1730, se situavam nos sertões da Bahia, Minas, Cuiabá, Goiás, Maranhão e Grão-Pará.

A maior incidência de disputas de terras apresentava-se, nos sertões coloniais da América portuguesa, nas áreas onde exatamente se concentraram os esforços da política indigenista, abundantemente registrada nas correspondências das autoridades e nos planos de catequese dos gentios. Entre os formuladores dos planos encontravam-se o padre Francisco da Silva Campos (capelão cura dos índios Coroados, em 1791, que chegou a sê-lo também entre os índios Pataxós); o padre Manoel de Jesus Maria, que esteve à frente da administração dos índios do Pomba a partir da década de 1767; o capitão Domingos Branco Muniz Barreto, que esboçou um Plano de civilização dos índios da Bahia e do Brasil em 1789; José Bonifácio de Andrada e Silva, com o Plano de civilização dos índios, escrito em 1821; o tenente Jozé da Silva Brandão, com o relatório sobre os índios de Lorena dos Tocoyós de 1799; o padre Eusébio Dias, com a conquista e a conversão dos Orizes em 1713.¹¹⁰³ Todos os planos ou propostas apresentadas, as instruções aos governadores e os pareceres emitidos pelas autoridades revelam convergências de idéias e afinidades quanto à sujeição dos índios, perceptíveis tanto no pensamento dos religiosos quanto no laico.

As minas dos sertões, no contexto setecentista, apresentaram as condições propícias à política indigenista, à institucionalidade da catequese e à civilização dos indígenas, muito mais de peso prático que as tantas teorias que transitaram entre os missionários e a corte real nos séculos XVI e início do XVII. A desqualificação e a resistência dos povos indígenas dos sertões foram fatores

¹¹⁰³ Para Minas: Padre Francisco da Silva Campos. *RAPM*. Ano II out. dez, 1897. *Op. cit.* "Catequese e Civilização dos Indígenas da Capitania de Minas Gerais". "Directorio que se deve observar nas Povoações dos Indios da Capitania de Minas Geraes, enquanto Sua Alteza Real não mandar o contrario" Padre Manoel de Jesus Maria. *RAPM*. Ano II, fasc. 2º abr.- jun. 1897 *Op. cit.* Tenente Jozé da Silva Brandão - Índios de Lorena dos Tocoyós. *RAPM*, Ano III, fasc. III e IV. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, julho a dezembro de 1898. p.765-768. Para centro-oeste: "Os Orizes Conquistados ou notícia da conversam dos indomitos Orizes Procazes..".BNL *Op.cit.* Para o Rio de Janeiro, mas deve ser entendido de forma geral para o Brasil: José Bonifácio de Andrada e Silva. *Apontamentos para a Civilização dos Índios Bárbaros do Reino do Brasil*. *Op. cit.* Para a Bahia e, também, Brasil: Tenente Coronel Domingos Alves Branco Muniz Barreto - Plano sobre a civilização dos índios no Brasil. *Op. cit.* Cota 52-VIII-35. BNL. Para o leste de Minas divisa com Espírito Santo: Mestre de Campo Mathias Barboza da Silva. "Expedição na zona do rio doce pelo (1734)" *RAPM*. Ano III, fasc. III 1898. Cuieté, 30 de agosto de 1746. *Op. cit.* De São Paulo para os sertões centro-sul: Bertolomeu Lopes de Carvalho. Título: Sobre o cativo dos índios. Biblioteca da Ajuda de Lisboa. Ref. COR 2021. Cota 51-IX-33.

decisivos para combatê-los via guerra/exterminio ou via tutela/sujeição, administrando-lhe a vida e as terras sob o artifício da fé. Os confrontos deflagrados, no decorrer do século XVIII, fizeram constituir uma sociedade dos sertões de fronteiras originada das entradas e povoamento da terra, com grupos sociais diversos que, de uma forma ou de outra, estiveram envolvidos nas contendas dos territórios indígenas no interior da colônia. Os interesses em jogo estiveram articulados às estratégias expansionistas de domínio e às políticas dirigidas à terra, num crescente processo de desapropriação no qual se espelharam diante das reações dos povos indígenas.

Referências

Fontes e Bibliografia

I Fontes

a) Manuscritas

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)

Cx. 85, doc. 34, cd. 24. Carta de Luís Diogo para Francisco Xavier Furtado de Mendonça com mapas das marchas e a iniciada em agosto- dezembro de 1764.

Cx. 59. Pernambuco, 26 de fevereiro, 1759.

Projeto Resgate (PR) 11170; 11174; 11740; 12603; 13717.

Arquivo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ)

Cód. 18, 2, 6. A expedição do Campo Grande, Caeté, Abaeté do Termo de Paracatu. Expedição de Pamplona. S.1. (1769). Coleção Ottoni.

Cód. 18, 3, 3. Cartas e ofícios dirigidos ao Conde de Valadares. S. 1. (1769). Coleção Ottoni.

Carta de Inácio Correia Pamplona ao Conde de Valadares, Estância de São Simão 10.10.1769. Arquivo Conde de Valadares, Biblioteca Nacional, Sessão de Manuscritos. Códice: 18, 2, 6.

Carta de Inácio Correia Pamplona ao Conde de Valadares, 15/11/1769. Arquivo Conde de Valadares, Biblioteca Nacional, Sessão de Manuscritos. Códice: 18, 2, 6 documento 19.

Expedição de 1769 – Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional. Códice 18, 3, 1-7.

Arquivo Público Mineiro (APM)

SC cód. 04./SC cód. 09. fl. 3 v. e 4 f. fl 19 e 20; fl. 25 f.

SC 10. fl. 85 e 86./SC 11. fl. 262.

SC cód. 17./SC cód. 19. /SC cód. 23./SC cód. 27.

SC cód. 29. /SC cód. 32. /SC cód. 35.

SC 43; 44; 45 filme 09.

SC 46; 47; 49; 50 filme 10. SC 52 a 58, filme 11.

SC 59, filme 12. G. 3. (SC 59 fl.103 f e v. 104 f e v.).

SC. 60. filme 12. fl. 75 v. – 77 v. fls 86 f. e v. 88 v. – 122.

SC 63, filme 13. fls. 34 e 35. fl. 49 – 50. fl. 94.fl. 106

SC cód. 64/SC. cód. 65/ SC cód. 66

SC 67, filme 14./SC cód. 73; SC cód. 74;/ SC.77 filme 15.

SC 103 a 107, filme 17/ SC 110 a 112, filme 18.

SC 113 a 116, filme 19/ SC cód. 118./SC cód. 122.

SC. 126. filme 28. fl. 6 fl. 23, fl. 27, fl. 55, 56 f. e v. fl.166.

SC 127. filme 28. Gv. G3. f. 162 f e v – 170 f.

SC. 130. fl.160. filme 29. fl. 23, fl. 94. fl.113.

SC cód. 125. SC 126, SC 128, filmes 28, 29 e 30.

SC cód. 130. SC. 150 e SC 152.

SC cód. 162-164. SC. cód. 165. fl. 90 e 91. SC 165, 166, 167.

SC cód. 176 a 179. SC cód. 182 a 189. SC cód. 199 a 204.

SC cód. 212 a 221. SC cód. 229.

SC cód. 278, 279, 280, 283. SC cód. 298, 300, 302, 303, 315 e 354.

SG 01. Cx. 2 doc 1, doc 5./SG Cx. 02./SG 03 filme 001.

SG. 03. Cx. 10 doc. 07/SG 04; 05; 06/ SG. 12 Cx. 38 doc. 29.

SG 50 Cód. Carta Gomes Freire fl.43. Instrução. fl 71.

SG Caixa 20, doc. 30/ SG Cód. 143. fl. 63./SG Cód. 381 fl. 272.

Acervos de Portugal

Arquivo da Torre do Tombo (ATT). Lisboa.

Cadernos da Promotoria

Período Gomes Freire 1735-1763: livros 292, 294, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 818, 315, 316 até 324.

Códices – Cód.

Código 1 MF 697

Instrução e Norma que deu o Ilmo. Exmo. Snro. Conde de Bobadella ao irmão José Freire de Andrade para o Governo de Minas em que veio a suceder quando o irmão passou ao sul. RJ 7/11/1752. fls. 74 até 80 v. / – guerra sanguinolenta feita aos índios fls. 157 f e v a 158./Relação da guerra que o Tenente General Manuel Roiz de Carvalho moveu ao gentio de Payagua por ordem do Governador e Capitão General de São Paulo Conde de Sarzedas [Letra do primeiro quartel do séc. XVIII 7 páginas] Código 1 fls. 122 f e v. 123 f e v. 124 f e v e 125.

Código 3 MF 2303

As entradas de Fernandes Tourinho e Antonio Dias Adorno “escolhido de cento e cinquenta portugueses e 400 índios e como efeito achou em huma terra das partes lestes esmeraldas e em outra da parte do soeste safiras”. fl 1 f.e 7 v. São Paulo, 1663./Superintendente dos índios. fl 15 f. e v. e uso dos índios das Aldeias do Real Padroado. 2/abril/1663./Regimento de 13/ agosto /1679. Dom Rodrigo ordenando ao Provedor da Vila de Itahebe. Villa de Parnaguá Fl 30 f e v/ Carta do Rey Dom Afonso aos camaristas de SP 27/set/1664. fls. 57 f e v, 58, 59, 60. / – Informação das Minas de São Paulo e dos sertões da sua capitania desde 1597 até 1772 com relação cronológica dos administradores. fls 28 e 29.

Código 4 MF 699 e 699 A

Sertão a partir da capitania de São Vicente como Martim Afonso, mas o melhor é que cita a guerra que os índios fizeram. fls. 8 até 21 f e de 119 v até 120 f e v/ Aliança entre índios e negros. Requerimento da Câmara Municipal de S.P. Índios e cativoiro fls. 141 a 142./Relação de como se fundou a Casa da Missão 1707 em Paranguá. fls.170-180./Índio comerciando. fl 249 f. e v/ Erros das medições de sesmarias. fls. 292-295.

Código 6. MF. 698

D. João – guerra aos “payagues” fl. 3 – D. João V ao conde de Sarzedas no Gov. de São Paulo guerra em Cuyabá contra o gentio Payaguas./ fls.7. Provisão de 8 de

maio de 1732. / – fl. 7 e 9f até 12f – fauna, animais perigosos e dos índios, questão de guerra para quem escreve fala de armas e de que as terras eram devolutas./ D. João V ao Conde de Sarzedas guerra ao gentio Payaguas em Terras de Cuyabá/ – fl. 16 gentio, região de recursos minerais. Lisboa, 6 fev. 1732. / – fl 18 gentio payaguases. Cuiabá – Lisboa 21 fev.1732. Provisão de 21 de janeiro de 1732. Gentio – Payagoas/ – fls. 27 Provisão de 5 de março de 1732/ fl 36 Payaguases – gentio payaguâ mortes/ insultos etc... Lisboa. Carta de D. João 11/03/1732. Provisão de 11 de março de 1732. Sobre os índios Parecis. Provisão de D. João V para o gov. de São Paulo. / – fl 52 f e v – “Certão” e a conquista do gentio e sobre os Guayases. Lisboa, 2 de julho de 1730/ – fl. 61 f – Rio Grande. 24 de julho de 1733. / – fl. 62 f e v – Sacramento (Nova Colônia) Rio Grande Vila dos Santos Anjos de Laguna, 20 de agosto de 1732.

Dificuldades das viagens/sertão/prejuízos a Real Fazenda, ataque de índios. Goyazes. fl. 75 f e v. e 76 f e v. 5 de maio de 1732. / – fl. 77 f e v. Conde de Sarzedas ao Rei – situação das fortificações da praia de Santos e resposta do Rei. Lisboa 30 de out. de 1733. D. João ordenando fazer fortificação – ordenando que use matas e carvão. Fortaleza de Santo Antonio estava em ruínas. 30 de out. de 1753/ Recursos naturais do Brasil – fls 77 e 78. / – fl. 91 – Dom João ao Gov. da Capitania de São Paulo Conde de Sarzedas (os índios Parecires não estavam sujeitos a escravidão...). Lisboa 13 de agosto de 1735. Despacho do Conselho Ultramarino 12 de agosto de 1736./ – fl. 100 Gentio Parecis. Dom João sustentação dos missionários para redução dos ditos índios Lisboa 17 de junho de 1735. / – fls. 100 a 104. Provisões de matéria administrativa de 17-I-1735. Para o governador de São Paulo. (índios paratis). / – fl 146 f e v. Sobre não procedimento das leis e dos vassallos que não seguem como deviam. Região de Minas e Cuyabá. – Reais quintos do gentio. São Paulo, 20 de julho de 1731./fls. 301-302. Cópia do Termo (ou acta) da Junta que se reuniu em São Sebastião do RJ por ordem se Sua Magestade de 5 de março de 1749 – guerra ao gentio Caiapó e Acroá

Códice13 MF. 1997

Informação da Fundação da Capitania de São Vicente. fls 1 f. e v. até 26 f. e v. /Mapas e instrução do Conde de Bobadella 1752. fls. 182-189; 190 f. 191 f. 192 f. // Aparato Histórico – Dissertação Histórica. fls. 1 a 26 v.

Papéis do Brasil – Avulsos

Avulsos 01 n 20. Grão Pará, Belém do Pará, 11 de setembro de 1770. Regimento de um Bando mandado lançar pelo Ilmo. e Exmo. Senhor General do Estado. Dom Francisco de Souza Coutt.o. Do Concelho de Sua Magestade Governador e Capitam General do Estado.

Avulsos 03 n. 10 MF. 4177/05. Cuiabá e Mato Grosso. Penetração do sertão – História dos Bandeirantes. Título do doc. Relação das Povoações de Cuiabá, Mato Grosso desde os seus princípios até ao presente tempo. fls. 119 -151 f.

Avulsos 07 n. 01. Escravatura voluntária, Joana Baptista índia cafuza. Instrumento de venda. Pará, 19 de agosto de 1780.

Manuscritos da Livraria Manuscritos do Brasil

N. 27 – Tratados entre Castela e Portugal 1668 (2) de julho de 1713.

N. 29 – Memórias concernentes aos Negócios diplomáticos de Portugal pela armas de 1644 e 1645 na ocasião do Congresso de Munster.

N. 28 – Relações diplomáticas e negociações entre Reinos. Lisboa, 20 de out. de 1680.

N. 31 – Despachos para o Conde de Oeiras desde 5 de maio de 1760 até dezembro de 1761./Memórias e Negociações de Martinho de Mello e Castro.

N. 32 – Coligido no Rio de Janeiro ano de 1818. Despachos para o Secretario de Estado o Conde de Oeiras. 7 de julho de 1762 até a data 31 de agosto de 1762.

Manuscritos do Brasil – Livros

Livro 3 MF 4444 – N 103 Fl, 123, v. 124. Insultos dos índios, 5 de junho de 1736.

Livro 5 MF 2947 – N 38 fls. 56 – 58 v. Cartas de Rafael Pires Pardinho para o Governador Martinho de Mendonça de Pina e de Proença./N 39 fls 59, 60 Tijuco, 3 de abril de 1735. Missionários e os índios/N 65 fls 102, 103/ N 66 104 f e v./N 67 105 f e v. Informações sobre Goyazes. Tijuco, 28 de dez de 1736, 6 jan 1736, 19 de jan. 1736/

N. 70 fls. 109 f. e v. 29 de fev. de 1736/N 152 Tijuco, 18 de nov. de 1737 fls. 220 e 221/ N 153 Rios das Velhas e São Francisco fls 222./N 163 Tijuco 7 de janeiro de 1738 – acusação ao Padre Isidoro sobre diamante, local Vila Rica 6 de jan. de 1736.

Livro 6 – MF 4442 e MF 4443 – N 32 – fl 28 cópia carta de Martinho de Mendonça de Pina e de Proença ao Capitão-Mor Luís Borges Pinto. Vila Rica, 5 de julho de 1736. Moradores de Raposos se queixaram dos gentios pede resolva e evite mortes e que os façam escravos/N 98 fl 88 Vila Rica 22 de julho de 1736 – Notícias sertão/ N 129 fl 115 Vila Rica, 3 de julho de 1736. Despacho de Gomes Freire. Edital abrir caminho para os Goyazes – Coronel Caetano Alvares recebeu permissão para abrir o caminho. /N 179 fl 167 cópia da carta ao Dr. João Soares Tavares. Vila Rica, 26 de julho de 1736.

Biblioteca do Palácio da Ajuda – Lisboa (B.A)

ÍNDICE do Inventário dos Documentos Referentes a América do Sul, n. 01. Lisboa: Biblioteca da Ajuda, 1976.

INVENTÁRIO dos manuscritos da Biblioteca da Ajuda referentes à América do Sul, por Carlos Alberto Ferreira. Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Brasileiros. Coimbra, 1946. (COR 1437 – 51-V-44 fls.119 v, 120 v, 121 v, 122 v. COR 1452 – 51-V-43 fls. 82. COR 1494 – 51-V-43. fls. 88 v. COR 1508 – 51-V-44. fls. 220, 221 v. COR 1556 – 51-V-44. fls.251. COR 1621 – 54-XIII-4. nº 44. COR 1726 – 49-X-32. fls.487, 488c. COR 1878 – 49-VIII-40 fls. 98, 104 c. COR 1972 – 51-XIII-24. nº 114.).

1333 – Carta do Governador Francisco de Sá de Meneses ao Capitão Mor Baltasar Fernandes. Tapuias de Itapicuru – Belém 04 de maio de 1683. 51-V-44. fls.76 f.-76 v.

1593 – 50-V-37. fls. 168 f. até 170 f. Papel sobre o Brasil à cerca do gentio. Lisboa, 18 de janeiro de 1689. fls. 260 – Papel sobre o Brasil, sobre Palmares e os negros. fls. 303 – Índios do Brasil. Lisboa, 14 de novembro de 1656. 1593 – 50-V-37. fls. 168 -170. Notícia do Brasil sobre a destruição dos Palmares e gentio tapuias do cabelo corrido, e parecer sobre isso. Lisboa, 18 de janeiro de 1689.

1593 – 54-XI-27 COR 2021. fls 16-20 – Carta de Sebastião José de Carvalho e Mello para o irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado do Grão Pará. / 1593 – 51-IX-33 – fls.443 Comércio / fls.394 Minas do Ceará./ fls.428 Notícias sobre o Brasil/ fls. 25 comércio de tabaco/ 370 f. e v. até 373 v Cativoiro índios.

1895 – Consulta do Conselho Ultramarino para se satisfazer o que S. Majestade ordena ao mesmo Conselho, sobre se apontar onde pode dividir-se o districto do Cuiabá do dos Goias. Lisboa, 21 de abril de 1745. 54-XIII-4. nº32.

1967 – Carta que o irmão do Gov. do Pará e Maranhão lhe dirigiu sobre as últimas que haviam chegado de Gomes Freire de Andrada, sobre demarcações e limites do norte do Brasil até outubro de 1754. Lisboa 17 de março de 1755.

1972 – Carta do Conde de Oeiras ao Propósito da congregação do oratório de S. Filipe Nery, em que comunica a S. Mag.e Manda remeter dos Breves Pontifícios, leis régias, instruções etc., para restituir aos índios a liberdade contra as violências com que os regulares da Cia de Jesus os tinham reduzido à dura escravidão. Paço, 27 de outubro de 1759 (orig.). 51-XIII – 24. nº 114.

1997 – Por José Joaquim da Rocha. 1781. Cota 51-V-40 de fls.147. Descrição geográfica, topográfica.

2101 – Mapas Topográfico e hidrográfico da capitania de Minas (no inventário ver p.628-629). R. n. 2, Reg. Cart.1D.

2011 – Mato Grosso – Roteiro das viagens que fez pelas capitânicas do Pará, Rio Negro, Mato-Grosso e Cuiabá. Alexandre Rodrigues Ferreira. (1783 -1791. Orig.). 54-XI-27, n. 15.

2021 – 51-IX-33. fls. 386 -389. Título: “Sobre o cativoiro dos índios” de Bertolomeu Lopes de Carvalho.

2021 – 54-XI-27 (16). fls.16-20. Carta de Sebastião de Carvalho e Mello para seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

2048 – Plano sobre a civilização dos índios no Brasil etc... apresentado ao senhor Dom João por Domingos Alves Branco Muniz Barreto – Tenente Coronel do Regimento de Cavalaria Auxiliar da Capitania da Bahia – 1789. Cota: 52-VIII-35. In 4º de 94 fls.

2121 – Mapas – CART. MS. Mapa de Minas Geraes etc. Mapa Topográfico das Províncias do Maranhão.

2176 – Modo como se há de governar o gentio que há nas aldeias do Maranhão e Grão Pará. 51-V-45; fl. 1-2. 49-IV, 23 e fls.137-148.

2209 – Manifesto apresentado a S. Mag.e por Bartolomeu Lopes de Carvalho. [s.d.]. 61-IX-33, fls. 370-373 v.

2236 – Papel feito contra Estevão Ribeiro Baião sobre as insolências que com outros de SP, fazia ao gentio para cativar e vender [s.d.]. 50-V-37. fls. 228.

2239 – Papel do P. Francisco de Matos, procurador da província do Brasil, da Companhia de Jesus, sobre as missões e cativoiro dos índios (s.d.). 50-V-37. fls. 243-243v.

2247 – Papel sobre o gentio que se rebelou nas capitânicas do Siará, Rio Gr.de e Paraíba. [s.d.] 54-XIII-4. n º 52.

2261 – Parecer sobre a conquista, navegação e comércio do Brasil (s.d.). 51-IX-33. fls. 443-444.

2271 – Proposta justas razões que há, para se fazer a guerra aos tapuias. (letra do séc. XVIII). 54-XIII-16. n. 162.

2306 – Tábua de Rendimentos, despesas etc... e dívidas das capitânicas de Minas, Goiás, RJ e SP. 54-XIII-16. n. 142.

Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL)

Leitura Geral e Reservados (Coleção Pombalina e Códices). Coleção Pombalina – PBA Fundo de Reservados – FR.

Códice 618. F. 271. Viagem – Minas de Cuyabá a Goyás 1737. Carta a Martinho de Mendonça de Pina e Proença.

Códice 10624. FR. 1239. Cartas do Marques de Lavradio. Cartas do Marques de Pombal. Informações do sul, rio Grande, rio Pardo, Pernambuco, outras partes da colônia e do Conde de Bobadella. Século XVIII.

Códice 10736. F. 1758. Reflexões as minas de ouro do Brasil no sistema geral da Europa.

Códice 11259 F. 4829. Representação – liberdade e captivoiro dos Índios do Pará e Maranhão.

Códice. 12595 F.4829. fl.1-19. Cópia do Auto da demarcação e posse que tomou o Capitão Mór, Pedro Teixeira das terras do Estado do Maranhão pelo Sertão dentro. Intrucção. Escritta em Lisboa, 30 de Mayo de 1751. (Instruções Régias. (Instrucção particular, que V.Magestade he servido mandar dar a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, nomeado Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Pará)".

Códice 1615. Representação – liberdade ou captivoiro dos Índios do Pará e Maranhão. Lisboa, 1735.

Códice 1680. F. 4823. Plano de civilização dos índios do Brasil. Autor Domingos Álvares Branco Muniz. Barreto. Capitão de Infantaria do Regimento de Estremôs. fls. 1f.-14f e v.

PBA 162, 163, 631, 499, FR 483, PBA 651, 653, 627, 628. Cartas, leis e ordens.

PBA 160. "Cartas que o ILmo. Exmo. Snr. Francisco Xavier de Mendonça Furtado Gov.or e Cap.m Gen.l deste Est.o escreve ao Gov.or da Capp.nia do Mar.am e mais pessoas della, tendo seu principio em 4 de janeiro de 1758". fl.11 e 10 de julho de 1758. Carta ao Ilmo. Exmo. Governador Pernambuco Luiz Diogo Lobo da Silva.

PBA. 457. F. 4725. Coleção dos Breves Pontifícios e Leys Regias que forão expedidos e publicados desde o anno de 1741, sobre a Liberdade das Pessoas, bens, e commercio dos Índios do Brasil.

PBA 474. F. 7074. Miscelâneas – Legislação (séculos XVI, XVII E XVIII) cartas, noticias históricas, requerimentos, petições... 7075 Miscelâneas – Papeis vários, legislação, cartas. Lei para não se cativarem os índios. fl. 370.

PBA 477. F. 322. Número IV Relação Abreviada da Republica, que Os Religiosos Jesuitas das Províncias de Portugal, e Hespanha, Estabelecerão nos Dominios Ultramarinos das duas Monarchias, E da Guerra, que nelles tem movido, e sustentado contra os Exercitos Hespanhoes, e Portuguezes. Formada pelos registos das Secretarias dos dous respectivos Principaes Commissarios, e Plenipotenciarios; e por outros Documentos authenticos.

PBA 477 Docs. Copilados pelo Cônego Lázaro Leitão 16, Séc. XVII-XVIII.

PBA 477. F. 322. Copia das Instrucçoens, que os Padres, que governão os Índios, lhe derão quando Maranhão para o Exercito, escritas na lingua Guarani, e della traduzidas fielmente na mesma fórma, em que forao achadas aos referidos Índios.

PBA 477. F. 322. Copia da carta que o povo ou antes o cura da Aldea de S. Francisco Xavier escreveo em 5 de Fevereiro de 1756.

PBA 477. F. 322. Copia da carta sediciosa, e fraudulenta, Que se fingio ser escrita pelos Cassiques das Aldeas Rebeldes ao Governador Buenos Ayres:

PBA. 477. F 322. "Alvará de divizão que S. Mage. fez entre os Governos desta Cap.nia, Minas Geraes, e R.o. de Janr.o". 2/12/1720. fl. 61 f e v.

PBA 477. F. 322. Copia Da Convenção Celebrada Entre Gomes Freire de Andrada, e os Casiques para a Suspensão de Armas.

PBA 477. F. 322. Catálogo. Coleção com varias cartas régia e leis sobre os índios.

PBA 627. F. 318. Documentos diversos sobre os índios do Brasil século XVIII.

PBA 628. F. 321. 1755-1756. Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

PBA 632. F. 903. Miscelânea – Cartas e documentos vários do Brasil, 1672-1792. (Carta do Conde de Bobadella 1762). Sr. Capitão-mor Balthazar do Rego.

PBA 642. F. 1631. Cartas. PBA. 642. F. 1631. fl. 61 f. e v. Alvará de divisão que S.Mag. fez entre os Governos desta Capitania, Minas Geraes.

PBA. 642. F. 1631. Jozê da Serra Chefe das Esquadras das Armadas Navaes da Mag.de e do Seu Conselho Gover.or e Capitam General do Maranham. fl. 62 f. e v.

PBA 643 F. 1632. fl. 3-10. Portaria para o Juiz dos feitos se informar do conteudo nella.

PBA 643 F. 1632. fl. 12-23. Relação sincéra e verdadeira da gloriosa Victoria a Fragata de Goa da invoção Nossa Senhora da Nazarett conseguir de duas fragatas Francezas no estreito de Malaca em 9 de Fevereiro de 1714.

PBA 643 F. 1632 fl. 41- 96. Carta do Rei a Dom Lourenço de Almeida Governador

PBA 643. F. 1632. Minas e caminho novo, Maranhão, índios gamelas, índios e alforria.

PBA 643 F. 1632. N.7 fl. 373. Índios nos rios de Guarapiranga, Pomba, Peixe com a presença de Diretores nomeados em 1768.

PBA 647. F.R. 725. Alvarás, catas, avisos, decretos... (Cartas para Gomes Freire de Andrade do Rio Grande 1752-1754.).

PBA 651. F. 3116. Correspondência Secretaria do Estado dos Negócios do Reino, 1º Ministro o Exm.o Sr. Marques de Pombal.

Monografia geral

SC 683 A. Monografia geral. Coleção dos Breves Pontifícios e Leys Regias que forão expedidos e publicados desde o anno de 1741, sobre a Liberdade das Pessoas, bens, e commercio dos Índios do Brasil.

SC 1193. Conjunto de Leis.

SC 1193/137.A. Reservados 3609 v Leitura geral. Conjunto de Leis Alvarás, Decretos. SC 1193/37A. Lei para os índios do Brasil terem a mesma liberdade, que tem os do Maranhão. 8 de maio de 1758.

SC 1193/49A. Casamentos com índias. 4 de abril de 1755.

SC 1193/51A. Dom Joseph. Lisboa, 6 de junho de 1755. /Alvará. Lisboa, 3 de setembro de 1759./Dom Joseph. Execução do Tratado de Limites das Conquistas. Lisboa, 3 de outubro de 1759.

b) Impressas

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas, e minas (1711)*. 2. ed. Introdução por A.P. Canabrava. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

BARRETO, Domingos Álvares Branco Muniz (Capitão de Infantaria do Regimento de Extremos). *Plano sobre a civilização dos índios do Brasil e principalmente para a capitania da Bahia*. 159 folhas. Este Plano foi entregue ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Martinho de Mello, e Castro, na Corte e cidade de Lisboa no ano de 1790. Biblioteca Nacional de Lisboa. (Cód. 10624 – FR 1239).

BOSCHI, Caio (Org.). *Documentos manuscritos avulsos da capitania de Minas Gerais (1680-1832) Conselho Ultramarino*. Lisboa/ Brasil: Arquivo Histórico Ultramarino/Fundação João Pinheiro, 1998. (54 CD- ROOMS).

CÓDIGO PHILIPINO, ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal. Edição de Cândido Mendes de Almeida. 14. ed. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomathico, 1870. 3v.

CÓDICE COSTA MATOSO. Coleção das notícias dos primeiros descobridores das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, e vários papéis. Coord. Geral Luciano Raposo de Almeida Figueiredo e Maria Verônica Campos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/FAPEMIG, 1999. 2. v. (Coleção Mineiriana).

COELHO, Teixeira. *Instrução para o Governo da capitania de Minas Gerais (1782), de José João Teixeira Coelho*. Transcrição e estudo crítico de Caio César Boschi. Belo Horizonte: SEC/Arquivo Público Mineiro/co-edição Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, 2007.

COLEÇÃO DOS BREVES PONTIFÍCIOS e Leys Regias que forão expedidos e publicados desde o anno de 1741, sobre a Liberdade das Pessoas, bens, e commercio dos Índios do Brasil. Biblioteca Nacional de Lisboa. (SC 683 A. Monografia geral).

COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte/Lisboa: Editora UFMG/ Kapa Editorial, 2004. "MAPA de todo o Campo Grande tanto da parte da Conquista, q' parte com a Campanha do Rio Verde, e S. Paulo, como de Piuhy Cabeceyras do Rio de S. Francisco, e Goyases na entrada que se fez para os certos das conquistas do Campo grande por ordem do Ilmo. Sr. Conde de Bobadela como se ordenou ao Capp.m Antônio Francisco França; Mapa da Conquista do Mestre de Campo Regente Chefe da Legião Ignacio Correya Pamplona. Por Manuel Ribeiro Guimarães".

CURT-NIMUENDAJU. MAPA Etno-Histórico de Curt-Nimuendaju. Rio de Janeiro: IBGE/Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

ESCHWEGE, W. L. Von. *Pluto Brasiliensis*. Tradução de Domicio de Figueiredo Murta. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: USP, 1979.

NÓBREGA, Manoel da. *Cartas do Brasil 1549-1560*. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: EDUSP, 1988. (Cartas Jesuíticas I).

NOTÍCIA diária e individual das marchas e acontecimentos mais condignos da jornada que fez o Senhor Mestre de Campo, Regente, e Guarda-mor Inácio Correia Pamplona, desde que saiu de sua casa e fazenda do Capote às conquistas do

Sertão, até se tornar a recolher à mesma sua dita fazenda do Capote. (1769). *Anais da Biblioteca Nacional*, 1988, p.47-113.

OS ORIZES CONQUISTADOS, OU NOTÍCIA DA CONVERSAM DOS indomitos Orizes Procazes, povos barbaros, & guerreyros do Certão do Brasil, novamente reduzidos á Santa Fé Catholica, & a obediencia da Coroa Portugueza. DEDICADO AO SERENISSIMO PRINCIPE DO BRASIL Noffo Senhor Lisboa Na oficina de ANTONIO PEDROZO GALRAM. Ano de MDCCXVI. Joseph Freyre de Monterroyo Mascarenhas – Biblioteca Nacional de Lisboa.

PALÚ, Pe. Lauro (1978/1979). Nova escola para aprender a ler, escrever e Contar (1722). *Revista Barroco*, n. 10, p. 97-103, Minas Gerais.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Trad. Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo EDUSP, 1975.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. Apontamentos para a civilização dos índios bárbaros do reino do Brasil. Comentário crítico de GEORGE C. A. Boehrer. Edição crítica. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1963.

FERREYRA, Luís Gomes. *Erário mineral*: dividido em doze tratados. Lisboa: Officina de Miguel Rodrigues – impreffor do Senhor Patriarca, 1735.

MAPAS E PLANOS MANUSCRITOS RELATIVOS AO BRASIL COLONIAL (1500-1822) conservados no Ministério das relações exteriores e descritos por Isa Adonias para as comemorações do Quinto centenário da morte do infante Dom Henrique. Brasília, Anno Domini, MCMLX. Ministério das Relações Exteriores, Serviço de Documentação, 1969. (282) – Planta de Fortaleza do Snr. S. Joseph do Rio das Velhas no sítio do laguára feita este anno de 1730. (283) – Mapa da região atravessada pelo rio doce e seus afluentes na capitania e Minas Gerais. Itamaraty: Brasília

MAPA DA CAPITANIA DE MINAS GERAIS que consta de quatro comarcas etc... aldeias de gentio e bravo, 1777 José Joaquim da Rocha. (741) – p. 580- 583 (alojam.tos atacados), p. 584-588 e índios inclusive o paiaguá; p. 604 Gomes Freire de Andrada e sobre Mato Grosso e Goiás. Itamaraty : Brasília

REGIMENTO que levou Tomé de Sousa, primeiro governador-geral do Brasil 1548. In: TAPAJÓS, Vicente Costa Santos. *A política administrativa* de D. João III. 2. ed. Brasília: UNB, 1983.

TARQUÍNIO, J. B. de Oliveira (Org.). *Erário régio de Francisco A. Rebelo 1768*. Análise de organização. Brasília: ESAF, 1976 (Documentário econômico-financeiro, 1).

VITORIA, Francisco de. *Relectio de Indis*. Carta Magna de Los Indios. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, 1989.

Revistas do Arquivo Público Mineiro (RAPM)

A ADMINISTRAÇÃO da Justiça em Minas Geraes. Memoria do Desembargador Manoel Ignácio de Mello e Souza, Posteriormente Barão de Pontal, Apresentada em 1827. RAPM, Ouro Preto: Imprensa Oficial, ano III, fasc I. p. 5-22, 1898.

CARTA da Câmara de Tamanduá á Rainha Maria I acerca de limites de Minas Gerais com Goyaz. RAPM, Ouro Preto: Imprensa Oficial, ano II, fasc. 2, p. 372-388, abr./jun. 1897.

CARTA da Câmara de Tamanduá à Rainha Maria I acerca de limites de Minas Gerais e Goiás. RAPM, Ouro Preto: Imprensa Oficial, ano II, fasc. 2, p. 372 e 388, abr./jun. 1897.

CARTA de Padrão de Manuel Nunes Vianna. Lisboa, 7 de abril de 1727. RAPM, Ouro Preto: Imprensa Oficial, ano II, fasc. 2, p. 393, abr./jun. 1897.

CARTA de Sesmaria Remet. – Destin.: Gomes Freire de Andrada ao Capitão Damião Pereira Coelho Data: Villa Rica 1º de Julho de 1742, RAPM, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, ano VII, fasc. I e II, p. 530-531, 1902.

CARTA de Sesmaria Remet. – Destin.: Gomes Freire de Andrada ao Capitão Damião Pereira Coelho Data: Villa Rica 1º de Julho de 1742. RAPM, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, ano VII, fasc. I e II, p. 530-531, 1902.

CARTA de Sesmaria Remet. – Destin.: Gomes Freire de Andrade a Jose Marinho de Andrada Data: Rio de Janeiro 03 de Outubro de 1471, RAPM. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, ano VII, fasc. I e II, p. 510-511, 1902.

CARTA de sesmaria. Remet. – Destin.: Gomes Freire de Andrada ao Cap.m José Tavares Data: Va Rica 10 de Fevereiro de 1741, RAPM, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, ano VII, fasc. I e II, p. 464-466, 1902.

CARTAS de Sesmarias concedidas pelo Governador Gomes Freire de Andrada (1749-1761), v. II (retiradas do códice n. 96, APM). RAPM, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, ano XXIV, p. 743-925, 1933.

CATEQUESE e Civilização dos Indígenas da Capitania de Minas Gerais. RAPM, Ouro Preto: Imprensa Oficial, ano II, fasc. p. 685-733, 4 out./dez. 1897.

COELHO, José João Teixeira. Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais (1780). RAPM, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, ano VIII, p. 399-581, 1903.

COUTO, J. Vieira. Memória sobre as minas da capitania de Minas Gerais (de 1798 a 1801). RAPM, Ouro Preto: Imprensa Oficial, t. X, 1842.

DIRECTORIO que se deve observar nas Povoações dos Índios da Capitania de Minas Geraes, enquanto Sua Alteza Real não mandar o contrario. RAPM, Ouro Preto: Imprensa Oficial, ano II, fasc. 4 out./dez. 1897. In: CATEQUESE e Civilização dos Indígenas da Capitania de Minas Gerais, p. 700-715.

EXPEDIÇÃO na zona do rio doce pelo Mestre de Campo Mathias Barboza da Silva. (1734). Cuieté 30 de agosto de 1746. RAPM, ano III. fasc. I, p. 783 e 856, 1898.

EXPEDIÇÃO na zona do Rio Doce pelo Mestre de Campo Mathias Barboza da Silva (1734). RAPM, ano III, fasc. III e IV, p. 769-772, jul./dez. 1898.

EXPLORAÇÃO no Jequitinhonha. RAPM, Ouro Preto: Imprensa Oficial, ano II fasc. 1, p. 33 e 34, jan./mar. 1897.

ÍNDIOS de Lorena dos Tocoyós. RAPM, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, ano III, fasc. III e IV, p. 765-768, jul./dez. 1898.

ÍNDIOS dos Sertões do Pomba, RAPM, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, ano III, fasc. III e IV. p. 761-765, jul./dez. 1898.

INSTRUÇÕES q se dará ao Chefe da Bandeira q' for procurar a Lagoa Dourada. RAPM, Ouro Preto: Imprensa Oficial, ano II, fasc. 1, p. 35, jan./mar. 1897.

MANOEL de Jesus Maria. Sobre os índios do Pomba. Padre. RAPM. Ouro Preto: Imprensa Oficial, ano II, fasc. 2, p. 357 e 360, abr./jun. 1897. RAPM, ano II, fasc. II, p. 347-350, abr./jun. 1897.

MEMÓRIA dos trabalhos statiscos e topograficos das margens do Rio Doce, e seu principais confluentes, tirados pelo alferes Francisco de Paula Mascarenhas, na viagem que fez ao arraial de Cuiethe. – Ouro Preto, 1832. RAPM, Ouro Preto: Imprensa Oficial, ano III, fasc. I, p. 53-64, 1898.

MEMÓRIA Histórica da Capitania de Minas Gerais (informação – monografia da seção de manuscrito da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro sem autor e data – a letra indica ser do XVIII ou início do XIX. Identificada como sendo o autor o Engenheiro militar José Joaquim da Rocha). RAPM, Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais (reedição 1937), ano II. fasc. 3, p. 425-517, jul./set. 1897.

MEMÓRIA Histórica da Capitania de Minas Gerais de José Joaquim da Rocha em 1784. RAPM, Ouro Preto: Imprensa Oficial, ano 1897.

MEMÓRIA Mineralogica do Terreno Mineiro da Comarca de Sabará Offerecida ao Ilustrissimo, e Excelentíssimo Senhor Jozé Bonifácio de Andrada e Silva, Ministro, e Secretario D'Estado dos Negócios do Reino e da Guerra, digo Estrangeiros. Por hum seu collega José de Sá Bitencourt Câmara. RAPM, Ouro Preto: Imprensa Oficial, ano II, fasc. p. 599-609, 4 out./dez. 1897.

MEMÓRIAS de Dr. Diogo Pereira de Vasconcellos, 1806. RAPM, Ouro Preto: Imprensa Oficial, ano VII, fasc. I e II, 1902.

NOTÍCIAS e observações sobre os índios botocudos que frequentão as margens do Rio Jequitinhonha e se chamão Ambarés ou Aymorés. RAPM, Ouro Preto: Imprensa Oficial, Botocudos e Aymorés (Dezembro de 1809 – Lorena dos Tocoyoz), ano II, fasc. 1, p. 28-31, jan./mar. 1897.

O GOVERNO de Minas Geraes. RAPM, Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, ano I, fasc.1, p. 3- 21, jan./mar. 1896.

ORDENS de Gomes Freire para abateram o quilombo do Ambrósio e o do Campo Grande, situados no sertão da Farinha Podre: Vila Rica, 16 de Junho de 1746. RAPM, ano VIII, fasc. I – II, n. II, p. 619-621, 1903.

REGIMENTO ou instrucção que trouxe o governador Martinho de Mendonça de Pina e de Proença. RAPM, Ouro Preto: Imprensa Oficial, ano III, fasc. I. 1898. Lisboa, 30 set. 1733, p. 85-88.

REGISTRO de hua provisão passada a Frei João Baptista de Capellãm da Nova Aldêa dos Tapes. RAPM. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, ano XXIV-1933, v. I, p. 54, 2 mar. 1753.

RELAÇÃO das armas vestidos ornatos, e moveis domesticos dos Indios estabelecidos em Lorena dos Tocoyós que remtto ao III.mo e Ex.mo Senhor General. Em 25 de Abril de 1799. RAPM, ano III, fasc. III e IV, p. 768, jul./dez. 1898.

SESMARIAS. Remt. Gomes Freire de Andrada carta de sesmarias a D. Maria Alvares da Cunha. Data: Va Rica, 31 de Janeiro de 1741. RAPM. Belo Horizonte: Imprensa Oficial Ano VII, fasc. I e II, Ano: 1902. p. 463-464.

SESMARIAS. Gomes Freire de Andrada. Vila do Rio Grande de São Pedro. 14 de outubro de 1755. Registro de hua sesmaria passada a Manoel Jorge. RAPM, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, ano XXIV, v. I, p. 213-214, ano 1933.

SESMARIAS. Gomes Freire de Andrada. Vila do Rio Grande de São Pedro. 17 de março de 1755. Registro de hua carta de sesmaria passada a Ignacio Soares de Almeida. RAPM, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, v. I, p. 178-179-180, ano XXIV-1933.

SÃO BENTO DO TAMANDUÁ. 20 nov. 1789, RAPM, Ouro Preto: Imprensa Oficial, ano II, fasc 1, p. 95-104, jan./mar. 1897.

SOBRE os botocudos, RAPM. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, ano III, fasc. III e IV, p. 743-748, jul./dez. 1898.

TAMANDUÁ. Fundação do Arraial. RAPM, Ouro Preto: Imprensa Oficial, ano II, fasc. 1, p. 55-59, jan./mar. 1897.

TERRAS Mineraes. Relação das ordens sobre terras mineraes, que, por copia, foi enviada ao Conselho Geral da Província de Minas Geraes. (Manuscriptos do Archivo). RAPM, Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, ano I, fasc. 4, p. 673-734, out./ dez. 1896.

VILA do Rio Grande de São Pedro. 11 de junho de 1754. Registro de hua carta Patente de Capitão de Mar e Guerra ad honorem passada a Matheus Ignácio da Silva. RAPM, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, v. I, p. 78-79, ano XXIV-1933.

Revista do Instituto Histórico Geográfico de Minas Gerais (RIHGMG)

CÉSAR, José Vicente. Estudos comparativos da cerâmica indígena de Minas Gerais. RIHGMG, n. 15. p. 325-341, p. 327, 1971-1972.

DOCUMENTOS interessantes extraídos do Arquivo Público Mineiro. p. 434-447. Ordens Régias e do Governador nos anos de 1739, 1741, 1742, 1743, 1745, 1752, 1753, 1754, 1755, 1757, 1758, e década de 1760. (Códice 69. S. G. fls. 22; 33 v, 34 v, 37, 43, 45, 46 v, 98, 99, 100, 101 v, 107, 108, 109); (Códice 67, SG. fls. 55 v; 33 v; 34 v; 45). (Cod. 86. S.G. maço 25), (Cód107, SG, fls.88, 178), (Códice 86 S.G. maço 27). p. 433 e 434. RIHGMG, v. VI, 1959.

RIHGMG, n. 2, 1946.

RIHGMG, n. 5, 1958.

SANTOS Rafael Souza. Herança Machacali: Influência Indígena na formação social do Norte de Minas. RIHGMG, n. 8, p. 293-298.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB)

ANDRADA, Gomes Freire. Instrução e norma, Rio de Janeiro, 7 de fevereiro 1752. RIHGB, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, t. XVI, p. 366-376, 1894.

CARTA de Gomes Freire a D. João Rio de Janeiro, 10 de março de 1749. RIHGB, Volume Especial, v. IV, p. 400-401, 1957.

CARTA de Gomes Freire a D. João V Rio de Janeiro, 15 de março de 1749. RIHGB, Volume Especial, v. IV, p. 407-408, 1957.

DIÁRIO da Expedição de Gomes Freire de Andrada As Missões do Uruguay pelo Capitão Jacinto Rodrigues da Cunha – Testemunha presencial. p. 139-264. Diário da Expedição de Gomes Freire de Andrada As Missões do Uruguay pelo Capitão

Jacinto Rodrigues da Cunha – Testemunha presencial. (Conclusão). p. 265-328. RIHGB, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, t. XVI, 1894.

Documentos Históricos – Rio de Janeiro

DOCUMENTOS Históricos. Arquivo Nacional. Provedoria da Fazenda Real de Santos. Leis, Provisões, Alvarás, Cartas e Ordens Reaes. Coleção n. 445, v. I-XIII, v. I, Rio de Janeiro, p. 17-19.

DOCUMENTOS Históricos. Rio de Janeiro, Ano: 1928 v. II (“Notificação do Falecimento de G. Freire. Remetente: Fr. Bispo do Rio de Janeiro João Alberto de Castello, José Fernandes Pinto Alpoym”. Destinatário: Provedor da Fazenda Real de Santos, José de Godoy Moreira Data: 7/1/1763. Localidade: Rio de Janeiro), p. 306.

DOCUMENTOS Históricos. Arquivo Nacional: Rio de Janeiro, 1928, v. II, (Carta de cobrança de Gomes Freire ao Provedor da Fazenda Real de Santos Jozeph de Godoy Moreira. 27/6/1751), p. 117-118.

DOCUMENTOS Históricos. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. v. XCVI Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1928. (“Carta do Padre Euzébio Dias de Queiroz à Vossa Majestade sobre “Testemunhos falsos que conseguira converter os Índios Ozires Procazes à religião”), p. 269.

DOCUMENTOS Históricos. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. v. XCV Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional. 1928. (“Carta de Tristão da Cunha Menezes, governador e capitão de Goiás à Vossa Majestade sobre a “Entrada pacífica de três mil índios da nação Xavante em Vila Boa de Goiás”), p. 98-102.

DOCUMENTOS Históricos. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. v. XCV. 1928. 17 de outubro de 1785. (“Carta da Câmara de Vilas Boas de Goiás à Vossa Majestade sobre “Conservar Tristão da Cunha Menezes no Governo, que se interessa pelo bem comum dos povos e dos três mil índios Xavantes que se encontram”), p. 103-105

DOCUMENTOS Históricos. Biblioteca Nacional. 1692-1712. Provisões, Patentes, Alvarás, Cartas. Rio de Janeiro, 1936, v. XXXIV, p. 37- 309.

DOCUMENTOS Históricos. Biblioteca Nacional Correspondência dos Governadores Gerais 1712–1716. Rio De Janeiro, 1938, v. XLII, p. 4-5. p.147.

DOCUMENTOS Históricos. Biblioteca Nacional. Correspondência dos Governadores Gerais. 1704-1714 Rio de Janeiro, 1938, v. XXX, p. 18.

DOCUMENTOS Históricos. Biblioteca Nacional Correspondências dos Governadores Gerais. 1705 – 1711 Rio de Janeiro, 1938, v. XLI, p. 20, p. 107, p. 163, p. 164. p.354.

DOCUMENTOS Históricos. Biblioteca Nacional. Cartas, Alvarás, Provisões e Patentes. 1716-1720. Rio de Janeiro, 1939. v. XLIII, p. 5. p.17-18. p. 50-51, p. 136. p. 155, p. 214-215, p. 348-349.

DOCUMENTOS Históricos. Biblioteca Nacional. Correspondência dos Governadores Gerais 1704-1714, v. XL, Rio de Janeiro, 1938, p. 25-211.

II – Bibliografia. Livros, artigos e teses

ABREU, Capistrano de. *Capítulos da história colonial (1500-1800) e caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. 5. ed. Prefaciada por José Honório Rodrigues. Brasília: UnB, 1963.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*. Formação do Brasil no Atlântico Sul Séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALDEN, Dauril. O período final do Brasil Colônia, 1750-1808. In: BETHELL, Leslie (Org.). *A América colonial*. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes. São Paulo: EDUSP, 1999. v. II, p. 527-592.

ALMEIDA, Ceciliano Abel de. *Os desbravamentos das selvas do Rio Doce*. (Memórias) Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O diretório dos índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*. Brasília: Unb, 1997.

AMANTINO, Marcia. *O mundo das feras: os moradores do sertão oeste de Minas Gerais – século XVIII*. Tese (Doutorado) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, out. 2001.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A sedição de 1736: um estudo comparativo entre a zona dinâmica da mineração e a zona marginal do sertão agropastoril do São Francisco*. 1983. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Belo Horizonte, DCP/UFMG,

ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. São Paulo/Bauru: EDUSC, 2000. ATAÍDES, Jézuz Marco de. *Sob o signo da violência: colonizadores e kayapó do sul no Brasil central*. Goiânia: UCG, 1998.

ÁVILA, Affonso. *Iniciação ao barroco mineiro*. São Paulo: Nobel, 1984.

ÁVILA, Affonso. *Resíduos seiscentistas em Minas: textos do século de ouro e as projeções do mundo barroco*. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1967. 2v. (Centro de Estudos Mineiros).

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *A capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ibérica, 1970.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário da terra e da gente de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985 (Série Publicações do Arquivo Público Mineiro, n. 5).

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *História de Minas*. Belo Horizonte: Comunicação, 1979. 3 v.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *A decadência das minas e a fuga da mineração*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais. Edição do Centro de Estudos Mineiros, 1971.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.

BASTOS, Ricardo Cambraia de; MENDES, Fábio Faria. A colonização dos sertões do leste mineiro: políticas de ocupação territorial num regime escravista (1780-1836). *Revista do Departamento de História*, n. 6, p. 137-150, jul. 1988.

BENEDICT, Ruth. *O crisântemo e a espada: padrões da cultura japonesa*. Tradução de César Tozzi. 2. ed. Rio de Janeiro: Perspectiva, 1998.

BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos viajantes*. 2. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Objetiva/ Metalivros, 1999. v.1.

BETHELL, Leslie. (Org.). *História da América Latina: a América Latina colonial*. Tradução de Maria Clara Cescato. São Paulo: Edusp, 1998. v. I.

BETHELL, Leslie. (Org.). *História da América Latina: a América Latina colonial*. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes. São Paulo: EDUSP, 1999. v. II.

BLOCH, Marc. *Introdução à história*. Tradução de Maria Manuel e Rui Grácio. 5. ed. Lisboa: Publicações Europa-América (escrito em 1942).

BOSCHI, Caio C. *Os leigos e o poder; irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986 (Ensaio, 116).

BOSCHI, Caio César. As diretrizes metropolitanas, a realidade colonial e as irmandades mineiras. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 65, p. 142, jul. 1987.

BOXER, Charles R. *A idade de ouro do Brasil: dores de um crescimento de uma sociedade colonial*. Tradução de Nair de Lacerda. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

BOXER, Charles. *O império colonial português*. Tradução de Inês da Silva Duarte. Lisboa/São Paulo: Edições 70/Martins Fontes, 1969.

BOXER, Charles. *A igreja e a expansão ibérica. (1440-1770)*. Tradução de Maria de Lucena Barros e Sá Contreiras. São Paulo/Lisboa: Martins Fontes/ edições 70, 1978.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia, capitalismo séculos XV-XVIII. As Estruturas do Cotidiano*. Tradução de Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1995, v. I.

BRAUDEL, Fernand. *História e ciências sociais*. Tradução de Rui Nazaré. 6. ed. Lisboa: Presença, 1990 (Biblioteca de Ciências Humanas, 19).

BRAUDEL, Fernand. A longa duração. Artigo de 1958. In: _____. *História e ciências sociais*. Tradução de Rui Nazaré. 6. ed. Editorial Presença: Lisboa, 1990.

BRAUDEL, Fernand. *História e ciências sociais*. Tradução de Rui Nazaré. 6. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

CALMON, Pedro. *História do Brasil. A organização (1700-1800)*. SP: Cia. Editora Nacional, Biblioteca Pedagógica Brasileira, 1943. 3v. (Brasiliana).

CALÓGERAS, João Pandiá. *As minas do Brasil e sua legislação*. Rio de Janeiro; Imprensa Nacional, 1904. 3v.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. A presença do macabro na cultura barroca. *Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte, n. 5, p. 83-90, dez. 1987.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. Considerações sobre a pompa fúnebre na Capitania das Minas – o século XVIII. *Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte, n.4, p. 3-24, jun. 1987.

CANO, Wilson. Economia do ouro em Minas Gerais (século XVIII). *Contexto*, São Paulo, n. 3, p. 91-109, jul. 1977.

CANO, Wilson. *Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil*. Campinas: Unicamp, 2002.

CARRATO, José Ferreira. *Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais*. São Paulo: Nacional, 1968 (Brasiliense, 334).

CASTRO, Eduardo Batalha Viveiros de. Curt-Nimuendaju: 104 mitos indígenas nunca publicados. In: Mitos Indígenas na obra de Curt-Nimuendaju. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. n. 21. Rio de Janeiro, Imprinta. SPHAN/Fundação Nacional Pró-Memória, 1986. p. 64-111.

CATÁLOGO de Sesmarias. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, ano XXXVII, 1988, 2 v. (Publicações APM).

CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF; Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Tradução da 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988 p. 17-48 (Ciências Sociais).

CÉSAR, José Vicente. Estudos Comparativos da Cerâmica Indígena de Minas Gerais. *Revista do Instituto Histórico Geográfico de Minas Gerais*, n. 15, p.325-341, 1971-1972.

CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid. (1695-1735)*. Rio de Janeiro: instituto Rio Branco, 1952.

CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid. (1735-1753)*. Rio de Janeiro: instituto Rio Branco, 1956.

CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: Dep de imprensa nacional, Serviço de Documentação/ Ministério da Educação e Cultura, 1958.

CORTESÃO, Jaime. *Introdução à História das Bandeiras*. Lisboa: livros horizonte, 1975. 1 v.

CORTESÃO Jaime. *Introdução à História das Bandeiras*. Lisboa: Portugalia. 1964. 2 v.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Antropologia do Brasil: mito, história e etnicidade*. São Paulo: Brasiliense/Edusp, 1986.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *Legislação indigenista no século XIX*. São Paulo: Edusp, 1992.

CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Fapesp/SMC, 1992.

CUNHA, Pedro Octávio Carneiro da. Política e administração de 1640-1763. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Dir). *História geral da civilização brasileira: a época colonial administração, economia, sociedade*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1977, t. I, v. 2. Livro I.

DANTAS, Beatriz G.; SAMPAIO, José Augusto; CARVALHO, Maria Rosário G. de. Os povos indígenas no nordeste brasileiro: um esboço histórico: In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 431-456.

DIÓGENES, Glória. *Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento hip hop*. São Paulo: Annablume, 1998.

DONISETE, Luís, GRUPIONI, Benzi (Org.). *Índios no Brasil*. São Paulo: Global, 1998.

DOMINGUES, Ângela. Ameríndios no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII. As contradições da liberdade. *Revista da SBPH*, Curitiba, n. 12, p. 17-30, 1997.

DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do setecentos. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. III (suplemento), p. 823-838, 2001.

DOMINGUES, Ângela. Comunicação entre sociedades de fronteira: o papel do intérprete como intermediário nos contactos entre ibero-americanos e ameríndios na Amazônia de finais do século XVIII. Limites do mar e da terra. *Actas da VIII Reunião Internacional de História da Náutica e Hidrografia*. Patrimonia Cascais, 1998. Separatas, p. 255-266.

DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa: Gráfica Maiadouro, 2000.

DOMINGUES, Ângela. O Brasil de Maximiliano de Wied-Neuwied. In: O Teatro da Natureza. *Oceanos*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, n. 24, out./dez, 1995. p. 39-54.

DORNAS, Filho. *O ouro das Gerais e a civilização da capitania*. São Paulo: Nacional, 1957, (Brasiliense, 293).

EISENBERG, José. *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno*. Encontros Culturais, Aventuras Teóricas. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

ELLIS, Myriam. As bandeiras na expansão geográfica do Brasil. Cap. II In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Dir.). *História geral da civilização brasileira: a época*

colonial – do descobrimento à expansão territorial. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972, t. 1, v. 1. Livro Quinto: A expansão territorial.

FALCON, Francisco Calazans. Pombal e o Brasil. In: TENGARRINHA, José. (Org.). *História de Portugal*. São Paulo: Unesp; Bauru: Edusc; Portugal: Instituto Camões, 2000.

FARIA, Miguel. Brasil: visões européias da América lusitana. In: O Teatro da Natureza. *Oceanos*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, n. 24, out./dez, 1995. p.71-100.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. Tradução de Leonor Martinho Simões e Gisela Moniz. 3. ed. Lisboa: Presença, 1983. (Prefácio de 1952).

FERLINI, Vera. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. São Paulo: EDUSC, 2003.

FERNANDES, Florestan. *A função social da guerra na sociedade tupinambá*. São Paulo, 1951. FFLCH. USP-SP.

FERNANDES, Florestan; BASTIDE, Roger. *Branços e negros em São Paulo*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1959.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII* (Mestrado, FFLCH-USP). São Paulo, 1989.

FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. *Portugal na época da restauração*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

FREIRE, Gilberto. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 25. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

FRIEDRICH, Engels. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Tradução de Leandro Konder. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FURTADO, João Pinto. *O manto de Penelope*. História, mito e memória da inconfidência mineira 1788-9. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da capa verde*. SP: Annablume, 1996.

FURTADO, Junia Ferreira. (org.). *Diálogos Oceânicos*. Minas Gerais e as Novas Abordagens para uma História do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

GINSBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução de Federico Carotti. 3. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

GINZBURG, Carlo. *Olhos de Madeiras: nove reflexões sobre a distância*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. Cap. 7: Distância e perspectiva: duas metáforas, p. 176-198.

GOMES, Mércio Pereira. *Os índios e o Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1988.

GUIMARÃES, Carlos Magno. Os quilombos do século do ouro (Minas Gerais – século XVIII). *Revista Estudos Econômicos*. São Paulo, n. especial, v. 18, p. 7-43, 1988.

GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Liana Maria. Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750). *Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte, n. 2, p. 7-36, jun., 1986.

HEMMING, John. Os índios e a fronteira no Brasil colonial. In: BETHELL, Leslie. (Org.). *A América colonial*. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes. São Paulo: Edusp, 1999, v. II, p. 423-470.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957 (Edição ilustrada – Coleção Documentos Brasileiros).

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 20. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988 (Coleção Documentos Históricos).

HOLANDA, Sérgio Buarque de (direção). *História geral da civilização brasileira: a época colonial*. Administração, economia, sociedade. 4. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel /Difusão Editorial S.A., 1977, t. I, v. 2. Livro Quarto: Economia e Finanças. Cap. V: A mineração, antecedentes lusos brasileiros e Cap. VI: Metais e pedras preciosas. p. 259-310.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1985 (Brasiliana).

HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). *História geral da civilização brasileira: a época colonial administração, economia, sociedade*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1977, Livro I, t. I, v. 2,.

IANNI, Octávio. *Raças e classes sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

IGLÉSIAS, Francisco. A capitania e a mineração. In: _____. *Três séculos de Minas*. Belo Horizonte: Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, p. 7-17, 1985 (Cadernos de Minas).

IGLÉSIAS, Francisco. Periodização da história de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 29, p. 181-194, jul. 1970.

JOSÉ, Oiliam. *Indígenas de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Edições Movimento/ Perspectiva, 1965.

JOSÉ, Oiliam. *Marlière, o civilizador*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1958.

KARASCH, Mary. Catequese e Cativo: Política indigenista em Goiás: 1780-1889. Beatriz Perrone-Moisés (Trad.) In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 397-412.

LARA, Silva Hunold. *Campos de violência*; escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura*: um conceito antropológico. 11. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

LOPES, Eliane Marta S. T. *Colonizador-colonizado*: uma relação educativa no movimento da história. Belo Horizonte: UFMG, 1985.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História*: novas abordagens. Tradução de Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976 (Ciências Sociais).

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História*: novos objetos. Tradução de Terezinha Marinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988 (Ciências Sociais).

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História*: novos problemas. Tradução de Theo Santiago. 3. ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988 (Ciências Sociais).

LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval*. Tradução de José Antônio P. Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 1983.

LEVI-STRAUSS, Claude. *Trites tropiques*. Paris: Plon, 1955.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. *A capitania de Minas Gerais*: origens e formação. 3. ed. Belo Horizonte: Instituto de História, Letras e Arte, 1965.

LINHARES, Maria Yara. História Agrária. In: FLAMARION, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história*. 15. ed. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 1997, p. 165-184.

MACHADO, Maria Helena, P. T. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MADER, Maria Elisa Noronha de Sá. *O vazio: o sertão imaginário da colônia nos séculos XVI e XVII*. 1995. (Dissertação) – Departamento de História da PUC-RIO. Rio de Janeiro, 1995.

MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão geográfica do Brasil colonial*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935 (Brasiliana).

MALHEIROS, Agostinho Marques Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico social*. São Paulo: Edições Cultura, t. I, 1944.

MARÉS, Carlos Frederico. *A função social da terra*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris editor, 2003.

MARTINEZ, Paulo Henrique. *História ambiental no Brasil: pesquisa e ensino*. São Paulo: Cortez, 2006.

MATTOS, Izabel Missagia de. *Civilização e revolta: os botocudos e a catequese na província de Minas*. São Paulo/Bauru: EDUSC, 2004.

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil e Portugal 1750-1808*. Tradução de João Maia. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

MELLATI, J. Cézar. *Índios do Brasil*. Brasília: Coordenada, 1972.

MONIOT, Henri. A História dos Povos sem História. In: LE GOFF; Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Tradução da 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988 p. 99-112 (Ciências Sociais).

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTEIRO, John. O escravo índio, esse desconhecido. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). *Índios do Brasil*. São Paulo: Global, 1998. p.105-120.

MORAES, Leonardo Pires Batista. *O índio na história de Minas Gerais, século XVIII*. Belo Horizonte: UFMG, 1992 (Monografia de iniciação científica).

NETO, Edgard Ferreira Neto. História e Etnia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 313-328.

NOVAES, Adauto (Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

NOVAES, Adauto (Org.). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2005.

NOVAIS, Fernando A. *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

NOVAIS, Fernando A. *Aproximações: estudos de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

NOVAIS, Fernando A. (Dir.); SOUZA Laura de Mello e (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. v. 1.

NOVAIS, Fernando A. Não podemos nos transformar em índios. *Folha online*. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 24 de abril de 2000. (Brasil 500). <<http://www.folha.uol.com.br>> [on-line].

PAIVA, Eduardo França. (Org.) *Sociedades, culturas e formas de governar no mundo português (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Annablume, 2006.

PARAÍSO, Maria Hilda B. Os botocudos e sua trajetória histórica. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras – FAPESP/SMC, 1992. p. 413-430.

PAULA, João Antônio de. *O Prometeu do sertão: economia e sociedade da capitania das Minas dos Matos Gerais*. 1988. Tese (Doutorado) – Departamento de História. História Econômica FFLCH. USP-SP, 1988.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha. As Amazonas: destino de um mito singular. In: Viver no Brasil colônia. *Oceanos*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, n. 42, abril./jun, 2000. p.162-170.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela

C. da (Org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, FAPESP/SMC, 1992,. p.115-132.

PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1979.

POMPA, Cristina. *Religião como tradução*: missionários, tupi e tapuia no Brasil colonial. Bauru/São Paulo: Edusc, 2003.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo-colônia*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1965.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil*: colônia e império. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A questão agrária no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros*: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec/Edsup, 2002.

RAMOS, Donald. *A social history of Ouro Preto*; stress of dynamic urbanization in colonial Brazil – 1695-1726. The university of Florida – PhD, 1972.

REIS, Liana Maria. Mulheres de ouro: as negras de tabuleiro nas Minas do século XVIII. *Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte: UFMG, n. 8, 1989.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *Inconfidência mineira*. 3. ed. São Paulo: Global, 1986 (História popular, 14).

RESENDE, Maria Leônia Chaves. *Gentios brasílicos*: índios coloniais em Minas Setecentista. Tese (Doutorado) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Campinas, fev. 2003.

RIBEIRO, Berta G. *O índio na história do Brasil*. 7. ed. São Paulo: Global, 1983.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização*. A integração das populações indígenas no Brasil moderno. Petrópolis: Vozes, 1979.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro*. A formação e o sentido do Brasil. 2 ed. Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Núbia Braga. Lutas e focos de resistências indígenas no sertão colonial (século XVIII). In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA. XV. *Anais Eletrônicos*. ANPUH-MG. São João Del Rei, jun. 2006. CD-ROOM.

RIBEIRO, Núbia Braga. *Cotidiano e liberdade: um estudo sobre os alforriados em minas no século XVIII*. 1996. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Prof. Catedrático Dr. Eduardo D'Oliveira França. São Paulo, 1996.

RICOEUR, Paul. Etapa atual do pensamento sobre a intolerância. In: BARRET-DUCROCQ, Françoise (Dir.). *A intolerância*. Tradução de Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 20-23.

ROMEIRO, Adriana. *Um visionário na corte de D. João V: revolta e milenarismo na Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. O Brasil Colonial: o ciclo do ouro, 1690-1750. In: BETHELL, Leslie (Org.). *A América colonial*. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes. São Paulo: EDUSP, 1999. v. II. p. 471-526.

SENNA, Nelson de. *A terra mineira*. 2. ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1926. t. I.

SENNA, Nelson de *A terra mineira* (Chorographia do Estado de Minas Geraes) Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1926, t. II.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A história natural no Brasil antes das viagens do Príncipe Maximiliano. In: O Teatro da Natureza. *Oceanos*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, n. 24, out./dez, 1995. p. 12-24.

SILVA, Lígia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas: UNICAMP, 1996. Aborda a origem da palavra sesmaria.

SILVA, Oscar Vieira da. *Peçanha*. Breve notícia histórica da fundação da aldeia de Santo Antônio do Bom Sucesso do Descoberto do Peçanha. Belo Horizonte: Traquitana, 2001.

SCHWARCZ, Lília K. Moritz, GOMES, Nilma Lino (Org.). *Antropologia e História: debate em região de fronteira*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro; a pobreza mineira no século XVIII*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SOUZA, Laura de Mello e. *Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: UFMG, 1999. (Humanitas).

SUESS, Paulo (Org.). *A conquista espiritual da América Espanhola: 200 documentos – século XVI*. Petrópolis: Vozes, 1992.

TAUNAY, Alfredo. Na era das bandeiras. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, v. LXXXIV, p. 449-478, 1918.

TAPAJÓS, Vicente Costa Santos. *A política administrativa de D. João III*. 2. ed. Brasília: UNB, 1983.

THOMAS, Georg. *Política indigenista dos portugueses no Brasil: 1500-1640*. São Paulo: edições Loyola, 1982.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. 3. ed. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, v. I.

THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Tradução de Denise Botmmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. Tradução de Beatriz Perrone Moisés. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

TORRES, João Camillo de Oliveira. *História de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Difusão Panamericana do Livro, 1961. 5v.

TÔRRES, João Camillo de Oliveira. *Estratificação social no Brasil: suas origens históricas e suas relações com a organização política do País*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, jan. 1965. (Coleção Corpo e Alma do Brasil).

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VAINFAS, R. (Org.). *América em tempo de conquista*. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed. 1992, p.198-208.

VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga das Minas Gerais*. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

VASCONCELOS, Diogo de. *História média das Minas Gerais*. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

VASCONCELOS, Salomão de. *Bandeirismo*. Belo Horizonte: Biblioteca de cultura, 1944.

VARNHAGEN, Francisco A. de. Ethnografia indígena, línguas, emigrações e archeologia – padrões de mármore dos primeiros descobridores. *RIHGB*, t. XII, n. 14, p. 366-376, 1849.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Os últimos carijós: escravidão indígena em Minas Gerais 1711-1725. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, n. 34, v. 7, p. 165-181, 1997.

VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. Tradução de Maria Julia Goldwasser. São Paulo: Brasiliense, 1987.

WACHTEL, Nathan. A aculturação. In: LE GOFF; Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Tradução da 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988 p. 113-129 (Ciências Sociais).

ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da capitania de Minas Gerais*. 2. ed. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1990.

ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. *La Compagnie de Jésus et l'institution de l'esclavage au Brésil: les justifications d'ordre historique, théologique et juridique, et leur intégration par une mémoire historique (XVI-XVII siècles)*. 710 p. Thèse (Doctorat Histoire et Civilizations) – l'École des Hautes Etudes en Sciences Sociales de Paris le 16 juin 1998, sous la direction de M. François Hartog.

Sites

NÚCLEO DE HISTÓRIA INDÍGENA E INDIGENISMO DA USP-SP - NHII. Disponível em: <<http://www.usp.br/nhii/>> Acesso em: 10 de abril de 2008.

OS ÍNDIOS NA HISTÓRIA DO BRASIL. John Monteiro. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ihb/>> última atualização 3 de abril de 2008. Acesso em: 18 de abril de 2008.